UNIVERSIDADE TUIUTI DO PARANÁ

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

DARLAN FACCIN WEIDE

EDUCAÇÃO E POLÍTICA EM ESCRITOS DE ROSA LUXEMBURGO E ANTONIO GRAMSCI

CURITIBA
2018

DARLAN FACCIN WEIDE

EDUCAÇÃO E POLÍTICA EM ESCRITOS DE ROSA LUXEMBURGO E ANTONIO GRAMSCI

Tese apresentada como requisito para a obtenção do título de Doutor em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Tuiuti do Paraná.
Orientadora: Drª. Anita Helena Schlesener.

CURITIBA

2018

Dados Internacionais de Catalogação na fonte
Biblioteca "Sydnei Antonio Rangel Santos"
Universidade Tuiuti do Paraná

W417 Weide, Darlan Faccin.
Educação e política em escritos de Rosa Luxemburgo e

Antonio Gramsci / Darlan Faccin Weide; orientadora Profª. Drª. Anita Helena Schlesener.
400f.

Tese (Doutorado) – Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2018.

1. Luxemburgo. 2. Gramsci. 3. Reforma e revolução. 4. Autoeducação. 5. Autogestão. I. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação/ Doutorado em Educação. II. Título.

CDD – 370.12

Bibliotecária responsável: Heloisa Jacques da Silva – CRB 9/1212

TERMO DE APROVAÇÃO

DARLAN FACCIN WEIDE

EDUCAÇÃO E POLÍTICA EM ESCRITOS DE ROSA LUXEMBURGO E ANTONIO GRAMSCI

Tese aprovada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Educação do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu – Doutorado em Educação, na linha de Políticas Públicas, da Universidade Tuiuti do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof.ª Dr.ª **Anita Helena Schlesener**
Presidente – Universidade Tuiuti do Paraná, UTP.

Prof. Drº. **Domingos Leite Lima Filho**
Universidade Tecnológica Federal do Paraná- UTFPR.

Profª. Drª **Simone de Fátima Flach**
Universidade Estadual de Ponta Grossa, UEPG.

Profº. Drº. **Pedro Leão da Costa Neto**
Universidade Tuiuti do Paraná, UTP.

Profª. Drª. **Maria de Fátima Rodrigues Pereira**
Universidade Tuiuti do Paraná, UTP.

Curitiba, 28 de agosto de 2018.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho:

- à minha esposa Marizete, aos meus filhos Letícia, Natália e Tiago;
- à cada companheiro e companheira, que atuando junto aos movimentos sociais, com um incansável “trabalho de toupeira”, ajudam às classes subalternas a compreender e enfrentar a barbárie capitalista, através da construção de projetos alternativos, em antagonismo com às forças do capital;
- à todos os que acreditam na força política ativa e organizada das classes subalternas, como forma de resistência às forças do capital e a degradação da dignidade humana.

AGRADECIMENTOS

À banca examinadora, Dra. Maria de Fatima Rodrigues Pereira, Dr. Pedro Leão da Costa, Dra. Simone de Fátima Flach e Domingos Leite Lima Filho, pelas leituras e pelas preciosas contribuições.

A minha orientadora, professora Anita Helena Schelesner, pelo desafio da temática, pela orientação, pela genuína contribuição na minha formação marxista-gramsciana e pela amizade construída.

Aos colegas, Adnilson José da Silva e Gilson Mezarobba, companheiros das madrugadas de viagens, obrigado pela amizade, apoio e incentivo.

Aos meus filhos Letícia, Natália e Tiago por tornarem meus dias mais floridos e alegres!

A minha esposa, Marizete, minha companheira e mãe dos meus filhos, meu obrigado pela paciência, compreensão e por fazer parte da minha vida!

É graças à pedagogia da luta que se acende a centelha da consciência revolucionária dos oprimidos e explorados.
(LÖWY, 2014, p. 33).

RESUMO

Luxemburgo e Gramsci são autores que contribuíram com a classe proletária no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. Em contextos diferentes, mas unidos pela filosofia da práxis, em contraposição ao revisionismo, ao oportunismo e aos dogmatismos partidários e sindicais, pensaram a praxis revolucionária numa estreita relação entre educação política. O objetivo do texto é investigar conexões entre educação e política em escritos de Luxemburgo e de Gramsci; demarcar a contraposição dos autores frente às tendências revisionistas, reformistas e oportunistas, presentes no partido socialista e na Segunda Internacional; analisar o significado político-educativo das revoluções russas para os autores e para o proletariado mundial; refletir sobre a ação pedagógica da vanguarda (partido e sindicato) na formação da classe trabalhadora; discutir a função educativa do partido, do sindicato, dos conselhos na organização cultural revolucionária; estabelecer conexões entre os autores na questão do intelectual, da vanguarda na formação da classe operária e a relação entre espontaneidade e consciência. Na operacionalização da pesquisa, buscou-se seguir a teoria e o método marxista, na vertente do materialismo histórico, com ênfase nos autores como produtos de seu tempo, do contexto histórico e do ambiente cultural em que estão inseridos. O texto se divide em três partes: a primeira parte situa as bases teóricas predominantes no cenário da Segunda Internacional e no partido socialista alemão e italiano. Trata de Karl Kautsky, o centrismo dogmático de partido, muitas vezes confundido com ortodoxia. O revisionismo de Eduard Bernstein e a rejeição do socialismo científico, da teoria do valor trabalho e da revolução como meio para o socialismo. O historicismo e o revisionismo italiano são vistos a partir de Benedito Croce e seu esforço para fundamentar a luta de classes em uma base ético-moral kantiana. Na segunda parte são apresentados os antagonismos de Luxemburgo e de Gramsci ao revisionismo, ao reformismo e ao oportunismo, presentes nas fileiras socialistas, obstáculo para a classe operária assumir o protagonismo da história. Na terceira parte, educação e política são vistos, a partir da compreensão que Luxemburgo e Gramsci tiveram dos eventos revolucionários russos de 1905 e 1917. A educação da classe operária é analisada a partir das instituições proletárias: sindicato, partido e conselhos. Estabelece conexões entre os autores sobre a luta de classes, como processo revolucionário permanente, de formação, de educação, de autoeducação, de autoatividade, construído no antagonismo com as forças do capital. O percurso do escrito buscou demonstrar a tese de que, mesmo em contextos diferentes, unidos pela filosofia da práxis, Luxemburgo e Gramsci concebem a educação para além da escola, em conexão com a política, em um processo compreendido como autoeducação, autoatividade e autogoverno da classe proletária.

Palavras-Chave: Luxemburgo, Gramsci, reforma e revolução, autoeducação, autogestão.

RÉSUMÉ

Luxembourg et Gramsci sont des auteurs qui ont contribué à la classe prolétarienne à la fin du XIXe siècle et au cours des premières décennies du XXe siècle. Dans des contextes différents, mais unis par la philosophie de la praxis, par opposition au révisionnisme, les partisans syndicaux opportunisme et le commerce et le dogmatisme, ils pensaient que la praxis révolutionnaire dans une relation étroite entre l'éducation politique. Le but du texte est d'étudier les liens entre l'éducation et la politique dans les écrits de Luxembourg et de Gramsci; délimiter l'opposition des auteurs aux tendances révisionnistes, réformistes et opportunistes présentes dans le Parti socialiste et dans la Deuxième Internationale; analyser la signification politico-éducative des révolutions russes pour les auteurs et pour le prolétariat mondial; réfléchir sur l'action pédagogique de l'avant-garde (parti et syndicat) dans la formation de la classe ouvrière; discuter de la fonction éducative du parti, de l'union, des conseils dans l'organisation culturelle révolutionnaire; établir des liens entre les auteurs dans la question de l'intellectuel, l'avant-garde dans la formation de la classe ouvrière et la relation entre la spontanéité et la conscience. L'opérationnalisation de la recherche a suivi la théorie et la méthode marxiste, dans l'aspect du matérialisme historique, en mettant l'accent sur les auteurs en tant que produits de leur temps, le contexte historique et l'environnement culturel dans lequel ils sont insérés. Le texte est divisé en trois parties: la première partie situe les bases théoriques prévalant sur la scène de la Deuxième Internationale et dans le Parti socialiste allemand et italien. Il s'agit de Karl Kautsky, le centrisme dogmatique du parti, souvent confondu avec l'orthodoxie. Le révisionnisme d'Eduard Bernstein et le rejet du socialisme scientifique, la théorie de la valeur du travail et la révolution comme un moyen pour le socialisme. L'historicisme et le révisionnisme italien sont vus de Benedict Croce et ses efforts pour fonder la lutte de classe sur une base éthique-morale kantienne. Dans la seconde partie, les antagonismes de Luxembourg et de Gramsci sont présentés au révisionnisme, au réformisme et à l'opportunisme, présents dans les rangs socialistes, obstacles pour que la classe ouvrière assume le rôle de premier plan de l'histoire. Dans la troisième partie, l'éducation et la politique sont vues, à partir du fait que Luxembourg et Gramsci ont eu des événements révolutionnaires russes de 1905 et 1917. L'éducation de la classe ouvrière est analysée à partir des institutions prolétariennes: union, parti et conseils. Le texte établit des liens entre auteurs sur la lutte des classes, comme un processus révolutionnaire permanent, la formation, l'éducation, l'auto-éducation, autoatividade du processus révolutionnaire construit en antagonisme avec les forces du capital. Le mémoire a cherché à démontrer la thèse selon laquelle, même dans des contextes différents, unis par la philosophie de la praxis, Luxembourg et Gramsci concevoir l'éducation au-delà de l'école, dans le cadre de la politique, dans un processus comprise comme l'auto-éducation, autoatividade et l'autonomie de la classe ouvrière.

Mots-clés: Luxembourg, Gramsci, réforme et révolution, auto-éducation, autogestion.

ABREVIAÇÕES E SIGLAS

SPD	Partido Social-democrata Alemão
PSI	Partido Socialista Italiano
SDKP	Social-democracia do Reino da Polônia
SDKPiL	Social-democracia do Reino da Polónia e Lituânia
KPD	Partido Comunista Alemão
RDA	República Democrática Alemã
SPÖ	Partido Social-democrata Austríaco
AIT	Associação Internacional dos Trabalhadores
FIOM	Federacione Italiana Degli Operai Metalurgice
CGL	Confederacione Generale del Lavoro

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO **13**

Primeira Parte: A Social-Democracia e o Revisionismo

1 A SOCIAL-DEMOCRACIA ALEMÃ: DA ORTODOXIA AO CENTRISMO **31**

1.1 karl kautsky e a Social-democracia alemã 32
1.2 Kautsky e a sua trajetória política na Social-democracia alemã 34
1.3 Kautsky e a Internacionalização do Marxismo 43
1.4 Kautsky: Ortodoxia e Centrismo 47

2 O REVISIONISMO ALEMÃO: EDUARD BERNSTEIN **53**

2.1 Eduard Bernstein: Social-Democracia e Revisionismo 55
2.2 Bernstein como Marxista 57
2.3 Bernstein: Do Marxismo ao Revisionismo 59
2.4 As Premissas do Socialismo e as Tarefas da Social-Democracia 64

3 O REVISIONISMO ITALIANO: BENEDITO CROCE **76**

3.1 Benedito Croce: contextualização e apontamentos 77
3.2 Croce: sobre a História e a Arte 82
3.3 Benedito Croce: chegada ao Marxismo 86
3.4 Croce e as teorias históricas do professor Loria 90
3.5 Croce e a Crítica de Conceitos do Marxismo 92

Segunda Parte: Luxemburgo e Gramsci Frente ao Revisionismo

Marxismo: Teoria e Método 104

4 GRAMSCI E O REVISIONISMO ITALIANO **128**

4.1 Contextualização 128
4.1.1 Da Sardenha a Turim *128*
4.1.2 De Turim ao L'Ordine Nuovo *131*
4.1.3 Os Conselhos de Fábrica ou L'Ordine Nuovo *136*
4.2 Gramsci: Contraposição ao Revisionismo de Croce 154
4.2.1 Considerações sobre as Críticas de Croce *154*
4.2.2 Gramsci sobre as Críticas de Croce *159*
4.2.3 A Filosofia da Práxis *165*

5 LUXEMBURGO E O REVISIONISMO ALEMÃO **170**

5.1 O Método de Eduardo Bernstein 171
5.2 O Socialismo por meio de Reformas 178
5.3 O Estado: Democracia burguesa x Democracia Operária 180
5.4 A Democracia e a Conquista do Poder 185
5.5 O Oportunismo Revisionista 190

TERCEIRA PARTE: AUTOEDUCAÇÃO DA CLASSE PROLETÁRIA EM LUXEMBURGO E GRAMSCI

AUTOEDUCAÇÃO DA CLASSE PROLETÁRIA EM LUXEMBURGO E GRAMSCI 196

6 LUXEMBURGO: SINDICATO, PARTIDO E CONSELHOS 200

6.1 O Contexto da Greve Geral de 1904-1905 200
6.2 Luxemburgo e a Revolução Russa, 1905 204
6.3 Greve de Massas, Partido e Sindicatos 208
6.4 O Partido e a Autoatividade das Massas 226
6.5 A Questão da Espontaneidade e da Consciência de classe 235

7 GRAMSCI: PARTIDO, SINDICATO E CONSELHOS 241

7.1 Gramsci e o Partido Socialista Italiano 241
7.2 Autoeducação e Autogoverno Operário nas Comissões de Fábrica de Turim 252
7.3 Sindicatos, Partido e Conselhos a serviço da educação da classe proletária 263
7.4 Gramsci e a crítica ao Partido Socialista Italiano 270
7.5 O Partido Comunista Italiano: educar e organizar a classe proletária 274
7.6 Considerações sobre Educação e Política 288

8 A REVOLUÇÃO DE OUTUBRO E A FORMAÇÃO DA CLASSE PROLETÁRIA 295

8.1 Luxemburgo e a Revolução Russa, 1917 296
8.2 Gramsci e a Revolução Russa, 1917 316

9 NEXOS LUXEMBURGO E GRAMSCI 328

9.1 A questão do Revisionismo 329
9.2 A Revolução Russa 334
9.3 Os Conselhos 338
9.4 A Greve de Massas e a Frente única 346
9.5 Um Intelectual Militante e Orgânico 349
9.6 Educação e Consciência de Classe 367

CONSIDERAÇÕES FINAIS 377

REFERÊNCIAS 387

INTRODUÇÃO

No final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, na Europa, a teoria marxista foi confrontada em seus fundamentos pela corrente revisionista que questionava os fundamentos marxianos e colocava em cheque o socialismo científico, a teoria do valor-trabalho e a luta de classes em perspectiva revolucionária. Pensadores de grande renome intelectual e político da Segunda Internacional, como Karl Kautsky (1854-1938), Eduard Bernstein (1850-1932), Benedetto Croce (1866-1952), entre outros, estiveram no centro do debate político na Alemanha e na Itália. Com eles e a partir deles que Rosa Luxemburgo e Antonio Gramsci discutem suas ideias, travam fervorosos debates sobre as estratégias e os rumos do processo revolucionário. São debates teóricos que visam restaurar a ortodoxia marxiana[1], através da filosofia *da praxis*.

Luxemburgo, por manter relações colaborativas de forma mais direta com o Partido Social-democrata Alemão (SPD), esteve mais próxima de Kautsky e Bernstein, e com eles teve diversas polêmicas, registradas no conjunto de sua obra, com destaque para o enfrentamento do revisionismo e do oportunismo em *Reforma Social ou Revolução*? (1899) e para *A crise da social-democracia* (1916), onde condena os desvios social-democratas, a aprovação dos créditos de guerra e chama o operariado a ser "piloto lúcido da história".

Gramsci, no contexto italiano, nas experiências do *L'Ordine Nuovo*, com o operariado turinense e as reflexões dos Cadernos do Cárcere, estabelece um amplo e pesado debate com Croce por conta da grande influência do intelectual na conjuntura cultural da época. Já com Sorel, os debates ajudaram Gramsci na formulação de conceitos como bloco histórico e reforma intelectual e moral, fundamentais para a interpretação da realidade contemporânea.

---

[1] Ortodoxia marxiana, compreendida como abordado por Lukács em *História e consciência de classe*, como estudo sobre a dialética marxista.

Luxemburgo e Gramsci são autores que contribuíram no movimento dos trabalhadores no final do século XIX e início do século XX, pensando os caminhos possíveis para a revolução operária, bem como refletindo sobre os erros e os acertos no percurso do processo revolucionário. Nos autores, política e educação estão colocadas para além das concepções economicistas, reformistas e oportunistas presentes no cenário da Segunda Internacional (1889-1914). Em suas análises, retomam a ortodoxia marxiana da filosofia da *praxis*. A dinâmica histórica e dialética dos acontecimentos está permeada por forças hegemônicas, cuja compreensão é ampliada, para além do aspecto apenas econômico, envolvendo as forças políticas (reacionárias ou revolucionárias) e os elementos culturais, que limitam ou ampliam a compreensão da luta de classes e da ação revolucionária.

Gramsci (1881-1937), nos *Escritos políticos*, nos *Cadernos do Cárcere*, no jornal *L'Ordine Nuovo*, onde atuou como criador, organizador e editor, defendeu a criação dos conselhos de trabalhadores nas fábricas como uma manifestação do poder dos operários como produtores. Vê nos conselhos de fábrica uma importante tarefa de educação política, que pode levar os operários a uma qualificação e consciência das complexas condições dos meios de produção. Confia aos intelectuais ligados à massa do operariado, a quem chama de "intelectual orgânico", a formação do processo revolucionário que levará os trabalhadores à condição de poder trabalhar por si mesmos. Atribuía enorme importância à educação, autoeducação, autoatividade das massas para a conquista da hegemonia proletária, conquista do poder político pela classe operária.

Para Luxemburgo, em1904, as greves de massa foram a expressão de um processo de amadurecimento do operariado que, para além das conquistas econômicas, marcharam na perspectiva política revolucionária. O maior ganho das greves estava no "peso intelectual", no processo político-educativo. (LUXEMBURGO, 2011d). Em 1918, em *O que quer a Liga Spartakus?*, sinaliza que os conselhos de operários e soldados deveriam configurar a estratégia da luta anticapitalista e ser a base sobre a qual se organizaria a nova direção da vida social. Por isso, propôs como medida imediata para assegurar o triunfo da revolução a "substituição de todos os órgãos e de todas as autoridades do antigo regime por homens de confiança dos conselhos de operários e soldados." (LUXEMBURG, 1991b, p. 106).

Rosa e Gramsci trataram, entre outros temas, de questões como política, hegemonia, formação da classe proletária, intelectuais e o papel do Estado, organizando um conjunto de reflexões sistemáticas e orgânicas sobre militância, partido, sindicato, greves de massa no contexto histórico em que estavam inseridos.

Diante do exposto, o problema deste estudo é: investigar conexões entre educação e política em escritos de Luxemburgo e de Gramsci, no que diz respeito a formação da classe proletária. Qual a relação entre as instituições, sindicato, partido e conselhos e seu papel na educação das massas subalternas? Qual o papel do intelectual, do partido, da vanguarda na formação da classe proletária?

Os objetivos buscam: a) investigar a relação entre educação e política no contexto nos escritos de Luxemburgo e Gramsci; b) demarcar a contraposição dos autores frente as tendências revisionistas, reformistas e oportunistas, presentes no partido socialista e na Segunda Internacional; c) analisar o significado político-educativo das revoluções russas para os autores e para o proletariado mundial; d) discutir a função educativa do partido, do sindicato, dos conselhos na organização cultural revolucionária em Luxemburgo e Gramsci; e) refletir sobre a ação pedagógica da vanguarda (partido e sindicato) na formação da classe trabalhadora; f) estabelecer conexões entre os autores na questão do intelectual, papel da vanguarda na formação da classe operária e relação entre espontaneidade e consciência.

As proposições apresentadas por Luxemburgo e Gramsci ultrapassam o debate do dia-a-dia. Suas análises e considerações tornaram-se referências registradas na história cultural da humanidade e, portanto, não se dissolveram no particularismo das situações por eles vividas. Entretanto, “a cientificidade (universalidade) de seus pensamentos só pode ser apreendida quando for situada historicamente e traduzida corretamente”. (NOSELA, 1992, p. 132).

Na operacionalização da pesquisa, considera-se que os autores são produtos de seu tempo, do contexto histórico, do ambiente cultural em que estão inseridos. As questões vivenciadas e discutidas em cada época perpassam a vida e obra dos autores. “O conhecimento nunca foi elaborado desvinculado das condições históricas do seu tempo. Cada texto tem um contexto.” (BOGO, 2005).

A metodologia que guia as leituras é a teoria marxista, na sua vertente do materialismo histórico-dialético, com ênfase na compreensão que Gramsci buscava dar à filosofia da *praxis,* como "expressão consciente das contradições existentes na história e no meio social e atividade concreta que coloca a si mesmo como elemento de contradição, e eleva este elemento a princípio político e de ação". (SEMERARO, 2006, p. 10). Entende-se que as obras têm um uma história a partir de onde foram escritas e, portanto, estão permeadas das interferências hegemônicas do contexto político, social e econômico das primeiras décadas do século XX.

A metodologia histórico-dialética utilizada para análise das relações de poder diz respeito ao problema já abordado por Gramsci nos *Quaderni del Carcere*, quando ele comenta o prefácio da *Introdução à Crítica da Economia Política* de Marx. É o problema da relação entre estrutura e superestrutura que deve ser compreendido para se chegar a uma análise das forças de trabalho na história de um determinado período e suas relações de poder. Neste enfoque é preciso ter presente dois princípios:

> 1) que nenhuma sociedade está comprometida com as tarefas cuja solução ainda não existam as condições necessárias e suficientes ou não estejam pelo menos na aparência em vias de desenvolvimento; 2) e que nenhuma sociedade é dissolvida e pode ser substituída, caso não tenha feito anteriormente todas as formas de vida que estão implícitas em suas relações. (GRAMSCI, 1977, p. 1579).

Nas leituras, busca-se a percepção da conjuntura local, nas instituições proletárias (partido, sindicato e conselhos) e nos eventos (greves de massas, revolução russa, 1905 e 1917, revolução alemã em 1918-1919 e revolução italiana em Turim 1919-1920), nacional e internacional, a fim de captar as relações dialéticas travadas entre capital (burguesia) e trabalho (proletariado) na estrutura produtiva capitalista como Marx entendeu no Manifesto do Partido Comunista.

O estudo, na medida do possível, busca seguir a metodologia proposta pelo próprio Gramsci para a realização das leituras das obras dos autores, principalmente no que ele chama de *filologia vivente.* Se se quer estudar uma concepção de mundo que nunca foi exposta sistematicamente pelo autor-pensador é necessário

> [...] fazer um trabalho minucioso e conduzido com o máximo escrúpulo, de exatidão e honestidade científica. É necessário seguir, antes de mais nada, o processo do desenvolvimento intelectual do pensador, para reconstruí-lo segundo os elementos tornados permanentes, isto é, aqueles que foram assumidos pelo próprio autor como pensamento próprio, diverso e superior ao 'material' precedentemente estudado e pelo qual ele pode ter tido certos momentos de simpatia, até tê-lo aceito provisoriamente e ter-se servido dele para seu trabalho crítico e de reconstrução histórica ou científica [...] A pesquisa do *leitmotiv*, do ritmo do pensamento [é] mais importante que simples citações destacadas. (GRAMSCI, 1977, p. 1194).

As leituras dos escritos dos autores têm presente os processos de transformação que estavam ocorrendo no contexto vivido. Com isso, a própria leitura poderá ser uma *praxis*, na medida que considera a questão dos meios de produção. O seu significado não está dado, precisa ser buscado e, como lembrava Gramsci, ler é perguntar. O método da "filologia vivente"

> [...] comporta o movimento da circulação do empírico e do individual ao universal e total e vice-versa, sem nunca fechar o círculo ou chegar a uma conclusão definitiva ou peremptória. Trata-se de uma ideia chave tanto na ciência como na política, no âmbito teórico e prático, seja nas dimensões da pesquisa abstrata como na análise concreta. (BARATTA, 2004, *Apud* DIAS, 2012, p.121).

A leitura de cada obra busca ser entendida como um documento passível de múltiplas interpretações, uma vez que está interligada ao meio social em que foi produzida, portanto caberá ao pesquisador captar a sua manifestação em meio as relações dialéticas.

Luxemburgo e Gramsci, ao pensarem o Estado e suas relações com a sociedade civil para além do econômico e do político, introduziram a questão cultural. De modo que a educação não é algo restrito apenas a escola, mas assume um sentido mais amplo, como formação para a vida, para o mundo do trabalho e para um novo projeto de sociedade. Essa perspectiva realça a possibilidade de análise da dimensão política e cultural, permeada pelas forças hegemônicas no poder e em vias de acesso ao poder. Dessa forma, tem-se em Luxemburgo e Gramsci elementos que ajudam a pensar na conjuntura atual as perspectivas de um projeto revolucionário em contraponto ao

neoliberalismo presente na atualidade ou mesmo estabelecer parâmetros para um pacto de resistência as investidas neoliberais.

A necessidade de se trabalhar educação em sentido amplo, deve-se ao fato de Luxemburgo e Gramsci não terem sido pedagogos, no sentido estrito do termo, mas enquanto políticos, acentuaram a dimensão política e cultural da educação, explicitaram em seus escritos "uma pedagogia da emancipação humana para a construção de uma nova ordem social e política". (SCHLESENER, 2009, p. 17). Ambos foram políticos envolvidos em um processo revolucionário, historicamente situados em contextos diferentes, mas que tinham em comum a dedicação à organização do movimento operário e à construção da revolução socialista.

Para uma melhor compreensão dos fundamentos que interligam educação e política nos textos de Luxemburgo e Gramsci, visitam-se as clássicas obras de Marx e Engels, responsáveis pela inserção da formação do homem pelo mundo do trabalho.

Educação, Trabalho e Política

Para falar de educação em Luxemburgo, Gramsci e nos fundadores do marxismo, Marx e Engels, há a necessidade de se ampliar os horizontes de abrangência para além de escola formal, envolver educação na sua relação com a política, com a economia, com uma nova concepção de homem e, acima de tudo, como parte de um projeto de emancipação e de construção de uma nova sociedade comunista. Eles "não fizeram uma exposição sistemática sobre a escola e a educação." Além de não terem uma "teoria pedagógica", as posições sobre o tema estão diluídas ao longo de suas obras, aparecendo relacionadas as questões nas quais eles se debruçam. (LOMBARDI, 2010, p. 330).

Luxemburgo e Gramsci se apropriam da filosofia marxista como eixo metodológico para interpretação e compreensão da sociedade. Fazem do socialismo científico instrumento primordial para empreender a crítica à hegemonia dominante, que está para além das relações materiais, envolve as relações ideológicas superestruturais mantidas pela classe dominante, através do controle dos meios de produção e seus aparatos ideológicos. A educação neste contexto se amplia, está relacionada a formação humana em sua plenitude e no compromisso de uma construção revolucionária, capaz

de quebrar as estruturas da barbárie capitalista e lançar as bases de uma nova sociedade. A concepção de educação, da formação do homem é ampliada, já não comporta apenas o espaço escolar, mas assume a dimensão crítica e revolucionária ligada ao conjunto da realidade vivida. Aprendizado que o operário adquire no chão da fábrica, nos conselhos e comitês de fábrica. Uma formação que trabalha na perspectiva de um homem omnilateral, ser concreto, social e político. Sujeito que não apenas tem a compreensão dos signos necessários para leitura e entendimento dos textos, mas um ser político, que se constrói em um processo revolucionário que possibilita ler e compreender a vida, as condições de trabalho e a inserção no domínio dos mecanismos tecnológicos de produção. Tarefa que os autores se inspiram na obra de Marx e Engels e desenvolvem através da filosofia da práxis, do materialismo histórico, método de análise e transformação da realidade.

A formação de um novo homem em Marx, nos *Manuscritos Econômico Filosóficos* 1844 *e A Ideologia Alemã* (1845 e 1846), aparece interligada a crítica ao trabalho e à propriedade privada, nos esforços de superação da alienação, em um contexto de construção de uma nova sociedade e na crítica à filosofia de Hegel.

Nos *Manuscritos Econômico Filosóficos* Marx aborda a natureza social do trabalho e as formas que assume o modo de produção capitalista, como gerador de exploração e as possiblidades de se alcançar a emancipação político-social. O trabalhador imerso em um processo de produção, fragmentado, que apenas extrai suas energias, perde a noção de totalidade, não mais se reconhece com sujeito de suas criações, perde sua dimensão criativa e deixa de ser um produtor autônomo, tornando o resultado de seu trabalho, algo estranho a si mesmo. Para Marx, pelo trabalho o homem modifica a natureza e a si mesmo, mas ao contrário, quando o trabalho suprimí a criatividade do trabalhador torna-o um ser genérico, estranho a sua essência humana e aos demais trabalhadores. Condição que dificulta a socialização entre seus pares e uma identificação enquanto luta de classes.

Para Marx, a formação do homem através da história do trabalho, do ponto de vista da materialidade, tem três características. Na primeira, o processo de trabalho é apresentado como superação do homem da sua condição de animalidade, ou seja, por meio do trabalho o homem supera os instintos animais, humaniza-se, estabelece novas

relações, cria a realidade através do trabalho. Como ser inventivo, autônomo e livre em relação a natureza e as condições de trabalho, o homem se identifica como sujeito que transforma as necessidades individuais e coletivas.

Em uma segunda característica, Marx enfoca as fábricas, o modo de produção fabril imposto nas relações de produção capitalista, através de um trabalho mecanizado, fragmentado e repetitivo, em que o homem tem seu potencial criativo, sua subjetividade e liberdade suprimidas. Uma vez condicionado ao modo de produção fabril, o homem, nessas condições de trabalho, é impedido de manifestar a subjetividade e a liberdade de criação, vivendo em um contexto de estranhamento de si, dos demais homens e do mundo que o circunda.

Uma terceira característica é sinalizada pela possibilidade de superação da condição de estranhamento (alienação), pela intervenção e consciência crítica das condições de produção. Para Marx, a superação da condição de alienação acontece pela transformação do modo de produção capitalista e supressão da propriedade privada, por meio de uma nova organização social "comunista", com uma propriedade comunitária. A supressão da propriedade privada pelo comunismo constitui um retorno do homem a si mesmo.

> Trata-se do retorno pleno, tornado consciente e interior a toda riqueza do desenvolvimento até aqui realizado, retorno do homem para si enquanto homem social, isto é, humano. Este comunismo é, enquanto naturalismo consumado = humanismo, e enquanto humanismo consumado = naturalismo. Ele é a verdadeira dissolução do antagonismo do homem com a natureza e com o homem; a verdadeira resolução do conflito entre existência e essência, entre objetivação e auto-confirmação, entre liberdade e necessidade, entre indivíduo e gênero (MARX, 2010, p. 105).

A gestão comunitária e participativa da propriedade possibilita o resgate da condição livre, criativa e autônoma do homem. Um homem, sujeito da história, construtor de si e do mundo, a partir das inúmeras possibilidades de intervenção na realidade. Marx, coloca a "centralidade dialética do trabalho enquanto princípio educativo", uma ação que desemboca na proposta de uma "educação omnilateral, em oposição à unilateralidade da educação burguesa." (LOMBARDI, 2010, p. 340). O

trabalho aparece como espaço educativo formador de uma nova consciência política, crítica e revolucionária.

Na *A Ideologia Alemã* (1845 e 1846), Marx e Engels defendem o trabalho como formador do homem social. O que torna o homem diferente dos animais não é apenas a consciência ou uma religião, mas os meios de existência são consequência de sua organização social, mas "ele mesmo começa a se distinguir dos animais tão logo começa a produzir seus meios de vida, passo que é condicionado por sua organização corporal. Ao produzir seus meios de vida, os homens produzem, indiretamente, sua própria vida material." (MARX e ENGELS, 2007, p. 87). Os meios de existência são produzidos na relação com a natureza, outros homens através da mediação do trabalho. Marx e Engels, ao colocar o mundo com criação do homem, rompem com o absolutismo hegeliano, em que a ideia constrói a realidade. O pensamento ao determinar o modo de produção torna o homem, a ação humana, inoperante diante das estruturas sociais e das políticas vigentes. Marx e Engels recuperam a relação do homem com a natureza, do ponto de vista da produção dos meios de existência e resgatam a condição de sujeito de suas ações, das relações sociais e políticas. Um sujeito histórico que conduz seu destino.

> O que eles são coincide, pois, com sua produção, tanto com o que produzem como também com o modo como produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção. (MARX e ENGELS, 2007, p. 87)

Marx e Engels, portanto, negam as "ilusões do espírito puro", da filosofia de hegeliana, da qual foram depositários, sinalizam para as limitações da ruptura entre teoria e prática." (SADER, 2007, p. 12). Condenam a supervalorização da teoria e das abstrações em detrimento da prática, pois como a realidade é dinâmica, contraditória e está em constante movimento, as formulações teóricas, quando confrontadas com o real, mostram-se vazias. O mundo é concebido como produto do trabalho humano, realidade histórica construída pelos homens em sociedade. O homem pela capacidade de trabalho se constitui como ser histórico, intervém e transforma a natureza em seu favor.

Para superar os equívocos hegelianos, Marx e Engels apresentam uma releitura da teoria e da prática a partir do contexto histórico, do concreto, da práxis. Com

isso, a formação humana incorpora a natureza de um ser histórico, que carrega consigo uma unidade de pensamento e está em contado com uma realidade contraditória, dialética. Pela práxis revolucionária, o homem busca compreender a complexidade social em que em está inserido, ao mesmo tempo que trabalha para construir as novas relações de produção e sociais. O homem, portanto, se educa à medida que intervém na transformação da realidade. A educação é vista como "elemento formador da consciência crítica do homem frente às determinações da realidade", evidenciando uma estreita relação entre educação e política. (DAL LIN, 2013, p. 18).

A questão educativa aparece em Marx e Engels quando rompem com a supremacia do pensamento sobre ação e compreendem que toda ação traz consigo uma dimensão teórica, uma visão de mundo. "Educação para Marx compreende todos os elementos interligados e interdependentes que compõe a vida do homem." (DAL LIN, 2013, p. 18-19). Na fragmentação, mecanização e repetição fabril o homem vive o isolamento e o estranhamento de si e do mundo. No modo de produção capitalista suprime-se a socialização, uma das formas educativas fundamentais em Marx. Através da socialização tem-se as condições de construir uma vontade coletiva revolucionário, um processo autoeducativo de aprendizagem.

Marx, ao desfazer as fronteiras entre trabalho e educação, evidencia que não há supremacia do trabalho intelectual sobre o trabalho manual, pois pela prática pensada e refletida, o homem se constrói histórica e socialmente, sendo um sujeito da práxis. A ciência é associada a realização do homem frente ao trabalho e não como instrumento de exploração e manipulação do homem, como usado no sistema capitalista. A ligação entre produção e ciência possibilita ao trabalhador a compreensão do sistema de produção, reconhecimento das condições de labor e, assim, agir na perspectiva emancipatória, buscando ser sujeito livre e criativo.

> A transformação da educação com vistas a tais objetivos, implica uma profunda transformação no modo de produzir dos homens; isso só será alcançado quando também ocorrer uma transformação da divisão social do trabalho que, com a abolição da diferença entre trabalho intelectual e trabalho manual, conduza a uma reaproximação entre a ciência e a produção. (LOMBARDI, 2010, p. 341)

Na *Crítica do Programa de Gotha,* Marx explícita o vínculo entre educação e política, deixando claro que os moldes de educação burguesa não são suficientes para os objetivos revolucionários da classe operária. A *Crítica* é realizada no contexto de 1875, quando na cidade de Gotha, aconteceu a unificação dos dois partidos operários alemães, Associação Geral dos Trabalhadores Alemães, coordenada pelos lassalianos e pelo Partido Social-Democrata dos Trabalhadores, dirigidos por Wilhelm Liebknecht e Augusto Bebel. Os dois partidos criaram uma pauta comum que deveria orientar a luta de classes. O documento ficou conhecido com Programa de Gotha. Marx, à época, tendo presente que "cada passo do movimento real é mais importante que uma dúzia de programas", compreendeu a importância da unificação, no entanto, considerou o projeto de Gotha tendenciosamente Lassalista, sem muitas perspectivas que indicassem para uma sociedade comunista do futuro. (MARX, 2002, p. 20). Um programa cheio de marcas da velha sociedade, caracterizado por uma "igualdade de direito" burguesa, alicerçada apenas no campo jurídico, com uma estratégia de transição para o comunismo que se utiliza de cooperativas criadas com o apoio do Estado, instituições de governo conduzidas pela burguesia.

Na questão da formação da classe proletária, o documento não era diferente, limitando-se apenas a caminhar no terreno das conquistas burguesas. Para Marx, ao se reivindicar conquistas do Estado burguês à classe operária, como uma "educação popular universal e igual sob incumbência do Estado. Escolarização universal obrigatória. Instrução gratuita" (MARX, 2002, p. 90), nada mais se fez do que "conferir ao Estado o papel de Educador do povo!" (Idem, p.45), uma credulidade servil a um Estado burguês, pseudo-democrático, que caminha distante do socialismo. Marx defende o valor das sociedades cooperativas enquanto espaço de criação e de formação política dos trabalhadores, sem interferências dos governos burgueses. O mesmo pode-se dizer da escola formal burguesa, que não contribui para uma identidade proletária e para uma libertação das condições de exploração, isto é, emancipação social e humana. Por isso, conclui Marx, que "o parágrafo sobre as escolas devia pelo menos ter exigido escolas técnicas (teóricas e práticas) combinadas com a escola pública." (MARX, 2002, p. 46).

Luxemburgo, em 1917, em *Olhar retrospectivo sobre a Conferência de Gotha*, seguindo a tradição de Marx, enfatiza a necessidade de uma "autocrítica impiedosa", sem disfarces, sobre a tarefa daquela reunião de Gotha, que deveria dar início a um renascimento do movimento operário socialista na Alemanha, com fundamentos na luta de classes. Para ela, a direção do encontro, ao invés de orientar, "as novas tarefas políticas e o estatuto da organização", com base em um "profundo e radical *enfrentamento do passado*", procurou, ao contrário, "ficar presa às fórmulas e esquemas obsoletos e desacreditados", permanecendo ligada às "raízes políticas do burocratismo e degenerescência da democracia" como continuação do antigo partido. (LUXEMBURGO, 2011b, p. 160-161). Para ela, enfrentar de forma crítica o passado do partido e analisar os erros do movimento operário são meios importantes para "sacudir e educar as massas", através da história do próprio movimento operário.

> Não basta que um punhado de pessoas tenha a melhor receita no bolso e que já saiba com as massas devem ser dirigidas. Essas massas precisam ser intelectualmente arrancadas às tradições dos cinquenta anos passa para se libertarem delas. E só podem fazê-lo num amplo processe de rigorosíssima e permanente autocrítica do movimento como um todo. (LUXEMBURGO, 2011b, p. 162).

A educação no marxismo exerce papel fundamental para a formação individual e coletiva, sempre com vistas à emancipação humana, por isso mesmo é uma educação que considera as múltiplas determinações, não é neutra, tem fins muito claros. Educação e política aparecem entrelaçadas na ação revolucionário da classe proletária.

Em Luxemburgo e Gramsci, seguidores da filosofia da práxis, não é diferente. Educação para além da escola aparece articulada com a política, com autoatividade, autogoverno e autoeducação da classe operária. Os conceitos são problematizados a partir da luta de classes, na conjuntura histórica e expressam o processo de formação da classe operária e seu enfrentamento contra o sistema capitalista, corporativo e imperialista. Portanto, a educação em Luxemburgo e Gramsci está sendo assumida para além da escola e sala de aula, embora a vissem como alicerce básico para a formação, pois nela se dá assimilação dos signos e dos símbolos que possibilitam ler e compreender o mundo.

Quando se fala em educação para além da escola, assume-se uma dimensão mais ampla, de autoeducação, autoatividade das massas operárias, de formação para vida, para o mundo do trabalho, de formação política, na luta de classes, pois Luxemburgo e Gramsci foram políticos que pensaram a dimensão política e cultural da educação unidas em um processo revolucionário, concreto, em que a classe operária assumiu, com a liderança do partido e dos sindicatos, na condição de sujeitos históricos, as rédeas de seu próprio destino. Transformaram as greves de massa, que eram instrumentos de luta econômica, por melhorias salariais e conquistas trabalhistas, em greves políticas, que além das conquistas econômicas imediatas, que eram importantes, trabalharam na dimensão política, vislumbrando, através do movimento operário e de sua formação, um futuro revolucionário socialista. Ao mesmo tempo, os operários, no aprendizado da luta fizeram dos conselhos laboratórios de aprendizagem, com gestão democrática da vida pública, em que vivenciaram um processo pedagógico, de "emancipação humana para a construção de uma nova ordem social e política". (SCHLESENER, 2009, p. 17).

A articulação entre política e educação aparece em diversas passagens nos textos de Luxemburgo e Gramsci. No Caderno 10, Gramsci, ao considerar questões metodológicas para uma análise de Benedetto Croce, destaca a importância de uma identidade entre filosofia e história, no campo do materialismo histórico. Por conseguinte, sinaliza a necessidade de uma crítica ao conceito de história em Croce, por lhe parecer meramente livresca e erudita. O que pode ser evitado na medida que se tenha uma "identificação entre história e política", pois se "o político é um historiador" (no sentido que, "agindo no presente interpreta o passado"), o "historiador é um político e, neste sentido" a "história é sempre história contemporânea, isto é, política". (GRAMSCI, 1977, p. 1242).

A educação nos escritos de Luxemburgo e Gramsci tem como convergência e centralidade da luta de classes, a partir do qual se evidenciam os conceitos de educação e de cultura. A educação assume um sentido mais amplo, de um processo real que acontece ao longo da vida, permeado pelas determinações sociais, econômicas e políticas. A educação escolar nesse universo é apenas uma parte de um processo

formativo, sendo que muitas vezes a escola assume objetivos diversos daqueles almejados pelas classes subalternas.

A cultura aparece no conjunto das relações de força da luta de classe. Portanto, na medida que tem seu cárter de classe, sua apropriação está condicionada às relações de forças. (SCHLESENER, 2016, p. 02). A apropriação da cultura historicamente produzida depende das relações de força entre o grupo que detém o poder dominante e as formas de resistência e de luta hegemônica que os subalternos conseguem criar.

Tendo por fundamento os pressupostos de Marx e Engels sobre trabalho, educação e política que se busca compreender a educação nas seguintes dimensões: 1) a educação como algo que está para além da escola, envolvendo as dimensões econômica, social e política da vida; 2) educação como formação revolucionária da classe proletária; 3) educação como processo de conscientização frente as barbáries capitalistas; 4) educação enquanto práxis e ação revolucionária; 5) educação com auto-educação, manifestação política dos interesses revolucionários da classe operária.

Por isso, quando se pensa a relação entre educação e política, o foco não será a escola, mas a formação política e cultural da classe trabalhadora que acontece nas lutas do dia-a-dia, ou seja, na participação no partido, nos sindicatos, no movimento dos conselhos de fábrica e na greve de massas.

Para uma melhor compreensão da pesquisa, o texto está assim distribuído no conjunto da obra. Na introdução, para além dos objetivos e alinhamentos metodológicos, é apresentada a relação entre educação e política, a partir dos fundamentos marxianos, que é o eixo central que transpassa todo o escrito. Para fins didáticos, o texto está dividido em três partes, que se complementam e se integram.

Os três capítulos da primeira da parte I são apresentadas as discussões que podem ser compreendidas como as bases teóricas (as teses) predominantes no cenário da Segunda Internacional e no partido socialista alemão e italiano, de onde partem Luxemburgo e Gramsci, para formular suas concepções teóricas, políticas e educativas, que irão ajudar a classe proletária a enfrentar a barbárie capitalista.

O primeiro capítulo é dedicado a figura de Karl Kautsky, liderança do Partido Social-democrata Alemão, que desenvolveu no partido um trabalho de divulgação e

internacionalização do marxismo. No capítulo é evidenciado o lado sombrio da liderança de Kautsky, que ao mesmo tempo que simpatiza com o socialismo parlamentar, combate o revisionismo. É apresentado o kautskismo, o centrismo dogmático de partido, que confundido com ortodoxia, atribuiu a uma vanguarda a interpretação do socialismo científico e os destinos do movimento operário, razão de muitos embates com Luxemburgo, Gramsci, entre outros membros da esquerda.

O segundo capítulo apresenta Eduard Bernstein e o revisionismo alemão. Enfoca a liderança de Bernstein dentro do partido, a fase marxiana, a transição e a sedução pela concepção oportunista das vias parlamentares para se instaurar o socialismo. Nele são expostas as principais diretrizes presentes nas *Premissas do Socialismo e as Tarefas da Social-democracia*, para mostrar um Bernstein, que através da teoria da adaptação, nega fundamentos da ortodoxia marxiana. O socialismo científico, o valor-trabalho e a luta de classes, pilares centrais do marxismo, são desconsiderados e em seu lugar é proposto uma harmônica transição do capitalismo ao socialismo, via Estado democrático, parlamento, cooperativas e sindicatos.

O terceiro capítulo trata do historicismo e do revisionismo italiano na pessoa de Benedetto Croce, que exerceu significativa influência na juventude de Gramsci. Mais tarde no cárcere, Croce será foco das contraposições de Gramsci, principalmente quando ele busca na ética kantiana, no "imperativo categórico", as bases para a luta operária, transformando a luta do operariado em esforço ético-moral.

A segunda parte, composta dos capítulos 4 e 5, é apresentada as antíteses, o antagonismo de Luxemburgo e Gramsci ao revisionismo, ao reformismo e ao oportunismo, presentes nas fileiras socialistas, obstáculo para classe operária assumir o protagonismo da história, acelerar o futuro.

No quarto capítulo aparecem as posições de Gramsci frente ao revisionismo. Nele é feita uma contextualização de Gramsci no percurso de Sardenha a Turim, de Turim ao *L'Ordine Nuovo* e no período dos conselhos de fábrica. São apresentadas algumas contraposições sobre a interpretação que Croce deu ao materialismo histórico, transformando-o em um instrumento metodológico da linguagem especulativa, bem como, as discordâncias de Gramsci sobre posições revisionistas de Croce, no que diz respeito a compreensão da história. O capítulo é finalizado com a filosofia da praxis,

que tem suas raízes em Marx, indicada por Labriola, como caminho oposto ao neo-kantismo e, sinalizada por Gramsci, como um retorno ao núcleo central da tradição marxiana, método para enfrentar as filosofias especulativas e concepções revisionistas no interior do partido e redirecionar a praxis revolucionária, a partir da autoeducação das massas proletárias.

No quinto capítulo é apresenta a contraposição de Luxemburgo ao revisionismo alemão de Eduard Bernstein. Nele é apresentada a equivocada interpretação do método marxista de Bernstein, que conduziu a uma concepção de um socialismo democrático, progressivo via parlamento e democratização dos benefícios burgueses. Contra Bernstein e a democracia burguesa, Luxemburgo propõe a "martelada da revolução", como forma de se destruir a democracia burguesa e de construir uma democracia operária, através da autoatividade das massas.

Na terceira parte (Capítulos 6 a 9), para onde se direcionam as duas partes anteriores, é a síntese, caminho sinalizado por Luxemburgo e Gramsci ao proletariado, a luta de classes como processo revolucionário permanente, de formação, de educação, de autoeducação, de autoatividade, construído no antagonismo com as forças do capital. Dessa forma, educação e política são caracterizadas a partir da compreensão que Luxemburgo e Gramsci tiveram dos eventos revolucionários russos de 1905 e 1917 e a relação entre sindicato, partido e conselhos na educação da classe operária.

No capítulo 6, tratada a revolução de 1905, a interpretação dos eventos da greve de massas, a educação, a autoeducação e a autoatividade das massas pela práxis das greves, o envolvimento do partido socialista russo na educação socialista e as lições que o evento russo tem a ensinar a social-democracia alemã.

No sétimo capítulo é discutida a função educativa da instituições proletárias, sindicato, partido e conselhos e a relação entre elas, a militância de Gramsci no PSI, as críticas de Gramsci a via reformista assumida pelo partido e o desejo de que ele volte a ser o educador da classe operária. A criação do PCI como uma instituição que educa e é educada pelas massas, esperança de o partido massa reúna uma frente única para fazer antagonismo ao capital, que naquele contexto, usava vestes do fascismo. O capítulo mostra a preocupação de Gramsci com a formação política, a educação, a autoeducação

das massas como forma de melhorar a militância da organização proletária, tornando-os capazes de serem sujeitos da história, acelerando o futuro Estado socialista

O oitavo capítulo traz a visão de Luxemburgo e Gramsci sobre a revolução de outubro (1917), na Rússia, as ponderações dos autores sobre o evento, o significado para o socialismo mundial, as críticas sobre alguns procedimentos e os aprendizados para o proletariado mundial.

O nono capítulo estabelece algumas conexões entre Luxemburgo e Gramsci, são questões que perpassam os escritos dos autores, como o revisionismo, a revolução russa, a proximidade entre as formulações de greve de massas e frente única, a questão do intelectual, entre outras. Elas sinalizam que, mesmo em contextos diferentes, os autores se mantiveram unidos pela filosofia da práxis, no antagonismo de classe e na defesa de um marxismo revolucionário.

O percurso do escrito busca demonstrar a tese de que, mesmo em contextos diferentes, unidos pela filosofia da práxis, Luxemburgo e Gramsci concebem a educação para além da escola, em conexão com a política, em um processo compreendido como autoeducação, autoatividade e autogoverno da classe proletária.

Primeira Parte

A Social-democracia e o Revisionismo

1 A SOCIAL-DEMOCRACIA ALEMÃ: DA ORTODOXIA AO CENTRISMO

Neste capítulo analisa-se o debate teórico-político no cenário da II Internacional (1889-1914), aborda-se a figura de Karl Kautsky, que estava no centro desse debate, liderança do Partido Social-democrata Alemão, responsável pela divulgação, internacionalização do marxismo e a contribuição de Kautsky no combate ao revisionismo. Apresenta-se o *kautskismo* ou centrismo dogmático de partido, que muitas vezes, confundido com ortodoxia[2], na aparência de atribuir a uma vanguarda a interpretação do socialismo científico, separava a atividade teórica da atividade prática, comprometendo os destinos do movimento operário, razão de embates do distanciamento de Luxemburgo.

A contextualização visa explicitar os caminhos políticos que se construíram a partir de Marx, principalmente com a criação do Partido Social-democrata Alemão (SPD), em 1875, através da união da Associação Geral dos Trabalhadores alemães, fundada por Ferdinand Lassale (1863) e o Partido Operário Social-democrata alemão (1869).

Justifica-se a necessidade de se conhecer Kautsky, por ser ele uma figura central na SPD, com quem Luxemburgo fez interlocuções, poucas vezes de apoio, na grande maioria, assume posição em perspectiva crítica e revolucionária a favor da massa,

---

[2] O termo ortodoxia é assumido na perspectiva proposta por Lukács, no livro "História e Consciência de Classe", onde defende que a função do marxismo ortodoxo é superar o revisionismo e o utopismo. Ser marxista ortodoxo não condiz com aceitação pacífica, ato de fé, em uma verdade dogmática, mas diz respeito a fidelidade aos princípios marxianos, a seu método, à dialética materialista em perspectiva revolucionária, ao valor-trabalho, à luta de classes. "A ortodoxia não é guardiã de tradições, mas anunciadora sempre em vigília da relação entre o instante presente e suas tarefas em relação à totalidade do processo histórico". (LUKÁCS, 2012a, p. 104).

Um esforço para manter "fidelidade ao marxismo originário, ou seja, o marxismo que ainda não havia sido desfigurado, quer pelo velho Kautsky, quer por Stalin e seus adeptos que o violentaram até torna-lo irreconhecível". (SCHÜTRUMPF, 2015, p. 34-35).

dos operários. Situar Kautsky e o SPD esclarece a compreensão das posições que Luxemburgo e Gramsci ocuparam nos debates da época.

1.1 KARL KAUTSKY E A SOCIAL-DEMOCRACIA ALEMÃ

A trajetória de Kautsky é bastante complexa, sua vida e obra estão estreitamente ligados à II Internacional Socialista, com a Social-democracia alemã e a internacionalização do marxismo. De modo que as transformações de seu pensamento estão diretamente relacionadas aos conflitos vivenciados no contexto histórico, político, econômico e social pelos quais passava a Europa no final do século XIX e começo do século XX. Contexto de grande efervescência popular, de luta pela derrubada dos grandes impérios e de uma social-democracia, que vindo ao encontro das aspirações dos trabalhadores, ajuda a classe proletária a pensar o futuro, a se organizar como classe e a lutar pela derrubada do poder capitalista, na busca do controle dos meios de produção.

O pensamento de Kautsky foi sofrendo mutações no decurso da história. No início, tinha caráter revolucionário, embora sob forte influência de uma visão evolucionista darwiniana. Mais tarde, assumiu posições fortes e decisivas em defesa da ortodoxia marxiana frente aos ataques heterodoxos do revisionismo de Bernstein. Kautsky, pela defesa das vias parlamentares e democráticas nos rumos do socialismo e pelas posições diante da guerra imperialista (1914), assume posições contrárias aos interesses do movimento operário. Ele adere a concepções reformistas, renegando posições do passado, com isso, criou uma tendência conhecida como “centrismo”, “oportunismo” e “*kautskismo*”, traços marcantes da biografia de Kautsky, que serão criticadas e combatidas nos textos e nas ações práticas de Luxemburgo e Gramsci.

A história do marxismo e a pessoa de Kautsky se confundem e se entrelaçam. “Sem Kautsky, é impossível descrever a história do marxismo nos anos da Segunda Internacional” (SALVADORI, 1982, p. 229). O fato de Kautsky ter sido admirado pelas contribuições que deu ao socialismo, mas ao mesmo tempo, odiado pelas tendências de esquerda, que viam nele um centralismo de partido e simpatia pelo reformismo, constituiu uma multiplicidade de interpretações sobre sua pessoa, que de acordo com os interesses em jogo, identificam-se, contrapõem-se e são excludentes.

As divergências na interpretação sobre o espaço de Kautsky no marxismo dizem respeito ao juízo sobre o papel que ele desempenhou ao longo de sua vida. Salvadori (1982, p.299-300) indica algumas correntes de interpretação do pensamento e da obra de Kautsky: 1) Os que veem Kautsky como excelente continuador de Marx e Engels; 2) Os que o consideram como mestre do marxismo por certo tempo, até sua traição ao marxismo, destaque para a figura de Lênin; 3) Os que, como Rosa Luxemburgo e depois Mehring, constatam que Kautsky estudou muito Marx, mas sem entender o nexo entre teoria e prática revolucionária, o que acabou reduzido a um marxismo doutrinarista (filisteu); 4) quem, como Karl Korsch, viu na obra de Kautsky uma verdadeira deformação do "espírito" do marxismo, pela incompreensão das categorias de Marx e de suas origens na matriz dialética e hegeliana; 5) revisionistas alemães, que acusaram Kautsky de ser um pontífice de uma doutrina reduzida a falsa consciência da realidade, incapaz de sobreviver, a não ser como ideologia, como não ciência da realidade. Interpretações, que em grande parte, são reflexos do fato de que "depois de Marx, o marxismo não continuou com uma teoria unitária, mas se dividiu em marxismos" (SALVADORI, 1982, p. 300) sendo que, cada uma das correntes, convicta de ser continuadora de Marx e seu legado, emitiu juízo aprovando e condenando outros modos de ser "marxista".

Apesar das divergências quanto ao espaço que ocupou em vida e posteriormente nos rumos dos socialismo, Kautsky é uma presença incontestável, que marcou o marxismo, a Segunda Internacional e, portanto, "não é possível dissociar a figura de Kautsky do movimento social-democrata alemão" e para compreendê-lo melhor, torna-se necessário, conforme Bertelli, "estudar toda a história desta social-democracia ao longo do período que vai do Congresso de Erfurt (1891) até pelo menos, o fatal 4 de agosto de 1914". (BERTELLI, 1988, p. 07). Tal observação também é registrada e defendida por Giuliano Procacci em 1959, quando falando de Kautsky, mencionava que havia poucos escritos sobre ele, e que tal desencorajamento dos biógrafos se devia ao fato de que:

> [...] escrever sua vida equivaleria, em muitos aspectos, a escrever a história da social-democracia alemã no seu conjunto. [...] o que significaria, procurar resolver problemas cuja solução deve ser buscada em um campo de investigação muito mais amplo do que o de uma biografia e até de um estudo de história política. (PROCACCI, 1988, p. 80).

Procacci (1988), além de chamar a atenção para a particularidade do pensamento de Kautsky, sinaliza a necessidade de que estudos aprofundados sejam realizados, pois, diferente de outros pensadores da Segunda Internacional, como Bernstein, Luxemburgo, Karl Liebknecht e Mehring, de quem se tem estudos biográficos detalhados, "no que se refere a Kautsky, ao contrário, somos obrigados a recorrer a exposições parciais e circunstanciadas e ao perfil que ele mesmo traçou de sua vida e de sua atividade em 1923". (PROCACCI, 1988, p. 79).

Diante das condições expostas, apresenta-se Kautsky em seu percurso com a social-democracia. Aqui o intuito é situar o leitor nas discussões sobre o marxismo, sua difusão pelo mundo, o revisionismo, centrismo, entre outros, no contexto da Segunda Internacional e da social-democracia.

1.2 KAUTSKY E A SUA TRAJETÓRIA POLÍTICA NA SOCIAL-DEMOCRACIA ALEMÃ

Kautsky (1854-1938) nascido em Praga, de origem tcheca, migrou com a família para Viena, na Áustria, onde fez seus primeiros estudos. As dificuldades econômicas que a família atravessou, juntamente com um clima boêmio, que reinava em Viena, somados às experiências escolares bastante infelizes e à sensação de impotência e de servilismo, que reinava na corte vienense, da qual seu pai tinha acesso por motivos de trabalho, "lançaram o rapazinho num estado de descontentamento e de desilusão a respeito da sociedade em que vivia" (SALVADORI, 1982, p. 302). Em seu isolamento, Kautsky manifestava admiração por Garibaldi, mergulhava nas leituras de novelas de George Sand, principalmente *Le péché de Monsieur Antoine*, a mais socialista delas, que serviu de inspiração e meditação". (SALVADORI, 1982, p. 302). A *Comuna de Paris* (1871) e "[...] as leituras de obras históricas de Louis Blanc, da

primeira imprensa socialista e, finalmente, dos trabalhos lassallianos." (PROCACCI, 1988, p. 81), sinalizam uma mudança na vida de Kautsky, que abandonou o nacionalismo democrático e se tornando um internacionalista convicto.

É de 1875 a adesão de Kautsky ao movimento socialista, tornando-se membro do Partido Social Democrático da Áustria (SPÖ). Na época, estudava história e filosofia na Universidade de Viena. O cenário político, que antecedeu o estado de exceção de 1878, em que liberdades foram limitadas, era relativamente calmo, exceto pelas questões da análise da queda da Comuna de Paris e a dissolução da I Internacional, processo que levou para a Áustria uma onda de divergências entre moderados e radicais. Kautsky colaborava em diversos jornais de inspiração socialista: A*rbeiterfreund* (depois *Volksfreund*), publicado em Reichengerg, na Boêmia; o *sozialist* de Viena; o *Gleichheit*; e o *Volksstaat*, dirigido por Wilhelm Liebknecht. (PROCACCI, 1988, p. 81).

Sobre os estudos universitários, ele descreveu que "nenhum dos professores o satisfazia e sua formação cultural se fez fora da escola e sempre teve a marca de autodidata". (PROCACCI, 1988, p. 82).

Nos anos de 1875 e 1876 algumas leituras marcaram a personalidade de Kautsky, com destaque para Darwin, *A origem do homem,* lançada em 1871, que representou uma revolução na interpretação das origens da humanidade, que havia marcado época. Também leu Lange, Smith, Ricardo, J. Stuart Mill e Roscher, entre outros. Essas leituras, conforme descreveu em *Esboço de uma história do desenvolvimento da humanidade*, teriam marcado sua personalidade até a velhice. (PROCACCI, 1988, p. 82).

As leituras de Darwin tiveram significativa influência sobre Kautsky, Engels e outros marxistas da época, que passaram a fazer, por inspiração nas leituras de Darwin, uma aproximação entre darwinismo e marxismo. Expressão dessa aproximação, tem-se no discurso de Engels, por ocasião da morte de Marx, em que afirma que Marx foi "o descobridor da lei fundamental que regula o curso e o desenvolvimento da história humana, tal como Darwin fora quem descobrira a lei de desenvolvimento da natureza orgânica em nosso planeta". (SALVADORI, 1982, p. 303).

A formação intelectual de Kautsky se deu na busca da síntese entre darwinismo e marxismo. O que ambas as teorias tinham em comum, segundo Kautsky,

era o fato de serem "teorias da evolução". "Não foi difícil a Kautsky, mas até mesmo natural, traduzir 'luta entre espécies' por 'luta entre classes' e 'solidariedade entre as espécies por 'solidariedade de classe'". (SALVADORI, 1982, p. 305).

Kautsky, antes da chegada definitiva ao marxismo, buscando refutar a moral religiosa e kantiana, tratava da questão da emancipação da classe trabalhadora operária como um problema de fortalecimento dos instintos sociais. Em 1876, destacava em um de seus escritos que

> A luta pela existência do proletariado só pode ser travada através de organizações que reforcem seus instintos comunistas [...]. A experiência ensina que todos os meios individualistas da classe operária fracassaram, enquanto todos os meios que fortalecem os instintos comunistas são indestrutíveis. (*Apud* SALVADORI, 1982, p.305).

Procacci (1988) observa que além do darwinismo, o positivismo deixou sua marca e influência no pensamento de Kautsky. Registra não existir qualquer vestígio de interferências do idealismo hegeliano na vida de Kautsky, mesmo que o idealismo tenha sido uma forte marca na geração de Marx, Engels e outros expoentes do socialismo alemão. O fato de não encontrar obras de Hegel nas leituras de Kautsky, somadas às orientações da cultura positivista, marcou a personalidade de Kautsky e a forma de seus escritos, principalmente, quando "interpreta as 'chamadas' questões, uma depois da outra sem conexão entre si, naturalmente se sacrifica essa dialética que, apesar de *Dühring*, está no interior das coisas". (PROCACCI, 1988, p. 84).

Kautsky, mesmo já tendo lido *O capital*, em torno de 1875, obra elogiada por ele, inclusive exaltando Marx, por "ter sabido analisar a produção capitalista, captando as tendências que, superando-a conduzem a uma forma social superior e ter renovado profundamente a ciência histórica, superando o abismo entre as ciências da natureza e as ciências do espírito" (SALVADORI, 1982, p. 312), é a partir dos anos de 1880, que Kautsky acentua sua aproximação do marxismo. A aproximação do marxismo é fortalecida com a mudança para Zürich e os novos contatos que fez, bem como e acima de tudo, com a leitura do *Anti-Dühring,* que foi segundo ele, a primeira leitura apaixonada e comprometida, através da qual tomou contato com o pensamento de Marx e Engels. Através da obra percebeu a distância que existia entre o materialismo histórico

e a cultura de que havia se embebido com os estudos de autodidata. No entanto, mesmo com a aproximação de Marx, o darwinismo permaneceu vivo e influenciando seus escritos.

Kautsky faz uma integração entre Darwin e Marx. A obra de Marx vai servir-lhe, como teórico da social-democracia, para captar e aprofundar aquilo que o darwinismo não estava em condições de lhe oferecer:

> [...] a técnica, a criação dos órgãos artificiais. [...] Se Darwin lhe deu a chave para entender a evolução natural e para situar o homem no interior dessa evolução, Marx lhe deu o meio para situar o homem em suas épocas históricas e sócio-econômicas. (SALVADORI, 1982, p. 306).

O marxismo, portanto, ofereceu a Kautsky a chave para a compreensão da ação humana social e econômica em relação com o desenvolvimento técnico. O marxismo será para ele a teoria da história capaz de explicar como se chegou a produzir os meios de produção, como se deu a passagem do homem-animal para o homem e como começou a história humana propriamente dita. Para Kautsky, Marx foi quem forneceu os instrumentos para a leitura científica da história social, fornecendo base científica à política socialista e estabelecendo a relação entre passado, presente e futuro.

Em Zürich, a partir de 1880, Kautsky faz amizade com Eduard Bernstein, que também vivia na colônia dos social-democratas alemães exilados, por conta da lei de exceção, na Alemanha. São dessa década os primeiros contatos que teve com Plekhánov, que durante muitos anos foi um dos mais autorizados guias do marxismo no campo do socialismo internacional.

Naquela ocasião, em um curto espaço de tempo em que viveu em Londres, fevereiro a junho 1883, deu-se a realização do primeiro encontro de Kautsky com Marx e Engels. Daí resultou a amizade com Engels, que em seu retorno a Zürich, foi alimentada através de correspondências, cujos teores das mesmas foram cada vez mais pessoais e familiares.

Kautsky, em 1882, dominado ainda por uma orientação predominantemente positivista e mecanicista, escreve o trabalho sobre as *Origens do casamento e da família,* o mesmo era parte da tese de doutorado, que pela forte conotação evolucionista em seu

conteúdo, foi publicado em revista de orientação darwinista, em Stuttgart. A influência darwinista também está presente na *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, escrito de 1884. (PROCACCI, 1988, p. 84).

É notória a contribuição de Kautsky à imprensa socialista, seja em Zürich, em Stuttgart ou em Berlim. Destaque para o *Die Neue Zeit*, do qual foi um dos fundadores, em janeiro de 1883. "Surgia assim o órgão que constituiria, durante toda a II Internacional, a expressão mais autorizada do marxismo teórico". (PROCACCI, 1988, p. 91). Nessa revista científica da social-democracia, Kautsky trabalhou como redator principal, juntamente com Liebknecht e August Bebel, até 1916.

Em 1885, Kautsky reúne-se em Londres com seu mestre e amigo Engels. Permanecerá até 1890 na capital inglesa, com uma interrupção de 1888 a 1889, ocasião em que regressa a Viena para tratar de questões familiares. Dos anos de estudos em Londres, escreveu o ensaio sobre *Thomas Morus* (1888) e *Die Klassengegenzätze von 1789*, publicado por ocasião do centenário da revolução francesa. Em ambos os escritos, tem-se um esforço no exercício da aplicação do método do materialismo histórico.

O destaque dos escritos londrinos foi a obra *As doutrinas econômicas de Karl Marx* de 1887, em que Kautsky se dedica a uma exposição abreviada do que continham os dois volumes de *O Capital* de Marx, ao estilo da exposição didática do tipo Carlo Cafiero[3]. O seu escrito "foi um dos principais meios através dos quais um número considerável de militantes social-democratas e de leitores em geral se familiarizou com as teorias econômicas de Marx". (PROCACCI, 1988, p. 93-94).

Por meio do escrito de Kautsky, Marx e suas categorias de interpretação da realidade se internacionalizaram, chegando na América, na China e no Japão. Diversos operários tiveram acesso a Marx, sem necessariamente ter lido Marx, mas assimilaram os seus conceitos principais, através das sínteses da obra de Kautsky. A obras de Marx,

---

[3] Carlo Cafiero (1846-1870), anarquista italiano, adepto do grupo de Bakunin, teve grande influência no período da Primeira Internacional. Cafiero destaca que o operário italiano tinha dificuldades de acesso e de compreensão dos escritos de Marx e Engels e escreveu o "*Compêndio de O Capital*", obra em que fez uma leitura popular de *O Capital* de Marx destinado à classe operária italiana. Em uma época em que *O Capital* ainda não havia sido traduzido para o italiano, Cafiero com seu escrito de aproximadamente 150 páginas fez uma síntese dos principais conceitos tratados por Marx. Marx em carta endereçada a Cafiero, elogiou seu escrito pela superioridade em relação aos trabalhos de outros autores e pela simplicidade didática que constituiu uma iniciação do marxismo a numerosas gerações de trabalhadores. (CAFIERO, 2014).

pela sua complexidade, ficavam reservadas àqueles que já estavam iniciados nos estudos marxistas. Evidente que, apenas através das sínteses de Kautsky, o marxismo propagado, conforme adverte Andreucci (1982, p. 36), tratava-se de um marxismo "pobre", um conjunto de preceitos e terminologias desconectados da realidade de cada nação.

Em 1891, no Congresso de Erfurt, o SPD designou Kautsky como membro da comissão encarregada de redigir o novo programa do partido, *Der sozialistische Program* (*O programa socialista),* do qual foi coautor, juntamente com August Bebel e Eduard Bernstein.

Kautsky, de 1889 a 1901, empenha-se na luta contra o revisionismo, ocasião em que terá que enfrentar seu colega Eduard Bernstein, em suas investidas revisionistas à obra de Marx, a partir dos argumentos apresentados em artigos de jornais e depois, sintetizadas por Bernstein, em *As premissas do socialismo e as tarefas da social-democracia,* traduzido no Brasil como *Socialismo Evolucionário.*

Contra Bernstein e as tendências revisionistas, Kautsky assumiu posição crítica, publicando em *Die Neue Zeit* uma série de artigos sobre a polêmica, que, depois, apareceram em forma de livro sob o título de *Bernstein e o Programa da Social-Democracia,* 1889. Escreveu o *Anti-Bernstein* e manteve fortes debates nos Congressos de Hannover (1899) e de Dresden (1901). Os debates e a postura de Kautsky em suas polêmicas com Bernstein e seu grupo contribuíram para aumentar sua fama de "teórico" e defensor do marxismo teórico e do socialismo científico, "sua fama e autoridade atingiam assim seu auge". (PROCACCI, 1988, p. 96).

Depois da morte de Engels, a autoridade de Kautsky aumentou dentro da social-democracia e passou a ser considerado, por seus correligionários, o mais fiel intérprete da doutrina marxista dentro da Segunda Internacional.

Kautsky, ainda em 1899, publicou *Agrarfrage*, *A Questão Agrária* (KAUTSKY, 1989), com a qual aparecia uma exposição detalhada sobre a agricultura do ponto de vista marxista. Como observado por Bandeira (1980), a obra surge em meio a um intenso debate que vinha sendo travado no seio da social-democracia alemã, a respeito da posição que o partido deveria adotar diante dos camponeses. "Os bávaros, dirigidos por Georg von Vollmar (1850-1922), com o entendimento que os socialistas deveriam considerar os camponeses pobres como proletários e que estes não tendiam a

desaparecer, esmagados pelo capitalismo". (BANDEIRA, 1980, p. 04). Kautsky insurgiu-se contra essa política, atacou o informe do comitê agrário do partido, que tinha como lideranças Bebel, Liebknecht e Vollmar, mostrando que muitas das medidas propostas por eles, ao invés de contribuir com a tarefa socialista de debilitar o sistema capitalista, acabava fortalecendo o Estado burguês. (BANDEIRA, 1980, p. 05).

A Questão Agrária como fruto desses intensos debates possibilitou a Kautsky, pela primeira vez, realizar uma análise mais detalhada das leis do desenvolvimento da agricultura, segundo a doutrina de Marx, exposta em *O Capital* e nas teorias sobre a mais-valia.

> O capitalismo, ao penetrar nos campos, provoca o fenômeno da concentração da riqueza, como ocorre na indústria. As grandes propriedades absorvem as pequenas e verifica-se a proletarização das camadas mais pobres do campesinato, que não aguentam o peso dos impostos e das dívidas cobradas pelos capitalistas e latifundiários. (BANDEIRA, 1980, p. 05).

Kautsky enfrenta em termos históricos e concretos a discussão da questão agrária, pois "quanto mais a agricultura se torna capitalista, mais se desenvolve uma diferença qualitativa do ponto de vista técnico entre grandes e pequenas explorações". (PROCACCI, 1988, p. 138). Constatação que também foi reafirmada por Lênin, na defesa das críticas da obra de Kautsky, pois estava em jogo uma realidade nova, em que a possibilidade de confronto no campo técnico estaria relacionada ao grau de desenvolvimento histórico da economia capitalista no campo.

Kautsky, no prefácio da edição alemã de *A Questão Agrária*, de 1898, observa que falar da questão agrária é uma

> [...] tarefa difícil, assunto de grande amplitude, e eu não conhecia trabalhos anteriores importantes elaborados do ponto de vista do socialismo moderno. Os teóricos da social-democracia se consagraram naturalmente de preferência ao estudo da evolução industrial. (KAUTSKY, 1980, p. 08).

Grande parte dos marxistas da social-democracia dedicaram esforços na compreensão da revolução industrial, segundo Kautsky, o próprio Marx e Engels quando fizeram alguma observação sobre a ordem agrária, em regra geral, só o fizeram em

observações acidentais ou em curtos artigos. “Abrimos uma exceção para a parte da Renda Territorial no terceiro volume de *O Capital*,” (KAUTSKY, 1980, p. 8), mas ela não foi inteiramente concluída, pois Marx morreu sem ter terminado a sua obra fundamental. E, em grande parte trata apenas da agricultura capitalista, faltando as formas pré-capitalistas e não capitalistas da agricultura no interior da sociedade capitalista, lacuna que Kautsky buscou preencher com sua obra.

> Deve-se pesquisar se e como o capital se apodera da agricultura, revolucionando-a, subvertendo-a, subvertendo as antigas formas de produção e de propriedade, criando a necessidade de novas formas. Somente quando tivermos respondido a estas perguntas é que poderemos ver se a teoria de Marx é ou não aplicável à agricultura, e se a supressão da propriedade privada dos meios de produção deve estar diante do mais considerável de todos os meios de produção – a terra. A nossa tarefa está assim claramente traçada. (KAUTSKY, 1980, p. 12).

Por sua valiosa contribuição nas discussões sobre a questão agrária, Lenin, em 1901, saiu na defesa de Kautsky, defende-o de seus adversários, através de uma série de artigos reunidos sob o título de *A questão agrária e os críticos de Marx* e como aplicou suas teses ao cenário da Rússia. A obra de Kautsky “constituía, por assim dizer, uma fonte indispensável para a compreensão do problema agrário, do ponto de vista de Marx, complementando e desenvolvendo as teorias elaboradas no terceiro volume de *O Capital”*. (BANDEIRA, 1980, p. 05).

Em 1902, são publicadas as conferências de Kautsky sobre Die *Sozial Revolution* (*A Revolução Social*), que também provocaram amplas discussões, da mesma forma que anos depois, ao expor suas concepções filosóficas num ensaio intitulado *Ethik und materialistische Geschichtsauffassung* (*A ética e a concepção materialista da história*), foram retomados alguns de seus argumentos e controvérsias.

Em 1905, por ocasião da revolução russa, circunstância em que a social democracia alemã se via envolvida na insubordinação da burocracia sindical, Kautsky, então líder da tendência centrista, não deixou de se empolgar com os acontecimentos russos, pelo menos num primeiro momento, “inferiu que sua influência ajudaria a oxigenar a social-democracia alemã”, a seu ver, “excessivamente comprometida com uma prática política, na situação atual, ineficaz”. (MUSSE, 2005, p. 157). No entanto, a

longo prazo, sua posição acerca dos acontecimentos de 1905-1907 modica-se, seguindo inflexões claramente determinadas pelas oscilações da conjuntura alemã.

O Caminho do Poder, (1909) (KAUTSKY, 1979) e (KAUTSKY, 1968), obra de Kautsky, considerada por Lênin como o mais significativo e fecundo dos seus escritos, qualifica-a como o último dos livros revolucionários. Na obra Kautsky, diante das controversas questões discutidas no interior do próprio partido, assume uma postura firme na defesa da coerência do socialismo revolucionário. Para tanto, faz diagnósticos de situações históricas concretas vividas pela social-democracia, mostrando o esgotamento das transformações burguesas e a vitalidade cada vez maior do proletariado, coloca o partido socialista na condição de partido revolucionário, uma vez que luta pelos interesses da classe proletária, reafirma a necessidade da conquista do poder político, como forma de vencer o Estado burguês.

> O partido socialista é também revolucionário em outra acepção, pois reconhece que o Estado é um instrumento, ainda o instrumento mais formidável da dominação de classe e que a revolução social para a qual tendem os esforços do proletariado não poderá cumprir-se até que se conquiste o poder político. (KAUTSKY, 1968, p. 09-10).

A partir de 1910, pela postura conciliadora, centrista e em defesa da via parlamentar, que Kautsky começará a ter grandes discussões com a "esquerda" social-democrata, entre eles, Rosa Luxemburgo, Franz Mehring e Clara Zetkin, que em questões decisivas, como greves de massa, imperialismo, caminhos para o socialismo, tinham opiniões e práticas divergentes. Pelas posições que foi assumindo, "Kautsky pode ser considerado, portanto, com justiça, um pioneiro do centrismo"[4]. E, mais, "o centrismo, como um dos fenômenos crônicos do marxismo do século XX, nasce com Kautsky". (ARCARY, 2002, p. 77 e 80).

---

[4] Cabe observar que a apostasia de Kautsky é muito anterior à guerra. O seu centrismo foi regressivo: "Lênin tendia a sublinhar as conotações ideológicas (mas também sociais) das principais correntes do socialismo no período da Segunda Internacional: os oportunistas, isto é, tanto os que partiam das premissas do revisionismo bernsteiniano como os independentes delas, tinham desenvolvido uma política marcada pelo pragmatismo reformista; a 'esquerda', da qual os bolchevistas eram os máximos representantes; e finalmente os 'ortodoxos', entre os quais se destacava Kautsky, que tinham chegado pouco a pouco à apostasia, no início da guerra ou ligeiramente antes dela." (ANDREUCCI, 1982, p. 19).

Kautsky, em *O caminho do poder,* responde aos seus críticos, que diziam que "queríamos a revolução a qualquer preço, por amor a revolução, até que estivesse provado que faríamos mais progresso pelo emprego dos meios legais", assume uma postura moderada, de centro, em seu discurso e propõe "nem revolução nem legalidade a qualquer preço" (KAUTSKY, 1968, p. 55). A partir desse escrito, os seus argumentos manifestam uma tendência pela defesa do caminho parlamentar e democrático para o socialismo, em detrimento de um projeto revolucionário. A opção parlamentar será uma marca que levará até o 4 de agosto de 1914, quando os membros da social-democracia aprovam no parlamento os subsídios de guerra.

Kautsky, no início da guerra imperialista de 1914, adotou um ponto de vista hesitante, acabando, finalmente, por aderir definitivamente ao reformismo e renegar completamente todas as suas afirmações revolucionárias de tempos anteriores, contra os companheiros da insurreição revolucionária na Rússia e contra o poder soviético.

1.3 KAUTSKY E A INTERNACIONALIZAÇÃO DO MARXISMO

A fundação da social-democracia como partido na Alemanha se deu em 1875, com a fusão entre a Associação Geral do Trabalhadores Alemães, criada em 1863, por Ferndinand Lassalle e o Partido Operário Social-democrata Alemão, fundado em 1869. "Do congresso realizado em Gohta, entre 22 e 27 de maio, originando o *primeiro grande partido operário moderno*, que seguramente forneceu o modelo de partido político dos nossos dias". (BERTELLI, 2003, p.49, *sem grifos no original*).

A social-democracia, como primeiro grande partido operário moderno, teve sua ação limitada em 1878, quando Bismarck buscou junto ao Parlamento alemão a aprovação de leis antissocialistas, colocando-a o SPD na ilegalidade, de modo que teve cerceada sua liberdade de expressão. Contudo, a organização operária, valendo-se de "estratagemas como associações recreativas e culturais, clubes desportivos e associações artísticas", manteve atuação junto ao operariado, inclusive participando das eleições com candidatos isolados. (BERTELLI, 2003, p. 50).

Em 1890, com o fim das leis anti-socialistas, o partido tem novo impulso, mudando o nome para *Partido Social-democrata Alemão*. Destaca-se a grande

influência que o partido manteve no meio do proletariado alemão, organizando as ações operárias. No movimento sindical também teve um explosivo crescimento no movimento operário. “O número de membros cresceu de 90.000 em 1888, para 301.000 no ano de 1890”. (GUSTAFSSON, 1975, p. 25).

No Programa de Erfurt, em 1891, Karl Kautsky dividiu com Eduard Bernstein a redação das diretrizes e dos princípios teóricos que passaram a orientar a prática política do SPD. Nas questões teóricas, o partido se colocava como “revolucionário sem, contudo, possuir o poder de decidir quando ou como a revolução se desencadearia” (ABELLÁN, 1990; GALASTRI, 2011, p. 07). O caráter revolucionário estava nas metas finais a serem alcançadas, no entanto, não apareciam nos meios concretos de ações. Nas ações práticas, o documento trazia uma série de reivindicações, entre elas, a inclusão do reconhecimento da sociedade burguesa e suas instituições como elementos fundamentais para a melhoria das condições de vida dos trabalhadores. “Entre aquelas reivindicações estavam a igualdade da mulher, sufrágio universal, a laicização do ensino e medidas relativas às relações de trabalho e ao direito da liberdade sindical”. (ABELLÁN, 1990; GALASTRI, 2011, p.07).

No contexto do final do século XIX, a social-democracia, um partido de inspiração marxista, tinha capacidade física e intelectual para influenciar diretamente os mecanismos de circulação de ideias e a forma de organização operária. Ela buscava assumir “uma vocação de massa”, colocando entre as suas “principais tarefas a de conquistar o maior número possível de adesões e considerava que o instrumento principal para isso era a propagação e afirmação das ideias de que era portador”. (ANDREUCCI, 1982, p. 35). No processo de controle e de organização da propaganda socialista diversas ações que tinham caráter de divulgação espontânea foram colocadas sob controle do partido, que por sua vez, na intenção de universalização do socialismo, defendeu a necessidade de uma propaganda marxista em dimensão internacional. Entretanto, como se deu o processo de propaganda do marxismo, a sua internacionalização? Que marxismo foi divulgado ao mundo pelo SPD?

Para ajudar na compreensão é importante observar que o próprio Marx, ainda em vida, não manifestava simpatia pelo uso da nomenclatura “marxismo”, pois “se algo desse gênero existisse, ele Karl Marx, não seria marxista”. Kautsky, ao lado de Bernstein

e outros companheiros do SPD, a partir dos anos de 1980, concentraram esforços na redação de uma série de escritos, visando popularizar e sistematizar o ideário de Marx. O resultado desse esforço foi chamado de marxismo: "um edifício de dogmas, esquemas argumentativos, deduções históricas e 'fundamentações científicas". (SCHÜTRUMPF, 2015, p. 35).

O marxismo divulgado não continha o ideário de Marx, mas uma interpretação elaborada pela social-democracia alemã, que se apresentava como uma

> [...] doutrina apta a proporcionar uma chave para enquadrar algo no desenvolvimento histórico da civilização", porém era 'inepta' para a 'aplicação' ao estudo das relações econômicas, sociais e políticas na particularidade delas; era um marxismo que podia explicar em que 'etapa' do desenvolvimento social se achava um determinado país, mas não ajudava a compreender as dimensões originais de cada experiência singular. [...] era um marxismo 'pobre', um conjunto de conceitos extremamente gerais; ou, até mesmo, uma mera terminologia. (ANDREUCCI, 1982, p. 36).

A popularização e a internacionalização do marxismo, em grande parte, esta liga a Kautsky e da Segunda Internacional (1889-1914). Eles divulgaram uma interpretação marxista feita de acordo com a direção da social-democracia alemã, uma visão simplificada e empobrecida em seus fundamentos científicos e metodológicos.

O que se exportou para a América, Austrália, China ou mesmo para a Grécia não foi "o marxismo da época da Segunda Internacional", mas "um marxismo da Segunda Internacional", ou seja, a versão do marxismo segundo a Internacional Socialista e a social-democracia alemã, que na época era o grupo hegemônico dentro da organização.

A expressão "marxismo da Segunda Internacional" tem origem na primeira guerra mundial, precisamente em 4 de agosto de 1914, quando Lênin rompe com a Internacional, que ainda não se chamava segunda, em busca das origens marxianas[5].

---

[5] A divisão da Internacional como a estudamos hoje compreende:
- **Primeira Internacional** (1864 – 1876), Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) ou simplesmente **Internacional** foi a primeira organização proletária a superar as fronteiras do nacionalismo em busca a unificação da luta de classes em antagonismo as forças do capital.

> Foi nesse período que se lançou, entre a Terceira Internacional, ainda não nascida, mas já convocada, e a Primeira, uma ponte que permitia ao marxismo retornar à pureza de suas origens, por cima do pântano da Segunda Internacional. (ANDREUCCI, 1982, p. 16).

Os marxistas da Terceira Internacional (1919-1943) passaram a negar as teorias marxistas da Segunda Internacional (1889-1914), nas redações dos jornais, termos com "marxismo" ou "marxistas" eram colocados entre aspas, como forma de sinalizar os que estavam presos à tradição da Segunda Internacional. Os marxistas da Segunda Internacional foram caricaturados e passaram ser identificados no meio socialistas como de "pseudomarxistas", renegados, struvistas, bretanistas, marxistas vulgares, entre outros termos pejorativos. Nasceu também a expressão "*kautskismo*, uma espécie de abreviação ou simplificação da expressão marxismo da Segunda Internacional." (ANDREUCCI, 1982, p. 17).

O kautskismo surge como um conceito polêmico. Nele recaiu todo o peso da deformação do marxismo e principalmente do repúdio ao caráter revolucionário. Sobre esse período histórico, Lênin enfatiza que:

- **Segunda Internacional** (1889 – 1914) ou Internacional Socialista, foi a organização dos partidos socialistas e operárias reunidas por Engels em julho de 1889, pela ocasião do Congresso Internacional de Paris. O período é caracterizado pelo centrismo de partido, que disfarçado de ortodoxia buscava conduzir os rumos do socialismo. Intensos embates entre as tendências socialistas. De um lado o grupo reformista e oportunista, representados por Ernst Bernstein, de outro, a esquerda revolucionária, liderada por Rosa Luxemburgo. O ápice das divergências ficou evidenciado com aprovação dos créditos de guerra, em 1914, pela maioria dos parlamentares socialistas.

- **Terceira Internacional** (1919 – 1943) ou **Internacional Comunista** (Komintern). Fundada por Lênin, os bolcheviques e revolucionários comunistas de diversos países, que inspirados nos eventos russos de 1917, buscavam inspiração para enfrentar as correntes reformistas e retomar os fins revolucionários. A organização buscou coordenar e dirigir o movimento Comunista Internacional. Os seus quatro congressos sinalizam para uma reordenação dos socialismo, em perspectiva revolucionária, com discussões sobre a democracia burguesa, o meios parlamentares, o espaço do sindicatos, dos conselhos, as condições para formação de frente única operária, a organização partidária, o trabalho das mulheres, questões raciais, os fundamentos do governo operário, entre outros. Questões que só não forma avante, pela burocratização e degeneração do Estado soviético, do partido bolchevique e da própria internacional, com o que ficou conhecido como *stalinismo*.

- **Quarta Internacional** (1938 – ....) ou **Internacional Trotskista**. Fundada na França, em 1938, por Trotsky e seguidores que tinha sido expulsos da União Soviética. Por estar em constante perseguição por parte dos agentes secretos, no decurso dos anos sofreu diversas reestruturações. Hoje está presente mundialmente através de organizações e correntes partidárias. No Brasil atuam no interior do Partido do Trabalhadores e são identificados pela corrente "O trabalho".

> A Segunda Internacional (1889-1914) foi a organização internacional do movimento operário, que se desenvolvia em extensão, mas não sem um temporário rebaixamento do **La città futura** revolucionário, não sem um temporário fortalecimento do oportunismo, o que levou ao vergonhoso colapso dela [...] A segunda Internacional foi a época da preparação do terreno para a difusão ampla, de massas, do movimento, em um bom número de países. (LENIN, Opere, vol 17, p.562); (ANDREUCCI, 1982, p. 18).

No período da Segunda Internacional (1889-1914) coexistiram diversas tendências e correntes dentro do socialismo. Entre elas, destacam-se os oportunistas, tanto os que partiam dos pressupostos do revisionismo bernsteiniano, como os independentes que professavam um pragmatismo reformista. A esquerda, marcada principalmente pelos bolchevistas, Rosa e Gramsci, e os "ortodoxos", entre os quais está Kautsky. (ANDREUCCI, 1982, p. 19).

1.4 KAUTSKY: ORTODOXIA E CENTRISMO

Os termos "ortodoxia", "kautskismo", "centrismo", "marxismo da Segunda Internacional", tal como se conhece hoje e como os historiados atuais o discutem, embora tenha nascido no coração das polêmicas entre a social-democracia e o comunismo, sobre a "traição" de 4 de agosto de 1914 e da Revolução de Outubro, não provêm apenas dessas divergências. Elas estão ligadas na história de lutas da classe operária em oposição as forças do capital, tendo seu ponto de maior atrito nas investidas revisionistas de Eduard Bernstein e com a releitura de marxistas situados entre os anos das duas grandes guerras: Korsch, Lukács, Rosenberg e Gramsci. (ANDREUCCI, 1982, p. 19). Na lista são incluídos Rosa Luxemburgo, Clara Zetkin, entre outros.

Karl Korsch (1896-1961) foi um dos primeiros a fazer analogias entre "a velha ortodoxia marxista de Kautsky" e a "nova ortodoxia marxista do marxismo russo". O que estava em jogo era a disputa pela herança do marxismo entre Kautsky, boa parte da social-democracia alemã, e os partidos operários situados fora da Alemanha, principalmente os russos. As discussões nos congressos e mesmo através dos jornais e revistas tiveram vários personagens e temas, com destaque para Lênin e a sua defesa nos rumos do movimento russo e Kautsky, defesa do socialismo internacional.

Kautsky, tem consciência de que o partido "tinha rompido a unidade originária do marxismo: a seu ver, a transformação do marxismo em ideologia da social-democracia alemã tinha dado lugar à decomposição do marxismo em uma série de elementos que viviam por conta própria: teoria do valor, o materialismo histórico, a teoria da luta de classes". (VÁZQUEZ, 1971, p. 09). Para ele, a falta de controle dos preceitos marxistas pelo partido, teria dado oportunidade para os desvios, para as ramificações interesseiras, tornando o marxismo um corpo irreconhecível, razão pela qual vai justificar a centralização e o controle da propaganda e das ações nas mãos do comitê do partido.

Korsch, em *Marxismo e Filosofia*, obra de 1923, falando do materialismo histórico e das famosas polêmicas com Karl Kautsky, reconhece as contribuições da Segunda Internacional para o operariado alemão e para a internacional, seja por meio da ortodoxia marxista ou mesmo o *kautskismo*, que apesar do cunho ideológico, significou, nos anos 70, 80 e 90 do século XIX, um enorme progresso para o desenvolvimento da consciência de classe do movimento operário moderno. (KORSCH, 1971, p. 08-09).

O problema central para Korsch é estabelecer a verdadeira relação do marxismo como a filosofia e a realidade. O marxismo da Segunda Internacional está empobrecido pela vulgarização grosseira, mecânica e evolucionista, fazendo da filosofia mera explicação das leis do desenvolvimento histórico, traduzido em termos de cientificismo positivista.

> A tentativa de Korsch de restaurar as relações entre o marxismo e a filosofia e com eles, a teoria e a *praxis*, caminha em uma oposição irredutível entre a sua interpretação do marxismo, como unidade indissolúvel entre teoria e prática, e o marxismo científico-positivista ou pré-dialético materialista que nega essa unidade. (VÁZQUEZ, 1971, p. 10).

A teoria de Marx, concebida originalmente como uma teoria das revoluções sociais, tornou-se através do trabalho do marxismo ortodoxo uma teoria "pura" que não leva a qualquer imperativo prático, mas serve para salvar, em última instância, uma prática reformista. Os intelectuais burgueses e teóricos da Segunda Internacional mantém uma interpretação negativa da relação entre o marxismo e a filosofia, negam o conteúdo próprio da doutrina filosófica de Marx. (KORSCH, 1971, p. 09).

A filosofia de Korsch é uma filosofia da *praxis*, entendida como uma afirmação do momento decisivo da prática, de onde a teoria seria uma expressão consciente, reflexo da prática. A ligação entre eles não é apenas inseparável, mas também direta e imediata.

Em 1919, Georg Lukács (1885-1971) escreveu o artigo *O que é marxismo ortodoxo?,* que veio a compor parte do livro *História e Consciência de Classe*, (LUKÁCS, 2012a) e, não por coincidência, foi lançado em 1923, mesmo ano de *Marxismo e Filosofia* de Korsch. Os livros reafirmavam as discussões filosóficas marxistas dos anos de 1920 e, por meio do estudo da dialética marxista, esboçaram duras críticas aos caminhos e aos descaminhos da Segunda Internacional.

No escrito, que são as primeiras investidas intelectuais de Lukács em um cenário confuso, "naturalmente impossível, para mim, caracterizar corretamente minha posição a respeito do marxismo", mas que já "aspirava ultrapassar o radicalismo burguês", ao mesmo tempo "repugnava-me a teoria social-democrata, sobretudo Kautsky" (LUKÁCS, 2012a, p. 03) Lukács se questiona sobre a compreensão do que seja a ortodoxia marxista. A questão é "quais são as teses que constituem a quintessência do marxismo e, por conseguinte, são aquelas que 'podem' ser contestadas ou até mesmo rejeitadas, sem que percamos o direito ao título de 'marxistas ortodoxos'." (LUKÁCS, 2012a, p. 63).

O marxismo ortodoxo, para Lukács, não significa aceitação sem crítica dos resultados das investigações de Marx, nem ato de fé em uma ou outra tese, ou exegese de um livro sagrado, mas diz respeito ao método.

> Em matéria de marxismo, a ortodoxia se refere antes e exclusivamente ao *método*. Ela implica a convicção científica de que, com o materialismo dialético, foi encontrado o método de investigação correto, que esse método só pode ser desenvolvido, aperfeiçoado e aprofundado no sentido de seus fundadores, mas que todas as tentativas para o superar ou "aperfeiçoá-lo" conduziram somente a banalização, a fazer dele um ecletismo. (LUKÁCS, 2012a, p. 64).

Lukács faz referências aos ataques que o marxismo havia sofrido no interior da social-democracia, seja pelo revisionismo de Eduard Bernstein e, principalmente, pelo centrismo e oportunismo de Kautsky, que de acordo com as conveniências

políticas, optava pela via parlamentar e democrática, como caminho pacífico capaz de conduzir ao socialismo. Adverte que "a dialética materialista é uma dialética revolucionária" (p.64), pois para o método dialético, a questão central é a transformação da realidade. A separação entre "método e realidade, entre pensamento e ser" (p.69) conduziram à banalização. A separação entre dialética e o método do materialismo histórico ajudou a fundar uma "teoria do oportunismo, da evolução sem renovação, da passagem natural e sem luta ao socialismo". (LUKÁCS, 2012a, p. 70).

Na concepção dialética, a totalidade é o método capaz de compreender e reproduzir a realidade no plano do pensamento, de modo que a "totalidade concreta é, portanto, a categoria fundamental da realidade". (LUKÁCS, 2012a, p. 79). No entanto, o método das ciências da natureza ampara o ideal metódico da ciência fetichista, do revisionismo e mesmo do marxismo vulgar, que se contenta em reproduzir as determinações imediatas e simples da vida social, sem nenhuma análise mais desenvolvida, sem se reportar à dimensão da totalidade concreta. Acaba em um isolamento abstrato, utilizando-se de leis científicas isoladas da realidade concreta, com meios explicativos da sociedade, sem contradições e antagonismos. Com isso, "o caráter histórico e passageiro da sociedade capitalista fica obscurecido, e essas determinações acabam manifestando-se como categorias intemporais, eternas, comuns a todas as formas de vida social". (LUKÁCS, 2012a, p. 77).

Lukács, retomando as premissas básicas do materialismo, reafirma a máxima de que "não é a consciência dos homens que determina seu ser, mas ao contrário, é seu ser social que determina sua consciência", (LUKÁCS, 2012a, p. 94), observa que a essência do método do materialismo histórico não pode ser "separada da 'atividade crítica e prática' do proletariado: ambos são momentos do mesmo processo de evolução da sociedade". (LUKÁCS, 2012a, p. 98). Ele está se contrapondo à separação metódica entre ciência pura do marxismo e do socialismo, defendida pela corrente marxista austro-húngara, também denominada de austro-marxismo, representada nos debates internacionais do SPD por Victor Adler, Otto Bauer, Friedrich Adler, Max Adler, entre outros. Contra eles, adverte que "o método marxista e a dialética materialista, enquanto conhecimento da realidade só são possíveis do ponto de vista de classe, do ponto de vista da luta do proletariado" (LUKÁCS, 2012a, p. 98).

Ter presente esses pressupostos basilares da luta de classe significa estar mais próximo da participação na luta do proletariado, enquanto ignorar os pressupostos é assumir um caminho que distancia cada vez mais do materialismo histórico, do proletariado e, portanto, da revolução.

Por conseguinte, "a separação revisionista entre o processo de movimento e a meta final se manifesta com um retrocesso primitivo do movimento operário" (LUKÁCS, 2012a, p. 98), em relação à totalidade da sociedade enquanto processo. Cada momento da luta adquire um sentido revolucionário, na medida em que é parte de um processo maior, que visa atingir uma meta, no caso, o controle dos meios de produção, a revolução socialista.

> A função do marxismo ortodoxo – superação do revisionismo e do utopismo - não é, portanto, uma liquidação definitiva de falsas tendências, mas uma luta incessantemente renovada contra a influência perversa das formas de pensamento burguês sobre o pensamento do proletário. Essa ortodoxia não é guardiã de tradições, mas a anunciadora sempre em vigília da relação entre o instante presente e suas tarefas em relação à totalidade do processo histórico. (LUKÁCS, 2012a, p. 104).

Lukács recoloca a discussão sobre ortodoxia no lugar que ela deveria ocupar dentro do marxismo, desconstrói a compreensão que se tinha da ortodoxia, enfatizando que ela não é ato de fé, em que guardiões de prontidão saem na defesa do sagrado, nem algo dogmático que não se possa questionar, como a situavam Kautsky e boa parte da social-democracia. Corrige os equívocos, ressaltando que a ortodoxia diz respeito à compreensão do método, sua dinâmica dialética em relação à totalidade do processo histórico. O que implica uma atenção especial para a relação entre método e realidade, entre pensamento e ser, questões que por terem sido negligenciadas pelo SPD conduziram a banalização.

O que se depreende do que até aqui foi dito de Kautsky e precisa ser reforçado para não se incorrer em generalizações apressadas é que para uma melhor avaliação é necessário ter presente as circunstâncias históricas de onde Kautsky estava falando, compreender as fases e mutações que sua personalidade, seu pensamento e sua obra foram assumindo no decurso dos anos, ou seja,

> O julgamento sobre Kautsky deve ser um julgamento histórico que acompanhe o desenvolvimento de sua personalidade e de seu pensamento através de seus diferentes movimentos e atitudes e que deve evitar, ao julgar uma personalidade tão complexa, qualquer definição ou tipificação abstrata e genérica. (PROCACCI, 1988, p. 97).

Kautsky, se por um lado, ficou rotulado de "Kautskysmo", centrismo de partido, por outro, não se pode negar a contribuição que deu à democracia operária, principalmente nos anos conturbados do *Bernstein-Debatte*, com sua orientação teórica através do *Anti-Bernstein* e mesmo *A Questão Agrária*, em que usando de sua autoridade e prestígio, conclama o operariado, que se desgarrava por caminhos revisionistas, ao retorno às fontes marxianas, como alicerce seguro para concretização da sociedade futura, socialista.

2 O REVISIONISMO ALEMÃO: EDUARD BERNSTEIN

O revisionismo é um fenômeno que teve seu ápice no contexto da Segunda Internacional (1889-1914) mas foi sendo gestado no interior da social-democracia, em especial na Alemanha, onde o SPD, a partir da segunda metade do século XIX, por conta do engajamento revolucionário do proletariado francês e das suas derrotas, tornou-se o partido mais forte do proletariado europeu,

O operariado francês levou avante a revolução em 1830 (deposição de Carlos X) e 1848 (deposição de Luís Filipe), nas duas ocasiões foi vencido pelas alianças burguesas, o partido, em prol dos interesses expansionistas, buscou composição com o Estado, levando os trabalhadores franceses a sofrerem a derrota final frente à classe dominante francesa e prussiana, em 1871.

> A farsa derradeira de Napoleão III foi a guerra com a Prússia em 1870. E em 2 de setembro desse ano, em Sedan, foi derrotado e aprisionado. A República foi então proclamada, em 4 de setembro, em Paris. Formou-se um governo provisório, composto, como não podia deixar de ser, pelos representantes das diversas tendências da burguesia liberal. (BERTELLI, 2003, p. 40-41).

Uma parte da burguesia francesa queria continuar a guerra, mas a maioria temia sua continuidade, pois a guerra dependia da participação em massa dos operários, que se engajavam na guarda nacional, uma vez que grande parte dos exércitos imperiais ficaram prisioneiros em Sedan. Como desdobramento, deu-se a continuidade da guerra e, na tomada de Paris, os operários tiveram que enfrentar soldados muito bem preparados, "sendo mais uma vez vítimas de acordos entre a burguesia francesa e prussiana". (GALASTRI, 2011, p. 03).

Engels, em 1895, no prefácio à obra de Marx *A luta de classes na França de 1948 a 1850*, relata a situação do proletariado frente ao capitalismo no decurso da história, destacando, com relevada atenção, para a transferência de recursos econômicos da França para a Alemanha, por consequência, o deslocamento das lutas de classe para o novo cenário, agora com o fortalecimento da social-democracia.

> Como Marx predissera, a guerra de 1870-1871 e a derrota da Comuna de Paris transferiram o centro de gravidade do movimento dos trabalhadores europeus temporariamente da França para a Alemanha. A França naturalmente precisou de muitos anos para recuperar-se da sangria de maio de 1871. Na Alemanha, em contraposição, onde se desenvolvia cada vez mais rapidamente a indústria, cultivada em condições ideais de estufa e, como se não bastasse, abençoada com o aporte bilionário recebido da França, cresceu com rapidez e solidez ainda maior a social-democracia. (ENGELS, 2012, p. 19).

A social-democracia alemã cresceu como partido aos olhos do mundo. Grande parte de seu crescimento se deu em virtude da estratégia dos operários alemães que passaram a utilizar o parlamento, o sufrágio universal, introduzido em 1866, como forma de pressão política.

> Em 1871: 102 mil; em 1874: 352 mil; em 1877: 493 mil votos social-democratas. Em seguida, veio o alto reconhecimento desses progressos por parte da autoridade na forma de Lei de Exceção contra os socialistas; o partido dispersou momentaneamente, o número despencou para 312 mil em 1881. Mas o golpe foi rapidamente superado [...] em 1884: 550 mil; em 1887: 763 mil; em 1890: 1.427 mil de votos. Diante disso, a mão do Estado ficou paralisada. A Lei contra os socialistas sumiu, o número de votos socialistas subiu para 1.787 milhão de votos. O governo e as classes dominantes tinham esgotado todos os seus meios – inutilmente, em vão, sem êxito. [...] O Estado já não tinha mais o que dizer, os trabalhadores estavam apenas começando a falar. (ENGELS, 2012, p. 20).

Para Bertelli (2003), Engels coloca em evidência dois aspectos importantes: a) o deslocamento dos 5 bilhões de francos da França para a Alemanha, como pagamento de indenizações de guerra, que possibilitaram à burguesia alemã meios para um desenvolvimento mais acelerado; b) e o uso que o partido social-democrata fez do sufrágio universal, mesmo nas condições limitadas da "democracia" burguesa alemã. Tais condições ajudaram o desenvolvimento acelerado alemão e a progressão do partido social-democrata como sendo um dos mais fortes no cenário europeu. (BERTELLI, 2003, p. 43).

O sucesso das conquistas parlamentares pela social-democracia e as mudanças no cenário econômico social e político levaram a divergências no partido. As discordâncias diziam respeito aos rumos e estratégias que deveriam ser adotados pelo socialismo. Como consequência, criaram-se tendências ideológicas e políticas

antagônicas no interior do próprio partido, embora todas as tendências se colocassem como seguidores ou atualizadoras do marxismo. Distingue-se

> [...] uma tendência marxista "ortodoxa", uma revisionista e uma sindicalista revolucionária; [...] Assim, no chamado marxismo 'ortodoxo', costuma-se incluir a obra de Kautsky, desenvolvida em estreita colaboração com Bebel, enquanto o revisionismo tem seu número expoente em Bernstein e a *Neue Linke* sobretudo em Rosa Luxemburg e em Pannekoek, militantes do Partido Social-democrata da Alemanha (SPD), embora de nacionalidade estrangeira. (WALDENBERG, 1982, p. 224).

Grande parte das divergências entre as tendências no interior da social-democracia alemã se deve à interpretação do texto de Engels no prefácio ao escrito de Marx *As lutas de classe na França 1848-1850* (MARX, 2012), publicado em 1895. Na obra se alicerçam os fundamentos do revisionismo de Bernstein. No final do século XIX, Eduard Bernstein provocou grande turbulência no movimento operário europeu ao refutar os fundamentos marxistas defendidos pela social-democracia alemã, propondo uma revisão e uma atualização do pensamento de Marx, a fez através de diversos artigos que foram reunidos na obra *As premissas do socialismo e as tarefas da social-democracia.*

2.1 EDUARD BERNSTEIN: SOCIAL-DEMOCRACIA E REVISIONISMO

A publicação da obra de Eduard Bernstein *As premissas do socialismo e as tarefas da social-democracia,* em março de 1898, teve uma grande repercussão nas discussões políticas. Aos seguidores da social-democracia alemã ficava evidente que algo havia acontecido. Não poderia ser o mesmo Bernstein, destacado líder do SPD, amigo de Engels, pessoa cujo nome sempre esteve associado aos rumos do partido e, portanto, digno de respeito e admiração.

No entanto, os que acompanhavam seus escritos no final dos anos 90, não estranharam, pois, a obra confirmava o que ele estava publicando em seus artigos na revista do Partido Social-democrata Alemão *Neue Zeit.* A obra significou um "soco no rosto da teoria socialista conhecida até agora" ou "como declaração de guerra aberta

contra esta". (GUSTAFSSON, 1975, p. 13). Bernstein só deu a conhecer sua nova posição meses antes de publicar o livro, no congresso do partido em Stuttgart, com a leitura de uma pequena declaração que apontava os novos horizontes defendidos por ele. Do prefácio de Engels, para *As lutas de classes na França 1840-1850,*

> Bernstein se apoiava na observação introduzida aparentemente por Engels no artigo segundo a qual na nova situação era necessário que a social-democracia se libertasse dos clichês do passado e aproveitasse ao máximo as vantagens da legalidade e do parlamentarismo. (GUSTAFSSON, 1975, p. 101).

Engels escreveu que havia passado a época que uma pequena minoria pudesse revolucionar a massa popular e derrubar o sistema social estabelecido de surpresa, como aconteceu em 1848 e 1871, apesar de no final, sempre prevalecer a infantaria, cavalaria e artilharia, que sufocava a revolução, semeando a contrarrevolução e seus horrores. Os exércitos estavam mais equipados e treinados, de modo que levavam vantagens frente aos operários que tinham disposição, algumas espingardas e pouca táticas de guerra. "As condições de luta haviam se modificado fundamentalmente. A rebelião ao estilo antigo, a luta de rua com barricadas, que até 1848, servia em toda a parte para levar à decisão final, tornara-se consideravelmente antiquada." (ENGELS, 2012, p. 22).

No contexto dos anos 80 do século XIX, as condições vividas e interpretadas por Engels já eram outras. Com o progresso industrial prosperando, uma nova classe de trabalhadores foi se gestando, mais consciente e instruída, o que fez crescer o partido social-democrata influenciado pelo marxismo. As cifras dos votos nas eleições e o aumento do número de componentes dos movimentos sindicais comprovavam um progresso seguro e disciplinado. "Seu crescimento é tão espontâneo, tão contínuo, tão imparável e ao mesmo tempo tão tranquilo com um processo natural", registrava Engels no prefácio. Ao mesmo tempo, a burguesia liberal, em 1890, havia apoiado a prolongação da lei antissocialista, na espera de benefícios econômico no decorrer do processo.

Entra em cena Eduard Bernstein, que já percebia claramente as divergências presentes nas correntes que compunham a social-democracia e era receptivo a elas.

Sabia que não passava de suposição o fato de se conceber a social-democracia como sendo uma força revolucionária, pois tinha consciência de que a cada dia ela se aproximava mais do reformismo. No entanto, o grupo que ia se fortalecendo dentro do partido não era de esquerda, mas sim de direita. A direção do partido não tinha clareza suficiente para tomar posição nos debates, que algumas vezes caminhavam na perspectiva marxista e em outras situações trilhavam rumos reformistas.

Bernstein assumiu como suporte para suas teses os argumentos presentes no escrito de Engels, deu visibilidade aos textos e levou suas interpretações às últimas consequências. Como Marx e Engels haviam ensinado que as revoluções eram a consequência necessária de irreconciliáveis antagonismos de classes, Bernstein buscou investigar se isto estava correto e, para tanto, empreendeu crítica aos pressupostos revolucionários do marxismo.

> Bernstein criticava a concepção materialista da história, a dialética, a crença da importância das revoluções, a teoria da mais valia, a teoria da concentração crescente de rendas do capital e das empresas no capitalismo, a teoria das crises e a teoria do Estado. (GUSTAFSSON, 1975, p. 103).

Em lugar dos pressupostos científicos, políticos e econômicos, que alicerçam a teoria marxista, Bernstein defendeu a "crença na realização gradual do socialismo por meio das cooperativas de consumo, o movimento sindical e a política local". (GUSTAFSSON, 1975, p. 104), tentou derrubar as edificações de Marx e buscou construir novo alicerce em seu lugar.

2.2 BERNSTEIN COMO MARXISTA

Bernstein, antes de assumir posicionamento revisionista, era um dos marxistas alemães que tinha conquistado respeito e renome dentro da social-democracia. "Era quem mais próximo havia estado de Engels depois de Bebel". (GUSTAFSSON, 1975, p. 104). O prestígio foi conquistado pela sua contribuição à social-democracia, mesmo em uma carreira bastante curta. Aderiu ao partido apenas em 1872, servindo a ele nos anos seguintes como propagandista e agitador. O que possibilitou contato com

outros socialistas, tornando-se marxista depois de ler o escrito polêmico de Engels *A subversão da ciência pelo Sr. Eugen Düring.* Bernstein se referiu ao texto: "me pareceu irrebatível em todos os pontos essenciais e se converteu assim em meu credo socialista". (GUSTAFSSON, 1975, p. 105). Foi fervoroso defensor dos princípios marxianos e, em diversas ocasiões, manifestou suas opiniões de acordo com tais fundamentos. É o que aconteceu 1891, quando ao sintetizar a leis econômicas básicas do desenvolvimento do capitalismo moderno, manifestou-se

> No curso do desenvolvimento da moderna produção, que em todos os campos da atividade humana constrói seus palácios sobre ruínas: *sobre a ruína dos pequenos provocada pelos grandes*. [...] a expropriação que persegue o socialismo é a expropriação dos grandes no interesse dos pequenos, a expropriação de uma minoria despossuidora a favor de uma minoria despossuída. (*Apud* GUSTAFSSON, 1975, p.107).

Entendia que a expropriação econômica só era realizável se antes a maioria pudesse expropriar politicamente a minoria dominante, que vinha exercendo a hegemonia política e econômica. Não via outro meio para se chegar ao poder que não fosse a revolução armada.

> A história não conhece nenhum exemplo de que classes inteiras renunciem voluntariamente aos seus privilégios. Só através de uma revolução chegará a classe produtiva a estar em situação de se apoderar do poder político e de proceder, por meio do mesmo, à deposição de um punhado de exploradores capitalistas mediante a nacionalização, socialização dos meios de produção. (*Apud* GUSTAFSSON, 1975, p.107-108).

O socialismo não viajava em sonhos utópicos, mas seguia a própria dinâmica do desenvolvimento da sociedade capitalista. Mesmo com a aparição de formas mais complexas de empresas e cartéis, cada vez mais socializadoras, Bernstein mantinha a convicção, que mais tarde vai negar, de que o capitalismo caminha para o socialismo, "a socialização no marco do capitalismo não significa em si que a sociedade capitalista incluísse elementos socialistas". A deposição política da classe capitalista era uma necessidade natural que viria pela mão de sua deposição econômica. (GUSTAFSSON, 1975, p. 108).

Sobre os pressupostos básicos do socialismo, Bernstein, em 1891, estava convencido de que o "fundamental da economia socialista seria a reprodução unitária da produção". Com o poder político nas mãos, os trabalhadores poderiam alcançar considerável número de empresas pequenas e médias. "O socialismo não era um ideal utópico de futuro", concepção que vai abandonar mais tarde, "mas o único meio para combater o empobrecimento total da classe trabalhadora". (GUSTAFSSON, 1975, p. 109). Bernstein, portanto, mantinha-se ainda alinhado aos eixos centrais do marxismo e seguia os seus pressupostos filosóficos, científicos e a estratégia revolucionária como caminho para se instaurar o Estado operário.

2.3 BERNSTEIN: DO MARXISMO AO REVISIONISMO

De 1891 a 1898, Bernstein havia trabalhado em Zurique, como redator da *Sozialdemocrat*. Com as pressões de Bismarck sobre o governo suíço, transferiu-se para Londres, onde o último número da revista foi editado em 1890. Com a volta da social-democracia à legalidade na Alemanha, retornou a sua pátria, colocando-se a serviço da social-democracia de Berlim, sendo aceito para a redação da Revista *Die Neue Zeit* (*O Novo Tempo*). Em Londres, estabeleceu contato com diversos grupos socialistas ingleses. Dentre eles, destacavam-se os "fabianos"[6].

> Por um longo período eu tive preconceito em relação aos fabianos, esquivando-me de estabelecer relações pessoais com eles. Seu tom e método de procedimento era tão contrário ao espírito do movimento como eu o concebia que quando ouvia suas discussões eu geralmente sentia calafrios. Enquanto vivi na Inglaterra eu mantive pouco contato pessoal com Shaw e se algumas vez tivemos alguma conversa logo ficava óbvio que havia uma discordância entre nós, como se habitantes de dois mundos diferentes estivessem educadamente trocando opiniões sem o auxílio de uma terminologia comum. (BERNSTEIN, 2016).

[6] Um pequeno grupo de intelectuais que fundaram em 4 de janeiro de 1884 a "*Fabian Society*", organização que não possuía a pretensão de constituir um partido com vistas à tomada do poder, mas sim, impregnar outros grupos políticos com suas ideias. (ANDRADE, 2006a, p. 128).

Apesar de Bernstein evitar atribuir sua "guinada revisionista" à influência dos socialistas fabianos, a poderosa impressão provocada pelo socialismo moderado e eclético por eles propugnado sobre seu pensamento foi observada pelos companheiros mais próximos. Em 1892, em carta a Bebel, Engels ironizava o "cômico respeito" que Bernstein dispensava aos fabianos, em um misto de escárnio e preocupação. (GUSTAFSSON, 1975, p. 177).

A passagem do marxismo ao revisionismo foi na social-democracia e para Bernstein quase imperceptível, acontecendo gradualmente no interior dos debates do partido. Pois era um "marxista escutado, tinha uma posição, tinha a confiança de Engels. Cada palavra que escrevia seria lida, refletida e valorada". (GUSTAFSSON, 1975, p. 110). Os novos elementos das suas posições foram se formando lentamente em seu pensamento, de modo que, por um longo tempo não causou desconfiança. Somente quando sistematizou sua nova forma de conceber o socialismo, os companheiros marxistas do partido perceberam que algo estranho havia acontecido com ele. Voltando no tempo, vasculhando seus escritos, encontram-se pequenas evidências da revisão marxista que Bernstein vinha aos poucos sintetizando.

Em 1891, quando economistas ingleses discutiam sobre o nível cultural e material de desenvolvimento da classe operária inglesa, sobre o aumento das riquezas e das rendas e a consequente calma nos conflitos de classe, Bernstein defendeu que no caso da Inglaterra,

> A revolução social não está condicionada a golpes de mão violentos nem a revoltas sangrentas. Com direito a reunião e a liberdade de imprensa que desfrutam os trabalhadores ingleses e com o sufrágio universal, cuja consecução para eles é coisa de tão poucos anos, pode dar uma expressão tão enérgica a suas reivindicações e aspirações que estas cedo ou tarde haverão de se converter em lei. O progresso não se vai fazer sempre em doses homeopáticas, no curso da evolução econômica fará necessárias medidas de tipo radical, no entanto, e nenhum lugar está escrito que estas não podem realizar-se também no marco da legalidade. (GUSTAFSSON, 1975, p. 111).

Marx já havia escrito sobre tal possibilidade na Inglaterra, no entanto, Bernstein ao fazê-lo no contexto suavizou as "medidas de tipo radical" (revolução) para destacar o marco da legalidade (via parlamentar). As observações foram se repetindo,

tomando volume e adquiriam um caráter programático dentro da social-democracia a partir de então.

Em 1893, Bernstein defendeu que o SPD apresentasse candidatos para as eleições ao regime regional prussiano. O partido, até então, havia boicotado as eleições por considerar que o voto não era secreto, o sistema eleitoral ser indireto e os votos serem valorados diferentemente, segundo a renda do votante.

Bernstein, na medida que divulgava suas ideias e conseguia simpatizantes, foi se firmando no cenário das discussões teóricas da social-democracia. Sua liderança passou a influenciar nas estratégias e rumos do socialismo. Suas posições seguiam na defesa do desenvolvimento do capitalismo. Ele se contrapunha aos defensores do colapso da burguesia e do capitalismo, pois via, principalmente na Inglaterra, que com a distribuição de renda haviam-se suavizado os conflitos de classe e, que, portanto, as vias da legalidade mostravam-se prósperas. Para tanto, defendia que a social-democracia, pela via eleitoral, poderia construir um caminho de progresso colocando mais representantes burgueses progressistas, pois os conservadores, como haviam rejeitado a via parlamentar e defendido o boicote às eleições, não teriam interesse em ocupar os espaços. No entanto, Engels e Bebel entendiam que "com a influência, crescente como uma avalanche, dos social-democratas nas eleições parlamentares, estava claro que a revolução não seria feita, haveria de esperar muitos anos". (GUSTAFSSON, 1975, p. 111).

Em 1893, ocasião em que a social-democracia havia utilizado com êxito a greve como arma para forçar uma lei que introduzisse o sufrágio universal, Kautsky propôs que Bernstein escrevesse sobre os fatos. Bernstein assim se manifestou sobre o levante armado e a greve como forma de pressão.

> A greve geral no sentido de que um dia todos os trabalhadores deixem quieto o arado, pondo com isso um rápido fim a ordem social atual é um sonho poético, uma utopia. Como meio de levar aos trabalhadores as barricadas é algo demencial pois nenhuma pessoa responsável crê que com a técnica atual do militarismo, que reina em todos os países, o povo tenha alguma possibilidade na luta aberta contra o exército. (*Apud* GUSTAFSSON, 1975, p. 113).

Bernstein, cada vez mais, distanciava-se da luta armada como estratégia revolucionária, não mais considerando a greve como luta política e sendo a luta de barricadas como algo superado. O próprio Engels, na ocasião, replicou que as lutas de barricadas bem que poderiam voltar a ser utilizadas algum dia e desaconselhou o mesmo a escrever sobre o tema.

> Leio mesmo que tarde o que tu escreveste acerca de um artigo sobre a greve com meio de luta política. Lhe desaconselho decididamente que escreva o artigo. Em minha opinião já tenho deixado suficientemente claro na história da eletividade das três classes [...] que se tem convertido em homem que tem perdido o contato com as massas e que pensa de fora, do gabinete de estudos, doutrinariamente, sobre questões da *praxis* imediata... Tu mesmo dizes que as barricadas estão antiquadas (no entanto, podem voltar a ser úteis desde o momento em que o exército for socialista de 1/3 a 2/3 e do que se trata é de na ocasião ter a oportunidade de separá-los. (*Apud* GUSTAFSSON, 1975, p. 113-114).

Portanto, a luta de barricadas não estava totalmente abolida, mas se tratava de escolher a melhor estratégia para a ocasião em que a luta seria deflagrada. A diplomacia havia se convertido quase que na segunda natureza de Bernstein, sua opinião estava oscilando de um artigo para outro e mostrava-se cada vez mais distante da prática cotidiana. Meio ano depois, Engels escreve sobre Bernstein.

> Ede[7] está cada vez mais frouxo e diplomático nos informes que escreve: se nota que tem perdido todo contato com as condições práticas e com a agitação; nós poderíamos passar sem o que envia como correspondência e não perderíamos demasiadamente nada. (*Apud* GUSTAFSSON, 1975, p. 114).

Os debates revisionistas no interior da social-democracia alemã ficaram mais evidentes no Congresso de Stuttgart, em 1898, ocasião em que Bernstein, mesmo ausente, encaminhou mensagem de apresentação das teses defendidas nos artigos "*Problemas do Socialismo*", publicados no *Neue Zeit* (Novo Tempo). August Bebel, em resposta a Bernstein, escreveu carta em que faz referências ao fato de Bernstein estar passando por mutações e considera que a mutação revisionista parece ser a mais perigosa de todas que tem sofrido até agora.

---

[7] Ede era a forma carinhosa que os companheiros do SPD chamavam Eduardo Bernstein.

Como amigo e companheiro de luta de mais de 30 anos, Bebel buscou indagar os motivos que levaram o amigo a tais posições. Observa que Bernstein tinha sido influenciado ao longo de sua vida por forças e correntes diversas. Ao rememorar as transformações que Bernstein tinha experimentado desde que entrou para o partido em Eisenach, discorre sobre a influência das conferências e da literatura dühringiana que o transformaram em dühringiano entusiasmado. Ao relembrá-lo dos tempos de redator do *Sozialdemokrat, em* Zurique, recorda que o mesmo mantinha um espírito revolucionário entre os companheiros, mantinha uma tendência para buscar a verdade, mas que dessa vez a transformação era de um modo diferente.

> [...] aquela época foi o momento brilhante de tua vida e nada estava melhor disposto em ti que Marx e Engels. Tua mudança para a Inglaterra e teu constante contato íntimo com Engels, etc., não modificaram, em princípio, nada tuas posições. Mas após sua morte, novamente mudaram teus pontos de vista sobre atmosfera [política] inglesa, nas condições inglesas e entre os contatos que mantinhas ali; uma transformação que a maioria de nós vê com pesar e preocupação. (*Apud* GUSTAFSSON, 1975, p. 178, *tradução do pesquisador*).

A carta de Bebel mostra a trajetória de Bernstein, as transformações e as metamorfoses que Bernstein sofreu no decurso de alguns anos. A transformação começou com a entrada no partido e o seu forte entusiasmo pelos escritos de Marx e Engels. A leitura reafirmou a sua "verdade" e a validade prática para o contexto que se vivia. Seu envolvimento com as questões do partido o transformou em um marxista ortodoxo dentro da social-democracia, tendo a confiança de Engels, o respeito dos companheiros e a certeza de que nele se tinha um homem capaz de ajudar a orientar os rumos da revolução. No entanto, aos poucos, foi colocando em dúvida o legado dos escritos marxianos e, ao mesmo tempo, lançou-se na aventura de atualizá-los as novas formas que o capitalismo vinha assumindo no cenário mundial.

A carta ajuda na compreensão das origens do revisionismo de Bernstein, menciona traços de uma personalidade inconstante, por outro lado sinaliza o respeito que ele havia conquistado ao longo dos anos dentro do partido, revela a sua

> [...] honestidade intelectual e preocupação crítica. Sua sincera modéstia combinada com a necessidade de sua constante legitimação e aceitação nos

> círculos social-democratas levaram-no a reiterar sua despretensão em formar uma doutrina própria, defendendo antes a revisão e clarificação do socialismo marxista. (ANDRADE, 2006a, p. 138).

Para Bernstein, não era necessário a completa substituição do marxismo por uma nova teoria ou uma construção sociológica completamente diferente, mas apenas o desenvolvimento ou complementação das ideias políticas marxianas, de forma que pudesse incluir as transformações ocorridas no contexto econômico, social e político.

No *Socialismo Evolucionário*, registra que seu pensamento mantinha coerência com as indicações corretivas que o próprio Engels havia sinalizado aos escritos de Marx e nos rumos que a social-democracia deveria perseguir. Para tanto, utiliza como base no prefácio elaborado em 1895 à obra de Marx *As Lutas de Classes na França, de 1848 a 1850*, ocasião em que, na sua interpretação, Engels teria condenado a revolução das minorias, o método das barricadas e saudado a via parlamentar. As teses, objeto de polêmicas nos debates e congressos do partido, espalharam-se nas fileiras da social-democracia e do operariado europeu e constituíram o *Bernstein-Debatte.*

2.4 AS PREMISSAS DO SOCIALISMO E AS TAREFAS DA SOCIAL-DEMOCRACIA

As críticas de Bernstein expressas em *As premissas do socialismo e as tarefas da social-democracia* são amplas e dizem respeito a vários aspectos do marxismo. São fruto de observações e de interpretações que ele e os reformistas fizeram do cenário social, econômico e político que a Alemanha sofria naquela época. Bernstein foi a "expressão política, no seio da SPD, do novo contexto sócio-econômico alemão resultante do processo de desenvolvimento capitalista da Alemanha unificada por Bismarck, desde 1870". (GALASTRI, 2011, p. 115).

Na Alemanha, o número de cartéis empresariais crescia de forma significativa, devido à grande concentração empresarial. Gustafsson na obra *Marxismo y revisionismo* apresenta alguns dados ilustrativos deste cenário alemão.

> As cifras de cartéis conhecidos na Alemanha passaram de 14 em 1879 para 90 em 1885, 210 em 1890 e 260 em 1896. [...] A proporção de ocupações nas pequenas empresas, com respeito ao total de trabalho foi de "59% em 1882 a 47% em 1895 e a 37% em 1907. [...] A proporção de ocupados em empresas médias, pelo contrário aumentou de 19% para 24% e para 25%. Com a máxima rapidez cresceu a proporção de empresas grandes: de 22% para 30% e logo a 37%. Entre 1882 e 1907, aumentou em cifras absolutas nas pequenas empresas de 4,3 para 5,4 milhões, nas empresas médias de 1,4 para 3,6 milhões e nas empresas grandes de 1,6 para 5,4 milhões. (GUSTAFSSON, 1975, p. 20).

Os números levaram Bernstein e o SPD a concluir, que ao contrário do previsto por Marx, não estava acontecendo a extinção de pequenas e médias empresas em decorrência do processo de centralização do capital. Os salários, depois de terem permanecido estáticos na década de 1880, começaram a se recuperar nos primeiros anos do século XX, em consequência dos constantes aumentos de preços. Paralelo ao aumento dos salários, tem-se o aumento do nível de vida nos países industrializados europeus, fato que começava a ser confirmado pelas estatísticas da época. (GUSTAFSSON, 1975, p. 22).

Bernstein, com base nas observações do processo de crescimento empresarial e na observância do pleno sucesso que o capitalismo assumia, principalmente na Inglaterra e na Alemanha, constata que muitas teses ditas como científicas revelavam-se falsas. A começar pela hipótese de que o socialismo viria em decorrência da catástrofe do sistema capitalista. Bernstein se colocava contra a noção de que se deve esperar, para breve, um colapso da economia burguesa, e de que a democracia socialista devia encaminhar-se desde já, ante as perspectivas de uma tão grande e iminente catástrofe social, para a adaptação de táticas, contrárias a teoria do colapso. (BERNSTEIN, 1997, p. 24).

O novo cenário despertou interesse dos marxistas nas discussões dos pressupostos econômicos que o socialismo poderia assumir. Os marxistas buscavam conhecer outros aspectos do novo capitalismo, como as posições monopolistas e oligárquicas das grandes empresas no mercado. Em 1894, os social-democratas alemães discutiam no Congresso de Frankfurt sobre "o significado dos *trusts*, alianças, cartéis e organizações do grande capitalismo para o nosso desenvolvimento econômico". (GUSTAFSSON, 1975, p. 21).

Com os debates da época, surgem novas diretrizes e orientações políticas no interior do movimento socialista, notadamente com um viés reformista. Bernstein registrou as percepções do processo vivido pelos companheiros da social-democracia.

> Em meados dos anos noventa do século XIX ocorreu na Europa, e na Alemanha não por último, o *auge dos negócios* com uma potência e duração como não se tinha visto desde muito tempo. Este auge produziu em mim uma forte impressão. E estava em forte contradição com a teoria do aumento inevitável e da gravidade crescente das crises econômicas que culminariam finalmente com a derrocada total da economia, tal como resulta, com uma lógica aparentemente irresistível, das exposições de Karl Marx em *O Capital* e como havia sido propagado, sobretudo por August Bebel, com grande êxito no Partido Socialdemocrata. (*Apud* GUSTAFSSON, 1975, p.24).

Para Gustafsson (1975), houve equívocos na interpretação de Bernstein e dos revisionistas da época, pois a prosperidade e a bonança do capitalismo vivida pela indústria, com reflexos nas contratações e nos salários dos trabalhadores, era na verdade a consequência daquele "auge" sobre a relação entre o ingresso do trabalho e o ingresso de capital. Houve de fato um rápido crescimento da renda, mas não aconteceu equivalência na produção agrícola e na de bens de consumo, com isso, ocorreu o aumento dos preços que acabou por neutralizar os aparentes ganhos salariais. As análises do economista May, realizadas em 1903, consta que no período de 1895 a 1900 "os lucros dos empresários havia aumentado mais fortemente que o salário dos trabalhadores". De 1903 a 1913 as rendas do trabalho haviam crescido 3% anuais, enquanto a renda dos empresários havia crescido 6% anuais. Os trabalhadores haviam melhorado as condições materiais, no entanto, a diferença entre eles e a concentração de renda dos capitalistas era cada vez maior. (GUSTAFSSON, 1975, p. 24).

As observações e análises dos reformistas foram se intensificando e tiverem em Bernstein, em seu livro, a apresentação das teses, que em linhas gerais, forneciam uma nova interpretação do capitalismo.

> Ele fora impulsionado por uma dupla motivação. Por um lado, pretendia superar a defasagem entre a teoria (radical-revolucionária) e a *praxis* (reformista) do SPD; por outro, queria rever as teses do marxismo, abaladas pelas críticas da burguesia. (FETSCHER, 1982, p. 274-275).

O livro, resultado das reflexões de Bernstein, foi encaminhado ao SPD, em 3 de outubro de 1898, como forma de esclarecer a sua compreensão sobre o conteúdo dos artigos que vinham sendo publicados no *Neue Zeit,* cujo teor estava sendo discutido em reuniões socialistas.

> No caso que tal suceda e o partido concorde e aceder ao requerido, sinto-me inclinado a fornecer a seguinte explicação […] O que escrevi no *Neue Zeit* é a simples expressão de uma convicção, da qual não vejo motivos para me afastar, em qualquer das suas linhas capitais. (BERNSTEIN, 1997, p. 23).

As teses em discussão causaram divergências entre os companheiros de partido, pois diziam respeito aos rumos da social-democracia no processo revolucionário. O próprio Bernstein, em 1909, no prefácio da edição inglesa, observou que o livro não só "teve a sua história, mas também fez, de algum modo, pequena história". Karl Kautsky, representante da ala ortodoxa, denunciou-o por ter abandonado os princípios e concepções fundamentais do socialismo científico. O partido colocou o livro para apreciação na agenda de trabalhos do Congresso de Hannover, em outubro de 1899. Ele foi discutido "num debate duro, pelo menos três dias e meio, e terminou com a aceitação de uma resolução cujo significado era a rejeição das opiniões expressas pelo autor". (BERNSTEIN, 1997, p. 21).

A condenação da obra tinha por fundamento diversos aspectos que Bernstein rejeitava na teoria marxista, entre eles, o socialismo científico de Marx, a teoria do valor trabalho e a ideia de ditadura do proletariado (revolução). Bernstein, no prefácio do livro, deixa clara a sua notória convicção de que o importante seria o movimento, a luta e a marcha das classes trabalhadoras, sendo irrelevantes os fins ou objetivos finais. "Incapaz de acreditar, de todo, em finalidades, não posso crer num objetivo final do socialismo". (BERNSTEIN, 1997, p. 22). Ele estaria resgatando a velha dicotomia idealista kantiana do 'ser' e 'dever ser', interpretando, o que seria para ele, o caminho seguro que o socialismo deveria perseguir.

> O "ser", ou seja, a luta sindical "real" das massas trabalhadoras movidas por interesses imediatos de melhorias materiais, seria a única condição válida a ser levada em consideração pela teoria. O "dever ser" desta luta, ou seja, a

> meta da construção de uma sociedade socialista, deveria permanecer apenas como uma utópica imagem no horizonte. (GALASTRI, 2011, p. 17).

Nos pressupostos defendidos por Bernstein desaparece a revolução e a experiência histórica vivida cotidianamente, em seu lugar ele coloca o "imperativo categórico" kantiano, uma lei moral, ou seja, um ideal moral universal de sociedade, apresentado como modelo a ser perseguido pelo proletariado. No escrito, dedicou o tópico *Fins últimos e tendências*: *Kant contra cant,* espaço em que, ao fazer suas conclusões, reafirma suas convicções. "Para mim o que geralmente se chama fins últimos do socialismo é nada, mas o movimento é tudo". (BERNSTEIN, 1997, p. 147). Com isso, "a social-democracia luta pelo socialismo não porque ele "*deve chegar*" (como uma "certeza científica constatável"), mas porque "*pode chegar*" (FETSCHER, 1982, p. 286). Seu escrito recomenda um retorno a Kant como luz irradiante da razão, para que enfrentando o refúgio confortável, em que, segundo ele, se instalou a classe trabalhadora, possa corrigir e indicar os caminhos da social-democracia.

> Digo isso porque estou convencido de que a Democracia Social requer um Kant que julgue as opiniões recebidas e as examine criticamente com profunda acuidade, que revele onde seu aparente materialismo é a mais alta – e por isso a mais facilmente enganadora – ideologia, e advirta que o desprezo do ideal, a amplificação de fatores materiais, enquanto não se convertem em forças onipotentes da evolução, constituem uma auto decepção, que tem sido e será exposta como tal, em todas as oportunidades, pela ação daqueles que a proclamam. (BERNSTEIN, 1997, p. 159).

Bernstein buscava um juiz que pudesse julgar com critérios menos parciais as obras que embasam e as ações que direcionam as lutas da democracia-social. Ele repensa o desenvolvimento econômico da sociedade moderna, colocando em xeque a teoria do valor de Marx. Argumenta que, segundo a teoria marxista, "o valor dos bens consiste no trabalho socialmente necessário que na sua produção se despendeu, medido de acordo com o tempo. Mas com a análise dessa medida do valor torna-se necessário uma série de abstrações e reduções". De outro modo, a *mais-valia* consiste na "diferença entre o valor da mão de obra dos produtos e o pagamento à força de trabalho gasta na sua produção pelos trabalhadores". O que para Bernstein, torna-se uma fórmula

especulativa ou hipótese científica, "uma pura fórmula – a fórmula que se apoia sobre uma hipótese". (BERNSTEIN, 1997, p. 47-48).

O ponto de partida da luta de classes entre capitalistas e trabalhadores está no seu interesse antagônico que resulta da utilização do trabalho dos últimos pelos primeiros, com a finalidade de obter lucro. A análise desse processo de utilização resultou para Marx na *teoria do valor* e apropriação da *mais-valia.*

Bernstein, apoiando-se em recortes da obra de Engels, no artigo de sua autoria, publicado postumamente no *Neue Zeit,* de 1895-96, em que Engels explora alguns conceitos marxianos, através de um longo processo histórico que vem desde as trocas pré-capitalistas, passando pelas manufaturas e Idade Média, constata que

> O problema do trabalho como forma de valor de troca e os problemas concomitantes do valor e da mais-valia não estavam mais claros nessa fase da indústria do que estão hoje [...] A teoria, que surgiu no princípio do período manufatureiro, do trabalho como medida do valor de troca (este último conceito tornando-se, então, geral), certamente proveio do conceito de trabalho como origem única da riqueza, e ainda interpreta o valor bastante concretamente (ou seja, como preço de custo de um artigo), mas, daí em diante, passa a contribuir mais para confundir os conceitos de *valor suplementar* do trabalho do que para aclarar. (BERNSTEIN, 1997, p. 149).

Para ele, Marx apega-se à ideia do valor do trabalho com maior firmeza do que Adam Smith, e "concebe-o de uma forma mais estrita, mas simultaneamente mais abstrata". Para Marx, segundo Bernstein, "quer a teoria marxista do valor esteja correta ou não, ela é bastante imaterial, de qualquer modo, para provar a mais-valia do trabalho. É, a tal respeito, um meio apenas de análise e ilustração, não uma demonstração". (BERNSTEIN, 1997, p. 50).

A teoria do valor trabalho apresenta-se como enganadora nesse ponto, pois aparece algumas vezes como medida da real exploração do trabalhador capitalista e acaba reduzindo a mais-valia à taxa de exploração.

> A teoria do valor empresta uma norma tão insignificante à justiça ou injustiça da partilha do produto do trabalho quão diminuta é a influência da teoria atômica na beleza ou fealdade de uma obra de escultura. Encontramos hoje, de fato, os trabalhadores melhor colocados, membros da aristocracia do trabalho, precisamente naqueles setores com uma taxa alta de mais-valia, os

> outros míseros trabalhadores rasteiros em setores de taxa bastante baixa. (BERNSTEIN, 1997, p. 53).

Segundo as leis da economia burguesa, a maior parte da produção não necessariamente pertence aos trabalhadores que a criaram. Se a totalidade da produção pertencesse aos trabalhadores, como os produtores reais, caminhar-se-ia diretamente para o comunismo. O que parece como uma injustiça no campo moral e político era algo aceito como natural pelos economistas da época. No entanto,

> Marx nunca baseou nisto suas reivindicações comunistas, mas sim na ruína necessária do modo de produção capitalista que se produz sob nossos olhos, todos os dias e cada vez mais. Ele se contentava com dizer que a mais-valia se compõe de trabalho não-pago: é um fato puro e simples. (ENGELS, 2001, p. 12).

Entre as diversas análises revisionistas do marxismo algo em comum fica evidenciado, elas estão unidas por um "retorno às bases metafísicas das noções de justiça social. Tais noções são assim enfatizadas, sobretudo, em sua dimensão moral, no sentido do que é justo (uma justiça abstrata) para o homem em geral (um homem abstrato)". (GALASTRI, 2011, p. 22).

Para Galastri (2011), o objetivo de Bernstein ao considerar as teses sobre a mais-valia como mera "ilustração" e não como índice de demonstração de exploração da força de trabalho, parece ser o de reduzir, ou pelo menos relativizar, a importância das conclusões políticas que as análises de Marx em *O Capital* poderiam conduzir.

> Se a demonstração da exploração capitalista não é mais demonstração, mas mera hipótese, as bases objetivas sobre as quais se poderiam apoiar as reivindicações de superação do sistema capitalista deixam agora de existir, e a própria necessidade de superação daquele sistema torna-se suspeita. (GALASTRI, 2011, p. 22).

Para Waldenberg (1982), a argumentação teórica explicitada por Bernstein no livro, partilhada pelas correntes reformistas da social-democracia, tem entre outros aspectos a questão da passagem do capitalismo ao socialismo. A preocupação não é tanto com a conquista do poder político pelo proletariado, mas sim com a socialização

dos meios de produção e a organização da produção de acordo com os princípios do socialismo. (WALDENBERG, 1982, p. 241).

O primeiro obstáculo para Bernstein está no fato de que embora as grandes empresas sejam sempre mais numerosas e desempenhem papel cada vez maior na economia nacional, o processo de concentração da produção e do capital não ocorre segundo os ritmos e as modalidades previstas por Marx. Se as pequenas e médias empresas não desaparecem e no futuro continuem a existir em número ainda maior, torna-se difícil a socialização de um grande número de empresas.

A segunda objeção de Bernstein tinha como base o fato dele entender que a classe operária ainda não possui as capacidades necessárias para superar o capitalismo pelo socialismo. Embora a preparação da classe operária crescesse progressivamente, levaria um tempo relativamente longo e a social-democracia, mesmo se tivesse conquistado o poder, não teria condições de realizar a socialização rápida e integral dos meios de produção. O seu insucesso poderia provocar revolta da grande maioria da sociedade contra o partido. (WALDENBERG, 1982, p. 241).

Bernstein mantinha convicção de que "a transformação socialista das relações de produção se realiza sem perturbar o processo produtivo. Ele temia, ademais a emergência de uma burocratização da vida econômica, no caso da rápida socialização dos meios de produção". Como isso, a passagem do capitalismo ao socialismo não poderia ocorrer em um "salto", mas gradualmente no interior do sistema capitalista. Para ele "o capitalismo deve evoluir no sentido do socialismo; e esse processo irá durar décadas, num longo período de economia mista". (WALDENBERG, 1982, p. 241)

Nas tarefas e nas possibilidades da democracia-social, Bernstein, nas reflexões sobre as condições preliminares do socialismo, já questionava a própria definição do que seja o socialismo. Vale-se do argumento de que quando as pessoas são questionadas, homens de qualquer classe, não têm clareza do que seja socialismo. A maioria delas fica confusa. E, com isso, em sua explicitação diz que

> [..] a mais exata caracterização do socialismo será, em todo caso, aquela que principiar pelo *conceito de associação,* porque por ela expressa tanto uma relação econômica – no mais amplo sentido da palavra – como jurídica ao mesmo tempo. Não preciso uma intricada dedução para mostrar que a

> indicação da natureza jurídica do socialismo é de tanta importância como a natureza econômica. (GALASTRI, 2011, p. 87).

Bernstein ao relacionar socialismo a *socius* (sócio, cooperador, de onde deriva associação) e não a *societas* (sociedade), distancia-se das aspirações dos partidos socialistas operários. O socialismo assume um movimento em busca da associação cooperativa.

> Os armazéns cooperativos, sobre os quais os socialistas das últimas décadas alimentaram opiniões tão depreciativas, provaram realmente, no decurso do tempo, ser uma verdadeira força econômica – isto é organismo apto a desempenhar as suas funções e capaz de um alto nível de desenvolvimento. (BERNSTEIN, 1997, p. 97).

Para Bernstein, "hoje, a questão já não é mais de saber se as associações cooperativas devem ou não existir. Elas existem e existirão, quer a democracia social deseje ou não." (BERNSTEIN, 1997, p. 137). Ele propôs que o SPD olhe com confiança para a fundação de armazéns cooperativos dos trabalhadores e os ajude quanto possível, pois neles se "encontram as condições preliminares, econômicas e legais do socialismo". (BERNSTEIN, 1997, p. 139). Lista experiências como as de Hamburgo e Elberfeld, onde armazéns cooperativos foram iniciados por socialistas e sindicalistas, que, segundo ele, são demonstrações de "ação pela reforma, ação para o progresso social, ação para a vitória da democracia". (BERNSTEIN, 1997, p. 145).

Em seu escrito fica explícito a associação entre socialismo e democracia, ou seja, o caminho para o socialismo será por meio da democracia parlamentar. Bernstein defende a *trade unions* como sendo "o elemento democrático da indústria." A sua tendência é para destruir o "absolutismo do capital e obter para o trabalhador uma influência direta na administração da indústria". (BERNSTEIN, 1997, p. 111). Defende a democracia como sendo, em princípio, a supressão do governo de classe, embora não seja ainda verdadeira supressão das classes. (*Idem*, p. 113). Conclama o SPD "a formação da verdadeira democracia – estou convencido de que esta é a mais urgente e mais importante obrigação que se apresenta ante nós". (*Idem*, p.125). Conforme

concebe, “devemos construir uma sociedade de democratas antes que o socialismo seja possível”. (*Idem*, p. 126).

No tópico *Problemas mais urgentes da democracia social*, coloca algumas questões, que no seu entendimento o SPD deveria perseguir. Questiona se o SPD, como partido das classes trabalhadoras e da paz, tem interesse em manter uma força combatente. Em sua resposta, valendo-se de recortes do *Manifesto Comunista,* em que Marx afirma que “o proletariado não tem pátria” (MARX e ENGELS, 2001, p. 56)[8], propôs que o trabalhador, pela influência do socialismo, pudesse “transitar da situação de proletário para a de cidadão”, com direitos iguais, votando para o Estado e para o conselho local, sendo um coproprietário dos bens comuns da nação. (BERNSTEIN, 1997, p. 128).

Sobre o melhor método para se chegar ao socialismo, Bernstein, depois de explanar sobre o caminho legislativo e o revolucionário, destaca que depende inteiramente da natureza das medidas e da sua relação com as diversas classes e costumes do povo.

> Em geral, poder-se-á dizer que o caminho revolucionário (sempre no sentido da revolução pela violência) trabalha mais rápido, no que respeita à remoção de obstáculos que uma pequena minoria coloca no caminho do progresso social: que a sua força reside no seu aspecto negativo. A legislação constitucional atua mais lentamente, nesse espaço. O caminho é, em geral, o do compromisso, não a proibição, mas aquisição final de direitos adquiridos. (BERNSTEIN, 1997, p. 157).

Em sua argumentação, reforça que na legislação o intelecto prevalece sobre a emoção em tempos tranquilos; durante uma revolução é a emoção que domina o intelecto. No entanto, quando chama Kant para fazer o julgamento das ações e dos rumos da democracia social, coloca-se ao lado da razão, do imperativo categórico e do dever ser.

---

[8]“Os operários não têm pátria. Não podemos tomar deles aquilo que não têm. A medida que o proletariado deve primeiramente conquistar, em seu benefício o poder político, erigir-se em classe nacional e constituir-se a sim mesmo como nação, ele continua sendo nacional, mas nunca no sentido burguês do termo”. (MARX e ENGELS, 2001, p. 56).

Lucio Coletti criticou o socialismo reformista e democrático de Bernstein, pois sua argumentação constantemente retorna, por um lado

> [...] a 'contradição' existente entre *igualdade política e desigualdade social*; e por outro, o da capacidade do governo parlamentar ou Estado representativo moderno de compor e resolver progressivamente, até chegar mesmo a extirpar suas raízes, os conflitos e tensões que derivam das diferenças de classe. (*Apud* FETSCHER, 1982, 284).

As posições de Bernstein e dos reformistas da social-democracia caminham em perspectiva evolucionista, perdem a dimensão classista e revolucionária das lutas, assumindo uma bandeira democrática das formas de Estado, com "possibilidade de uma tomada de poder legal e pacífica pela social-democracia: a possibilidade se traduziria em realidade graças à adesão da maioria da sociedade à social-democracia". (WALDENBERG, 1982, p. 242). Bernstein inclusive previa a adesão das camadas médias e burguesas à ideologia social-democrata.

Bernstein conclamou para o abandono daquilo que chamava utopia e queria que os trabalhadores fossem vistos como eles são. Os operários não estão nem tão universalmente empobrecidos como se estabelece no *Manifesto Comunista,* nem tão livres de preconceitos e debilidades quanto os seus corações desejam fazer crer. Têm as virtudes e as falhas das condições econômicas e sociais em que vivem. Nem essas condições, nem os seus efeitos podem ser postos à margem de um dia para o outro. (BERNSTEIN, 1997, p. 157). Queria no SPD a "materialização de uma concepção social que signifique, na evolução da civilização, uma visão mais alta da moral e dos direitos legais". (*Idem*, p.158). Para tanto, "a social-democracia deve colocar-se, sem reticências, no terreno do sufrágio universal e da democracia". (FETSCHER, 1982, p. 282-283).

As posições de Bernstein, rebelando-se contra o método dialético da teoria marxista, teoria do valor-trabalho e da mais-valia, acabou por tirar as contradições existentes no modo de produção capitalista, o que colocou os antagonismos sociais em segundo plano,

> [...] partindo em defesa de um reformismo não atrelado ao compromisso revolucionário. Como consequência, esvaziou a teoria marxista de todo conteúdo crítico e transformador, levando a social-democracia a endossar as teses liberais e a legitimar o sistema capitalista. (ANDRADE, 2006a, p. 198).

A interpretação evolucionista das obras de Marx levou Bernstein em direção a "uma concepção linear do progresso social e a uma prática reformista sem necessariamente desvinculá-lo por completo da tradição marxista, ao contrário do que ocorrera com os fabianos, que substituíram a teoria marxiana pelas contribuições de Comte, Darwin e Spencer". (ANDRADE, 2006a, p. 198).

Ao propor o fim do socialismo como processo revolucionário do operariado, Bernstein enterra, com sua proposição, a própria luta de classes. Vários preceitos do materialismo histórico precisaram ser revistos. As questões apontadas por Bernstein provocaram, no interior do SPD e dos debates marxistas, manifestações diversas sobre "a necessidade ou não da revisão do marxismo para se adequar aos tempos atuais". (BERTELLI, 2000, p. 17). Tais questões, que em grande parte faziam parte dos anseios de uma parcela da social-democracia alemã, contribuíram para a deflagração do *Bernstein-Debatte* e, no decurso do tempo, foram sendo apreciadas pelos grupos liberais progressistas, sindicalistas e membros da burocracia do partido na Alemanha e pela esquerda mundial. As formulações de Bernstein foram rejeitas nos congressos do SPD, em 1898, pela ala mais centralista do partido e pela ala mais revolucionária, da qual fazia parte Rosa Luxemburgo, como será visto em tópico específico.

3 O REVISIONISMO ITALIANO: BENEDITO CROCE

Benedito Croce foi uma das personalidades mais importantes da Itália no início do século XX. Marcou sua presença como escritor, historiador, filósofo e político. Figura reconhecida no âmbito da estética, sua teoria da história (historicismo) serviu de base para a formulação de uma teoria política, seus conceitos de igualdade, liberdade e fraternidade foram seguidos no âmbito do liberalismo internacional.

Croce, a partir do estudo da filosofia clássica alemã (Kant, Fichte e Hegel) e dos contrapontos que estabeleceu com historiadores como Ranke, Simmel e Dilthey, aprofundou a reflexão sobre o papel do idealismo na história, na filosofia e na vida política italiana. O seu liberalismo teve como base o idealismo alemão e a compreensão dialética, por ele reinterpretada em perspectiva revisionista, como uma doutrina em que se operam os distintos, em contraposição às forças mentais que movimentam a vida e conferem sentido. A concepção liberal imanentista estará presente na sua teoria, principalmente na formulação dos conceitos de liberdade e autoridade, dentro de uma concepção de Estado burguesa.

A concepção liberal de Croce traz a identificação de uma teoria política como concepção totalizante do mundo e da realidade, mas ele se distingue do liberalismo, talvez pelas interlocuções que teve com o pensamento clássico alemão, quer seja no campo da filosofia, da história, da arte ou mesmo pela forma de se posicionar sobre a questão do poder, tema central para os liberais italianos. Croce manteve uma postura intelectual autônoma e singular em relação ao conjunto do pensamento que caracterizava o liberalismo. Questões liberais, que diziam respeito ao Estado e ao lugar da ética na vida política, liberdade, igualdade e fraternidade, são repensados no decorrer da formulação da sua teoria.

> Por meio de um trabalho original de absorção da tradição da filosofia clássica alemã, que temperou com a leitura de Maquiavel conjugada com a teoria de Hegel, Croce renovou o idealismo italiano e conferiu vitalidade à Filosofia italiana, a partir da qual reinterpretou o

> materialismo histórico, explicitou a noção de Estado e de sociedade civil, num trabalho de longo fôlego que se apresenta numa extensa bibliografia. (SCHLESENER, 2007c, p. 74).

Neste tópico, busca-se incluir o historicismo e o revisionismo italiano na pessoa de Benedetto Croce, que exerceu significativa influência na juventude de Gramsci. Mais tarde, no cárcere, é tema das contraposições de Gramsci, principalmente quando Croce busca na ética kantiana, no "imperativo categórico", as bases para luta operária, transformando a luta do operariado em esforço ético-moral. Nessa direção, é inserido no texto, de forma breve e panorâmica, elementos da vida cultural e política italiana do início do Século XIX e começo do século XX, por onde transitou Croce.

3.1 BENEDITO CROCE: CONTEXTUALIZAÇÃO E APONTAMENTOS

O Renascimento[9], processo de transformação política, cultural, econômica e social que revolucionou a Europa no final do século XIV e fim do século XVI, com novas bases e concepções de mundo que orientaram a moral, a arte, a ciência, a filosofia, a religião e os diversos aspectos da vida que se alteraram no momento de transição do feudalismo para o capitalismo, como a dissolução da hierarquia social feudal, o enfraquecimento das práticas religiosas e morais, a diminuição do poder da igreja e as novas relações entre indivíduos e comunidade, que foram as bases da sociedade moderna na Europa, pouco foi sentida na Itália, sede de irradiação do Renascimento. Enquanto nos demais países europeus "o movimento em geral culminou com a formação dos Estados nacionais, na Itália o que ocorreu foi a organização do papado e o fortalecimento do poder temporal da Igreja" (SCHLESENER, 2007a, p. 64-65), principalmente por

[9] Renascimento ou Renascença são termos que designam um período da história da Europa que vai aproximadamente entre o final do século XIV e o fim do século XVI. O termo Renascimento faz referência a revalorização da bagagem artística, cultural e política da antiguidade clássica grega, que orientou as mudanças do período em direção a um ideal humanista e naturalista. A partir da publicação do livro de Jacob Burckhardt *A cultura do Renascimento na Itália* (1867), onde o autor define o período como época de descoberta do mundo e do homem, o termo Renascimento passou a ser usado como se compreende hoje, em sua manifestação cultural, artística, política, econômica e religiosa.

conta da contrarreforma, movimento de contenção dos avanços renascentistas realizados pela Igreja Católica a partir de sua sede, a Itália.

Gramsci assinala, no Caderno 19, *Il Risorgimento*[10], que o Renascimento italiano foi um período de contradições e tensões não resolvidos "que determinaram toda a história nacional". (GRAMSCI, 1974, p. 31). O renascimento, para Gramsci, só será compreendido como "processo molecular de afirmação de uma nova civilização que se desenvolve no mundo contemporâneo" se for relacionado com a Reforma. "É evidente que não se entende o processo molecular, a afirmação de uma nova civilização que se desenvolve no mundo contemporâneo, sem compreender o nexo histórico Reforma-Renascimento" (GRAMSCI, 1977, p. 891). Na Itália, o movimento dos intelectuais não se popularizou, não atingiu o povo (artesões) e não teve força de persuasão e de educação coletiva, condições necessárias para unificação.

A Itália teve sua unificação territorial tardia, constituindo-se como Estado Nacional em 1871, mediante a hegemonia liberal-conservadora e monarquista do Piemonte, dirigida pelo Rei Vitor Emanuel II e pelo primeiro Ministro Camilo Benso de Cavour. O processo de unificação, que compreende o final do século XVIII e estende-se até 1870, ficou conhecido pela tradição historiográfica como *Il Resorgimento.* No movimento, tem-se uma retomada dos princípios do Renascimento que não haviam prosperado na Itália nos anos anteriores, ou que tinham sido sufocados pelas forças reacionários monarquistas e papais que viam sob ameaça a sua hegemonia. Diferente da clássica revolução burguesa francesa, em que a burguesia e o campesinato enfrentaram o feudalismo, na Itália a burguesia pactuou com a aristocracia fundiária, à revelia do campesinato. É uma luta entre as forças sob uma nova roupagem liberal, disfarçadamente presente na chamada "ideologia burguesa". A burguesia, por gozar de ascensão econômica e de prestígio político, em meio a um contexto de uma nação fragilizada por revoltas e ocupações, reuniu forças e indicou os princípios da chamada

[10] "*Risorgimento*, que significou a derrocada do Antigo Regime, o advento de um Estado nacional moderno e a derrota de um Estado clerical claramente ainda pré-moderno (recordem-se o poder temporal para o papa, o caráter confessional das instituições, o gueto para os judeus)". (LOSURDO, 2011, p. 15).

política das nacionalidades como caminho a ser perseguido pelo conjunto das forças dissonantes[11].

Para Gramsci, essa aliança burguesa-aristocrática de uma minoria foi quem conduziu a um movimento unitário, mas na realidade sua preocupação estava voltada aos "interesses econômicos do que com fórmulas ideais e combateu mais para impedir que o povo interviesse na luta e transformasse em luta social (no sentido de uma reforma agrária) do que contra os inimigos da unidade [nacional]" (GRAMSCI, 2002, p. 40).

No século XIX, o hegelianismo contribuiu para a formação do espírito nacionalista em parte da intelectualidade italiana. No período da restauração (1815-1830), uma onda de hegelianismo contagiou os intelectuais italianos. Uma influência que não teria vindo diretamente da Alemanha, mas da França, através de Victor Cousin que, a partir dos *Fragments Phylosophiques,* teria iniciado a *intelligentsia* peninsular em Hegel. (CAVALCANTI e PICCONE, 1976, p. 37-38). Um hegelianismo adaptado a realidade política e cultural da península italiana, que se desenvolveu pelo esforço dos intelectuais do *Mezzogiorno*[12]. Essa característica condicionou a uma interpretação do pensamento de Hegel na Itália, que o liga com uma "filosofia da liberdade, entendido como a afirmação de um Estado independente e anti-eclesiástico, identificando-se com a busca da unidade nacional." (MOREIRA, 1999, p. 33). Tais interpretações de Hegel estavam ligadas em parte ao atraso cultural e ao oportunismo intelectual burguês, que se aproveitando da situação italiana, colocou Hegel, que para muitos era visto como o filósofo da Revolução Francesa, como agregador das ideias de modernidade e renovação liberal do *Risorgimento*.

No entanto, como observado por Bertrando Spaventa, "a filosofia italiana do *Risorgimento* foi alemã. Hegel e outros filósofos alemães anteriores eram conhecidos em Nápoles antes de 1848". (*Apud* CAVALCANTI e PICCONE, 1976, p. 38). A Universidade de Nápoles era o principal centro de estudo e de difusão do hegelianismo.

---

[11] Mais sobre a unificação italiana ver: SAITTA, Armando. *Guia crítica de la historia contemporánea*. México: Fundo de Cultura Económico, 1989. (SAITTA, 1989) e (GRAMSCI, 2002).

[12] O termo *Mezzogiorno* a denominação geográfica, cultural e política dada pelos italianos a porção meridional de seu país. Caracterizada por menor crescimento econômico do que o resto do país (pequena base econômica e o desemprego elevado) e por uma cultura e uma sociologia diferenciada (implantação máfia, instituições fracas, conservadorismo social).

A intelectualidade napolitana ajudou a tornar o neo-hegelianismo um elemento fundamental da formação da cultura italiana no final do século XIX e início do século XX.

> O hegelianismo de origem napolitana é o fio condutor que possibilita estabelecer uma continuidade intelectual entre homens com histórias de vida e posições políticas tão distintas como Bertrando Spaventa, Antonio Labriola, Benedetto Croce e Antonio Gramsci. (CAVALCANTI e PICCONE, 1976, p. 39).

Benedetto Croce se insere nesse contexto de formação do Estado italiano e de fermentação de uma cultura nacionalista. Nasceu em 25 de fevereiro de 1866, na cidade de Pescasseroli, na região de *Abruzzo*. Sua família era composta de proprietários rurais e funcionários públicos do *Mezzogiorno.* A família seguia rigidamente os princípios católicos e tinha comprometimento com a dinastia dos Burbon napolitanos. Na linhagem intelectual, Croce era sobrinho de Bertrando e Silvio Spaventa, embora a relação com os parentes fosse fria e distante, conforme registrou no *Contributo ala critica di me stesso.*

> Na minha família sempre existiam exemplos de paz, ordem e trabalho incansável [...]. Meu pai seguiu a máxima tradicional das pessoas honestas de Nápoles: que as pessoas decentes devem cuidar de sua família e de suas tarefas, mantendo-se longe das travessuras da política. (CROCE, MCMXVIII -1918, p. 09).

Croce, a partir dos noves anos frequentou a escola católica em Nápoles, ambiente bastante distante das discussões políticas. Ele registrou que durante os anos de escola teve uma ideia bastante vaga sobre os acontecimentos do *Risorgimento*, assim como sobre as revoluções de 1848, 1859 e1860 e personagens políticos daquele contexto só veio a entender anos mais tarde.

> Cavour, Mazzini e Garibaldi, apenas ouvi falar do nome o tempo que fiquei na escola; a sua realidade histórica e o significado ideal das suas existências foi uma descoberta que eu o fiz apenas no final da juventude. (CROCE, MCMXVIII -1918, p. 12).

Em 1883, um terremoto varreu a estação de verão de Casamicciola, ilha de Ischia, atingindo a família de Croce. Na ocasião, seus pais morreram e a única irmã, ficou por horas sob escombros, onde teria sofrido diversas fraturas. A catástrofe o conduziu para Roma, onde permaneceu sobre a tutela do tio Silvio Spaventa. Em Roma, ingressou no curso de direito, cursou disciplinas por alguns anos, mas não chegou a concluir. A universidade lhe propiciou estabelecer contatos intelectuais e pessoais como os que teve com Antonio Labriola (1843-1904), catedrático em filosofia, que em fins de 1880, tornou-se para Croce o "pai do marxismo italiano".

> No segundo ano da minha estadia em Roma, resolvi ouvir as lições de filosofia moral de Antonio Labriola, que já me era familiar como frequentador regular da casa de Spaventa. Eu o admirava, pois durante as conversas à noite ele brilhava de sagacidade e, em meio a transbordantes gracejos, revelava sua doutrina com frescor. (CROCE, MCMXVIII -1918, p. 21).

A herança deixada pela família garante a Croce uma vida tranquila, em Nápoles, em 1886, de modo que, dedica-se aos estudos históricos, filosóficos e filológicos. Simultâneo aos estudos, colabora na organização dos arquivos municipais e escreve para jornais e revistas locais, como o *Napoli nobilíssima* e a revista de *Tipografia e de História da Arte*. (CROCE, MCMXVIII -1918, p. 27).

De 1886 a 1992, as pesquisas de Croce estiveram focadas em três dimensões: a crítica literária, com as influências de Francesco de Sanctis; a valorização e o resgate das histórias e anedotas locais, que alicerçou a base do livro *Storie e leggende napoliane* (editado integralmente em 1919) e a construção do projeto de "uma história moral" e "vida espiritual" da Itália, estudo que buscou, a partir do renascimento, estabelecer os efeitos das relações entre a civilização italiana e os povos estrangeiros. Nessa época, afirma Croce, "escrevi muitas das histórias encontradas no volume *Rivolucione napolitana nel 1799;* minha história de Teatro de Nápoles a partir do Renascimento até o fim de setecentos". (CROCE, MCMXVIII -1918, p. 27). *La Spagna nela vita italian durante la rinascenza* (1917) também teria as influências dessa fase.

3.2 CROCE: SOBRE A HISTÓRIA E A ARTE

O ensaio de Croce, *La storia ridotta sotto il concetto generale dell'arte*, de 1893, o coloca no cenário dos debates entre ciência e história. A ciência era o conhecimento do geral, enquanto a história se ocupava dos fatos individuais e concretos, cabendo a historiador, portanto, a tarefa de dar conta de tais fatos. As posições sustentadas por Croce, principalmente, aquela de que a história não pode ser uma ciência, ao menos uma ciência com os conceitos que se tinha até então, levou Croce a uma aproximação da filosofia da história neokantina e sua concepção de ciência ligada a natureza. Tais pressupostos são o ponto de partida para as críticas feitas a Marx.

Croce, na obra, explora e polemiza sobre a história enquanto forma de conhecimento científico e artístico, trata da dicotomia entre o conhecimento como ciência e o conhecimento como arte, temática debatida na Alemanha por pensadores como Wilhelm Dilthey (1833- 1911), Henrich Rickert (1863-1936), Georg Simmel (1858-1918), entre outros. Tais discussões haviam levado à crise do historicismo. No entanto, a ascensão das disciplinas históricas à condição científica no século XIX reacenderam as discussões, a semelhança do que Kant havia proposto com as ciências naturais, com Croce, o foco é sobre a validade do conhecimento histórico e artístico, se a história é ciência ou arte ou ambas.

A discussão sobre a distinção entre história e ciência feita até então estava para Croce embasada na falsa crença de que todo o conhecimento tinha que ser científico e de que a arte não era um modo de conhecimento, mas simplesmente uma forma de arrefecimento dos sentidos. Essas e outras questões levantadas por Croce no contexto dos anos de 1893 foram sendo desenvolvidas na *Estética*, de 1902, na *Logica*, de 1909, e na *Teoria e storia della storiografia*, de 1916, em que ele mantinha uma certa distinção entre o conhecimento histórico e o conhecimento científico, sendo apresentados, em sua forma mais elaborada, em *La storia come pensiero e come azione*, em 1938.

Croce como crítico da cultura europeia do século XIX, para além das concepções, doutrinas e teorias da história que se tinha até então, busca abordá-las sob outra perspectiva. Ele defendeu uma interconexão entre história e filosofia, de modo que a história era filosofia e a filosofia era história e não se podia fazer uma sem a outra. O

conteúdo concreto da filosofia era histórico, assim como as proposições históricas tinham que ser compreendidas a partir das categorias filosóficas. Com isso, não só alicerça as bases de uma nova compressão e interpretação, como lança as premissas para sustentar uma maior abrangência do conhecimento histórico, que não se reduz apenas ao terreno artístico, mas destaca a abrangência de uma história que está envolvida em um conceito mais amplo da própria arte.

Croce utiliza dos argumentos clássicos da ciência, elabora conceitos e estabelece relações entre eles. Para contrapor a abordagem predominante na época, descreve a existência de dois tipos de conhecimento que divergem em seus métodos. Um conceitual e generalizante, a ciência, e outro, intuitivo e individual, a arte. Observa que colocar a história como conhecimento descritivo é uma contradição, uma vez que o termo *descritivo* é usado nas análises generalizantes que a ciência faz de seus objetos, buscando compreendê-los em suas particularidades. A história não compreende o objeto, mas o contempla.

Croce, ao considerar a arte não como uma forma de conhecimento, mas como uma "manifestação" ou "reação" do mundo, abala os pressupostos da época, em que a arte era considerada como um registro da realidade ou como uma fuga da mesma. Sua argumentação contraria as duas posições, caminha na consolidação de um raciocínio em que a arte é vista como uma atividade cognitiva, um conhecimento conceitual distinto do conhecimento até então proporcionado pela ciência. Para tanto, desenvolveu a tese na qual a arte é um conhecimento *não conceptual,* apresenta a história com um exemplo dessa representação, para depois distinguir a história da arte com base em suas representações. O conteúdo da arte diz respeito a uma realidade "[...] até o ponto em que a realidade suscita interesse por várias formas, intelectuais, morais, religiosas, políticas e pelas formas estéticas propriamente ditas". (CROCE, 1945, p. 33).

Croce, seguindo a máxima de que "nada de humano me é estranho", relaciona o conteúdo da arte com o conteúdo do conhecimento humano. Orienta-se por uma terminologia aristotélica, deduz ser interessante historicamente aquilo que aconteceu, ou seja, o *real* e não o *possível*, o *ato* e não a *potência*. De modo que a história é tratada como a "representação efetiva dos acontecimentos, em contraposição com a representação do possível". (CROCE, 1945, p. 35).

Cabe ao mundo artístico prospectar, com base na imaginação, um mundo de eventos possíveis, que em potência poderiam ter ocorrido ou vir a acontecer ou ter uma existência apenas imaginativa. Para o historiador, a representação dos eventos se limita aos fatos vividos ou acontecidos. A partir do real, da triagem dos documentos e de uma profunda exegese, o historiador constrói uma narrativa historiográfica, visando uma representação do real. Croce, para uma boa integridade da narrativa, destaca que o juízo histórico precisa de uma filosofia da história, uma teoria, pois "sem o elemento lógico, não é possível afirmar nem mesmo a mínima coisa, o caso mais vulgar, pertinente à nossa vida individual e quotidiana." (CROCE, 1947, p. 184).

Croce, a medida que assumiu a tese de que a história é uma apreensão intuitiva da realidade em sua individualidade e concretude, lança as bases de um novo caminho, margeando as teorias do materialismo marxista e do idealismo em sua forma hegeliana. Ambas as teorias, embora cada uma a seu modo, já ofereciam critérios para a compreensão dos eventos históricos. Seu aparato conceitual e metodológico sinalizava rompimento com o positivismo, que se limitava em dizer apenas *o que aconteceu*. Croce critica o aparato conceitual do marxismo e do idealismo e busca os fundamentos da expressão dos juízos históricos, quer dar a história bases conceituais sólidas. São formulações, que em linhas gerais, aproximam Croce dos pressupostos liberais. No entanto, "Croce mantém, ante a cultura liberal europeia, uma postura autônoma, a qual pressupõe e se remete continuamente à sua concepção de História voltada para a ação concreta dos sujeitos históricos". (SCHLESENER, 2007c, p. 73).

Croce, ao escrever sobre a *La verità de um libre de storia*, tópico II, da obra *"La storia como pensiero e come azione"*, proclama que toda a história é contemporânea.

> A necessidade prática, que é parte de cada juízo histórico, confere a cada história o caráter de "história contemporânea", pois, por remotos ou remotíssimos que cronologicamente nos pareçam os fatos que admitimos na história, na realidade, sempre se referem à necessidade e à situação atual, em que os fatos propagam suas vibrações. (CROCE, 1937, p. 4).

Croce contrapõem-se aos defensores de que o que faz da história uma arte seja somente o texto historiográfico, para ele, sendo a história uma forma de

conhecimento, ela é também uma ciência. Não é uma ciência positivista que opera através de conceitos e estabelece leis gerais, pois "a história não busca leis nem forma conceitos; não emprega indução nem dedução [...] não constrói universais e abstrações, mas enuncia intuições" (CROCE, 1970, p. 40). Isso não implica dizer que os historiadores não tenham conceitos guias. Na *Estética,* Croce esclarece a importância dos conceitos para enunciar intuições e construir proposições. O historiador usa os conceitos linguísticos para organizar os dados e construir as narrativas. Mas, modular o historiador aos padrões conceituais universais, como querem seus interlocutores, revela-se uma equivocada interpretação do conhecimento histórico e uma incompreensão da natureza da linguagem.

Ao embasar sua tese da história como forma de arte e a arte como forma de expressão e de conhecimento, Croce coloca a linguagem no centro da teoria. "A linguística fornece o modelo do que chama de arte e, se a história é uma forma de arte, segue-se que a linguística fornece o modelo do que se entende por conhecimento histórico". (HORVAT, 2007, p. 6).

Croce, na *Estética*, coloca que cada produção histórica, artística e filosófica tem a sua complexidade e traz consigo o conjunto cultural das produções que as precederam. Um documento arqueológico, iconográfico ou literário não é histórico por si mesmo. O historiador participa da seleção, montagem do material. Ele interfere no processo histórico e opera a síntese entre subjetividade e objetividade. Para tanto, há necessidade de o historiador *interpretar* o material *reinvocando* a experiência humana e preenchendo as lacunas das informações da sua documentação, a partir de inferências ou de especulações diversas. (CROCE, 1939, p. 105).

A importância das questões abordadas por Croce em seu contexto sobre a história como interpretação e a validade das narrativas são ainda hoje um problema na tradição historiográfica. São questões debatidas por teóricos de variadas vertentes, que dedicam grande esforço no sentido de esclarecer o *status* epistemológico de tais representações históricas.

Croce, ao anunciar que todo pensamento é história e que história é arte e, ao defender o modelo narrativo da história como sendo um conhecimento situado na arte,

no que denominou de *intuição artística*, figura na origem do atual modelo narrativo da história e suas formulações contemporâneas (liberais).

Sobre o conceito de história em Croce, alguns anos mais tarde, Gramsci no cárcere (Caderno 10 § 2), ao falar da identidade entre história e filosofia, como algo imanente na filosofia da praxis, registra que em Croce essa identidade se tornou algo diverso. Para ele, o conceito de história em Croce teria uma aparência livresca e erudita. Para evitar o caminho a que chegou Croce, indica a necessidade de se conceber o historiador como político. "Se o político é um historiador (não apenas no sentido de que faz a história, mas também no de que, atuando no presente, interpreta o passado), o historiador é um político; e, neste sentido (que, de resto, aparece também em Croce), a história é sempre história contemporânea, isto é, política." (GRAMSCI, 1977, p. 1242). Mas Croce não quis chegar a tal conclusão por ela conduzir "à identificação entre história e política e, consequentemente, entre ideologia e filosofia". (*Idem*).

3.3 BENEDITO CROCE: CHEGADA AO MARXISMO

O contato de Croce com o materialismo histórico no final do século XIX foi mediado por Antonio Labriola, grande expressão teórica do marxismo italiano e militante do Partido Socialista, com o qual teve contado nos anos de universidade, em Roma, segundo precisou o próprio Croce.

> Labriola, me enviou de Roma, em abril de 1895, para a leitura e publicação, o primeiro de seus ensaios sobre a concepção materialista da história, o *Manifesto dei Comunisti*; Li e reli, senti por inteiro inflamar minha mente; não conseguia me distrair, pois tais pensamentos e questões estavam enraizadas em meu espírito. (CROCE, MCMXVIII -1918, p. 34).

A leitura da obra impressionou tanto Croce que ele suspendeu os projetos que vinha desenvolvendo, entre eles, o estudo sobre a influência da Espanha na vida italiana, e se dedicou, por meses, ao estudo da economia, que até então lhe era desconhecida. As leituras das obras ligadas ao materialismo histórico sinalizam outras formulações teóricas que o deixava maravilhado. Nas revistas e jornais da época, ele encontrava a

descrição de um cenário em conflito. Greves, paralizações e confrontos entre operários e soldados estavam na ordem do dia. Essas leituras ajudaram Croce a conhecer a diversidade de forças, muitas vezes antagônicas, presentes nas organizações sindicais.

A crise que assolou a Itália e a Europa no final do século XIX e começo do século XX, consequência do aprofundamento da crise do capitalismo mundial, se por um lado, deu a classe operária um reforço no processo de organização sindical, por outro, concentrou uma diversidade de interesses nas direções sindicais, manifesto nas diversas formas de se interpretar a crise e na dificuldade de traçar ações estratégicas coesas ao conjunto do operariado. Fase em que as interferências das correntes reformistas já se faziam sentir dentro da organização sindical.

Antonioli (1997, p. 127) destaca que na Itália as greves do início do século XX ainda não estavam contaminadas pelas interferências reformistas e nem pela fração revolucionária do Partido Socialista. A transformação começa a partir de 1902 e início de 1903, com as greves em Firenze, Torre Annunziata e Roma, que tinham como metas reivindicações salariais e melhores condições de vida, ou seja, um foco apenas no caráter econômico. "Tais greves revelariam o grau em que aquela forma de luta já estaria radicada no comportamento operário antes que os futuros sindicalistas começassem a refletir sobre ela". (GALASTRI, 2011, p. 49).

As greves que até então tinham reivindicações econômicas e políticas pela influência das frações reformistas passaram a ter como foco as reivindicações salariais e melhorias das condições de vida dos trabalhadores, deixando de lado a luta de classes e a construção de um Estado socialista. Fora da Alemã, em países como Itália, França, Bélgica, entre outros, levantaram-se vozes e grupos teóricos revisionistas foram se aglutinando, principalmente em torno do que ficou conhecido como "sindicalismo revolucionário"[13]. (ANTONIOLI, 1997, p. 127).

A efervescência das greves conduzidas por anarquistas, sindicalistas revolucionários e mesmo pelos socialistas chamaram atenção de Croce para essa nova

---

[13] Sindicalismo revolucionário é uma designação dada a uma vertente socialista e revolucionária originada na França e na Itália, tendo como principais teorizadores Georges Sorel e Arturo Labriola. Conforme (GIANINAZZI, 2006, p. 76), a paternidade do sindicalismo revolucionário é do movimento francês, prova disso é que a própria palavra *syndicat* seria desconhecida na Itália com a acepção utilizada pelos franceses, de "resistência" ou "liga". Isso permitiria que, na Itália, o termo fosse abreviado, designando tal corrente do sindicalismo revolucionário simplesmente por "sindicalismo".

realidade social. As divergências filosóficas, teóricas e práticas entre os diversos grupos que conduziam as greves sempre o intrigavam. Ele se interessou pelo marxismo, assim como se interessava por qualquer teoria e ideia que estivessem em questão no momento. Entretanto, com o marxismo sua dedicação foi além, "sem qualquer experiência política anterior", envolveu-se nos debates teóricos e filosóficos de modo que em pouco tempo "acaba por tornar-se o grande líder revisionista italiano. Irá influenciar Sorel e Bernstein" (DIAS, 2012, p. 29).

As leituras dos textos de Labriola e as conversas que mantinha com ele foram de fundamental importância para o envolvimento de Croce no estudo de Marx e das questões pertinentes ao materialismo histórico. Destaque para o ano de 1895, em que Labriola e Croce passaram as férias de verão em Nápoles e discutiram sobre a concepção materialista da história. (GUSTAFSSON, 1975, p. 263). Como resultado do encontro, Croce dedicou-se a investigação da historiografia socialista, mais precisamente, o estudo *Sul comunismo di Tomaso Campanella (1895*)[14]. No ensaio, Croce analisou o estudo do marxista francês Paul Lafargue, publicado no *Devenir Social,* vol 1, nº 4-6, 1895. Croce, utilizando-se do seu bom entendimento em filologia, submete o escrito a duras críticas. Classifica o trabalho de Lafargue como um espantoso tipo de marxista vulgar, pelo qual se produziu uma segunda geração de marxistas. Para ele, "Lafargue ignora completamente a vasta literatura campanelliana" (CROCE, 2007, p. 154). Croce adverte que em seu estudo, embora Lafargue se utilize da nova concepção materialista, o faz com a ligeireza própria do pensamento positivista. Analisa diversos trechos da obra em que são ignorados princípios básicos do materialismo histórico. Assinala que uma dessas simplificações grosseiras aparece na exposição sobre o cabalismo; em que, para Lafargue "o panteísmo e a transmigração das almas não passam de expressões metafísicas do valor das mercadorias e do seu intercâmbio". No entanto, "Marx demostrou que o intercâmbio capitalista começa com o dinheiro para terminar com o dinheiro, mas no dinheiro como algo mais". A cabala parte da unidade, o primeiro *Sephroth*, para culminar, como o décimo *Sephiroth*, ou seja, na unidade completa e

[14] Texto de Croce, *Sul comunismo di Tomaso Campanella,* foi publicado na Itália, em 1895. Na França, foi publicado nos *Ensais Critiques*, Paris,1901. Em português encontra-se em: CROCE, B. Sobre a historiografia socialista: o comunismo de Tomás Campanella. In._____. *Materialismo histórico e economia marxista*. São Paulo: Centauro, 2007.

absoluta. Para Croce significa "proporcionar aos adversários do materialismo histórico uma excelente oportunidade de escárnio". (CROCE, 2007, p. 158).

O ensaio de Croce e sua crítica ao texto de Lafargue foi tão destrutiva que a *Crítica Social* interrompeu a tradução do trabalho e abandonou a intenção de sua publicação. Depois Labriola persuadiu Croce a levar a diante o acerto de contas com o professor Achille Loria[15], que até então era visto como marxista ortodoxo, crítico e superador das insuficiências de Marx. O resultado da investida foi publicado no *Devenir Social*, em 1896, defendida por Labriola com "uma pequena obra-prima". (GUSTAFSSON, 1975, p. 264). Labriola, à época, havia depositado grande esperança em Croce e esperava que ele viesse a ser um pioneiro do marxismo na Itália. Ele mesmo, "com Croce e Sorel haviam de constituir-se a Santíssima Trindade do marxismo na Itália". (GUSTAFSSON, 1975, p. 264).

No entanto, para Croce, o marxismo tinha importância, na medida que podia recolher elementos para seus interesses investigativos, "colher elementos para fazer mais viva e completa a filosofia e compreender melhor a história". E, depois de um ano de estudos sobre a concepção materialista da história, Croce já chegava "a conclusão de que o materialismo histórico era duplamente falacioso", como vai registrar em seus escritos. (GUSTAFSSON, 1975, p. 264).

A fase de encantamento político de Croce pelo materialismo histórico marxista não teve muita longevidade. Conforme avaliou posteriormente no prefácio do *Materialismo Histórico e Economia Marxista*, "alguém afirmou que eu, de rígido marxista ortodoxo, me fui transformado paulatinamente, assumindo enfim uma atitude de crítico e de opositor" (CROCE, 2007, p. 07). Ele se defende dizendo que mesmo sob a influência de Labriola nunca teria sido "marxista ortodoxo", nem mesmo se quer teria se convertido ao novo credo marxista. Observa que a ilusão interpretativa poderia ter sido gerada pelo modo como se dedicava ao estudo da doutrina filosófica e a forma com que se inseriu nas discussões sobre o socialismo italiano.

Entre1895 a 1900, Croce redige e publica uma série de artigos e ensaios em que dialoga criticamente com a herança teórica de Marx, e indiretamente com seu amigo

[15] A apreciação de Croce sobre as teorias do professor Loria são abordadas no tópico seguinte.

e mestre Antonio Labriola. A partir de 1900, os ensaios foram incluídos no volume *Materialimo storico ed economia marxista,* marcando o rompimento definitivo de Croce com Labriola e o socialismo.

3.4 CROCE E AS TEORIAS HISTÓRICAS DO PROFESSOR LORIA

Os primeiros ensaios de Croce sobre o marxismo têm como foco central o combate ao que ele chama de falsos marxistas, Paul Lafargue, Achile Loria, entre outros. Sobre Loria, condensa sua reflexão no escrito *As teorias históricas do professor Loria*[16], publicado em *Devenir Social*, em novembro de 1896. No texto, Croce observa que Loria, pensador de reconhecimento internacional, nutria-se das boas graças do pensamento antimarxista e ao mesmo tempo recebia as contribuições dos círculos socialistas com muita naturalidade. "Antiburguês e protegido por essas condecorações, são o alvo predileto da própria sátira burguesa; conhecido por um lado como crítico de Marx e, por outro, com seu sucessor e aperfeiçoador". (CROCE, 2007c, p. 29).

Croce questiona como Loria consegue carregar esta dupla e oposta carga, alimentar-se de dois amores, como ficam os contrastes e contradições? Na sua explicação, importante para compreensão do movimento socialista italiano, tal fenômeno só foi conseguido pelo desconhecimento do marxismo na Itália. Ou seja, o segredo revela-se em duas palavras.

> Loria fez um plágio das ideias fundamentais histórico-econômicas de Marx, dissimulando com tal habilidade que parece às vezes uma correção, às vezes uma refutação. Plagiando e censurando Marx era fácil passar por pensador de grande envergadura e mais ou menos socialista. (CROCE, 2007c, p. 30).

O plágio de Loria teria sido condenado por Engels no prefácio do terceiro volume de *O Capital*[17], prefácio em que dedica várias páginas sobre a obra de Loria. Para Croce, só as páginas de Engels acusando-o de ser "um aventureiro literário, que no

---

[16] *As teorias históricas do professor Loria* (1896) foi republicado por Croce, com algumas modificações, em 1897, como parte do texto *Materialismo histórico e economia marxista*.

[17] Ver apreciação de Engels sobre Loria no prefácio do terceiro volume de *O capital*.

fundo pouco se importa com toda a economia política" (CROCE, 2007c, p. 52) já teria sido suficiente para uma desmoralização, no entanto, seus escritos, mesmo com todas essas anotações ao pé da página, continuam gozando de prestígio. A difusão dos seus livros se amplia e goza de renome na Itália, "embora havendo usurpado o alheio, é, pelo menos, um aperfeiçoamento, ou um bom expositor ou comentarista". (CROCE, 2007c, p. 31).

Na análise de Croce, Loria procurou agregar ao materialismo aquilo que estava incompleto em outros escritos, no entanto, na busca de superar e dar originalidade ao seu pensamento, comete erros semelhantes aos seus interlocutores, equivocando-se em determinados momentos e, pior, ignorando os precedentes históricos da concepção materialista, "tanto no terreno dos fatos, como no do pensamento". (CROCE, 2007c, p. 31).

Loria, em *Teoria econômica dela costituizione política,* teria ignorado a história das ideias sobre o materialismo, trabalho que Marx havia sinalizado de forma bastante clara nos seus escritos. Tamanho descuido leva Loria ao entendimento de que "as ideias não têm história, pois todas as ideias sempre existiram". A atemporalidade dos acontecimentos teria levado Loria a concluir que o "único homem que existe é o abstrato *homo economicus*, conhecido pelos estudiosos da economia pura, e que ele interpreta como o homem *egoísta* por excelência". (CROCE, 2007c, p. 34).

Para Croce, Loria ao interpretar os fatos apenas no âmbito do econômico, "deixa de lado a influência que as convicções intelectuais e morais podem ter na psicologia individual, para ele o homem é sempre levado, conscientemente ou não, por seus próprios interesses materiais e egoístas" (CROCE, 2007c, p. 40).

Croce, ao final do escrito, considera que não dá para culpar ninguém pela lentidão com que se desenvolve o socialismo na Itália. Essa particularidade teria sua origem nas condições do próprio proletariado, no tardio desenvolvimento da indústria e no modo de formação política do país. Mas não deixa de observar que o socialismo propagandista na Itália, a anos, está enraizado no bakunismo e entorno de um "equívoco de um Loria, considerado descobridor do materialismo histórico e revisor e aperfeiçoador desse Marx de quem, aliás, ninguém sabia nem conhecia nada preciso para poder dizer em que, e onde, fora ele corrigido e aperfeiçoado". Por outro lado,

Croce reconhece que muitos conceitos de Marx foram introduzidos e divulgados na Itália, graças a Loria, mas satiriza, "era um Marx [...] alto e loiro", portanto, bem diverso do Karl Marx, de "estatura mediana, tez escura e cabelo negríssimos" (CROCE, 2007c, p. 54-55).

3.5 CROCE E A CRÍTICA DE CONCEITOS DO MARXISMO

A paixão de Croce pelo marxismo durou pouco. A medida que aprofundava seus estudos sobre o materialismo histórico, tomando como base a herança marxista presente na Itália, através dos escritos do professor Loria e de Antonio Labriola e as leituras de obras do próprio Marx, percebia o que chamou de deficiências e de contradições filosóficas e teóricas presentes nas formulações dos enunciados teóricos. A partir de 1895, Croce discute essas questões em uma série de artigos. Sete dos artigos estão reunidos sob o título *Materialimo storico ed economia marxista*. Em primeiro momento, Croce problematiza parte dos escritos de Loria, como visto no tópico anterior. Mais tarde, o foco dos debates e das observações são os escritos de Marx e as interpretações desses escritos, principalmente as provenientes de Labriola.

Na obra, supracitada, Croce exprimiu alguns argumentos contrários ao marxismo. Ele, no prefácio da segunda edição, datado de 1906, sintetizou os argumentos em quatro teses.

> A primeira se refere a forma em que se pode entender e utilizar, de modo aceitável, o materialismo histórico dos marxistas; a segunda à interpretação que se deve dar à teoria marxista do valor para que se possa ser de algum modo utilizável; a terceira é uma crítica à lei da queda da taxa de lucro [...]; a quarta se refere à proposição de uma ciência filosófica da economia, que surja ao lado da economia empírico-abstrata comum. (CROCE, 2007, p. 9).

Sobre o materialismo histórico, Croce sinalizou que tal concepção só pode ser entendida e utilizada de modo aceitável se for reduzida à condição de *cânone* de interpretação historiográfica. "A redução do materialismo histórico a cânone de interpretação da história, efetuada por Croce, fortaleceu criticamente a orientação "econômico-jurídica" na escola italiana". (GRAMSCI, 1977, p. 1214). Sobre a teoria

marxista do valor-trabalho, assinalou que sua formulação era resultado de uma comparação elíptica entre dois tipos de sociedades distintas. Sobre a lei da queda da taxa de lucro, ponderou que se fosse exatamente estabelecida como acreditava Marx, no decurso do tempo, implicaria no fim automático e eminente da sociedade capitalista. E, como perspectiva agregadora, propôs a criação da *ciência filosófica da econômica,* que nasceria ao lado dos estudos empírico-abstratos.

Com a exposição dos juízos de Croce sobre fundamentos do marxismo, expunha-se um Croce "revisionista", que se analisado em perspectiva mais ampla, revela em seu eixo central, a crise de um marxismo que vinha sendo difundido pela Segunda Internacional e pelos partidos socialistas que a compunham. Os escritos de Croce se somam às críticas de outros socialistas, como Georges Sorel (1847- 1922), na França, Eduardo Bernstein (1850-1932), na Alemanha, e Giovanni Gentile (1875-1944), na Itália. As discussões, apesar das particularidades de cada autor, mantêm uma conexão entre eles. Conexão que de certa forma os aproxima, quer seja pela amizade, simpatia intelectual ou defesa de uma atualização da teoria marxista. Croce foi amigo e editor de algumas obras de Sorel, na Itália. Croce e Labriola mantiveram por anos correspondência. Bernstein teria confidenciado em carta a Sorel a influência que teve dos escritos de Benedito Croce. "Bernstein me escreveu há pouco tempo que em *Neue Zeiet*, nº 46, havia posto de relevo que, de certo modo tinha sido influenciado pelos teus trabalhos. Isto é interessante porque os alemães não costumam dar as fontes estrangeiras de suas ideias." (SOREL, G. Carta a Benedito Croce. In. GUSTAFSSON, 1975, p. 243). Nesse contexto, Gentile publica *La filosofia di Marx* (1889), enquanto Charles Andler, outro revisionista, falava em dissolução do marxismo. Gramsci no cárcere, alguns anos mais tarde, ao discorrer sobre pontos de referência para um ensaio sobre Croce, destaca "Croce como líder intelectual das tendências revisionistas dos anos 1890: Bernstein na Alemanha, Sorel na França, a escola económico-jurídica na Itália". (GRAMSCI, 1977, p. 1082).

O Materialismo Histórico

Sobre a compreensão que os marxistas têm do materialismo histórico, observa Croce, que a literatura marxista, através de seus interpretes, carrega consigo um perigo metafísico contra o qual é necessário alertar. "Labriola entende o materialismo

histórico no sentido genuíno e originário de uma metafísica, e da pior espécie, qual seria *uma metafísica contingente*.[18] (CROCE, 2007, p. 80).

Para Croce, apesar de Labriola ter um forte respeito pela história, sendo em diversas circunstâncias prudente e cauteloso a ponto de manifestar seu aborrecimento pelos esquematismos de toda sorte, quando se trata de investigar e aprofundar determinados processos, mesmo tendo advertido que não existe teoria tão boa e excelente que habilite ao conhecimento sumário de toda a história particular, "a sua investigação não é uma investigação que sirva para esclarecer a concepção filosófica posta de fundo do materialismo histórico, mas uma simples digressão" (CROCE, 2007, p. 83).

Croce, em suas arguições de 1896, ao tratar da forma científica do materialismo histórico, ao discutir a produção de Labriola, destaca que o melhor elogio que pode se dar a concepção materialista da história não é "chamá-la a última e definitiva filosofia da história, mas afirmar francamente que ela não é uma filosofia da história". (CROCE, 2007, p. 19).

Para Croce, pelo fato dos historiadores da escola materialista utilizarem os mesmos instrumentos intelectuais e prosseguirem no mesmo caminho dos historiadores ou filólogos, "o materialismo não é nem pode ser uma nova filosofia da história, nem um novo método" (CROCE, 2007, p. 20), mas apenas "uma soma de novos dados, de novas experiências que penetram na consciência do historiador". Para ele, "novo método era aquele que os idealistas tentavam deduzir racionalmente os fatos históricos", (Idem). Labriola, em seu escrito, acaba por admitir que o materialismo histórico não é uma teoria, mas um conjunto de observações aproximativas que ajudam a compreender a vida e a história. Ao ver no materialismo histórico um novo auxílio para compreensão das formações sociais, Croce passa a "considerar a teoria de Marx como mero auxílio para a pesquisa histórica". (GALASTRI, 2011, p. 85).

Croce concorda com Labriola que a redução da história apenas à dimensão econômica é uma ideia absurda. Ele condenava o reducionismo interpretativo que colocava na fórmula econômica a chave de compreensão do materialismo histórico, pois

[18] Croce chega a estas e outras formulações sobre o materialismo histórico, depois da leitura do livro de Labriola *Del materialismo storico, dilucidazioni preliminar* lançado em Roma, em 1896.

muitos acreditam que no materialismo histórico "a história não é senão a história econômica" (CROCE, 2007, p. 21), sendo que os demais elementos aparecem como simples máscaras, aparências sem substância. Observa que Marx e Engels sempre se inquietaram com indivíduos que buscavam a compreensão dos fatos históricos em uma formula mágica, capaz de desvendar o intrigado mundo das relações sociais; "recomendavam que se observassem mais as interpretações históricas por eles formuladas, do que as expressões teóricas adotadas. Seria excelente, exclamavam, se fosse possível ter a fórmula para compreender todos os fatos da história!" (CROCE, 2007, p. 21).

Croce elogia a percepção de Loria quando enfatiza que no materialismo histórico não se deve procurar uma teoria que deva ser tomada em sentido rigoroso, pois segundo ele, é difícil estabelecer nele o que seja uma teoria. O nascimento da doutrina materialista histórica teria acontecido sob impulso da "grande escola de sociologia", que é a Revolução Francesa.

> O materialismo histórico surgiu da necessidade de se dar conta de uma determinada configuração social e não já de um propósito de investigação dos fatores da vida histórica; e constituiu-se na cabeça de políticos e de revolucionários, e não na de frios e pacientes sábios e bibliotecas". (CROCE, 2007, p. 22-23).

Para Croce, a palavra materialismo não tem razão de ser, por ter sido causa de tantos mal-entendidos e servido muitas vezes de armas aos adversários, ela precisa assumir um novo significado. Assim, ao final das análises sobre a forma científica do materialismo histórico, em 1896, propôs que o termo "materialismo histórico" fosse substituído pela designação "*concepção realista da história*", tal denominação marcaria oposição a todas as teologias e metafísicas no campo da história e estaria mais capacitada a acolher "o que levou o socialismo à consciência histórica" e estaria aberta as contribuições que o futuro possa trazer. (CROCE, 2007, p. 28).

Croce, em escritos posteriores, retoma e amplia às críticas e às formulações sobre o materialismo histórico. Em 1897 em *Para a interpretação e a crítica de alguns conceitos do marxismo*, Croce volta a criticar o materialismo histórico como método. No seu entendimento, o materialismo não deve exprimir e ser entendido como "uma

nova construção *a priori* de filosofia da história, nem um novo método de pensamento histórico, mas simplesmente, um cânone de interpretação da história". (CROCE, 2007, p. 74).

Croce observa a necessidade de mais estudos sobre o materialismo histórico, pois "a doutrina do materialismo ainda não está encerrada em um livro clássico e definitivo", que possa ser facilmente identifica de modo que o livro e a doutrina pareçam uma só coisa. A teoria está "disseminada numa série de escritos, compostos num período de meio século com largos intervalos, nos quais dela se faz menção da mesma forma ocasional na maior parte das vezes e de quando em quando é simplesmente subentendida ou implícita." (CROCE, 2007, p. 75).

Para Croce, quem se aventurar a ordenar as fórmulas de Marx e Engels, "cairia em expressões contraditórias, que tornariam difícil ao cauto e metódico intérprete estabelecer o que é, assim em geral, para eles, o materialismo histórico." (CROCE, 2007, p. 75).

Croce destaca que Marx "experimentava uma espécie de cansaço diante das investigações de interesse puramente teórico". Que na ânsia de atender as coisas concretas e individuais,

> [...] dava pouca importância às investigações sobre os conceitos e as formas dos conceitos, o que às vezes o levava à indeterminação ou deformação dos próprios conceitos. Daí que nele se originarem muitas proposições que, tomadas literalmente, são errôneas, mas, como acontece, parecem plenas de verdade. (CROCE, 2007, p. 75).

Croce assinala que o sentido que está querendo dar ao materialismo histórico é o mesmo que entendiam Marx e Engels; ou pelo menos, o que "teriam aceitado como próprio se tivessem mais tempo à sua disposição para semelhantes trabalhos de elaboração científica ou se fossem alcançados menos tardiamente pela crítica". (CROCE, 2007, p. 76).

Sobre o problema científico em *O Capital*, a forma e a compreensão das investigações de Marx, Croce escreve serem elas "pesquisas abstratas", em que Marx estuda uma sociedade inexistente em termos históricos.

> Uma sociedade ideal e esquemática, deduzida de algumas hipóteses [...] Em nenhuma parte do mundo se acharão as categorias de Marx como personagens vivas e corporificadas, precisamente porque são abstrações e, para viver, necessitam eliminar partes e adquirir outras. (CROCE, 2007, p. 58).

Para ele, a pesquisa de Marx não abarca todo o território dos fatos econômicos, ela estaria restrita apenas a formação econômica de uma sociedade com propriedade privada do capital. Portanto, uma sociedade capitalista, ficando de fora as demais formações históricas, entre elas, as sociedades monopolistas, as comunistas e as diversas sociedades de economia individual.

> Nós sabemos que as investigações de Marx não são históricas, mas hipotéticas e abstratas, isto é, teóricas. Melhor seria se as definisse dizendo que são investigações de *sociologia econômica*, se a palavra 'sociologia' não fosse um desses vocábulos que mais vária e arbitrariamente se empregam". (CROCE, 2007, p. 68).

Para Croce, Marx não parecia ter tido consciência da diferença teórica de sua investigação ante as outras que possam realizar-se acerca dos fatos econômicos; e, de qualquer modo, "desprezou e abandonou todas as explicações preliminares e metódicas que podiam esclarecer o problema". O que fez da composição de *O Capital* uma "mescla de teorias gerais, de polêmicas e sátiras amargas e de exemplificações ou digressões históricas", contrariando Loria, que via o *Capital* um dos livros "mais notáveis e mais simétricos". (CROCE, 2007, p. 57).

Para Croce, no *O Capital*, Marx simplesmente faz uma "monografia econômica das leis da sociedade capitalista". Marx explicita as leis gerais ou os conceitos fundamentais da economia, mas acaba caindo na simplificação, reduzindo o complexo ao simples, ou então passando por dedução, e com a agregação de novas hipóteses, do simples ao complexo.

> Não obstante, eu, de minha parte, duvido muito que Marx tenha chegado a ser um economista para entregar-se a um gênero de estudos de interesse especialmente teórico ou escolástico, como se queira chamar. Isto repugna à sua personalidade de homem prático e revolucionário, intolerante com as investigações que não tivessem estreito vínculo com os interesses da vida histórica atual. Se *O Capital* não tivesse de ser uma monografia puramente

> econômica, poder-se-ia apostar que se quer teria nascido. (CROCE, 2007, p. 60).

Após anunciar que "o *Capital*, como *forma*, não é uma descrição histórica, como *compreensão* não é um tratado de economia e, muito menos, uma enciclopédia"[19] (CROCE, 2007, p. 59), Croce registrou, em nota de rodapé de seu escrito, que é dever dos marxistas depurar o pensamento de Marx da forma literária que assumiu e voltar a estudar as questões discutidas por ele, "elaborá-las com novas e mais precisas considerações e com novas exemplificações históricas. Nisso pode consistir o progresso o científico" (CROCE, 2007, p. 68), pois as exposições do sistema de Marx que se tinha, consistiam em breves resumos que acompanhavam cada capítulo original do livro, mas que para Croce, eram muitas mais vezes, mais obscuros que o próprio escrito.

Na medida que Croce considera o materialismo histórico como um instrumento interpretativo de aproximação e compreensão da realidade histórica, a luta de classes, um dos pilares fundamentais do marxismo, assume uma função secundária. Para ele a história será concebida como luta de classes somente: "1. quando existem classes; 2. quando estas classes têm interesses antagônicos; 3. quando elas têm consciência deste antagonismo". (CROCE, 2007, p. 79).

Quanto a possibilidade da existência de classes ou da sua inexistência como anunciada pelos socialistas para a sociedade do futuro, para Croce, a luta de classes não é uma coisa intrinsecamente necessária para o desenvolvimento histórico, pois também "no porvir, sem classes, a história sem dúvida terá de continuar." (CROCE, 2007, p. 79).

Croce também manifestou seu desacordo sobre a questão do conhecimento científico e a sua relação com os problemas sociais, mais precisamente o que lhe inquietava dizia respeito ao lugar comum que se encontrava a expressão de que o socialismo de Marx havia passado de utopia à ciência, como defendido por Engels em

---

[19] Croce buscou estabelecer um posicionamento divergente ao do político e economista italiano **Arturo Labriola** (1873-1959) que, em 1898, em seu livro *Discorrendo di sociologia e di filosofia*, havia caracterizado *O Capital* como 'uma colossal monografia'.

Atenção: Não confundir com **Antonio Labriola** (1843-1904), filósofo e pedagogo italiano, que também escreveu uma obra *Discorrendo di Socialismo e di filosofia* (1898), em que descreve o marxismo como "uma filosofia da práxis", com quem Gramsci dialoga em diversas passagens dos Cadernos do Cárcere, principalmente no Caderno 11, onde chama atenção para necessidade de se evidenciar as posições de Labriola sobre a filosofia da práxis, para além do pequeno circulo em que era conhecido.

seu livro *Do socialismo utópico ao socialismo científico (1880-2)* e como expresso pela denominação corrente do *socialismo científico*.

> Todas as leis científicas são leis abstratas; entre o abstrato e concreto não existe ponto de passagem precisamente porque não é uma realidade, mas um esquema do pensamento, um modo nosso de pensar, quase diria abreviado. E, se o conhecimento das leis esclarece nossa percepção do real, esse conhecimento não se pode converter de modo algum *nessa percepção mesma.* (CROCE, 2007, p. 90).

Croce manifestou preocupação com um conhecimento científico que lhe parecia supérfluo para as questões práticas. Não questionou sobre a utilidade da ciência, mas sim, "acerca da *possibilidade de deduzir*, como pretendem alguns, *programas práticos de proposições científicas*". (CROCE, 2007, p. 89). Questiona a denominação "socialismo científico", pondera que Labriola também mostrava pouca simpatia pela denominação "socialismo científico", propunha sem dar suas razões, que fosse substituído pela denominação de "comunismo crítico". Para Croce, o substantivo "comunismo" lhe parecia mais apropriado, pois havia outros socialismos, entre eles, o democrático, o de Estado e o católico, que poderiam confundir a compreensão de sua abrangência. (CROCE, 2007, p. 90).

Croce mostra desacordo com a doutrina marxista no que diz respeito a questão moral e ética. Questiona, a partir de Labriola, "a que conclusões conduz o materialismo histórico com relação aos valores ideais do homem, com relação a verdade científica e ao que se chama de verdade moral?" (CROCE, 2007, p. 26). Qual era o pensamento de Marx e de Engels em torno da moral? (CROCE, 2007, p. 95). Fazendo paralelo com os estudos que fez de Maquiavel, conclui que em Marx a máximas éticas também não aparecem, estão fora do lugar ou precisam ser melhor trabalhadas.

> 1-Para Marx a questão social não era uma questão moral; 2- que a análise do capitalismo por ele realizada importava no estabelecimento das leis que regulam uma determinada forma de sociedade e não a de denunciar um roubo, como se quisesse restituir o operário pela exploração indevida. (CROCE, 2007, p. 91).

Croce assinala que apesar de Marx e Engels não serem filósofos da ética, e de não terem dedicado tempo para aprofundar tais questões, as conclusões a que chegam em relação ao papel da moral nos movimentos sociais e com relação aos métodos de educação do proletariado, não encontram grandes contradições em seus princípios éticos gerais, salvo alguns tropeços. As opiniões de Marx e Engels sobre os princípios da ética não chegaram a adquirir em suas obras uma forma cientificamente elaborada, razão pela qual "direi ainda mais que, quanto à ética, não lograrei ainda libertar-me da tirania kantiana e que não vejo ainda superada a posição de Kant; vejo-a, antes reforçada por algumas tendências moderníssimas". (CROCE, 2007, p. 96).

Para Croce, Labriola tinha razão ao dizer que na literatura socialista a "ética se reduz ao estudo histórico das condições subjetivas em que a moral se desenvolve ou encontra barreiras para se desenvolver" (CROCE, 2007, p. 27), reduzida na maioria das vezes a situações sociais de caráter econômico, "uma quimera sem fundamento", mas para Croce, a "idealidade ou o absoluto da moral" são pressupostos necessários para o socialismo. Justifica sua postura claramente revisionista dizendo que;

> O interesse que nos move a construir um conceito da mais-valia, não se diria melhor um interesse moral ou social? Em economia pura pode-se falar de mais-valia? O proletário não vende sua força de trabalho pelo que ela vale, dada a sua situação econômica na sociedade presente? Sem o pressuposto moral, como explicar a ação política de Marx, seu "tom de violência indignação e de amarga sátira que se adverte em cada página do *Capital*? (CROCE, 2007, p. 28).

Croce busca um princípio explicativo que sirva de alicerce para a interpretação da história. Ele identifica esse princípio na ética kantiana, no imperativo categórico, pois para Croce, a luta do movimento operário socialista é uma luta essencialmente moral. Os objetivos dos movimentos operários socialistas são melhor assimilados se entendidos com um esforço ético-moral. Questiona Croce, "quem são esses trabalhadores que se associam em grupos, que leem seus periódicos, que discutem os pontos de vista de seus delegados e que aceitam resoluções de seus congressos, senão homens que se educam moralmente?" (GUSTAFSSON, 1975, p. 273).

Para Croce, embora o materialismo histórico não pudesse ser considerado como ciência e mesmo que Marx, como sociólogo não tivesse dado definições

elaboradas como estão nos livros de alguns sociólogos contemporâneos, “ensina com suas proposições aproximativas no conteúdo e paradoxais na forma, a penetrar no que é a realidade efetiva da sociedade”. Por tal capacidade, Croce confessa estranheza que não tenha ocorrido a ninguém atribuir o título de “Maquiavel do proletariado” à Marx. (CROCE, 2007, p. 99).

Croce reconhece que nenhuma ciência conseguira abranger o programa social marxista na sua totalidade, da mesma forma, que a totalidade da prática cotidiana da política socialista não poderia estar contida nos princípios gerais do programa. Marx durante muitos anos acompanhou o movimento socialista internacional, mas não “podia dar preceitos e catequismos úteis para todos as contingências e complicações históricas.” (CROCE, 2007, p. 99).

Para Croce a continuação da “obra política” de Marx seria bem mais difícil que a continuação de sua “obra científica”. Se no esforço de continuação da obra científica de Marx, os marxistas já teriam caído, por vezes, num “dogmatismo científico pouco elogiável”. A continuação da obra política pode se converter em um “dogmatismo de péssimos efeitos, qual seja o dogmatismo político”. (Idem). Na luta contra tais dogmatismos, estariam para Croce, lutando “notáveis marxistas”, como “Kautsky e Bernstein na Alemanha, Sorel na França” e Labriola na Itália, apesar de se levantar “graves advertências ao novo livro de Labriola, do qual se originou o presente trabalho.” (CROCE, 2007, p. 99).

Os notáveis marxistas apontados por Croce, são personalidades marxistas que Luxemburgo e Gramsci, farão seus contrapontos, questionando o centralismo de partido, as teses revisionistas e, principalmente, o distanciamento que as direções partidárias têm ficado das massas operárias. Distanciamento que impede a compreensão da luta de classe como projeto revolucionário, dificulta uma relação educativa entre partido, sindicato e as classes subalternas.

Segunda Parte:

Luxemburgo e Gramsci frente ao Revisionismo

Luxemburgo e Gramsci frente ao Revisionismo

Se se assume como verdade as conclusões de Lukács (2012), para quem o valor fundamental do marxismo está em seu método dialético, que visa o conhecimento da sociedade com totalidade, portanto, ser marxista não significa uma fé em uma ou outra tese ou exegese da obra de Marx, muito menos o reconhecimento sem crítica dos resultados das investigações de Marx, mas ao contrário, "em matéria de marxismo a ortodoxia se refere antes e exclusivamente ao *método*" (LUKÁCS, 2012a, p. 64). Parece correto afirmar que na obra de Luxemburgo e de Gramsci, a dialética materialista, é uma dialética revolucionária não só pela contraposição a hegemonia burguesa, mas por envolver em seus fundamentos a categoria de totalidade, que confere uma dimensão revolucionária, em contraposição a uma ciência burguesa, revisionista, que considera o método dialético com um ato isolado, separado da totalidade.

Diante das investidas revisionistas e oportunistas, ambos empreendem esforços para recolocar "o método dialético de Marx no centro da luta de classes, para fazer não só um método de interpretação da história e para a análise da sociedade presente, mas sim, um método para se aplicar à ação das grandes massas e a construção consciente do futuro." (BASSO, 1976, p. 26).

Em contraposição ao revisionismo, ao reformismo, ao oportunismo e ao centralismo de partido e de sindicato, Luxemburgo e Gramsci revisitam em Marx os fundamentos teórico-metodológicos do marxismo, a filosofia da práxis.

Antes de apresentar as contraposições de Luxemburgo e de Gramsci ao revisionismo e o oportunismo partidário e sindical, busca-se explicitar em que consiste a teoria e o método marxista, ponto de partida dos autores. Para tanto são visitas algumas obras dos fundadores do marxismo, Marx e Engels, como forma de mostrar que Bernstein, Kautsky e Croce, ao assumirem pressupostos revisionistas, afastaram dos fundamentos revolucionários implícitos na filosofia da práxis.

MARXISMO: TEORIA E MÉTODO[20]

A questão da teoria e método no marxismo diz respeito aos pressupostos filosóficos e teóricos que fundamentam a concepção teórica marxiana. Seguir os fundamentos filosóficos e científicos dialéticos, implica, em primeiro lugar, um esforço de apreensão da concepção teórica marxiana, tal como concebida no contexto histórico pelo próprio Marx, a partir das bases da dialética hegeliana[21]. O que envolve a compreensão do funcionamento do mundo capitalista, da sociedade burguesa com suas ordenações e mistificações: trabalho, mercadoria, dinheiro, ideologia, etc.

Em segundo lugar, ter presente que teoria social e método não se separam, são partes de uma mesma totalidade. No entanto, a concepção teórica-metodológica marxiana sofreu no decurso dos tempos a influência do darwinismo, do positivismo, do kautskismo, do reformismo de Bernstein e diversas simplificações da Segunda Internacional (1889-1914), entre outras. O que exige grande esforço histórico, para a compreensão das formações sociais, com suas formulações jurídicas, políticas, estéticas, filosóficas e religiosas, também de constituições dialéticas e atualizações.

O método materialista histórico-dialético caracteriza-se em seu conjunto pelo devir histórico do movimento do pensamento, que ao captar a materialidade histórica e seus contraditórios aspectos, constitui suas sínteses, ou seja, o movimento do pensamento é formado pela materialidade histórica da vida dos homens em sociedade, pelas relações que estabelecem entre si e com a natureza, pela materialidade de cada homem, ser social, concreto e histórico. Trata-se de um instrumento teórico-prático que, pelo movimento do pensamento frente a materialidade concreta dos fatos busca as leis fundamentais que ajudam na compreensão dos mais diversos e contraditórios aspectos da luta de classes e tem potencial organizativo e revolucionário para direcionar ações conjuntas das classes subalternas visando, não só melhoria das condições de vida no

---

[20] No decurso da tese, deparei-me com a necessidade de supervisionar meu próprio pensamento. Não se trata de um capricho pessoal. Fiz uma parada no percurso do roteiro do escrito e revisitei Marx e Engels, na busca dos fundamentos que alicerçam o marxismo e, com isso, mostrar que Bernstein, Kautsky e Croce, naquele contexto, afastaram-se dos fundamentos da filosofia da práxis, como sinalizado por Luxemburgo e Gramsci.

[21] Tese defendida por Domenico Losurdo em *Hegel, Marx e a tradição liberal.* (LOSURDO, 1998).

mundo do trabalho, mas também prospectar projetos revolucionários, alternativos e superadores do neoliberalismo contemporâneo.

As teorias e o método de Marx são frutos de um longo processo de amadurecimento, cuja trajetória teórica destaca-se principalmente a partir de 1841, ocasião que recebe o título de doutor pela universidade de Jena. Entre 1843 e 1844, intensifica-se a atividade de pesquisa e de escrita de Marx. Redige *Manuscritos Econômico-Filosóficos, Para a Questão Judaica, Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*, entre outros, escritos em que já se tem uma estrutura central que vai perpassar o restante de sua produção. Ou seja, discute a filosofia de Hegel, tendo por base o materialismo antropológico de Ludwig Feuerbach[22]. Lança as bases e fundamentos da sua crítica sobre os economistas clássicos que defendem um modo de produção capitalista que objetiva apenas a reprodução do capital, em detrimento das condições vitais dos trabalhadores. Questões que foram retomadas e aprofundadas em *O capital*.

No campo da economia política, as provocadoras formulações de Engels levaram Marx a direcionar suas pesquisas para a análise concreta da sociedade moderna, no caso, a gênese, o desenvolvimento e as condições de crise geradas pelo modo de produção capitalista na transição do século XVIII ao XIX. Marx vai dedicar cerca de 40 anos nessa pesquisa, de 1844, até sua morte, em 1883. As análises, fruto das suas pesquisas, têm seu arranque com os *Manuscritos Econômico-Filosóficos* e terão sua culminância nos escritos *d'O Capital.*

A teoria marxiana que foi sendo sedimentada é fruto das pesquisas de Marx em colaboração com Engels e da ativa participação nos processos revolucionários e do contato com os maiores pensadores da cultura ocidental, o que lhe permitiu reelaboração crítica dos conhecimentos vividos até então.

> Sua doutrina surgiu como *continuação* direta e imediata das doutrinas dos maiores representantes da filosofia, da economia política e do socialismo. [...]. É a legítima herdeira do que de melhor criou a humanidade no século XIX: a filosofia alemã, a economia política inglesa e o socialismo francês. (LÊNIN, 1955a, p. 81-82).

[22] Marx foi influência pela obra de Engels *A situação da classe trabalhadora na luta de classes na Inglaterra*, pois em Feuerbach ainda não havia a visão de processo transitório. (ENGELS, 1975).

A questão do método em Marx esta expressa seus escritos, além das obras já encionadas, *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, *Para a questão Judaica*, *Crítica da filosofia do direito de Hegel*, escritos como a *Miséria da Filosofia* (1847) e *O dezoito Brumário de Luís Bonaparte* (1851-1852) também indicam os caminhos perseguidos por Marx. Para uma visão mais acabada e resumida do percurso histórico e metodológico de Marx, Chagas (2011, p.65), sinaliza para: a Introdução aos *Fundamentos* (*Grundrisse*) (1857-58), na Introdução (*Einleitung*) (1857) e no Prefácio (*Vorwort*) (1959) e a *Para a Crítica da Economia Política (Contribuição)* (*Zur Kritik der Politischen Ökonomie*) (1859) e no Posfácio da segunda edição alemã (*Nachwort zur zweiten Auflage*) (1873) de O Capital (1867). Indicações que se busca seguir e ampliar com recorrência aos textos de Marx e, eventualmente de Engels, a fim de compreender o percurso e abrangência do método e da teoria marxista.

Nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos,* também conhecidos como *Manuscritos de Paris,* tem-se anotações que Marx fez em 1844, aos 26 anos de idade, só publicadas após sua morte, já em 1932. Na obra, Marx crítica a economia nacional defendida por Adam Smith, Jean Baptiste Say e David Ricardo. Expõe as discrepâncias entre a moral e a economia, ao mesmo tempo, denuncia a exploração e alienação do homem imposto pela indústria capitalista, que por almejar apenas lucro e mais-valia, suga a força do trabalhador, tornando-o mero objeto, ser sem controle ou participação ativa nos processos de produção, cujo resultado será algo estranho ao próprio homem.

Marx constata que a economia nacional está alicerçada sobre as bases da propriedade privada. Ele analisa o processo material da propriedade privada, como ocorre na realidade, por meio de fórmulas abstratas e gerais que, então servem como leis que orientam a direção dos movimentos. "As únicas rodas que a economia nacional põe em movimento são *a ganância e a guerra entre os gananciosos, a concorrência*." (MARX, 2010, p. 79, *grifos no original*). E, propõe uma análise mais realista, partindo de um fato nacional-econômico, presente

> O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a *valorização* do mundo das coisas (*Sachenwelt*) aumenta em proporção direta a *desvalorização* do mundo dos homens (*Menschenwelt*). O trabalho não produz

> somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma *mercadoria*, e isto na medida em que produz, de fato, mercadoria em geral. (MARX, 2010, p. 80, *grifos do autor*).

Para Marx, o processo de alienação manifesta-se no trabalho e na divisão do trabalho. O trabalho em Marx é concebido como um relacionamento ativo do homem com a natureza, a criação de um mundo novo, incluindo a criação e a realização do próprio homem. Com a expansão da propriedade privada dos meios de produção e com a industrialização, acentua-se a divisão do trabalho e trabalhar

> [...] perde a característica de expressão do poder do homem; trabalho e seus produtos assumem uma existência à parte do homem, de sua vontade e de seu planejamento[...]. O trabalho humano é alienado porque trabalhar deixou de fazer parte da natureza do trabalhador e, consequentemente, ele não se realiza em seu trabalho, mas nega-se a si mesmo, tem uma impressão de sofrimento em vez de bem-estar [...]. Enquanto o homem se torna, pois, alienado de si mesmo, o produto de seu trabalho torna-se um objeto estranho que o domina. (FROMM, 1983, p. 53).

O trabalhador, por sua vez, ao não participar do processo de planejamento do processo produtivo, desconhece o fruto de seu trabalho e, por não vivenciar a *praxis* (pensamento e ação) no processo produtivo, desconhece a totalidade e tem um produto que lhe é estranho (alheio, alienado), não lhe pertence. O trabalho, "*atividade vital, vida produtiva*, aparece ao homem como meio para satisfação de uma necessidade, a de manter a sua existência". (MARX, 2010, p. 84).

Marx prossegue em suas formulações teórico-metodológicas em *A Ideologia Alemã*, manuscrito escrito em parceria com Engels, nos anos de 1845 e 1846, que veio a público em 1921 e teve sua publicação a partir de 1932. A obra completa, ainda carece de uma edição definitiva que abranja a totalidade dos manuscritos e respeite uma sequência histórica de sua redação. Atividade importante e necessária para dirimir controvérsias sobre seu formato final e significado do escrito para o conjunto da obra marxiana, pois trata-se de uma "obra inacabada, dotada de inúmeras lacunas e imprecisões, com algumas páginas faltando e outras tantas roídas por ratos" (ENDERLE, 2007, p. 17). Os interesses ideológicos e políticos presentes no contexto

de cada edição, somados a um conjunto de rascunhos e anotações esparsos contribuíram para o acirramento das controvérsias sobre *A Ideologia Alemã*.

Apesar das controversas interpretações, para estudiosos como Jacob Gorender, há um "consenso geral dos estudiosos marxistas na tese de que *A Ideologia Alemã* assinalou nascimento do materialismo histórico, teoria e metodologia da ciência social associada aos nomes de Marx e Engels." (GORENDER, 1998, p. VI). No entanto, para Louis Althusser a obra representa um corte epistemológico, pois ele separa a fase pré-marxista do pensamento de Marx e Engels da fase propriamente marxista. Essa abordagem caminha em consonância com outras interpretações de Althusser sobre os escritos de Marx em que ele separa as produções de Marx em escritos da juventude e escritos da maturidade, ou seja, o jovem Marx e o velho Marx. Em contraposição a essa interpretação, assume-se aqui a posição de que não se trata de uma ruptura epistemológica de pensamento, cisão entre o jovem e o velho Marx, como interpretada por Louis Althusser, mas se trata de um processo de formação, compreensão e interpretação da realidade. Processo que ganha novo corpo teórico, a partir dos escritos de 1843, especialmente os *Manuscritos Econômico-filosóficos*, que representam a incorporação de conceitos como os de trabalho e de alienação, tendo sua culminância nos escritos d*'O capital*. (NETTO, 2011).

A Ideologia Alemã, além de ser fruto das anotações feitas em 1845 e 1846, teve sua publicação em 1932, quase um século depois, em meio a um contexto de luta ideológica da época em que se confrontavam stalinistas e socialdemocratas, de modo que o primeiro capítulo d'*A Ideologia Alemã* foi apresentado, não como um manuscrito com elaborações incompletas e irregulares de uma "visão materialista do mundo", mas como exposição[23] de um novo método: o "materialismo histórico e dialético", do qual, dizia-se que dependia o futuro das massas trabalhadoras. (ENDERLE, 2007, p. 17). Buscava-se extrair da obra, pela conveniência do momento, aquilo que ela ainda não apresentava em sua síntese, uma concepção materialista da história em clara elaboração. No entanto, a concepção materialista, em suas premissas, já vinha sendo gestada através

[23] Pois em *A Ideologia Alemã* inexiste a expressão "concepção materialista da história".

da crítica de Marx aos pressupostos idealistas hegelianos manifestos nas formas de interpretação da história por Max Stirner, Bruno Bauer e Ludwig Feuerbach[24].

Na *A Ideologia Alemã,* Marx e Engels esclarecem um pouco mais da concepção materialista, confrontam a filosofia alemã vigente na época, manifesta em seus representantes Stirner, Bauer e Feuerbach. Na obra, tem-se continuidade aos acertos de contas de Marx com a herança filosófica do seu antigo mestre Hegel, os hegelianos de esquerda, ideólogos alemães, como são chamados no prólogo, por Marx e Engels, de cordeiros que pensam ser lobos em meio ao sonolento povo alemão.

> O primeiro volume desta obra tem o objetivo de *desmascarar esses cordeiros que consideram a si mesmos e são considerados por outros como lobos,* de mostrar como eles apenas repetem filosoficamente os balidos das representações dos burgueses alemães e de como as bravatas desses intérpretes filosóficos apenas espelham a miséria da real situação alemã. Ela tem o objetivo de ridicularizar e desacreditar a batalha filosófica com as sombras da realidade, batalha que tanto convém ao sonhador e sonolento povo alemão. (MARX e ENGELS, 2007, p. 523, *sem grifos no original*).

Marx e Engels se dedicam a negar a filosofia da qual eles mesmos foram depositários. Falam em "processo de decomposição do sistema hegeliano", que se desenvolveu "a ponto de se transformar numa fermentação mundial em que foram envolvidas todas as 'potências do passado'" (MARX e ENGELS, 2007, p. 85). Essa negação implica contestar os devaneios, as fantasias e as falsas ideias que são construídas sobre si e sobre o mundo. Para isso, denunciam as "ilusões do espírito puro" e buscam articular com as ferramentas da dialética hegeliana uma teoria das condições históricas de produção e reprodução da vida dos homens em sociedade. A superação aparece na relação de negação, incorporação e superação, em perspectiva dialética, de uma filosofia alemã, pautada por bases idealistas e dogmáticas, para bases reais, concretos que sustentam os pressupostos do materialismo marxista.

> Os pressupostos de que partimos não são pressupostos arbitrários, dogmas, mas pressupostos reais, de que só se pode abstrair na imaginação. São os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida, tanto aquelas por eles já encontradas como as produzidas por sua própria ação. Esses

[24] Hegelianos de esquerda.

> pressupostos são, portanto, constatáveis por via puramente empírica. (MARX e ENGELS, 2007, p. 86-87).

São pressupostos que diferem de um saber absoluto, idealista, revelam a natureza do materialismo marxista, que remete para a produção e a reprodução das condições de existência dos homens. Enquanto o idealismo parte da consciência como pressuposto de organização da vida e da produção humana, o materialismo marxista parte da realidade.

> Ao produzir seus meios de vida, os homens produzem, indiretamente, sua própria vida material. O modo pelo qual os homens produzem seus meios de vida depende, antes de tudo, da própria constituição dos meios de vida já encontrados e que eles têm de reproduzir. [...] O que eles são coincide, pois, com sua produção, tanto com *o que* produzem como também com *o modo como* produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção. (MARX e ENGELS, 2007, p. 87).

Marx e Engels, no enfrentamento de pressupostos que privilegiam a dimensão da consciência, reafirmam as condições materiais de produção, como elemento fundante da realidade histórica e materialista, com análises das condições materiais de produção e reprodução da existência humana. O homem é um ser histórico, gestado pela sua capacidade de trabalho, segundo eles, o ser social, a socialização do homem se dá por meio do trabalho e da *praxis*, entendida como processo, movimento que se dinamiza por contradições, cuja superação conduz a patamares de complexidade cada vez maiores. (NETTO, 2011, p. 31). O mundo é assumido como produto do trabalho humano, realidade histórica construída pela coletividade dos homens.

Para Marx e Engels, a concepção de história de Max Stirner não foge as orientações de Hegel e Feuerbach e, embora sendo materialista, não dá suporte para uma história materialista.

> A ideia especulativa, a representação abstrata, é feita a força motriz da história e, desse modo, a história é transformada em mera história da filosofia. [...] A história se torna, assim, uma mera história de ideias ilusórias, uma história de espíritos e fantasmas, enquanto a história real, empírica, que constitui o fundamento dessa história de fantasmas, só é explorada a fim de produzir os corpos para esses fantasmas; dela são tomados de empréstimo os nomes

> necessários para vestir os fantasmas com a aparência da realidade [*Realität*]. (MARX e ENGELS, 2007, p. 134).

Tais concepções, típicas de quem nada sabe da história, fundamentam-se em uma história de ideias ilusórias, de espíritos e fantasmas e, por não partirem da história real, do "pressuposto de que os homens têm de estar em condições de viver para poder fazer história", escrevem "mera história de 'cavaleiros', salteadores e fantasmas", verdadeiras profanações. (MARX e ENGELS, 2007, p. 33).

> O primeiro ato histórico é, pois, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e este é, sem dúvida, um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, assim como há milênios, tem de ser cumprida diariamente, a cada hora, simplesmente para manter os homens vivos. [...] Isto, como é sabido, jamais foi feito pelos alemães, razão pela qual eles nunca tiveram uma base *terrena* para a história e, por conseguinte, nunca tiveram um historiador. (MARX e ENGELS, 2007, p. 33, *grifos no original*).

Depois de duras críticas à concepção idealista da história, Marx e Engels chamam a atenção para uma concepção da história que tenha por base o processo de produção e, a partir da produção material da vida, conceba a sociedade civil em seus diferentes estágios como o fundamento para toda a história. Observam que seja importante que se fique no campo da história real, que não busque explicar a *praxis* a partir das ideias, mas explicar as

> [...] formações ideais a partir da *praxis* material e chegar, com isso, ao resultado de que todas as formas e [todos os] produtos da consciência não podem ser dissolvidos por obra da crítica espiritual, por sua dissolução na "autoconsciência" ou sua transformação em "fantasma", "espectro","visões" etc., mas apenas pela demolição prática das relações sociais reais [*realen*] de onde provêm essas enganações idealistas; *não é a crítica, mas a revolução a força motriz da história* e também da religião, da filosofia e de toda forma de teoria. (MARX e ENGELS, 2007, p. 43, *sem grifos no original*).

A constatação dos estudos de Marx e Engels, de que não são as formações ideais e a crítica que movem a história, mas que no decurso dos tempos, a história tem sido conduzida pelas forças sociais reais e pelas revoluções, cuja energia construiu e destruiu impérios, levou à teorização de que enquanto ocorrem grandes revoluções na

Europa, principalmente, na França, revoluções reais, na Alemanha as revoluções aconteceram apenas no campo das ideias, das abstrações. Pelo fato de os alemães nunca terem considerado a base terrena das forças sociais produtivas como elemento importante na constituição dos acontecimentos históricos, concluíram que os "alemães nunca tiveram um historiador". (MARX e ENGELS, 2007, p. 33).

Em *Miséria da Filosofia* (1847), Marx aborda a discussão do método, mais precisamente no capítulo II, *A Metafísica da Economia Política*. O livro é uma resposta de Marx a obra *Sistema das Contradições Econômicas ou a Filosofia da Miséria* (1846) de Proudhon. Marx mostra a inconsistência metodológica das argumentações sobre economia política de Proudhon, que por alicerçar seu método na metafísica hegeliana, reproduz de forma vulgar, mal assimilada, o método especulativo-hegeliano.

> Para Hegel, tudo o que se passou e ainda se passa é precisamente o que se passa em seu próprio raciocínio. Por isso, a filosofia da história não passa da história da filosofia, da sua própria filosofia. Já não existe 'história segundo a ordem do tempo', mas apenas 'a sucessão de ideia no entendimento: Ele acredita poder construir o mundo pelo movimento do pensamento quando apenas reconstrói sistematicamente e ordena de acordo com o método absoluto os pensamentos que estão na cabeça de toda a gente. (MARX, 2001, p. 97).

Assim como Hegel, Proudhon não ultrapassa um movimento puramente conceitual, especulativo, abstrato e individual que subtraindo da sociedade, ou dos fatos concretos, a base material, limita-se a categorias lógico-formais.

> Em vez de indivíduo comum, com a sua maneira comum de falar e pensar, não temos outra coisa que não seja essa maneira toda pura, menos o indivíduo. [...]. Haverá razão para espanto se todas as coisas, em última abstração, se apresentam como categoria lógica? Haverá razão para espanto se, ao abandonar pouco a pouco, tudo aquilo que constitui o individualismo de uma casa, ao abstrair dos materiais de que ela se compõe e da forma que a distingue, chegarmos a não ter mais que um corpo, - se ao abstrair das dimensões desse espaço, acabarmos por ter apenas a quantidade em toda a sua pureza, a categoria lógica? A força de abstrair assim de qualquer assunto todos os pretensos acidentes, animados ou inanimados, homens ou coisas, temos razão em dizer que em última abstração chegamos a ter com substância apenas as categorias lógicas. (MARX, 2001, p. 95).

O método metafísico da economia política de Proudhon por negligenciar que o movimento da história engendra e envolve todas as condições de produção, acaba por simplificar e colocar as coisas às avessas. No lugar do movimento histórico, em que ideias e categorias são representações das relações sociais de produção coloca em primeiro plano ideias e categorias dissociadas da realidade concreta em que são gestadas. Nesse sentido, se para Marx, os princípios, "ideias e categorias são produzidos de acordo com as relações sociais de produção, pois eles são abstrações, expressões teóricas da realidade", para Proudhon, ao contrário, "as relações reais são encarnações das categorias, da razão impessoal da humanidade". (CHAGAS, 2011, p. 63).

Marx observa que Proudhon, ao apropriar-se da dialética de Hegel, fez assimilações pobres, reduzindo principalmente as categorias economia e política, às mais "mesquinhas proporções" de uma metafísica aplicada. "O que Hegel fez em relação a religião, ao direito, etc., procura o sr. Proudhon fazer em relação a economia política" (MARX, 2001, p. 96).

Para Marx, Hegel transformou o método dialético em um absoluto, mera abstração do movimento, movimento da razão pura. Esse movimento da razão pura consiste em "se pôr, em se opor, em se compor, em se formular como tese, antítese, síntese, ou então em se afirmar, em se negar, em negar a sua negação". (MARX, 2001, p. 86). E, é tarefa da razão e de seus apologistas afirmar-se como categoria.

> Mas, uma vez que conseguiu afirmar-se como tese, essa tese, esse pensamento, oposto a si mesmo, desdobra-se em dois pensamentos contraditórios, o positivo e o negativo, o sim e o não. A luta desses dois movimentos elementos antagônicos, encerrados na antítese, constitui o movimento dialético. (MARX, 2001, p. 96-97).

As sínteses aí gestadas impulsionam o movimento de um raciocínio dialético em que das categorias simples nasce o grupo, do movimento dos grupos nascem as séries e do movimento das séries nasce todo o sistema. No entanto, para Marx, o que se tem é apenas o esforço de raciocínio, mero exercício mental, em que a razão abstratamente chega aos seus resultados, sem necessariamente ter relação com a realidade histórica concreta. O seu reflexo na economia política, aplicado por Proudhon, é uma grosseira

aplicação desse método, que se reduz a uma interpretação lógica e metafísica das categorias econômicas em linguagem disfarçadamente dialética. E adverte para...

> Que o leitor não se espante com essa metafísica cheia de andaimes de categorias, grupos, séries e sistemas. O sr. Proudhon, apesar dos seus grandes esforços nunca conseguiu elevar-se acima dos primeiros degraus da tese e da antítese simples, e ainda só os alçou duas vezes e, numa dessas vezes, cai de costas. (MARX, 2001, p. 97).

Para Marx, o método metafísico da economia política de Proudhon ignora a dinâmica. Ele coloca as coisas de forma inversa, sendo que as relações materiais aparecem como manifestações das ideias ou de categorias metafísicas, quando na realidade concreta as ideias ou categorias são expressões do movimento histórico das relações sociais de produção. Portanto, enquanto para Marx, a superestrutura, princípios, ideias e categorias são, em pensamento, reflexo das relações sociais e econômicas de produção, para Proudhon, ao contrário, a realidade, as relações concretas são postas, em seus fundamentos, como encarnação da "razão impessoal da humanidade", da metafísica, da razão pura. A concepção de Proudhon, mantém estreita proximidade do método especulativo-abstrato de Hegel, reduzindo o que existe, quer seja na terra, na água ou no ar a uma força de abstração, que reduz o concreto em simples abstrato, diluindo com isso, a realidade concreta em um mundo de abstrações e categorias lógicas.

Para fugir das críticas da dialética hegeliana, principalmente a "dialética" maniqueísta, Proudhon defende que toda realidade tem dois lados, "a oposição entre o lado bom e o lado mau", "a parte da vantagem e a da desvantagem" que constituem contradição em cada categoria. Proudhon acaba por cair em uma cilada ainda maior, pois como forma de superar a contradição propõe que se conserve a parte boa, eliminando os desvios da parte má, chega-se a síntese. Esse argumento fica mais saliente quando ele analisa a questão da escravidão.

> A escravidão é uma categoria econômica como qualquer outra. Logo, tem também dois lados. Deixemos o lado mau e falemos do lado bom da escravidão dos negros do Suriname, no Brasil, nas regiões meridionais da América do Norte. A escravidão direta é o eixo da indústria burguesa, do mesmo modo que as máquinas, o crédito, etc. Sem a escravidão, não teríamos o algodão; sem o algodão não teríamos a indústria moderna. Foi a escravidão

> que deu às colônias o seu valor, foram as colônias que criaram o comércio mundial que é a condição da grande indústria. *Por isso a escravidão é uma categoria da maior importância.* Sem a escravidão, a América do Norte, o país mais progressivo, transformar-se-ia num país patriarcal. Tire-se a América do Norte do mapa do mundo, e tem-se a anarquia, a decadência completa do comércio e da civilização modernos. *Faça-se desaparecer a escravidão e ter-se-á anulado a América do mapa dos povos.* (MARX, 2001, p.99-100, *sem grifos no original*).

Nas análises sobre escravatura na América do Norte e no mundo, Proudhon empregou sua tese de se "conservar o lado bom dessa categoria econômica e eliminar o mau". (MARX, 2001, p. 100). O que tornou o escrito de Proudhon uma justificação da escravatura, usando a história como simples sucessão de fatos e ideias. Com isso, a escravidão é defendida, como categoria econômica, que sempre existiu no decurso dos tempos, sendo imprescindível para o desenvolvimento econômico moderno.

Proudhon afasta-se do método dialético de Hegel, mantendo apenas a linguagem, mera retórica. Para ele o movimento dialético torna-se distinção dogmática do bom e do mau, feitos por meio de procedimentos metodológicos, em que a escravatura se torna categoria pré-estabelecida, atemporal, eterna, cuja existência não tem ligação com a produção histórica real existente. Portanto, uma mera justificação de conveniências e dos interesses da exploração burguesa, na medida que seu movimento dialético acabou reduzido a um exercício lógico-racional linguístico de justaposição entre categorias abstratas: bem e mal. Nesta análise, em que buscou eliminar o mau, acabou por matar a própria dialética, que já não tendo mais vida, tornou-se um ato puro da razão, mero esforço de justificação moral, em que a "história é apresentada como uma sucessão de ideias". (MARX, 2001, p.104).

Marx em *O dezoito Brumário de Luís Bonaparte,* escrito entre dezembro de 1851 e março de 1852, faz apontamentos sobre a história e a ideologia e ponderações sobre as formas de manifestação e representação dos acontecimentos históricos. Na obra, retoma os fundamentos do método que o orientam na interpretação dos fatos, no caso, a análise das lutas políticas e econômicas que levaram ao poder o sobrinho de Napoleão I. E o faz através da análise dos acontecimentos revolucionários concretos que marcaram a França no período de 4 de fevereiro de 1848 até a consumação do golpe de

Estado, em 02 de dezembro de 1951, quando o parlamento e a burguesia apoiam a dinastia de Luís Bonaparte e seu golpe de restauração do império.

Marx registrou, no prefácio da segunda edição de 1869, que nas interpretações de Vitor Hugo "o acontecimento propriamente dito, aparece em sua obra como um raio caído de um céu sereno". Vê nele apenas o ato de força de um só indivíduo. "Não percebe que engrandece, ao invés de diminuir, esse indivíduo, atribuindo-lhe um poder pessoal de inciativa sem paralelo na história universal." (MARX, 2006, p. 08).

Proudhon, por sua vez, buscou apresentar o golpe de Estado como parte do desenvolvimento histórico anterior. Por esse caminho, inadvertidamente, "sua construção histórica do golpe de Estado transforma-se em uma apologia histórica do herói do golpe de Estado", no caso, Luís Bonaparte. "Eu pelo contrário, demostro como a luta de classes criou, na França, circunstâncias e condições que permitiram a um personagem medíocre e grotesco representar o papel de herói". (MARX, 2006, p. 08).

Para Marx, Hegel havia trazido a contradição como elemento novo, como motor de intepretação história. Com a dialética hegeliana havia condições para se mostrar que nas contradições da sociedade encontravam-se os elementos básicos da transformação, para tanto, era necessário superar os limites da teoria hegeliana e propor uma nova leitura da história.

> Hegel observou, certa vez, que todos os fatos e personagens de grande importância na história universal ocorrem, por assim dizer, duas vezes. E esqueceu-se de acrescentar: a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa. (MARX, 2006, p. 15).

A proposição está para além da metáfora ou simples jogo de palavras, ela acerta em cheio a filosofia hegeliana e busca estabelecer um paralelo entre as interpretações do idealismo e as novas abordagens trazidas pelo materialismo histórico. As interpretações e caminhos seguidos permitem chegar a resultados diversos sobre os mesmos fatos históricos. Daí um Luís Bonaparte, apresentado pela via do idealismo hegeliano como encarnação de Napoleão I, herói e ídolo camponês ou, como

compreendido por Marx, um personagem medíocre e grotesco que representou o papel de um herói.

Tragédia e comédia são metáforas utilizadas por Hegel e Marx para explicar a filosofia da história e elas assumem sentido diferente nos autores. Em Hegel as "noções de tragédia e farsa aparecem já nos escritos de 1788 e se constroem ao longo da produção posterior". Em Hegel estas categorias são utilizadas para explicar a maneira como o Absoluto se cria e se identifica no processo de construção da cultura e da eticidade. O "trágico" explicita que o caminho de superação da contradição implica em um retorno à harmonia da unidade, onde os conflitos são resolvidos e superados na ordem perfeita do todo. Já para Marx,

> [...] a tragédia implica ruptura, negação e superação de uma situação real, isto é, aproxima-se da noção de revolução, enquanto a farsa é a tentativa de reabilitar o que foi demolido, apresentando-se como um momento em que a consciência da mudança firma-se com clareza e se esclarecem os caminhos do futuro. (SCHLESENER, 2007b, p. 48).

A perpetuação do poder nas mãos de personagens, que assumem a dimensão de semideuses e deuses, apontada por Hegel nos diversos percursos históricos é uma forma de mascarar os acontecimentos, dissimular a historicidade dos fatos, através de uma névoa ideológica que, disfarça e confunde a realidade, dissipa mitos e heróis como realização do Espírito Absoluto. Pois em Hegel, a Ideia Pura, a Razão absoluta e a interpretação de uma História Universal prevalecem como referencial de explicação de toda a realidade.

Como observa Schlesener (2007b), a "repetição histórica" à luz das metáforas da tragédia e da farsa, em Marx, entre outros aspetos, diz respeito "ao processo de formação do imaginário ideológico", o que é realizado através da revitalização de um passado nas condições históricas do presente, de modo a produzir e sustentar um discurso que justifique determinadas ações políticas.

A repetição "funciona historicamente como a tomada de consciência de que o passado não pode ser restaurado porque o novo já se instituiu, o que significa dizer que não há repetição." (SCHLESENER, 2007b, p. 49). Pois o passado, tal como foi não pode mais ser revivido em outro tempo histórico. Ele, enquanto passado concretamente

não existe mais no presente, a não ser na memória dos vivos; aí permanece e atua de modo negativo, atormentando-os em forma de fantasmas e pesadelos, que interferem no processo de construção do novo.

O imaginário social, permeado com seus fantasmas e nutrido na repetição do passado, assume cotidianamente a forma trágica ou farsa de "tradição", em nome da qual se defende a ética, a moral, os costumes, entre outros valores, cujo conteúdo dissimuladamente visa dar sustentação a um processo político que se realimenta do passado, busca reabilitar o que já foi demolido e carrega implícito em sua bagagem a formação de um imaginário ideológico, geralmente conservador.

A concepção teórico-metodológica, que vinha sendo formulada, surge com maior nitidez em *Grundrisse: Manuscritos Econômicos de 1857-1858.* Na introdução aos *Grundrisse*, ao falar sobre a "Produção, consumo, distribuição, troca (circulação)", Marx apresenta o objeto de estudos e o seu método de investigação. Ele define de onde está partindo para fazer a crítica da economia política, ou seja, o objeto de investigação é produção material de indivíduos concretos. E registra que vai falar de produção em geral, mas não de uma produção material abstrata, genérica, pobre e vazia de concretude, mas de indivíduos produzindo em sociedade.

> O objeto nesse caso é, primeiramente, a *produção material*. Indivíduos produzindo em sociedade – por isso, o ponto de partida é, naturalmente, a produção dos indivíduos socialmente determinada. O caçador e o pescador, singulares e isolados, pelos quais começam Smith e Ricardo, pertencem às ilusões desprovidas de fantasia das robinsonadas do século XVIII, ilusões que de forma alguma expressam, como imaginam os historiadores da cultura, simplesmente uma reação ao excesso de refinamento e um retorno a uma vida natural mal-entendida. Da mesma maneira que o contrato social de Rousseau, que pelo contrato põe em relação e conexão sujeitos por natureza independentes, não está fundado em tal naturalismo. Essa é a aparência, apenas a aparência estética das pequenas e grandes robinsonadas. Trata-se, ao contrário, da antecipação da "sociedade burguesa", que se preparou desde o século XVI e que, no século XVIII, deu largos passos para sua maturidade. (MARX, 2011, p.54, *com grifos no original*).

Marx deixa claro que quer estudar uma determinada formação histórica de produção material, no caso, a produção burguesa moderna. No estudo, ao contrário do que acontece na economia política, os indivíduos não podem ser tomados

metafisicamente como seres abstratos, mas sim como membros de um conjunto social, interligados por relações complexas que determinam o seu ser social.

Ao contrário das "robinsonadas" do século XVIII, manifestas pela economia política clássica, pelo contratualismo, pelo utilitarismo e pelo empirismo moderno, que viam o indivíduo não como resultado, mas como ponto de partida da história, ser independente, isolado, egoísta, instrumento a serviço da burguesia moderna, Marx, toma o indivíduo, não pela dimensão da natureza, mas como produto da história, ser político.

> O ser humano é, no sentido mais exato, um *zoon politikon*, [animal político], não apenas um animal social, mas também um animal que somente pode isolar-se em sociedade. A produção do indivíduo singular isolado fora da sociedade [...] é uma coisa tão absurda quanto o desenvolvimento da linguagem sem indivíduos vivendo *juntos* e falando uns com os outros. (MARX, 2011, p. 55-56).

Marx sinaliza um rompimento com as concepções metafísicas, com suas características individualistas, subjetivas e busca compreender a sociedade como uma totalidade complexa e construída historicamente.

Marx não só delimita o seu foco de estudo, a sociedade burguesa moderna, mas justifica esta escolha baseada em estudos históricos anteriores que apontam para a descoberta de que

> A sociedade burguesa é a mais desenvolvida e diversificada organização histórica da produção. Por essa razão, as categorias que expressam suas relações e a compreensão de sua estrutura permitem simultaneamente compreender a organização e as relações de produção de todas as formas de sociedade desaparecidas, com cujos escombros e elementos edificou-se, parte dos quais ainda carrega consigo como resíduos não superados, parte [que] nela se desenvolvem de meros indícios em significações plenas, etc. (MARX, 2011, p. 84).

Marx ainda demarca que as relações econômicas são determinadas histórica e socialmente, crítica a economia clássica que se agarra em mitos, apresenta uma totalidade abstrata, baseada em conceitos como a nação, o Estado, a população, entre outros.

> Para Proudhon, entre outros, é naturalmente cômodo produzir uma explicação histórico-filosófica da origem de uma relação econômica, cuja gênese histórica ignora, com a mitologia de que Adão ou Prometeu esbarrou na ideia pronta e acabada, que foi então introduzida etc. Não há nada mais tediosamente árido do que as fantasias do *locus communis*. Por isso, quando se fala de produção, sempre se está falando de produção em um determinado estágio de desenvolvimento social - da produção de indivíduos sociais. (MARX, 2011, p. 56).

Para Marx, a ausência do caráter histórico nas análises da economia clássica as torna, abstratas, universais, cindidas das diferentes determinações e sem articulação com a vida social. Assinala que "algumas determinações pertencem a todas as épocas; outras são comuns apenas em algumas" e "nenhuma produção é possível sem um instrumento de produção, mesmo sendo este instrumento apenas a mão". É preciso ainda levar em consideração que "o capital, entre outras coisas, é também instrumento de produção, também trabalho passado, objetivado." E que a produção não é somente produção particular, mas ao contrário, é sempre produção de um "certo corpo social, um sujeito social em atividade em uma totalidade maior ou menor de ramos de produção" (MARX, 2011, p. 57). No entendimento de Marx, por ignorar essas questões em suas análises, Carey teria transformado a história das relações de produção em uma 'maliciosa falsificação'.

Marx analisando os caminhos percorridos pelos economistas da economia política nascente faz distinção entre a economia na sua gênese e a os sistemas econômicos vigentes e sinaliza para a necessidade de se começar "pelo real e pelo concreto".

> Se consideramos um dado país de um ponto de vista político-econômico, começamos com sua população, sua divisão em classes, a cidade, o campo, o mar, os diferentes ramos de produção, a importação e a exportação, a produção e o consumo anuais, os preços das mercadorias etc. *Parece ser correto começarmos pelo real e pelo concreto,* pelo pressuposto efetivo, e, portanto, no caso da economia, por exemplo, começarmos pela população, que é o fundamento e o sujeito do ato social de produção como um todo. (MARX, 2011, p. 77, *sem grifos no original*).

No entanto, considerando de maneira mais rigorosa, adverte que isso pode ser falso, na medida que estudar a população pode ser uma abstração quando se deixa

de fora as classes sociais de que é constituída. As classes sociais podem ser palavras vazias quando se desconhece os elementos nos quais se baseiam as implícitas relações, como por exemplo, trabalho assalariado e capital, supõe divisão do trabalho, preço. E, o capital nada significa sem trabalho assalariado, sem dinheiro, valor e preço.

Economistas do século XVII, em seus métodos de análises, já distinguiam o real e o concreto, daquilo que estava na ordem do pensamento (o conhecimento produzido pelo sujeito), por isso, partiam do que era construído na realidade, mas pela análise abstraiam alguns elementos e chegavam aos conceitos. Mas eram abstrações que remetem a determinações simples. Eles

> [...] começam sempre com o todo vivente, a população, a nação, o Estado, muitos Estados etc.; mas sempre terminam com algumas relações determinantes, abstratas e gerais, tais como divisão do trabalho, dinheiro, valor etc., que descobrem por meio da análise. (MARX, 2011, p. 77).

Marx considera que este procedimento analítico foi importante na gênese da economia política, mas não suficiente para reproduzir no campo da teoria o real e o concreto, pois "depois de se alcançar as determinações simples", "teria de dar início à viagem de retorno até que finalmente chegasse de novo à população, mas desta vez não como a representação caótica de um todo, mas como uma rica totalidade de muitas determinações e relações". (MARX, 2011, p. 77).

Para Marx "o último é manifestamente o método cientificamente correto", o seja a viagem de retorno a população possibilita uma visão de totalidade. Neste caminho de retorno "o concreto é concreto porque é a diversidade". Nele o concreto é concebido no pensamento como processo de síntese e não como ponto de partida. "Na primeira via, a representação plena foi volatilizada em uma determinação abstrata; na segunda, as determinações abstratas levam à reprodução do concreto por meio do pensamento". (MARX, 2011, p. 77). O conhecimento teórico é, nesta perspectiva, para Marx, o conhecimento do concreto, que constitui a realidade, mas que não se oferece imediatamente ao pensamento: deve ser reproduzido por este e só a viagem de modo inverso permite esta reprodução. (NETTO, 2011, p. 44).

Marx mesmo privilegiando o ser real concreto, frente ao um real produzido pelo pensamento, separa o objeto produzido abstratamente pelo pensamento do real em si. Não nega que o real deva ser pensado, reproduzido em pensamento, como concreto pensante. "O leitor que se dispor a me seguir" na aventura do caminho da reconstrução do concreto, da totalidade orgânica, "terá que se decidir a se elevar do *particular ao geral*", como anunciado no prefácio de 1859, em *Contribuição da Crítica da Economia Política.* (MARX, 2008, p. 46).

Marx, ao fazer um balanço de sua produção, diz que o primeiro trabalho que empreendeu para resolver dúvidas foi a revisão crítica da *Filosofia do Direito de Hegel,* publicado em Paris em 1844. Segundo ele,

> Minhas investigações me conduziram ao seguinte resultado: as relações políticas, bem como as formas de Estado não podem ser explicadas por si mesmas, nem pela chamada evolução geral do espírito humano; essas relações têm, ao contrário, suas raízes nas condições materiais de existência, em suas totalidades, condições estas que Hegel, a exemplo dos franceses e ingleses do século 18, compreendia sob o nome de 'sociedade civil'. Cheguei também à conclusão que a anatomia da sociedade burguesa deve ser buscada na Economia Política. (MARX, 2008, p. 47).

Os resultados destes primeiros estudos serviram de guia para o balizamento dos estudos posteriores em que foi amadurecendo as bases da sua teoria da economia política.

> [...] na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado das forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual eleva uma superestrutura jurídico política e a qual correspondem as formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. (MARX, 2008, p. 47).

A tese aqui defendida por Marx contém parte do resultado de anos de pesquisas científicas. Nela reafirma o legado materialista de um ser social, que a partir das múltiplas determinações materiais, da realidade concreta, constrói a consciência

sobre os fatos. Dessa forma, o modo tradicional da argumentação metafísica e política cai por terra. A nova concepção, em que a vida social, política e intelectual passa a ser vista pela perspectiva do modo de produção material, vai chocar-se forçosamente com os interesses da burguesia capitalista e, mesmo com a "massa de socialistas franceses que pretendem transformar o mundo com sua fórmula *liberté, égualité* e *fraternité"* (ENGELS, 2008, p. 277).

As teorias de Marx permitem a compreensão do funcionamento da sociedade capitalista. Ele amplia os horizontes de compreensão e interpretação da época com "a teoria do capital, da mais-valia, da exploração e do fetichismo, da desmaterialização da riqueza materialista e tendência decrescente da taxa de lucro" (FERNANDES, 2008, p. 12). São instrumentos que esclarecem as contradições e a expansão do capitalismo especulativo, gerados pela diferença entre produção e apropriação da mais-valia. A teoria do valor ajuda no processo revolucionário na medida que permite entender que o capitalismo não é eterno. Suas fases estão em transição e são conduzidas pelas contradições da vida material, pelo conflito entre forças produtivas sociais e as relações de produção. No entanto é preciso ter presente que no processo de transição de uma sociedade capitalista para uma socialista existem etapas, fases de um percurso histórico.

> Uma sociedade jamais desaparece antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas que possa conter, e as relações de produção novas e superiores não tomam jamais seu lugar antes que as condições materiais de existência dessas relações tenham sido incubadas no seio da velha sociedade. Eis porque a humanidade não se propõe nunca senão os problemas que ela pode resolver, pois, aprofundando a análise, ver-se-á sempre que o próprio problema só se apresenta quando as condições materiais para resolvê-lo existem ou estão em vias de existir. (MARX, 2008, p. 48).

Em 1873, no *Posfácio* da segunda edição alemã de *O Capital* (1867), Marx retoma a questão da teoria e do método. E o faz devido à necessidade de esclarecimentos sobre as incompreensões e a repercussão que a primeira edição havia trazido ao debate internacional. Marx observa que o caminho seguido em *O capital* foi pouco compreendido, como já o demonstram as interpretações contraditórias que se apresentaram sobre o livro. E para esclarecer a sua posição utiliza-se de alguns extratos

escritos por Ilarión Ignátieveich Kaufmann[25], economista russo, professor da Universidade de São Petersburgo, sobre a sua obra e a forma de escrever.

> Para Marx, apenas uma coisa é importante: *descobrir a lei dos fenômenos com cuja investigação ele se ocupa.* E importa-lhe não só a lei que os rege, uma vez que tenham adquirido uma forma acabada e se encontrem numa inter-relação que se pode observar num período determinado. Para ele, importa sobretudo *a lei de sua modificação, de seu desenvolvimento*, isto é, a transição de uma forma a outra, de uma ordem de inter-relação a outra. Desse modo, o esforço de Marx se volta para um único objetivo: demonstrar, mediante escrupulosa investigação científica, a necessidade de determinadas ordens das relações sociais e, na medida do possível, constatar de modo irrepreensível os fatos que lhe servem de pontos de partida e de apoio.[...] Marx concebe o *movimento social como um processo histórico-natural, regido por leis* que não só são independentes da vontade, consciência e intenção dos homens, mas que, pelo contrário, determinam sua vontade, consciência e intenções. [...] o que lhe pode servir de *ponto de partida não é a ideia,* mas unicamente *o fenômeno externo*. (MARX, 2013b, p. 89).

As considerações de Kaufmann sobre as particularidades da escrita de Marx, foram usadas por ele como argumento a seu favor, pois como observou Marx, ao descrever de modo de modo tão preciso o caminho seguido, que outra coisa fez a não ser descrever em que consiste o próprio método dialético. E, para além do que haviam registrado seus críticos, Marx inclui na discussão duas significativas etapas que permeiam a totalidade do processo de investigação.

> Sem dúvida, deve-se distinguir o *modo de exposição* segundo sua forma, do *modo de investigação*. A investigação tem de se apropriar da matéria [*Stoff*] em seus detalhes, analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e rastrear seu nexo interno. Somente depois de consumado tal trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real. Se isso é realizado com sucesso, e se a vida da matéria é agora refletida idealmente, o observador pode ter a impressão de se encontrar diante de uma construção a priori. (MARX, 2013b, p. 90).

A compreensão do método dialético de Marx, parte constitutiva da teoria marxista, tem real significado e importância na pesquisa científica, principalmente a apreensão dos conceitos de investigação e exposição enquanto momentos que

[25] Economista russo, professor da Universidade de São Petersburgo.

constituem um todo no processo dialético. São distinções apenas didáticas que não podem ser vistas isoladas do conjunto de sua totalidade.

> O método dialético de Marx enquanto método de investigação e de exposição distingue, sem separar, esses dois momentos, pressupondo que o objeto só pode ser exposto depois de ser investigado, analisado, criticamente em suas determinações essenciais. (CHAGAS, 2011, p. 55).

O processo investigativo, anterior a exposição, busca à apreensão do objeto/real no seu contexto histórico, com as determinações e suas contradições, para tanto, faz-se uma apropriação reflexiva e analítica do que está sendo a pesquisa. Já a exposição está para além de mera descrição do objeto, envolve a crítica do objeto com base nas reais contradições, locais, regionais, nacionais e internacionais. Com isso, amplia-se a abordagem do particular ao geral, do singular ao universal.

Marx reafirma que o método dialético, em seus fundamentos, não é apenas diferente do método hegeliano, mas o seu oposto. Em Hegel, o objeto/real é manifestação da ideia, sujeito autônomo e demiurgo do processo efetivo. "Para mim, ao contrário, o ideal não é mais do que o material, transposto e traduzido na cabeça do homem." (MARX, 2013, p. 90).

Marx reconhece as contribuições de Hegel para a dialética[26], defende que ele foi o primeiro a expor, de modo amplo e consciente suas formas gerais de movimento, mas ao mesmo tempo, observa que a dialética sofreu uma mistificação nas mãos de Hegel. Mistificação que foi incorporada pela sociedade capitalista burguesa, principalmente na Alemanha, que sob a forma de oportunismo político, usou das suas configurações racionais para glorificar o existente, justificar as vicissitudes da indústria moderna e mascarar o desenvolvimento capitalista. Em Hegel, a dialética se "[...] encontra de cabeça para baixo. É preciso desvirá-la, a fim de descobrir o cerne racional dentro do invólucro místico". (MARX, 2013, p. 91).

---

[26] Mais sobre a influência e importância de Hegel na formação de Marx ver em (LOSURDO, 1998). Na obra *Hegel, Marx e a tradição liberal* Domenico Losurdo defende a tese de um entrelaçamento entre o pensamento político e a filosofia do direito de Hegel com a filosofia marxista. Esse olhar lança novas perspectivas interpretativas sobre o entendimento dos ideários marxista e hegeliano.

Marx, no lugar das ideias coloca o modo de produção real, concreto, como já afirmado no prefácio da *Contribuição da Crítica da Economia Política*, é o modo de produção da vida que condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Para ele "o regime econômico é a infra-estrutura sobre a qual se ergue a superestrutura política" (LÊNIN, 1955a, p. 83). "Não é a consciência dos homens que determina seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência." (MARX, 2008, p. 47). Portanto, "o princípio fundamental da dialética é: não há verdades abstratas, a verdade é sempre concreta" (LÊNIN, 1956, p. 211).

Uma grande contribuição da teoria de Marx é o esclarecimento do papel histórico-universal do proletariado, como criador da sociedade socialista futura. O materialismo dialético de Marx significou ao proletariado a possibilidade de saída da escravidão espiritual e econômica vivida pela classe subalterna.

> Marx indicou ao proletariado a saída para a escravidão espiritual em que têm vivido até hoje as classes oprimidas. Somente a teoria econômica de Marx explicou a situação real do proletariado no regime geral do capitalismo. (LÊNIN, 1955a, p. 86).

Por conseguinte, observa Lenin, que "o materialismo histórico de Marx é uma formidável conquista do pensamento científico" (LÊNIN, 1955a, p. 83). Explica cientificamente como surgiu do feudalismo o capitalismo e, pela teoria da mais-valia, "pedra angular da teoria econômica de Marx" (LÊNIN, 1955a, p. 84), fez compreender a estrutura vital de funcionamento do sistema capitalista. A partir das contribuições de Marx

> [...] o caos e arbitrariedade que imperavam nas opiniões sobre a história e a política cederam lugar a uma teoria científica assombrosamente completa e harmônica, que mostra como, em consequência do crescimento das forças produtivas, surge de uma forma de vida social uma outra forma, mais elevada; como por exemplo, surge do feudalismo o capitalismo. (LÊNIN, 1955a, p. 83).

A abordagem sobre teoria e método no marxismo buscou aproximar o leitor das questões centrais do marxismo, como vistas por seus fundadores. Uma aproximação breve que sinaliza nos textos dos próprios autores, em seu percurso e contexto histórico,

o desenvolvimento das formulações. Ao contrário das proposições revisionistas e oportunista, o método esta para além de um conjunto de regras formais que se aplicam a um objeto que foi recortado para "[...] uma investigação determinada, nem um conjunto de regras que o sujeito que pesquisa escolhe, conforme a sua vontade para enquadrar seu objeto de investigação". (NETTO, 2011, p. 52). Como observado por Lenin, Marx não entregou uma lógica, ele deu *O capital* como esboço de uma nova concepção teórico-metodológica.

Com base nos fundamentos marxianos, tendo por guia a filosofia da práxis, Luxemburgo e Gramsci, vão se contrapor as posições de Eduard Bernstein e Benedito Croce.

4 GRAMSCI E O REVISIONISMO ITALIANO

O tópico registra as posições Gramsci frente ao revisionismo italiano. Para uma melhor compreensão das discussões far-se-á uma contextualização de Gramsci no percurso de Sardenha a Turim, de Turim ao *L'Ordine Nuovo* e no período dos conselhos de fábrica. São apresentadas algumas contraposições sobre a interpretação que Croce deu ao materialismo histórico, transformando-o em um instrumento metodológico da linguagem especulativa, bem como, as discordâncias de Gramsci sobre posições revisionistas de Croce, no que diz respeito a compreensão da história. Finaliza-se com a filosofia da praxis, que tem suas raízes em Marx, indicada por Labriola, como caminho oposto ao neo-kantismo e, sinalizada por Gramsci, como um retorno ao núcleo central da tradição marxiana, método para enfrentar as filosofias especulativas e concepções revisionistas no interior do partido e redirecionar a praxis revolucionária, a partir das massas proletárias.

4.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

4.1.1 Da Sardenha a Turim

Antônio Gramsci nasceu em 22 de janeiro de 1891, em Ales, pequena cidade da Sardenha. Sua infância é marcada por "um caroço nas costas[27], que vai crescendo à medida que o pequeno Nino cresce" (LAJOLO, 1982, p. 15). A situação é pouco comentada na família, quando mencionam o ocorrido fazem referência a uma "desgraça" que teria ocorrido. A anomalia em seu corpo, seguida de estranhos mal-

[27]Trata-se da doença de Pott ou tuberculose vertebral. É uma forma de manifestação da tuberculose extrapulmonar em que a coluna vertebral é afetada. A doença foi descrita pelo cirurgião londrino Percivall Pott, em 1799.

estares, hemorragias é, em grande parte, atribuída a uma queda que teria acontecido dos braços de uma empregada quando tinha apenas alguns meses. Tal situação lhe trouxe muito sofrimento, pois via-se preso em corpo pequeno, franzino e corcunda, acometido por muitas dores e sofrimentos.

> Na família temia-se que Nino possa morrer, e chega-se mesmo a preparar um pequeno caixão e roupinha especial para o sepultamento. Somente quando sua tia faz a extrema tentativa de untar-lhe os pés com o óleo consagrado a Nossa Senhora é que Nino se recupera [...]. Mais tarde, todas as vezes em que se recusa a rezar ou a ir à igreja, a tia o recrimina asperamente, recordando-lhe o milagre de Nossa Senhora. (LAJOLO, 1982, p. 15).

Essas situações da infância impediram que Gramsci tomasse parte nas brincadeiras com os irmãos e colegas e fosse motivo de comentários depreciativos por parte de alguns meninos, mas não se resignava com a situação, pelo contrário, usou da "tenacidade e vontade para avantajar-se na inteligência, resgatando assim a humilhação da deformidade." Assim, inventa jogos e "fabrica brinquedos, que vende aos meninos mais ricos em troca de frutas, um luxo para os pequenos Gramsci." (LAJOLO, 1982, p. 15).

Destes fatos da infância, Gramsci manteve para sempre um corpo frágil e doentio que vai lhe imprimir muita dor e sofrimento. E, no obscuro do inconsciente, levará lembranças de sua consagração a Nossa Senhora, que recordará com ironia no cárcere (1926-1937). Tais acontecimentos não passaram em branco, deixaram sua marca como em "um pesadelo, no qual religião, medo e morte confundem-se numa unidade indiferenciada", que se manifesta em diversos sonhos. Como este que relatou em carta enviada de Viena, a sua amada Yulca, em 29 de março de 1924, quando mesmo com a chegada da primavera, com o renascimento da vida ao seu redor, sentia um vazio que o atormentava e o consumia.

> Em 1911, durante um período em que estive gravemente enfermo devido ao frio e à desnutrição, sonhava sempre com uma imensa aranha que à noite saía de seu esconderijo e descia para chupar-me o cérebro enquanto dormia. Tenho a impressão de estar voltando àquela época. (GRAMSCI, 1989, p. 68).

Gramsci viveu por vinte anos na Sardenha, uma ilha atrasada, pobre, fechada, arcaica, sofrida e explorada, com todas as condições para o fracasso, pois vivia desde a infância escondendo as emoções atrás de uma máscara, de um sorriso irônico. Em 1924, em Viena, distante de sua amada esposa Júlia, em meio à solidão, rememora os anos da infância e juventude. Escreve para dar forças à esposa Júlia que estava distante e lhe fazia muita falta, questiona-se: O que me impediu de tornar-me um absoluto trapo engomado?

> Muitas vezes você me prometeu que ia ser forte e eu acreditei em você, mais do que você pensa. Frequentemente eras mais forte do que eu, porém eu estou acostumado com a vida solitária que vivi desde a infância, meus humores aprendi a esconder atrás de uma máscara de dureza e um sorriso irônico, isso faz toda a diferença. [...] O que é o que me salvou de tornar-me um pano engomado? O instinto de rebeldia, que desde o início dirigi contra os ricos, porque eu, que tinha tirado dez em todas as disciplinas do ensino fundamental, não poderia continuar a estudar, enquanto eles poderiam fazer: o filho do açougueiro, o farmacêutico e o comerciante de tijolos. Logo se estendeu a todos os ricos que oprimiam os camponeses da Sardenha, e eu pensava, então, que tinha de lutar pela independência nacional na região. "Ao mar continentais!" Quantas vezes eu repeti estas palavras! Logo eu conheci a classe a trabalhadora em uma cidade industrial e compreendi o que realmente significavam aquelas palavras de Marx que tinha lido por curiosidade intelectual. Então, eu tenho me apaixonado pela vida, através da luta da classe trabalhadora. (GRAMSCI, 1989, p. 68).

Os anos sofridos na Sardenha influenciaram decisivamente a vida e os escritos de Gramsci. Parte para a negação desse tipo de vida sofrida em direção à valorização da vida urbana e do trabalho industrial. O campo passa a representar vida duríssima, estagnação histórica e o fechamento das relações sociais que impedem ao trabalhador uma compreensão mais objetiva e global da história.

Nas condições familiares, seu pai era funcionário público, provia à família um nível econômico médio. Quando Gramsci tinha sete anos, o pai foi demitido do emprego por causa de irregularidades administrativas e consequentemente as condições econômicas da família ficaram mais difíceis.

Gramsci frequentou uma pré-escola dirigida por freiras e uma escola primária pública. Ele interrompeu os estudos escolares por alguns anos (estudando em casa) e retomou o ginásio dois anos depois. Gostava de matemática e ciências. O irmão mais velho lhe enviava jornais socialistas de Turim. Cursa o colegial, frequenta os ambientes

socialistas e manifesta profundo sentimento de revolta contra a classe burguesa, mantendo o orgulho regionalista.

Em 1910, no último ano da Escola Média, do Colégio Dettori de Gagliari, Gramsci, já munido de curiosidade intelectual, faz as suas primeiras leituras de Marx. E redige o manuscrito "oprimidos e opressores", considerado um dos seus primeiros escritos. Nele já se evidencia um Gramsci preocupado com questões que perpassaram a história da humanidade e são marcantes no contexto histórico da época: oprimidos e opressores, pobres e ricos. Gramsci empreende esforço na compreensão da luta dialética do ser humano para se libertar dos grilhões que lhe são impostos, pelo instinto de dominação e opressão, que faz com que subjugue seu vizinho à opressão. Seguindo os caminhos de Thomas Hobbes (1588-1679), em *O Leviatã*, chama a atenção para o fato de que "os homens têm apenas um verniz de civilização, que, se levemente raspado, deixa logo aparecer a pele do lobo. Os instintos foram amansados, mas não destruídos e o direito do mais forte é o único reconhecido!" (GRAMSCI, 2004c, p. 46). Sobre as glórias e transformações da Revolução Francesa, Gramsci adverte que a mesma acabou com muitos privilégios, ergueu muitos oprimidos, mas não fez mais do que substituir a dominação de uma classe pela de outra. Teve o mérito de ter mostrado que os privilégios e diferenças sociais, sendo produtos da sociedade e não da natureza, podem ser superados. Mas para isso, a humanidade precisa de um novo banho de sangue para apagar muitas destas injustiças. Mas quando isso ocorrer que "[...] os dominantes não se arrependam de ter deixado as massas no estado de ignorância e de ferocidade em que se encontram agora!" (GRAMSCI, 2004c, p. 46).

4.1.2 De Turim ao *L'Ordine Nuovo*

Em 1911, aos vinte anos de idade, consegue a Licença Colegial, ganha uma bolsa de estudo e parte para Universidade Estatal de Turim, onde ingressa na Faculdade de Letras. Em Turim, seu "aprendizado universitário" arrastou-se em meio a dificuldades. "Penúria de meios de sustento, a saúde precária, as incompreensões e os conflitos com os familiares na Sardenha, pelos quais se sentia moral e materialmente

negligenciado, prevaleceram sobre a tenacidade, com que, apesar de tudo, enquanto possível, tentou cumprir os compromissos de estudo". (RAPONE, 2014, p. 52).

Os estudos foram interrompidos na primavera de 1915, vésperas da entrada da Itália na guerra. Seus três anos e meio de frequência nos cursos turinenses, mesmo que tenha prestado menos da metade dos exames, foram marcantes em sua personalidade e em seus escritos futuros, principalmente os estudos de glotologia com o professor Mateo Bartoli, que serão uma referência para os escritos dos cadernos do cárcere em que fará análise cultural do povo italiano.

Em Turim, seu primeiro evento político foi a participação na famosa "Semana Vermelha", insurreição provinciana que abalou a Itália por uma semana. Seu ingresso na faculdade também coincide com a entrada no Partido Socialista Italiano (PSI). O PSI havia sido fundado em 1892, sobre as bases e as ideias que comandavam a II Internacional Socialista, criada em 1889, e que defendia uma postura radical dentro do pensamento marxista, condenando as posições reformistas, fundamentalmente as que considerando as reformas sociais introduzidas no capitalismo (diminuição das horas de trabalho, organização sindical, condições mínimas de trabalho, etc) inclinavam-se a pensar que as previsões de Marx acerca da desestruturação da burguesia pelo próprio efeito do desenvolvimento capitalista haviam falhado e o mundo assistia a uma humanização do capital.

Se os vinte anos de vida na Sardenha encheram o jovem Gramsci de revolta e de regionalismo, a superação dessa fase coincidiu com a sua chegada a Turim, onde descobriu a classe operária de uma grande cidade industrial, cuja função revolucionária foi por Gramsci logo percebida, conforme expressou em 1920, no *L'Ordine Nuovo*: o proletário turinense havia se tornado dirigente espiritual das massas italianas e que "o ideal para todo o operário italiano é poder trabalhar em Turim. (NOSELA, 1992, p. 10).

A partir de 1914, durante a primeira grande Guerra, Gramsci aumenta sua atividade política e revolucionária; intervém nos debates sobre a posição do PSI frente à guerra escrevendo artigos nos jornais e proferindo palestras e conferências com os operários das fábricas.

É de 31 de outubro de 1914, o controverso artigo de Gramsci "*Neutralidade ativa e operante*", publicado no *Il Grido del Popolo.* Com ele, Gramsci entra no cenário

da discussão com os grandes nomes do socialismo italiano, faz uma reflexão mais profunda, indo além das generalizações realizadas até o momento. Questiona: "qual deve ser a função do Partido Socialista *italiano* (atenção: e não do *proletariado* ou *socialismo* em geral) no presente momento da vida *italiana*?"[28]. (GRAMSCI, 2004a, p. 47).

O artigo toma como base as polêmicas discussões divulgadas por Benito Mussolini (ex-diretor do *Avanti!*), em artigo publicado em 18 de outubro de 1914, no *Avanti!* "*Da neutralidade absoluta à neutralidade ativa e operante*", bem como, as posições contrárias de Tasca, publicadas em 24 de outubro, no *Grido del popolo*, *"Neutralidade ativa e operante*". Gramsci pede a Tasca para "ser mais cauteloso nas críticas e se julgava 'errado' o núcleo central do artigo de desaprovação de Mussolini". (RAPONE, 2014, p. 22).

Na ocasião, Gramsci foi simpático ao realismo de Mussolini, pois também considerava esgotada a fórmula da "neutralidade absoluta" e buscou trilhar novos horizontes, na perspectiva de uma neutralidade ativa e operante. Retira dos escritos questões, como a participação italiana no contexto internacional e repensa "[...] a função 'educativa' da guerra, entendida como experiência preparatória em vista da "ruptura máxima" a que deve chegar, no curso do seu desenvolvimento, a luta do proletariado". (RAPONE, 2014, p.31). E almeja a perspectiva da "criação de um Estado operário já no próprio seio do Estado burguês." (DIAS, 2000, p. 53).

A neutralidade absoluta se reduziria a uma ação de cumplicidade prática, pois na realidade havia uma mistura com a direção política burguesa daquele momento. Gramsci queria que com a guerra aparecessem as incompatibilidades presentes na união entre burgueses e socialistas. O abandono da política de neutralidade absoluta representaria o esforço para que "o proletariado assuma esta nova tarefa, que talvez possa ser para ele o princípio do fim de sua condição de pupilo da burguesia?" (GRAMSCI, 2004a, p. 51).

Gramsci, mesmo não se pronunciando explicitamente a favor de uma intervenção da Itália na guerra, via nela uma forma da burguesia assumir as

---

[28] Gramsci. Neutralidade ativa e operante. *Il Grido del popol. 31/10/1914.* In. (GRAMSCI, 2004a, p. 47).

responsabilidades pela função histórica que reivindicava ser sua. Para ele, a participação italiana na guerra estaria ligada ao desenvolvimento da política socialista na medida em que desse um novo vigor ao conflito de classes. Portanto, deixai

> [...] que a burguesia faça guerra e vá assim ao encontro do seu fracasso histórico: o proletariado, empurrando-a por este caminho, mas reafirmando ao mesmo tempo seu alheamento à guerra, apressar-lhe-á o fim, porque a obrigará a tornar evidente sua incapacidade, e a nação perceberá que só é possível sair do 'beco sem saída' em que foi encerrada pela burguesia com uma mudança da sociedade. (RAPONE, 2014, p. 30).

Gramsci tem consciência que a guerra pode reativar o conflito de classes, que aparentemente estava inibido pela convergência da classe dirigente e do proletariado em favor da neutralidade. Esta vivência em harmonia com a burguesia, a neutralidade socialista paralisa as energias do proletariado, que se torna um espectador passivo dos eventos históricos. Se a burguesia for à guerra e se o proletariado se apresentar como força alternativa, a sua neutralidade será "ativa e operante".

O que Gramsci acredita partilhar com Mussolini é a "participação da burguesia italiana na guerra, neutralidade ativa e operante do proletariado socialista" (RAPONE, 2014, p. 45), pois no discurso de Mussolini, não há o que ligue a intervenção na guerra com a perspectiva revolucionária do proletariado socialista. Mussolini evoca o termo 'revolução', apenas por temor de que a monarquia e o governo usem do caminho intervencionista. Mussolini se distancia da retórica subversiva do sindicalismo revolucionário, abandona seu passado revolucionário e fica mais distante dos velhos companheiros, cria o jornal *Popolo d'Italia* e apresenta-se como um Mussolini totalmente novo, inclusive em relação à "neutralidade ativa e operante".

A defesa de Gramsci do escrito de Mussolini em 1914, bem como, a suposição de que teria tido a tentação de deixar o *Avanti!* para unir-se a Mussolini no *Popolo d'Italia* (1916), tese esta refutada por Gramsci, são objetos de estudos controversos até hoje, e muitos dizem ter sido este o seu "pecado da juventude"[29].

---

[29] Mais sobre esta discussão, inclusive sobre os boatos de 1920, sobre a existência de escritos de Gramsci destinados ao *Popolo d'Italia,* encontra-se em: RAPONE, Leonardo. *O jovem Gramsci*: cinco anos que parecem séculos (1914-1919). Tradução: Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

Além da contribuição do professor Mateo Bartoli na formação de Gramsci, outro destaque provém de Umberto Cosmo, livre-docente de Literatura Italiana, com quem teve uma relação intensa, inclusive fora do meio universitário. Foi ele quem tentou levar Gramsci, ainda na juventude, em 1917, a escrever sobre Maquiavel, temática que foi retomada nos cadernos do cárcere, fato recordado por Gramsci, em Carta a T. Schultz, em 23 de fevereiro de 1931.

> Quando vi Cosmo pela última vez, em maio de 1922 (ele era, então, secretário ou conselheiro da embaixada italiana em Berlin), ainda insistiu para que eu escrevesse um estudo sobre Maquiavel e maquiavelismo; era uma ideia fixa dele, desde 1917, que eu tinha que escrever sobre Maquiavel, coisa que me recordava em toda oportunidade, se bem que Maquiavel não combine muito com São Francisco e Santo Agostinho. (GRAMSCI, 2005b, p. 24).

A ironia de Gramsci, ao mencionar na carta a figura de São Francisco e Santo Agostinho, deve-se ao fato de Cosmo ser um grande estudioso dos pensadores cristãos e, mesmo assim ter incentivado a escrever sobre Maquiavel, que é um grande contraditor do pensamento cristão medieval. No entanto, as diferenças e as divergências da época de aluno e mesmo depois não impediram um diálogo sincero e uma amizade, que mesmo distante pela força das circunstâncias, nutrida e recordada com satisfação. Gramsci relembra o reencontro que teve com Cosmo em 1922, no salão majestoso da embaixada italiana, em Moscou.

> Em novembro de 1920, tinha escrito contra Cosme um artigo muito violento e cruel, tal como só se consegue escrever em certos momentos críticos da luta política; soube que ele se pôs a chorar como uma criança e se fechou em casa durante alguns dias. Nossas relações de mestre e ex-aluno se romperam. Quando, em 1922, o solene porteiro da embaixada se dignou a telefonar para Cosmo, em seu gabinete diplomático, para dizer que um certo Gramsci desejava ser recebido, ficou estupefato em sua alma [...] Cosme desceu correndo as escadas e se lançou sobre mim, inundando-me de lágrimas e de barba, e dizendo a todo momento: "você sabe por quê! Você sabe por quê!" Estava tomado por uma comoção que me deixou atônito, mas me fez compreender quanta dor eu lhe havia causado em 1920 e como ele entendia a amizade por seus ex-alunos. (GRAMSCI, 2005b, p. 24).

Em 1918, a imprensa socialista elege entre suas temáticas o debate sobre o esperanto, discussão na qual Gramsci fará diversas intervenções. Uma delas é sobre o

esforço para modelar a língua italiana com base naquela falada na Toscana e o esforço de generalizar o uso deste idioma através da ação dos poderes públicos. Gramsci nega que a língua nacional ou internacional possa ser incutida artificialmente de cima para baixo, porque a linguagem, antes de ser um mecanismo comunicativo, é produto em contínuo devir de um determinado tecido cultural e social. (RAPONE, 2014, p. 56).

Gramsci em *La Cittá Futura,* ao falar das aspirações dos socialistas que lutavam para que fossem criadas as condições econômicas e políticas necessárias para o advento do coletivismo e da internacional, disse que

> Quando existir a internacional, é provável que os contatos maiores entre os povos, as imigrações regulares e metódicas de grandes massas trabalhadoras levem lentamente a uma equiparação das línguas ário-européias e, provavelmente, a uma difusão delas em todo o mundo, por causa da sugestão que a nova civilização exercerá sobre o mundo. [...] Só trabalhando para o advento da internacional é que os socialistas trabalharão pelo advento possível da língua única. (*Apud* RAPONE, 2014, p.57).

A atividade socialista desenvolvida por Gramsci desde sua chegada a Turim (até 1917) destaca-se pela grande importância que dá à educação e a luta para preparar as condições subjetivas da *praxis* revolucionária. A batalha cultural, a preparação ideológica organizada, aparece para Gramsci como meio privilegiado para romper com a falta de alternativas entre o reformismo e o maximalismo do marxismo desse momento. Para ele "a cultura aparece como meio privilegiado para superar o individualismo e despertar a consciência universal dos homens."[30]

4.1.3 Os Conselhos de Fábrica ou *L'Ordine Nuovo*

O contexto de maior efervescência dos conselhos na Itália é também o reflexo do que estava acontecendo no mundo. Em meio a uma conjuntura tensa da luta de classes e da contradição capital-trabalho em dimensão internacional, tem-se, em 1917, a revolução socialista na Rússia. O movimento operário frente às contradições do capital ganha novas forças, atinge novo estágio de desenvolvimento e pressiona a burguesia e

[30] COUTINHO, 1984, p.24.

suas estruturas de manutenção de poder, o Estado. Isso ocorreu nos grandes centros industriais, como Inglaterra e Alemanha, e também em países periféricos, como Rússia, Polônia, Itália, nas Américas, entre outros.

Na Itália, os antagonismos são mais gritantes nos centros industrias do norte do país, principalmente em Turim, região que concentrava indústrias automobilísticas e grande número do operariado que trabalhava nas fábricas. Em agosto de 1917, os operários de Turim, em apoio à revolução russa e aos bolcheviques, realizaram um grande ato público, seguido de uma greve geral. Movimento que de imediato foi interpretado como ato de subversão e culminou em barricadas contra as turbulentas ações da política. Turim foi transformada em uma zona de guerra, morreram cinquenta operários e aproximadamente duzentos ficaram feridos. Nesse cenário, com a prisão de quase todos os membros da seção turinense do PSI, Gramsci foi indicado para ser o secretário da Comissão Executiva Provisória da seção de Turim.

A derrota de 1917 não destruiu a organização do operariado italiano que, nos anos de 1919 e 1920, estaria novamente à frente de ações políticas de enfrentamento ao domínio do capital. No interior do movimento operário socialista italiano, há divergências entre as tendências reformistas e revolucionárias. As divergências na Itália também são reflexos das disputas internacionais, principalmente da Alemanha, a social-democracia, tinha em suas fileiras divergências sobre a interpretação da realidade e estratégias de ação a serem adotadas pelos socialistas. Havia uma corrente reformista (Eduard Bernstein), a corrente dogmática centralizadora, comandada por Kautsky, e a esquerda Revolucionária, representada por Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht. As divergências na Itália, no interior do movimento operário e socialista refletirão nas divergências em relação às comissões internas de fábrica de Turim, que serão objeto da atenção e defesa de Gramsci.

Em 1919, em meio ao contexto revolucionário em escala nacional e internacional, a trajetória intelectual e política de Gramsci caminhou para a ação revolucionária operária de um dos maiores centros industriais italiano, Turim. O operariado questionava a representatividade e pedia mais espaço para as comissões internas de fábrica no conjunto das organizações operárias e partidárias. As comissões, que haviam sido criadas para o controle e a disciplina do trabalho no interior da fábrica,

pela pressão cada vez maior dos operários, convertem-se aos poucos em formas de representação dos trabalhadores nas fábricas, embrião dos conselhos de fábrica.

Gramsci era simpático às comissões internas de fábrica. Para ele, os conselhos são parte do "método comunista", que por sua vez é "o método da revolução permanente". Para tanto, era preciso compreender o método e adaptá-lo às contingências da vida operária. Para os comunistas, seguidores dos princípios do materialismo histórico, "nenhuma instituição é definitiva e absoluta; a história é um perpétuo devir, uma criação jamais acabada, processo dialético infinito". A "tática comunista" consiste em "reconhecer, com exatidão e sem preconceitos, o caráter essencial dos vários momentos que devem ser atravessados na luta e em aderir às suas inelutáveis exigências". (GRAMSCI, 2004a, p. 271).

As comissões internas, que a partir de 1906, foram concebidas como braços dos sindicatos no interior das empresas enfrentaram resistências dos empresários e, em alguns casos, jamais foram aceitas. Pelas fortes pressões do movimento operário, ao final da guerra, em 1919, a associação das indústrias com a federação dos metalúrgicos vai estipular o direito de os operários terem sua representação no interior da fábrica. As comissões de fábricas, eleitas pelos operários sindicalizados, tinham a "tarefa de cuidar dos direitos dos trabalhadores no local de trabalho". (GRAMSCI, 2004a, p. 491).

Essas instituições, mesmo ainda em fase experimental, são percebidas e assumidas por Gramsci e seus colegas como parte da tática comunista. Nelas, têm-se as bases embrionárias para que se realize um novo tipo de organização proletária, que tenha seu foco na fábrica e não nas categorias profissionais, na unidade de produção e não nos sindicatos nascidos da divisão do trabalho em bases capitalistas.

No entanto, para que cumpram com sua função nos rumos da hegemonia proletária, ou seja do comunismo, Gramsci entende que as comissões precisam assumir novas tarefas e trabalha com sua revista para que se tornem "conselhos de fábrica".

> Foi assim que propusemos e queremos projetar e resolver o problema das comissões internas. Ele é, para nós, o primeiro elo da cadeia da história que leva à ditadura proletária e ao comunismo, no que se refere aos operários fabris. [...] Na comissão interna, a economia e a política confluem, o exercício da soberania se identifica com o ato de produção. Nela, portanto, realizam-se embrionariamente todos os princípios que irão informar a Constituição do

> Estado dos Conselhos; nela se realiza a democracia operária. (GRAMSCI, 2004a, p. 272).

A compreensão do *L'Ordine Nuovo* na formação da vida operária e fortalecimento dos conselhos de fábrica está diretamente ligada ao envolvimento político de Gramsci com as questões operárias, seja via partido ou via jornal. Gramsci, desde 1914, fazia parte da atividade teórica e prática nas fileiras do Partido Socialista Italiano (PSI) e buscava uma posição original de combate ao reboquismo político da corrente reformista (parlamentares e direções sindicais) e as formulações fatalistas e mecanicistas do marxismo que estavam na base do verbalismo revolucionário da corrente maximalista. Gramsci via na Revolução Soviética o triunfo da manifestação da vontade humana coletiva, verdadeira força motriz da história, sobre as "leis objetivas", entendidas de modo mecanicista. (COUTINHO, 1981, p. 8).

Gramsci, em 1919, com Ângelo Tasca, Palmiro Togliatti e Umberto Terracini, começa a editar *L'Ordine Nuovo,* em Turim, como um novo espaço para discutir o movimento operário italiano. Inicialmente, seus criadores permaneceram unidos em torno de temáticas 'culturalistas', pois viam na revolução cultural um momento decisivo no processo de transformação cultural. Mas logo, Gramsci usa o semanário como instrumento para passar da batalha das ideias para o campo da ação política concreta. O que vai se contrapor aos interesses de Tasca, mas com o apoio dos demais companheiros, prevalecem as temáticas de avaliação da situação italiana em contexto concreto de situação revolucionária e de educação proletária para fazer acontecer a revolução na Itália.

As conversas com os operários nas fábricas, nos círculos, na redação do *L'Ordine Nuovo*, foram importantes para que Gramsci pudesse empreender uma análise da realidade italiana alicerçada em uma dimensão real e concreta vivida pelos operários no interior da fábrica. Seus artigos são a expressão da situação vivida nas fábricas, enfocam a potencialidade da luta dos trabalhadores, fazem análises estratégicas e indicações organizativas, em que se busca encontrar elementos, mesmo que em fase germinal, de uma organização operária, que tenha semelhança com os *sovietes* russos, e que possa servir de alicerce e ponto de partida para a criação na Itália de uma "Democracia Operária", de um Estado socialista. Gramsci acredita ter encontrado o

"germe" nas Comissões Internas de Fábrica, que já vinha se constituindo em Turim desde 1906. Estava convicto que era preciso

> [...] superar a pulverização dos sindicatos de categoria e construir a aliança entre técnicos e operários através da organização dos conselhos de fábrica, baseados no exemplo dos sovietes russos; os conselhos devem representar todos os empregados de uma fábrica, inclusive os não sindicalizados. (LAJOLO, 1982, p. 34).

As discussões sobre as Comissões e Conselhos de Fábrica tratadas no *L'Ordine Nuovo* têm a perspectiva educativa e revolucionária[31], tornando-se um "instrumento de formação e de organização política na fábrica". (LAJOLO, 1982, p.36). Ou, como o próprio Gramsci definiu, "a voz das necessidades e das aspirações dos que ainda não tinham conseguido ter uma expressão no movimento operário".[32] (GRAMSCI, 1975, p. 173).

Para Gramsci, as comissões que até então tinham finalidade de defender os direitos e interesses dos trabalhadores apresentavam alguns limites que precisavam ser superados para que se tornassem fermento da nova democracia operária. Para tanto, propõe que

> A Comissão Interna deve se tornar um organismo representativo de todos os que trabalham numa fábrica, incluindo técnicos e engenheiros; além disso todos os seus membros devem poder votar e ser votados, independentemente de serem ou não filiados aos sindicatos de categoria. (COUTINHO, 1981, p. 09).

A posição de Gramsci, por contrariar os moldes implantados nos *sovietes* russos em que só os filiados votavam e podiam ser eleitos, mexe com marxistas, mecanicistas e verbalistas, que em virtude das posições que ocupam no partido ou na Internacional Comunista, outorgam-se intérpretes dos rumos e do modelo

---

[31] O artigo "Democracia Operária" escrito por Gramsci e Togliatti, no L'Ordine Nuovo, ano 1, nº 07, de 21 de junho de 1919, já traz esta nova perspectiva revolucionária e tem nas Comissões e conselhos de fábrica o seu foco germinal revolucionário.

[32] Cronache *dell'Ordine Nuovo*", II, 1, 8 de julho de 1920. In. Gramsci. *L'Ordine Nuovo* 1919-1920. Turin: Einaudi, 1975, p.173.

revolucionário a ser transplantado da Rússia para a Itália, como se a Itália não tivesse uma história própria de seu povo e pudesse aprimorar as experiências soviéticas.

Contra Gramsci se voltam Giacinto Menotti Serrati, membro da corrente maximalista e Bordiga, que através do Jornal *Il Soviet*, manifestam o descordo com a concessão de direito à participação de não filiados, pois entendiam que as comissões de fábrica poderiam constituir uma autogestão independente das direções sindicais e partidárias.

Gramsci propôs que as comissões se organizassem em equipes articuladas em um todo único, mas com diferenciações de acordo com os grupos profissionais e as diversas qualificações técnicas existentes no interior de uma empresa fabril. Com isso, Gramsci buscava ampliar a dimensão democrática da comissão, tornando-a expressão do "trabalhador coletivo", que pudesse controlar e dirigir a totalidade do processo produtivo. Para tanto, orientou os operários a proceder à eleição em amplas assembleias de delegados sob a palavra de ordem: "Todo o poder da fábrica aos comitês de fábrica". "Todo poder de Estado aos conselhos operários e camponeses", pois entendia que, "a fábrica com as suas comissões internas, os círculos socialistas, as comunidades camponesas são o centro da vida proletária nos quais é preciso trabalhar diretamente". (GRAMSCI, 2004a, p. 247).

Essas alterações possibilitariam a comissão interna evoluir e transformar-se em conselho de fábrica. Não sendo apenas um instrumento de defesa dos interesses imediatos dos trabalhadores diante do capital industrial, mas um meio de elevar o operário da situação de assalariado a uma condição de sujeito do processo revolucionário.

Os conselhos que atuavam quase como se fossem uma espécie de sindicato, meio pelo qual os operários assalariados negociavam melhores preços para mercadorias e, não necessariamente discutiam a própria relação salarial mercantil em que se fundamenta o capitalismo, são transformados em organismos através do qual o operário pode se elevar à condição de produtor, superando sua condição de mercadoria e sua consequente subordinação ao capital, à medida que assume em suas próprias mãos o controle do processo produtivo.

Como a dominação proletária tem sua base na fábrica, no controle do processo produtivo, "os conselhos são igualmente a base para a construção do novo Estado Socialista", que Gramsci concebe como o resultado da articulação dos vários conselhos singulares num Conselho Executivo Central. (COUTINHO, 1981, p. 10).

Em outubro de 1919, aproximadamente 50.000 (cinquenta mil) operários já estavam organizados nos parâmetros defendidos por Gramsci e seus companheiros do *L'Ordine Nuovo*. No entanto, as novas proposições foram duramente criticadas pelas direções sindicais reformistas, que viam ameaçadas suas representações, bem como pelo próprio PSI, que passou a ver com desconfiança a nova organização democrática de base, pois esses organismos não estavam submetidos ao controle direto do partido e de seus dirigentes. Com isso, entende-se a situação vivida pelos operários turinenses em 1920, ocasião do fechamento das fábricas decretado pelo sistema patronal em represália ao fortalecimento do movimento conselhista. Os operários, através dos seus conselhos, ocuparam as principais fábricas de Turim e garantiram um nível de produção normal, revelando a relatividade técnica e econômica dos patrões. No entanto, o movimento de ocupação, abandonados pelas direções nacionais, sindicatos e PSI, acaba por ser derrotado. Gramsci vai tirar desse episódio o aprendizado de que

> [...] a dominação e a direção política da classe operária – sem as quais não pode se constituir um Estado Socialista – não se esgotam no controle imediato da produção material, mas implicam também ação hegemônica sobre o conjunto dos mecanismos (políticos, sociais, culturais) que asseguram a reprodução da vida social global e, inclusive a reprodução das próprias relações de produção. (COUTINHO, 1981, p. 11).

Coutinho (1981) assinala que Gramsci, no contexto da *praxis* operária de 1919 e 1920, período do *L'Ordine Nuovo,* subestimou o "papel agregador e mediador do partido político, do partido de vanguarda da classe operária, enquanto momento privilegiado da síntese política que permite a conquista da hegemonia naquele território mais amplo que transcende a fábrica". (COUTINHO, 1981, p. 11).

As experiências da juventude não anulam ou diminuem o conjunto da obra de Gramsci, pelo contrário, mostram a vivência do processo dialético que foi sendo constituído historicamente no calor da batalha. O aprendizado teórico e prático foi sendo

testado no calor das lutas de emancipação operária. As experiências vividas nos anos de militância operária ajudam Gramsci a perceber que a formação de uma nova atitude do operariado rumo a um Estado socialista implicaria em uma nova disciplina e uma educação das massas para a vivência política autenticamente democrática. Gramsci usou a força do *L'Ordine Nuovo* para auxiliar na tarefa educativa dos conselhos de fábrica, que se configuram em organizações completamente novas em relação a tudo o que existia em termos de organização das classes operárias, com uma conformação específica que "unia o ato de produção material com o exercício político e cultural produtor da soberania, possibilitando desenvolver uma nova concepção de Estado." (SCHLESENER, 2016, p. 03)

A nova concepção de Estado, nascida das reflexões dos anos dos Conselhos de fábrica está delineada nas reflexões dos Cadernos do cárcere, quando constata que a velha concepção de Estado Liberal, com sua força política, já não dava conta de esclarecer a novas relações do mundo trabalho. Para uma melhor compreensão dos acontecimentos e das novas forças políticas em ação havia a necessidade de uma articulação entre "*sociedade política*" e "*sociedade civil*", pois Gramsci perceberá que "na noção geral de Estado entram elementos que devem ser remetidos à noção de sociedade civil (no sentido, seria possível dizer que Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção)". (GRAMSCI, 2012, p. 248).

As conclusões do cárcere estão relacionadas às experiências de Gramsci, em que percebeu que o Estado capitalista centraliza e unifica a política de acordo com os interesses de uma classe, enquanto nos Conselhos havia uma nova experiência política, cuja característica fundamental estava em criar uma nova forma de dirigir a sociedade rumo a um Estado socialista. Para ele "não é ainda a instauração de uma prática e de um costume econômico de solidariedade", próprio do comunismo, mas "é o Estado de transição, que tem a função de suprimir a concorrência com a supressão da propriedade privada, das classes, das economias nacionais; esta tarefa não pode ser realizada pela democracia parlamentar". Trata-se, portanto, de criar "um novo tipo de Estado, gerado pela experiência associativa da classe proletária, em substituição ao Estado democrático-parlamentar" (GRAMSCI, 1975, p. 14 e17).

É evidente o empenho de Gramsci na construção da democracia operária, a partir dos organismos de base, no caso de Turim, as Comissões Internas de Fábrica e as várias Comissões transformadas em Conselho Executivo Central, expressão que Gramsci, tomando emprestado de Marx e Lênin, chamou de "*autogoverno das massas*".

As posições e as proposições de Gramsci para o movimento operário turinense, principalmente o novo *status* que atribuí aos conselhos de fábrica dentro do processo revolucionário socialista, como força de auto-organização e autoeducação, tira a exclusividade do partido sobre os rumos da formação das massas e do futuro Estado socialista e, ao colocar nas mãos de uma pluralidade de organizações (conselhos, sindicatos e partidos), gera conflitos com as posições formuladas por dirigentes do PSI e mesmo com companheiros mais ortodoxos, defensores da aplicação mecanicista da experiência soviética no contexto italiano e europeu.

Entre os diversos embates que Gramsci teve que enfrentar, um diz respeito às discussões com Amadeo Bordiga, uma liderança do PSI, que através de seus escritos buscava orientar os rumos do movimento operário italiano, fiel ao que prescrevia a Internacional Comunista, no que se referente à estrutura e aos espaços que cada entidade (comissões internas, conselhos de fábrica, partido, sindicatos comitês camponeses, entre outras) deveria ocupar no novo Estado socialista que se buscava instaurar.

A polêmica Bordiga-Gramsci aborda divergências que vão além do contexto dos Conselhos de Fábrica turinenses, envolve um horizonte de discussões internacionais que remetem a 1917, em que com a Revolução russa, Lênin preconizava a possibilidade de uma Revolução em escala mundial. A luta de classes presente em escala internacional leva a uma redefinição da SPD na Europa. Uma ala mais à direita surge como forma de apoiar o capitalismo em sua sobrevivência. É o caso de Noske, na Alemanha, que reprime a revolução socialista e da social-democracia austríaca, que busca criar "os conselhos de fábrica como forma de conciliação de classe, fora e acima da luta de classes". (TRAGTENBERG, 1981, p. 13).

Para a social-democracia alemã e para o grupo reformista do socialismo italiano (Turatti, Bissolatti, entre outros), a história é a realização de uma lei que eles conhecem: "quando as contradições sociais amadurecem, a hora da burguesia soou" (TRAGTENBERG, 1981, p. 13). Os reformistas utilizam o parlamento para medir as

tensões sociais e orientam-se em Engels, principalmente nas opiniões expressas no prefácio da obra *A Luta de Classes na França* (ENGELS, 2012), que aponta como tarefa da social-democracia alemã a continuidade do trabalho de propaganda e ação parlamentar, até que sejam vencidas as resistências da burguesia.

> Na França, os socialistas estão cada vez mais se dando conta que não há perspectiva de uma vitória duradoura para eles, se não ganharem primeiro o apoio da massa popular, isto é, nesse caso, dos camponeses. *O lento trabalho de propaganda e atividade parlamentar* foi reconhecido também nesse caso como a próxima atividade do partido. Os resultados não deixam de aparecer. Não foi só conquistada toda uma série de conselhos comunais; nas Câmaras, cinquenta socialistas têm assento e já derrubaram três ministérios e um presidente [...]. Na Suíça, na Itália, na Dinamarca, mesmo na Bulgária e na Roménia, os socialistas têm representantes nos Parlamentos. (ENGELS, 2012, p.27, *sem grifos no original*).

Como as forças militares da burguesia eram maiores e mais organizadas, a expectativa de Engels era de que os caminhos parlamentares fossem usados para divulgação e propagação do socialismo até que os militantes, pela força numérica, conseguissem superar a supremacia militar da burguesia. Com tal foco, Engels buscava preparar as condições de enfrentamento com a burguesia, no entanto, ao definir dessa forma os rumos da classe operária, deixou em aberto as discussões sobre o partido, as relações entre os comitês de fábrica e o partido no contexto ainda do capitalismo e as dimensões que assumiriam na transição ao socialismo.

A discussão sobre a questão do lugar que cada instituição proletária deveria ocupar ainda dentro do capitalismo, não realizada nos congressos socialistas da Segunda Internacional, trouxe confusão dando margem a interpretações oportunistas, que defendiam o centralismo do partido, diante das posições conselhista que queriam autoeducação e autoatividade das massas a partir dos conselhos.

A revolução russa propiciou a criação do leninismo, não só como uma das muitas interpretações e aplicações dos princípios marxistas, mas também como “a única interpretação autorizada, além de um sólido conceito de organização e de partido”. (TRAGTENBERG, 1981, p. 14). Qualquer interpretação ou ação revolucionária que não seguir os preceitos propostos pelo leninismo-marxista ou não tiver aprovação dos representantes do SPD, sofreria oposição e era combatida. Korsch, Luxemburgo,

Gramsci, entre outros, representantes do comunismo dos Conselhos, são uma alternativa de esquerda ao reformismo.

As discussões de Gramsci com Bordiga são o reflexo dos embates presentes no que envolveu a Internacional Comunista em torno das divergências sobre as relações sindicato/Conselhos, partido político/Conselho ou ainda entre Soviete/partido político do proletariado, entre outras questões que dividiram as discussões "no movimento operário internacional entre *luxemburguismo e leninismo*, entre *comunismo de conselhos ou a hegemonia do Partido"*, com forte tendência ao predomínio da hegemonia da minoria do partido sobre a imensa maioria das massas operárias. (TRAGTENBERG, 1981, p. 14).

Os representantes de *L'Ordine Nuovo* apresentavam os comitês de fábrica como alternativa frente aos sindicatos, que estavam lutando apenas por interesses econômicos, em alguns casos, contra o partido que estava burocratizado, ou era até inexistente como força ativa de representação da massa operária. Já os kautsquistas, na Alemanha, apresentavam os sindicatos como núcleo privilegiado de ação operária aos quais os comitês deveriam se submeter. No final de 1920, como os sindicatos estavam nas mãos de uma maioria reformista na Alemanha, acabou por subjugar os Conselhos de fábrica em uma base da estrutura sindical.

Na Itália, os conselhos tomaram a frente nas lutas do fim de 1919 e 1920, principalmente na seção socialista de Turim. Gramsci, principal defensor, conforme publicou no *L'Ordine Nuovo*, em 5 de julho de 1920, quando escreve informe ao Comitê executivo da Internacional sobre o movimento turinense dos Conselhos de fábrica, expressou que a revolução proletária não era exclusividade de uma organização ou de um sistema de organizações que se diziam revolucionárias, mas pertenciam a um longo processo histórico que acontecia no nascimento e desenvolvimento de determinadas forças produtivas (proletariado) e em determinado ambiente histórico (tipo de produção capitalista, sistema de fábrica, tipo de organização da sociedade no Estado democrático parlamentar). (GRAMSCI, 2004a, p. 383).

Gramsci tinha presente que o verdadeiro processo de revolução proletária não podia ser identificado com o desenvolvimento da ação de organizações revolucionárias de tipo voluntário e contratual, a exemplo do partido político e dos sindicatos

profissionais, que segundo ele eram "organizações nascidas no campo da democracia burguesa, nascidas no campo da liberdade política, como afirmação e como desenvolvimento da liberdade política." (GRAMSCI, 1981, p. 92).

Para Gramsci, organizações revolucionárias, como o partido político e o sindicato profissional, nasceram no campo da liberdade política, da democracia burguesa, da democracia em geral, um espaço que subsistem a relações de cidadão para cidadão. Para ele,

> O processo revolucionário é exercido no campo da produção, na fábrica, onde as relações são de opressor para oprimido, de explorador para explorado, onde não existe liberdade para o operário, onde não existe democracia; o processo revolucionário é exercido onde o operário nada é e quer tornar-se tudo, onde o poder do proletariado é ilimitado, é poder de vida e de morte sobre o operário, sobre a mulher do operário, sobre os filhos do operário. (GRAMSCI, 1981, p. 93).

Em 4 de janeiro de 1920, Amadeo Bordiga publicou no *Soviet* o artigo *Pela Constituição dos Conselhos de Operários na Itália.* Era a primeira de uma série de publicações que tiveram continuidade, tendo como foco fazer contraposições aos conselhos de fábrica e às opiniões emitidas pelo grupo do *L'Ordine Nuovo*.

Sobre a constituição dos *Sovietes* na Itália, Bordiga toma como referência o processo tal qual foi introduzido pela primeira vez na Rússia e observa que os mesmos têm uma dimensão política de luta contra a burguesia até sua eliminação total e uma econômica que, busca trabalhar na criação de um novo mecanismo da produção comunista. Deixa claro que, no decurso da revolução quando se trata de lutar contra o poder burguês, a dimensão política tem prioridade sobre a econômica.

> O verdadeiro instrumento da luta da libertação do proletariado, e antes de mais nada, da conquista do poder político, é *o partido de classe comunista*. Os conselhos operários, em regime burguês, podem ser somente organismos *dentro dos quais* trabalha o Partido Comunista, motor da Revolução. (BORDIGA, 1981, p. 67).

E mais, para ele, "os conselhos de fábrica nem sequer são, na engrenagem da economia comunista, os principais gerenciadores da produção". (BORDIGA, 1981, p.

67) Adverte aos companheiros do *L'Ordine Nuovo,* que a organização dos conselhos operários, não somente como luta política, mas de preparo econômico-técnico do sistema comunista, ainda antes de queda da burguesia, é um puro e simples retorno ao gradualismo, reformismo ou sindicalismo.

A concepção assumida pelos conselhos pode conduzir a outros caminhos. Ele vê como erro o fato do "proletário se emancipar ganhando terreno no campo das relações econômicas, enquanto o capitalismo ainda detém, como o Estado o poder político". (BORDIGA, 1975, p. 99). Os *Sovietes* só teriam razão de existir depois da derrubada do Estado capitalista, pois "os *Sovietes*, os Conselhos dos Operários, Camponeses e Soldados são a forma que assume a representação do proletariado no exercício do poder, depois da derrubada do Estado Capitalista". (BORDIGA, 1975, p. 120).

O controle da fábrica tem valor revolucionário e expropriador somente depois do poder central ter passado às mãos do proletário. Ainda em pleno vigor do Estado Burguês, o conselho de fábrica nada controla, "o que consegue são resultados da prática tradicional: a) do reformismo parlamentar; b) da ação sindical de resistência que não cessa de ser uma investida reformista". Bordiga assinala não ser contrário à constituição dos conselhos operários quando solicitados pelas suas organizações, mas adverte que a atividade do Partido Comunista deve alicerçar-se sobre uma outra base: "sobre a luta pela conquista do poder político". (BORDIGA, 1981, p. 68).

Os *Sovietes* só teriam razão de existir depois da derrubada do Estado Capitalista, pois "os Sovietes, os Conselhos dos Operários, Camponeses e Soldados são a forma que assume a representação do proletariado no exercício do poder, depois da derrubada do Estado Capitalista". (BORDIGA, 1981, p. 87).

Bordiga pensa que a emancipação do proletário italiano passa pelos mesmos passos já trilhados em 1917, pelo proletariado russo e, para isso, com intuito de ajudar no processo revolucionário, prescreve quase mecanicamente em detalhes as etapas que o proletariado italiano deve percorrer. Vê no partido o grande orientador político revolucionário, único intérprete do cenário histórico e condutor das massas. Combate ferozmente qualquer ação que, à luz da ortodoxia centralizadora de uma minoria dos membros do partido, julga como desvio.

Os conselhos internos de fábricas turinenses, propiciaram um espaço de educação da classe operária, não só para as questões de produção, mas de formação política. Os operários vivenciaram, a solidariedade, autoatividade e autoeducação sobre as questões econômicas e políticas. Houve uma elevação cultural, de forma que os operários mais instruídos foram assumindo um trabalho de militância, de vanguarda com os colegas. Eles fizeram aquilo que se esperava que um partido político autêntico representante dos interesses de classe fizesse. Bordiga admite que no caso da Itália, "o Partido Comunista que deveria agir nos *sovietes* ainda não existe. [...] ter na Itália um Partido Comunista verdadeiro é muito mais urgente do que o de criar os Sovietes.". (BORDIGA, 1981, p. 89).

Bordiga interpreta que os companheiros *L'Ordine Nuovo "*[...] se inclinam a um reformismo, e se afastam das bases do marxismo revolucionário, segundo as quais a *revolução não se determina pela educação, a cultura, a capacidade técnica do proletariado*, mas pelas crises íntimas do sistema de produção capitalista". (BORDIGA, 1981, p.78, *sem grifos no original*). Chama a atenção para aquilo que se mostra novo em Gramsci, ou seja, a importância da formação cultural e a capacidade técnica do operariado para sustentar o processo revolucionário.

Gramsci olha para além daquilo que prescreve o partido e vê nos Conselhos de Fábrica o potencial capaz de levar à frente a revolução, pois os partidos estavam fragmentados e foram atingidos pela sedução do transformismo burguês e reformista. Os sindicatos, comprometidos apenas com conquistas econômicas e trabalhistas, já não acreditavam mais na revolução. O partido, em grande medida, estava contaminado pelas influencias oportunistas e reformista, razão pela qual Gramsci defende os conselhos de fábrica como instituições gestoras dos fundamentos revolucionários.

Os conselhos de fábrica, por estarem diretamente ligados ao dia-a-dia dos trabalhadores, têm se oxigenado constantemente, têm formado diversos intelectuais orgânicos e, por conta disso, caminham na perspectiva revolucionária, fiéis à causa operária e são para Gramsci a grande esperança de se "acelerar o futuro".

> [...] entrelaçada a uma ação educativa e de elaboração de uma nova concepção de mundo. Da atividade interna dos conselhos, praticada intensamente no

> início da década de 1920, na Itália, nasce a consciência política das relações nacionais e internacionais. (SCHLESENER, 2007a, p. 12).

Para Gramsci, na fábrica, a classe operária transforma-se de um "instrumento de produção" em uma constituição orgânica. Cada operário faz parte de um corpo constituído. O operário é uma engrenagem na máquina da divisão de trabalho, mas se toma consciência dessa condição e a coloca com base em um aparelho representativo, governamental, deixa de ser algo apenas contratualista, de carteira, mas pode se torna algo orgânico. E, pela sua dimensão orgânica, pode iniciar uma

> [...] nova história, inicia a era dos Estados Operários que deverão se canalizar para a formação da sociedade comunista, do mundo organizado sobre a base e o tipo da grande oficina mecânica, da Internacional Comunista na qual todos os povos, cada parte da humanidade adquire forma na mesma medida em que exerce uma determinada produção preeminente, e não mais enquanto for organizada em forma de Estado e tiver fronteiras determinadas. (GRAMSCI, 1981, p. 95).

A própria classe operária que se reencontra, adquire consciência da sua unidade orgânica, unida enfrenta o capitalismo

> [...] como célula de um novo Estado, o Estado Operário, como base de um novo sistema representativo, o sistema dos Conselhos. [...] O Conselho Operário de Fábrica é a primeira célula de um processo histórico que deve culminar na Internacional Comunista, não mais como organização política do proletário revolucionário, mas como reorganização da economia mundial e como reorganização de toda a convivência humana, nacional e mundial. (GRAMSCI, 1981, p. 96).

Com este enfoque, Gramsci concebe que o partido e os sindicatos não devem se colocar como "tutores ou como superestruturas" já constituídas dessa nova instituição, pois para ele, o processo histórico da Revolução tem tomado uma forma histórica controlável; eles devem se colocar como agentes conscientes da sua libertação das forças de compreensão que se resumem no Estado Burguês, devem se propor organizar as condições externas gerais (políticas) em que as forças produtivas libertadas encontrem sua máxima expansão.

Para o processo revolucionário ter sucesso precisa ser acompanhado de uma reforma intelectual e moral da sociedade, mas a tarefa da reforma intelectual e moral não cabe apenas aos intelectuais da classe subalterna. Precisa envolver as massas, os operários, as comissões internas de fábrica, os conselhos de fábrica como espaços fecundos que podem ser utilizados para a formação cultural dos trabalhadores.

> As comissões internas, transformadas em conselhos de fábrica pela eliminação dos limites impostos pelos capitalistas serão as escolas na qual os operários poderão atingir o domínio da produção e, tornar-se conscientes, realizar o controle industrial; em suma expulsar os parasitas capitalistas e instaurar a soberania dos produtores. (DIAS, 2000, p. 176).

Com uma disciplina cultural e educativa permanente o operariado entende o complexo e intricado sistema de relações humanas, econômicas e políticas que permeavam a vida social e produtiva. Por isso, "o comissário deve não apenas estudar, mas, também estimular o estudo dos demais operários". Todos devem capacitar-se para o domínio da produção. O operário deve, além disso, perder os "mesquinhos sentimentos de ciúme profissional que ainda criam divisões e discórdias". (DIAS, 2000, p. 179).

A tarefa política e educativa confiada aos conselhos e comissões se exercerá em cada seção da fábrica, levando os operários a se qualificarem mais e mais, até o dia em que revolucionariamente possam reverter a situação e trabalhar para si mesmos.

> E o comissário, verdadeiro intelectual da classe, deve ser o articulador do processo de transformação de cada operário em um outro intelectual da classe. A ação do conselho implica efetivamente o início da construção da hegemonia proletária, processo que se inicia antes da conquista do poder do Estado. (DIAS, 2000, p. 181).

As divergências entre o grupo do *L'Ordine Nuovo* e os membros do PSI e dos Sindicatos, debates que tiveram em seus expoentes Gramsci e Bordiga, não são simples debates, envolvem a compreensão de cenário italiano e internacional. Ambos trabalham contra o capitalismo burguês e buscam a condições para se instaurar o Estado dos produtores com a gestão da produção pelos trabalhadores. A divergência tem seus fundamentos na gestão do processo revolucionário, ou seja, nos caminhos que cada grupo pensa para se chegar ao objetivo almejado, a revolução proletária.

Sobre as polêmicas Gramsci-Bordiga dos anos de 1919 e 1920, Lênin, líder da revolução bolchevique, um pouco antes do II Congresso da III Internacional Comunista[33], do qual a direção socialista havia excluído os representantes de *L'Ordine Nuovo*, por meio de um enviado da Internacional Comunista na Itália, tomou ciência das experiências dos conselhos de operários em Turim. E, nas intervenções feitas no congresso, "Lênin reconhece oficialmente as posições de Gramsci como as únicas possíveis no contexto italiano". (LAJOLO, 1982, p. 42).

A Internacional Comunista declarou guerra contra o velho mundo burguês e a todos os antigos partidos social-democratas deliberando que todo o partido aderente à Internacional deveria modificar seu nome e chamar-se: *Partido Comunista.* Pois era "essencial que a diferença entre os partidos comunistas e os velhos 'social-democratas', os 'socialistas' oficiais, que venderam a bandeira da classe trabalhadora, fossem claras aos olhos dos trabalhadores. (ARICÓ, 1973, p. 133). Tal proposição não era uma mera formalidade, mas tinha uma importância política que visava distinguir os partidos reformistas daqueles ligados às massas trabalhadoras.

Lênin ainda insere nas teses, *As tarefas fundamentais do II Congresso da III Internacional Comunista,* a diretiva de expulsão dos reformistas do PSI e reafirma apoio às teses apresentadas pela seção de Turim, defendidas pelo *L'Ordine Nuovo* no Congresso de Bolonha, como uma etapa importante na transformação rumo ao comunismo.

> As proposições apresentadas pela Seção de Turim ao Conselho Geral do Partido publicadas no diário L'Ordine Nuovo de 8 de maio de 1920 coincidem com todos os princípios fundamentais da III Internacional. Solicita ao Partido Socialista italiano que examine no próximo congresso, que deve ser convocado de acordo com os estatutos do partido e das disposições gerais de admissão na III Internacional, as mencionadas proposições e todas as decisões do Congresso da Internacional Comunista, particularmente no que se refere à fração parlamentarista, a dos sindicatos e à dos elementos não comunistas no partido. (ARICÓ, 1973, p. 129).

[33] O II Congresso Mundial da Internacional Comunista aconteceu em Moscou, entre os dias 19 de julho e o dia 7 de agosto de 1920.

Sobre a pessoa de Gramsci e o trabalho realizado em Turim, Lênin manifestou-se com adjetivos como "colossal, estupendo e interessante companheiro: pequeno, corcunda, uma grande cabeça, que parece não ser dele, um olhar profundo e inteligente". (Degot *apud* LAJOLO, 1982, p.42)

As posições defendidas por Lênin, no Segundo Congresso da III Internacional Comunista significaram um claro reconhecimento das ações que Gramsci e os companheiros de Turim vinham promovendo. Ações de vanguarda, em que além de enfrentar a burguesia e as forças do capital, tinham que lutar e fermentar um partido, que já havia abandonando a revolução e assumido as vias parlamentares e democráticas como caminhos para o operariado. Tinha que reavivar um sindicalismo, que não via além da dimensão econômica, lutava apenas por conquistas trabalhistas. Sindicalismo que estava dentro das fábricas, mas sem almejar um total controle do processo de produção pelos operários. Empenhava-se na luta econômica, mas que desprezava as lutas políticas.

Bordiga, seguindo as orientações do partido e a experiência soviética, ao defender que os Conselhos de Operários só teriam razão de ser depois da derrubada do Estado capitalista, como forma de autogoverno da classe que produz na região em que se vive, seja no campo ou na fábrica, acaba por teorizar um conselho como órgão estatal burocrático, que se sobrepõe às massas trabalhadoras, mediante eleições, decretos e intervenções partidárias como a negação dos direitos de votos a quem não é trabalhador. A concepção de Bordiga acaba por imitar o velho sistema de representação burguesa, que concebe o trabalhador não na sua função de produtor, mas como um cidadão, eleitor e administrador, como defendido pelo sistema parlamentar.

Os conselhos de fábrica, em Gramsci e no grupo de Turim, buscam não só assumir o controle produtivo na fábrica, mas caminham para além do poder econômico, almejam que os trabalhadores assumam o poder político, lutando pela sua emancipação e autonomia das massas proletárias. Daí a importância que Gramsci dá aos conselhos de fábrica, ainda antes da revolução, como espaço fecundo de educação, formação política e cultural, gestado pelo próprios operários.

Os conselhos e comissões de cada fábrica exercem uma disciplina cultural e educativa permanente, em que o operariado, além da qualificação técnica, pode aprender

a ler e a escrever, bem como compreender melhor as relações humanas, econômicas e políticas que movem a vida social e produtiva, condições imprescindíveis para se instaurar a soberania dos produtores.

A discussão sobre os conselhos operários e seu espaço antes, durante e depois da constituição da ditadura do proletariado é um assunto complexo e tem gerado divergências entre seus protagonistas e, hoje ainda, é objeto de discussões. Portanto, a discussão aqui proposta é ponto de partida para novos entendimentos e complementações.

É preciso ter presente que mesmo divergindo quanto aos caminhos para se instaurar a ditadura do proletariado, Gramsci e Bordiga foram amigos e companheiros de luta. Em suas divergências e posições buscavam orientar-se pela práxis revolucionária, para concretizar o sonho de se antecipar o futuro, construir o Estado proletário.

4.2 GRAMSCI: CONTRAPOSIÇÃO AO REVISIONISMO DE CROCE

4.2.1 Considerações sobre as Críticas de Croce

Como observado em tópico específico, a crítica de Croce aos postulados da doutrina marxista são, segundo ele, “observações”, “tentativas de interpretação e, parte, de correção crítica de alguns conceitos e doutrinas de Marx e da literatura marxista”. (CROCE, 2007, p. 97). Foram observações e críticas que, em primeiro momento pareciam despretensiosas, mas que assumiram uma proposição de correção e de revisão do materialismo histórico em suas bases científicas, teóricas e práticas.

Croce, ao criar a necessidade de um preceito ético moral para fundamentar práxis revolucionaria do proletariado, isto é, ao usar da ética kantiana e de seu princípio categórico do dever ser, aproxima-se do que fez o revisionismo de Bernstein, retira do núcleo da teoria marxista qualquer fundamento científico e metodológico.

Em *A Ideologia Alemã* (1845 e 1846), texto que não era do conhecimento de Croce, Marx e Engels, já haviam dado uma interpretação sociológica para a filosofia

moral kantiana e explicitado o caminho metodológico percorrido pelo materialismo histórico e dialético, mostrando a fragilidade dessa via.

> Os burgueses só aceitaram essas formas como ideias abstratas, como princípios válidos em e para si, como desejos piedosos e fraseologias, autodeterminações kantianas da vontade e do homem tal como estes devem ser. Em consequência, eles se comportaram em relação a elas de modo mais moral [*sitlich*] e desinteressado do que outras nações; isto é, fizeram vigorar uma estreiteza de cunho altamente peculiar e em todos os seus esforços não obtiveram nenhum êxito. (MARX e ENGELS, 1998, p. 195).

Para Gustafsson (1975, p.273), o apego de Croce a educação moral dos operários era "porque experimentava certo medo ante os movimentos operários cegos e instintivos". Em certo sentido, Croce parecia saber que a posição tomada por Kant havia sido superada, pois Engels também já havia criticado no *Anti-Dühring* (1879) Kant e seus seguidores, os neokantianos. Mas na falta de uma alternativa mais sólida, Croce preferiu a pseudo segurança da crítica kantiana, e "na defesa do socialismo ético", procurou conduzir o movimento operário socialista. (Idem, p.273). Para Croce, o socialismo já se constituía um estágio superado no seu essencial, conforme registrou em 1938, "o marxismo teórico se exauriu, por volta de 1900, na Itália e em todo o mundo" (CROCE, 1938, p. 24). O marxismo teria deixado de existir, no preciso momento em que "Croce teria deixado de se interessar por ele". (GUSTAFSSON, 1975, p. 294).

O revisionismo de Croce teve diversas assimilações e contestações no marxismo da Itália e do mundo. Questões de cunho ético e moral levantadas por Croce sobre a obra de Marx estão presentes nas teses de Sorel sobre o caráter jurídico e moral da luta sindical e foram ampliadas por Eduard Bernstein em *As premissas do socialismo e as tarefas da socialdemocracia,* publicado em 1899.

Para Santarelli (1977), dentro da Itália, a crítica croceana teria exercido influências sobre a juventude intelectual de diversas correntes, mas principalmente a juventude socialista que atuava no campo político e sindical. Juventude que se reuniu

em torno da revista *La Crítica*[34], criada por Croce em novembro de 1902, que participou do chamado "renascimento do idealismo" (SANTARELLI, 1977, p. 71), exercendo uma certa hegemonia cultural croceana no espaço peninsular, no começo do século XX. Croce vale-se dos conhecimentos assimilados sobre o materialismo histórico e os utiliza contra os marxistas, principalmente com o amigo Antonio Labriola, em cuja análise dos resultados dos escritos, teria levado Croce a proclamar a "morte do marxismo"[35]. (CROCE, 1938, p. 24).

As críticas feitas a Arturo Labriola por Croce tiveram sua réplica em diversas ocasiões, uma delas é de 1889, quando Labriola redigiu um *post-scriptum* à edição francesa de seu *Discorrendo di socialismo e di filosofia*. Nela registra que não gostaria de continuar a ver seu nome citado em companhia de Sorel, como "um exemplo de crise do marxismo", como vinha acontecendo em diversos artigos. A respeito do ensaio *Para interpretação e crítica de alguns conceitos do marxismo*[36], texto em que Croce tece suas críticas e apresenta as teses do revisionismo, Labriola responde

> Embora aquele trabalho pareça ser (e assim o diz o autor na pág. 3) como uma "resenha livre" de meu *Discorrendo*, contém de fato, muitas observações úteis de metodologia histórica e de algumas notas sagazes de tática política; mas contém enunciados teóricos que não tem nada a ver com minhas publicações e opiniões e, que aliás, são diametralmente opostas às minhas ideias. [...] Deixo com prazer ao livre resenhador a liberdade de suas opiniões, sempre que estas não apareçam aos olhos dos leitores como complemento das minhas e por mim aceitas. (LABRIOLA, 1889, p. 131).

A resposta de Labriola foi, além de uma ação de defesa da sua dignidade intelectual que estava sendo maculada, uma forma de demarcar posição, não ser

---

[34] *La Crítica*: *Rivista di letteratura, storia e filosofia diretta da B. Croce* - teve sua criação em novembro de 1902. Seu primeiro volume é datado de 1903, circulou no meio cultural italiano até 1944. Em seu programa, buscava por meio dos artigos, de história, literatura, filosofia, entre outros, ilustrar a formação do Estado italiano nos últimos cinquenta anos. Os 42 volumes foram digitalizados pela *Biblioteca di Filosofia da Universidade de Roma* e estão disponíveis para pesquisa no website da instituição e na *Fondazione Biblioteca Benedetto Croce:* http://ojs.uniroma1.it/index.php/lacritica/issue/archive.

[35] Trata-se do polêmico escrito em que Croce revisa as pesquisas de Labriola e indica a contradições do escrito do amigo. Benedetto Croce. *Come nacque e come morì il marxismo teórico in Italia (1895-1900)*. Texto disponível no vol. 36, de *La Critica*, ano 1938. Disponível em http://ojs.uniroma1.it/index.php/lacritica/ issue/view/213.

[36] Texto publicado no *Devenir Social*, ano 4, março de 1898.

interpretado como um dos revisores do marxismo. Para tanto, além de sinalizar as divergências teóricas, Labriola demarca o seu distanciamento pessoal, através da interrupção de uma amizade que era partilhada com Croce durante anos.

Para Santarelli (1977), o acerto de contas de Croce com o marxismo se intensifica entre os anos de 1911 e 1921, em que assumiu posicionamento substancialmente negativo. Croce teria participado de maneira ativa do "estudo de revisão do marxismo, depois tem um momento de empolgada adesão ao socialismo e teria retomado seus estudos ficando distante das políticas e práticas imediatas." (SANTARELLI, 1977, p. 73). Depois da fase de revisionista (1896 -1899), Croce foi se transformando em pensador "antidemocrático e antissocialista". Na segunda década do século XX, já se tinha bem caracterizada esta "passagem de um revisionismo crítico ao conservantismo." (Idem, p.71).

Croce, a mediada que foi se distanciando de Labriola, afasta-se de Marx, e por consequência, de Hegel, pois a "recusa de Marx é também marcada pela recusa hegeliana" (DIAS, 2000, p. 46). Começa uma aproximação com Gentile, que se fortaleceu com a revista *La Crítica* e, por meio de Gentile, as ideias liberais de Croce ganharam vida nas políticas liberais de Estado.

No decurso dos anos, como sinaliza Galastri (2011, p.89), o movimento operário despertou para um processo de consciência de uma situação social concreta. O Movimento percebeu uma nova realidade que havia escapado dos estudos idealistas e contemplativos, simultaneamente, tem-se o amadurecimento do pensamento de representantes do movimento operário italiano. Antonio Gramsci, que foi durante alguns anos admirador de Croce e do movimento cultural proposto por ele, agora, amadurecido pelas experiências dos conselhos de fábrica, do *L'Ordine Nuovo*, distinguirá, segundo Santarelli (1977), de forma precisa as relações existentes entre o pensamento de Croce e o marxismo. Gramsci, ao polemizar sobre o revisionismo de Croce e suas contradições, faz um acerto de contas com a ideologia burguesa, busca restabelecer a autonomia do pensamento marxista, retoma elementos apontados por Labriola, ao mesmo tempo que assimila e reelabora os ensinamentos revolucionários de Lênin. (SANTARELLI, 1977, p. 72).

Para Croce, a ação hegemônica das massas é vista na perspectiva do horizonte ideológico. Um olhar até então diferente, "baseado em uma reforma intelectual e moral", que Croce julgava importante para recolocar a Itália a altura da cultura europeia. Seu projeto busca "moldar uma cultura que ultrapasse o transcendental e elimine o primitivismo positivista". (DIAS, 2000, p. 44). No esforço de realização do projeto, percorreu um amplo estudo teórico, envolvendo-se nas mais diversificadas temáticas do debate intelectual europeu de sua época. Nas discussões sobressai a característica de "recusa ao hegelianismo e do positivismo". (Idem). A recusa à dialética hegeliana, significou em consequência, a negação a pressupostos socialistas formulados por Marx com base na estrutura dialética hegeliana, entre eles, o socialismo científico.

Um dos marcos importantes da atividade croceana é o que diz respeito ao "papel dos sábios, do dever que eles têm de produzir obras que atuem no sentido da libertação humana e, mais do que isso, da necessidade de transformá-los em instrumentos adequados a essa tarefa/dever". (DIAS, 2000, p. 48). Na pretensão de reconstruir um idealismo filosófico capaz de exercer uma força hegemônica e ideológica sobre o pensamento italiano, Croce propôs uma teoria idealista e liberal. Ela é dialética enquanto, reconhece a necessidade de luta, a necessidades dos diversos partidos e homens, mas ao combater as teorias opostas as suas, combate enquanto teorias os próprios partidos, os fatos políticos. Croce se coloca como uma "totalidade na qual os demais pensamentos encontram-se e explicam-se. Como um horizonte cultural. Como uma hegemonia". (Idem).

Croce, na qualidade de publicista e professor universitário, não só produz uma infinidade de livros, mas, pelo controle da revista *La Crítica*, *La Voce*, editora Laterz, entre outras, influencia e ajuda na formação da intelectualidade da época. Ele opta por atuar sobre os "professores da escola primária e secundária", aqueles que difundiam uma concepção racionalista-positivista. Sua autoridade está em grande parte ligada a reputação de "crítico, de erudito, de historiador, de teórico da estética, mais do que de filósofo em sentido técnico". Diferente da tradição intelectual, vale-se de um estilo simples e direto, em cuja estrutura transparece a imagem de um personagem sereno e imperturbável. (DIAS, 2000, p. 49).

4.2.2 Gramsci sobre as Críticas de Croce

Gramsci, no contexto de 1917, ocasião em que escreveu a *Cidade Futura*, considerava Croce como um dos maiores pensadores da Europa daquele momento, nutria um certo respeito intelectual pelo pensador e simpatizava com as ideias de uma revolução cultural como proposta pelo autor.

Gramsci valorizava o pensamento de Croce, mas a medida que os anos foram passando, a percepção do vínculo do autor com a burguesia ficou perceptível para Gramsci, que o coloca como um filósofo que age em nome de mundo da burguesia, considerado por ele como sendo saudável, responsável e construtivo.

Para Arrigoni (1989, p.97), Croce considerava possível um retorno à solidez burguesa alcançada no século anterior, mas Gramsci, no entanto, partia de uma constatação diferente, a de que aquele desejo de Croce desconsiderava as mudanças ocorridas na sociedade, que pelas mudanças no processo produtivo, incorporava um grande contingente de proletários, principalmente operários das fábricas. Gramsci pensava e agia a partir dessa parcela do proletariado, desprezada no pensamento de Croce. Tanto é que ideia de revolução cultural proposta por Croce, é usada por Gramsci tendo como base o operariado das fábricas de Turim. Gramsci concebe as forças proletárias e as vê como fermento capaz de impulsionar o futuro Estado proletário. No operariado das fábricas, tem-se espaço propício para desenvolver uma revolução cultural e, pela práxis educativa, pela autoeducação e autoatividade e para um processo emancipatório, em que as massas subalternas assumem o protagonismo da história, sendo sujeitos revolucionários.

Diante do exposto, fica difícil colocar Gramsci e Croce em caminhos convergentes. A medida que os anos passam, as diferenças, as cisões, foram ficando cada vez mais evidentes. No cárcere, Gramsci faz uma espécie de acerto de contas com os autores com os quais interagiu, entre eles Croce. As maiores divergências são sobre a filosofia de Croce, principalmente o materialismo histórico, reduzido pelo filósofo a

um instrumento da linguagem especulativa, e sobre a intervenção revisionista de Croce, em relação a compreensão da história[37].

As críticas de Gramsci a Croce, ao revisionismo e ao positivismo também se manifestam contra Turati, Treves, Ferri, entre outros, que teriam transformado a compreensão de Marx dentro do PSI a simplificações, a verdadeiras esterilizações da filosofia da práxis. Em 1917, Gramsci se manifesta contra o deputado do PSI, Claudio Treves, que havia publicado "Analogias e Metáforas", que transparecia "a *ilusão* de viver e agir" no meio proletário, mas manter no pensamento os vícios de uma dialética burguesa, que transforma a luta de classes em esquemas pré-definidos.

> [...] peças de um tabuleiro de xadrez. Exagerou no método. [...] O proletariado não é um exército; não tem oficiais, suboficiais, cabos e soldados. O proletariado tem uma vida coletiva que não pode entrar e nenhum esquema abstrato. É um organismo em contínua transformação, que tem uma vontade. (GRAMSCI, 2004a, p. 110).

Com a popularização de Croce, espalhou-se uma espécie de ideário em que os intelectuais estão acima da massa. Uma divisão de funções na estrutura social, "enquanto aos políticos cabe a administração estatal, aos homens de cultura compete o cuidado do intelecto e da vida espiritual da nação". (DIAS, 2000, p. 49). Os intelectuais desde cedo compreendem que "devem ser governantes e não governados, construtores de ideologias para governar e não charlatões que se deixam morder e envenenar pelas próprias víboras". (GRAMSCI, 1977, p. 1212).

Gramsci, em Carta enviada do cárcere a Tatiana Schucht, em 25 de abril de 1932, comenta sobre a potencialização da influência croceana.

> Parece-me que a qualidade de Croce tenha sido sempre esta: fazer circular, não pedantemente, a sua concepção de mundo em toda uma série de escritos breves, nos quais a filosofia se apresenta imediatamente e é absorvida com bom senso e senso comum. Assim, as soluções de tantas questões terminam por circular anonimamente, penetram nos jornais, na vida de cada dia e se tem

[37] Para ilustrar o caráter revisionista e a defesa dos interesses burgueses no pensamento e das ações de Croce, Arrigone (1989) observa que ele nunca sofreu repressão do sistema fascista, suas publicações sempre circularam livremente, inclusive eram lidas por Gramsci na prisão. (ARRIGONI, 1989, p. 97).

> uma quantidade de 'crocianos' que não sabem que o são e que talvez nem saibam sequer que Croce exista. (GRAMSCI, 2005b, p. 110).

Sobre as posições de Croce em relação ao materialismo histórico, Gramsci registrou que em Croce a filosofia da práxis é "uma forma notável de tradução do hegelianismo para a linguagem historicista", transformando na linguagem especulativa do historicismo realista, a filosofia da práxis. (GRAMSCI, 1977, p. 1233). Em outro trecho, diz que aquilo existe de "sadio e de progressista no pensamento de Croce não é mais do que a filosofia da práxis apresentada em linguagem especulativa". (Idem, p.1268).

Na juventude, Gramsci nutriu esperanças na filosofia de Croce, via nela futuro, acreditava que assim como o "hegelianismo fora a premissa da filosofia da práxis no século XIX, nas origens da civilização contemporânea, da mesma forma a filosofia crociana podia ser a premissa de uma retomada da filosofia da práxis em nossos dias, para as nossas gerações." (GRAMSCI, 1977, p. 1233). Ele dizia ter sido "tendencialmente crociano", quando as coisas ainda eram postas de maneira primitiva. Agiu desta forma por ainda lhe faltar clareza em alguns conceitos, mas que depois de alguns anos era necessário um olhar mais crítico. (Idem).

O olhar mais crítico se intensifica quando Gramsci, no cárcere, debruça-se sobre a análise dos últimos acontecimentos da Itália, entre eles, uma revisão sobre as posições de Croce durante a guerra (1914-1918), principalmente aquelas manifestas em artigos publicados na *Crítica* e outros periódicos. A atitude de Croce durante a neutralidade e guerra indica quais eram os seus interesses intelectuais e morais. Gramsci observa que não se pode dizer que Croce tenha sido contra a formulação religiosa da guerra, ela significava um conforto para massas aceitarem o sacrifício de morrer nas trincheiras, no entanto, o que ficou marcado em Croce é "que os intelectuais não se rebaixem ao nível das massas [...]. Os intelectuais devem ser governantes e não governados, construtores de ideologias para governar os outros e não charlatões que se deixam picar e envenenar pelas próprias serpentes." (GRAMSCI, 2014, p. 284). Durante a guerra, Croce se colocou em um lugar elevado, distante das massas, ali construiu um pedestal só comparado ao "Papa, que era chefe dos bispos que benziam as armas dos alemães e dos austríacos, dos italianos e dos franceses, sem que nisso houvesse

contradição". (GRAMSCI, 2014, p. 284). Para Gramsci, as atitudes de Croce serviram para fortalecer a igreja e as correntes reacionárias, posições que o transformam de "puro intelectual" em um verdadeiro "jacobino" degradado. Por isso, Croce é visto por Gramsci, como "líder intelectual das tendências revisionistas". (GRAMSCI, 1977, p. 1213).

Gramsci na análise de o *Il Resorgimento*, a aliança burguesa-aristocrática e as manobras maquiavélicas para afastar ou suplantar os interesses das massas populares na Itália, constata o dedo invisível das tendências intelectuais revisionistas. Para ele, tais alianças buscavam absorver qualquer intervenção popular mais ativa e, pela cooptação de suas lideranças, fazia-se a absorção política do campesinato. Gramsci denominou esse processo de transformação burguesa como sendo uma "revolução sem revolução", ou seja, uma "revolução passiva", caracterizada pelo transformismo, que consistiu na direção moral e intelectual dos inimigos, assim como de sua absorção (cooptação) gradual e constante. (GRAMSCI, 2002, p. 63). A massa camponesa teria sido a grande vítima da revolução passiva, relegada a um empobrecimento que ficou conhecido como *"Il Mezzogiorno"*, que dividiu a Itália entre o Norte, caracterizado como polo industrial e o Sul, eminentemente agrícola, símbolo do atraso e da dependência cultural.

Para Gramsci, o pano de fundo do pragmatismo político, típico de um modernismo conservador, teve sua expressão intelectual em Benedetto Croce. Tal percepção se deu à medida que Gramsci viu Croce como um intelectual de classe, que atuava no aparelho de hegemonia filosófico da classe burguesa. Dessa constatação derivou, em grande parte, o conceito de intelectual orgânico que age a favor de determinado grupo, por isso Gramsci buscou em seus escritos, ao manifestar-se contra Croce, demonstrar sempre a unidade dialética entre história, filosofia e política.

Gramsci, que tinha bom conhecimento da produção de Croce, insere sua crítica em um enfrentamento ao projeto hegemônico burguês, defendido pelo idealismo crociano. Busca uma retomada a Marx, visando a criação de "nova cultura integral" e, que seja feita "com relação à concepção filosófica de Croce, a mesma redução que os primeiros teóricos da filosofia da práxis realizaram com relação à concepção hegeliana". (GRAMSCI, 1977, p. 1233).

Como caminho para ajudar na retomada da filosofia da práxis, retirando-a da vulgarização revisionista, Gramsci sugere um *Anti-Croce,* mas precisa ser um trabalho que tenha dimensão e abrangência que teve o *Anti-Dühring.* Para tanto, haveria necessidade de que "um grupo inteiro de homens lhe dedicasse dez anos de atividade". (GRAMSCI, 1977, p. 1234). Não se trata só de estudar Croce, para ele, "a filosofia de Croce não pode ser examinada independentemente da de Gentile. Um Anti-Croce deve ser também um Anti-Gentile; o atualismo gentiliano dará os efeitos de claro-escuro ao quadro, efeitos necessários para dar-lhe maior relevo". (Idem). Tal esforço ajudaria a recolocar "a política e a filosofia numa unidade dialética intrínseca a um grupo social não só francês ou alemão, mas europeu e mundial". (GRAMSCI, 1977, p. 1233).

Sobre a concepção historiográfica de Croce, da história como história ético-política, Gramsci pensa que esta questão não deva ser julgada como uma futilidade a ser rechaçada, deve ser estudada com muita atenção, pois apesar de se apresentar como superação da filosofia da práxis, ela é "uma reação ao economicismo e ao mecanicismo fatalista". (GRAMSCI, 1977, p. 1235).

Assim como a filosofia da práxis carrega consigo valores e instrumentais que não eram seus, mas que foram incorporados, como por exemplo, a dialética, até então usada como explicação da estrutura idealista hegeliana e, com Marx, passa a ser associada à compreensão e à interpretação da realidade concreta, em perspectiva oposta ao que propunham seus defensores. Para Gramsci, o pensamento de Croce deve ao menos ser considerado como um valor instrumental, "cânone empírico" de investigação histórica, dando grande contribuição para se fazer história integral e não parcial.

Gramsci, no Caderno 10, §17, ao refletir sobre como se deve entender a filosofia de uma determinada época histórica, observa que para "mudar a atividade prática em seu conjunto", o estudo da história e da lógica das diversas filosofias dos filósofos não é suficiente", como realizado por Croce. É preciso também se olhar a "concepção de mundo das massas, grupos dirigentes (ou intelectuais) e as ligações entre os vários complementos culturais e a filosofia dos filósofos", assim se perceberá que "a filosofia de uma época histórica", não é senão a "história desta mesma época", uma massa de variações e imposições que o grupo dirigente impõe na realidade, "a história e a filosofia são inseparáveis, formam um bloco". (GRAMSCI, 1977, p. 1255).

Gramsci em sua arguição deixa implícito que nas relações humanas, sociais e políticas o conhecimento é um elemento hegemônico com potencial ideológico político para manutenção ou destituição de quem está no poder, tese que será defendida, por ele na filosofia da práxis[38]. A filosofia é história na medida que se torna concepção da realidade de uma massa social, desenvolve-se com a história geral do mundo, a partir das contradições sociais em que vive o ser humano e não porque um "grande filósofo sucede um filósofo ainda maior e assim por diante, é claro que, ao se trabalhar praticamente para fazer história, faz-se também filosofia "implícita"". (GRAMSCI, 2014, p. 343). Daí a "surpresa" e o "escândalo" de Croce, que estuda "nos filósofos precisamente o que não é filosófico: as tendências práticas e os efeitos sociais e de classe que eles representam." (GRAMSCI, 2014, p. 342).

Para Gramsci, a tradição historiografia croceana conduz a uma revolução passiva, que relegava ao esquecimento as lutas populares, traz consigo um hegelianismo degenerado, cuja preocupação maior era o "temor, pânico dos movimentos jacobinos, de qualquer intervenção ativa das grandes massas populares como fator de progresso histórico" (GRAMSCI, 1977, p. 1220). A tradição historiográfica, expressão da prática e da atuação dos grupos moderados, que caracterizou o modernismo conservador italiano e deformou a dialética da história, estaria fundada em um erro filosófico e de origem prática que consiste:

> O erro filosófico (de origem prática!) dessa concepção consiste no seguinte: pressupõe-se "mecanicamente" que, no processo dialético, a tese deva ser "conservada" pela antítese a fim de não destruir o próprio processo, o qual, portanto, é "previsto", como uma repetição ao infinito, mecânica e arbitrariamente prefixada. [...] Na história real, a antítese tende a destruir a tese, a síntese será uma superação, mas sem que se possa estabelecer a priori o que será "conservado" da tese na síntese, sem que se possa "medir" a priori os golpes como em um ringue convencionalmente regulado. Que isto ocorra de fato, de resto, é uma questão de "política" imediata, já que, na história real, o processo dialético se fragmenta em inúmeros momentos parciais; *o erro consiste em elevar a momento metodológico o que é pura imediaticidade, elevando, precisamente, a filosofia o que é apenas ideologia.* (GRAMSCI, 1977, p. 1220 e 1221).

[38] "A filosofia da práxis concebe a realidade das relações humanas de conhecimento como elemento de "hegemonia" política. (GRAMSCI, 1977, p. 1245).

Uma historiografia que almeja a restauração, mas é expressão de interesses e da atuação dos conservadores e moderados que trabalham contra o povo e a favor da manutenção dos privilégios econômicos e políticos burgueses e aristocráticos. Uma filosofia que já não é expressão dos sujeitos históricos e socialmente situados, as massas populares. A filosofia, como expressão cultural burguesa, com as massas, assume apenas a dimensão de uma roupagem ideológica; mesmo estando com o povo, ou sendo por ele propagada, não lhe pertencem, pois traz em seu conteúdo a cooptação, o transformismo e, quando a filosofia parece revolucionar, pelo conteúdo de dominação, assume característica de uma revolução passiva.

4.2.3 A Filosofia da Práxis

Sobre as críticas de Croce a Marx e a proposição de se revisar o marxismo, Dias (2012) observa que existem equívocos e confusões na compreensão e no entendimento das formulações de Marx. De um modo geral, o marxismo que Croce quer "revisar não é o marxismo de Marx, mas o de Labriola" (DIAS, 2012, p. 29), ou seja, Croce propõe uma revisão de postulados marxistas com base, em grande parte, na compreensão e na interpretação dos ensaios de Labriola, que introduziu o marxismo na Itália. Além do mais, "o marxismo não precisa de nenhuma filosofia exterior a ele. Nem neokantismo nem o positivismo. O marxismo tem a filosofia da práxis que é a medula do materialismo histórico". (DIAS, 2012, p. 28).

A filosofia da práxis tem seu alicerce em Marx, que inverte a estrutura dialética proposta por Hegel, colocando no lugar das ideias o modo de produção real, concreto, como afirmado no prefácio da *Contribuição da Crítica da Economia Política*, é o modo de produção da vida que condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Em Marx "o regime econômico é a infra-estrutura sobre a qual se ergue a superestrutura política" (LÊNIN, 1955a, p. 83). Dessa forma, não é a consciência dos homens que determina seu ser; ao contrário, é o seu ser social e histórico que determina sua consciência. (MARX, 2008, p. 47). Portanto, o princípio fundamental da dialética está no fato de "não há verdades abstratas, a verdade é sempre concreta" e historicamente situada. (LÊNIN, 1956, p. 211).

O fundamental na teoria de Marx é o esclarecimento do papel histórico-universal do proletariado, como criador da sociedade socialista futura. O materialismo dialético de Marx significou ao proletariado a possibilidade de saída da escravidão espiritual e econômica vivida pela classe subalterna.

> Marx indicou ao proletariado a saída para a escravidão espiritual em que têm vivido até hoje as classes oprimidas. Somente a teoria econômica de Marx explicou a situação real do proletariado no regime geral do capitalismo. (LÊNIN, 1955a, p. 86).

Por conseguinte, observa Lenin, que "o materialismo histórico de Marx é uma formidável conquista do pensamento científico" (LÊNIN, 1955a, p. 83). Explica cientificamente como surgiu o capitalismo a partir do feudalismo, através da teoria da mais-valia, "pedra angular da teoria econômica de Marx" (LÊNIN, 1955a, p. 84). Marx fez compreender a estrutura vital de funcionamento do sistema capitalista. A partir das contribuições de Marx

> O caos e arbitrariedade que imperavam nas opiniões sobre a história e a política cederam lugar a uma teoria científica assombrosamente completa e harmônica, que mostra como, em consequência do crescimento das forças produtivas, surge de uma forma de vida social uma outra forma, mais elevada; como por exemplo, surge do feudalismo o capitalismo. (LÊNIN, 1955a, p. 83).

Gramsci, nos Cadernos do Cárcere, utiliza a expressão filosofia da *praxis* para se reportar a raiz marxiana do materialismo dialético e histórico. A inovação introduzida pela filosofia da *praxis* para a ciência, para a política e para a história diz respeito

> [...] a demonstração de que não existe uma 'natureza humana' abstrata, fixa e imutável (conceito que certamente deriva do pensamento religioso e da transcendência), mas que a natureza humana é o conjunto das relações sociais historicamente determinadas, ou seja, um fato histórico verificável, dentro de certos limites, com os métodos da filologia e da crítica. Portanto, a ciência política deve ser concebida em seu conteúdo concreto (também em sua formulação lógica) como um organismo em desenvolvimento. (GRAMSCI, 2012, p. 56-57).

Gramsci, sobre a filosofia da *praxis,* no Q.3, &31, acentua que a base do conceito se encontra em Antonio Labriola, quando afirma que a filosofia do marxismo se encontra no próprio marxismo, ou seja, em Marx e na tradição marxiana. Ao retomar Labriola, busca fazer frente tanto ao determinismo mecanicista ou materialismo vulgar, quanto criticar a tendência oposta que tenta ligar o marxismo ao kantismo. Daí a compreensão do porquê Labriola não ter obtido êxito na literatura social-democrata.

> Pode-se dizer a propósito da filosofia do marxismo aquilo que Luxemburg disse a propósito da economia: no período romântico da luta, do *Sturm und Drang* popular, toda a atenção se volta para as armas mais imediatas, aos problemas de tática política. Mas a partir do momento que existe um novo tipo de Estado, nasce (concretamente) o problema de uma nova civilização e, portanto, a necessidade de elaborar as concepções mais gerais, as armas mais refinadas e decisivas" (ou seja, a luta por uma cultura superior) (GRAMSCI, 1977, p. 309).

Gramsci declara que se deve retomar Labriola para explicitar o significado da filosofia da *praxis*, pois trata-se de uma filosofia que traz em si o método, que se apresenta como uma gnosiologia (um núcleo filosófico autossuficiente) e não apenas uma técnica.

Ao retomar a filosofia marxiana, através de Labriola, Gramsci revisita as posições de Hegel e, com Marx, reafirma os pressupostos dialéticos da unidade entre materialismo e espiritualismo, compreensão que lhe parece ter se distanciado Benedito Croce.

> Hegel, na virada da Revolução Francesa e da Restauração, dialetizou os dois momentos da vida filosófica, o materialismo e espiritualismo. Os Seguidores de Hegel destruíram esta unidade e se retornou ao velho materialismo com Feuerbach e ao espiritualismo da direita hegeliana. Marx, na sua juventude, reviveu toda esta experiência: hegeliano, materialista feuerbachiano, marxista, ou seja, refez a unidade destruída em uma nova construção filosófica; já nas Teses sobre Feuerbach aparece claramente esta sua nova construção, está sua nova filosofia". (Q. 4, & 3,); (GRAMSCI, 1977, p. 424).

A filosofia de Marx, portanto, apresenta-se como a superação tanto do idealismo quanto do materialismo vulgar no conceito de *praxis*. Gramsci destaca a importância de que na história das culturas, seja verificada a relação entre a cultura e o

pessoal que a expressa: “o portador histórico da Reforma é o povo alemão, não os intelectuais”. (GRAMSCI, 1977, p. 425). Os intelectuais se tornam porta-vozes da Reforma na alta cultura, até que, das classes populares reformadas se forme lentamente um novo grupo de intelectuais. “Coisa semelhante acontece com o marxismo: não cria uma alta cultura porque os grandes intelectuais que se formam no seu terreno não são selecionados das classes populares, mas das classes tradicionais” (GRAMSCI, 1977, p. 425). Nessa perspectiva, o marxismo se coloca com uma filosofia, que busca a independência e a originalidade de uma nova cultura em incubação, que vai crescer com o desenvolvimento das relações sociais.

> Um grupo social que possui uma concepção própria do mundo, embora embrionária, que se manifesta na ação e, portanto, descontínua e ocasionalmente, ou seja, quando tal grupo se movimenta como um conjunto orgânico, toma de empréstimo de outro grupo, por razões de submissão e de subordinação intelectual, uma concepção que não é sua e afirma por palavras e também acredita segui-la, porque a segue em ‘tempos normais’, isto é, quando a conduta não é independente e autônoma, mas submissa e subordinada. E é por isso que *não se pode separar a filosofia da política, mas pode-se, ao contrário, demonstrar que a escolha e a crítica a uma concepção de mundo são, também elas, fatos políticos*. (GRAMSCI, 1977, p. 1379; Q. 11, & 12)

Na superação das filosofias especulativas metafísicas, que trabalham para a conciliação dos interesses opostos e contraditórios, tem-se a filosofia da *praxis*, que não busca resolver pacificamente as contradições existentes na história e na sociedade. A filosofia da práxis é a contradição enquanto teoria, é a própria superestrutura, em que determinados grupos sociais tomam consciência do ser social, da força, das próprias tarefas, do próprio devir.

> [...] não é instrumento de governo de grupos dominantes para obter o consentimento e exercer a hegemonia sobre as classes subalternas; é a expressão destas classes subalternas, que querem educar a si mesmas na arte de governo. (GRAMSCI, 2014, p. 388).

Em síntese, Beneditto Croce, como expoente de um movimento cultural italiano, contagiou uma geração de intelectuais, entre eles, Gramsci. Croce, com seus escritos, chamou atenção para a contribuição da cultura e do pensamento no

desenvolvimento da história, destacou a importância dos intelectuais, junto à sociedade civil e dentro ao Estado, agindo no processo de hegemonia e consenso. Questões com as quais Gramsci se confronta e busca reelaborá-las na perspectiva de uma maior fidelidade aos princípios da filosofia da práxis. Reconhece a contribuição de Croce na formação da sua geração, sua abrangência e significado, mas "nem por isso deixa de elaborar uma crítica contundente à sua interpretação da história e do marxismo". (SCHLESENER, 2007d, p. 301).

5 LUXEMBURGO E O REVISIONISMO ALEMÃO

No final do século XIX, Eduard Bernstein, por meio de diversos artigos e do livro *As premissas do socialismo e as tarefas da social-democracia,* propôs a revisão de alguns pressupostos do marxismo oficial do SPD, provocando repercussão nas fileiras do partido e no operariado mundial. Bernstein propunha em sua obra o enfrentamento de questões referentes à prática política imediata e outras de cunho mais teórico, pois na sua visão, o partido, a certo tempo, parecia não querer discuti-las. De qualquer modo, "o verdadeiro mérito de Bernstein consiste em sua corajosa denúncia da dicotomia existente entre os 'princípios gerais' da teoria marxista então em voga, erigida em dogma e a política do dia-a-dia, que era de fato reformista". (FETSCHER, 1982, p. 288).

Bernstein questiona pressupostos teóricos que alicerçam os fundamentos do socialismo científico e que têm repercussão política na leitura, compreensão e interpretação da realidade concreta do operariado. Suas proposições, como a "teoria da adaptação" e a implantação do socialismo por meio de reformas sociais, têm consequências práticas imediatas dentro do SPD, uma vez que se assumidas como pressupostos teóricos e políticos, alteram as questões de tática e organização da classe trabalhadora e interferem no processo de formação política com a qual vinha sendo conduzida a luta de classes.

Luxemburgo é a maior resposta que a esquerda vai dar ao revisionismo de Eduardo Bernstein. Ela considerou as proposições de Bernstein sob a perspectiva da relação entre reformas sociais e revolução. "Pois para a social-democracia, há um nexo inseparável entre a reforma social e a revolução social, na medida em que a luta pela reforma social é *um meio*, enquanto a transformação social é *um fim*." (LUXEMBURGO, 2011e, p. 02).

Em 1897, Luxemburgo havia se diplomado em Zurique, sob orientação de Julius Wolf, com a tese sobre o desenvolvimento econômico da Polônia e de imediato empenhou-se na luta contra o revisionismo. Em 1899, logo após a publicação da obra de Bernstein sobre *Os pressuposto do socialismo e as tarefas da social-democracia,* em

resposta, Luxemburgo escreve *Reforma social ou Revolução?,* obra que a tornou uma celebridade entre os membros da social-democracia, ao defender o que acreditava ser as concepções fundamentais do marxismo, enfrenta o revisionismo de Eduardo Bernstein, que gozava de reputação entre os partidários do SPD, por ser um dos discípulos diretos de Marx e Engels.

Na obra *Reforma ou Revolução?,* que é um dos textos "fundadores do socialismo revolucionário moderno", tem-se uma "síntese única entre a paixão revolucionária e a racionalidade discursiva" (LÖWY, 2016, p. 125), nela a autora sai em defesa da democracia socialista, que pelas reformas de Bernstein está sendo ameaçada em seus fundamentos revolucionários e pode ser suplantada por um discurso democrático burguês, que insiste em um socialismo via reformas e pela democratização política do Estado. Contudo, o texto é fruto de um período em que Luxemburgo ainda estava próxima da ortodoxia do SPD e de Kautsky, seu dirigente maior, portanto, se comparado aos escritos posteriores, tem suas limitações. Entre as limitações mais questionadas do escrito, aparece a "polêmica econômica com Bernstein, na qual se percebe um tipo de *fatalismo otimista*: a crença na *inevitabilidade* do colapso (*Zusammenbruch*) econômico do capitalismo". (Idem). Concepção ainda hoje presente em segmentos marxistas, que continuam a ver a crise atual do capitalismo como aquela que vai levar ao "derradeiro" declínio final do sistema capitalista. No entanto, a leitura dos acontecimentos históricos vem mostrando que o capitalismo e o neoliberalismo mundial, tem se reinventado, as custas do sacrifício da classe operária e, mesmo cambaleando, continua seu percurso de espoliação da dignidade humana, o que leva a concluir que, não acabará logo e de forma natural, daí a importância de uma intervenção política ativa e organizada das classes subalternas para ajudar a abreviar seus dias e acelerar o futuro.

5.1 O MÉTODO DE EDUARDO BERNSTEIN

Na concepção de Luxemburgo, o escrito de Bernstein assume uma importância singular e precisa ser enfrentado com urgência, pois forneceu aos oportunistas do partido uma base teórica, que até então não dispunham para levar avante

ações de aprovação de orçamento militar, concessão de direitos populares, intervenções protecionistas alfandegárias, entre outras ações que já vinham sendo firmadas à revelia do partido. Por isso, os oportunistas eram, aos olhos de Rosa, "o socialismo de Estado de Vollmar, o socialismo agrário da Alemanha Meridional". (FETSCHER, 1982, p. 292). Em outubro de 1898, por ocasião do Congresso de Stuttgart, os oportunistas já tinham a base teórica de que careciam e sob a bandeira do revisionismo bernsteiniano, agruparam-se.

> A corrente oportunista no interior do partido, teoricamente formulada por Bernstein, nada é além de um anseio inconsciente de garantir o domínio aos elementos pequeno-burgueses que vieram para o partido, de remodelar a prática e os fins do partido de acordo com o seu espírito. A questão acerca da reforma social ou da revolução, acerca do objetivo final e do movimento, é, por outro lado, a questão *acerca do caráter pequeno-burguês ou proletário do movimento trabalhador.* (LUXEMBURGO, 2011e, p. 04).

O centro das questões levantadas por Luxemburgo sobre Bernstein, está no fato de Bernstein ter abandonado os objetivos socialistas revolucionários, embora tenham sido reduzidas muitas vezes a polêmica sobre o fato do capitalismo se ter ou não realizado conforme previsto por Marx, ou com a rapidez desejada pelo SPD.

A socialização do processo de produção na perspectiva reformista é assumida em vista de melhorias das condições de vida e de salário. São reformas que visam aperfeiçoar as estruturas capitalistas já existentes, trazem consigo um novo horizonte de perspectiva de formação política do operariado, que ao perder de vista os fins futuros do processo de construção de um projeto de socialismo, tem diante de si uma tática pragmática de atuação imediata, dentro dos parâmetros do próprio sistema capitalista.

Bernstein se ampara para fundamentar a tese da instauração do socialismo por meio de reformas sociais em constatações empíricas do dia-a-dia e em dados estáticos que, segundo ele, comprovariam, em um determinado percurso de tempo analisado, que o "colapso do capitalismo" se torna bastante improvável, pois o sistema capitalista mostrava cada vez maior poder de adaptação e diversificação da produção. Como indicativo da adaptação do capitalismo à nova realidade, apontava três aspectos que deveriam ser considerados: 1- o desaparecimento das crises universais, em grande parte pelo aumento dos lastros do sistema de crédito, organizações patronais de

transporte, entre outros; 2- elevação de significativa parcela do proletariado para um estrato médio de vida em decorrência da elevação dos ramos de produção; 3- uma maior consciência política e econômica do operariado pela mediação dos sindicatos. (LUXEMBURGO, 2011e, p. 07).

São constatações que sinalizam para uma nova orientação na luta prática do SPD. A nova tática de luta não deve conduzir para a tomada do poder estatal pelo enfrentamento revolucionário da classe operária, mas sim pelo caminho da "elevação da condição da classe trabalhadora e para a instauração do socialismo não por meio de uma crise política e social, mas antes, por meio de uma extensão passo a passo do controle social e da realização gradual do princípio das cooperativas". (LUXEMBURGO, 2011e, p. 07).

Bernstein justifica sua arguição com passagens isoladas de Marx e Engels, portanto não percebe grandes desacordos com as proposições do socialismo científico. Para Luxemburgo, a justificação científica do socialismo se apoia em três pilares, resultantes do desenvolvimento capitalista: na crescente "*anarquia* da economia capitalista" que faz do seu declínio um resultado inevitável; no aumento da "*socialização* do processo de produção", que cria as bases para a ordem social futura e no crescente "*poder e consciência de classe* do proletariado", que constitui fator da transformação futura. (LUXEMBURGO, 2011e, p. 08).

Bernstein ao defender que a economia não caminha para uma situação de colapso, suprimi o primeiro pilar do socialismo científico, aquele que colocava que o ponto inicial da transformação socialista era a anarquia da economia capitalista, uma crise geral e destruidora. Ele descarta não apenas a forma e a lentidão ou rapidez que a crise possa se manifestar, mas o próprio declínio capitalista. Se o capitalismo não se desloca para o declínio, como fica o objeto final das aspirações socialistas? Na perspectiva de Bernstein, ao pressupor que o capitalismo não caminha rumo ao próprio declínio, "o socialismo deixa, então, de *ser objetivamente necessário*", (LUXEMBURGO, 2011e, p. 08), restando apenas o processo de produção socializado e a consciência de classe do proletariado.

Duas dimensões que quando analisadas não apenas em termos conceituais, mas em perspectiva histórica, como feito por Luxemburgo, revelam fragilidade em

termos de justificação do socialismo. Como podem os cartéis, o crédito, os meios de transportes aperfeiçoados, os sindicatos, indicados por Bernstein como instrumentos de superação das contradições capitalistas, "meios de adaptação", ser simultaneamente, "premissas e em parte até mesmo pontos de partida do socialismo?" Aumentar a consciência de classes do proletariado, torna-se um desafio, uma vez que a consciência proletária é, em grande parte, o "reflexo espiritual das contradições do capitalismo que se acirra cada vez mais e de seu declínio próximo – afinal, este está impedido pelos meios de adaptação -, mas apenas um ideal, cuja força de convencimento reside nas perfeições que lhe são imputadas". (LUXEMBURGO, 2011e, p. 10).

As proposições de Bernstein ao programa socialista, além de ter uma fundamentação idealista e deixar em segundo plano as necessidades objetivas, conduzem a um paradoxo. As transformações socialistas advêm das condições objetivas da ordem capitalista e de suas contradições internas, que em algum momento terá como desfecho o seu colapso, o que significa dizer que os "meios de adaptação" são caminhos ineficazes e, portanto, a teoria do colapso tem sua utilidade. Ou, então, os meios de adaptação são eficientes na prevenção de um colapso do sistema capitalista, previnem as suas contradições, levando o socialismo a deixar "de ser uma necessidade histórica, podendo ser qualquer coisa, menos um resultado do desenvolvimento material da sociedade". (LUXEMBURGO, 2011e, p. 11). O que leva a outro dilema, ou Bernstein tem razão quanto a "marcha do desenvolvimento capitalista e a metamorfose socialista da sociedade transforma-se em uma utopia, ou o socialismo não é utopia, e, então, a teoria dos meios de adaptação não é válida." (Idem).

Na questão do colapso do capitalismo, sobressai em Luxemburgo um certo determinismo teórico, algo muito próximo da compreensão que ela tinham, à época, grande parcela dos marxistas da II Internacional, em que concebia o desenvolvimento social e histórico como sendo determinado apenas pelo fator econômico. A medida que o econômico é dissociado dos elementos ideológicos e culturais que compõem a totalidade concreta, proposta pelo marxismo, quebra-se a unidade dialética entre sujeito e objeto, realidade e consciência, teoria e prática. E, um só aspecto, no caso a dimensão econômica, é utilizada para a interpretação, compreensão e proposição de ações nos rumos da luta revolucionária. Luxemburgo mesmo fazendo parte dessa corrente da

época, ao interpretar o marxismo com unidade entre teoria e prática, foi pouco a pouco se afastando desse determinismo econômico e acaba por "dar à consciência de classe papel central na sua teoria política". (LOUREIRO, 2004, p. 61). De modo que, as marcas do determinismo econômico ou do dogmatismo teórico, dos tempos de *Reforma Social ou Revolução?* de que tem sido acusada até hoje, é mais tarde, suavizada "por uma defesa apaixonada da ação espontânea das massas populares, a única que pode construir coletivamente um espaço de não-sujeição ao capital". (LOUREIRO, 2004, p. 39).

Luxemburgo não fica amarrada as estruturas interpretativas do SPD, a partir das inspirações do marxismo e mesmo dos ensinamentos de Ferdinand Lassalle (1825-1864), por quem nutria grande admiração pela resoluta disposição revolucionária, vai se distinguir da social-democracia na medida que busca uma saída na "teoria da ação revolucionária" (LOUREIRO, 2004, p. 54). O seu entendimento sobre a ação revolucionária das massas ajuda a retirar o estigma de determinista, como manifesto em sua defesa da teoria do colapso do fim do século XIX e, também das acusações de espontaneísmo, quando, mais tarde, defendeu as greves de massa e as intervenções operárias espontâneas como meios para acelerar o processo revolucionário que se encontrava engessado pela burocracia partidária.

Diante dos impasses teóricos e práticos da ação revolucionária, Luxemburgo busca orientar suas posições não apenas com base nas teorias marxistas daquele contexto, que vinham sendo utilizadas de forma oportunista, mas como referência ao próprio Marx e o contexto em que ele as formulou. Apropria-se de forma bastante original das concepções de Marx, inclusive apontando algumas limitações, como as fez na *A acumulação do capital*, sobretudo por utilizá-las como parâmetros de referência para o embasamento teórico e fundamentação da ação prática. Ela o faz por entender que Marx foi o primeiro que reconheceu "a moderna classe trabalhadora como uma categoria histórica", (LUXEMBURGO, 2011a, p. 131), com condições históricas em perspectiva revolucionária. Foi Marx quem os "elevou a uma classe, ao associá-los por meio de uma tarefa histórica particular à conquista do poder político para a transformação socialista." Esta ponte construída por Marx entre o proletariado e o socialismo é a "*luta de classes para a tomada política do poder"* (LUXEMBURGO, 2011a, p. 132), que permanece como meta a ser perseguida pelo operariado mundial.

Marx conseguiu elevar as lutas políticas da classe operária a um patamar de luta de classes e as usa como arma contra a ordem social capitalista. Assim, a base fundamental da política marxista, é para Luxemburgo e, assim também ela o quer que seja para o SPD, uma "teoria do desenvolvimento capitalista" e uma "concepção materialista da história" de Marx. (LUXEMBURGO, 2011a, p. 132).

Com a clareza teórica e as ferramentas do marxismo em mãos, Luxemburgo, em *Reforma Social ou Revolução?,* desconstrói os argumentos oportunistas presentes nas teorias de Bernstein, manifestos através de seu livro, principalmente quando ele se vale de uma série de dados empíricos para defender a tese da capacidade de adaptação da economia capitalista através do sistema de crédito, da melhoria dos meios de comunicação e das organizações patronais. Tais adaptações do capitalismo às condições de crescimento econômico contínuo seriam uma forma de amenizar ou mesmo evitar as crises.

Para Luxemburgo, a tese de Bernstein da teoria de adaptação, para quem o capitalismo a cada dia se fortalecia ao invés de apresentar sinais de decadência, é uma generalização teórica do modo de produção capitalista individual, teve seus fundamentos negados em 1908, por ocasião da 2º edição do seu livro. A crise que assolou diversos países que tinham um grau de desenvolvimento industrial, forte cartelização de empresas e um sistema de crédito bastante evoluído, demonstra que a teoria da adaptação tem seus limites, pois está baseada em uma concepção mecânica que "deixa de lado os significados positivos das crises", a "tendência de descentralização do capital", motivo pelo qual o renascimento do pequeno capital é tomado por Bernstein como "sinal de paralisia capitalista em vez de como o é de fato, do desenvolvimento capitalista normal". (LUXEMBURGO, 2011e, p. 45). Por conseguinte, Bernstein acredita na "*possibilidade* de regular a economia capitalista", assim como defenderam os economistas vulgares. A teoria bernsteiniana, ao atenuar as contradições capitalistas, remendando suas feridas, trabalha para um "processo reacionário em vez de revolucionário". Portanto, precisa ser compreendia pela social-democracia com uma "teoria utópica", fundamentada na economia vulgar, portanto, uma "*teoria do atolamento socialista [Versumpfung]*". (LUXEMBURGO, 2011e, p. 46). Ela contesta o uso acrítico dos dados estatísticos de que Bernstein se vale para fundamentar e

justificar sua orientação. As tabelas e os gráficos muitas vezes não expressam as conclusões que se queria tirar. Bernstein teria captado de modo superficial as complexas conexões implícitas no desenvolvimento econômico exploradas por Marx, segundo o qual

> [...] no processo geral de desenvolvimento capitalista, o pequeno capital assume o papel pioneiro da revolução técnica; e isso de dois ângulos, tanto em relação a novos métodos de produção em ramos antigos e estáveis, já solidamente enraizados, quanto também em referência à criação de novos ramos produtivos, ainda não explorados pelo grande capital. É absolutamente falsa a concepção de um declínio gradual e retilíneo da média empresa capitalista. (LUXEMBURGO, 2011e, p. 19).

Para Luxemburgo, Marx na análise das crises periódicas do comércio e do capitalismo, teria utilizado ciclos de dez anos de produção, portanto, mais longos e concentrados nos mesmos países, enquanto, Bernstein restringe às estatísticas das rendas de empresas de diversos países, entre eles Alemanha e da França, da Inglaterra e da Suíça, da Áustria e dos Estados Unidos, mas "não são dados comparativos de *momentos diferentes* em cada país, mas de um determinado momento em diferentes países" (LUXEMBURGO, 2011e, p. 50). Bernstein, ao negar a anarquia da economista capitalista, refuta em sua contestada análise as grandes crises gerais, mas não as crises parciais e nacionais. Com isso, ao mesmo tempo que diz não ter muita anarquia, admite a existência de um pouco de anarquia na economia capitalista. Portanto, o pouco de confusão e anarquia constatado em esferas parciais e nacionais pode se propagar e assumir proporção de crises gerais, envolvendo a dimensão internacional do sistema capitalismo.

As interpretações simplificadas de Bernstein as levou a conceber a lei do valor-trabalho de Marx, um dos alicerces do marxismo, como uma abstração, imagem construída apenas no pensamento que não condiz com a realidade do mundo do trabalho, pois Marx teria considerado como qualidade das mercadorias apenas o ponto de vista de sua utilidade, incorporando a quantidade de trabalho humano simples para construir uma invenção. Para Luxemburgo, Bernstein ignora que a "abstração de Marx não é uma invenção, mas uma descoberta", ela não tem uma existência particular na cabeça de Marx, mas está presente na "economia mercantil", onde tem existência social real, o que

possibilitou ser "cortada, pesada e moldada. O trabalho humano abstrato descoberto por Marx é, pois em sua forma desdobrada, nada mais do que – *o dinheiro*". (LUXEMBURGO, 2011e, p. 50).

O dinheiro, que não era algo novo, mas que desde a sua invenção tinha uma "essência mística" guardada em livro fechado, cujo acesso era permitido apenas aos economistas burgueses, é a "chave mágica de Marx" para o entendimento da sociedade capitalista. A teoria do valor-trabalho, a teoria do capital e a análise do sistema econômico, o ajudaram na compreensão da "transitoriedade da economia capitalista, o seu colapso, ou seja, o objetivo final socialista." (LUXEMBURGO, 2011e, p. 54).

Ao revelar os segredos do dinheiro, da economia capitalista como fenômeno histórico, Marx, em *O Capital,* desvenda a essência das mercadorias e de suas trocas, explícita os segredos mais íntimos da burguesia mercantilista e aponta perspectivas históricas para se construir um futuro socialista. Deu a classe operária aquilo que lhes era proibido conhecer, ou seja, os segredos do mundo do trabalho e suas relações. Com tais ferramentas à disposição, a classe operária estava em condições de lutar, em pé de igualdade com a classe burguesa e trabalhar para a construção de uma economia socialista, gerida por uma sociedade de produtores.

5.2 O SOCIALISMO POR MEIO DE REFORMAS

Quando Bernstein defende a instauração gradual do socialismo por meio de reformas sociais, sindicatos e democratização política do Estado, Luxemburgo diz que ele "joga por terra a 'teoria do colapso' como caminho para a realização da sociedade socialista". (LUXEMBURGO, 2011e, p. 23). O esforço teórico de Bernstein em apresentar um caminho a ser perseguido pela "teoria da adaptação do capitalismo" fica melhor compreendido a partir das exposições de Conrad Schmidt, feitas em 20 de fevereiro, de 1898, no *Vorwärts*. Para Schmidt, "a luta sindicalista e a luta por reformas sociais" trarão um "controle social cada vez mais amplo sobre as condições de produção". Pela legislação, "os proprietários do capital serão, por meio da restrição de seus direitos, cada vez mais reduzidos ao papel de administradores", até que, finalmente "a direção e administração do empreendimento serão tomadas daquele capitalista

fragilizado, que vê sua propriedade tornar-se cada vez menos valiosa para si próprio", até que a função social dessa propriedade seja definitivamente introduzida. (LUXEMBURGO, 2011e, p. 24).

Os sindicatos são apresentados como instituições capazes de minimizar o alto lucro industrial e trabalhar para o aumento da taxa salarial. A luta sindical e a política são capazes de, por si mesmas, gradualmente limitar a exploração do capital, remover cada vez mais a dimensão capitalista da sociedade e impor-lhe o socialismo. Para Luxemburgo, aos sindicados não "conseguem derrubar a lei do salário; no melhor dos casos, conseguem restringir a exploração capitalista a limites 'normais', porém de modo algum superar gradualmente a exploração propriamente dita" (LUXEMBURGO, 2011e, p. 24). Os sindicatos não estão em condições de construir uma política econômica agressiva para enfrentar o lucro, pois eles mal conseguem ser uma força organizada de defesa dos interesses dos trabalhadores contra os assaltos do lucro, são uma resposta do operariado à economia capitalista do lucro, sua atuação fica nos limites da própria organização capitalista.

Se os sindicatos chegassem a influir sobre a técnica produtiva, assumindo determinado volume de produção, reduzir-se-iam a um cartel de trabalhadores e de empregados contra a sociedade consumidora. Para tanto, basta observar trechos maiores do desenvolvimento social e perceber-se-á que "não se vive em tempos de grande ascensão, mas sim de declínio do movimento sindical". (LUXEMBURGO, 2011e, p. 27).

As proposições de Bernstein trazem confusão às lutas práticas diárias da social-democracia na medida que retiram da entidade sindical as suas referências aos fins maiores do socialismo. Ao conceber o sindicato como meio de socialização imediata da economia capitalista, acaba descaracterizando "o grande significado socialista da luta sindical e política [que] consiste na socialização do conhecimento, da consciência da classe trabalhadora", ou seja, "meio de educação da classe trabalhadora rumo à revolução proletária". (LUXEMBURGO, 2011e, p. 39).

A proposição de Bernstein sobre os sindicatos, associações patronais, cooperativas como meios contra a exploração capital da produção, no olhar de Luxemburgo, mostra-se ineficiente, pois "os sindicatos não têm condições de garantir

aos trabalhadores a influência sobre o processo de produção, nem em relação à *quantidade* da produção, nem ao procedimento *técnico* ” (LUXEMBURGO, 2011e, p. 58). As associações patronais e cooperativas que deveriam impedir a anarquia, prevenir as crises, por meio do controle da produção, na prática, têm agido de forma inversa. Na medida que protegem cartéis e trustes, influenciando e suprimindo a concorrência, são agentes que buscam elevar o lucro de parte da indústria, por conseguinte, geram desequilíbrio econômico e crises.

Enquanto o SPD trabalha para provocar uma consciência no proletariado sobre a realização da “distribuição socialista por meio da eliminação *do modo de produção capitalista”*, os procedimentos propostos por Bernstein caminham em sentido inverso, “ele quer combater a distribuição capitalista e espera, nesse caminho trazer gradualmente à tona o *modo de produção socialista.* (LUXEMBURGO, 2011e, p. 60).

5.3 O ESTADO: DEMOCRACIA BURGUESA X DEMOCRACIA OPERÁRIA

Sobre a democratização política via Estado defendida por Bernstein, Luxemburgo fiel a teoria marxista, sinaliza que o Estado não é uma instituição neutra, mas é um “Estado de classe”, que se compreendido em sentido dialético, traz consigo divergências de interesses entre o desenvolvimento social e os objetivos da classe dominante. É “uma contradição *no interior* da essência do Estado”, pois a medida que “crescem as funções de caráter geral do Estado, sua intromissão na vida social, seu controle sobre ela” se intensifica. (LUXEMBURGO, 2011e, p. 35). A atuação do Estado faz com que “o interesse geral e o desenvolvimento social coincidam com os interesses da classe dominante”. (Idem). Portanto, a universalidade do Estado defendida por Bernstein fica limitada e comprometida por seu caráter de classe.

As instituições formalmente se dizem democráticas, mas “por seu conteúdo não são mais do que instrumentos dos interesses da classe dominante” (LUXEMBURGO, 2011e, p. 36). Essa contradição dialética entre forma democrática e conteúdo de classe é identificada e desprezada por Luxemburgo, pois entende que a forma pode entrar em contradição com o conteúdo burguês.

> Isso se torna papável porque a democracia tem a tendência a negar seu caráter de classe e transformar-se em instrumento dos interesses efetivos da população, as formas democráticas são sacrificadas por parte da burguesia e por sua representação estatal. (LUXEMBURGO, 2011e, p. 36).

Contra os que defendiam, como Conrad Schmidt, que a maioria social-democrata no parlamento pudesse ser o caminho direto da socialização gradual da sociedade, Luxemburgo afirma que a democracia não aparece com um elemento imediatamente socialista e que na ideia de maioria parlamentar do SPD "aparece como um cálculo", em que sobressai apenas o lado formal da democracia, no entanto, desconsidera o outro lado, "o seu conteúdo real". (LUXEMBURGO, 2011e, p. 36). A democracia, ao invés de preencher pouco a pouco a sociedade capitalista é, ao contrário, um instrumento burguês que expressa as contradições capitalistas.

Contra as arguições de Bernstein e o liberalismo burguês, em que haveria uma evolução da humanidade para a democracia, uma ligação histórica entre capitalismo e democracia, Luxemburgo contrapõe-se a visão mítica de uma história condenada ao "Progresso" ininterrupto, com uma análise clara e objetiva sobre a diversidade de regimes políticos que se valem da democracia para justificar suas ações.

> A ascensão ininterrupta da democracia, que parecia, a Bernstein e ao liberalismo burguês, a grande lei fundamental da história humana, pelo menos da história moderna, é assim, após ser observada mais atentamente, uma invenção vazia. Entre o desenvolvimento capitalista e a democracia não se pode construir um nexo interno absoluto. A força política é, sempre o resultado de toda a soma de fatores políticos - internos e externos - e admite, em seus domínios, todas as gradações, da monarquia absoluta à república democrática. (LUXEMBURGO, 2011e, p. 63).

Bernstein, uma vez que teria sido seduzido pela ideologia do "Progresso", acreditava na evolução da sociedade moderna para uma democracia cada vez maior e por meio de instituições mediadoras, principalmente o Estado, chegaria ao estágio do socialismo. Quanto a isso, Luxemburgo destaca que "o Estado, isto é, a organização política e as relações de propriedade – a organização jurídica do capitalismo – , tornam-se cada vez mais capitalistas, e não socialistas" (LUXEMBURGO, 2011e, p. 37).

Para Luxemburgo, quando se olha para o desenvolvimento da democracia na história, percebe-se que não existe afinidade entre burguesia e democracia, ao contrário,

os avanços democráticos acontecem quando a luta se intensifica contra a burguesia. É o caso da Bélgica, onde "a conquista democrática do movimento operário – o direito de voto universal – tem um nexo indubitável com a fraqueza do militarismo, ou seja, com a condição político-geográfica particular da Bélgica, sendo, sobretudo, não um 'pedaço de democracia' alcançado na luta *por meio* da burguesia, mas *contra* a burguesia". (LUXEMBURGO, 2011e, p. 63).

O caso da Bélgica, não é para Luxemburgo um caso isolado, mas revela uma tendência histórica geral em que a democracia tem sua maior força no movimento operário.

> O movimento operário socialista é e pode ser o *único* suporte da democracia; não que os destinos do movimento socialista estão ligados aos da democracia burguesa, mas que inversamente os destinos do desenvolvimento democrático estejam ligados ao movimento socialista; que a democracia não se torna capaz de viver na medida em que a classe operária abandona sua luta emancipatória, mas inversamente, na medida em que o movimento socialista se torna suficientemente forte para combater as consequências reacionárias da política mundial da deserção burguesa; que quem deseja o fortalecimento da democracia também precisa desejar o fortalecimento e não o enfraquecimento do movimento socialista e que, com o abandono dos anseios socialistas, também são igualmente abandonados o movimento operário e a democracia. (LUXEMBURGO, 2011e, p. 66).

O movimento operário e a democracia, para Luxemburgo, estabelecem uma relação dialética. Além de ganhar força como o movimento socialista, a democracia, com a classe operária, vai nutrir-se com o antídoto contra seu maior adversário, a burguesia, disposta a trair seus pactos democráticos sempre que houver interesse e oportunidade. Ao colocar o destino da democracia nas mãos do movimento operário e socialista, Luxemburgo antecipa o futuro, pois nas décadas seguintes a história viria a confirmar que:

> [...] a derrota da esquerda socialista - em razão de suas divisões, seus erros ou de suas fraquezas – na Itália, na Alemanha, na Áustria, na Espanha, conduziu ao triunfo do fascismo, com o apoio das principais forças da burguesia, e à abolição de toda forma de democracia durante longos anos (na Espanha, durante décadas). (LÖWY, 2016, p. 130).

Formas democráticas indicadas por Luxemburgo em 1898, tais como o sufrágio universal, república democrática e a autoadministração servem de apoio na luta pela transformação revolucionária. As lutas democráticas e o exercício dos seus direitos, quando usados pelo proletariado de forma distinta da manipulação e instrumentalização burguesas, são mecanismos que ajudam na tomada de consciência das lutas de classe. Mais tarde, em 1918, nas análises de revolução russa, Luxemburgo incluirá a expressão *liberdades democráticas*: de expressão, de imprensa e de organização.

Sobre o parlamento como forma democrática, Luxemburgo não vai se opor, mas manifesta cautela sobre o parlamentarismo daquele contexto, que deveria "expressar os interesses de toda a sociedade na organização estatal", no entanto, "expressa apenas a sociedade capitalista, isto é, uma sociedade em conformidade com os interesses *capitalistas*", ou seja, é um instrumento de interesse da classe burguesa. (LUXEMBURGO, 2011e, p. 36). Sobre as proposições revisionistas que buscavam transformar o alcance de uma maioria do SPD no parlamento como caminho direto da socialização gradual da sociedade, ela mostra contrariedade, pois entende que o parlamento tendia a "negar seu caráter de classe" e transformar-se em um instrumento contra os interesses efetivos da população, na medida que "as formas democráticas são sacrificadas por parte da burguesia e por sua representação estatal" (LUXEMBURGO, 2011e, p. 36).

As contradições da democracia burguesa ficam mais evidentes quando relacionadas com a questão do militarismo e do colonialismo. Os interesses imperialistas, para aumentar os lucros com as riquezas das colônias e ampliar os domínios territoriais através do militarismo, impuseram ao Estado políticas ditas democráticas, mas com acentuadas atividades coercitivas. As políticas de Estado, política alfandegaria e militarismo, que são indispensáveis na história do capitalismo, são denunciadas por Luxemburgo, como uma manobra do Estado burguês, para preservar os interesses da classe dominante. "Sem a proteção alfandegária, a ascensão da grande indústria em diversos países não teria sido possível", no entanto, "os empresários a requerem para proteger suas das *vendas"* (LUXEMBURGO, 2011e, p. 32) e o que era para ser uma proteção de uma indústria em ascensão contra uma indústria já madura, torna-se uma disputa entre grupos capitalistas nacionais e entre produtores e

consumidores. Como consequências da política alfandegária nas cidades, tem-se a "cartelização da indústria" e a agricultura tornou-se um "meio de fundir e de expressar os interesses feudais em uma forma capitalista". (LUXEMBURGO, 2011e, p. 33).

No passado, o militarismo também desempenhou sua função revolucionária no sentido capitalista, pois as guerras sempre tiveram sua origem na busca do lucro, principalmente com o desenvolvimento capitalista quando, independentemente de ter uma vitória ou derrota, ela retribui financeiramente seus articuladores ou grupos por eles indicados. Luxemburgo mostra que o militarismo do processo de expansão colonial e o militarismo no interior do Estado democrático ajudaram no declínio e na degradação da utopia da democracia burguesa.

> A política mundial e o militarismo são uma tendência *crescente* da fase atual do capitalismo, a democracia burguesa deve logicamente entrar em uma fase *descendente*. [...] Na Alemanha, a {mais recente} era dos grandes armamentos (1893) e a política mundial inaugurada com Kiautschou foi imediatamente paga com dois sacrifícios da democracia burguesa: a derrocada do liberalismo e o deslocamento do partido *Zentrum*. (LUXEMBURGO, 2011e, p. 65).

Para ela, no contexto dos anos de 1898, o militarismo adquire novas feições adaptando-se aos interesses da classe dominante. Primeiro o militarismo aparece como um "meio de luta para os interesses concorrentes 'nacionais' contra outros grupos nacionais"; depois ele vira um negócio, um "tipo de investimento mais importante tanto para o capital financeiro quanto industrial" e, finalmente, ele desempenha um trabalho de classe, na medida que é usado como "instrumento de dominação interna de classe diante da população trabalhadora". (LUXEMBURGO, 2011e, p. 34).

Entre as características principais do militarismo daquele contexto, Luxemburgo chama a atenção para o "seu crescimento geral contínuo em todos os países, por assim dizer, por sua própria propulsão mecânica interna", fenômeno ainda não conhecido daquela forma até algumas décadas anteriores e o "fatalismo da próxima explosão entre os Estados" (LUXEMBURGO, 2011e, p. 34), por motivos e circunstâncias dificilmente determináveis, o que cria a necessidade de constantes investimentos militares e leva a um estado de tensão e preparação para uma guerra, que pode ser ou não deflagrada.

Luxemburgo manifesta preocupação sobre a concorrência entre potências capitalistas e sobre a dinâmica incontrolável do militarismo, que pudesse desencadear uma guerra de proporções gigantescas, como veio a acontecer mais tarde entre 1914-1918 e a se repetir entre 1939-1945, com as duas grandes guerras mundiais. "Essa é uma das intuições fulgurantes que atravessam o texto *Reforma Social ou Revolução?* ainda que ela não tenha previsto 'as circunstâncias' do conflito". (LÖWY, 2016, p. 133).

Para ela, qualquer mudança social feita dentro do capitalismo tem seus próprios limites naturais dentro da estrutura e dos interesses do próprio capital. De modo que não é possível revolucionar a partir dos pressupostos do capital, considerando suas estruturas e respeitando suas regras. Se algo for feito com base nos pressupostos do capital, não ultrapassará o campo das reformas, que em última instância vai apenas conformar, refinar e aperfeiçoar os mecanismos de lucro já existentes.

5.4 A DEMOCRACIA E A CONQUISTA DO PODER

As proposições de Bernstein e dos revisionistas de usar os meios democráticos burgueses para chegar ao socialismo, de transformar a sociedade por meio de reformas graduais no interior das instituições burguesas, usando parlamento, as cooperativas e os sindicatos para democratizar o Estado burguês, é confrontada por Luxemburg, que fiel ao socialismo científico, não tinha outra saída a não ser rejeitar tais proposições.

> A própria necessidade da tomada do poder político pelo proletariado, tanto para Marx quanto para Engels, não gerava dúvida alguma. E, assim, coube a Bernstein considerar o galinheiro do parlamentarismo burguês o órgão destinado a levar a cabo a maior das mudanças históricas-mundiais: a passagem da sociedade das formas *capitalistas* para as *socialistas*. (LUXEMBURGO, 2011e, p. 74).

Para ela, há a necessidade de se manter o foco na tomada de poder político e não se perder em desvios parlamentares e democráticos, que são armadilhas burguesas. O processo revolucionário deverá ser democrático não porque acontece por meio da democracia burguesa, mas por envolver a classe operária numa ampla ação coletiva,

diferente da Comuna de Paris, onde o proletariado não tinha um certo grau de maturidade das relações político-econômicas.

> Aqui reside a principal diferença entre os golpes blanquistas de uma 'minoria decidida' que sempre vêm como um tiro de pistola e, precisamente por isso, de maneira intempestiva, e a conquista do poder do Estado pela grande massa popular {efetivamente} com consciência de classe, que apenas pode ser, ela própria, o produto de um colapso inicial da sociedade burguesa, motivo pelo qual traz em si mesma a legitimação político-econômica de seu aparecimento futuro. (LUXEMBURGO, 2011e, p. 75-76).

Para Luxemburgo, a ideia de tomada de poder pelo proletariado, que tanto incomoda Bernstein, é um caminho sem volta. A oposição a tomada de poder significa uma "oposição contra *a aspiração do proletariado, em geral, de apoderar-se do poder do Estado"*. (LUXEMBURGO, 2011e, p. 77). No entanto, é bem provável que a passagem da sociedade capitalista para a socialista não aconteça de uma só vez, por meio de um golpe vitorioso do proletariado. Se acontecer "cedo demais" o proletário pode não estar em condições políticas de sustentar a vitória definitiva, poderá dar espaço para a reação, mesmo assim, a conquista ainda que precipitada do poder político pelo operariado será uma conquista do proletariado e não algo mecânico, "*determinado fora e independente* da luta de classes" (Idem). É necessário ao menos conquistar uma vez, mesmo que seja "cedo demais", para finalmente, poder conquistá-lo para sempre". Deixar de lado o objetivo final, como proposto pelas instruções bernsteiniana ao SPD, significa "desistir de todo o movimento, [...] pôr-se a dormir agora e sempre, isto é, abrir mão da luta de classes." (Idem).

A abordagem de Bernstein é, no decurso da polêmica, satirizada por Luxemburgo, que o compara a Fourier e sua maluca história de querer transformar a água do oceano em limonada.

> A ideia de Fourier, de por meio do sistema falanstérios {repentinamente} transformar toda a água do mar do globo terrestre em limonada era muito fantástica. A ideia de Bernstein, de transformar o mar de amargura capitalista em um mar de doçura socialista, por meio da adição de garrafas de limonada social-reformista, é apenas a mais trivial, mas nem um pouco menos fantástica. As relações de produção da sociedade capitalista aproximam-se cada vez mais da socialista, todavia, suas relações políticas e jurídicas erigem um muro cada vez maior entre a sociedade capitalista e a socialista. Esse muro

> não é destruído pelo desenvolvimento de reformas sociais com a democracia, mas, pelo contrário torna-se mais forte e alto. Assim, a única coisa que pode derrubá-lo é a martelada da revolução, isto é, a conquista do poder político pelo proletariado. (LUXEMBURGO, 2011e, p. 37).

A "martelada da revolução" é a reposta que Luxemburgo busca em Marx, quando ele analisa a Comuna de Paris e destaca a importância do proletariado "quebrar" o aparelho do Estado. Embora não faça referências diretas ao texto, a compreensão e a interpretação que ela faz tem semelhança com os acontecimentos parisienses. É uma formidável indicação de se utilizar a força do martelo para romper a compacta aliança entre burguesia e o Estado capitalista. Embora não trate diretamente em *Reforma Social e Revolução?* das estratégias e das formas de utilização das marteladas revolucionárias necessárias para a conquista do poder, ela faz entender que os métodos revolucionários clássicos, como a insurreição e as barricas ainda têm seu valor e podem ser utilizados nas causas revolucionárias, contrariando orientações do SPD e dos revisionistas, para os quais, com base no polêmico prefácio *A luta de classes na França* de Engels (1895), os métodos clássicos das barricadas haviam se tornado obsoletos frente aos canhões e aos fuzis modernos.

O texto do prefácio de Engels, que chegou até Luxemburgo foi uma versão parcialmente censurada, atendendo a interesses revisionistas presentes na direção do SPD. O texto completo, apesar do pedido de Engels e das promessas do partido, não foi jamais publicado na *Neue Zeit*, nem na reedição do livro de Marx. Só depois dos acontecimentos da Revolução de Outubro, com o desequilíbrio das forças internas do partido, finalmente em 1920, teve sua versão integral impressa. Luxemburgo, que desconhecia as manobras da publicação, assim se manifestou.

> Se Engels revisou a tática do atual movimento operário em seu prefácio às "Lutas de classe na França", e opunha a luta legal às barricadas, ele tratava - *o que está claro em cada linha do prefácio* – não da questão da conquista definitiva do poder político, mas da atual luta cotidiana; não do comportamento do proletariado *diante do* Estado capitalista no momento da tomada do poder de Estado, mas de seu comportamento *no quando* do Estado capitalista. Em suma, Engels deu a diretiva ao proletariado *dominado* e não ao proletariado vitorioso. (LUXEMBURGO, 2011e, p.73, como grifos no original).

A interpretação da Luxemburgo, embora possa ser polêmica e discutível, se compreendida no conjunto das informações que dispunha sobre o texto de Engels naquela circunstância, fica amenizada. Em *Reforma Social e Revolução?,* os métodos da luta "armada", "insurrecional" e "ilegal", táticas tradicionais das revoluções de 1789 a 1871, são instrumentais que "ela se recusa a excluir do arsenal político do proletariado". (LÖWY, 2016, p. 139). Ela o faz com certa razão, pois os grandes combates do século XX que aconteceram posteriormente, entre eles, a revolução russa (1905, 1917) e revolução alemã (1918-1919), utilizaram os métodos extraparlamentares, tidos como ilegais.

O método revolucionário que Luxemburgo prima para ajudar na revolução são as greves de massas, conceito trabalhado em *Greve de Massas, Partido e Sindicatos* (1906), escrito que marca o início de seu distanciamento da direção da social-democracia alemã. A greve será para ela, como tem mostrado o aprendizado do Revolução russa (1905), não algo forçado para dimensionar a luta, mas "ela é o pulso vivo da revolução e, ao mesmo tempo seu motor mais poderoso [...] é o modo de movimento da massa proletária, a forma de expressão da luta proletária na revolução". (LUXEMBURGO, 2011d, p. 299). A greve de massas, como forma espontânea e natural que brota da indignação do proletariado, que até então nas mãos dos anarquistas era feita artificialmente e assumia posições, muitas vezes, contrárias aos interesses revolucionários, é elevada por Luxemburgo a uma nova categoria dialética em que se busca estabelecer a unidade dialética entre o elemento econômico e o político.

Nas greves, têm-se a convergência da unidade de diversas iniciativas e lutas, que se vistas isoladas não teriam a força revolucionária para balançar a hegemonia burguesa de Estado. Assim, "as greves políticas e econômicas, greves de massas de setores isolados e greves gerais de cidades isoladas, lutas salarias pacificas e batalhas de ruas, lutas de barricada – tudo isso se confunde, acontece paralelamente, se cruza, conflui; é um mar sempre em movimento, em alteração." A sua força não está na greve em si mesma, mas reside na "correlação de forças políticas e sociais da revolução". (LUXEMBURGO, 2011d, p. 298).

Não se trata de um puro espontaneísmo, ela busca reunir ações dispersas, como as lutas econômicas dos sindicatos, o apego revisionista na força parlamentar do

sufrágio universal em um movimento revolucionário geral. As "greves de massas eclodem por si próprias e sempre no momento certo" (LUXEMBURGO, 2011d, p. 309), não sendo, portanto, um ato isolado que atende aos interesses de um chamamento do partido ou sindicado, mas é a confluência das energias de um processo revolucionário que, por ter sido alimentado em suas bases, torna-se força de indignação e energia revolucionária. Embora a espontaneidade tenha desempenhado papel propulsor ou repressor nas greves de massas russas, Luxemburgo observa que "na verdade não é a greve de massas que produz a revolução, mas a revolução é que produz a greve de massas". (LUXEMBURGO, 2011d, p. 309).

Os acontecimentos da Revolução russa de 1905 fortaleceram nela a convicção de que

> [...] as grandes transformações históricas não são fabricadas pelas organizações políticas, embora as organizações políticas – ainda que estas tenham um papel relevante a desempenhar – e que a consciência de classe é criada sobretudo na ação, e não apenas pela leitura de obras teóricas marxistas ou de panfletos revolucionários. (LOUREIRO, 2011, p. XXI).

Para ela, a organização é uma decorrência das necessidades da ação e não algo prévio. O SPD precisa aprender com as lições russas e ao invés de "quebrar a cabeça com o lado técnico", calculando as despesas e os custos da greve de massas, é chamado a envolver-se com o povo, a "assumir a direção *política* também em pleno período revolucionário". Esse envolvimento provoca nas massas "o sentimento de segurança, autoconfiança e o desejo de luta", por outro lado, "uma *tática* hesitante, fraca baseada na subestimação do proletariado, paralisa e desorienta as massas". (LUXEMBURGO, 2011d, p. 309).

A greve de massas não era um produto apenas russo, mas seu valor e aprendizado também valiam para a Alemanha, onde "a tarefa da social-democracia não consistirá em evidentemente na preparação e direção técnica da greve de massas, mas sobretudo na *liderança política* de todo o movimento", pois era a "vanguarda mais esclarecida, mais consciente do proletariado". (LUXEMBURGO, 2011d, p. 323). Por ter clareza política dos acontecimentos, não pode esperar de braços cruzados que o

movimento popular espontâneo acontece do nada, precisa "preceder o desenvolvimento das coisas, procurar acelerá-las". (Idem, p.323).

Para vencer os obstáculos da democracia burguesa e conquistar o poder, Luxemburgo oferece poucas receitas, aposta na criatividade do movimento operário. Observa que "a democracia é indispensável, não por tornar-se *supérflua* a conquista do poder político por parte do proletariado, mas, inversamente, por tornar essa conquista do poder *necessária* tanto quanto a única possível". (LUXEMBURGO, 2011d, p. 73). Ao contrário dos revisionistas, para quem seria um processo pacífico, por meio de reformas parlamentares, pela democratização gradual do Estado, Luxemburgo tem clareza de que esse processo exige "uma ruptura institucional, um processo radical de subversão, capaz de quebrar o muro jurídico e político do Estado capitalista". (LÖWY, 2016, p. 140). Daí, portanto a necessidade da "martelada" da revolução.

5.5 O OPORTUNISMO REVISIONISTA

O livro de Bernstein foi interpretado por Luxemburgo como tendo um significado histórico para o movimento operário, pois ele era "a primeira tentativa de fundamentar teoricamente as tendências oportunistas no partido." (LUXEMBURGO, 2011e, p. 82). As tendências oportunistas já eram percebidas por Luxemburgo, em suas manifestações políticas e práticas dentro dos congressos do partido, mas por carecer de bases teóricas de sustentação mais sólidas, foram sempre vencidas pelos fundamentos do socialismo científico, que mantinha coerência entre os meios e os fins da luta operária.

Luxemburgo vê como natural as divergências internas dentro do partido e do movimento operário. As correntes oportunistas são entendidas como fenômenos naturais, explicáveis pela amplitude e diversidade dos embates e das condições da luta pelo socialismo. As proposições de Bernstein são por ela entendidas dentro desse contexto, em que se busca congregar diversas correntes em torno de uma expressão teórica universal e, com o isso, somar forças para acertar contas com o socialismo científico. "A teoria bernsteineana era, por isso, desde o início, a prova de fogo teórica para o oportunismo, sua primeira legitimação científica". (Idem, p.83). O que gerou

muita expectativa sobre os rumos dos debates e o posicionamento que o SPD assumiria frente a tais posições teóricas e práticas.

Qual foi o resultado dessa prova de fogo? Ela teve seu apogeu com a deflagração do *Bernstein-Debatte* pelo SPD, que culminou com calorosos debates no congresso do partido em Stuttgart, em 1898. Como resultado, as formulações de Bernstein apresentadas aos membros do congresso, depois de calorosa discussão, foram rejeitadas, tanto pelo grupo mais centralista do partido (Kautsky e membros da direção do partido), quanto pelo grupo mais revolucionário, da qual fazia parte Rosa Luxemburgo.

Para Luxemburgo, ficou evidente no Congresso e pelo escrito de Bernstein, que o oportunismo não está em condições de construir uma teoria positiva que sobreviva a crítica. Tudo o que ela fez foi "combater o pensamento de Marx", tentou destruir princípios particulares até a investida final nas bases de sustentação do marxismo. O que ajudou a provar na prática que "o oportunismo em sua essência, é irreconciliável, em suas bases, com o sistema marxista". (Idem, p.84).

O retorno às formas pré-marxistas defendidas por Bernstein e pelo grupo oportunista é descartada por Luxemburgo pois, antes de Marx os movimentos operários valeram-se de outros instrumentais teóricos para as lutas proletárias, mas aos olhos das contribuições de Marx, eles se tornaram como "enormes sapatos de criança", desconfortáveis. E, entorno dos princípios do socialismo científico se reagruparam e se fundiram em um só socialismo. "A partir desse ponto, o socialismo e o marxismo, a luta proletária emancipatória e a social-democracia são idênticas". Para ela, naquelas circunstâncias, qualquer retorno às teorias pré-marxistas do socialismo como forma de fundamentar o caminho do socialismo pela via reformista significa não "uma volta àqueles enormes sapatos de criança do proletariado", mas uma volta aos "chinelos minúsculos e gastos da burguesia" (LUXEMBURGO, 2011e, p. 85).

Para Luxemburgo, a teoria de Bernstein foi a *primeira* e a *última* tentativa de dar ao oportunismo uma teoria de base. Ele foi longe na "abnegação do socialismo científico", contribuiu para a "junção de toda a confusão teórica disponível". (Idem). O livro é expressão dessa confusão teórica que o próprio Marx não apenas está em posição

de refutá-lo, como pode explicar o oportunismo com um fenômeno histórico na trajetória do partido.

Em linhas gerais, "o processo histórico mundial do proletariado até sua vitória, de fato não é coisa simples". É a primeira vez na história que a massa impõe sua vontade contra a classe dominante. O SPD, na unificação das massas proletárias para objetivos que estejam além da ordem vigente, da luta pelas reformas cotidianas, tem o desafio de trabalhar para abrir caminho: "entre o abandono do caráter de massa e abandono do objetivo final, entre a recaída na seita e o retorno ao movimento de reforma burguês, entre o anarquismo e o oportunismo". (LUXEMBURGO, 2011e, p. 85). Quanto a questão x ou y, as armas fornecidas por Marx têm sido eficientes. "O perigo menor, o sarampo infantil anarquista" foi superado pelo SPD. Já "o perigo maior – a hidropisia oportunista – ela o está superando agora". (Idem, p.86).

Com isso, Luxemburgo expressa plena compreensão de que o movimento operário na Alemanha não se tornou o que é de uma hora para outra. Pela interação com as massas operárias, o partido se constrói a cada dia, tendo lutado por anos para combater o anarquismo e o oportunismo, que são "momentos do desenvolvimento da social-democrata entendida como *processo*." (LUXEMBURGO, 2011e, p. 87).

Para sintetizar o ponto de vista de Luxemburgo sobre o revisionismo de Bernstein, além do já exposto, ela o acusa de ser um representante da corrente oportunista. No livro não há nada de novo.

> Nenhuma ideia que já não tenha sido esmagada, pisoteada, ridicularizada, transformada em nada há décadas pelo marxismo. Bastaria que o oportunismo se pronunciasse para mostrar que ele nada tinha a dizer. E nisso é que reside o verdadeiro significado histórico-partidário do livro de Bernstein. (LUXEMBURGO, 2011e, p. 87).

Ao final de seu escrito, Luxemburgo reporta-se à parte dos discursos que pronunciou nos famosos *Bernstein-Debatte,* em que além de reafirmar o oportunismo de Bernstein, acusa-o de "ultrapassar a atual corrente oportunista". Observa que Bernstein deixa seu livro ressoar com um conselho ao partido, ele queria arriscar parecer o que é; "um partido de reforma social-democrata". E, recomenda ao partido e à

convenção partidária fugir desse conselho e fazer Bernstein aparecer como ele é: "um progressista pequeno-burguês e democrata". (LUXEMBURGO, 2011e, p. 88).

Para finalizar, as contraposições de Luxemburgo em *Reforma Social ou Revolução?* visam combater as teses defendidas pelo revisionismo bernsteiniano que, em linhas gerais busca instaurar o socialismo por meio das reformas sociais e pela democratização política do Estado. O objetivo final da luta da classe operária, a revolução como meio de instauração do socialismo, deixa de existir. As reformas sociais, principalmente aquelas via parlamento, que até então eram meios utilizados pelo operariado para amenizar o sofrimento enquanto não chegasse a hora da revolução, tornam-se os fins da luta de classes. Pela teoria da adaptação de Bernstein, o socialismo é concebido como um processo gradativo que emana da democratização das relações capitalistas, pela democratização do Estado. Com isso, a democracia socialista será instaurada não pela luta de classes, mas por meio de uma pacífica transição democrática. Instituições como sindicatos, cooperativas, associações e o Estado aparecem como agentes de integração e de adaptação de uma democracia burguesa à uma democracia socialista, que pode não necessariamente significar uma democracia socialista operária.

Luxemburgo chama atenção para as consequências práticas do caráter geral da teoria bernsteineana do revisionismo, pois "retira o piso material do programa socialista e o coloca em base idealista". (LUXEMBURGO, 2011e, p. 38). O que do ponto de vista formal não difere muito da prática usual social-democrata daquele momento, que tinha os sindicatos, a luta pela reforma social via parlamento e a democratização das instituições como conteúdo da atividade do SPD. Para ela, a questão não está no *quê*, mas no *como,* as coisas agora se encontram. As lutas sindicais e parlamentares que eram "meios de dirigir e educar o proletariado com vistas à conquista gradual do poder político", em Bernstein pela falta de sentido e objetivo final, visam apenas resultados imediatos de melhorias das condições materiais dos trabalhadores e limitação da exploração e expansão capitalista por meio de um controle social, ou seja, buscam "remover cada vez mais o caráter capitalista da sociedade capitalista e impor-lhe o socialista" (LUXEMBURGO, 2011e, p. 38), em sentido objetivo, fazer apenas reformas dentro do sistema capitalista e não revolução.

As teorias de Bernstein representaram um ataque frontal ao SPD, pois o partido concebia a teoria e as estratégias de ação e de formação política da classe operária com base no socialismo científico, que buscava manter uma conexão entre reforma social e revolução social; duas dimensões da luta de classes que vinham sendo trabalhadas dialeticamente em um mesmo percurso histórico, uma como meio e outra como fim último a ser perseguido pelo operariado.

É necessário registrar que Luxemburgo, no livro *Reforma Social ou Revolução?* embora o título possa induzir o leitor a crer que uma coisa exclua a outra, ela deixa claro, em seus argumentos, que lutava pelas reformas sociais, pela democracia, sem perder de vista o objetivo final da revolução como meio de instaurar o socialismo. Com isso, mantinha-se convicta de que a reforma social dentro do capitalismo eram *meio*, enquanto as massas não reunissem as condições para utilizar o "martelo da revolução", metáfora usada para dizer da necessidade de se romper com as instituições capitalistas, para chegar a *um fim*, a construção de uma democracia operária, ao contrário das proposições de Bernstein que soavam com um "conselho de desistir do objetivo final" da social-democracia, "ao fazer da reforma social o *fim* da luta de classes em vez de simplesmente um meio". Para Luxemburgo, "o objetivo final socialista é o único fato decisivo a distinguir o movimento social-democrata da democracia burguesa e do radicalismo burguês". (LUXEMBURGO, 2011e, p. 02).

Terceira Parte

Autoeducação da Classe Proletária em Luxemburgo e Gramsci

AUTOEDUCAÇÃO DA CLASSE PROLETÁRIA EM LUXEMBURGO E GRAMSCI

Situando a Questão

A configuração do movimento operário como contraponto de enfrentamento do capital em suas diversas formas de exploração exigiu da classe proletária a criação de uma forma de organização sindical e partidária. "O fato mesmo do proletariado espontaneamente se dar conta de que é explorado pelo capital já estimula sua aglutinação para resistir à exploração, tornando-se assim a parte, o partido do proletariado em luta de resistência frente ao capital." (DEL ROIO, 2017, p. 101).

As formas de atuação do partido operário foram nos primórdios bastante incipientes, pelo menos até meados de 1875, quando da fundação do Partido Social-Democrata da Alemanha. As formas orgânicas de ação, vivenciadas por Marx, estavam ligadas à Liga dos Comunistas (1847-1852) e à Associação Internacional dos Trabalhadores (1864-1874). Essa fase tem sua síntese registrada por Marx e Engels no *Manifesto Comunista*, de 1848. O escrito sinaliza o estreitamento das relações dos autores com a Liga dos Justos, uma união de trabalhadores e artesões alemães emigrados da Inglaterra, fundada em 1836, que visa conscientizar os trabalhadores da sua condição de espoliação do capital e sinalizar para a força da união do proletariado. Frente ao avanço da burguesia e sua luta com o proletariado emergente, o comunismo é apresentado como o resultado final da força da história, o sistema que substituiria o capitalismo. Marx e Engels se esforçam para orientar o proletariado no sentido de interpretar as diversas lutas dos trabalhadores como tendo um eixo central, ou seja, "a história de todas as sociedades até hoje existentes é a história da luta de classes". (MARX e ENGELS, 2001, p. 23).

A clareza quanto aos acontecimentos do passado ajuda o proletariado na leitura e interpretação das condições sociais, econômicas e políticas vividas no cotidiano

e na importância de se romper com a ideologia da qual era prisioneiro, a ideologia burguesa dominante.

Os operários começam a formar a "coalização contra os burgueses, unem-se para defender seu salário e diminuir horas de trabalho. Chegam até a formar associações para se premunirem em caso de sublevações eventuais". O proletariado se rebela, as lutas explodem e são na grande maioria sufocadas pela força do capital, "o resultado verdadeiro de suas lutas não é o sucesso imediato, mas a extensão sempre maior da união dos operários". (MARX e ENGELS, 2001, p. 39). Caminha-se para uma luta econômica e política cada vez maior, a união de forças agora congregadas pela identificação das organizações em classe e pela certeza de que com o progresso da indústria rompe o isolamento dos operários e tem-se uma "união revolucionária em associação [...] a burguesia não forjou apenas as armas que lhe darão a morte; também engendrou os homens que empunharão essas armas: os operários modernos, os proletários". (MARX e ENGELS, 2001, p. 34).

Na fase inicial da organização do proletariado prevalece um caráter organizativo pouco denso, em formação. O partido se apresenta mais como uma organização econômica de defesa dos anseios do operariado, entretanto à medida que o enfrentamento com o capital se acirra, caminha em perspectiva política, instrui os operários, os subalternos, sinalizando os passos da luta de classes.

Na fase posterior, com a emergência mundial imperialista, tem-se uma mudança no perfil da classe operária,

> [...] o movimento operário tende a fortalecer a sua organização de luta econômica na forma de sindicato e se constitui em partido político propriamente dito, isto é, em partido da classe que quer disputar a direção da vida social contra o poder do Estado e da burguesia. (DEL ROIO, 2017, p. 101-102).

A separação entre as lutas econômicas e políticas tornou o movimento operário enfraquecido, pouco efetivo na busca da tomada do poder do capital e na constituição de um Estado operário. Como exceção da Comuna de Paris (1871), que buscava instituir uma ditadura do proletariado, a atuação das organizações operárias, na sua maioria, ficaram restritas aos limites concedidos pela democracia burguesa, de

modo que se incorporou para dentro do proletariado concessões de ordem democrática burguesa, que apenas visavam reformas dentro do mundo do capital, sem que se tivesse forças suficientes, quer seja no debate teórico ou em ações práticas, para levar avante a superação da ordem burguesa, em perspectiva revolucionária.

Na organização proletária, convivia-se com a ambiguidade de membros que defendiam a atuação partidária e sindical no âmbito do Estado burguês e com aqueles poucos que não perdiam de vista a perspectiva revolucionária, de modo que não havia coesão teórica e muito menos clareza sobre as táticas de ação a serem implementadas.

Conforme Del Roio (2017), uma teoria do partido político revolucionário do movimento operário só teria surgido com as formulações de Lênin em 1902-1903. Ocasião em que Lênin, em preparação ao II Congresso do POSDR, escreveu *Que fazer*? No esboço teórico, objeto de diversas contestações, inclusive de Luxemburgo, deixa claro que a organização do partido é fundamental para se enfrentar o absolutismo russo. Destacou a centralidade do partido na condução das ações proletárias. Que seja o partido a única voz a centralizar as ações. Recomendou para organização de classe em partido, que as lutas sindicais e econômicas estivessem aliadas à luta política geral e ao conjunto das ações do partido. O partido, por meio de sua vanguarda intelectual revolucionária, como participante ativo das bases, disseminaria a consciência revolucionária ao proletariado, elevando-o de uma consciência sindical à uma compreensão político-revolucionária.

A centralidade no partido, proposta por Lênin, à medida que foi sendo implementada, comprometeu a autonomia e o debate democrático nas organizações proletárias. E, as lideranças ligadas diretamente as bases operárias, entre elas, Luxemburgo, condenarão o centralismo de partido, por temerem que o ultra centralismo de um Comitê Central de partido ou de uma vanguarda, além de demarcar espaço entre militante e não militante, sindicalizado e não sindicalizado, perdia de vista a amplitude da luta de classes, além de sufocar as forças vivificadoras das massas operárias, o poder de auto-organização e da autoeducação proletária. Para Luxemburgo, que tinha um modo diferente de entendimento, o movimento operário se faz organicamente e ganha consciência a partir das massas, o processo proposto por Lenin não poderia partir de um Comitê Central. (LUXEMBURGO, 2011g, p. 155).

A situação revolucionária italiana era marcada por um quadro imperialista de um pós-guerra, em que a liberdade capitalista vinha se aproveitando para explorar a força de trabalho operária, extrair a mais-valia. O cenário de fortalecimento das organizações operárias impõe limites às liberdades capitalistas. A medida que aumenta a consciência política do operariado, tem-se a percepção de que a figura do industrial é cada vez mais desnecessária. "O controle industrial escapa ao capitalista. A pessoa do capitalista se revela a cada dia mais danosa à produção, deletéria para a vida social". (GRAMSCI, 1919b, p. 37). A liberdade do capitalista é limitada e circunscrita pela capacidade que ele possui de negociação com as organizações operárias. Sem conseguir se impor sobre a coletividade operária, já não consegue fazer os operários trabalhar.

> É um momento essencial da revolução industrial e política: é o primeiro golpe vitorioso que o produtor vibra no gordo espinhaço do empresário parasita para expeli-lo da fábrica, para conquistar sua autonomia, a sua liberdade econômica e política". [...] A solução deste nó gordiano? A expulsão capitalista da fábrica, a conquista do poder do Estado por parte dos proletários e a instauração do regime de conselhos. (GRAMSCI, 1919b, p. 37).

Gramsci vê nas fábricas o espaço privilegiado para o operariado fazer um concreto exercício de organização, de administração e de controle da produção. Atribui a responsabilidade histórica e social para a classe operária ser a protagonista de novos tempos, podendo *acelerar o futuro* e lançar as bases da democracia operária. "O controle operário aparece como peça chave para o movimento operário" (DIAS, 2000, p. 163) Gramsci trabalhou para o esclarecimento e a formação política junto à classe operária, pois estava convicto de que da organização coletiva e da autoeducação do operariado nasceriam as ações concretas de enfrentamento com as forças do capital e as bases de um novo tempo, comunista.

Questiona-se qual o espaço que o sindicato, o partido e as demais instituições constituídas para a representatividade proletária ocupam na educação proletária, no decurso do processo revolucionário? Que relação se estabelece entre as instituições partido, sindicato e conselhos?

6 LUXEMBURGO: SINDICATO, PARTIDO E CONSELHOS

6.1 O CONTEXTO DA GREVE GERAL DE 1904-1905

A primeira grande greve na Rússia aconteceu em dezembro de 1904, em São Petersburgo. Ela tem entre seus principais personagens a figura de Jorge Gapone, que na condição de padre ortodoxo, filho de camponeses pobres, soube ouvir e compreender as lutas dos trabalhadores. Com sua habilidade, soube trabalhar à sombra e uma vez que tinha ganhado a afeição dos operários, colocou em funcionamento as chamadas Seções Operárias. Nas seções, o operariado discutia meios de melhorar as condições de trabalho e "examinava projetos de luta contra os patrões". (VOLIN, 1980, p. 60). O governo, naquele contexto, querendo valer-se das seções para o aumentar os rendimentos econômicos, lançou a seguinte tese:

> Operários, vós podeis melhorar a vossa situação atuando de forma metódica dentro das formas legais, nos seios de vossas seções. Para esse fim, *não há nenhuma necessidade de atuação política*. Ocupai-vos de vossos interesses pessoais concretos e logo chegareis a uma existência mais feliz. Os partidos e as lutas políticas, os remédios propostos pelos maus pastores – os socialistas e revolucionários – não vos conduzirão a nada de bom. Ocupai-vos de vossos interesses econômicos imediatos. Isso é permitido, e é por essa via que atingireis uma melhora real de vossa situação. O governo, que se preocupa muito com vós, vos apoiará. (VOLIN, 1980, p. 60).

Gapone e seus assessores, recrutados entre os operários, aproveitando-se da confiança que tinham entre o proletariado, exerceram um jogo duplo de mediação entre o governo e os trabalhadores. Assumiram o ideário do governo e, até incentivaram os operários a preparar e elaborar uma série de reivindicações econômicas imediatas. Uma vez que as reivindicações não foram atendidas pelas autoridades, recaiu sobre Gapone a responsabilidade e as cobranças da classe operária. O controle e o manejo do movimento que Gapone exercia com maestria, esvai-se. "O movimento ultrapassou rapidamente os limites que lhes eram impostos e tomou uma amplitude, um vigor e uma forma imprevistas, embaralhando os cálculos, desarticulando as maquinações de seus autores"

e logo já estava em estágio de tempestade que transbordou aos limites impostos, arrastando consigo o próprio Gapone. (VOLIN, 1980, p. 61).

O cenário das greves começa com a insatisfação dos operários da fábrica Putiloff, uma das mais importantes de São Petersburgo, em dezembro de 1904. Os operários haviam entregue uma lista com modestas reivindicações, como sugerido e pactuado com Gapone, no entanto, ao final do mês, a direção da fábrica informou que não seria possível atendê-las e que o governo não tinha poderes para força-los a isso. Além disso, "a direção da fábrica despediu alguns operários considerados líderes do movimento". Houve contestação e pedidos de readmissão foram recusados pela direção. (VOLIN, 1980, p. 61).

Os operários indignados com a demissão dos colegas e não atendimento das reivindicações, saíram em defesa dos colegas. Os olhares recaíram sobre Gapone, que para salvar seu prestígio, simulou indignação superior a todos e estimulou uma reação à altura, pois se sentia, em certa media, também enganado. Os operários, após uma série de reuniões, decidiram fazer a greve. O governo não interveio confiando na pacificação de Gapone. Assim, nas fábricas Putiloff, em dezembro de 1904, foi deflagrada a primeira importante greve operária da Rússia.

Passados alguns dias a greve envolvia significativo número de fábricas de São Petersburgo, pairava sobre os operários a sensação de que "a greve não bastava por si só. Era forçoso agir, **fazer alguma coisa**: algo de grande, de importante, de decisivo. Esse era o sentimento generalizado." (VOLIN, 1980, p. 62).

Conforme Volin (1980), surgiu a ideia de redigir uma petição ao tsar e reunir uma grande massa para apoiá-la, diante do Palácio de inverno. Uma delegação, tendo Gapone a frente, foi encarregada de ir ao tsar em pessoa, pedir que "desse ouvidos às misérias de seu povo". (Idem, p.63). A ideia, por mais paradoxal que fosse, espalhou-se entre os operários. A seções seguiram o movimento de massa e decidiram organizar a ação. Gapone foi encarregado de redigir. Nos primeiros dias do mês de janeiro de 1905, o texto estava pronto. De forma emotiva e tocante, o texto implorava ao tsar que, em um ato de misericórdia, olha-se para as misérias e sofrimentos do seu povo.

Enquanto era organizada a marcha que devia seguir em direção ao palácio, o texto foi levado ao conhecimento das grandes massas, lido e discutido e aprovado em

todas as seções. Os filiados aos partidos políticos, que se mantinham à margem do gaponismo, buscaram uma aproximação com Gapone, passaram a influenciá-lo para que a petição e a ação fossem mais firmes, tivessem um caráter mais revolucionário.

A influência dos partidos revolucionários, incapazes de impedir o movimento e substituí-lo por outro mais revolucionário ou mesmo de assumir a direção do movimento, revelou sua força e pressão sobre Gapone, obrigando a "revolucionar seu ato". Como resultado, tem-se "um produto bastardo, mas natural das forças contraditórias em movimento". (VOLIN, 1980, p. 69). Assim, a petição foi um paradoxo histórico. Seus signatários se dirigem legalmente ao tsar para pedir que realize "uma revolução radical, que em última análise, suprima seu próprio poder", pois o programa mínimo dos partidos revolucionários ali estava contido. Entre as medidas de emergência exigia-se:

> [...] a liberdade integral de imprensa, de palavra, de consciência, etc; a liberdade absoluta para todas associações e organizações; o direito operário à sindicalização e greve; leis agrárias tendo a expropriação dos grandes em benefícios das comunidades camponesas e, enfim, a convocação imediata da Assembleia Constituinte eleita à base de uma lei eleitoral democrática. (VOLIN, 1980, p. 64).

A marcha para o Palácio de Inverno foi fixada para a manhã do dia 09 de janeiro de 1905. Os últimos dias foram dedicados as leituras públicas da petição, a coleta de assinaturas em todas as seções e a conclamação do povo para o compromisso do domingo de manhã. O orador conclamava:

> Camaradas operários, camponeses e outros! Companheiros de miséria! Sejam todos fiéis a causa e ao nosso compromisso. Domingo pela manhã venham todos à praça de fronte ao Palácio de inverno[...] mas venham serenos, pacíficos [...]. O padre Gapone já preveniu o tsar e lhe garantiu, sob sua responsabilidade pessoal, que ele estará em segurança entre nós. [...] Se por acaso o tsar, ao invés de nos acolher, opuser contra nós os fuzis e os sabres, então meus irmãos, a desgraça caia sobre sua cabeça! **Nesse caso, não**

> **teremos mais tsar! Nesse caso, que seja maldito para sempre, ele e toda a sua dinastia!** (VOLIN, 1980, p. 71-72)[39].

Conforme Volin (1980)[40], que participou dos eventos daquele contexto, no dia 08 de janeiro, tudo estava pronto para marcha, do outro lado, o tsar acompanhava as fileiras de suas tropas, que ocupavam a cidade com a intenção de não deixar a multidão se aproximar do Palácio. As mediações para que não houvesse um banho de sangue, promovidas pelas delegações, artistas e intelectuais, foram desconsideradas. Na sequência, manhã do domingo, 09 de janeiro de 1905, "dezenas de milhares de homens, mulheres e crianças", partindo de todos os pontos da capital e dos subúrbios marcharam para o ponto de encontro. No caminho haviam "barragens de tropas e da polícia que abriram um fogo cerrado contra essa maré humana" (Idem, p.73). Rompendo as barreiras, o povo invadiu os arredores do Palácio. Luxemburgo relata que "[...] em 22 de janeiro, 200 mil trabalhadores liderados pelo padre Gapon desfilaram diante do palácio do tsar"[41] (LUXEMBURGO, 2011d, p. 282-283). Uma multidão desarmada, desamparada, desesperada foi "metralhada a queima-roupa, urrando de dor e ódio, essa multidão imensa, sem poder avançar nem recuar", impedida de todo o movimento pela grande massa que se aglomerava, era rechaçada com salvas de tiros em um evento que mais tarde seria conhecido como "o banho de sangue", onde centenas de homens, mulheres e crianças foram mortos.

Em meio ao caos que se instalou, muitos acreditavam que chegando ao Palácio, o tsar os acolheria, outros acreditavam que o "tsar não estava a par da situação,

---

[39] Quando o próprio Gapone lia a petição, costumava incluir mais um trecho. "Eu padre Jorge Gapone, pela vontade de Deus, vos desligo então do juramento feito ao tsar e abençoo antecipadamente aquele que o destruirá. Porque **nesse caso não teremos mais tsar!**" Ele repetia duas ou três vezes esta frase de efeito. (VOLIN, 1980, p. 72).

[40] "Na noite seguinte, 08 de janeiro, voltei à seção. Eu queria ver o que se passava ali. E principalmente, procurava tomar contato com as massas, envolver-me na ação, e definir minha linha de conduta pessoal. Vários alunos meus me acompanhavam." (VOLIN, 1980, p. 87).

Volin, além do registro do encontro que teve com Gapone, relata que naquela noite leu a petição várias vezes a uma multidão de operários. "Li dessa forma a petição várias vezes. Até uma hora muito avançada da noite. E dormi na seção com meus amigos, sobre tabuas que aproveitamos como camas." (VOLIN, 1980, p. 88).

[41] A divergência de datas deve-se ao fato de que 22 de janeiro de 1905, corresponde a data de 09 de janeiro de 1905, no calendário russo.

que ele não participava da carnificina". A polícia impedia que o povo chegasse até o "paizinho", razão pela qual a multidão, quando repelida nas primeiras barreiras pela polícia, buscou a todo custo chegar até o Palácio[42].

Os acontecimentos de janeiro tiveram grande repercussão em todo o país e ajudaram a desmitificar "a lenda do tsar". Incrédula, a população ouvia com espanto e indignação relatos de que o povo havia se dirigido pacificamente ao Palácio para externar seu sofrimento e que o tsar havia ordenado que atirassem contra eles. Assim, tem-se um paradoxo histórico, pois a lenda que os revolucionários buscavam silenciar com a morte do imperador, em 1881, e que ainda permanecia muito viva, agora, quatro anos depois, é o próprio tsar em pessoa quem a mata. Foi preciso uma "experiência histórica vivida em grande envergadura" para que o povo começasse a compreender a verdadeira natureza do tsarismo, o conjunto da situação e as verdadeiras tarefas da luta. (VOLIN, 1980, p. 79).

6.2 LUXEMBURGO E A REVOLUÇÃO RUSSA, 1905

Volin[43] (1980), em *A Revolução desconhecida*, afirma que a revolução russa pode ser vista em três perspectivas diferentes. "A Revolução pode ser estudada desde a revolta dos dezembristas em 1825 até os nossos dias, ou então nas revoluções de 1905 e 1917, ou unicamente na grande explosão de 1917". (VOLIN, 1980, p. 17).

Luxemburgo toma como base para suas análises sobre a revolução russa a primeira indicação, no entanto, ela parte do que Volin classifica como o período de entrada do marxismo no movimento dos trabalhadores russos, 1881-1900. Para ela, a revolução de 1917 é uma continuidade do processo revolucionário das greves de massa

---

[42] Mais tarde veio a se saber que o Tsar, não se encontrava no Palácio de inverno, na ocasião, mas que havia dado carta branca para ação dos soldados e da polícia. (VOLIN, 1980, p. 74).

[43] Vsevolod Mikaïlovitch Eichenbaum, conhecido no meio socialista por Volin, foi a anarquista russo que viveu entre (1882 e 1945). Ele participou ativamente da Revolução Russa de 1905 e 1917. Na *obra A Revolução desconhecida*, relata fatos autênticos vividos por ele e seus companheiros no desenrolar dos acontecimentos russos. Trabalhou na formação política dos operários no Soviete da cidade de Bobrov, ajudando os trabalhadores na compreensão dos acontecimentos revolucionários.

de 1905 e, por conseguinte, das primeiras greves dos anos de 1890 na Rússia. Mais do que discutir a importância desses acontecimentos no cenário da Rússia, ela quer discutir a revolução no centro do capitalismo europeu, na Alemanha, onde o SPD, maior partido socialista, exerce forte controle hegemônico sobre o movimento operário e, por conseguinte, pelo menos em teoria, sobre os rumos do socialismo.

Em 1904, em *Questões de Organização da Social-democracia Russa*, quando divergia com Lenin, Luxemburgo já tinha consigo a tese de que a auto-organização das massas era mais forte que a direção centralizadora de um partido. No caso da direção social-democrata alemã, a "centralização não pode fundar-se na obediência cega, na subordinação mecânica dos militantes a um poder central", que imobiliza a vitalidade do movimento operário. (LUXEMBURGO, 2011g, p. 158).

> É igualmente importante para a social-democracia, não a previsão nem a construção prévia de uma receita pronta para a tática futura, mas manter viva, no partido, a avaliação histórica correta das formas de luta vigentes, manter vivo o sentimento da relatividade da atual fase da luta e da necessária intensificação dos momentos revolucionários, a partir do ponto de vista do objetivo final da luta de classes proletária. (LUXEMBURGO, 2011g, p. 162).

Luxemburgo, ao divergir de Lênin, por não conceber um partido centralizador, em que um comitê de vanguarda interpreta a conjuntura e traça os princípios e estratégias de ação para a massa, está debatendo também com a social-democracia alemã. O centralismo e a tática parlamentar que levam ao consenso e a estabilidade, com ações no campo da legalidade burguesa, iluminados pelos acontecimentos de 1905 na Rússia, pautaram as discussões dos congressos do SPD daquele ano.

Em 1905, as paralizações e as greves não eram exclusividades apenas da Rússia. A insatisfação dos operários quanto as condições econômicas e políticas levaram a efervescência de várias manifestações, com paralização das atividades de trabalho em diversas partes do mundo. É o caso do vale do Ruhr, onde a insatisfação dos mineiros chegou ao seu limite, desencadeou-se uma das maiores greves que a Europa já havia testemunhado. Mais de duzentos mil operários das minas decidiram cruzar os braços, apesar dos esforços das lideranças sindicais para dissuadir os operários das ações de

paralização. Houveram agitações na Saxônia e na Prússia contra as modificações no sistema eleitoral. Esses eventos, além de coincidirem com os acontecimentos da Rússia e evocarem semelhanças com o caráter espontâneo das ações do Oriente, foram marcados pela presença dos sindicatos, atuando apenas no campo econômico, limitando-se as ações às melhorias das condições de trabalho e de salários,

> Se a espontaneidade enquanto fenômeno sociopolítico de massas atrelava-se, na Rússia, à inexistência de organizações sólidas e dotadas de recursos que lhes permitissem orquestrar um movimento de tamanha envergadura, no vale do Ruhr ela expressou-se no fato de que metade dos grevistas não pertencia a qualquer sindicato, ao passo que a outra metade teve de voltar-se contra a burocracia incrustada nas entidades a que pertenciam para dar vazão à sua revolta elementar (cf. BUECK, 1905: 67, *Apud* SOUZA, 2012, p. 189).

Os sindicatos, ao manobrarem as organizações operárias, buscando abafar o movimento, agindo dentro da legalidade burguesa e desaconselhando ações no campo das transformações políticas, rejeitavam a greve de massa com arma política na Alemanha. Posição reafirmada no Congresso de Colônia, em maio de 1905, quando os "sindicatos livres" e o partido divergiram sobre as estratégias de ação. Durante o Congresso, o partido manifestou apoiou a revolução russa, principalmente àqueles que trabalharam para na organização do proletariado, no caso, as lideranças social-democratas que teriam, segundo eles, lutado contra o despotismo czarista.

Luxemburgo, em *Greve de Massas, Partido e Sindicatos*, também elogia o trabalho da social-democracia russa na organização do movimento operário, no entanto, Volin, que também participou e testemunhou tais acontecimentos, destaca que a influência dos partidos não se deu diretamente sobre a massa operária, mas sobre a liderança do movimento, na pessoa do padre Gapone, forçando-o a "revolucionar" a petição que seria entregue ao tsar. (VOLIN, 1980, p.63; 64; 69).

No Congresso de Jena, em setembro de 1905, a questão da greve de massas e da relação entre sindicatos e partido é retomada à luz dos acontecimentos russos. Bebel, liderança respeitada dentro do SPD, confrontou os sindicatos, para quem as manifestações russas eram apenas a expressão das massas que não haviam passado pela "escola da organização", espaço que conferia a "disciplina de ferro" e o "extraordinário autocontrole", imprescindíveis para o operariado alemão. (SALVADORI, 1984, p. 250).

Apresentou moção defendendo que o uso da greve de massas levasse somente a derrotas e pudesse ser um instrumento a ser usado na defesa e na ampliação dos direitos democráticos. “Um meio de luta que, em determinadas condições, deve ser usado”, em contrapartida, a neutralidade sindical mostrava-se prejudicial e deveria ser combatida. (Idem, p.253). No entanto, na questão de usar a greve de massas russa como modelo, Bebel rechaçou qualquer paralelo entre a situação alemã e a russa. Usando do prestígio que possuía, colocou-se na condição de mediador entre as diversas alas, contemplou parte da esquerda ao defender um eventual uso da greve política de massas na Alemanha, ao mesmo tempo, não se indispôs com os reformistas, pois recusou a aplicabilidade do modelo a Alemanha.

A greve de massas voltou a figurar como estratégia do SPD, pelo menos no papel, já que uma maioria revisionista no partido discordava. Kautsky apoiava a opção do partido e, em polêmica com os sindicatos, reafirmou posições do passado e defendeu “o direito do Partido à supremacia em termos de estratégia geral do movimento operário”. No entanto, para ele o objetivo da revolução russa não era criar um “regime socialista, por conta da imaturidade econômica e social do país, mas uma “República democrática, baseada na aliança entre os operários industriais e os camponeses, capaz de encaminhar a modernização econômica capitalista.” Admitia que a revolução até daria um impulso para o confronto social em todo a Europa, mas tinha na Alemanha as condições favoráveis para o avanço do movimento operário, enquanto da Rússia, país atrasado, esperava que a revolução impulsionasse apenas a “passagem para uma base econômica nova, adequada à implantação de um sistema produtivo socialista” (SALVADORI, 1982, p. 324).

A Rússia, vista no pelo Ocidente e presente nos debates da social-democracia, estava ligada a uma “fonte de vento reacionário”, que soprava em direção ao ocidente, mas que trazia consigo a “encarnação” e o perigo do “militarismo e burocratismo”. Razões pelas quais “todas as correntes do movimento operário alemão estavam unidas no aplauso ao fim do tsarismo; mas não estavam absolutamente unidas no aplauso aos ensinamentos dos métodos de luta russos”. (SALVADORI, 1984, p. 249).

A principal consequência da revolução russa do ponto da tática foi ter suscitado grandes debates sobre a estratégia da greve de massas e sua validade para o contexto alemão, pois a Itália, a Holanda, a Bélgica e a Suécia haviam utilizado a greve de massas para finalidades políticas. Já em 1904, no Congresso da Internacional, em Amsterdam, existia polarização entre os delegados sobre a greve de massas. Na ocasião, a maioria pronunciou-se favorável à greve de massas, ela foi vista como um instrumento que, em circunstâncias extremas, poderia ser usada no sentido "de obter significativas mudanças sociais, ou rechaçar atentados reacionários contra os direitos dos trabalhadores", no entanto, para os demais a greve de massas estava associada as tendências anarquistas. (SOUZA, 2012, p. 204).

6.3 GREVE DE MASSAS, PARTIDO E SINDICATOS

A social-democracia alemã como maior e mais influente partido no universo do socialismo mundial dos últimos anos do século XIX e começo do século XX, concentrou em suas fileiras os maiores debates teóricos sobre os rumos do socialismo mundial e as estratégias de ação da classe operária. Chamou para si a responsabilidade pela herança marxista, ortodoxia e fundamentos marxistas, enfrentou em suas fileiras as controversas teorias revisionistas e, no período de 1905-1907, por influência da revolução russa, teve que enfrentar o debate sobre as diferenças entre oriente e ocidente, no que dizia respeito as condições de maturidade da classe trabalhadora para assumir novas etapas rumo ao comunismo. As contradições sobre a utilização da greve de massa como estratégia de ação a ser assumida pelo proletariado voltou aos debates, bem como, o espaço do partido e do sindicato frente a nova realidade.

No contexto da revolução russa, em 1905, Luxemburgo, contrariando membros do partido que queriam sua permanência em Berlin, viajou para Varsóvia com a intenção de participar da revolução. A caminho, foi presa na Polônia e liberada somente em junho de 1906. Ao retornar para a Alemanha, leva a brochura de *Greve de massas, partido e sindicato*. Ela, que havia participado dos debates do SPD nos anos anteriores, levou sua contribuição à luz das experiências russas. Com o texto não intenciona descrever e teorizar os acontecimentos, embora o fizesse com muita

propriedade, defende a estratégia russa da greve de massas, como expressão revolucionária. Para ela, a greve de massa, como inspirada na revolução russa, é uma "nova forma de revolução proletária moderna". (SALVADORI, 1982, p. 243).

A brochura diferencia-se de *Reforma social ou Revolução?,* com ela, Luxemburgo estabelece um novo programa de ação revolucionária, com base no significado que a revolução russa de 1905 traz a classe operária internacional. Nela já aparecem delineados princípios e estratégias que ela perseguirá até o desenrolar dos acontecimentos da revolução alemã de 1918, bem como, sinaliza algumas mudanças em relação a alguns pontos e posições assumidos nas controvérsias com o revisionismo; dentre eles, uma reavaliação e crítica, em termos organizacionais, da trajetória política e das estratégias futuras do SPD. Mostra-se desencantada com as diretrizes do partido, principalmente com as lideranças partidárias e sindicais, que por influências revisionistas, vêm conduzindo gradualmente a classe operária apenas no caminho parlamentar, eleitoral.

As ações do partido, por meio de um programa reformista, além de gerar desconfiança em Luxemburgo, levam a delinear o início do afastamento das direções partidárias e sindicais, repensando a práxis em perspectiva da ação revolucionária das massas. Uma nova compreensão do marxismo feita por Luxemburgo que levou Lukács, no prefácio de 1921 da edição húngara de Greve de massas, partido e sindicatos, a colocá-la como "a maior entre os maiores", pois teria sido a primeira a "descobrir a única arma eficaz contra os perigos do imperialismo: os movimentos de massa revolucionários". (LUKÁCS, 1998, p. 321)

O texto *Greve de massas, partido e sindicato* escrito a partir das anotações que Luxemburgo fez sobre os acontecimentos russos, publicado em 1906, é dividido em oito partes. Com base nos eventos russos, buscou dialogar com as questões que vinham sendo discutidas nos congressos do partido e da Internacional socialista. Questões como organização do partido, relação com sindicatos e greve de massas como instrumento anarquista, bem como, a validade ou não da experiência russa para a Alemanha, por tratar-se de contexto político e econômico divergente, são desconstruídas no texto. Além de sinalizar para a capacidade revolucionária das massas, construída a partir da autoeducação, aprendizado que vai sendo adquirido no decurso das greves de massas.

No começo do texto, já sinaliza que a greve de massas, como vivenciado pelo operariado russo, subverteu a compreensão que tinha sobre o tema. A revolução, como uma realização grandiosa que utilizou a greve de massas, inaugura "uma nova época no desenvolvimento operário" e, portanto, requer que se faça uma revisão da argumentação que se tinha sobre o tema. A greve de massas, de concepção anarquista, como descrita por Engels, sinaliza a "*liquidação histórica do anarquismo*" e indica um novo período no desenvolvimento operário. (LUXEMBURGO, 2011d, p. 265).

Na Rússia havia um campo enorme para a experimentação anarquista, em cujas condições históricas poderia alicerçar suas ações heroicas, o anarquismo assumiu papel oposto a luta revolucionária. Tratava-se de um país em que o proletariado não tinha direito político, as organizações ainda incipientes, os extratos sociais divergiam e conflitavam sobre os interesses comuns, acrescido da deficiente formação da massa pobre e de um regime de governo despótico, violento, condições que poderiam dar ao anarquismo um impulso para o desenvolvimento. Na Rússia, pátria de Bakunin, que tinha as condições favoráveis mais propensas para as investidas do anarquismo, tornou-se o "túmulo de sua teoria", pois os anarquistas não estavam a frente do movimento de massas. "A liderança política da ação revolucionária e também da greve de massas encontra-se nas mãos das organizações social-democratas."[44] (LUXEMBURGO, 2011d, p. 266).

O anarquismo que era inseparável da greve de massas, na Rússia, entrou em oposição a greve de massas, tornou-se fachada para bandidos e saqueadores, que sob pretexto do "anarcocomunismo", praticavam roubos e saques com objetivos particulares e não para as causas da revolução.

> Na Revolução Russa o anarquismo não se tornou a teoria do proletariado em luta, mas o rótulo ideológico do lumpenproletariado contrarrevolucionário,

[44] Volin, como anarquista que participou da revolução de 1905, lendo petições do padre Gapone, na *obra A Revolução desconhecida,* tem compreensão um pouco divergente de Luxemburgo. Para ele, em 1905, a liderança carismática e depois política estava nas mãos de padre Gapone, que contava com inteira aprovação das massas trabalhadoras. No decurso dos Eventos, os membros de diversas fações teriam buscado aproximação de Gapone, inclusive Volin, que as vésperas do dia 09 de janeiro de 1905, foi com seus alunos ler as petições nas seções operárias. "Os revolucionários filiados aos partidos políticos (que haviam se mantido até então totalmente à margem do gaponismo) se aproximaram de Gapone." Teriam ajudado para que para que os termos da petição não fossem tão "rastejantes", buscaram tornar "mais revolucionária" [...] (VOLIN, 1980, p. 63-64).

> que se agita atrás do navio de guerra da revolução como um bando de tubarões. E assim acaba a carreira histórica do anarquismo. (LUXEMBURGO, 2011d, p. 267)

Na Rússia, a greve de massa como luta revolucionária, foi realizada pelo povo trabalhador, comprovando as demonstrações de Marx e Engels contra o anarquismo. Negt (1984, p. 28) observa que a dialética histórica é captada por Luxemburgo na tensão das estruturas contraditórias, nas formas dinâmicas materiais das coisas e nas relações, ilustradas pelas mudanças de funções da própria compreensão que se tinha da greve de massas.

> Assim, a dialética histórica, o rochedo sobre a qual toda a teoria do socialismo de Marx está assentada, teve como resultado que, hoje, anarquismo, que estivera inseparavelmente ligado à ideia da greve de massas, entrou em oposição à prática da greve de massas; em contrapartida a greve de massas, combatida com oposta à atividade política do proletariado, aprece hoje como a arma mais poderosas da luta pelos direitos políticos. Se, portanto, a Revolução Russa torna necessária uma revisão minuciosa da antiga posição do marxismo sobre a greve de massa, e novamente apenas o marxismo que com seus métodos e pontos de vista gerais obtém a vitória sob nova forma. (LUXEMBURGO, 2011d, p. 267-268).

Ao propor ao SPD a revisão das antigas posições marxistas sobre a greve de massas, Luxemburgo confronta-se com adversários reformistas, que como Bernstein, Eisner e os representantes sindicais do Congresso de Colônia, (22 a 27 de maio de 1905), haviam aprovado moção de condenação a qualquer discussão que envolvesse a greve de massas. Critica o centrismo sindical e partidário que imagina ter o total controle sobre as massas, a ponto de querer "marcar a greve de massas na Alemanha num dia determinado no calendário, por uma decisão da direção do partido". Para ela, a greve de massas não pode ser concebida conforme as abstrações dos teóricos do SPD, como "simples meio de luta técnico, que pode ser 'decidido' ou 'proibido' a bel-prazer, e com plena consciência, uma espécie de canivete, que se pode manter no bolso 'para todos os casos' para, quando se quiser, abri-lo e utilizá-lo". (LUXEMBURGO, 2011d, p. 269).

Essas concepções são a expressão do universo abstrato social-democrata, manifestas através de "românticos revolucionários" e líderes sindicais que planejam as greves de acordo com a disponibilidade econômica dos fundos de reserva. Tais

interpretações não são baseadas no materialismo histórico, mas em oficialidades externas as condições e necessidades dos operários.

> Se a Revolução Russa nos ensina algo, é sobretudo, que a greve de massas não é 'feita' de artificialmente, não é 'decidida' e nem 'propagada' a partir do nada, mas é um fenômeno histórico que, num determinado momento, resulta, como uma necessidade histórica da situação social. (LUXEMBURGO, 2011d, p. 271).

Para Luxemburgo, não é pela especulação abstrata ou por subjetividades e preconcepções, de como foram no passado as greves de massa, que se deve pautar as discussões, mas pela investigação dos fatores e das condições sociais concretas, vistas a partir da necessidade histórica. A lógica abstrata, com suas especulações, tanto tem servido para provar o fracasso ou o sucesso das greves, sendo utilizada em argumentações oportunistas que tentam validar ou reprovar concepções e raciocínios formulados *apriori*. Não há como fazer e propagar uma greve de massas a partir de uma lógica abstrata de uma direção partidária ou sindical. A revolução e a greve de massa são compreendidas por ela como expressão da luta de classes e, como tal, só tem sentido e conteúdo em situações políticas concretas.

A razão pela qual a greve de massas tornou-se foco central do operariado internacional e alemão está no fato de ser "[...] uma nova forma de luta e, como tal, o sintoma seguro de uma profunda guinada interna nas relações de classe e nas condições da luta de classes" (LUXEMBURGO, 2011d, p. 72)

Luxemburgo elaborou o conceito de greve de massas recuperando a trajetória dos movimentos operários que antecederam os eventos de 1905. Concebe as greves operárias como um processo contínuo de experiências da classe trabalhadora, constituídas pelas greves de 1896, 1902, 1903 e 1904.

Ao contrário dos esquemas teóricos do SPD, que falavam exclusivamente em greve de massas políticas, os eventos russos trazem consigo um emaranhados de fatores, formatos e condições históricas que impossibilita falar de uma "greve de massas abstrata, esquemática". (LUXEMBURGO, 2011d, p. 274). A greve de massas para Luxemburgo aparece como resultado das condições sociais, da materialidade histórica do povo russo. O entendimento das condições que resultaram no evento da greve de

massas é importante para compreensão da impossibilidade de se propagar a greve de massas, a revolução como meio abstrato de luta, como pensado por uma vanguarda do partido.

Como movimento permanente, a greve de massa, a revolução não delimita fronteiras entre as lutas econômicas e as lutas políticas. Algumas lutas operárias começaram com greves econômicas, mas no decorrer dos dias assumiram caráter político e vice-versa, mostrando que o processo revolucionário, segue uma dialética histórica própria dos sujeitos envolvidos na ação, como comprovam as principais greves russas.

Em 1896, por ocasião da coroação do tsar Nicolau II, os empresários de São Petersburgo decretam três dias de paralização dos trabalhos nas fábricas, como forma de devoção e lealdade ao tsar. Ao não pagarem o salário dos dias parados, conseguiram não apenas a indignação dos trabalhadores, mas um movimento grevista de mais de 40 mil trabalhadores, que sinalizava para uma "revolução em miniatura".

> A greve era externamente apenas uma mera luta econômica salarial; apenas o posicionamento do governo, bem como, a agitação da social-democracia, fizeram dela um fenômeno político de primeira linha. (LUXEMBURGO, 2011d, p. 276)

Para Luxemburgo, essa experiência foi de fundamental importância no movimento operário. Ajudou na organização de uma luta sindical mais intensa em toda a Rússia e abriu novas perspectivas de agitação e organização para a social-democracia, que mesmo no momento de calmaria, continuava a "preparar a revolução por meio de um invisível trabalho de toupeira". (LUXEMBURGO, 2011d, p. 276).

Em 1902, a deflagração da greve caucasiana, começa com elementos puramente econômicos, ligados a uma grave crise industrial e comercial, decorrentes da guerra com o Japão. A luta contra o desemprego levou o governo, como forma de acalmar os trabalhadores, a transferir as "mãos supérfluas" aos países de origem. O que gerou em Batum manifestações, prisões, um massacre, transformando o movimento operário grevista em um "[...] processo político, no qual a questão puramente econômica

e parcial se tornou um fenômeno político e revolucionário". (LUXEMBURGO, 2011d, p. 277).

Em 1903, o Sul da Rússia é envolvido em uma grande greve. Aquilo que começou em algumas fábricas como lutas parciais, "reivindicações puramente econômicas", envolveu todos os trabalhadores fabris. Mais uma vez a "dialética histórica" pregou uma de suas "belas e malignas peças".

> Através de muitos e pequenos canais de lutas econômicas parciais e de pequenos acontecimentos 'causais' ela rapidamente formou um mar enorme e durante algumas semanas transformou todo o sul do império tzarista em uma bizarra e revolucionária república de trabalhadores. (LUXEMBURGO, 2011d, p. 281).

O início da guerra com o Japão é marcado por uma pausa no movimento de greves de massas. No ano de 1904, manifestações patrióticas organizadas pela polícia se espalham pelo país. Contra o "lumpenproletariado patriótico" volta ao "campo de batalha" a social-democracia. A medida que o exército czarista é derrotado, o "liberalismo burguês se apossa do palco político e o proletariado fica a sombra". (LUXEMBURGO, 2011d, p. 282).

Tão logo o absolutismo recuperou as suas forças, o "liberalismo de repente acha-se no fim de seu latim" e "começava a ação do proletariado". Em dezembro de 1904, começa a greve geral de Baku contra o desemprego. "A classe trabalhadora volta ao campo de batalha. Quando a palavra foi proibida e emudeceu, recomeça a ação." Em plena greve geral de Baku, passaram-se algumas semanas e a "social-democracia foi a dona inconteste da situação". (LUXEMBURGO, 2011d, p. 282).

Loureiro (2004) destaca que até as greves de 1905, na Rússia, Luxemburgo enfatiza que "apesar de surgirem espontaneamente, por trás delas encontra-se o trabalho de anos de propaganda da social-democracia". (LOUREIRO, 2004, p. 75). A afirmação realça a importância que Luxemburgo dava a educação da classe operária para os fins revolucionário. "A centelha se ascende na ação" (LÖWY, 2014, p. 27), mas precisa da condução, orientação e direção consciente do partido massa, que ajudará a tornar os eventos econômicos em fenômenos políticos, criando pela autoeducação das massa, uma

consciência de classe, capaz de fazer não só antagonismo às forças do capital, mas caminhar na construção de uma nova ordem socialista.

Em janeiro de 1905, depois de dois operários terem sido despedidos de um estaleiro por serem membros de uma associação proletária, desencadeou-se um movimento de solidariedade entre os trabalhadores, constituindo-se uma greve de massas em São Petersburgo. Em 09 de janeiro de 1905 (no calendário russo) ou 22 de janeiro, liderados pelo Padre Gapone, aproximadamente duzentos mil trabalhadores desfilaram diante do Palácio de inverno do tsar, com a intenção de ler e entregar uma petição, que havia sido redigida, por Gapone e uma comissão de operários, membros de diversas fações partidárias. E, assim, "o conflito dos dois trabalhadores [dos estaleiros de] Putilov afetados pela medida transformou-se, no decorrer de uma semana, no prólogo da mais poderosa revolução dos tempos modernos". (LUXEMBURGO, 2011d, p. 283).

Após o banho de sangue de São Petersburgo e a repressão que se seguiu, a massa trabalhadora ainda um pouco confusa, atendeu aos chamados das organizações social-democratas que apresentavam a greve de massas tendo como motivação e objetivo a solidariedade com o proletariado da capital. Luxemburgo, destaca que, apesar da participação social-democrata, não se tinha planejamento prévio.

> Mas também aqui não se falava de um plano previamente traçado, de uma ação organizada, pois chamados dos partidos mal eram capazes de acompanhar os levantes espontâneos da massa; líderes mal tinham tempo de formular as palavras de ordem da multidão proletária que avançava. (LUXEMBURGO, 2011d, p. 283).

Assim, todos os centros industrias e as cidades da Rússia foram arrastados em uma greve geral de massa que, aos poucos, envolveu todos os ramos industriais e comerciais. Luxemburgo destaca em suas análises que enquanto nas greves de massas anteriores "o elemento econômico e fragmentação sindical eram o ponto de partida, a ação da classe unificada e a liderança política, o resultado", em 1905, mesmo com ações unificadas pela direção da social-democracia, nas greves políticas se diversificaram e se decompuseram numa série de greves econômicas locais e parciais em regiões, chegando à cidades, setores e fábricas isolados. (LUXEMBURGO, 2011d, p. 283).

A decomposição da greve política em várias greves econômicas, aos olhos dos amantes das lutas "bem ordenadas e bem disciplinadas", teria sido um grande erro que paralisou as ações, levando aqueles esforços a um "fogo de palha". No entanto, para a revolucionário polonesa, a social-democracia russa, "que participou da revolução, mas não a 'fez'", teve que aprender suas leis enquanto a revolução se desenvolvia, ficando muitas vezes desorientada. (LUXEMBURGO, 2011d, p. 284).

Luxemburgo sinaliza para uma concepção de partido socialista, diferente do SPD, que se distanciava das massas, deseja um partido massa que se constrói a partir da própria revolução, que não só educa o proletariado, mas seja humilde o suficiente para aceitar ser educado pelas massas e, assim, aprender a se fazer partido, no decurso de um processo dialético, de antagonismo com as forças do capital.

Nas aprendizagens do "gigantesco trabalho revolucionário" teriam ficado, não só uma amostra de que a massa operária foi capaz de construir, "um ato político de declaração de guerra revolucionária ao absolutismo", mas um despertar de "sentimento de classe e a consciência de classe de milhões e milhões". (LUXEMBURGO, 2011d, p. 285).

Uma massa que, ao reconhecer a insustentabilidade daquelas condições sociais, econômicas e políticas impostas pelo capitalismo, identifica-se como classe e, de forma viva e incisiva parte para ação. Mesmo recebendo os contragolpes do sistema de repressão, manifesta solidariedade com os colegas operários demitidos, presos ou mortos. Os anos de absolutismo não se derrubam com uma única greve, como propagado pelos anarquistas, para isso, "[...] o proletariado precisa de um alto grau de educação política, de consciência de classe e de organização", essas condições não são adquiridas como imaginado por membros do SPD, "[...] em brochuras e panfletos, mas apenas na escola viva, na luta e pela luta, no andamento progressivo da revolução." (LUXEMBURGO, 2011d, p. 286).

Luxemburgo, ao mesmo tempo que ensaia divergências em alguns aspectos doutrinais, organizacionais e estratégias do SPD, ainda se mantém pressa a certos esquemas social-democratas, entre eles, o de que para a revolução proletária ter êxito, necessitária ser precedida de uma revolução burguesa. Para ela, o absolutismo para ser abatido por completo, "a futura Rússia burguesa precisa ser formada inteiramente,

produzida em sua divisão de classes moderna". O que naquelas circunstâncias implicaria não só na formação do "partido proletário revolucionário, mas igualmente dos partidos liberal, radical, pequeno-burguês, conservado e reacionário". Não apenas constituir partidos, mas trabalhar para "a autoconsciência, o autoconhecimento e a consciência de classe, não apenas das camadas populares, mas também das camadas burguesas". Ela, mantendo coerência às críticas ao SPD, adverte que a formação dessas camadas deve ser feita por meio da "escola política viva", que possa "formar-se, amadurecer e florescer na luta, no próprio processo de revolução, na escola viva dos acontecimentos", ou seja, na dialética histórica do cotidiano, através dos embates entre classe e contínuos atritos reivindicatórios. (LUXEMBURGO, 2011d, p. 286). A queda do absolutismo pelas condições expostas é um processo bastante longo, por isso o 'grande trabalho de toupeira" da revolução continua, dia a dia e deve atingir todo o império.

Embora as conquistas dos acontecimentos de 1905, além do aprendizado político, tenha como resultado "uma elevação geral do nível de vida do proletariado, do ponto de vista econômico, social e intelectual" (Idem, p.87), o mais importante para Luxemburgo é o crescimento do "nível cultural".

> O mais valioso nessa fervorosa onda revolucionária de sobe e desce, por ser durável, é o seu *peso intelectual*: o crescimento intermitente do proletariado no plano intelectual e cultural oferece uma garantia inquebrantável para o seu progresso contínuo e irresistível na luta política e econômica. (LUXEMBURGO, 2011d, p. 290).

As greves, aparentemente caóticas e a ação revolucionário desorganizada, a partir de janeiro de 1905, aparecem com um "febril *trabalho de organização".* (LUXEMBURGO, 2011d, p. 291). A luta dos trabalhadores implicou em mudanças na relação do trabalhador com o empresário. Além de abolir a tradição do "patrão em sua casa" para negociar com os donos das empresas, constituíram-se comitês de trabalhadores. Essas comissões de fábricas, que se formaram autonomamente, apresentavam a pauta de reivindicações da classe e mediavam os conflitos. Os sindicatos foram constituídos como necessidades da própria greve de massas e não para pensar 'possibilidades', engordar caixas de greve, como presenciado nas burocracias sindicais alemãs. Por isso, "a madame história torce o nariz para os burocratas ligados a

clichês, que furiosos fazem a segurança nos portões da felicidade alemã". (LUXEMBURGO, 2011d, p. 291).

A eleição da Duma, em 1906, foi boicotada pelo proletariado "por conta de seu forte instinto revolucionário" e do claro conhecimento que tinha da "farsa constitucional tsarista". O liberalismo está novamente no palco, como nos anos de 1904, e o proletariado fica por um tempo "na sombra", atuando na luta sindical e no trabalho organizativo. Por fim, "a cortina de ferro se fecha, os atores são dispersos, dos foguetórios liberais restam apenas fumo e névoa." As tentativas de organizar uma quarta greve de massas em defesa da Duma, fracassa. "O papel da greve política de massas está esgotado. O episódio liberal passou, mas o proletariado ainda não recomeçou. O palco fica provisoriamente vazio". (LUXEMBURGO, 2011d, p. 297-298).

Valendo-se de metáforas, com inspiração na revolução fracassada descrita em *O 18 Brumário*, Luxemburgo conclui o esboço da história das greves de massas na Rússia, que tem como ponto de partida a expulsão de dois operários dos estaleiros de São Petersburgo. Em seguida, relata os desdobramentos dos fatos, as mudanças e as transformações que ajudaram a sociedade russa a estender laços de solidariedade e uma maior consciência de classe. Mas em 1906, ano de eleições, da Duma e do protagonismo liberal, o operariado não tem muito a comemorar, fica nos bastidores, no trabalho clandestino até reunir condições para retomar o protagonismo. Loureiro (2004) destaca a expressividade das figuras de linguagem usadas por Luxemburgo para descrever a trágica situação que se encontrava o operariado naquele contexto. A revolução aparece como escola política do proletariado, "ação audaz" de Lassalle, sol criador de consciências.

> Repara-se o contraste entre luz e sombra. O proletário em ação, em greve, está iluminado no palco. Silencioso, passa à sombra, ao trabalho clandestino de organização. *A ação luminosa é própria do proletariado*." (LOUREIRO, 2004, p. 80).

Os liberais são apresentados como aqueles que apenas falam (expressam seu latim), mas não agem. Sinaliza que o aparelho repressivo absolutista mantém controle sobre os atores com a indicação de que "a cortina de ferro se fecha". Mesmo quando o

os “episódios liberais” terminam, o “episódio proletário” não assume o protagonismo. Por isso, “o palco fica *provisoriamente* vazio”, pois ela aguarda que ação luminosa do proletário, agora nutrindo-se em um trabalho de base, de autoeducação do operariado, retorne com maior brevidade ao palco da história, para ser protagonista de novos tempos.

Luxemburgo busca unir a necessidade histórica descrita por Marx como as leis que regem o desenvolvimento capitalista, com a ação espontânea e inesperada das massas. Uma conjugação de forças econômicas e políticas, forças conscientes e forças espontâneas da audácia e da ousadia, que dão vitalidade às “leis da natureza”, através da ação revolucionária. Uma espontaneidade das massas, que não é mero “objetivismo, mas uma relação entre o processo objetivo da história e a classe social, o sujeito que, ao agir, faz desse processo obra sua.” (LOUREIRO, 2004, p. 82).

Luxemburgo extrai algumas conclusões dos acontecimentos russos que servem para o operariado mundial, principalmente alemão. Primeiro, a greve de massas não é uma forma da luta revolucionária, meio engenhoso criado para reforçar ou auxiliar a luta quotidiana dos trabalhadores, mas “ela é o pulso vivo da revolução e ao mesmo tempo, seu motor mais poderoso”, a própria forma de manifestação operária no decurso da revolução. A experiência da greve de massas, como vivenciada pela revolução russa “não é um meio astuto, inventado para reforçar o efeito da luta proletária, mas é *o modo de movimentação da massa proletária, a forma de expressão da luta proletária na revolução.”* (LUXEMBURGO, 2011d, p. 299).

Luxemburgo propõe uma revisão dos conceitos correntes sobre o método da greve de massas, que por ter sido um instrumento em mãos anarquistas, havia criado diversos estigmas dentro da social-democracia. Subverte alguns conceitos ao deixar claro que “na verdade não é a greve de massas que produz a revolução, mas a revolução é que produz a greve de massas.” (LUXEMBURGO, 2011d, p. 305-306).

Na segunda conclusão, Luxemburgo coloca nas massas o protagonismo revolucionário. O instinto de classe ocupa papel central. O caráter “espontâneo” das massas subverte o esquema teórico da social-democracia alemã, em que a questão do abastecimento, da cobertura dos custos e das vítimas ocupavam grande parte das discussões, colocando a direção partidária e a disciplina como condições imprescindíveis para uma greve de massas. Ora, não é uma organização partidária que

torna o proletariado revolucionário, mas ao contrário, no decurso da ação revolucionária ele se educa, conscientiza-se e organiza-se enquanto classe operária. O elemento da espontaneidade desempenhou um papel importante em todas as revoluções russas, sendo ele "o elemento propulsor", não porque "o proletariado 'não é instruído', mas porque a revolução não admite instrutores". (LUXEMBURGO, 2011d, p. 308).

A terceira conclusão diz respeito a forma como Luxemburgo interpreta a realidade dos eventos russos. Para ela, o real é compreendido dentro de uma totalidade maior. As análises dos eventos de 1896, 1987 a 1905 mostram uma diversidade de causas e eventos, mas todos caminharam para uma unidade entre elementos econômicos e políticos. Assim, "cada uma das grandes greves de massas repete em miniatura, a história geral da greve de massas russa e começa com um conflito sindical puramente econômico ou, pelo menos parcial, percorrendo toda a escala até o protesto político" (LUXEMBURGO, 2011d, p. 302). Em outras ocasiões, as greves de massas aglutinam-se em torno de reivindicações políticas e dispersam-se em várias greves econômicas regionais, locais ou até mesmo dentro de uma só empresa. Ao contrário do "esquema pedante" da social-democracia, a luta econômica e a luta política são "dois lados entrelaçados de uma luta de classe proletária na Rússia. E sua unidade é justamente a greve de massas." (LUXEMBURGO, 2011d, p. 303).

Ao extrair elementos da greve de massas russa, que também valem para a Alemanha, Luxemburgo se insere nos polêmicos debates sobre as particularidades Oriente e Ocidente. Para ela, os eventos de 1905 tinham apenas semelhança formal de objetivos com a revoluções burguesas do Ocidente, pois a ação das massas não está subordinada como em outros eventos ao jogo de interesses da burguesia. "A burguesia agora não é elemento de liderança, revolucionário" como outrora, inversamente, "o proletariado com consciência de classe é o elemento propulsor e líder". (LUXEMBURGO, 2011d, p. 324). A greve de massas aparece como forma de recrutar, revolucionar e organizar as mais amplas camadas proletárias para a luta simultaneamente contra o absolutismo e contra a exploração capitalista. A greve de massas, no conjunto das reflexões da revolução de 1905, "[...] prova ser não um produto especificamente russo, originado do absolutismo, mas uma forma geral da luta de classes proletária, que se origina do estágio atual do desenvolvimento capitalista e das relações

de classe.” (LUXEMBURGO, 2011d, p. 326). O que possibilita a Rússia, país atrasado economicamente e culturalmente, mostrar ao proletário alemão e ao proletário internacional de países mais avançados “caminhos e métodos” para se continuar a luta de classes”. (Idem, p.327).

Ao minimizar as particularidades da greve de massas russa e enfatizar os princípios gerais mais amplos, com várias inserções e comparações ao contexto das discussões alemãs e internacional, Luxemburgo intenciona transpor algumas aprendizagens dos eventos russos para a social-democracia alemã e ajudar o partido a formular um novo programa mais revolucionário, que lhe ajude a sair do imobilismo, condição gerada em decorrência da busca do socialismo apenas pela via parlamentar.

Kautsky, representando a corrente majoritária do SPD, apresentava resistência em aceitar um transplante das aprendizagens russas ao cenário alemão. No máximo, aceitava a tese de que pequenos impulsos chegariam do oriente, mas por conta da realidade cultural, política e econômica ser diferente, os mesmos não teriam sua aderência no novo contexto. Contra os preconceitos da superioridade das indústrias e do operariado alemão, Luxemburgo se contrapõe utilizando dados que mostram a miséria e o abandono de parcela do operariado alemão, entre eles, mineiros, trabalhadores agrícolas, funcionários dos correios. Destacou as novas conquistas russas decorrentes das greves, como jornada de oito horas, que ainda eram “um belo e longínquo ideal” em muitas indústrias alemãs. Ela não quer apenas a solidariedade internacional do operariado alemão, mas que o proletariado alemão veja a revolução russa como “seu próprio problema”, isto é, “como um capítulo da sua própria história política e social”. (LUXEMBURGO, 2011d, p. 327).

Como luz que se irradia a partir do Oriente, Luxemburgo tem a expectativa de que o “impulso revolucionário” russo contagie o Ocidente, desencadeando eventos similares aos vivenciados na Rússia. Para tanto, propõe a aplicar e a adequar as conclusões de suas reflexões sobre os acontecimentos de 1905 à Alemanha.

A greve de massas deixa de ser um apenas um dos instrumentos de combate da classe operária, para tornar-se a própria forma de manifestação revolucionária no decorrer da luta de classes, mostrando que os métodos da social-democracia, para a

passagem do socialismo precisam ser repensados, pois dos eventos russos, tal modelo de insurreição mostra-se ultrapassado.

Na discussão sobre o tema, evidencia que não se trata apenas de reinserir a greve de massas no conjunto dos instrumentos de luta socialista, como pensado pela grande maioria do partido alemão. Luxemburgo subverte a interpretação do padrão instaurado no ciclo das revoluções burguesas.

> A incipiente forma de luta das revoluções burguesas, o combate nas barricadas, o confronto direto com os poderes armados do Estado é, na revolução atual, apenas um evento externo, apenas um momento de todo o processo da luta proletária de massas. (LUXEMBURGO, 2011d, p. 325-326).

A greve de massas como meio revolucionário de "recrutar, revolucionar e organizar as camadas proletárias" (Idem, p.325) trouxe o caráter espontâneo e de autoeducação proletária no decurso da luta. A ação revolucionária do proletariado assume o protagonismo, educa, conscientiza e organiza a classe operária. Luxemburgo descontrói a principal estratégia do partido, alicerçada na concepção de que por meio da educação, da consciência de classe e da organização o proletariado se tornaria revolucionário.

As orientações de uma organização prévia da classe operária, como preparação e formação para a chegada do colapso do capitalismo, tem sua base nas lideranças do SPD, principalmente em Kautsky e Bernstein e, em certos aspectos, ainda em Luxemburgo dos primeiros anos de *Reforma social ou Revolução?*. No entanto, os acontecimentos da revolução russa de 1905 ensinaram a Luxemburgo como manifesto a partir de *Greve de massas, partido e sindicatos* que o "modo mais conveniente de conduzir uma luta demorada e persistente" contra o capitalismo é "a própria ação revolucionária" e que qualquer esforço para enfrentar o capitalismo que venha a "prescindir da contribuição das massas desorganizadas seria inócuo". (MUSSE, 1998, p. 31).

Luxemburgo atesta a necessidade de se repensar a estratégia socialista subordinada apenas a atuação via parlamento, vista pelas lideranças do partido e pelo grupo revisionista como o único caminho para o socialismo. Ela estabelece uma nova

forma de desenvolver uma “revolução da maioria”. Não descarta a necessidade organizativa, mas inverte seu o nexo central, de modo que “o entendimento rígido, mecânico-burocrático”, que só admite a luta como produto da organização, é substituído pelo desenvolvimento “dialético vivo” que, ao contrário, leva “à organização como produto da luta”, razão pela qual o operariado russo, mal organizado, conseguiu em meio a tumultuada batalha, criar uma rede de “bases organizativas”. (LUXEMBURGO, 2011d, p. 318).

Na Alemanha, fazer greve de massas como ação política apenas com trabalhadores organizados, como pensado por algumas inteligências do partido, parece para Luxemburgo inteiramente “patético”. Para a luta de massas obter sucesso, não precisa tanto de disciplina, de controle e de prognósticos detalhados das questões de apoio, mas de ação operária que tenha condições de ir além das minorias organizadas e de “ganhar e levar consigo os círculos mais amplos de massas proletárias não organizadas”, aquelas massas desorganizadas, que por anos, tiveram seu potencial revolucionário menosprezado. Assim, a manifestações operárias se tornarão um “verdadeiro movimento popular”. (LUXEMBURGO, 2011d, p. 319-320).

Para Luxemburgo, a social-democracia patinava, mesmo em situações de relativa tranquilidade, como patinava na Inglaterra, onde se tinha um trabalho exemplar, conseguido a partir da organização de uma minoria das camadas mais bem instruídas do proletariado. Parte da estagnação do SPD estava ligada ao emprego de métodos puramente teóricos inoperantes.

> No trabalhador alemão esclarecido a consciência de classe plantada pela social-democracia é *teórica, latente*: no período de dominação do parlamentarismo burguês, ela geralmente não pode atuar como ação de massas direta; aqui é a soma ideal das quatrocentas ações paralelas das zonas eleitorais durante a luta eleitoral, das numerosas e parciais lutas econômicas, e similares. Na revolução, onde a massa propriamente dita aparece na praça política, a consciência de classe se torna prática, ativa. Por isso, um ano de revolução forneceu ao proletariado russo aquela ‘instrução’ que trinta anos de luta sindical e parlamentar não puderam dar artificialmente ao proletariado alemão. (LUXEMBURGO, 2011d, p. 321-322).

Luxemburgo, ao relatar as aparentes dispersões da ação proletária e ao enfatizar a existência de uma unidade e interação entre a luta econômica e luta política,

está preparando a Alemanha para o período das grandes revoluções. As duas principais organizações do movimento operário alemão, o partido e o sindicato são compreendidos como "produto artificial do período parlamentar". No universo da democracia burguesa, a luta econômica assume uma multiplicidade de lutas isoladas e a luta política é direcionada para a via parlamentar. No período das lutas revolucionárias, a massa aparece na "arena", e a fragmentação entre luta econômica e política é naturalmente desfeita, tornando-se uma só. Por conseguinte, a "barreira artificial entre sindicato e a social-democracia" é varrida, ambos participam em "igual medida'. A final, não são duas diferentes lutas de classes da classe trabalhadora, uma econômica e outra política, existe apenas "*uma* luta de classes" contra a exploração capitalista. Mesmo que no período parlamentar, por motivos técnicos os dois lados se separem, não significa duas fases ou dois estágios diferentes na luta emancipatória da classe operária. "A luta sindical compreende interesses do presente; a luta social-democrata, os interesses futuros do movimento trabalhador." (LUXEMBURGO, 2011d, p. 333).

Luxemburgo inspirada no *Manifesto Comunista* adverte que os comunistas, apesar do jogo de interesses locais e nacionais de grupos de proletários, não podem se perder em questões parciais, mas buscar os objetivos finais da libertação do proletariado. Enquanto os sindicatos representam os interesses de um determinado grupo em um estágio de desenvolvimento proletário, a social-democracia representa toda a classe trabalhadora e seus interesses com um todo. Para ela, a relação entre sindicato e social-democracia é "uma relação da parte com o todo", (LUXEMBURGO, 2011d, p. 334), contrariando a posição de sindicalistas e partidários defensores da teoria da "igualdade de condições", que segundo ela, queriam reduzir a luta da classes operária ao campo apenas parlamentar e transformar a social-democracia de "um partido proletário, em um partido reformista pequeno-burguês"[45]. (LUXEMBURGO, 2011d, p. 335).

Na relação entre sindicatos e partidos, a autora polonesa defende que os sindicatos alemães, para se somarem aos interesses revolucionários, sejam uma parte da social-democracia. Argumento que é justificado em três aspectos. Primeiro, os

[45]Luxemburgo, não ficou alheia aos pactos secretos de 16 de fevereiro de 1906, entre os oportunistas da direção partidária e executivos dos sindicatos, onde o partido foi induzido a: "1) assumir compromisso de impedir a greve política de massas; 2) assumir responsabilidade de dirigi-la, no caso de que ela não pudesse ser impedida." (SALVADORI, 1984, p. 258).

sindicatos são apresentados como um produto direto da social-democracia. Ela os "criou em suas bases" e os "educou". Segundo, os sindicatos são produtos da social-democracia na compreensão de que a "teoria social democrática constitui a alma da prática sindical". (LUXEMBURGO, 2011d, p. 333). Uma vez que separe a teoria do socialismo científico da prática sindical, esse perde sua força e diminui nos embates com companheiros burgueses, tornando-se puro empirismo. Terceiro, os líderes que perdem consciência da realidade sindical são produto do movimento e da agitação social-democrata. A posição de aparente "neutralidade" originada por legislações reacionárias ou repressão do Estado policial, assumida por alguns líderes sindicais, inexiste nas massas dos sindicalmente organizados, pois direta ou indiretamente têm contado com a social-democracia.

Para Luxemburgo, as lutas que virão na Alemanha precisam superar a ilusão de "igualdade de direitos", que leva a grandes aberrações na condução do movimento operariado, com sinalizações divergentes para questões análogos sem contar à quantidade de pautas paralelas tratadas nos congressos sindicais e no partido. (LUXEMBURGO, 2011d, p. 346).

Os fatos trazidos por Luxemburgo levam a concluir que nas futuras lutas de massas na Alemanha haverá necessidade de se superar as mesquinhas e artificiais divisões, sustentadas pelas direções oportunistas do partido e pela direção técnica e burocrática de funcionários sindicais. São "insignificantes" preocupações hierárquicas e sensibilidades que podem encobrir grandes perspectivas do movimento operário. Para ela, deverá "*existir de fato uma unidade* total entre o movimento operário sindical e o social-democrata." (LUXEMBURGO, 2011d, p. 341). Há a necessidade de eliminar o atrito e adaptar as ações à consciência da massa proletária, mas se depender da direção partidária e sindical, a unidade não vai acontecer.

> Não é do alto, no cume das lideranças das organizações e da sua associação federativa, mas em baixo, na massa proletária organizada que se encontra a garantia para a verdadeira unidade do movimento operário. Na consciência dos membros dos sindicatos, o partido e sindicato são de fato *um*, a saber, a luta emancipatória social-democrata do proletariado sob formas diferentes. (LUXEMBURGO, 2011d, p. 348)

Para Luxemburgo não há necessidade de dissolver as estruturas e de fundir o sindicato no partido, mas de estabelecer uma relação natural entre suas lideranças, de modo que os congressos das entidades sejam a expressão das necessidades do movimento operário. É chegado o momento de a social-democracia crescer no julgamento e na ação e amadurecer para as grandes lutas e tarefas, em que "ela, a massa deve ser o coro ativo, as lideranças devem ser apenas as pessoas que falam, os tradutores da vontade da massa." (LUXEMBURGO, 2011d, p. 349). Ao movimento sindical, cabe reconhecer que não é a ilusão pregada por algumas lideranças, mas o que "vive na consciência da grande massa" dos proletários, "uma parte da social-democracia. E, o que ele é, deve ousar parecer". (Idem, p.349).

6.4 O PARTIDO E A AUTOATIVIDADE DAS MASSAS

No contexto da luta de classes, um organismo político é importante para luta proletária e para seu processo de educação. Necessário não só para ajudar nas grandes lutas contra as forças do capital, mas para ajudar nas melhorias das condições de trabalho, negociação pela redução da jornada de trabalho e melhorias salariais. Partido e sindicatos despontavam como instituições de representação proletária, embora muitas vezes tenham se distanciado da classe operária e disputado espaço entre si, foram importantes para organização da classe operária, quer seja para objetivos e conquistas no campo econômico, quer seja no apoio às ações políticas revolucionárias.

Na questão do partido, Luxemburgo vivencia a tensão entre objetivo socialista e a prática reformista, oportunista presente nos quadros do partido social-democrata alemão e na Segunda Internacional. Ela não tem uma teoria sobre partido que possa ser universalizada, como receita a ser aplica na solução dos problemas da luta de classe, mas "uma compreensão do movimento real da classe e da sociedade capitalista." (CÉSAR, 2007, p. 56). Para Loureiro (LOUREIRO, 2004), Luxemburgo, na tensão e contradição das ações partidárias, principalmente na questão da organização, com a qual manteve coerência em toda a sua obra, emitia sua opinião, buscando sempre uma síntese entre momentos da espontaneidade e de consciência, de modo que, ela "não tem uma

teoria do partido, mas uma concepção de partido" (CÉSAR, 2007, p. 56), gestada conforme as necessidades da luta de classes.

Na obra *Greve de massas, partido e sindicatos*, considerada por muitos como a maior expressão do espontaneísmo da autora, a questão é tratada a partir da revolução russa de 1905. Com base neste escrito, ela tem sido interpretada de forma emblemática por alguns, que a acusam de ter sido determinista e se deixado levar pelo espontaneísmo das massas, subestimado a importância do partido no processo revolucionário. Na obra aparece subentendia a tese de que as "massas são espontaneamente revolucionárias" e que basta um incidente menor para desencadear uma ação revolucionaria. No entanto, como observado por Petit (1982), não há a priori, pelo menos ainda nesta obra, a negação do papel do partido na revolução. Ela não "opõe a massa revolucionária ao partido" (p.135), seus ataques não intencionam destruir o partido alemão, embora faça chamamento para a solidariedade internacional, conclame para que caminhe com a massa operária e não perca as oportunidades históricas, o foco das críticas são os sindicatos, cuja influência e o papel desmobilizador, ela julga como nefasto. (PETIT, 1982, p. 135).

Para Guérin (1982), as acusações de "determinismo" e "espontaneísmo" que caracterizaram alguns rótulos do "luxemburguismo" são melhor explicitadas quando se analisa a "natureza e o mecanismo do movimento de massas", segundo ele, a dinâmica interna de funcionamento da espontaneidade, precisa ser compreendida como um fenômeno da natureza, elementar assim como a fome ou o apetite sexual, um impulso original primário, instinto de conservação e subsistência da espécie. Os trabalhadores saem da passividade do cotidiano e "juntam-se aos companheiros de trabalho e de alienação, não porque um 'líder' os incita", ou mesmo um pensamento consciente o desperte, mas "simplesmente porque a necessidade os compele a assegurar ou melhorar a sua subsistência e, se já atingiram um estágio mais adiantado, a reconquistar a sua dignidade de homens". (GUÉRIN, 1982, p. 14).

A classe subalterna explorada traz consigo essa força latente. Um mecanismo biológico, que está em estado oculto, adormecido em um subterrâneo inconsciente. Em períodos de refluxo e aparente harmonia permanece invisível aos olhos de observadores desavisados, mas a medida que a espoliação do capital aumenta, reage, primeiro como

manifestação individual ou em pequenos grupos isolados; depois, com o aumento da miséria, da humilhação econômica ou política, como aglutinação de outras vítimas em torno do seu clamor, que unidas como força coletiva, gritam em um mesmo e explosivo coro. O protesto se multiplica e o "contágio revolucionário ganha o conjunto da classe". (GUÉRIN, 1982, p. 14).

Forças com linguagem e focos diversos se ligam no processo revolucionário, como na Rússia de 1905 e 1917, por exemplo, luta-se contra o custo de vida, baixos salários, miséria, a servidão no campo, o despotismo czarista, entre outras reivindicações, que embora pareçam dispersas, unem-se momentaneamente, em um só grito e na simbiose de solidariedade aos companheiros, oferecem seu auxílio, seu sangue, suas próprias vidas. Depois cada grupo segue em sua marcha particular, em sua reivindicação local.

Um misto de inconsciência (pelo menos no início) e consciência une o movimento de massas. Em algumas circunstâncias podem projetar suas aspirações por meio de um partido, sindicato, ou outra organização que possa de imediato aglutinar suas forças, mas como não há uma simbiose verdadeira com tais instituições, o movimento de massas continua em seu impulso a obedecer suas próprias leis no percurso de suas metas.

A aprendizagem dos acontecimentos da Rússia mostra que "o partido não é (pelo menos de imediato) a consciência de classe e não se torna partido em um dia e seu mandato, instrumento de luta de classe, nunca é definitivo." (GUILLERM, 1982, p. 131). Razão pela qual um partido comunista não pode ser decretado por intelectuais e direções que caminham em terrenos abstratos, mas o resultado da maturação das massas, com seus erros e acertos. Na Rússia, sindicatos e partidos nascem espontaneamente, fruto das necessidades da luta e progridem em um processo contínuo de autoeducação, autoatividade e autogoverno. "O partido é resultado das lutas espontâneas e se alimenta delas". (LOUREIRO, 2004, p. 84).

Luxemburgo não é espontaneísta, apesar das greves terem seu caráter espontâneo, na análise da revolução russa (1905), ao mesmo tempo que aponta carências da social-democracia, não descarta o partido, ao contrário, sonda as possíveis intervenções e contribuições que ele possa trazer ao movimento operário. Diante disso,

a espontaneidade das massas, que era vista como o motor da ação revolucionária, simultaneamente está presa ao partido. (GUÉRIN, 1982, p. 35).

Embora o partido não seja o desencadeador das greves, pois a ação revolucionária depende de um conjunto de fatores econômicos, políticos, sociais, materiais e psíquicos, que tem seu protagonismo na classe operária, ele uma vez desencadeadas as greves, deve ajudar na condução e na direção das ações. Defende que, numa situação revolucionária, ao invés de quebrar a cabeça com o lado técnico e demais mecanismos da greve de massas, o partido deve "assumir a direção *política*", ajudar nas "palavras de ordem", direcionar à luta, estabelecer táticas e auxiliar para que a massa crie um "sentimento de segurança, de autoconfiança e o desejo de luta". (LUXEMBURGO, 2011d, p. 309).

Ao partido, mesmo não tendo a iniciativa das greves de massas, cabe a ele a responsabilidade pelo conteúdo político e as palavras de ordem, do contrário a ação poderá se perder e refluir no caos. Deixa claro que as greves de massa "eclodem por si próprias" e no "momento certo". As greves de massa não caem do céu dessa ou daquela maneira, "elas precisam ser feitas pelos trabalhadores", enquanto os chamados de uma "direção em prol da greve de massas não têm sucesso" (LUXEMBURGO, 2011d, p. 309).

Luxemburgo tem uma concepção de partido, não como uma instituição rígida, "único centro ativo do processo revolucionário", mas como um processo em que são conservadas, tornadas conscientes e desenvolvidas as experiências coletivas e as múltiplas tentativas de organização da classe operária, e com a ajuda da dialética materialista, orientadas para o objetivo final. (NEGT, 1984, p. 39-40)

A tarefa do partido não consiste apenas na preparação técnica e direção dos detalhes das greves, mas na "*liderança política* do movimento", pois no partido se encontram operários mais esclarecidos e conscientes da luta de classes. (LUXEMBURGO, 2011d, p. 323). Cabe ao partido três funções principais. A primeira é a de *organizar* a classe operária, buscando coesão para o enfrentamento econômico-político com as forças do capital. Uma segunda função do partido diz respeito a de *esclarecer (Aufklärer)* a classe proletária a posição que ocupa frente aos adversários, para isso trabalha a teoria, faz análise histórica e traça as estratégias de um programa

político para a conquista do poder. O partido sintetiza as necessidades imediatas com as necessidades históricas, sendo que somente a classe poderá transformar em ação. Uma terceira função do partido diz respeito a necessidade de ajudar a precipitar, apressar, *acelerar* a luta de classe operária, não apenas lançando palavras de ordem, mas antes de tudo "explicando às mais amplas camadas do proletariado a irremediável *chegada* deste período revolucionário, os *fatores sociais* internos que a ele conduzem, e suas *consequências políticas*." (LUXEMBURGO, 2011d, p. 323).

O partido é visto por Luxemburgo como consciência que brota da espontaneidade das massas, ao mesmo tempo que é "resultado das lutas espontâneas e se alimenta delas", num "processo de educação ininterrupta." (LOUREIRO, 2004, p. 84). Essa interação vivifica o partido e dá consistência a ação proletária, numa relação dialética entre o partido e ação das massas, e não de um dos dois separados ou da supremacia de um sobre o outro.

Para Luxemburgo o partido precisa ser compreendido no contexto da historicidade do antagonismo social de enfrentamento proletário na luta de classes. O partido, em seu percurso histórico não se fez de uma só vez, de uma hora para outra, "ele *torna-se* social-democrata a cada dia", (LUXEMBURGO, 2011e, p. 87), foi sendo constituído na superação dos desvios anarquistas e oportunistas e, aquilo que era visto apenas sinônimo de partido, com uma estrutura rígida e institucional, pode ser compreendido como *processo*.

> A atividade social-democrática [...] nasce historicamente da luta de classes elementar. E move-se na contradição dialética de que só na própria luta é recrutado o exército do proletariado e de que também, só na luta, as tarefas da luta se tornam claras. Organização, esclarecimento e luta não são aqui momentos separados mecanicamente e temporalmente distintos, como num movimento blanquista, mas são apenas diferentes aspectos do mesmo processo. [...] *o processo de luta que cria a organização conduz a uma constante flutuação da esfera de influência da social-democracia.* (LUXEMBURG, 1991c, p. 43, sem grifo no original).

Luxemburgo ao conceber um partido-processo, que nasce da luta de classes e que depende dela para seu desenvolvimento, que é parte do processo histórico e se transforma com ele, almeja mostrar que "o partido não é o fator principal, não substitui a ação das massas", porém não pode ser desconsiderado. (CÉSAR, 2007, p. 58). A luta

de classes pode ocorrer independente de um partido, mas a classe proletária só terá forças para enfrentar a barbárie do capitalismo e transformar as estruturas do Estado burguês com a tomada do poder político através do partido.

Como observado por Thompson (1987), a concepção de um partido-processo está relacionada à dialética entre momentos subjetivos e objetivos do pensamento da própria autora e da própria luta de classes. A preparação da classe operária e do partido acontecem na ação, no seu próprio fazer, permeados pelas condições objetivas. Para ela, as táticas da social-democracia não são inventadas, mas representam uma série de atos criadores da luta de classe experimental, onde o "inconsciente precede o consciente, a lógica do processo histórico objetivo precede a lógica subjetiva dos seus portadores", uma relação dialética entre ação subjetiva e objetiva. (LUXEMBURG, 1991c, p. 47). Decorre disso, que a atuação do partido se dá não só na luta subjetiva, mas também na formação de objetivos de superação do capitalismo. (LUXEMBURGO, 2011e; BASSO, 1976).

Grande desafio do partido está em como superar a sociedade burguesa, sendo parte dela e obrigado a lutar dentro dela? Esta questão aparece em diversas passagens nos textos da autora, mostra-se um ponto de entendimento importante para a luta de classes.

> Toda a particularidade desse movimento consiste em que, aqui, pela primeira vez na história, as massas populares impõem sua vontade *contra* todas as classes dominantes, porém, precisam situar essa vontade para além da sociedade atual. Essa *vontade*, por sua vez, só pode ser formada pelas massas na luta contínua com e nos quadros da ordem vigente. (LUXEMBURGO, 2011e, p. 85).

A vontade coletiva só vai se concretizar, sendo o partido parte da classe operária e, sabendo ele conduzir o proletariado para a tomada do poder político, através da direção, organização, esclarecimento e indução da classe operária à luta de classes. Ao contrário do que defende Kautsky, o partido não está fora da classe operária, ele é parte do processo histórico, constituído a partir de membros operários: "a social-democracia não está ligada à organização da classe operária, ela é o próprio movimento da classe operária" (LUXEMBURG, 1991c, p. 43).

Luxemburgo, ao conceber o partido como parte do movimento operário, diverge de Kautsky e, principalmente de Lênin, sobre a questão de organização e centralização partidárias. Para ela, *Um passo à frente, dois atrás* manifesta uma "tendência ultracentralista" do partido russo, que consiste na "rigorosa disciplina e interferência direta, decisiva e determinante das autoridades centrais" nas manifestações e ações vitais das organizações locais do partido. (LUXEMBURG, 1991c, p. 40).

Luxemburgo compreendeu e condenou a relação entre fetichização e organização, racionalidade burocrática e pensamento lógico-formal, que classifica e controla homens e coisas. Para ela o pensamento marxista não é uma simples legitimação e organização das relações existentes, mas penetra nas relações da vida, necessita de um momento do espontâneo e da relação com a realidade. (SALVADORI, 1984, p. 47). Para a autora, não se pode separar o núcleo do proletariado com consciência de classe e o meio que o cerca, as camadas em processo de esclarecimento, como resultado tem-se uma fragmentação entre a direção partidária e as massas operárias. Um centralismo, mesmo que democrático, não pode ser compreendido como um conceito absoluto, aplicável em qualquer fase do movimento operário. Para ela, a centralização deve ser compreendia com uma tendência, cuja realização progride proporcionalmente "ao esclarecimento e a educação política das classes operárias no decorrer de sua luta." (LUXEMBURG, 1991c, p. 45).

Coerente aos fundamentos marxianos, Luxemburgo observa que o partido precisa passar pela prova de fogo da prática, o espírito de organização, importante sobretudo no início do movimento de massas, importa que o socialismo, a social-democrata tenha um "caráter coordenador, unificador", mas nunca "regulamentador e fechado", pois a correção através da práxis, sinaliza que "não é a letra do estatuto mas o sentido e o espírito nela introduzidos pelos militantes ativos que determinam o valor de uma forma de organização." (LUXEMBURG, 1991c, p. 49).

O partido é importante no processo revolucionário, no entanto ele é um dos fatores presentes dentro da luta de classes. Ele cumpre a função de vanguarda e direciona politicamente o movimento operário ligado à social-democracia na superação da luta de classes, para tanto, precisa colocar na ordem do dia uma ação revolucionária que vise a tomada do poder do Estado burguês.

Enquanto os sindicatos só representam a luta econômica do proletariado, agindo dentro do universo burguês em uma etapa do movimento, o partido tem como meta a luta pelo poder político e, portanto, representa a classe operária e assume, com ela, a responsabilidade pelo processo de emancipação, visto como totalidade.

Na integração entre a luta econômica e a luta política, no envolvimento dos sindicatos, partidos e massas, universalizam-se as forças na luta de classes, possibilitando um enfrentamento com as forças do capital. Essa tarefa só se concretiza no partido revolucionário, instituição que tem poder de unificar a luta de classes na dimensão econômica, política e teórica, pois a instituição partidária, fiel aos compromissos revolucionários, luta pelo poder político, luta de forma total para colocar o controle do Estado nas mãos da classe operária, não de forma parcial como anunciavam os grupos revisionistas. Eis a tarefa da liga *Spartakus* em 1918, "munir assim a massa compacta do povo trabalhador da totalidade do poder político, para que realize as tarefas da revolução, eis a ditadura do proletariado e, portanto, a verdadeira democracia." (LUXEMBURG, 1991b, p. 105). Totalidade que só pode ser alcançada com o controle da produção das fábricas, base da ditadura do proletariado, "autogoverno dos trabalhadores no plano econômico e político, isto é, República conselhista." (LOUREIRO, 2004, p. 231).

O partido aparece como direção política que aglutina a luta proletária. É uma vanguarda dentro da totalidade de processo histórico e ao mesmo tempo parte do movimento proletário. O partido é o único capaz de congregar a autoderminação proletária e ajudar na autoeducação, rumo a construção de uma identidade de classe, rumo a uma vontade coletiva para o enfrentamento do Estado burguês. Para tanto, a social-democracia precisa ampliar sua base social não apenas com o operariado urbano e rural, mas envolver a pequena burguesia e os pequenos camponeses, que devem aderir a política operária, como sendo a única capaz de superar o capital. (BASSO, 1976, p. 134-135).

Ter nas mãos a direção política, não quer dizer que o partido possa ter um comando dogmático e arbitrário, não é sinônimo de poder irrestrito do partido, ou de uma vanguarda sobre as massas operárias, portanto, não deve ser exercida de forma arbitrária, em substituição as massas proletárias, mas assume um sentido de estar com

elas, educar e ser educado pelas massas, captar as vibrações da agitação e buscar transformar as ações espontâneas em movimento consciente do objetivo final socialista. Uma massa operária em movimento, em ebulição, em *devir* ou *vir-a-ser* (na dialética heraclitiana), apresentada por Luxemburgo como meio de superação do imobilismo sindical (oportunismo sindical) e partidário (liderança de Kautsky e influências do reformismo de Bernstein, que usam a tática parlamentar).

O partido para Luxemburg não é por si só a "consciência socialista" ou a própria realização do socialismo, ao contrário, ele prepara e esclarece a classe operária quanto aos objetivos da luta. A social-democracia sendo um partido da classe proletária tem como objetivo histórico "ser o porta-voz dos interesses do proletariado", na sociedade capitalista e na condução da sua marcha rumo ao socialismo. Torna possível "não o direito dos povos à autodeterminação, mas o direito da classe operária, da classe explorada e perseguida, o proletariado, à autodeterminação." (LUXEMBURG, 1988, p. 44).

A falta de compreensão da disparidade entre os interesses das massas e dos políticos tem sido fonte de controvérsias nos diagnósticos de partidos e de sindicatos e causa de equivocadas táticas de ação.

> Os políticos imaginam que, por terem caminhado um pouco junto com eles, o movimento de massas esteja eternamente à sua disposição, como um cão treinado que podem levar para onde quiserem, fazê-lo aceitar o que lhes convêm, apaziguar sua fome ou deixá-lo faminto, fazê-lo avançar ou recuar, avançar novamente, ao capricho de suas vontades. (GUÉRIN, 1982, p. 15).

O movimento de massas, uma vez que se põe em marcha, só permanece fiel a si mesmo, aos anseios das forças de sua base. A associação com forças políticas ou sindicais é em diversas circunstâncias momentânea, bastando uma pequena pausa na confluência de interesses comuns para que as alianças sejam desfeitas. Em diversos momentos históricos a direção social-democrata caminhou em uma direção e a massa operária segue percurso diferente. A experiência ensinou os trabalhadores a desconfiar dos políticos e sindicalistas externos as bases do movimento, que muitas vezes imprimiram um interesse diverso do próprio movimento e acabaram por frustrar suas reivindicações proletárias.

Luxemburgo é contraia ao excesso de centralização e o distanciamento do partido em relação a massa operária. Ela defende um partido que mantenha uma relação dialética constante com a massa proletária. Um partido que eduque, mas que ao mesmo tempo esteja aberto e disposto a incorporar os ensinamentos das suas bases.

6.5 A QUESTÃO DA ESPONTANEIDADE E DA CONSCIÊNCIA DE CLASSE

Luxemburgo, ao defender o espontaneismo das massas como uma arma a ser utilizada contra o imobilismo e burocratismo partidário e sindical, é criticada por ter negligenciado o papel da vanguarda e da consciência como elementos importantes no processo revolucionário.

A relação entre espontaneidade e consciência tem gerado, ao longo dos anos diversas controvérsias entre os autores. Daniel Guérin defende que apesar dos esforços da autora, há uma lacuna entre espontaneidade e a consciência, faltando a ela definir qual elite operária seria capaz de alcançar a consciência e beneficiar o conjunto do operariado. Para ele, mesmo as vésperas de sua morte, no artigo, *A ordem Reina em Berlin* (14 de janeiro de 1919), ao falar do que não aconteceu na revolta espartakista, enfatiza que "faltou uma direção que emanasse das massas e que a ela escolhessem". Questiona ele, *Que direção?* A questão para Guérin teria permanecido em aberto. (GUÉRIN, 1982, p. 75).

Para Paul Frölich (1976) e Basso (1976), com os quais me identifico, Luxemburgo teria sinalizado para uma síntese entre a autoatividade das massas e a direção partidária. Esta posição, também compartilhada por Negt (1984), para quem a tarja de espontaneísmo atribuída a Luxemburgo, deve-se a uma leitura equivocada de seus textos e da interpretação errônea de sua ação política. Ao focar apenas a recusa do autoritarismo, na crítica ao centralismo e na desconfiança da disciplina partidária, seus acusadores fizeram dela expressão do espontaneísmo, construindo uma separação mecânica e contraditória entre espontaneidade e organização. (NEGT, 1984, p. 21). Os reformistas e oportunistas fizeram uma construção abstrata e artificial, que em Luxemburgo inexiste, pois "tudo depende das mediações históricas concretas", em seu pensamento dialético, conceitos como "organização e partido" não podem ser

compreendidos dentro de abstrações, pelo "juízo da filosofia idealista". (NEGT, 1984, p. 37).

Na defesa de seus argumentos, Negt (1984) toma como base conceitos de Lukács (2012), em *Rosa Luxemburgo como marxista* (1921), quando defendeu a organização como "a forma de mediação entre teoria e práxis". Para Lukács, em Luxemburgo a organização é a "forma de mediação entre ser social e consciência". A organização, o partido, a social-democracia exercem um grau de mediação, aos quais se adequam as teorias revolucionárias do movimento proletário, tornando cada vez mais conscientes as atividades revolucionárias. (LUKÁCS, 2012b, p. 128).

Sobre as divergências entre espontaneidade e consciência, se algumas lacunas permaneceram nas concepções teóricas de Luxemburgo, grande parte se deve ao fato de terem sido geradas no calor da luta e com objetivo de orientar a classe operária durante o percurso do processo revolucionário. A morte prematura de Luxemburgo é também fator que cerceou a possibilidade de que revisões posteriores pudessem ser feitas. Durante a revolução alemã, ela buscou uma síntese entre a ação da vanguarda (Liga *Spartakus* e o Partido Comunista Alemão) e a espontaneidade das massas, que não vislumbravam nada para além da política do SPD (LOUREIRO, 2004), infelizmente não conseguiu concretizar seu sonho.

Luxemburgo, ao apresentar a greve de massas como uma forma espontânea, elementar e criadora das experiências e necessidades dos operários, marca oposição com os anarquistas e os dirigentes sindicais que, ao instrumentalizar a greve de massas, a concebiam como instrumento político cuja aplicabilidade caberia em qualquer circunstância. Em sua dialética materialista, ela tem presente o modo de pensar, as necessidades e reivindicações do proletariado. Uma formulação coerente com as exigências de Marx de "elevar-se do abstrato ao concreto", que contrasta com as tradições do pensamento europeu da social-democracia alemã e da concepção de partido de Lênin. A dialética é concebida por ela como "o método, a forma, a consciência do auto movimento do seu conteúdo". Razão de suas análises das relações sociais não serem idealistas, voltadas para o "alto", para as ideias, para programas ou diretivas organizativas partidárias ou sindicais, mas sim, para "baixo", "para as experiências reais das massas e dos indivíduos." (NEGT, 1984, p. 24).

Se a relação de Luxemburgo com as massas é uma das características centrais em suas proposições (teoria política e educativa), tendo na greve de massas o seu ápice dialético, unidade entre econômico e o político, como compreendido por Negt (1984, p.17), em sua teoria dialética os dogmatismos e imposições tendem a desaparecer. O que evidencia as razões pelas quais ela se indispôs em aceitar a estruturação de um rígido partido de quadros, fechado em uma disciplina coorporativa, como alternativa ao SPD, que pela forte influência reformista, havia se transformado em uma união eleitoral, que buscava um socialismo via parlamento. Pois é "na massa e não nas direções que se encontra a unidade". (LUXEMBURGO, 2011d, p. 348).

Luxemburgo, no contexto de vulgarização do marxismo levado a diante pelo reformismo oportunista de Eduard Bernstein e seu aliados, que empreenderam um ataque ao método dialético em nome de uma "ciência", permanece fiel à Marx, principalmente, quando ele faz a inversão da dialética hegeliana, que mesmo sendo conhecida no meio tradicional, não havia conseguido desenvolver, a partir desse conhecimento, uma ciência revolucionária.

> A ciência proletária é revolucionária não somente pelo fato de contrapor à sociedade burguesa conteúdos revolucionários, mas, em primeiro lugar, devido à essência revolucionária do seu método. *O domínio da categoria de totalidade é o portador do princípio revolucionário na ciência*. (LUKÁCS, 2012a, p. 105-106).

A totalidade, ao considerar os pontos parciais como elementos capazes de influenciar no todo, destrói uma concepção de ciência jurídica, de uma economia política e de uma história, autônomas e propõem como caminho de interpretação uma ciência histórico-dialética, como unitária, abordando o desenvolvimento da sociedade como totalidade.

Luxemburgo, em coerência a tais fundamentos marxianos, resgata elementos que até então estavam sendo desconsiderados no processo revolucionário, ou seja, a massa proletária é resgatada como sujeito da história, do processo revolucionário, em cujo impulso inicial assume o protagonismo na luta de classes. Quando diz que o movimento de massas existe por si, tem sua existência própria, em linhas gerais, está a dizer que é espontâneo, que deriva do latim *espontaneus*, cujo significado remete a um

princípio em si mesmo, que se produz e não é produzido por outro. Que tem autonomia própria, daí a compreensão da expressão "movimento autônomo de massas". A autonomia, esteve por algum tempo, associada ao direito que os romanos concediam aos gregos para administrarem as próprias leis. Marx quando descreve as primeiras organizações comunistas ligadas a Internacional, mencionava que "ela surgiu *naturwwüchsig* (naturalmente) do solo da sociedade moderna", mais tarde traduzida por espontaneamente. No *Manifesto Comunista*, o movimento de massa proletário aparece como aquele que tem uma "existência própria", uma "autoatividade". (GUÉRIN, 1982, p. 20).

A autoatividade das massas, a espontaneidade e o processo de autoeducação no decurso dos tempos foi obscurecida pela social-democracia e por Lênin. Aos teóricos do SPD, principalmente Kautsky, era inconcebível que a consciência socialista pudesse ser adquirida por meio de um movimento proletário de massa. "A consciência socialista surgiria da ciência", que no geral, sempre esteve ligada aos intelectuais burgueses. Como a ciência não estava com as massas, caberia aos socialistas transmitir aos operários o socialismo científico, (no caso, um socialismo científico pseudo-burguês), de fora da luta de classes vivida nas fábricas." (GUÉRIN, 1982, p. 22).

Lênin, em *Que fazer?* ao tratar da espontaneidade e a consciência da social-democracia, aponta como erro fundamental de uma nova tendência no seio da social-democracia russa, "prestar culto à espontaneidade das massas". Adverte que esta forma embrionária e "nascente de consciência" exige uma "elevada consciência" do partido, ao mesmo tempo, reconhece a necessidade de preparação dos membros do partido para enfrentar o "movimento ascendente espontâneo das massas". Coloca entre os objetivos do partido, a tarefa de se combater a espontaneidade. (LÊNIN, 1955b, p. 63).

Luxemburgo, ao utilizar a expressão autoatividade, espontaneidade, retorna as fontes do marxismo e assume posição contrária a Kautsky e a Lênin. Ela não descarta o partido e sua responsabilidade no processo revolucionário, uma centralização de atividades, mas é contrária a um centrismo que leva a obediência cega. Nestas condições, mais importante que a "couraça de um centralismo burocrático que degrada o operário a instrumento dócil de um 'comitê', é a espontaneidade, atividade revolucionária autônoma do operariado. (LUXEMBURGO, 2011g, p. 170).

A direção partidária, a vanguarda, em Luxemburgo assume dois sentidos, um por ela criticado, diz respeito a direção centralizadora do partido que busca controlar o proletariado de cima para baixo imprimindo a direção e o ritmo que deve seguir. E, a vanguarda consciente, que assume a luta de classes e vai à frente do movimento espontâneo. Essa vanguarda, uma vez que é constituída pelo próprio movimento e esta em constante interação com as bases operárias, age de forma democrática, educa e é educada pelas classes subalternas no decurso do processo revolucionário. Trabalha para integrar as ações espontâneas, baseadas em motivações econômicas, para uma luta política, revolucionária. A espontaneidade e a consciência, como vistos por Luxemburgo, não são processos excludentes, separados mecanicamente no tempo, mas um processo dialético. No desenrolar da luta, no processo de autoeducação o proletário vislumbra cada vez mais os deveres da luta de classe e a *intelligentsia* do partido, a vanguarda, cabe o fortalecimento do sentimento de classe e de responsabilidade política. A reciprocidade entre direção e a massa proletária coloca a vanguarda em permanente *devir, vir-a-ser,* enriquecida e vivifica pela interação dinâmica das massas. Quanto mais o operariado cresce em consciência e assume a condição de sujeito de suas ações, menos intervenções precisam feitas pela vanguarda mais instruída.

Ao contrário de Lênin, para quem a espontaneidade era apresentada como inconsciência, motivo de preocupação do partido, Luxemburgo, nesse estágio de desenvolvimento da luta de classes, coloca a massa como dirigente e os chefes deixam de ser executores alheios e distantes das bases, tonando-se parte da ação consciente das massas. Dessa forma, observa ao "audaz acrobata" (direção do partido) que voa alto e distante, que o papel dirigente pertence ao "eu-massa [*Massen-Ich]* da classe operária." (LUXEMBURGO, 2011g, p. 175).

Luxemburgo enfatiza vantagens da espontaneidade revolucionária sobre o centralismo partidário e tece críticas a capacidade organizativa da social-democracia. Ela destaca que em diversas situações revolucionárias, a vanguarda "consciente" das direções partidárias e burocratas sindicais, "longe de anteceder e longe de, como ela pretende, 'dirigir' esta, na realidade na retaguarda do movimento de massas." Neste caso, ela não se constrange em afirmar que o "partido desempenha um papel naturalmente conservador." (GUÉRIN, 1982, p. 30).

O conservadorismo aparece em diversos momentos, entre eles, fica evidenciado nas respostas que Luxemburgo fez para alguns pontos do livro de Lênin, *Um passo à frente, dois passos atrás*, escrito em 1904. Segundo ela, seu ator, um dos mais destacados dirigentes e militantes do partido, teria assumido na obra, o ponto de vista da "tendência *ultracentrista* do partido russo". Lênin uniu o mais rigoroso centralismo organizativo como o movimento de massa da social-democracia e transformou em princípio do marxismo revolucionário, sem uma interação dialética entre "organização, esclarecimento e luta", que aparecem como momentos separados e distintos, cabendo a um comitê central ensinar os membros do partido, como eles fossem recrutas. Contra o que considera uma aberração, ela descarrega seu ferramental de argumentos. "A centralização social-democrata não pode fundar-se na obediência cega, na subordinação mecânica dos militantes ao poder central". (LUXEMBURGO, 2011g, p. 158).

As resistências partidárias ao processo revolucionário, também são evidências presentes nos acontecimentos de1905, ocasião em que o partido participou dos eventos, mas não conduziu as greves de massa; o papel de sujeito da ação revolucionária coube ao eu coletivo da massa. Fazer greve como ação revolucionária é algo que não se aprende na escola, muito menos com planejamentos artificiais feitos nos gabinetes. A greve de massa é fruto de uma confluência de fatores, que tem em sua base o contexto histórico do operariado das fábricas, as constantes investidas do capital sobre as condições de trabalho e a nascente consciência do operariado sobre a luta de classes.

Se a social-democracia alemã utilizará o aprendizado da greve de massas na Alemanha "[...] a história é que decidirá, como decidiu na Rússia; a história, na qual a social-democracia com as suas resoluções é, de fato, um fator importante, mas apenas *um* entre muitos. (LUXEMBURGO, 2011d, p. 73).

7 GRAMSCI: PARTIDO, SINDICATO E CONSELHOS

7.1 GRAMSCI E O PARTIDO SOCIALISTA ITALIANO

O ingresso de Gramsci no Partido Socialista Italiano (PSI) aconteceu em 1913, não tanto pela ideologia partidária marcada por um socialismo positivista, que conflitava com uma formação intelectual oriunda do meridionalismo e do neoidealismo de Benedito Croce, que ainda marcava grande influência em Gramsci, mas sim pelo convívio que tinha com o operariado de Turim, onde residia desde 1911.

O PSI era disputado por duas correntes teóricas. Os reformistas, que justificavam suas ações no âmbito das reformas, por entenderem que na Itália, por ser um país economicamente atrasado, não haveria condições de se lutar pela revolução, enquanto o capitalismo não estivesse plenamente consolidado. E os maximalistas, que embora entendessem o atraso italiano como entrave para a revolução, mantinham o foco na realização do socialismo, buscando não perder de vista os objetivos revolucionários, conduziam a prática cotidiana, preparando o operariado para quando o momento adequado da revolução chegasse.

Embora Gramsci tenha participado ativamente junto do PSI, inclusive com posições contrárias a participação da Itália na Guerra, contrariando uma maioria do partido, é a partir de 1917, com a revolução russa que ele vai se ocupar das questões político-educativas, manifestando-se sobre os rumos e as ações do partido. Até então Gramsci estava envolvido com a "difusão de uma cultura e de uma ética socialista". De fato, em Gramsci "a cultura e a política do proletariado organizado, são elementos indissociáveis, do mesmo modo que economia e política não podem ser vistos de modo desvinculado". (DEL ROIO, 2017, p. 101-102).

Diante do mecanicismo positivista presente no PSI, que paralisava reflexão e ação, Gramsci buscou fazer diferente, manifestou-se na imprensa, embora o apoio fosse apenas de um pequeno grupo de estudantes e de operários, que mantinha relação mais próxima. Com uma formação baseada em Croce, Bérgson e Sorel, encontrava

dificuldades para fundamentar questões teóricas da luta política e do partido relacionadas à filosofia da práxis. Gramsci, através de Marx, a quem chegou por meio da dialética de Labriola, pela influência dos bolcheviques e diretamente através dos escritos do autor, repensa a produção revisionista que havia levado à crise do marxismo na passagem do século XX. (DEL ROIO, 2005, p. 40). O que lhe possibilitou assumir posições cada vez mais contestatórias e anticapitalistas, diversas daquelas dos membros da corrente reformista do PSI.

Gramsci em *Três princípios, três ordens*[46] descreve que as maiores polêmicas na política daquele contexto giram entorno da ordem e da desordem. Palavras que expressam a aderência histórica que homens, partidos e Estado assumem diante da luta de classes. A expressão ordem é vista por ele como tendo um poder traumático de conservação das organizações políticas tradicionais. A ordem defendida pelo capital, através do discurso liberal, está ligada a algo harmônico, passa uma sensação de segurança e estabilidade, de modo que, a multidão hesita e receia na incerteza do que uma mudança radical, uma 'nova ordem' poderia trazer. Trabalhar para criar uma nova ordem era desafio que esbarrava no senso comum, envolvido pelos discursos de estabilidade da ordem, "[...] o estupido senso comum, prega usualmente que é melhor um ovo hoje do que uma galinha amanhã. E o senso comum é um terrível negreiro dos espíritos. Sobretudo quando para ter a galinha é preciso romper a casca do ovo". (GRAMSCI, 1976, p. 113). O que ajuda a formar o fantasioso imaginário de que o rompimento com a ordem burguesa estaria associado a violência, a desordem e a insegurança. Universais criados racionalmente pelo liberalismo burguês para neutralizar a reação do proletariado. Gramsci alerta que o PSI presisava estar atento, pois em suas fileiras as idealizações liberais estavam sendo transformadas em um programa minímo.

Em 1917, o deputado reformista do PSI Claudio Treves escreveu o artigo *Analogias sutis*, na *Crítica Sociale*, no qual assumiu meios burgueses para as estratégias de ação proletária. Gramsci, através do escrito *Analogias e Metáforas*, estabeleceu polêmica com o deputado sobre as estratégias da luta de classes. No texto, já ficava esboçado os traços fundamentais de uma concepção que desenvolveu, mais tarde, sobre

[46] Publicado em *La Cittá Futura*, em 11 de fevereiro de 1917.

a relação orgânica entre classe e partido. Adverte Gramsci, que Treves com sua sutil dialética, caiu nos vícios burgueses e reduziu a luta de classes a esquemas abstratos e ações coordenadas.

> Os socialistas não são oficiais do exército proletário; são uma parte do próprio proletariado, talvez sejam sua consciência [...]. Formam com ele uma unidade, sempre uma unidade; e não comandam, mas vivem com o proletariado, assim como o sangue circula nas veias de um corpo e não pode viver e mover-se em tubos de borracha envoltos num cadáver. Vivem no proletariado; e sua força está na força do proletariado, o seu poder reside nesta perfeita aderência. (GRAMSCI, 2004a, p. 111).

No discurso sobre a unidade orgânica entre socialistas e o proletariado, Gramsci tinha presente os acontecimentos da revolução russa em andamento. "Os bolcheviques seriam expressão direta das massas em ebulição". (DEL ROIO, 2017, p. 105). Gramsci, apesar das dificuldades de informações e veracidade dos eventos russos, principalmente por conta da contra informação do jornalismo burguês, desde o princípio defende a tese de que a "revolução eclodida na Rússia é um recurso fundamental que aumenta o potencial do movimento na Itália". (RAPONE, 2017, p. 164). Ao mesmo tempo tem uma "concepção cultural da revolução, deixando expressar a partir dos acontecimentos russos, suas idealizações a respeito da revolução socialista" (RAPONE, 2017, p. 161). Para ele, em meio a crise trazida pela guerra, a revolução significa o advento de um novo tempo, uma nova luz a irradiar uma perspectiva de futuro ao operariado italiano.

> É o advento de uma ordem nova que coincide com tudo o que os nossos mestres nos tinham ensinado. E insiste-se ainda: a luz vem do Oriente e irradia o velho mundo ocidental que se torna boquiaberto e não sabe opor-lhe mais do que a banal e grosseira anedota dos seus escrevinhadores. (GRAMSCI, 1976, p. 140).

Gramsci estabelece conexões entre os acontecimentos da Rússia e da Itália, enaltece as contribuições que o processo de internacionalização do movimento russo pode trazer à classe operária mundial, principalmente para o contexto italiano. Ele tem consciência de que para a realidade da Itália não dava para se transpor um processo

artificial imitativo ao russo. Era necessário que o movimento operário fosse compreendido e reativado em uma dinâmica própria, ligada aos acontecimentos italianos. No entanto, além da resistência burguesa fora do partido, membros do PSI não partilhavam da mesma interpretação e não percebiam a contribuição dos eventos da Rússia da mesma forma, continuavam a buscar ânimo para lutar neles mesmos e nos eloquentes discursos. Gramsci no artigo do *Avanti! O homem mais livre* manifesta descontentamento com as fraseologias vazias, a falta de paixão e de encantamento com os acontecimentos.

> E porque as palavras, moedas carcomidas de um mundo carcomido pela retórica dos patrões, não são receptivas ao ímpeto da consciência do homem livre, *meu ser mais profundo alimenta-se da sua própria paixão*, *momentaneamente circunscrita há muito poucos indivíduos*, evitando servir-se, num mundo de larvas delirantes numa prisão de nevoa, das próprias palavras que servem para adensar está prisão e torná-la mais pestilencialmente nauseabunda. (GRAMSCI, 1976, p. 142).

O aumento das tensões em Turim, a partir dos levantes populares de agosto de 1917, tem reflexos nos artigos de Gramsci. Ele passa a fazer uma exortação ao PSI, um chamamento para que saia da inercia, da condição de passividade que se encontrava desde os primeiros anos da guerra, quando tinha assumido posições claramente reformistas burguesas. Pouco tempo antes, fevereiro de 2017, em *Indiferentes,* Gramsci manifestou seu desconforto com a inércia e a indiferença nas fileiras socialistas.

> [...] viver significa participar. Não podem existir os apenas homens, os estranhos à cidade. Quem vive verdadeiramente não pode deixar de ser cidadão e participante. Indiferença é abulia, é parasitismo, é covardia não é vida. Por isso odeio os indiferentes. [...] A indiferença opera poderosamente na história. Opera passivamente, mas opera. E a fatalidade; a aquilo sobre o que não se pode contar; é o que perturba os programas, que destrói os pianos, mesmo os mais bem construídos; é a matéria bruta que se rebela contra a inteligência e a destroça. (GRAMSCI, 1976, p. 121).

A indiferença, que para ele até então não se podia contar para ajudar no equilíbrio de forças da luta de classes, pois era um peso morto da história que conduzia a fatalidade, com o aumento das tensões sociais geradas pelo prolongamento da guerra, em perspectiva psicológica, conduziu o comportamento popular a uma confiança

instintiva e de rebanho com outros indiferentes até se transformar em vontade coletiva. “A sistematização da real causalidade histórica adquire valor de revelação para a outra classe, torna-se em princípio de ordem para o imenso rebanho sem pastor. O rebanho adquire consciência de si, da função que atualmente deve desenvolver”. (GRAMSCI, 1976, p. 219).

A guerra vista nesta perspectiva já não é mais um fator de apatia e passividade social, mas traz consigo as desilusões, fracassos e experiência dos sujeitos e, portanto, tem um potencial ativador das forças coletivas. Para Gramsci, a ativação das forças coletivas não é algo mecânico e meramente instintivo. A guerra atinge os homens não apenas no seu físico, mas os toma por inteiro no seu eu. Na vivência coletiva e no enfrentamento das condições adversas o homem, ao trazer à consciência fatos e necessidades até então desconhecidos, supera estágios animalescos e faz a história. A guerra que trouxera tantas desgraças e sofrimentos passa a ser vista como um elemento agregador das classes subalternas. Depois de ter suscitado uma crise espiritual enorme, “a guerra virou a situação estratégica da luta de classes” (GRAMSCI, 1976, p. 357). Necessidades inimagináveis despontaram em quem até então não tinha sentido outra necessidade que não fosse a de “viver e de nutrir-se”. (Idem, p.169).

Os novos sujeitos, até então ausentes da vida social, agora despontam na política e se inserem na história, pois participam dos sindicatos, das cooperativas e ingressam nas fileiras do partido. Instituições de organização e de representação da classe operária, nascidas das necessidades de enfrentamento com o poder do capital, fortalecem-se pela adesão de novos sujeitos e a cada nova etapa em que a luta de classe se acirra.

Gramsci, com foco nos objetivos revolucionários, percebe que de nada adianta incluir novos sujeitos no processo revolucionário se dentro do partido permanecer a esterilização e a simplificação de Marx, realizadas por socialistas positivistas, reformistas que, como Treves, “reduziu a doutrina de Marx a um esquema abstrato, a uma lei natural, que se realiza de modo fatal fora da vontade dos homens, de sua atividade associativa”. (GRAMSCI, 2004a, p. 132). Por conta das simplificações e vulgarizações, compreendia Gramsci, que a ação do proletariado estava presa à pequenas artimanhas e as conquistas reformistas, mas que o impulso da juventude

poderia romper esta barreira. “A nova geração, ao que parece, quer retornar à genuína doutrina de Marx, segundo a qual o homem e a realidade, o instrumento de trabalho e a vontade, não são separados entre si, mas se identificam no *ato histórico”*. (GRAMSCI, 2004a, p. 132).

Com aproximação do final da guerra 1914-1918, a civilização ocidental imergia em uma cultura humanista e livresca, que tinha sua expressão e inspiração em Benedito Croce, por outro, lado sopravam os ventos da revolução russa, para uma nova cultura revolucionária, indicando mudanças no modo de se pensar a organização da educação e da cultura. Gramsci aproveitando destes novos ventos, buscou construir na Itália as bases de uma nova cultura revolucionária, para fazer frente à cultura e à intelectualidade burguesa. São experimentos que o ajudarão, mais tarde, (1919) a intervir de forma mais efetiva no processo revolucionário com revista *L’Ordine Nuovo*, em que buscou desenvolver, em sua teoria e ação política, uma reflexão sobre a questão da educação da classe operária.

Gramsci, em escritos anteriores, havia criticado o sistema formal de ensino italiano, principalmente pela demasiada ênfase de um ensino técnico direcionado a classe trabalhadora, enquanto para a burguesia continuar a ocupar as estruturas administrativas do Estado burguês, lhe era concedido o direito de usufruir de um ensino humanista. “O desafio era o de pensar uma escola socialista unitária, que articulasse o ensino técnico-científico ao saber humanista.” (DEL ROIO, 2006, p. 312). Uma educação socialista unitária daria à classe proletária elementos para se apropriar do conhecimento, afirmar sua autonomia e criar uma cultura própria e antagônica à cultura burguesa, condições necessárias para se emancipar do domínio dos intelectuais burgueses.

Por conhecer a força e a influência dos intelectuais burgueses sobre a classe operária, em dezembro de 1917, Gramsci constata que a inteligência dos intelectuais estava sendo subestimada no movimento operário, pois “representam um peso morto” no partido. Pensa em usar deste potencial, criando espaço para que a capacidade dos intelectuais possa ser utilizada em favor da luta de classe. (GRAMSCI, 2004a, p. 124). Assim, propôs a criação da *Associação de Cultura,* uma organização de cultura popular, diferente da Universidade Popular, de origem burguesa e com objetivos humanitários

espirituais, que teria a finalidade de classe e atuaria em defesa dos interesses da classe operária.

> Em Turim, dado o ambiente e a maturidade do proletariado, poderia e deveria surgir o primeiro núcleo de uma organização de cultura especificamente socialista e de classe, que se tornaria, ao lado do partido e da Confederação do Trabalho, o terceiro órgão do movimento reivindicatório da classe trabalhadora italiana. (GRAMSCI, 2004a, p. 125).

Com a intenção de ampliar as discussões sobre a doutrina marxista entre os intelectuais socialistas e os operários, em 1918, Gramsci com um grupo de jovens intelectuais, entre eles Carlo Boccardo, Attilio Carena, Andrea Viglongo, organizou o *Clube de vida Moral*.[47]

> Com ele, propomo-nos habituar os jovens que aderiam ao movimento político e econômico socialista à discussão desinteressada dos problemas éticos e sociais. Queremos fazer com que se habituem à pesquisa, à leitura feita com disciplina e método, à exposição simples e serena de suas convicções. (GRAMSCI, 2004a, p. 146).

Mesmo que o Clube tenha funcionado por pouco tempo, em decorrência de maioria dos jovens intelectuais terem sido convocados para serviço militar, sua criação revela a preocupação de Gramsci em preparar intelectualmente uma nova geração para fazer frente aos intelectuais das classes dirigentes, caracterizados por ele, como inimigos da classe operária, razão do domínio cultural sobre a massa proletária subalterna.

Gramsci esteve envolvido nos debates internos do PSI, sua divergência maior era como a vertente relativista (ou reformista), principalmente com as posições de Treves, embora mantivesse um certo alinhamento com a vertente dos intransigentes (ou maximalistas). Em *A intransigência de Classe e a história Italiana,* artigo de maio de

---

[47] O Clube de Vida Moral, funcionou por alguns meses, até março de 1918, quando os jovens fundadores foram convocados pelo exército a prestar serviço militar. Gramsci tinha esperanças que a experiência fosse espalhada para toda a Itália. Buscando apoio, ele escreveu em março de 1918, Carta a Giussepe Lombardo Radice, pedagogo e discipulo de Giovanni Gentile, contanto da experiência de estudo dos jovens operários de Turim e, ao mesmo tempo, buscou colher as impressões e apoio para a iniciativa. (GRAMSCI, 2004a, p. 145-147).

2018, Gramsci critica as publicações do *La Stampa*, por seu cunho meramente cultural e total desinteresse em informar e educar a nação italiana. (GRAMSCI, 2004a, p. 165). Para enfrentar a questão do "dissenso socialista"[48] e o foco puramente cultural, Gramsci apoia-se nas posições maximalistas, ao mesmo tempo em que foi explicitando sua posição teórico-política sobre classe, Estado e partido.

Sobre o Estado, Gramsci esclarece tratar-se de uma instituição burguesa. "O Estado é uma organização econômico-política da classe burguesa. O Estado é a classe burguesa em sua concreta força real." (GRAMSCI, 2004a, p. 165). Ao explicitar a intrínseca relação entre a classe burguesa e o Estado italiano, lança um ataque direto à corrente reformista ou colaboracionista, que indicava as reformas e os ajustes dentro do Estado burguês, como sendo os caminhos a serem perseguidos pelo operariado.

Para Gramsci, a burguesia não tem unidade fora do Estado, grita palavras vazias de descontentamento, no entanto, se utiliza do poder do Estado para manutenção da sua hegemonia. O Partido Socialista precisa ter clareza do antagonismo de classe frente ao Estado burguês.

> O Partido Socialista não é organização de segmento, mas de classe: é morfologicamente diverso de qualquer outro partido. Somente no Estado, expressão do conjunto da classe burguesa, é que ele pode reconhecer seu antagonista de igual porte. Não pode entrar em concorrência pela conquista do Estado, nem direta nem indiretamente, sem se suicidar, sem se desnaturar, sem se tornar um puro segmento político, alienado da atividade histórica do proletariado, ou seja, sem se tornar um enxame de moscas de carruagem em busca da tigela de manjar branco na qual ficarão presas e morrerão sem glória. (GRAMSCI, 2004a, p. 168).

Gramsci adverte o operariado de que a luta contra o capital não é uma luta para assumir espaço dentro da estrutura do Estado, mas que lutar pelos objetivos da revolução implica posicionar-se contra a hegemonia do Estado burguês. No caso da Itália, significa lutar contra um Estado ainda de base feudal, despótico e militarista, que vinha sendo transformado pela força da burguesia emergente. "O Partido Socialista não conquista o Estado, mas o substitui; substitui o regime, abole o governo dos partidos,

[48] O "dissenso socialista" é expressão usada para marcar divergências acirradas pelos anos de guerra, entre o grupo relativista ou colaboracionistas (reformistas) e os intransigentes ou maximalistas da direção do PSI e do *Avanti!*

põe no lugar da livre concorrência a organização da produção e das trocas. (GRAMSCI, 2004a, p. 169).

Em *Socialistas e Anarquistas* (1920), Gramsci contesta os anarquistas que concebiam o Estado apenas como "princípio imutável da autoridade". "Para os socialistas, o Estado é o aparelho de poder político, mas é também um aparelho de produção e troca." (GRAMSCI, 2004a, p. 284). Ao compreender o Estado como o conjunto das relações de produção e de poder político, tem clareza que a força de poder político do Estado será dissolvida na medida que os trabalhadores fizerem antagonismo às forças constituídas, sendo capazes de se organizar de modo sólido e disciplinado, através da autoatividade e da autoeducação, formando grupos associados, coordenados e articulados entre si.

A Internacional ao se colocar como espaço de articulação do proletariado é vista como o "Estado" dos trabalhadores, a base de progresso da história comunista e proletária. O Estado como aparelho de poder político será uma presença constante enquanto existir a luta de classes, enquanto os trabalhadores não tiverem dominado o aparelho de produção e fazerem dele condição de sua liberdade. Quando isso acontecer, expressões como Estado, legalidade e autoritarismo, tão propagandeadas pelos anarquistas, já não mais existirão.

O determinismo presente no partido, através da corrente reformista, interpretava o marxismo científico, de forma abstrata e mecânica, dissociado da luta de classes conduzida pela classe operária, consequência de um processo de formação positivista que marcou o desenvolvimento intelectual italiano. O positivismo e a influência reformista "teria educado toda uma geração de socialistas, como Turati, Treves, Ferri, entre outros". Eles teriam aceito a concepção positivista e evolucionista de ciência e, portanto, concebiam uma "história natural, isto é, exterior à vontade dos homens". (DIAS, 2000, p. 111). A visão evolucionista, positivista e economista ligada a uma interpretação reformista do marxismo científico, conduziu à formulação de que o mundo caminhava para o socialismo e tinha como etapa inevitável o pleno desenvolvimento da burguesia, decorrência disso, o apoio e a colaboração às forças do capital.

Para os deterministas, a ditadura do proletariado só aconteceria se precedida de um processo pleno de desenvolvimento e de democratização burguesa. Haveria uma união de forças (proletariado e burguesia) para se derrubar o Estado feudal, despótico e instaurar a democratização (ainda burguesa) e, na sequência, a medida que o capitalismo fosse revelando as crises decorrentes de sua própria estrutura de funcionamento, caberia ao proletariado prepara-se para a etapa final. A passagem do capitalismo ao socialismo seria apenas uma questão de tempo.

Gramsci, que tinha um entendimento da história como vontade e criação humana, opõe-se a uma história natural, com suas frias objetividades e abstrações sem muita conexão com a realidade dos fatos. Contra o determinismo economicista presente na corrente reformista, reafirma uma história como possibilidade e não como certeza, pois não existe na história nada de fixo e definitivo. "A história, portanto, nada tem de fatal e é composta tanto pelas determinações econômicas quanto pelas ideologias (intelectuais, morais, etc)". (DIAS, 2000, p. 112). Gramsci chama atenção para que o Estado não fosse ocupado nos moldes dos partidos burgueses, mas substituído em perspectiva revolucionária, para não se reafirmar ou fortalecer a democracia burguesa, como queriam os reformistas, mas trabalha para se instaurar a democracia operária.

Em 1918, em *O dever de sermos fortes*, contexto em que a guerra sinaliza para seu final e as barreias das leis de exceção vão sendo suspensas, Gramsci interpreta que havia chegado um momento singular para o operariado romper com Estado burguês. A paz trazia consigo reconhecimento das instituições políticas já existentes, maior desenvolvimento industrial e a instalação de novas fábricas, reunia uma massa de operários, que se educados, poderiam acelerar o futuro revolucionário.

> O movimento proletariado deve absorver esta massa; deve discipliná-la, ajudá-la a se tornar consciente de seus próprios carecimentos materiais e espirituais; deve educar os indivíduos que a compõem no sentido de que se solidarizem entre si de modo permanente e orgânico. (GRAMSCI, 2004a, p. 215).

Gramsci concebe que o PSI e a Confederação Geral do Trabalho deveriam estar mais pertos das fábricas, o jornal *Avanti*! poderia ter milhares de exemplares e

milhões de leitores, para isso se tornar realidade, precisa vontade, "ação paciente e perseverante" dos socialistas.

> Temos de transformar essa possibilidade em realidade, ou seja, temos que nos tornar o partido mais poderoso da nação (e não só em sentido relativo, mas absoluto), de nos tornar o anti-Estado preparado para substituir a burguesia em todas as suas funções sociais de classe dirigente. (GRAMSCI, 2004a, p. 216).

Em maio de 1919, Gramsci havia feito uma releitura de Marx e buscava acompanhar os acontecimentos russos, para aprender da ação política dos bolcheviques a importância de a classe operária saber pensar e agir, para levar avante um processo revolucionário. Ele, juntamente com alguns companheiros dos tempos de universidade, cria a revista *L'Ordine Nuovo*, com o objetivo de formar e de desenvolver na classe operária a perspectiva da cultura socialista. A publicação se propôs a "promover a criação de grupos livremente constituídos no interior do movimento socialista e proletário para o estudo e a propaganda dos problemas da revolução comunista". (GRAMSCI, 1977b, p. 20).

Com mais informações sobre a Rússia, Gramsci utiliza os primeiros números da revista para falar sobre o Estado proletário, da direção do partido bolchevique, da democracia operária, entre outros temas pertinentes a formação da classe trabalhadora. Em junho de 1919, no artigo *Democracia Operária*, Gramsci questiona "como ligar o presente ao futuro, satisfazendo as urgentes necessidades do presente e trabalhando de modo útil para criar e 'antecipar' o futuro?" Manifesta a convicção de que o Estado operário nascerá da própria ação proletária frente ao capital. Demostra confiança nos instrumentos de luta da classe operária, pois essa coletividade carrega em potência características do socialismo.

> O Estado socialista já existe em potencialmente nas instituições de vida social características da classe trabalhadora explorada. Articular estas instituições, coordená-las e subordiná-las segundo uma hierarquia de competências e de poderes, centralizá-las fortemente significa criar desde já uma verdadeira democracia operária, em eficiente e ativa contraposição ao Estado burguês, e já preparada para o substituir em todas as suas funções essenciais de gestão e domínio do patrimônio nacional. (GRAMSCI, 2004a, p. 245-246).

Para ele, as ações das instituições de representação dos trabalhadores como sindicatos e confederações precisam ser interligadas pela ação e coordenação de um partido revolucionário. Exorta o PSI para se trabalhar na perspectiva de integrar as instituições e formar os milhares de trabalhadores, que no fim da guerra haviam despertado e que atuavam na mão de obra das fábricas e das tecelagens. Trata-se de uma "responsabilidade histórica que se incumbe à classe trabalhadora e ao partido que representa a consciência crítica e operante da missão dessa classe." (GRAMSCI, 2004a, p. 245). O texto é um estímulo à reflexão e à ação sobre o problema, não só lançado ao partido, mas aos operários mais conscientes das fábricas, para que colaborem, fazendo convergir a atenção dos novos companheiros para as questões políticas. "Somente de um trabalho solidário de esclarecimento, de persuasão e de educação recíproca é que nascerá a ação concreta de construção". (GRAMSCI, 2004a, p. 245).

7.2 AUTOEDUCAÇÃO E AUTOGOVERNO OPERÁRIO NAS COMISSÕES DE FÁBRICA DE TURIM

No início do século XX, a região do Piemonte italiano passou por grandes transformações com investimentos oriundos de bancos alemães, franceses e benefícios fiscais e alfandegários oferecidos pelo Estado Italiano, reuniu um agrupamento de indústrias. Ao contrário da indústria têxtil, que demandava pequeno grau de mecanização e de capitalização, as indústrias ligadas à mecânica, à metalurgia e à siderurgia, além de maciços investimentos financeiros, trouxeram a aplicação de técnicas modernas de produção em série, a padronização de produtos e a necessidade de mão de obra qualificada.

Turim agrupou grande parte desse novo parque industrial, era a sede do sistema de fábricas da FIAT motores, empresa fundada em 1899, especializada na fabricação de veículos industriais, motores para aviões, equipamentos ferroviários, tratores, componentes siderúrgicos, entre outros.

> A produção turinense, vista de fora, é perfeitamente centralizada e homogênea. A indústria metalúrgica, com cerca de 50 mil operários e 10 mil empregados e técnicos, ocupa o primeiro lugar. Somente nas fábricas Fiat

> trabalham 35 mil operários, empregados e técnicos; nas principais fábricas desta empresa, trabalham 16 mil operários, que constroem automóveis de todo tipo, com os sistemas mais modernos e aperfeiçoados. (GRAMSCI, 2004a, p. 385).

O novo polo industrial de Turim atraiu atenção do capitalismo mundial. Turim cedeu ao "novo Estado a sua classe de intelectuais pequeno-burgueses" e atraiu "uma massa proletária compacta, que emprestou à cidade sua figura atual, talvez uma das mais originais de toda a Europa. [...] Turim é a cidade do *automóvel*", (GRAMSCI, 2004a, p. 407). Com milhares de trabalhadores e técnicas "modernas" de produção, controle e gestão de recursos humanos, Turim se tornou espaço fecundo para as técnicas de produção tayloristas, que vinham sendo aprimoradas ainda antes da guerra, somados a interesses do patronato turinês de elevar a produtividade e reduzir custos, fizeram da FIAT uma das primeiras industrias a implantar o receituário capitalista. (PEREIRA, 2001, p. 90). Com um discurso sobre a necessidade de modernizar para superar um modelo de produção tradicional, experimentos como produção em série, controle de tempo, de movimento e de sistema de remuneração diferenciado foram sendo implementados nas linhas de produção.

O cerco taylorista sobre o operariado turinês, que era um dos mais qualificados e instruídos da época, por conta da complexidade e da especialização, necessidades da própria competição industrial, criou no operariado uma formação dos grupos de trabalhadores e uma psicologia de solidariedade das massas operárias, diferenciada das demais categoria trabalhadoras italianas.

O antagonismo na luta de classe logo foi sentido, de um lado trabalhadores qualificados e cientes de sua importância para a indústria, unidos aos novos grupos que ingressavam nos novos modelos de produção genérica taylorista, de outro lado os patrões unidos e protegidos pela cumplicidade do Estado burguês.

Como forma de defesa dos interesses dos operários, as comissões internas de fábrica, desde 1906, já atuavam "como instâncias de resistência operária contra a opressão dos regulamentos de fábrica" e, a partir de 1908, ampliaram sua atuação por região, buscando unificação dos regulamentos internos e padronização de um conjunto mínimo das relações de trabalho. (PEREIRA, 2001, p. 96).

No começo as comissões internas tiveram confrontos não só como os patrões, mas com as representações sindicais, como *Federacione Italiana Degli Operai Metalurgice* (FIOM) e *Confederacione Generale del Lavoro* (CGL), que relutavam em aceitar mais uma instituição representativa dos operários, uma vez que colocavam em cheque o poder de negociação dos sindicatos. Em outras ocasiões, quando a radicalidade sindical aumentava, os patrões preferiam negociar com as comissões para fugir das convenções coletivas já estabelecidas e das decisões tomadas, em termos de luta política ou sindical. Além disso, o contato direto com as comissões permitia aos patrões negociar a composição das comissões, que em alguns casos, contava com presença de representação patronal. (PEREIRA, 2001, p. 98).

No período da guerra, com forte controle militar e patronal, o operariado, além da deterioração salarial, viu suas comissões serem jogadas na ilegalidade. As comissões reaparecem com nome "comissões operárias internas", em janeiro de 1918, no Decreto do Ministério de Armas e Munições. O documento oficial regulamentava a remuneração de empreitadas de trabalho e visava implementar "a organização científica do trabalho e o pagamento por cotas de produtividade". (PEREIRA, 2001, p. 101). Os patrões pensavam em um organismo, que diferente dos sindicatos, que atuavam como organismo econômico e político, envolvendo operariado de diversas fábricas e regiões, atuasse apenas na competência econômica, individualizada por fábrica e com isso fosse mais suscetível em ceder à pressão do capital.

No campo da estruturação, as comissões se organizavam por equipes de trabalho. Envolviam-se na equipe os mais qualificados e os recém-chegados. O conhecimento do processo produtivo era tão grande dentro das equipes e da empresa, que na ausência de sindicatos, eram capazes de organizar paralizações, manifestações de interrupção de produção e exigir diminuição de horas de trabalho. Tais ações, dividiam as forças do operariado na luta de classes contra o capital, mas eram realizadas pela falta de um sindicato e um partido que se identificassem e assumissem a direção da luta operária.

Para Gramsci, as comissões internas, os conselhos de fábrica trazem consigo um enorme potencial educativo e revolucionário que precisa ser melhor compreendido, não apenas na dimensão econômica de domínio do processo produtivo, mas no campo

político e ideológico. “Repensar as instituições operárias articulando com as diversas formas organizativas da classe” (DIAS, 2000, p. 173) é desafio e condição necessária para *acelerar o futuro e* conquistar o Estado. Não no sentido parlamentar burguês, de apenas ocupar espaço dentro do Estado capitalista, mas na perspectiva revolucionária da luta de classes, em que ao mesmo tempo que se enfrenta e conquista Estado burguês, lançam-se as bases de um Estado democrático operário.

Ao grupo do *L’Ordine Nuovo*, a medida que a revolução russa progredia e as experiências iam sendo conhecidas, ficava cada vez mais clara a necessidade de se trabalhar a educação e formação política nas unidades e células da fábrica. O partido e o sindicato não conseguiam representar a classe trabalhadora na sua amplitude. A falta de condições de serem voz ativa de direção das ações operárias se deve ao caráter reformista que o partido vinha assumido pela pouca inserção no chão da fábrica ou mesmo por deficiências de formação que impediam o envolvimento do conjunto da classe proletária como expressão criativa.

Para tanto, havia necessidade de se enfrentar as correntes fatalistas (economicistas) presentes no interior do movimento operário e trabalhar para retirar da inércia as instituições (sindicato e partido) de representação operária e, com isso, possibilitar o movimento operário, assumir seu devir histórico. Gramsci, com base em Marx[49], afirma que

> A história é, ao mesmo tempo, liberdade e necessidade. As instituições, em cujo desenvolvimento e atividade a história se encarna, surgiram e se conservam porque têm uma tarefa e uma missão a realizar. Surgiram e se desenvolveram determinadas condições objetivas de produção dos bens materiais e de consciência espiritual dos homens. Se estas condições objetivas - que, por sua natureza mecânica, são mensuráveis de modo quase matemático - se modificam, modifica-se também a soma das relações que regulam e informam a sociedade humana, altera-se o grau de consciência dos homens; a configuração social se transforma, as instituições tradicionais se debilitam, deixam de cumprir suas funções, tornando-se gravosas e destrutivas. (GRAMSCI, 2004a, p. 260).

[49] Gramsci toma como referência Marx, no prefácio à *Contribuição à crítica da economia política*. “A transformação que se produziu na base econômica transforma mais ou menos lenta ou rapidamente toda a colossal estrutura”. (MARX, 2008, p. 47-8).

Gramsci, ao analisar as experiências revolucionárias russas, mostra a diferença entre o Estado capitalista e o socialista. O Estado dos produtores precisa ser uma nova criação. Não é suficiente assumir as instituições burguesas, elas, ao contrário do que defendiam Kautsky, Turati, entre outros, não têm potencial revolucionário capaz de conduzir ao socialismo. Elas não foram concebidas para suportar a nova ordem do proletariado.

> O Estado socialista não pode se encarnar nas instituições do Estado capitalista, mas é uma criação fundamentalmente nova quando comparada a tais instituições e, até mesmo, à história do proletariado. [...]. O Estado socialista ainda não é comunismo, [...] é o estado de transição que tem como objetivo suprimir a concorrência mediante a supressão da propriedade privada, das classes, das economias nacionais. (GRAMSCI, 2004a, p. 261).

No cenário do capitalismo italiano, assolado pela guerra, aconteceram transformações de tal dimensão que as instituições tradicionais do movimento operário, sindicato e partido, tornaram-se incapazes de representar a força revolucionária presente na massa operária. Para Gramsci, há a necessidade de que se desenvolvam instituições de novo tipo. Instituições que sejam capazes de substituir o Estado democrático parlamentar, que possam substituir o poder do capitalista nas funções administrativas e no poder industrial, realizando a autonomia proletária na fábrica.

A partir de 1919, ao grupo do *L'Ordine Nuovo*, fica claro que a autoeducação dos operários, por conta do reformismo e do oportunismo presentes nas organizações sindicais e partidárias, dependeria dos próprios operários, inseridos no processo produtivo das fábricas, onde já era adotado o conhecimento técnico e profissional para o exercício de determinadas funções mais qualificadas. O grupo buscou inserir conhecimento mais amplos de cultura científica e humanista ao processo técnico já presente nas fábricas, com isso, o operário, além de gerenciar e dominar o processo produtivo, qualifica-se para administrar o novo Estado socialista. Os trabalhadores, "[...] no seu próprio processo de autoeducação, gerariam os seus intelectuais e seus educadores, educando assim o sindicato e o partido." (DEL ROIO, 2006, p. 314).

Os conselhos de fábrica de Turim, pensados por Gramsci com inspiração na revolução russa, nos órgãos de representação da Rússia e da Hungria, tinham um "novo

tipo de organização proletária que se baseia na fábrica e não na categoria profissional, na unidade de produção e não sindicatos de categoria nascidos da divisão do trabalho". (GRAMSCI, 2004a, p. 272). Aquilo que se conhecia do Conselho de Operários e Soldados de Petrogrado, na Itália, foi adaptado na forma de comissões internas de fábricas, que é o primeiro elo da cadeia histórica que leva à ditatura do proletário e ao comunismo.

> Na comissão interna, a economia e a política confluem, o exercício da soberania se identifica com o ato de produção. Nela, portanto, realizam-se embrionariamente todos os princípios que irão informar a Constituição do Estado dos Conselhos; nela se realiza a democracia operária. (GRAMSCI, 2004a, p. 272).

Os conselhos de fábrica, organizações operárias autônomas dos trabalhadores e que se organizavam livremente, sem a intervenção dos sindicatos, eram não apenas a "escola de direção e administração do processo fabril, mas também de educação político-cultural da classe operária". (DEL ROIO, 2006, p. 314). Dessa forma, as fábricas sempre vistas como espaço de exploração do capital, tornam-se espaço de exercício democrático, de formação política e de liberdade do trabalhador. Elas formam um homem produtor, com conhecimento técnico, científico que controla o processo de produção fabril e tem nas mãos potencial revolucionário, com capacidade de contrapor e abalar as bases do capital.

O sindicato e o partido, por nasceram dentro do campo da liberdade política, da democracia burguesa, em que se estabelecem relações de cidadania, sofreram direcionamentos de correntes reformistas e, portanto, agiram em conformidade com os interesses do Estado burguês.

> Mas o processo revolucionário se realiza na fábrica no terreno da produção, na fábrica, onde as relações são entre opressor e oprimido, explorador e explorado, onde não existe liberdade para o operário, onde não existe democracia. O processo revolucionário se efetiva onde o operário não é nada e pode ser tudo, onde o poder do proprietário é imitado, é poder de vida ou de morte sobre o operário, sobre a mulher do operário, sobre os filhos do operário. (GRAMSCI, 2004a, p. 363).

Gramsci e o grupo do *L'Ordine Nuovo* enxergavam nos conselhos uma força de antagonismo à ordem do capital. Uma real experiência da democracia operária acontecendo no interior das fábricas turinenses, mesmo antes da tomada do poder e da instauração da ditadura do proletariado, durante um processo revolucionário ainda em ebulição.

O conselho de fábrica como embrião de uma nova ordem social, para que possa desenvolver seu potencial revolucionário, requer uma renovação das concepções e ações do sindicato e do partido, pois ao agirem conduzidos pelo reformismo, têm uma atuação apenas no âmbito dos limites da democracia burguesa, sem perspectivas revolucionárias. Para Gramsci, a ditadura do proletariado, que também chama de Anti Estado ou Estado socialista, é a instauração do Estado proletário, um novo Estado organizado pelos produtores, onde há confluência das experiências institucionais da classe oprimida.

O conselho operário de fábrica representa para Gramsci a "primeira célula de um processo histórico que deve culminar na Internacional Comunista". (GRAMSCI, 2004a, p. 363). Portanto, ele significa um evento histórico em que se depositava as esperanças de "uma nova era na história do gênero humano"; nele prevalece a solidariedade operária e se substitui o conceito de cidadão pelo de companheiro, uma experiência de gestão do estado operário na fábrica. Em diversos momentos, Gramsci coloca as comissões de fábricas com órgãos da democracia operária, local privilegiado para o exercício da liberdade do trabalhador. Como consequência há a defesa das palavras de ordem: "Todo poder da fábrica aos comitês de fábrica". "Todo o poder do Estado aos conselhos operários e camponeses". (GRAMSCI, 2004a, p. 247).

Gramsci em discurso dirigido aos companheiros das fábricas, *Aos comissários de seção das fábricas FIAT do centro de Brevetti,* em 13 de setembro de 1919, adverte que é chegado o momento da massa operária ter domínio de si mesma, "disciplinar-se na fábrica, de modo autônomo, espontâneo e livre". (GRAMSCI, 2004a, p. 277). Aos eleitos nas comissões competem tarefas que vão desde a fiscalização do cumprimento das condições de trabalho pactuadas até vigilância sobre o estudo das condições de trabalho das inovações tecnológicas. O comissário deve estudar tais

condições e estimular os demais operários para que o façam e assim se capacitem na compreensão e domínio da produção.

> Vocês se empenharão para que os operários de seção se tornem cada vez mais capazes; e farão com que desapareçam os mesquinhos sentimentos de ciúme profissional que ainda dividem e opõem entre si os operários. Desse modo, vocês educarão para o dia em que, tendo de trabalhar não mais para o patrão e sim para si mesmos, eles terão de estar unidos e solidários como condição para aumentar a força do grande exército proletário, do qual eles são as primeiras células. (GRAMSCI, 2004a, p. 279),

Gramsci tinha presente a necessidade de uma intervenção ativa, técnica e disciplinar nas próprias forças de trabalho como forma de se preparar o operariado para o exercício de poder. Ele queria que os operários fossem preparados nas escolas profissionais dentro da fábrica. Nela, o operário se recuperaria do cansado do trabalho e poderia "abrir a mente ao conhecimento do processo de produção, melhorando assim a si mesmo". (GRAMSCI, 2004a, p. 279).

No entanto, Gramsci sabe da dificuldade em se propor e estabelecer uma disciplina técnica e cultural à classe operária. Para ele, haveria necessidade de que o operariado se convencesse de que é de seu interesse um esforço de disciplina cultural, que partisse da vontade dos operários a autoeducação, a autoatividade e a preparação para a democracia operária. Em perspectiva mais realista, ele admite que para se chegar a esse estágio haveria de acontecer uma "reforma intelectual e moral", pois como o Estado operário é uma invenção, uma criação, não se trata de criar "novas" ordens para "antigos funcionários". Trata-se do operário, como instrumento mais importante do processo de produção, conscientizar-se da luta de classe, perceber-se como produtor e trabalhar para criar a nova civilização.

> As comissões internas, transformadas em conselhos de fábrica pela eliminação dos limites impostos pelos capitalistas serão a escola na qual os operários poderão atingir o domínio da produção e, tornando-se conscientes, realizar o controle industrial; em suma, expulsar os parasitas capitalistas e instaurar a soberania dos produtores. (DIAS, 2000, p. 176).

A experiência de Turim revelou o poder de organização e de mobilização dos operários no interior da fábrica. Foi uma ação educativa sobre o processo de produção e força de mobilização da classe operária frente às investidas do poder do capital. Teve impacto direto na subjetividade dos operários, que ligados por laços de solidariedade e embasados pela formação política dos jornais socialistas, viram seu poder de mobilização e de organização sacudir Turim, contagiando a Itália e fazer o PSI avançar e repensar o seu reformismo oportunista.

A greve geral que se espalhou por toda a região de Turim, em abril de 1920, não teve o apoio da direção do partido e do sindicato. Enquanto o Estado mobilizava o exército para garantir a ordem e interesses do capital, o PSI preferiu transferir para Milão a reunião que estava prevista para acontecer em Turim, com isso, deixou claro sua contrariedade à ação desencadeada pelos conselhos de fábrica. De forma semelhante, a Confederação Geral do Trabalho externou suas considerações contrárias à greve. A organização operária dos conselhos, pela falta de apoio do PSI, de cunho reformista e da Confederação Geral do Trabalho, com ações dentro de legalidade e confiança dos empresários, sofreu os efeitos de uma crise de poder e de soberania entre as instituições, o que colocou em risco os rumos do movimento operário. Os operários, sem apoio de suas lideranças, foram sendo desmobilizados por um processo contrarrevolucionário de violência e de repressão.

A escola do *L'Ordine Nuovo* funcionou no final de 1920, quando as investidas das forças do Estado burguês, contando com o apoio de grupos fascistas que se formavam e contanto com a indiferença dos sindicatos reformistas, buscavam sua extinção. Del Roio (2006) destaca como princípios educativos, a "solidariedade e o saber fazer", próprios do cotidiano dos produtores, que eram incorporados "ao aprendizado das greves, comícios e debates." Como método, sobressai a "disciplina e a solidariedade", próprios das relações de trabalho nas fábricas. Uma escola do trabalho gestada no interior da fábrica, que tinha por objetivo "[...] educar o proletariado para a autogestão da Produção e para a administração pública, entendida como autogoverno". (DEL ROIO, 2006, p. 316).

O grupo do *L'Ordine Nuovo* buscava construir uma escola do trabalho que, além do conhecimento técnico qualificado para o desempenho das funções em cada

célula da fábrica, oportunizava uma formação marxista e incorporava o aprendizado das greves, dos comícios e dos debates e reforçava a coletividade e a solidariedade entre os trabalhadores, de modo que Turim fosse reconhecida como "a forja da revolução comunista italiana". (GRAMSCI, 2004a, p. 406).

A autoeducação das massas, como vivenciado em 1919 e 1920, com os conselhos de fábrica de Turim, com os quais colaborou o *L'Ordine Nuovo*, como forma de organização e de educação, deu-se em decorrência de uma circunstância histórica em que a conjuntura indicava necessidade de uma ação revolucionária mais efetiva. A guinada editorial das primeiras resenhas de cultura socialista, para uma orientação política mais efetiva, deu-se como resultado da interação com as bases operárias, seus leitores. Eles transformaram a revista em "produto da educação ministrada pela classe operária aos seus educadores", mostrando assimilação das lições e do engajamento no compromisso revolucionário. (DEL ROIO, 2006, p. 315).

O conselho de fábrica tornou-se o núcleo central das atividades do *L'Ordine Nuovo* e a partir dele formaram-se comissões de cultura com engajamento de jovens socialistas, criando no espaço produtivo fabril, um processo de autoeducação e auto emancipação das forças do capital. Processo de compreensão da "máquina" da revolução, em que a classe operária torna-se educadora de suas próprias lideranças e, por ser parte do todo, estabelece uma relação de interação dialética em que educa o próprio educador (partido).

Gramsci, em dezembro de 1919, ao comentar a carta de Lenin sobre o "revolucionário qualificado", destaca que até o momento pouco tinha sido feito pelos comunistas italianos. As organizações proletárias, partido e sindicatos não criaram a resistência necessária para o período indefinido, escuro, de crise e de desespero que se aproxima da Itália. Os revolucionários devem conhecer o processo de desenvolvimento da máquina da revolução, para serem homens políticos e responsáveis e não apenas agitadores.

> Os comunistas italianos tatearam até agora no escuro. As massas proletárias italianas, como todas as massas proletárias do mundo, compreenderam que a (máquina) da revolução e o sistema dos Conselhos, compreenderam que o processo de desenvolvimento da revolução é assinalado pelo facto de as massas populares reconhecerem no sistema dos Conselhos o órgão de governo

> das massas de homens e da produção industrial e agrícola e determinarem com a sua indiferença, com esta sua passagem de psicologia política, a atrofia das formas políticas actuais, a morte histórica da democracia burguesa. (GRAMSCI, 1977b, p. 92).

O conselho como espaço de exercício da liberdade, da autogestão e da autoeducação, alicerce do novo Estado socialista, configura-se como espaço privilegiado para a formação política operária. E, como espaço de transição, tem em seu meio a "escola do trabalho", que organiza o espaço livre e busca a emancipação humana das forças do capital. No espaço da fábrica, pela ação disciplinada e persistente do operariado, faz-se uma integração entre o conhecimento técnico, ciência e cultura humanista.

Coerente ao princípios marxistas-leninistas de que o "Estado é o órgão de *dominação* de classe, um órgão de submissão de uma classe por outra; é uma criação de uma 'ordem' que legalize e consolide essa submissão, amortecendo a colisão de classes" (LÊNIN, 1978, p. 10), Gramsci concebe que não basta substituir as pessoas nesse Estado, mas é necessário destruir sua estrutura e consolidar uma novo fundamento hegemônico, com base nas classe subalternas. Como não é suficiente substituir um Estado por outro, Gramsci buscou não só preparar para o Estado socialista, mas construir um novo homem, com valores e com cultura diversos do domínio burguês. Na escola do trabalho são lapidados os intelectuais da própria classe, os intelectuais orgânicos (nomenclatura que é usada, mais tarde, nos escritos do cárcere), que trabalham para criar uma identidade cultural emancipatória a partir das bases proletárias, no enfrentamento com as forças reformistas e oportunistas, aliados da intelectualidade burguesa. (DEL ROIO, 2018, p. 122).

O *L'Ordine Nuovo* foi um instrumento que ajudou os operários na compreensão da revolução proletária, da necessidade da libertação das classes subalternas das forças do capital, da condução da práxis revolucionária; na educação, na preparação do proletariado no enfrentamento do antagonismo de classe e na construção das bases do Estado dos produtores, tendo no conselho de fábrica sua célula mãe, espaço da praxis dos produtores.

A derrota dos conselhos de fábrica, em 1920, significou o fim da etapa da revista e do grupo político que a mantinha. Os anos de 1919 e 1920 ficaram marcados como um "rico experimento de auto-educação e de educação do educador por parte dos trabalhadores." (DEL ROIO, 2006, p. 316). Uma educação concebida a partir do chão da fábrica, uma autoeducação, que através da partilha de conhecimento, da experiência e da solidariedade, ajuda na compreensão dos acontecimentos, no reconhecimento e na identificação do proletariado como classe operária.

7.3 SINDICATOS, PARTIDO E CONSELHOS A SERVIÇO DA EDUCAÇÃO DA CLASSE PROLETÁRIA

As instituições constituídas pela classe operária, conselhos, sindicatos, partido, tinham sua base de sustentação nas mesmas categorias profissionais do operariado, para evitar duplicidade de ação ou competição entre si, havia a necessidade de clareza quanto aos objetivos de cada uma no processo de condução da luta de classe rumo a ditadura do proletariado. Gramsci, ainda no decurso da experiência dos conselhos, ao perceber as confusões entre as instituições, à medida que crítica os vícios e desvios dos sindicatos e do partido, traça um espaço de atuação e estabelece um parâmetro de relação entre elas.

Os conselhos, ao assumirem funções que até então eram, pelo menos no discurso, realizadas pelos sindicatos, não estariam decretando seu fim? Que espaço resta ao sindicato e ao partido na luta de classes? Na reflexão sobre a *Democracia Operária*, em 1919, Gramsci, depois de inúmeras críticas ao sistema sindical, observa que os sindicatos não precisam desaparecer, mas se renovar, pois o sistema sindical da época estava envolto em velhas e desgastadas ideologias sindicalistas.

Os sindicatos têm sua contribuição na organização e disciplina do operariado na busca de melhores salários e condições de trabalho, enquanto o mundo do capital ainda persistir. E, na sociedade comunista, têm potencial para encarnar a ditadura do proletariado. Nas repúblicas comunistas as organizações proletárias persistiram como instituições de propulsão (partido) ou de controle e realização parcial (sindicatos). Para Gramsci, o partido e o sindicato permanecem como instâncias defensivas da classe

operária frente as investidas de ordem burguesa e devem contribuir na organização e educação das massas.

> O partido deve continuar a ser órgão da educação comunista, o cadinho da fé, o depositário da doutrina, o poder supremo que harmoniza e conduz ao objetivo as forças organizadas e disciplinadas da classe operária e camponesa. (GRAMSCI, 2004a, p. 246).

A vida da classe trabalhadora desdobra-se em múltiplas atividades e necessita que as diversas instituições estejam articulas. Para Gramsci, "a fábrica com suas comissões internas, os círculos socialistas, as comunidades camponesas são centro da vida proletária, nos quais é preciso trabalhar diretamente". (GRAMSCI, 2004a, p. 247).

Em *Sindicalismo e Conselhos*, publicado *pelo L'Ordine Nuovo*, em 8 de novembro de 1919, Gramsci questiona se o movimento dos comissários de seção de Turim eram uma encarnação da teoria sindicalista. Ao tratar da questão explicita que "a teoria sindicalista fracassou completamente na experiência revolucionária das revoluções proletárias. Os sindicatos demostraram sua orgânica incapacidade de encarnar a ditadura proletária" (GRAMSCI, 2004a, p. 299).

Nas condições analisadas por Gramsci, o sindicalismo não era meio para revolução, não tinha condições de representar um momento da revolução, pois sua prática era marcada por interferências do oportunismo e da política do "feijão e arroz", ou seja, "organiza os operários não como produtores, mas como assalariados" (GRAMSCI, 2004a, p. 299) e desenvolvia ações apenas buscando a manutenção dos postos de trabalho e garantia do sustento do operariado.

Em *Sindicatos e Conselhos* (11/10/1919), ele escreve que os operários sentem suas organizações alheias e distantes das lutas operárias. Os sindicatos são donos de um aparato gigantesco com leis próprias, estranhas a vida da massa do operariado, que a cada dia cria mais consciência de classe revolucionária. Instituições sindicais que haviam sido criadas com zelo, cimentadas com sangue e com lágrimas estavam irreconhecíveis.

> [...] a máquina esmaga o homem, o burocratismo esteriliza o espírito criador e o diletantismo banal e retórico tenta inutilmente esconder a ausência de

> conceitos precisos sobre as necessidades da produção industrial e a completa ausência de compreensão da psicologia das massas operárias. (GRAMSCI, 2004a, p. 286).

Gramsci sabe que os sindicatos são instituições que foram criadas pelos trabalhadores, mas por agirem e atuarem sem muita perspectiva revolucionária, dentro da lógica do capital e dos parâmetros burgueses, mostram-se insuficientes e "não se identificam imediatamente com o Estado proletário." (GRAMSCI, 2004a, p. 246). O poder dos conselhos vai além dos limites dos sindicatos, diferente dos sindicatos que são negociadores coletivos dos interesses econômicos imediatos dos trabalhadores, eles têm o papel eminentemente político-educativo de enfrentar e de organizar a luta contra o capital, ainda no interior da fábrica.

Para o operário se conceber como produtor, ele precisa se ver como parte do sistema de trabalho, vivenciar, sentir-se psicologicamente envolvido na unidade e no processo produtivo industrial.

> Partindo desta célula, da fábrica, visualizada como unidade, como ato criador de um determinado produto, o operário eleva-se à compreensão de unidade cada vez mais amplas, até chegar à nação, que, em seu conjunto, é um gigantesco aparelho de produção, caracterizado por suas exportações, pela soma de riquezas [...]. Então, o operário é produtor, já que adquiriu consciência de sua função no processo produtivo, em todos os seus degraus, desde a fábrica até a nação, até o mundo. (GRAMSCI, 2004a, p. 301).

Gramsci fala que o operário, à medida que compreende a complexidade da engenharia de produção e exportação, desde a dimensão local, regional, nacional e internacional, tem ampliada a sua consciência de classe e o antagonismo com as forças do capital, condição que o torna comunista. Sente a classe, conhece o modo de produção, as formas de exploração, percebe a propriedade privada e o capitalista como um estorvo aos interesses operários, envolvido pelo espírito de solidariedade e classe, torna-se um revolucionário. Lamenta a situação e a forma que o sindicalismo italiano vem sendo conduzido.

> A prática italiana do sindicalismo pseudo-revolucionário e sindicalismo reformista é negada pelo movimento turinense dos comissários de seção [...] São demagogos, não revolucionários; são agitadores que se emocionam com

> fogo-fátuo dos discursos, não educadores, formadores de consciência. (GRAMSCI, 2004a, p. 302).

A concepção sindicalista italiana jamais expressou uma concepção de produtor, enquanto que os conselhos, organizados por local de trabalho, por unidade de produção, "têm suas origens nas experiências históricas concretas do proletariado russo [...] que não são sindicalistas, mas revolucionários". (GRAMSCI, 2004a, p. 303).

Gramsci continua a reflexão sobre os sindicatos e os conselhos[50], em 1920, ocasião em que fez um comparativo entre as duas instituições do operariado e esclareceu a relação desejável entre elas. Para ele, os sindicatos, constituídos por funcionários e técnicos, são especialistas na "arte de concentrar e dirigir as forças operárias de modo a estabelecer, com o poder capital, um equilíbrio vantajoso para a classe operária" (GRAMSCI, 2004a, p. 367). O sindicato forma acordos e assume compromissos em nome da classe junto a representação industrial, sua ação está pautada pela legalidade, numa relação de confiança que o "próprio empresariado tem na capacidade do sindicato de obter, da parte das massas operárias, o respeito às obrigações pactuadas" (GRAMSCI, 2004a, p. 368).

Para Gramsci, a atuação do sindicato dentro da legalidade industrial, embora tenha melhorado as condições de vida material da classe operária, não é suficiente, pois tem agido dentro dos parâmetros capitalistas. Enquanto os conselhos caminham em perspectiva revolucionária, buscando educar e conduzir a classe operária a ser o sujeito desse poder, os sindicatos, como pactuadores da legalidade, propõem aos seus filiados o respeito aos contratos estabelecidos.

> O conselho é massa, explorada, tiranizada, obrigada ao trabalho servil, e, por isso, tende a universalizar toda a rebelião, a valorizar e emprestar a dimensão resolutiva a todos os atos de poder. O sindicato, como estafe solidamente responsável pela legalidade, tende a universalizar e perpetuar a legalidade. (GRAMSCI, 2004a, p. 369).

O antagonismo entre as instituições poderia ter levado Gramsci, que era conselhista, a tomar partido em defesa dos conselhos e da supressão dos sindicatos, uma

---

[50] Sindicato e Conselhos (12/06/1920).

vez que se distanciavam dos objetivos revolucionários. Ou, por que não propor a união entre as duas instituições? Gramsci, como leitor de Marx, com base nos fundamentos da filosofia da práxis, indicou uma saída para o movimento operário. Ele propôs que a negação, a deficiência e os aspectos negativos de cada uma das instituições fossem enriquecidas pelas características positivas da outra, mas sem que uma suprimisse a existência da outra. A relação entre as instituições deve ter como objetivo

> [...] criar situação na qual se evite que um impulso caprichoso do conselho determine, um passo atrás da classe operária, uma sua derrota, isto é, uma situação na qual o conselho aceite e faça sua a disciplina do sindicato; mas o objetivo é também criar uma situação na qual o caráter revolucionário do conselho tenha uma influência sobre o sindicato, funcione com um reagente que dissolva a burocracia e o burocratismo sindicais. (GRAMSCI, 2004a, p. 369).

Cabe as duas instituições colaborar para o processo revolucionário e criar condições para que a saída da legalidade e a ofensiva da classe operária ocorram nas condições mais favoráveis aos trabalhadores. As instituições devem coexistir e ajudar na formação política do operariado. Para isso, Gramsci incentiva que "a maioria, ou uma parte substantiva dos eleitores do conselho deve ser filiada ao sindicato. Qualquer tentativa de ligar as duas instituições através de relações de dependência só pode levar a aniquilação de ambas." (GRAMSCI, 2004a, p. 370).

As relações entre as instituições foram sendo pensadas por Gramsci no decurso da práxis, buscando criar as melhores condições para a efetivação dos objetivos revolucionários. A partir dos conselhos e dos sindicatos, pensou na ação do partido, dos comunistas, que constituídos em grupos, organizados nos sindicatos e nas fábricas, deveriam construir as táticas da III Internacional, influenciando sobre as organizações para que se tornem consciência e criação revolucionária das rebeliões, decorrentes dos refluxos do capitalismo sobre o operariado.

Gramsci, em *Sindicato e Ditadura* (1919), focando nos objetivos comunistas, de instauração de um Estado proletário no contexto italiano, analisa o processo de formação da ditadura do proletariado na Rússia e na Hungria e observa que as batalhas naquele contexto não foram só contra a burguesia, em grande parte, teve-se que lutar contra as próprias instituições operárias, os sindicatos. Mesmo não havendo confronto

direto entre sindicato e ditadura proletária, os sindicatos "atuaram como organismos derrotistas da revolução e semearam incessantemente o mal-estar e covardia entre os operários e os soldados vermelhos". (GRAMSCI, 2004a, p. 292). Os acontecimentos são úteis para a educação revolucionária das massas, que deve se convencer de que "o sindicato é talvez o organismo proletário mais importante da revolução comunista" (Idem), enquanto base da socialização da indústria, já que a ele cabe criar as condições nas quais a empresa privada desapareça e não mais possa renascer. Gramsci sinaliza, para que antes da revolução, sejam criadas condições psicológicas e objetivas para evitar tais conflitos e dualismos de poder entre os diversos organismos que se encontram presentes na luta da classe proletária, contra o capitalismo.

No momento que a luta de classes reassume um caráter nitidamente revolucionário em todos os países da Europa e os partidos unidos a III Internacional caminham mais próximos da perspectiva de construção da ditadura da proletária, suplantando as ideologias democráticas, "o sindicatos ao contrário, permanecem fiéis a 'verdadeira democracia' e não deixam passar nenhuma ocasião para induzir ou obrigar os operários a se declararem adversários da ditadura e se absterem de manifestações de solidariedade à Rússia dos sovietes" (GRAMSCI, 2004a, p. 292).

Mesmo quando os partidos socialistas se rendem a um perfil mais revolucionário e internacionalistas "os sindicatos, ao contrário, tendem a encarnar a teoria (!) e a tática do oportunismo reformista e a se tornarem organismos meramente nacionais". (GRAMSCI, 2004a, p. 293). A ação sindical, vista por Gramsci, mostra-se incapaz de superar com seus meios a sociedade capitalista e de conduzir o operariado a emancipação, colocando em risco o processo revolucionário. Em outros tempos, esses mesmos sindicatos eram formas orgânicas, educativas e organizativas dos operários de acordo com os princípios da luta de classe.

Gramsci defende que havia espaço para os sindicatos no processo revolucionário, pois "as doutrinas sindicalistas, os sindicatos deveriam servir para educar os operários na gestão da produção". (GRAMSCI, 2004a, p. 294). Os sindicatos de indústria deveriam

> [...] realizar a socialização, iniciar uma nova ordem de produção, na qual a empresa se baseia não na vontade de lucro do proprietário, mas no interesse solidário da comunidade social que, em cada ramo industrial, emerge da indistinção genérica e se concretiza no correspondente sindicato operário. (GRAMSCI, 2004a, p. 296).

Mesmo que em determinado momento, Gramsci tenha deslocada a atenção para os conselhos, o sindicato e o partido não deixaram de existir, mas foram concebidos em uma totalidade mais ampla, entendidos no conjunto das instituições presentes na vida social, econômica e política do proletariado. Ao partido cabe conduzir e unir as demais organizações na confluência de forças em luta contra a hegemonia da classe dirigente.

> O Partido Comunista educa o proletariado para organizar o seu poder de classe e para servir-se desse poder armado para dominar a classe burguesa e criar condições nas quais a classe explorada seja suprimida e não possa renascer. (GRAMSCI, 2004a, p. 295).

Sob liderança do partido, a classe operária organizada nas diversas instituições, deve ter clareza da luta de classes, da real situação de subalternidade a que está submetida, para reunir forças e pôr em marcha um processo revolucionário de enfrentamento do Estado burguês. O Partido Comunista, na ditadura do proletariado, tem a tarefa de

> Organizar poderosa e definitivamente a classe dos operários e dos camponeses em classe dominante, zelar para que todos os organismos do novo Estado desempenhem efetivamente uma ação revolucionária e romper com os direitos e as velhas reações inerentes ao princípio da propriedade privada. (GRAMSCI, 2004a, p. 295).

Gramsci em *Partido e Revolução*, em 1919, deixa claro que, apesar de o partido ser a "hierarquia superior deste movimento de massas" (GRAMSCI, 2004a, p. 310), o processo revolucionário identifica-se somente com "um movimento espontâneo das massas trabalhadoras" (Idem, 308), oriundo das reais condições de exploração impostas pelas forças da propriedade capitalista.

> Os organismos da luta do proletariado são os "agentes" desse colossal movimento das massas. O Partido Socialista é, indubitavelmente, o máximo "agente" deste processo de desagregação e de reconstrução, mas não pode ser concebido como a forma deste processo, forma maleável e plasmável segundo o arbítrio dos dirigentes. (GRAMSCI, 2004a, p. 308).

Apesar da simpatia de Gramsci pelas Comissões e Conselhos de fábrica como instituições educadoras da classe operária, não descarta o sindicato e o partido revolucionário como educadores da classe proletária. Critica a burocracia sindical e a falta de identificação com as lutas revolucionárias, atuando no ambiente da luta econômica, no espaço da democracia burguesa. Ele defende a existência do sindicato, enquanto representação operária; acredita no potencial formativo e na função educativa que pode exercer instruindo os operários sobre o processo de produção, por isso, recomendava filiação, dos membros do partido e dos operários dos conselhos no sindicato.

No PSI, Gramsci criticou as influências oportunistas e reformistas que conduziram o partido a caminhar pela democracia burguesa, com olhos nas vias parlamentares, distanciando-se do operariado, que se mantinha na perspectiva revolucionária. Quer que o PSI volte a ser um partido revolucionário, caminhe com as massas, seja educador e conduza o proletariado rumo a emancipação e a construção de uma nova ordem proletária. Como não foi possível resgatar um partido corroído (PSI) e distante das massas, ajudou a fundar o PCI. Como partido revolucionário, na condição de educador e sendo educado pelas das massas, poderia auxiliar o proletariado a resgatar a condição de sujeito da história, assumir seu protagonismo revolucionário e acelerar o futuro, na direção de um Estado operário-camponês.

7.4 GRAMSCI E A CRÍTICA AO PARTIDO SOCIALISTA ITALIANO

Gramsci tinha presente as experiências do centrismo da social-democracia alemã, que através das interferências no meio sindical e político, acabaram por sufocar o processo revolucionário desencadeado pelas massas. Teceu diversas críticas ao PSI, buscando corrigir os desvios reformistas e oportunistas. O partido já não conseguia ser

a força aglutinadora e o guia educador da classe operária como queria Gramsci. Isso fica mais claro, em 1920, quando os dirigentes sindicais e os dirigentes do PSI foram reticentes ou contrários aos conselhos de fábrica de Turim. Gramsci, em um primeiro momento, empenhou-se em trabalhar para uma renovação do partido, de modo que ele pudesse assimilar a experiência dos bolcheviques. Relembra que o PSI é o partido dos operários e dos camponeses pobres e que a sua missão consiste em organizá-los "em classe dominante, em estudar e promover as condições favoráveis para o advento de uma democracia proletária". (GRAMSCI, 2004a, p. 318).

Para Gramsci, o PSI teria cometido os mesmos erros dos sindicalistas, ou seja, agrupado a classe operária em torno de si, mas "por ter participado da atividade geral da sociedade humana no Estado, os socialistas esqueceram que sua posição deveria manter-se essencialmente crítica, contrária a ordem existente. Deixaram-se absorver pela realidade, em vez de dominá-la". (GRAMSCI, 2004a, p. 260).

Apesar da importância do partido e do papel que tem a desempenhar junto a classe operária, no entendimento de Gramsci, a centralidade é da classe proletária, dela mesmo, de sua solidariedade e organização vem a força revolucionária, pois o partido, ao contrário estava comprometido com a democracia parlamentar burguesa.

> A fórmula 'conquista do Estado' deve ser entendida no seguinte sentido: criação de um novo tipo de Estado, gerado pela experiência associativa da classe proletária, um Estado que deve substituir o Estado democrático parlamentar. (GRAMSCI, 2004a, p. 262).

Gramsci não era contra os processos eleitorais, tanto é que mais tarde foi eleito deputado. Ter uma representação política operária dentro do Estado burguês era importante, enquanto os trabalhadores não tivessem reunidas as condições para suprimir o parlamento burguês e instituir a democracia operária. A luta de classes precisa utilizar as duas vias, a das reformas por meio do parlamento e a de trabalhar para o processo revolucionário. Era admissível o PSI abandonar os fins revolucionários, contentando-se com as concessões da democracia burguesa.

Para o partido ser uma força de representação da expressão das massas, ficava evidente para Gramsci, que o PSI deveria se renovar, do contrário seria esmagado pela

pressão dos eventos e sua derrota significaria a derrota da revolução. Havia necessidade de se levar a sério o fato de ser membro da Internacional Comunista, conduzir ações para colocar em prática as teses em solidariedade aos operários organizados.

> As massas organizadas devem se tornar senhoras de seus próprios organismos de luta; devem 'organizar-se como dirigente', antes de mais nada, em suas próprias instituições: devem fundir-se com o Partido Socialista. (GRAMSCI, 2004a, p. 323).

A fusão entre o partido e as massas operárias não aconteceu apenas por falta de apoio da CGL e do PSI. O movimento de Turim não conseguiu expandir a força revolucionária para outras fábricas, um ano depois do lançamento do *L'Ordine Nuovo*, a experiência dos conselhos de fábrica caminhava para o fim. Gramsci percebeu a necessidade e a importância que tem o partido para coordenar a ação política revolucionária e ser expressão orgânica da massa operária. Queria um partido que fizesse da experiência dos conselhos o alicerce para a construção de um novo Estado proletário, pois na Itália, o partido tinha se tornado crítico dos conselhos.

> O partido político da classe operária só se justifica na medida em que, concentrando e coordenando fortemente a ação proletária, contrapõe um poder revolucionário de fato ao poder legal do Estado burguês e limita a liberdade de iniciativa e de manobra deste Estado. (GRAMSCI, 2004a, p. 357).

Gramsci desejava um partido que estivesse presente no movimento internacional e levasse em conta o conjunto do operariado, seu envolvimento na luta de classes em contraposição ao Estado burguês, sem se engessar num organismo burocrático e ser alma e vontade das massas. Um partido com tais características congregaria a classe operária e suas instituições, saberia aproveitar o potencial dos sindicatos e conselhos a favor da luta de classe. Sem perder de vista a importância dos conselhos na gestão da produção, o partido e o sindicato não são e não devem se colocar como

> [...] tutores ou como superestruturas já constituídas desta nova instituição, na qual ganha forma constatável o processo histórico da revolução, mas devem

> se posicionar como agentes conscientes da libertação dos conselhos das amarras que se concentram no Estado burguês. (GRAMSCI, 2004a, p. 367).

Gramsci, depois de grande insistência para a renovação do PSI, percebe que ele já não consegue desempenhar o papel que um partido revolucionário precisa para levar a diante o processo revolucionário.

> Na verdade, este pobre Partido Socialista, que se proclama guie e mestre das massas, não é mais do que um pobre tabelião que registra as operações já realizadas espontaneamente por estas massas; este pobre Partido Socialista, que se proclama líder da classe operária, não é mais do que um estorvo para o avanço do exército proletário. (GRAMSCI, 2004a, p. 425).

Gramsci compreende a necessidade de formação do Partido Comunista como aquele capaz de organizar o operariado italiano, o Estado operário e trabalhar para o advento da sociedade dos produtores.

> Os traços característicos da revolução proletária só podem ser buscados no partido da classe operária, no Partido Comunista, que existe e se desenvolve na medida em que é a organização disciplinada da vontade de fundar um Estado, da vontade de dar uma organização proletária ao ordenamento das forças físicas existentes e de lançar as bases da liberdade popular. (GRAMSCI, 2004a, p. 417-18).

O partido socialista, como detentor das doutrinas marxistas e de uma invejável estrutura, que deveria ter uma previsão histórica e ser capaz de fornecer a classe operária as palavras de ordem claras e precisas, perdeu a oportunidade de fazer história e, mais uma vez é "o paradoxo histórico, de que, na Itália, são as massas que impulsionam e 'educam' o partido da classe operária, em vez de ser a partido que guia e educa as massas", (GRAMSCI, 2004a, p. 425), circunstâncias que colocam as massas o operárias, fiéis aos princípios revolucionários, nutridas pelas experiências dos conselhos, como educadoras do educador. Um partido que deveria ser educador, perdeu-se nos meandros reformistas e oportunistas.

7.5 O PARTIDO COMUNISTA ITALIANO: EDUCAR E ORGANIZAR A CLASSE PROLETÁRIA

Em 21 de janeiro de 1921, por ocasião do congresso do partido, chegava ao fim as apostas de reconstrução do PSI. Uma organização política que tinha nas mãos uma classe operária que aspirava por mudanças, mas que infelizmente, por conta do reformismo, não soube conduzir a classe operária contra as forças do capital. No jogo de forças do partido disputavam espaço a corrente reformista, uma corrente comunista unitária (a maior) e uma corrente comunista "pura", a orientação geral era dada pelas diretivas da Internacional, que impunha as condições para que fosse partido membro.

Para Internacional Comunista era melhor expulsar os reformistas do quadro do partido, pois da união das outras duas correntes sairia um partido mais forte, numeroso e com ações coerentes aos seus objetivos. Diante da recusa dos unitários em expulsar os reformistas, a saída foi criar um novo partido mais coerente aos interesses da Internacional e do proletariado mundial. Constituído de 1/3 das forças dos delegados presentes "nasceu assim o Partido Comunista, primeira organização autônoma e independente do proletariado industrial, da única classe popular essencialmente e permanente revolucionária". (GRAMSCI, 2004b, p. 89).

O partido ficou composto, em sua grande maioria, pelo grupo de Amadeo Bordiga, que assumiu o compromisso de trabalhar de acordo com a Internacional; um grupo menor, ligado ao *L'Ordine Nuovo,* que se comprometeu a não insistir na questão dos conselhos e alguns maximalistas de Milão, que teriam ajudado nas mediações para formação do partido.

A fundação do PCI coincidiu com o momento de reformulação da Internacional Comunista, que em decorrência da derrota da revolução socialista, buscou construir novas estratégias de luta para defender a classe operária das nefastas forças capitalistas. A nova tática ficou conhecida como Nova Política Econômica e tinha como meta "unir forças sociais e políticas do movimento operário e de seus aliados numa frente única. (DEL ROIO, 2017, p. 116).

No começo, a participação de Gramsci foi mais discreta dentro do partido, eram intervenções mais jornalísticas e de crítica aos dirigentes sindicais e reformistas,

pelo centrismo que assumiam. A criação do Partido Comunista italiano possibilitou a Gramsci um ambiente favorável a continuidade da obra revolucionária e o *L'Ordine Nuovo* é novamente um instrumento para organizar, educar, coordenar vontades proletárias. (GRAMSCI, 1977b, p. 229). Gramsci buscou constituir um grupo novo que pudesse criar um sistema educativo condizente com a condições operárias daquele contexto, retomou as experiências dos conselhos de 1919-1920, que além de ser um instrumento de educação da classe proletária, transformou-a em instrumento de resistência às forças fascistas nascentes.

Gramsci mostrou-se fiel a linha de atuação do novo partido. No entanto, as críticas feitas às direções do PSI e às direções sindicais dificultavam a operacionalização de uma frente única contra a ofensiva capitalista. Ele tinha consciência que a real natureza e a estrutura dos sindicatos não ofereciam condições de superar o capitalismo.

> O sindicato, *objetivamente*, nada mais é do que uma sociedade comercial de tipo estritamente capitalista, que busca obter, no interesse do proletário, o maior preço possível para a mercadoria trabalho, bem como estabelecer o monopólio desta mercadoria no campo nacional e internacional. (GRAMSCI, 2004b, p. 93).

Em 1921, sem muito sucesso nas ações da frente única, Gramsci constata que o aumento da crise política poderia levar a um golpe de Estado. Percebe que o trabalho abnegado de funcionários civis e militares no cumprimento das atividades e o dedicado amor e paixão ao seu "dever" patriótico era na verdade uma espécie de lealdade ao Estado burguês. Eles são a base de sustentação e de apoio ao golpe. A quem serviria o golpe de Estado?

> Pode servir somente a esses outros, ou seja, aos corruptos, aos prevaricadores, aos poltrões, aos parasitas. Com muita frequência (ou melhor, quase sempre), o golpe de Estado não é mais do que o instrumento da escória estatal para conservar as posições ocupadas e que se tornaram mortífera para a sociedade. Esta gente não tem escrúpulos, pouco se importa com o juramento e a honra, odeia todos os trabalhadores e, mais ainda que os outros, odeia os que trabalham em suas próprias repartições e são a condenação viva da sua desonestidade e do seu parasitismo. (GRAMSCI, 2004b, p. 102).

O que estava em jogo ainda não era o fascismo, mas o perigo de um governo socialista de coalização com o partido popular (católico), que sob um discurso de apoio e contribuição para reconstrução e fortalecimento do Estado, reafirmava um programa de reformas em consonância com os interesses burgueses, enquanto a massa operária, refém dos discursos, agiria na ilusão de estar participando de um projeto operário. Por isso, Gramsci buscava reunir forças para enfrentar o poder do capital, tendo presente o antagonismo de interesses em jogo. Para ele, era preciso deixar claro para as massas que qualquer apoio dos operários e camponeses, aos

> [...] demagogos dos partidos socialdemocratas - socialista e popular - é uma contribuição para a reconstrução do organismo que há décadas as priva da liberdade, do bem-estar, obrigando-as à escravidão e à morte. A luta contra a socialdemocracia, contra o Partido Socialista traidor, identifica-se com a luta pela libertação do proletariado italiano de qualquer tipo de escravidão. (GRAMSCI, 2004b, p. 114).

Com o objetivo de afastar do capitalismo as forças que a ele aderem apenas em função de tradições históricas e pela influência da imprensa, o comunista, como homem de partido que "tem íntimas razões para se opor ao capitalismo e se solidarizar com o proletariado", propõe "a frente única aos social-democratas, senta-se a mesa com os funcionários pelegos do sindicalismo reformista", pois é a forma que tem para afastar as massas operárias e camponesas da influência ideológica da burguesia. (GRAMSCI, 2004b, p. 117).

Dentro do PCI, apesar de seus membros afirmarem que seguiam as orientações da IC, as divergências teórico-políticas e de estratégias de ação, presentes na sua fundação, eram uma realidade não resolvida. A estratégia da frente única defendida pela IC, a partir de dezembro de 1921, teve dificuldades em se materializar, uma vez que os partidos comunistas haviam nascido de cisões com outros grupos. Bordiga tinha reservas com essa tática de ação de uma frente única ampla, pois em seu entendimento, apenas a classe operária, disciplinada, educada e organizada pelo partido, reunia as condições para fazer a revolução.

Gramsci teve divergências sobre a orientação teórica e as estratégias que vinham sendo adotadas pelo PCI, principalmente com as posições de Bordiga, que além

de ser contrário à experiência dos conselhos, tinha resistências com as iniciativas espontâneas desencadeadas pela classe operária, que classificava como espontaneísmo e anarco-sindicalismo. A posição de Bordiga, por carecer de uma dialética interpretativa, é posta por Del Roio (2005) como uma posição inserida no cientificismo positivista que marcou o socialismo operário italiano naquele contexto.

Com a marcha sobre Roma e a nomeação de Mussolini para chefia de gabinete, em 28 de outubro de 1922, instaurou-se o fascismo, visto por Gramsci, "[...] como solução italiana à crise do Estado liberal no pós-guerra" (SEMERARO, 1999, p. 34). O fascismo, resultado de um processo de crise que se arrastou deste o final da guerra em que as lideranças sindicais e políticas, por não terem conseguido congregar as diferentes correntes do operariado numa frente ampla, impõe em sua fúria a perseguição política contra os comunistas. Como forma de unir a massa operária frente a força hegemônica fascista que se impunha, a IC aumentou a pressão para que a fusão entre PSI e PCI, que não havia acontecido em 1921, fosse realizada.

Em fevereiro de 1923, enquanto Gramsci ainda estava em Moscou, a polícia emitiu mandados de prisão contra ele e membros da Comissão Executiva da IC e a diversas lideranças sindicais e partidárias italianas. Tais fatos provocaram uma nova recomposição no Comitê Executivo do partido, que passou a contar com a participação e colaboração de Togliatti, Terracini, Gramsci, entre outros.

Quando Gramsci esteve em Moscou e em Viena (1922-1924) foi um período intelectualmente importante, pois, além do contado com lideranças do comunismo internacional como Lenin, Trotsky, entre outros, pois possibilitaram que desenvolvesse sua visão teórico-política. (TROTSKY, 1985, p. 12). Afastou-se de Croce em decorrência da cumplicidade com o fascismo e das críticas contra os bolcheviques e conseguiu a articulação necessária para impedir que a fusão entre os partidos, como pretendido pela IC, viesse a acontecer. Nas discussões e deliberações do partido prevaleceu a posição de Gramsci e o PCI, mesmo recusando a fusão, passou a aceitar a orientação da frente única como forma de enfrentamento do fascismo, braço direito dos interesses do capital. Os reflexos das políticas fascistas já eram sentidos no processo produtivo. A escola do trabalho associado, escola profissional e outras formas de auto-organização operárias dentro das fábricas foram desmanteladas pela ofensiva do capital.

Os princípios da inventividade, laboriosidade e autodisciplina, entendidos por Gramsci como "americanismo", que promoviam a realização humana e ajudavam a emancipação da classe operária, foram distorcidos pelo fascismo, transformados em uma rígida disciplina no processo de trabalho.

No período em que esteve fora da Itália, Gramsci amadureceu a reflexão sobre a necessidade de um novo grupo dirigente e com nova estratégia revolucionária. Em setembro de 1923, propôs à Executiva da IC a criação de um periódico que ajudasse na unidade entre operariado mais pobre da classe operária do Norte e as massas camponesas do Sul.

> Proponho como título simplesmente *L'Unita,* que terá um significado para os operários e um significado mais geral, pois [...] devemos dar importância particular à questão meridional, ou seja, à questão segundo a qual o problema das relações entre operários e camponeses se põe não apenas como um problema de relação de classe, mas também e em particular como um problema territorial, isto é, com um dos aspectos da questão nacional. (GRAMSCI, 2004b, p. 140).[51]

Gramsci enriquecido com as experiências dos conselhos de 1919 e 1920 buscou incorporar a aprendizagem sobre os erros que levaram a desintegração entre operários e PSI e percebeu a importância de o proletariado caminhar em unidade, pois foi da desintegração entre o PSI e a massa operária que nasceu o fascismo. Para ele, os problemas do PCI eram uma questão de política que se refletia na organização presente e futura, "[...] trata-se das relações entre os dirigentes do Partido e a massa dos inscritos, por um lado e, por outro, entre o Partido e o proletariado". (GRAMSCI, 2004b, p. 168).

Gramsci buscava uma reordenação do partido que pudesse oferecer às massas trabalhadoras condições de resistência ao fascismo e ao mesmo tempo empreender esforços para levar a diante a luta revolucionária. Na estratégia de frente única envolveu parte dos socialistas (grupo de Serrati) e levou a diante a estratégia das publicações, agora com manifestações não só dos membros do PCI, mas de todos os anticapitalistas e antifascistas.

---

[51] *L'Unita,* teve sua primeira publicação a partir de 12 de fevereiro de 1924. Na edição número 22, Gramsci colocou o "problema nacional" da conquista do proletariado social-democrata milanês para o PCI.

Para manter a unidade com IC e não ficar isolado, Gramsci teve que travar alguns embates com o Bordiga, que constantemente buscava confronto com a IC e que pela sua formação científica naturalista, concebia um partido revolucionário, órgão dirigente e disciplinado que concentrava a ciência e a organização da classe operária, negava a força da formação política das células de fábrica e demais organizações de base.

Para Gramsci, o tempo que Bordiga esteve a frente do PCI, errou ao colocar em "primeiro plano e de modo abstrato a organização partidária". Criou um quadro de funcionários féis a concepção oficial do partido, como se a "revolução dependesse da existência de tal aparelho". (GRAMSCI, 2004b, p. 181). Gramsci, que concebia o partido como resultado de um processo dialético entre a massa e a direção, percebeu que o partido havia deixado de trabalhar na atividade orgânica de agitação e de propaganda, dedicando-se em formar apenas especialistas. O partido tinha sido contrário à formação de células de fábrica e excluído as massas das suas atividades internas.

> Não se concebeu o Partido como resultado de um processo dialético no qual convergem o movimento espontâneo das massas revolucionárias e a vontade organizativa e dirigente do centro [partido], mas somente como algo solto no ar, que se desenvolve em si e para si e que as massas atingirão quando a situação for propícia e a crista da onda revolucionária chegar à sua máxima altura, ou quando o centro do Partido considerar que deve iniciar uma ofensiva e descer até a massa para estimulá-la e levá-la até a ação. (GRAMSCI, 2004b, p. 182).

Gramsci indicou ações organizativas e políticas como necessárias para uma renovação futura do PCI. No campo da organização, pensou ser necessário valorizar o comitê central e estabelecer melhor as relações entre os organismos partidários. Propôs a criação de uma comissão de controle, formada pelos operários mais antigos e um comitê de agitação e propaganda, com objetivo de estudar as situações locais e propor ações de modo que o partido possa estar presente, além da fábrica, nos bairros urbanos e nos distritos rurais. (GRAMSCI, 2004b, p. 185).

No terreno político, chamou a atenção para se estabelecer com clareza e exatidão as teses sobre a situação italiana e os rumos a serem perseguidos nas fases posteriores. A clareza do programa ajuda a ganhar confiança das massas e traçar

estratégias de ações. Lança o desafio de conquistar o proletariado milanês, onde o partido tinha pequena atuação, de envolver os operários marítimos, pois estavam diretamente ligados à frota naval italiana, e os ferroviários, em que atuavam apenas organizações sindicais. E, mais uma vez, volta a atenção para a necessidade de envolver, no processo revolucionário, os camponeses do Sul.[52]

> Sempre estive convencido de que o Sul se tornaria a tumba do fascismo, mas creio também que ele será o maior reservatório e a praça de armas da reação nacional e internacional, se antes da revolução não tivermos estudado adequadamente suas questões e não estivermos preparados para tudo. (GRAMSCI, 2004b, p. 188).

A insistência de Gramsci em se discutir a questão meridional, deve-se ao entendimento de que ela é fundamental para se levar a diante a estratégia da frente única. Concebe que, para além da unificação da classe operária entre socialistas, sindicatos e demais organizações, era fundamental que houvesse uma aliança entre o proletariado agrícola e o campesinato. Para tanto, era importante conseguir o envolvimento e a contribuição dos intelectuais meridionais liberais nas discussões, pois representavam na sua maioria uma inteligência a serviço da hegemonia agrária e religiosa. Para fomentar as discussões das questões revolucionárias, Gramsci pensou em publicações de jornais e revistas, como *L'Unita,* e buscou reativar *L'Ordine Nuovo,* que havia desempenhado importante função formadora junto ao contexto dos conselhos de fábrica (1919-1920).

Em 1924, Gramsci retorna a Itália, na condição de dirigente do partido e deputado eleito pelo distrito de Vêneto, dedica-se a um trabalho de reeducação do partido e da classe operária. Era a oportunidade de transmitir ao PCI, as experiências aprendidas com os conselhos de fábrica, com a espontaneidade e autoeducação do operariado no interior das fábricas, (1919-1920), onde eram as células primeiras do Estado operário. Neste contexto (1924 e 1925), o trabalho de Gramsci e do grupo do

---

[52] A opinião de Gramsci sobre o sul da Itália, região agrícola, pobre e fornecedora de mão de obra para o norte industrial, foi esboçada em Carta enviada de Viena em 09 de fevereiro de 1924 ao companheiro Togliatti e outros membros do partido. Excetuando-se algumas referências em que fala da temática em escritos anteriores, é de 1926 o escrito "*Alguns temas da Questão Meridional*" em trata da temática dos camponeses. Embora o texto tenha ficado inacabado, por conta da prisão do autor, que aconteceu no final de setembro do mesmo ano, é um clássico para se compreender o jogo das forças hegemônicas naquele contexto italiano.

L'Ordine Nuovo, "seria agora o de educar o educador". (DEL ROIO, 2006, p. 318). O PCI deveria ser enriquecido com a lições de espontaneidade apreendidas das massas, com a experiências dos conselhos de fábrica, embriões do Estado socialista.

Em *Coordenar Vontades e Ações*, (04-12-1920), Gramsci já manifestava a esperança de que com a criação de um novo partido, mais próximo dos interesses da classe trabalhadora, perderia menos tempo com os céticos, reformistas, oportunistas e com a fraseologia pseudo revolucionária no interior de um partido, para poder dedicar-se ao trabalho de formação.

> A constituição do Partido Comunista cria as condições para intensificar e aprofundar o nosso trabalho [...] poderemos dedicar-nos inteiramente ao trabalho positivo, a expansão do nosso programa de renovação, de organização, de despertar das consciências e das vontades. [...] o programa do nosso movimento não se preocupa com as maiorias senão enquanto elas criam as condições para organizar, para educar, para difundir convicções, para coordenar vontades e ações. (GRAMSCI, 1977b, p. 228-9).

Organizar, educar, coordenar vontades e as ações eram os desafios que se apresentavam ao PCI, desafios que o pequeno grupo do *L'Ordine Nuovo* reunido em torno de Gramsci, utilizaria como estratégia para fazer frente às forças do capital, o que exigia, além de clareza na interpretação do que estava acontecendo no cenário italiano e mundial, um grande esforço para conquistar apoio e suporte das demais correntes presentes no interior do partido, pois Bordiga e Tasca concebiam um "intelectual dissociado das massas e não percebiam como o educador pode e deve ser educado pelo educando" (DEL ROIO, 2006, p. 319).

Gramsci tinha consciência do pequeno partido que era o PCI, da necessidade de formação das lideranças e do conjunto do operariado. Queria um trabalho que pudesse elevar a qualidade política das massas ao nível dos maiores partidos da IC. Para tanto, "devemos considerar a nossa atual organização, dadas as condições em que se vive e se desenvolve, como elemento destinado a lançar as bases de um grande partido de massa". (GRAMSCI, 2004b, p. 249). Para se conceber um governo operário e camponês, como pensado por Gramsci, era necessário canalizar energias para a construção de um partido que estivesse ligado as massas e pensar a formação política das classes subalternas.

> As palavras de ordem servem apenas para pôr em movimento e dar orientação geral às grandes massas; mas tudo estará perdido se o partido responsável não cuidar da organização prática das massas, não criar uma estrutura que as discipline e as torne permanentemente poderosas. (GRAMSCI, 2004b, p. 252).

Na 1ª Conferência Nacional do PCI, ocorrida clandestinamente na cidade de Como (Itália), em maio de 1924, Gramsci, embora não tenha conseguido unanimidade dos dirigentes para sua liderança e causa, conseguiu chamar a atenção para a necessidade de maior envolvimento do partido com as massas italianas.

> Pode-se dizer que, nesta última conferência, nosso Partido pôs explicitamente, pela primeira vez, o problema de se tornar o partido das mais amplas massas italianas, de se tornar o partido que realize a hegemonia do proletariado no amplo quadro da aliança entre a classe operária e a massa dos camponeses. (GRAMSCI, 2004b, p. 254).

A necessidade do apoio das massas e de uma ampla aliança, desejada por Gramsci, se fazia necessária para as mudanças que aconteciam no contexto italiano. Constata que o fascismo havia mudado na essência e na forma de ação. Não se apresentava da mesma forma que anos de 1922 e de 1923. "O fato característico do fascismo é ter conseguido constituir uma organização de massa pequeno burguesa", elevar-se com o apoio de uma massa que não se organizava e nem se unificava por uma ideologia própria. (GRAMSCI, 2004b, p. 269). O fascismo, além do apoio dos grupos armados, que são uma extensão do próprio Partido Nacional Fascista, utiliza da fórmula de conquista do Estado, apenas como "invenção de um mecanismo eleitoral que dê a maioria parlamentar aos fascistas sempre e a qualquer custo". (GRAMSCI, 2004b, p. 270).

Para alcançar o objetivo de conduzir o partido, transformá-lo em partido de massas, Gramsci defendeu a necessidade de se estabelecer uma nova plataforma de ação. Destaque para a necessidade de o partido caminhar em harmonia com IC, que é para ele, o grande partido do proletariado mundial, revisar algumas teses que estariam em desacordo com a IC e a nova realidade italiana e chamar o proletariado para a discussão, de modo que "toda célula de fábrica e de aldeia seja capaz" de participar e "irradiar seus resultados sobre toda a massa operária e camponesa". (GRAMSCI, 2004b, p. 256).

O destaque desse contexto foi o assassinato do deputado socialista reformista Giacomo Matteotti, ocorrido na noite da posse do novo parlamento. Acontecimento que gerou grande mobilização operária contra o regime fascista e como decorrência uma crise política institucional. Para pressionar a demissão de Mussolini, vários partidos de oposição se retiraram do parlamento. Gramsci indicou a criação de um antiparlamento, com poder paralelo, composto das forças de oposição antifascistas. Com a negativa da estratégia da dualidade de poderes e com a permanência de Mussolini no cargo, o movimento caminhou para seu esvaziamento. Aos poucos os opositores retornaram ao parlamento de onde usavam a tribuna para denunciar os desmandos fascistas.

No informe ao Comitê Central do PCI[53], em 13 e 14 agosto 1924, Gramsci, que era secretário, fez uma análise da crise italiana, reflexo de uma crise capitalista mundial, das relações com o fascismo, indicou caminhos ao partido. Destacou que o fascismo, depois do assassinato de Matteotti, jamais seria um partido normal, principalmente pelas figuras bizarras que, como Mussolini, mais parecem um personagem do folclore caipira, meio estadista e meio ditador. O regime fascista apenas atrasou a revolução proletária, mas não a tornou impossível. O fato de as grandes massas estarem desorganizadas, dispersas e bastante indiferentes, pode ser contornado com uma atitude política e tática do partido.

> A primeira tarefa de nosso partido consiste em adquirir os instrumentos necessários ao cumprimento de sua missão histórica. Em toda a fábrica, toda a aldeia, deve existir uma célula comunista, que represente o Partido e a Internacional, que saiba trabalhar politicamente, que tenha iniciativa. (GRAMSCI, 2004b, p. 275).

Gramsci revela o entendimento de que PCI tem a missão histórica de conduzir o processo revolucionário da luta de classes e trabalhar com o operariado e os camponeses para a instauração do Estado dos produtores.

> [...] devemos nos tornar um grande partido, devemos tentar atrair para nossa organização o maior número possível de operários e camponeses

[53] Texto publicado com o título *A crise das classes médias*, em *L'Unità,* 26 de agosto de 1924. E, republicado com o título *A crise italiana* em *L'Ordine Nuovo*, 1º de setembro de 1924.

> revolucionários, a fim de educá-los para a luta, para formar organizadores e dirigentes de massa, de elevá-los politicamente. (GRAMSCI, 2004b, p. 276).

A estratégia de ação, em meio a repressão fascista, passava pela necessidade de atuação dos comunistas junto as massas trabalhadoras, principalmente nas organizações de fábrica, que a exemplo das experiências de 1919 e 1920, seriam células de aprendizagem, solidariedade, domínio do processo produtivo e de autogestão dos trabalhadores, embrião do futuro Estado operário e camponês.

Em abril-maio de 1925, em *Necessidade de preparação ideológica de Massa*, Gramsci fala dos quase cinco anos de semilegalidade do movimento operário, em que a liberdade de imprensa, direito a reuniões de associação e propaganda foram praticamente suprimidos, manifesta a necessidade de se retomar a formação dos quadros de dirigentes do proletariado. Com bibliotecas operárias queimadas, reuniões e manifestações proibidas, a massa do partido habitua-se a ilegalidade e até se afasta da concepção marxista da atividade revolucionária. No entanto, adverte Gramsci, que a história tem mostrado que após um período reacionário e de passividade das classes subalternas, na convergência de uma retomada, o movimento operário poderá reunir uma grande massa de novos membros para o partido.

> Por isso, é dever do Partido preocupar-se com os membros, desenvolvendo uma atividade determinada que tenha particularmente em vista a melhoria de sua organização e a elevação intelectual dos seus membros no período do terror branco, já que tais membros estão destinados a se tornar o núcleo central do partido que irá dirigir a revolução e administrar o Estado proletário, aquele núcleo mais resistente a qualquer prova e a qualquer sacrifício. (GRAMSCI, 2004b, p. 291).

No contexto de expansão fascista e repressão das formas de organização da classe operária, “organizar e educar, educar e organizar” são palavras recorrentes nas reflexões de Gramsci.

> O partido deve incorporar os melhores elementos da classe formados de maneira mais ou menos espontânea e educá-lo para organizar e educar novos elementos da classe, até que o Partido crie uma identidade com a classe, que a classe se faça partido, classe organizada e culta. Nesse processo dialético é que a classe cria os seus próprios intelectuais. (DEL ROIO, 2017, p. 125).

A preocupação de Gramsci era para que o PCI não cometesse os mesmos erros do PSI, quando durante a guerra permaneceu reduzido a um pequeno núcleo do partido, dezesseis mil pessoas e no pós-guerra, depois de ter atraído uma massa de seguidores, já eram 200 mil pessoas. Para Gramsci, a falta de formação política e noções da doutrina marxista foram sentidas no Congresso de Livorno, quando pequenos burgueses e fanfarrões teriam constituído o fenômeno maximalista. O partido deve manter-se atento ao "[...] fortalecimento ideológico e político de seus atuais quadros, para torná-los capazes de assimilar e enquadrar massas ainda mais amplas, sem que isso provoque excessivos abalos na organização e sem que modifique a face do Partido". (GRAMSCI, 2004b, p. 292).

A luta das classes subalternas conduzida pelo partido tinha três frentes de atuação: a econômica, a política e a ideológica. A luta econômica se desdobrava em resistência ao capitalismo (fase sindical), ofensiva contra o capital pelo controle operário da produção e eliminação do capitalismo através da socialização. No campo da política lutava-se para limitar a burguesia ainda no Estado parlamentar, conquistar o poder, criar o Estado operário e instaurar a ditadura do proletariado, em que se eliminariam obstáculos para a implantação do comunismo. Gramsci buscava o entendimento de que tais divisões haviam sido criadas apenas como desdobramentos operacionais, que dentro do movimento operário foram assumidas como ações isoladas no conjunto das lutas operárias. Gramsci conclama o PCI ao entendimento que "a luta econômica não pode ser desligada da luta política e nenhuma das duas pode ser desligada da luta ideológica". (GRAMSCI, 2004b, p. 293).

Em relação a luta ideológica, Gramsci entende que esta frente é negligenciada pelo movimento operário italiano. O marxismo na Itália, com exceção de Labriola, "[...] foi estudado mais pelos intelectuais burgueses, para desnaturá-lo e pô-lo a serviço da política burguesa, do que pelos revolucionários" (GRAMSCI, 2004b, p. 294)[54]. Gramsci propôs ao partido que assimilasse o marxismo, principalmente na sua corrente leninista, para ajudar na clareza das interpretações e das ações. Para que o partido estivesse em

[54]Gramsci, indiretamente tem presente a figura de Benedeto Croce, que havia se debruçado sobre o estudo do marxismo, mas não para fazer do marxismo um ideal de vida, mas para refutá-lo ou usá-lo a favor dos interesses liberais. (ver tópico sobre Croce).

contato com as massas, defende a necessidade de cada membro ser um político ativo, dirigente. Para evitar o centralismo, chamou atenção para a necessidade de um trabalho de propaganda e de agitação das fileiras, aconselhou o partido a educar seus membros e a elevar o nível ideológico, de forma que quando o partido estiver impedido de agir, cada um, na sua célula, seja capaz de interpretar a realidade e orientar-se de modo a ajudar a classe operária. Portanto, "a luta ideológica de massa é uma necessidade da luta revolucionária, uma das condições indispensáveis para a vitória". (GRAMSCI, 2004b, p. 297).

Em 23 janeiro de 1926, Gramsci participou do III congresso nacional do PCI, que aconteceu na cidade de Lyon, na França, como forma de driblar a ação repressiva fascista. Gramsci e seu grupo fizeram prevalecer as teses sobre a realidade italiana com as estratégias de ação e assumiram a hegemonia na direção ideológica do partido, frente a Bordiga e a um grupo minoritário de opositores. Gramsci apresentou um informe sobre a situação política geral, que ficou conhecido como as "teses de Lyon", que foi aprovado por mais de 90% dos delegados presentes. Entre as questões levantadas pelo documento aparece a tarefa de adequar a organização ao formato indicado pela IC, como havia sido indicado no V congresso mundial realizado em 1924. Transformar os partidos comunistas em partidos bolcheviques torna-se tarefa prioritária. Gramsci adverte que na Itália criar partido bolchevique só faria sentido se fossem considerados os erros e acertos das experiências do movimento operário.

O documento escrito por Gramsci com a contribuição de Togliatti coloca que o partido se encontra na fase de preparação política da revolução, havendo necessidade do PCI organizar e unificar o proletariado industrial e agrícola para a revolução; organizar e mobilizar em torno do proletariado todas as forças necessárias para a vitória revolucionária e para a fundação do Estado operário; e apresentar ao proletariado e aliados o problema da insurreição contra o Estado burguês e da luta pela ditadura do proletária. (GRAMSCI, 2004b, p. 341).

Sobre o problema político da organização, enfatiza que "a organização do Partido deve ter como base a produção e, portanto, o lugar de trabalho (células). Esse princípio é essencial para a criação de um partido 'bolchevique'". (GRAMSCI, 2004b, p. 348). Ao situar o alicerce básico da organização no local da produção, o partido estava

optando por ser um partido de classe, que escolhe a classe operária e com ela busca identificar-se e conduzir a luta antifascista e anticapitalista.

Com as células de produção, Gramsci recupera e incorpora no PCI o aprendizado do movimento de fábrica de 1919-1920, em que a organização no interior da fábrica permitia superar a concorrência entre as diversas categorias operárias, criar laços de solidariedade, oxigenar o burocratismo e aproximar o partido da massa, por isso o "partido deve dedicar uma particular atenção à educação destes companheiros, que formam o tecido cognitivo da organização e são o instrumento de ligação com as massas." (GRAMSCI, 2004b, p. 350).

O documento orienta aos comunistas presentes nas células de fábrica, no sindicato ou em qualquer outra organização para que trabalhem a favor da unidade da classe trabalhadora e atraiam novos quadros contra as forças capitalistas que buscam neutralizar qualquer luta revolucionária. Assim, a prática da frente única, como ação política, ganha materialidade no cotidiano de cada trabalhador.

> A 'frente única' de luta antifascista e anticapitalista, que os comunistas se empenham por criar, deve ser uma frente única organizada, ou seja, ter como base organismos em torno dos quais toda a massa encontre uma forma e se agrupe. (GRAMSCI, 2004b, p. 362).

Na Itália, a tática da frente única deveria continuar a ser adotada, pois a realidade mostrava que não havia conquistado a influência decisiva da classe operária e da população trabalhadora. O partido colocou a "criação de comitês operários e camponeses" como palavra de ordem a ser perseguida pelos comunistas. Uma "[...] fórmula que sintetiza toda a ação do Partido, na medida em que se propõe criar uma frente única organizada da classe trabalhadora". (GRAMSCI, 2004b, p. 363).

A fórmula que o partido quer manter viva como bandeira revolucionária a conduzir os passos do proletariado na luta de classes é a instauração de um "governo operário e camponês". (GRAMSCI, 2004b, p. 366). Uma bandeira de agitação das massas, que mesmo não correspondendo ao real estágio de desenvolvimento histórico daquele contexto, serve como fórmula de agitação, indicação do caminho que se deve

perseguir: a ditadura do proletariado, governo operário e camponês, gestado a partir das experiências democráticas dos conselhos operários e camponeses.

7.6 CONSIDERAÇÕES SOBRE EDUCAÇÃO E POLÍTICA

Gramsci construiu um projeto de formação da classe operária, em que dá atenção a educação e a formação política proletária. Com o *L'Ordine Nuovo,* buscou educar as massas e formar lideranças operárias; com o jornal *L'Unità,* dirigiu-se às massas; sugeriu a criação de Anuário da classe operária, com publicação de textos marxistas, que comporiam uma biblioteca da escola de partido; trabalhou para funcionamento de uma escola por correspondência; pensou em uma publicação para o público intelectual, cujo nome poderia ser *Crítica Proletária*, com ela buscou estabelecer um contraponto de crítica à cultura dominante.

Gramsci defendeu, junto aos companheiros, que o *L'Ordine Nuovo* teria um papel fundamental de não só indicar as contradições do capital e sinalizar para a necessidade de um governo operário e camponês, mas discutir questões pertinentes ao modo de produção fabril. Pensava que a publicação poderia ser uma fonte de recursos para desenvolver um "curso por correspondência de organizadores e propagandistas do partido". O curso por correspondência "deve se tornar a primeira fase de um movimento para a criação de pequenas escolas do partido, capazes de criar organizadores e propagandistas bolcheviques", pessoas que, além de pulmões e garganta, tenham cérebro. Essas escolas, fruto das experiências russas, não demandariam de edificações físicas e nem professores. Elas se configurariam como espaços de orientação, aconselhamento de livros a serem lidos e "métodos a aplicar". Elas poderiam funcionar no interior das fábricas e os operários mais antigos do proletariado poderiam ser os instrutores,". Para Gramsci, onde existir um "grupo de 10 companheiros, aí deve existir uma escola de partido", (GRAMSCI, 1977b, p. 250-251). Queria elevar o nível de formação política da massa, de autoeducação e da solidariedade e melhorar os quadros das organizações proletárias, tornando-os capazes de não só participar das próximas lutas, mas serem sujeitos da história, acelerando o futuro Estado socialista.

Para ajudar as escolas do partido, Gramsci propôs a publicação de alguns opúsculos e livros, como manuais elementares do marxismo; uma exposição da palavra de ordem do governo operário e camponês aplicada à Itália; um pequeno manual de propaganda, com dados essenciais sobre a vida econômica, política, partidos políticos, entre outros; uma publicação do Manifesto Comunista em Italiano; uma antologia do materialismo histórico, com trechos mais importantes de Marx e Engels. (GRAMSCI, 1977b, p. 252-253).

Na Rússia, Gramsci experienciou e compreendeu a questão da educação de vanguarda. Em seu retorno da Rússia, ao pensar e executar o projeto educativo, levou em conta as lições de algumas experiências de escola proletária que haviam fracassado. Na avaliação, o "motivo fundamental destes insucessos foi a ausência de uma ligação entre as 'escolas' projetadas ou iniciadas e um movimento de caráter objetivo." (GRAMSCI, 1978, p. 18). Para sanar tais dificuldades, pensou em um projeto de educação da vanguarda e das massas interligados em um processo que possibilitasse ao "educador ser educado pelo movimento, um movimento conjunto de auto-educação das massas e de progresso intelectual coletivo". (DEL ROIO, 2006, p. 322).

A proposição de Gramsci de organizar uma escola para militantes do proletariado confrontava-se em seus fundamentos com proposições fascistas e as reformas de Gentile, iniciadas em 1922, que sinalizavam para a dualidade do sistema educacional italiano[55]. Sistema educativo que reservava à classe dominante acesso ao

[55] O fascismo de Mussoline aqui foi interpretado como um regime de massas que foi consolidado através da educação. As reformas de Gentile (1922-1923), Ministro da Educação do regime fascista, contribuíram para adequar a educação aos interesses do novo regime, formando uma juventude como se fosse um exército. Na reforma administrativa e didático-pedagógica foram incorporadas posições liberais conservadoras, elementos do nacionalismo, defendidas por educadores idealistas e algumas teses do Partido Popular com destaque para aquelas sobre liberdade de ensino.

As reformas de Gentile evidenciaram a aparente dualidade de um pensamento idealista que prega a liberdade didática do professor, mas mantém uma centralização e controle autoritário das ações desenvolvidas. Reflexos dessa reforma ainda persistem na educação brasileira, nas atuais reformas do Ensino Médio, que reavivam um retorno desse dualismo, com traços de controle moral do Estado, como vivenciado no contexto italiano.

ramo científico, clássico e humanista do conhecimento, e às classes subalternas permitia acesso apenas ao ensino básico e profissionalizante, como forma de preparação de mão de obra para a indústria. Gramsci tem consciência que o proletariado é excluído das escolas de cultura média e superior. Em 1916, ele já questionava o PSI, por não ter apresentado ainda um programa escolar concreto, diferente do tradicional, pois já compreendia que educação e cultura são privilégios da classe burguesa.

> A cultura é um privilégio. A escola é um privilégio. E não queremos que o seja. Todos os jovens deveriam ser iguais em relação a cultura. O Estado não deve pagar com o dinheiro de todos a escola para os medíocres e deficientes, filhos dos abastados, enquanto exclui os inteligentes e capazes, filhos dos proletários. (GRAMSCI, 2004a, p. 74)

Gramsci enaltece a necessidade de uma escola proletária, em que a educação profissional não seja vista apenas com incubadora de "pequenos monstros", instruídos apenas para uma profissão, sem noções de cultura geral. Para ele, mesmo a escola profissional pode transformar a criança em homem, mas que forme homens, contanto que seja cultura e educativa, não apenas informativa, não apenas prática e manual. A escola sugerida por Gramsci ao partido, é uma escola da liberdade e livre iniciativa, não apenas uma escola da escravidão e mecânica.

> Para o proletariado é necessária uma escola desinteressada. Uma escola em que seja dada a criança a possibilidade de formar-se, de se tornar homem, de adquirir os princípios gerais que servem para o desenvolvimento do caráter. Uma escola humanista, em suma, como a entendiam os antigos e os mais recentes homens do Renascimento. Uma escola que não hipoteque o futuro da criança e não obrigue a sua vontade, a sua inteligência e a sua consciência em formação a mover-se num sentido pré-estabelecido. (GRAMSCI, 2004a, p. 74).

"O Estado, para nós, é substância ética: é a própria consciência do indivíduo que se faz personalidade, e se afirma, e se valoriza através de seu desenvolvimento histórico, na sociedade. [..] Esta consciência ativa e dinâmica do Estado é pensamento, sistema de ideias e de interesses a satisfazer; vida moral a realizar. Por isso, o Estado ensina, e deve ensinar. Deve manter e favorecer escolas, que promovam esta vida moral na qual ele se atualiza. Na escola, o Estado realiza-se a si mesmo". (GENTILE, 1923, p. 416-417).

Durante a ascensão do fascismo, o desafio cultural e educativo de Gramsci foi imenso, principalmente porque o contexto histórico mostrava-se desfavorável ao desenvolvimento das instituições operárias. Em 1925, depois da persistente perseverança de Gramsci nas proposições de curso de formação da classe trabalhadora, iniciava a escola de partido, como "a vanguarda do proletariado", que forma e instrui seus quadros, unindo "consciência técnica e doutrina revolucionária". (GRAMSCI, 1978, p. 19).

Em contraposição à concepção burguesa de educação presente no contexto italiano, Gramsci constata que a "preparação dos quadros dirigentes não pode mais ocorrer pelos caminhos e com método tradicionais" (GRAMSCI, 2004b); ele orienta os os socialistas sobre a importância do estudo nas fileiras do partido, como forma de conhecer, avaliar as forças em ação e preparar os fins supremos da revolução.

> Somos uma organização de luta e nas nossas fileiras estuda-se para aumentar, para afinar as capacidades de luta de cada um e de toda a organização para compreender melhor quais são as posições do inimigo e as nossas, para melhor poder adequar, a partir delas, a nossa ação de cada dia. Estudo e cultura não são, para nós, outra coisa senão consciência teórica dos nossos fins imediatos e supremos e do modo como poderemos conseguir traduzi-los na prática. (GRAMSCI, 1978, p. 18).

Gramsci defende que, mesmo diante de um contexto de refluxo, em período de "terror branco", que sufoca a ação proletária, é importante educar as massas e principalmente um grupo dirigente do operariado. Do grupo dirigente composto pelos operários melhor esclarecidos depende, em grande parte, o sucesso revolucionário, as questões administrativas da transição para o novo Estado e a formação política e educacional das massas trabalhadoras, visando a sedimentação de um processo emancipatório, em que o refluxo contrarrevolucionário das forças burguesas, não tenha êxito. A educação, a autoeducação e "a preparação ideológica da massa é uma necessidade da luta revolucionária, uma das condições indispensáveis para a vitória." (GRAMSCI, 2004b, p. 297).

Gramsci, ao avaliar o curso, indicou problemas pertinentes a forma de exposição, que considerou demasiada absolutista e enfática, com abordagem de temas elementares, cujo risco era a transmissão de opiniões como sendo verdades absolutas.

Grande parte dos problemas detectados estava relacionada ao fato da escola funcionar por correspondência e, portanto, não ter presente a diversidade dos alunos, quer seja idade, cultura e formação anterior. O que levou Gramsci a admitir que "o melhor tipo de escola é, sem dúvida, a da escola falada, não o da escola por correspondência". Nela é possível compensar as deficiências através de um contínuo e sistemático processo de "fazer viver coletivamente a escola" no desenvolvimento individual e coletivo da classe operária.

O projeto educativo das classes proletárias, de uma escola orgânica do trabalho, uma escola unitária, como pensada por Gramsci, encontrava enorme desafios por conta de o sistema educacional italiano trazer na sua essência, uma segregação de classes. Aos jovens oriundos da classe burguesa, a escola fornece uma formação que envolve ginásio, liceu e universidade, além de fornecer um ferramental cultural e científico que possibilita intervenções mais eficientes na realidade, incute valores ideológicos que os ajudam na hegemonia dominante. Para a classe operária, o Estado burguês designou a escola popular e profissional, que, ao tornar o filho do operário um operário, mantém divisão de classe e reserva um espaço social subalterno. De modo que, "a escola por correspondência para a educação da vanguarda operária não podia ser mais do que uma pequena semente de duvidosa germinação, cujo escopo era o de criar uma intelectualidade orgânica da classe operária." (DEL ROIO, 2006, p. 325).

Para atingir o objetivo de uma frente única, Gramsci em *Alguns temas da questão meridional* sinaliza a necessidade do partido intervir, como agente educador, no meio agrícola e no campesinato, pois da união entre operariado e o campesinato esperava-se uma elevação cultural das fileiras militantes e a emancipação das massas camponesas do sul.

Como resultado da escola por correspondência e das diversas viagens de Gramsci aos congressos regionais, ele conquistou confiança dos socialistas na estratégia de frente única das classes proletárias frente ao fascismo e ao liberalismo. Lutar contra o fascismo era uma forma de ação anticapitalista. Para enfrentar as posições mecânicas e positivistas da burguesia havia "a necessidade de se educar e de se preparar o educador das massas, o partido revolucionário." (DEL ROIO, 2006, p. 326). Não só educar as massas proletárias, mas preparar intelectuais orgânicos da classe operária, que com ela

mantivessem estreitos vínculos a fim de enfrentar os intelectuais burgueses e gestar um processo produtivo de acordo com a metas revolucionárias.

O partido, na militância de Gramsci, aparece com uma missão histórica de preparar a classe operária contra o Estado burguês e as forças do capital e trabalhar em perspectiva revolucionária para, apropriando-se do Estado burguês, criar condições para um Estado dos produtores, o comunismo.

O partido precisa ser um instrumento que esteja conectado com as massas e com a luta de classes. O PSI foi criticado pela opção reformista, que o fez agir dentro dos parâmetros do Estado burguês. A preferência por agir apenas pelas vias parlamentares levou o PSI a perder a perspectiva revolucionária. Ao se distanciar das massas, perdeu a vivacidade e a dinâmica necessárias para representar a classe operária. Gramsci ainda apostou em uma renovação do partido, investiu com o grupo do *L'Ordine Nuovo*, em um processo de formação, nas experiências dos conselhos de fábrica, células embrionárias do futuro Estado proletário, onde o operário exercitava-se no conhecimento e na gestão da produção, espaço privilegiado para autoeducação, solidariedade e atuação dos comunistas no preparo da revolução.

Por ocasião das ocupações das fábricas em Turim, quando o PSI coligado com as forças do capital, deixou de expressar sua solidariedade ao movimento operário, sinalizou para Gramsci que dentro do partido já não haveriam mais condições de renovação do PSI. Com a fundação do PCI, partido pequeno e de muitas divergências internas, Gramsci renovou a esperança de que o partido poderia realizar a missão histórica de direção, mobilização e preparação da classe proletária, destruir as forças burguesas do capital e construir no seu lugar um Estado socialista, etapa necessária rumo ao futuro comunista. Gramsci queria um partido que tivesse presente a luta de classes mundial, fosse solidário ao processo revolucionário internacional; que levasse em conta o conjunto do operariado em contraposição às forças do capital. Um partido que fugisse do burocratismo e fosse vivificado pela vontade e energia das massas. Que soubesse a aproveitar o potencial dos sindicatos, dos conselhos de fábrica e de outras formas de organização gestadas pelas classes subalternas em favor da luta de classe.

Gramsci valoriza o partido, o conselho e o sindicato na luta de emancipação e preparação do proletariado, cabe ao partido, articular as diversas insatisfações e

reivindicações e conduzir o processo revolucionário da luta de classes e trabalhar com o operariado e os camponeses para a instauração do Estado dos produtores.

Gramsci sinaliza os limites de ação do sindicato no âmbito da luta econômica, no campo da ordem burguesa, entende que reivindicações pela melhoria das condições de trabalho e luta salarial são importantes no Estado burguês para que o capital não degrade a vida do trabalhador. Defende que o sindicato trabalhe tendo presente não só as reivindicações econômicas, mas trabalhe na perspectiva política, ajude a disciplinar a classe operária em vista de um futuro Estado operário camponês.

O partido pensado por Gramsci era um partido centralizado, mas não burocrático, composto pela confluência dos melhores trabalhadores da classe operária, com capacidade de educar e ser educado na luta de classe; com uma formação teórica-política marxista fornecida pelo partido e enriquecida pela convivência no cotidiano da fábrica, nas comissões internas, nos conselhos de fábricas e nos sindicatos. Um partido que estabelece uma relação dialética com as massas operárias. Um partido de massa, que prepara as massas, ao mesmo tempo que é constituído e vivificado pelo proletariado. Partido que na medida que organiza e dirige culturalmente à classe operária, preparando-a para direção de Estado operário, é (também) educado por ela.

8 A REVOLUÇÃO DE OUTUBRO E A FORMAÇÃO DA CLASSE PROLETÁRIA

A revolução russa, em 1917, é um dos principais acontecimentos do século XX, um marco da história mundial que mostra ser possível fazer revolução contra o capital. Os acontecimentos e experiências vividas na Rússia, desde fevereiro de 1917 (março no calendário gregoriano), período em que os conflitos iniciaram e se deu a derrubada da aristocracia russa que estava no poder até a chegada ao poder do Partido Bolchevique de Vladimir Lênin, outubro de 1917 (novembro no calendário gregoriano), alimentou, em milhões de pessoas, a esperança de um futuro melhor, com menos opressão e miséria.

Aos olhos de Luxemburgo e Gramsci a revolução russa não passou despercebida. Sobre os acontecimentos de 1917, em seus escritos tem-se manifestações que vão da apreensão, em um primeiro momento pela falta de informações sobre o que estava realmente acontecendo, a manifestações otimistas sobre o significado que os eventos traziam para a luta de classes internacional. Manifestam esperança de que a classe operária tenha a ousadia de assumir o seu destino e sua própria história, ao mesmo tempo, tecem críticas sobre aspectos pontuais das políticas e táticas bolcheviques empregadas no decurso dos acontecimentos.

Nas análises descrevem como os acontecimentos se sucederam no decorrer do processo revolucionário, manifestam a compreensão que os autores tinham dos acontecimentos, ou seja, a partir das informações que chegavam até eles, sobre o desenrolar dos fatos na Rússia, redigiam artigos educativos, que além de informar sobre os fatos, interpretavam seu significado para a luta de classes mundial, buscando orientar os operários e prepará-los para uma solidariedade internacional ao movimento bolchevique.

As informações, que chegavam ao Ocidente, na maioria das vezes era desencontradas, ou filtradas e manipuladas pela imprensa burguesa internacional,

que até apoiou a derrubada governo absolutista do Czar Nicolau II e a institucionalização de uma república liberal, mas temia que a derrubada do governo provisório pelo Partido Bolchevique, com o apoio dos partido moderados e a instauração de um governo socialista pudesse ascender o fogo revolucionário no operariado mundial e colocar em risco as monarquias absolutistas e, por conseguinte, os interesses hegemônicos da nobreza aristocrática.

8.1 LUXEMBURGO E A REVOLUÇÃO RUSSA, 1917

Em 1914, eclodiu a Primeira Guerra Mundial, da qual participou a Rússia. Com o passar dos anos e a permanência do conflito levou a morte de aproximadamente 1,5 milhão de soldados russos nos combates, a inflação disparou e a escassez de alimentos foi sentida pela população. Uma nova onda de manifestações, com aquelas dos anos de 1905 a 1907 foi desencadeada pelas massas populares, reivindicando alimentos, melhores condições de vida e principalmente, a saída da Rússia do conflito. A medida que a insatisfação popular aumentava o regime tzarista fica mais vulnerável, tendo dificuldades para acalmar as manifestações populares.

Em fevereiro de 1917 a insurreição se irrompe em São Petersburgo, que vivia uma crise de abastecimento. A insistência do governo no racionamento dos alimentos levou a população a revolta. A repressão do governo levou os operários das fábricas a iniciarem uma greve geral e a promoverem diversas manifestações. O movimento conseguiu adesão das tropas do governo e em poucos dias o combalido governo do Czar Nicolau II renúncia ao comando do Império, sendo constituída um governo provisório de coalisão formado por membros da elite industrial, agrária e por representantes da social-democracia. Com o passar dos dias, ficou claro que a elite burguesa queria apenas a modernidade capitalista para a Rússia, uma reforma burguesa, enquanto, os partidos de esquerda e os movimentos de massas queriam revolucionar as estruturas do Estado e, para isso, reivindicavam um maior controle da produção, reforma agrária, combate ao desemprego, entre outras medidas.

Os trabalhadores, operários e soldados que participaram das greves, começaram a formar estruturas de poder democráticas, paralelas as diretivas do governo provisório, composta em sua maioria, por membros que representavam interesses do capital. Os sovietes, conselhos democráticos criados ainda durantes as greves com objetivo de auxiliar os interesses trabalhadores, foram espaços de formação, educação e auto-atividade política da classe operária, fundamentais para as bases do socialismo. No interior das fábricas, os sovietes assumiram o controle da produção e expulsaram os industriais. No campo, trabalhadores ocuparam as terras, criando uma grande agitação das massas proletárias rumo ao socialismo.

Trotsky (1977, p.821), que participou dos acontecimentos da revolução de 1917, explicita, que até meados de 1917, "o partido tateava fraco e inseguro, tentando encontrar o caminho". O partido não tinha uma "visão clara nem a decisão que exigia o momento revolucionário". Na agitação do trabalho revolucionário faltava uma base sólida de alicerce do processo revolucionário. Havia, entre as lideranças, divergências de pensamento sobre a necessidade de uma luta direta para o socialismo e a Revolução socialista. Mas a partir da chegada de Lênin à Rússia, em abril de 1917, o operariado e parte do partido começou a sentir que tinha um terreno firme. Assim, "ao lado das casernas, das províncias, do *front*, dos sovietes, a Revolução contava com outro laboratório: a cabeça de Lenine". (TROTSKY, 1977, p. 808).

Lênin, líder e estrategista, enquanto esteve no exílio, pensou como seria um Estado proletário. Suas reflexões foram sintetizadas no livro *O Estado e a Revolução*, escrito em "agosto e setembro de 1917". Redação do capítulo VII, ficou apenas no título *A experiência das revoluções russas de 1905 e 1917*, sendo interrompida pelo aumento da crise política e precipitação dos acontecimentos que levariam a revolução de outubro."[56] (LÊNIN, 1978, p. 153).

Entre as lições que Lênin retira de Marx, está a de que "O Estado é o produto e a manifestação do antagonismo *inconciliável* de classes. [...] O Estado é

[56] Lênin chegou a escrever o título do capítulo *A experiência das revoluções russas de 1905 e 1917* e algumas linhas interrompendo a redação. Sem dúvidas, a redação deve ser deixada para mais tarde, pois lhe parece ser mais "mais útil e agradável fazer a 'experiência da revolução' do que escrever sobre ela." (TROTSKY, 1977, p. 153).

um órgão de dominação de classe, um órgão de *submissão* de uma classe sobre outra; é a criação de uma ordem que legalize e consolide essa submissão, amortecendo a colisão das classes." (LÊNIN, 1978, p. 9-10).

Não basta aos operários apoderar-se das estruturas do Estado, da velha máquina para erguer as novas construções socialistas, pois a velha estrutura, em sua essência esta em contradição com as tarefas históricas do proletariado. "A libertação da classe oprimida só é possível por meio de uma revolução violenta e da supressão do aparelho governamental criado pela classe dominante e que, pela sua própria existência, se afasta da sociedade." (LÊNIN, 1978, p. 11).

Nesta direção também adverte Trotsky, que "quando se conquista o poder, não se trata de reeducar o velho aparelho, é necessário destruí-lo todo." Mas substituir pelo quê? "Pelos Sovietes. Dirigentes das massas revolucionárias, órgãos de insurreição, transformar-se-ão em órgãos da nova ordem". (TROTSKY, 1977, p. 808-809).

Lênin, na noite do dia 3 para 4 de abril de 1917, atravessa fronteira e chega de trem blindado em São Petersburgo, tinha presente que "a libertação da classe oprimida só é possível por meio de uma revolução violenta e da supressão do aparelho governamental criado pela classe dominante e que, pela sua própria existência, se afasta da sociedade." (LÊNIN, 1978, p. 11). Nos momentos de divergências, com membros do partido e quando havia necessidade de uma reordenação política, apoiava-se nas camadas proletárias do partido e, com a massa proletária, contrariando lideranças do partido, rapidamente traçou um programa para a revolução.

> [...] esmagar o antigo aparelho do Estado; criar novo sistema de governo por meio dos sovietes; tomar medidas para terminar imediatamente a guerra, apoiando-se no movimento revolucionário dos demais países; abolir a propriedade dos nobres e assim conquistar a confiança dos camponeses; instituir o controle operário sobre a produção. 'A Terceira Revolução Russa deve, obrigatoriamente, conduzir à vitória do socialismo'. (TROTSKY, 1977, p. 897).

Em outubro, embora "a calma nas ruas, a ausência de multidão, a inexistência de combate" desse aos adversários a ilusão de que se tratava de uma

pequena conspiração realizada por uma aventureira minoria bolchevique, na verdade, “a Revolução de outubro foi a luta do proletariado contra a burguesia”. (TROTSKY, 1977, p. 937). A greve de fevereiro, propiciou um encontro de massas entre operários e soldados. “Permitiu ver os soldados em ação e a passagem dos soldados para as fileiras operárias” (Idem, p.937). Em outubro, as vésperas da derrubada do governo provisório de Kerensky, a “esmagadora maioria da guarnição” já estava ao lado dos operários. Se em outubro, “os bolcheviques não apelaram para a greve, ao contrário de fevereiro, foi porque não havia necessidade”. (TROTSKY, 1977, p. 938). A revolução não tendo que resolver os problemas já resolvidos nas etapas anteriores e a tomada do poder, simbolizada no Palácio de inverno, foi apenas uma questão de tempo. “O palácio de inverno foi o último reduto de um regime político esfacelado em oito meses de existência e definitivamente desarmado durante a última quinzena.” (TROTSKY, 1977, p. 939).

Para Luxemburgo a revolução russa é o acontecimento mais importante da guerra mundial. Ela “[…] atingiu considerável alcance, a influência profunda por ela exercida permitiu-lhe abalar todas as relações de classe, revelar o conjunto dos problemas econômicos e sociais”. Ela tem permitido a superação dos estágios preliminares de uma república burguesa para etapas mais elevadas de uma revolução proletária. (LUXEMBURG, 1991, p. 61). Pois os anos de guerra levaram a uma aliança entre a democracia burguesa e o imperialismo, que “só poderia ser concluído por meio de uma revolução proletária.” (TROTSKY, 1977, p. 820).

Da prisão Luxemburgo saudou a revolução russa de 1917. Ela acompanhou os acontecimentos, conforme registram suas cartas aos amigos. Sua atenção não estava voltada apenas aos bolcheviques, mas mantinha expectativa de solidariedade da social-democracia alemã, que permanecia indiferente, apenas acompanhando o desenrolar dos eventos. Em carta a sua amiga Luise Kautsky, em 24 de novembro de 1917, assim se manifesta.

> Você fica feliz com os russos? Claro que eles não poderão se aguentar nesse Sabá de bruxas - não porque a estatística apresenta um

> desenvolvimento econômico tão atrasado na Rússia, como calculou seu sensato marido, mas porque a social-democracia no ocidente altamente desenvolvido se constitui de covardes miseráveis que ficam observando tranquilamente os russos se esvaírem em sangue. Mas um fim desses é melhor do que "continuar a viver pela pátria", é um ato de história universal cujos vestígios não se perderão nos éons. (LUXEMBURGO, 2011c, p. 316).

Luxemburg, na cela da prisão em setembro e outubro de 1918, escreveu anotações sobre *A Revolução Russa*. No texto, ela faz uma análise crítica da revolução de 1917. O mesmo não tinha a intenção de ser publicado, mais tarde, em 1922, em meio as disputas internas do Partido Comunista Alemão (KPD), Paul Levi, entendeu conveniente trazer ao público tais anotações. O texto teve uma recepção não muito calorosa, por parte das lideranças social democratas. Ele foi apresentado ao público, em 1922, já como uma arma de luta, a ser usada nos enfrentamentos entre comunistas e social democratas. As resistências à sua publicação, fizeram com o texto levasse alguns anos para ter sua inserção na República Democrática Alemã (anos 70) e na União Soviética só veio ser publicado nos anos de 1990.

O texto de Luxemburgo é dividido em quatro partes. Nas duas primeiras partes, ela tem como foco as discussões com os socialistas moderados alemães (Kautsky) e socialistas moderados russos, os mencheviques, para os quais a revolução russa deveria ter parado com a derrubada do tsarismo, no estágio democrático. Karl Kautsky compartilha com os socialistas governamentais a teoria segundo a qual a "Rússia, país economicamente atrasado, essencialmente agrário, não estaria maduro para a revolução social nem para a ditadura do proletariado". (LUXEMBURG, 1991, p. 62).

Na compreensão da *intelligentsia* socialista a revolução russa deveria ter ficado no estágio da revolução burguesa, de fevereiro de 1917, pois a Rússia, para eles, era um país eminentemente agrário, com atraso industrial e não reunia as condições e a maturidade necessárias para uma revolução social. Portanto, os socialistas deveriam aliar-se ao liberalismo burguês. O fato dos bolcheviques terem ido além da derrubada do czarismo, para os estrategistas alemães, significava apenas erro de percurso do movimento operário russo.

Luxemburgo não compartilha desta visão. Para ela a revolução russa é fruto de um processo de uma evolução histórica da classe operária, que vem acontecendo ao longo dos anos. Na Rússia a revolução não é um presente dos "libertadores alemães", ao contrário, ela faz parte da experiência proletária, do amadurecimento das greves. A revolução não começa em fevereiro de 1917, mas é parte dos eventos de 1905 e mesmo anteriores. "A última revolução é, portanto, apenas o último capítulo, atrás dele está todo o período de 1905." (LUXEMBURGO, 2011b, p. 337).

O estopim dos eventos (março até mudança de regime em outubro de 1917), tem em uma primeira fase, uma coalisão de classes e partidos, contra a IV Duma, que se mostrava um produto reacionário e despótico. Assim, "todos os partidos burgueses, inclusive a direita nacionalista, formaram, de repente, uma falange contra o absolutismo. Este caiu ao primeiro assalto, quase sem luta, como um órgão carcomido no qual basta apenas tocar para que caia. (LUXEMBURG, 1991, p. 66). Mas a revolução estava para além dos limites da sociedade burguesa. O operariado retomou o ponto que havia parado há dez anos, fazendo da nova República democrática "um produto acabado, internamente maduro da revolução." (LUXEMBURG, 1991, p. 66).

Em uma segunda fase, a revolução que tinha em sua base a força do proletariado urbano, expandiu e, com o envolvimento dos camponeses e do exército, trousse consigo as reivindicações da terra e de uma paz duradoura. Assim, a paz e a questão agrária, despontaram como novas exigências, conflitando com os interesses imperialistas da burguesia e da nobreza proprietária das terras. Razão pela qual as classes burguesas, assumiram posição de retaguarda, alimentando em segredo a contrarrevolução, no caso a expedição dos cossacos de Kaledin contra São Petersburgo.

Luxemburgo expõe o vergonhoso oportunismo dos mencheviques, mas principalmente de Kautsky, seu inspirador, que seguindo os passos de Scheidemann, tem trabalhado para transformar a Internacional em "um instrumento de paz", pelo "desarmamento e sociedade das nações, nacionalismo e por uma democracia, não socialismo". (LUXEMBURG, 1991, p. 68).

> É francamente espantoso observar como este homem (Kautsky) diligente, nos quatro anos da guerra mundial, com seu incansável trabalho de escriba, tranquila e metodicamente abriu sucessivos buracos no socialismo, transformando-o numa peneira, sem nenhum lugar intacto. (LUXEMBURG, 1991, p. 67).

A análise de Luxemburgo, com base nas revoluções burguesas do ocidente, leva a compreensão de que o único partido que entendeu o potencial ascendente da revolução foram os bolcheviques e conduziram uma prática política realmente socialista.

> O partido de Lenin foi o único a compreender as exigências e os deveres que incubem a um partido verdadeiramente revolucionário e que assegurou a continuação da revolução, lançando a palavra de ordem: todo o poder às mãos do proletariado e do campesinato. (LUXEMBURG, 1991, p. 71).

A tomada de poder não é vista como o golpe, mas tradução da lei vital das revoluções, condição fundamental para não cair no seu refluxo, a contrarrevolução. O impasse estava diante da massa, Kaledin ou Lênin, aceitar a vitória do refluxo contrarrevolucionário ou lutar pela ditadura do proletariado? Assim, a revolução, aprendiz de outras experiências entendeu a lei vital de se avançar rapidamente, abater os obstáculos e por seus objetivos à frente, para não correr o risco de ser retroceder e ser esmagado pela fúria reacionária.

Lênin, Trotsky e seus companheiros invertem a "sabedoria de toupeira" parlamentar, a velha estratégia de conquistar a maioria para fazer a revolução é subvertida pela dialética real das revoluções, "o caminho não conduz da maioria à tática revolucionária, ele leva à maioria pela tática revolucionária." Ganha-se os seguidores em meio a tempestade. (LUXEMBURG, 1991, p. 71).

Os bolcheviques, ao almejarem os objetivos de não apenas ocupar o poder nos moldes burgueses, mas lutar, revolucionar a estrutura do próprio Estado, tinham consigo o "mais avançado e completo programa revolucionário", não se tratava de garantir a democracia burguesa, mas de consolidar uma ditadura do proletariado, com vistas a realização do socialismo. Assim, tiveram a audácia, o mérito histórico de terem proclamado, pela primeira vez, os "objetivos finais do

socialismo como programa imediato da política prática.” (LUXEMBURG, 1991, p. 72).

Luxemburgo, nesta primeira parte do texto, faz um elogio a revolução. Destaca a coragem, coerência e ousadia dos bolcheviques que, aproveitando-se da condição internacional de devastação da guerra, somadas a crescente maturidade do operariado da Rússia, souberam unir teoria e prática, sendo, os primeiros que tiveram a coragem de investir na realização de um programa socialista, contrariando a passividade e covardia do socialismo internacional, principalmente da social-democracia alemã.

Ela, visando a formação da classe trabalhadora mundial, chama a atenção para a necessidade de análise crítica aprofundada e refletida sobre a revolução russa. Não se trata de acreditar piamente na força de uma autoridade política, liderança partidária e imitar servilmente os bolcheviques. Só assim as massas trabalhadoras construirão maturidade política e autonomia intelectual. Dessa forma, a revolucionária polonesa, se recusa a tomar a forma que os bolcheviques assumiram o poder como sendo um modelo a ser imitado pelo resto do mundo. Ela diverge dos bolcheviques na questão agrária, na questão da autodeterminação das nações e na relação entre ditatura e democracia

A questão agrária está inserida em um cenário de intensos debates dos círculos socialistas. Especulava-se sobre as possibilidades de os camponeses também serem agentes da revolução socialista ou se o proletariado urbano sozinho daria conta. Para ela, os camponeses tiveram importante participação nos eventos russos, no entanto, a nacionalização da grande e média propriedade fundiária, a unificação da indústria e da agricultura, questões fundamentais para uma reforma econômica socialista, foram realizadas parcialmente.

Para Luxemburgo, a tomada das terras que aparecia nos discursos pequeno-burgueses como formula sumária, na prática, seu uso pelos camponeses, não seguia os princípios de uma agricultura socialista.

> A tomada das terras pelo camponeses, conforme a palavra de ordem sumária e lapidar de Lenin e seus amigos -“Ide e tomai as terras!” - conduzia à passagem súbita e caótica da grande propriedade

> latifundiária não à propriedade social, mas a uma nova propriedade privada; e isto pelo retalhamento da grande propriedade em uma multidão de pequenas e médias propriedades, da grande exploração relativamente avançada em uma quantidade de pequenas explorações primitivas, trabalhando, do ponto de vista técnico, com os métodos da época dos Faraós. (LUXEMBURG, 1991, p. 74).

Para ela, a partilha das terras deveria desde seu início ser encarada no sentido de coletivização. As terras que já tinham sido tomadas dos grandes proprietários deveriam ser nacionalizadas e postas sob o controle coletivo da comunidade. Os camponeses não precisariam ser forçados a coletivizarem suas terras. Os pequenos camponeses seriam atraídos a esta prática do cooperativismo que buscava unificar agricultura e indústria, com significativo avanço nos métodos de produção agrícola.

Trotsky (1977), em *História da Revolução Russa*, observa que Lênin, com o apoio dos camponeses, deu um "golpe de machado no górdio" ao abolir a propriedade dos nobres sem qualquer indenização. No entanto, diante de um programa contraditório encaminhado pela classe camponesa, contrariando membros do partido e críticos como Luxemburgo, teria recuado em suas posições.

> Devemos dar as massas populares inteira liberdade de ação criadora... A classe camponesa deve obter a firme confiança de que os proprietários nobres não existem mais nos campos e é preciso daqui por diante, que os próprios camponeses decidam tudo e organizem, eles mesmos, as próprias existências. (TROTSKY, 1977, p. 971).

A posição de Lênin, significa oportunismo? Para Trotsky não, tratava-se de um "realismo revolucionário." (Idem, p.971) Depois de ter dado vários passos para frente era necessário fortalecer as posições, para em caso de ter que fazer recuos, pelos menos, com a distribuição de terras dos nobres entre os camponeses, garantir apoio e a certeza de que não haveria mais a restauração da monarquia feudal. Os decretos daquele contexto, mostram a preocupação de não apenas considerar os interesses do trabalhador agrícola, mas até certo ponto, uma tolerância com suas "ilusões de pequeno proprietário". Segundo Trotsky, as instruções do partido não significavam a última palavra sobre a questão agrária.

Era um ponto de partida, dentro da estratégia socialista de "estabelecer e manter o poder do proletariado".

> Era necessário tomar o camponês conforme a revolução o encontrou. Ele só poderia se reeducado através de um novo regime, não de repente, mas durante muitos anos, no decorrer de muitas gerações, com uma assistência técnica nova e uma nova organização econômica. (TROTSKY, 1977, p. 970-971).

Dentro do partido bolchevique, a questão agrária foi bastante controversa e alimentou divergências entre teóricos do socialismo. E, em parte, o fato da tomada de terras pelos camponeses, não estar ligada a uma agricultura coletiva socialista, alimentou-se na ideia de que os "avanços técnicos do capitalismo eram bons e que o socialismo precisaria socializar esta tecnologia". (GOMES, 2017, p. 15).

Como consequência desta política, ao sentir que tinha tomado a terras com suas próprias mãos, o camponês russo, não deu muita atenção para os objetivos e para a solidariedade revolucionária. "Encerrou-se em sua nova propriedade, abandonando a revolução aos seus inimigos, o Estado à ruína e a população das cidades à fome". (LUXEMBURG, 1991, p. 76). Razão de muitos conflitos entre o proletariado urbano e a massa camponesa, agravada como mostra "o boicote das cidades pelos camponeses, que retém os víveres para obter lucros exorbitantes, exatamente como os nobres prussianos." (Idem. p. 75).

Lênin interveio, buscou introduzir princípios socialistas nas relações agrárias, criou comunas agrárias compostas de proletários urbanos e desempregados, cujos resultados foram diminutos e insignificantes, para não falar em catastróficos, pois em 1918, viu-se obrigado a "arrendar a indústria nacional aos seus antigos proprietários capitalistas, selar acordos com cooperativas de consumo burguesas e a utilização de especialistas burgueses revelou-se indispensável." (LUXEMBURG, 1991, p. 89). Luxemburgo questiona, por que Lênin não fez com a agricultura a centralização necessária da indústria, da nacionalização que fez aos bancos, do comércio e da indústria. "Por que não das terras? Aqui, ao contrário, descentralização e propriedade privada".

(LUXEMBURG, 1991, p. 74). E, assim Lênin, com a sua reforma agrária, criou no campo, no seio do povo, uma "nova e poderosa camada de inimigos, cuja resistência será muito mais perigosa e mais obstinada que a da aristocracia fundiária." (LUXEMBURG, 1991, p. 76).

Sobre a questão do direito de autodeterminação das nações, tema de debates entre os socialistas internacionais, Luxemburgo assumiu a posição de que o socialismo ultrapassa os nacionalismos, as fronteiras das nações e as cores pátrias, cabendo a social-democracia educar e conduzir os proletários na direção da luta de classes internacional.

Nos dois principais trabalhos de Lênin sobre o tema, *Sobre o direito das nações à autodecisão* (1914) e *O imperialismo fase superior do capitalismo* (1916), aparece a vinculação do "paradigma socialista do internacionalismo proletário, com o paradigma democrático-burguês do direito à autodeterminação nacional". (VIGEVANI, 1991, p. 102). Tais formulações separam dois momentos, que de acordo com as circunstâncias podem se sobrepor. Ao mesmo tempo que defende o "direito incondicional à autodecisão de cada povo", por outro lado, "reivindica ao partido operário o direito à luta pela manutenção de duas ou mais nacionalidades unidas em um mesmo estado." (Idem, p.102).

No olhar de Luxemburgo, na Rússia, os bolcheviques ao abraçarem direito de cada nação determinar por si mesmo o seu destino, incluindo o direito de se separarem da própria Rússia, contribuíram para a desagregação e não para os objetivos de um socialismo internacional.

Para ela, há uma flagrante contradição na ação bolchevique, pois enquanto professava-se desprezo pelo "arsenal das liberdades" fundamentais das massas populares, como assembleia constituinte, sufrágio universal, liberdade de imprensa, reuniões, entre outros, em nome dos objetivos revolucionários, proibindo o direito à autodeterminação dentro da Rússia, assumiu-se a autodeterminação de outras nações como a "jóia da política democrática", deixando que decidissem se queriam pertencer ou não ao Estado russo. Portanto, "[...] o ilustre-direito das nações à autodeterminação não passa de oca fraseologia pequeno-burguesa, de disparate." (LUXEMBURG, 1991, p. 77).

Luxemburgo faz referências ao Tratado de Brest-Litovsk[57], em que Lênin, acreditando que atrairia as demais nações para revolução, concedeu a elas o direito de decidirem sobre seu futuro. No entanto, uma após outra, as nações envolvidas, utilizaram a liberdade oferecida para aliarem-se aos inimigos da revolução. Assim, as classes burguesas e pequeno-burguesas se opuseram as massas operárias e transformaram "o direito à autodeterminação nacional" em um instrumento da sua política de classe contra-revolucionária." (LUXEMBURG, 1991, p. 79).

Para Luxemburgo, em uma sociedade de classes, a autodeterminação, o nacionalismo, aparece com uma força reacionária, contrarrevolucionária, pois "cada classe da nação aspira a se 'autodeterminar' de modo diferente." Os bolcheviques precisam aprender à custa da revolução, que em uma sociedade de classes, "[...] nunca introduzimos o socialismo por plebiscito". (LUXEMBURG, 1991, p. 79).

O nacionalismo, que já era criticado por Luxemburgo, nos eventos da revolução russa, evidenciou-se como um problema concreto, que poderia travar uma revolução internacional. O separatismo, o isolamento foi o "cavalo de Tróia" que levou a um estrangulamento da Rússia. Em meio ao desespero foram assinados desastrados acordos, como a paz de Brest e tratados complementares, que tiveram como consequência o "terror e o esmagamento da democracia." Ela, conclui seu raciocínio: "o direito à autodeterminação, acoplado à sociedade das Nações e ao desarmamento pela graça de Wilson" (presidente EUA) foram armadilhas, "[...] em cujos espinhos os bolcheviques iam se prender e ferir, devem servir de advertência ao proletariado internacional." (LUXEMBURG, 1991, p. 82-83).

---

[57] O Tratado de Brest-Litovsk foi assinado em 3 de março de 1918, em Brest. Era um tratado de paz entre o novo governo bolchevique russo e as Potências Centrais (Império Alemão, Império Austro-Húngaro, Bulgária e Império Otomano), pelo qual era reconhecida a saída da Rússia no conflito. Os termos do tratado eram tidos como humilhantes, uma vez que Lênin, além de perdoar dívidas, fazer concessões, abriu mão do controle sobre Finlândia, Países Bálticos (Estônia, Letônia e Lituânia), Polônia, Bielorrússia e Ucrânia, bem como dos distritos turcos de Ardaham e Kars, e do distrito georgiano de Batumi, antes sob seu domínio. Estes territórios continham um terço da população da Rússia, 50% de sua indústria e 90% de suas minas de carvão.

Ao final do texto Luxemburgo, ao tratar da relação entre ditadura e democracia, diverge da política bolchevique na questão da dissolução da Assembleia Constituinte, na substituição do parlamento pelo *soviet*, com voto apenas aos que trabalham e na supressão das liberdades democráticas (imprensa, reunião, associação).

O primeiro deles diz respeito a questão da dissolução da Assembleia Constituinte, pelos bolcheviques, em novembro de 1917. Ela considera este evento um marco na política bolchevique, uma mudança de direção nas estratégias de Lênin, que até então vinha defendendo a necessidade de convocação de uma Assembleia Constituinte e, após a revolução, deu um primeiro passo no sentido de dispersar a Assembleia que deveria conduzir os próximos passos revolucionários.

Trotsky relata que no final de setembro de 1917, Lênin teria ficado indignado com a lista dos candidatos bolcheviques para a Assembleia Constituinte, segundo ele, ela continha "um excesso de intelectuais e um mínimo de operários. Encher a Assembleia Constituinte com oradores e literatos é enveredar pelos caminhos sovados do oportunismo e chauvinismo". (TROTSKY, 1977, p. 813).

No texto *Da revolução de outubro ao tratado de paz de Brest*, Trotsky, arrola mais algumas justificativas que teriam levado Lênin a decisão de suspender a Assembleia Constituinte. Entre os argumentos elencados está o fato de a constituinte, por ter sido convocada muito antes da revolução, estar demasiadamente atrasada em relação aos novos eventos e, o de que o desconhecimento dos eventos de Moscou, em meio aos camponeses, teria levado a escolha de representantes populistas ligados a Kerenski, nos diversos comitês rurais.

Luxemburgo, em seu escrito, denuncia a fragilidade destas justificativas, pois se a Assembleia tinha sido eleita muito antes da revolução de outubro e refletia a imagem do retrocesso, de um passado que já não mais existia, Lênin e Trotsky e os bolcheviques, pessoas inteligentes, que tinham poder para dissolver e criar órgãos para a continuidade da revolução, poderiam "dissolver esta constituinte envelhecida, portanto natimorta, e convocar imediatamente eleições

para uma nova Constituinte [...] saída da Rússia renovada e mais avançada." (LUXEMBURG, 1991, p. 85).

Criar uma nova constituinte e envolver a participação das massas populares, que vinha sendo educada para o exercício da participação democrática, não foi a opção dos bolcheviques. Trotsky deduz, a partir das deficiências específicas de eventos pontuais, a inviabilidade, durante a revolução, de toda a representação saída de eleições populares. Para ele, "Assembleia eleita reflete apenas, de uma vez por todas, o estado de espírito, a maturidade política e a mentalidade do eleitorado no momento preciso que vai as urnas". (LUXEMBURG, 1991, p. 86). Para Luxemburgo, a posição de Trotsky mata a relação orgânica entre a massa e suas representações. Nega-se qualquer "relação intelectual viva entre os eleitos e o eleitorado", ignora-se a influência recíproca e constante entre ambos, contrariando a experiência histórica que, ao contrário, mostra que o "fluído vivo do estado de espirito popular banha constantemente os organismos representativos, penetra-os, orienta-os." (Idem, p.86).

Luxemburgo é contra a dissolução da Assembleia Constituinte, mostra uma série de exemplos em que se evidencia que quanto mais "democrática for uma instituição, quanto mais viva e forte a pulsação da vida política das massas, tanto mais imediata e precisa é a influência que exercem." (LUXEMBURG, 1991, p. 87). No entanto, a opção aplicada pelos bolcheviques foi a de suprimir a democracia geral, com isso, obstruíram a "única fonte viva a partir da qual podem ser corrigidas as insuficiências congênitas das instituições sociais: a vida política enérgica, sem entraves, ativa das mais largas massas populares." (LUXEMBURG, 1991, p. 87-88).

As críticas de Luxemburgo aos bolcheviques, pela dissolução da Assembleia Constituinte, não significam a "defesa da democracia como valor universal", mas que a democracia e a liberdade são condições necessárias imprescindíveis para vitalidade dos órgãos representativos dos trabalhadores, os sovietes. Sem democracia e liberdade as massas perdem a autonomia da experiência, de poder fazer as próprias experiências e processo de autoeducação, de poder aprender com seus erros, fica desconsiderado. Por isso, a crítica ao

esforço dos social-democratas, quer sejam russos ou alemães, que buscavam, via um comitê central, proteger-se dos erros do oportunismo. Não entendem eles que o dirigente da história é o "eu-massa da classe operária", que vira de ponta cabeça as estruturas pré-concebidas se declarando, "mais uma vez, o todo poderoso dirigente da história" e insiste em na sua emancipação, na sua autoeducação e no autogoverno, fazendo os seus erros e aprendendo de si mesmo a dialética histórica. Na defesa do direito de as massas errar para aprender com seus erros, revela a preocupação de Luxemburgo com a autoeducação dos explorados e oprimidos pela práxis revolucionária, colocando na experiência coletiva um supremo valor, acima das verdades pré-concebidas pela vanguarda do partido. Por isso, destaca que "os erros cometidos por um movimento operário verdadeiramente revolucionário são, do ponto de vista histórico, infinitamente mais fecundos e valiosos que a infalibilidade do melhor 'comitê central'." (LUXEMBURGO, 2011g, p. 175).

Mais tarde, no decurso da revolução alemã, quando novamente a questão da oposição entre Conselhos e Assembleia Nacional foi posto na ordem do dia, ela assume posição favorável aos conselhos, por eles serem órgãos ligados diretamente as bases da massa trabalhadora. No contexto revolucionário alemão de 1918, depois de uma vitória do Congresso dos Conselhos, Ebert com a proposição da Assembleia Nacional, buscava dar um golpe na classe proletária. Luxemburgo tem clareza que a "Assembleia Nacional é uma fortaleza contrarrevolucionária erigida contra o proletariado revolucionário." Uma espécie de dique para represar a maré revolucionária. (LUXEMBURGO, 2011b, p. 326). Por isso, propôs que as eleições, a tribuna da Assembleia burguesa fosse utilizada para mobilizar as massas, meio para a educação, o esclarecimento e a mobilização da massa revolucionária. E, assim, de assalto, as massas podem tomar a Assembleia Nacional, agitar suas bandeiras escritas em letras de fogo: "*todo o poder aos conselhos de Trabalhadores e Soldados"* – nisto consiste a participação da classe proletária na Assembleia Nacional. (LUXEMBURGO, 2011b, p. 328).

Bastou a proposta da Assembleia Nacional vencer para que Luxemburgo, ciente das reais condições políticas do proletariado frente as forças contrarrevolucionárias, buscasse resguardar as posições já conquistadas, para não

deixar a massa cair no “esquerdismo infantil”, assumiu posição em defesa da participação dos comunistas nas eleições.

A críticas à dissolução da Assembleia Constituinte na revolução russa e a posição que assumiu na revolução alemã não colocam Luxemburgo em contradição? A defesa dos conselhos contra o parlamento na revolução alemã, ou democracia direta contra democracia representativa, significam que ela mudou de posição?

Realmente, no contexto da revolução alemã, há uma mudança do posicionamento que Luxemburgo manifestou no escrito da prisão criticando os bolcheviques. Na revolução russa, em um país sem tradições democráticas, maioria camponesa, cujas massas haviam recém-saído da dominação, o exercício democrático começaria pela participação das massas proletárias, sendo o parlamento um espaço que contribuía para a educação das massas. Enquanto na Alemanha, um país com uma história de trabalho do SPD, já se encontrando maduro para o comunismo e tendo o parlamento burguês já servido de tribuna educativa das massas, sua permanência já não fazia mais sentido, uma vez que os conselhos de soldados e operários constituíam uma forma mais democrática de autogoverno proletário.

Assembleia Nacional, em tais condições, representava um desvio dos fins socialistas da revolução, pois visava “fortalecer a burguesia, confundir o proletariado, degradar a revolução proletária a um movimento democrático-burguês.” (LOUREIRO, 2004, p. 226). O não que possibilita afirmar que Luxemburgo tenha se convertido aos preceitos bolcheviques, mas como observado por Loureiro (2004), ela não está fazendo defesa de um organismo em detrimento do outro, apenas que, naquelas circunstâncias concretas da luta de classes “os conselhos representavam o lado revolucionário, e a AN (Assembleia Nacional), a contra-revolução”. (LOUREIRO, 2004, p. 227).

Quanto ao direito do voto, a Constituição bolchevique de 10 de julho de 1918, reconhecia o direito de votos aos cidadãos maiores de 18 anos, exceto ao que empregavam mão-de-obra assalariada ou que não viviam do trabalho, tais como, eclesiásticos, comerciantes e membros da polícia, no entanto, o sufrágio

universal nunca teria sido aplicado, pois não se ouviu falar de eleições para qualquer espécie de representação. Para Luxemburgo, o sufrágio universal elaborado pelo governo dos *soviets*, não tinha repercussão prática, permanecendo mais um "produto teórico de gabinete", mais uma fraseologia da teoria bolchevique.

> Todo o direito de voto, assim como em geral direito político, não deve ser julgado por esquemas abstratos de 'justiça' nem pela fraseologia burguesa democrática, mas segundo as condições econômicas e sociais a que se aplica. (LUXEMBURG, 1991, p. 88).

Para Luxemburgo, as condições catastróficas, principalmente econômicas e sociais, vividas pela Rússia naquele contexto, não permitiam democratizar a gestão e a participação política, através da simplificação do direito de voto somente aos que viviam do próprio trabalho e na recusa da participação a todos os demais. Com essa ação, os bolcheviques excluíam a participação de uma grande parcela da classe trabalhadora, que havia participado ativamente da revolução, isto é, todos aqueles que se encontravam desempregados ou recrutados pelo exército.

Para ela, a aplicação do direito de voto, segundo tais pressupostos, só teria sentido em uma sociedade que tivesse condições econômicas para oferecer trabalho a todos que quisessem trabalhar. Mas essas não eram as condições encontradas na Rússia, o país estava isolado do mercado mundial, privado das principais fontes de matéria-prima e enfrentava uma desorganização econômica. Tamanha era o desmoronamento da indústria, que em 1918, o governo para enfrentar êxodo de uma massa de trabalhadores que migravam da cidade para o campo, viu-se obrigado a "arrendar a indústria nacional aos seus antigos proprietários capitalistas, selar acordos com cooperativas de consumo burguesas" e a valer-se da experiência de antigos especialistas burgueses. (LUXEMBURG, 1991, p. 89).

Luxemburgo, reconhece que as medidas bolcheviques tinham seu mérito na medida que buscavam restringir a participação política e dificultar a

subsistência daqueles que tinha sido contra a revolução, mas como advertiu, tinha um efeito nefasto sobre significativas parcelas de revolucionários, enquanto a exclusão da burguesia era uma parte bem menor, que poderia ter sido retirada de outra forma. Por isso, lhe parece um "contra-senso fazer do direito de voto um produto utópico, um produto de imaginação, desligado da realidade social. E, justamente por isso não constitui um instrumento sério da ditadura do proletariado". (LUXEMBURG, 1991, p. 89).

Luxemburgo, que tinha muito apreço pelo diálogo livre e público, condição fundamental para a formação política, para a autoeducação e auto-atividade das massas proletárias, crítica o cerceamento das liberdades democráticas após os eventos revolucionários de 1917. Para ela, a supressão das garantias democráticas essenciais para uma vida pública sadia e para a atividade política das massas, como liberdade de imprensa, direito de associação e de reunião, é um contrassenso, pois caminha na contramão de da nova cultura democrática, ensinada, compreendia e experienciada pelas massas. "Seu argumento é formulado em termos diretamente pedagógicos: trata-se de 'educação' e de 'escola'." (LÖWY, 2014, p. 34). As tarefas de transição ao socialismo, que "os bolcheviques se aproximaram com coragem e decisão", não podem ser realizadas sem uma intensa "educação política das massas e uma acumulação de experiências", impossíveis sem liberdades democráticas, pois o socialismo é um produto histórico "nascido da própria escola da experiência". (LUXEMBURG, 1991, p. 91).

A autora polonesa crítica Lênin que estaria apenas colocando o Estado de cabeça para baixo. O Estado burguês que oprimia a classe operária, transformando-o em um Estado que oprime não só a burguesia, mas a própria classe proletária. Uma posição simplista, que ao assumir os métodos burgueses, negligência que a "dominação de classe da burguesia não requer a educação (*Erziehung*), nem a formação (*Schulung*) política de toda a massa do povo", no entanto, "para ditadura proletária esta educação é o elemento vital, o ar sem o qual não pode viver." (LUXEMBURG, 1991, p. 90).

Para a revolucionária marxista, a teoria da ditadura do proletariado aplicada pelos bolcheviques na Rússia assemelha-se a um sistema projetado, como se o partido tivesse no bolso um receituário pronto "a ser aplicado com toda energia". A realização prática do socialismo não segue uma soma de prescrições, com manual de aplicação. A vantagem do socialismo científico sobre esta visão utópica, reside no fato de o sistema socialista ser um "produto histórico, nascido da própria escola da experiência" e que vai sendo enriquecido no percurso de sua própria realização, pela autoeducação das classes subalternas. A sua natureza orgânica e a dinamicidade das interações, possibilita superar obstáculos, corrigir percursos e abrir novos caminhos. Para tanto, como mostram as experiências de 1905 e os meses de fevereiro a outubro de 1917, é imprescindível que toda a massa do povo participe, caso contrário, "o socialismo é decretado outorgado por uma dúzia de intelectuais fechados no gabinete." (LUXEMBURG, 1991, p. 92).

Os bolcheviques entendem a ditadura do proletariado como sendo uma ditadura de partido, das suas lideranças partidárias, enquanto Luxemburgo, ao contrário, tem a compreensão de que a ditadura é da classe proletária, eles são os sujeitos da práxis revolucionária. Para ela, quando o proletário toma o poder ele precisa tomar medidas socialistas necessárias para evitar uma contrarrevolução. Medidas enérgicas, muitas vezes brutais, mas que visam garantir o exercício da ditadura, mas a "ditadura da classe, não a de um partido ou de uma clique; ditadura da classe, isto significa que ela se exerce no mais amplo espaço público (*in breitester öffentlichkeit*) com a participação sem entraves, a mais ativa possível das massas populares, numa democracia sem limites." (LUXEMBURG, 1991, p. 95).

A democracia socialista, nada mais é do que a ditadura do proletariado, que começa com a destruição da dominação de classe, se amplia no trabalho de construção do socialismo, culminando com a participação popular no novo Estado, através do mais amplo debate público. Garantir as liberdades democráticas é viabilizar "a práxis revolucionária das massas, a autoeducação popular pela experiência prática, a auto-emancipação revolucionária dos oprimidos e o próprio exercício do poder pela classe trabalhadora." (LÖWY, 2014, p. 35)

No entanto, limitar a participação política, como forma de controle e poder, quer seja dos partidos opositores ou de vozes discordantes, além de aumentar a oposição à revolução, poderá paralisar as vias de oxigenação e vitalidade revolucionárias, pois sendo a liberdade uma condição imprescindível para a educação da classe trabalhadora, a supressão das liberdades democráticas, traz consigo uma vida fictícia, que acaba por paralisar os próprios conselhos, eixo central de formação da classe operária.

> Liberdade somente para os partidários do governo, somente para os membros de partido - por mais numerosos que sejam -, não é liberdade. Liberdade é sempre a liberdade daquele que pensa de modo diferente. Não por fanatismo da 'justiça', mas porque tudo quanto há de vivificante, de salutar, de purificante na liberdade política depende desse caráter essencial e deixa de ser eficaz quando a liberdade se torna um privilégio. (LUXEMBURG, 1991, p. 91).

Para Luxemburgo, portanto, a "ditadura", consiste na maneira de aplicar a democracia, não na sua supressão. Ela precisa ser obra da classe trabalhadora e não de uma "pequena minoria que dirige em nome da classe", sendo, portanto, o resultado da "participação ativa das massas"; precisa ser influenciada pelas massas e "ser submetida ao controle público em seu conjunto *(gesamten öffentlichkeit),* emanar da formação política crescente das massas populares". (LUXEMBURG, 1991, p. 96).

Ao final do escrito, Luxemburgo exorta a bravura e a ousadia dos bolcheviques, que ao contrário da social-democracia alemã, para quem a revolução bolchevique na Rússia não passava de uma "caricatura da ditadura do proletariado", eles mostraram que são capazes de realizar tudo aquilo de que um partido autenticamente revolucionário é capaz nos limites de suas possibilidades históricas. Mas, se não teve seu esplendor, foi em parte, pela falta de solidariedade e pela atitude do proletariado alemão, "uma caricatura da luta de classes socialista." (LUXEMBURG, 1991, p. 97).

Luxemburgo, reconhece as limitações do isolamento russo, o fato de naquelas condições a revolução não poderia ser bem-sucedida e aplaude os

bolcheviques por terem ousado agir contra o marxismo ortodoxo, segundo o qual a revolução só poderia começar em um país avançado.

> Não devem querer fazer milagres. Pois uma revolução proletária exemplar e perfeita num país isolado, esgotado pela guerra mundial, estrangulado pelo imperialismo, traído pelo proletariado internacional seria um milagre. O que importa é distinguir, na política dos bolcheviques, o essencial do acessório, a substância da contingência. […] permanece, não este ou aquele detalhe de tática, mas a capacidade de ação do proletariado, a energia revolucionária das massas, a vontade do socialismo de chegar ao poder. (LUXEMBURG, 1991, p. 97).

Ao destacar ação proletária e a energia das massas como o elemento essencial de aprendizagem e inspiração ao socialismo internacional, sobressai, em Luxemburgo, a crença nas virtudes emancipadoras da ação, uma visão orgânica do mundo e das pessoas. Ela não espera estabelecer uma correlação de forças, para agir, mas concebe que as massas são conquistadas no decurso da ação, com isso, reapresenta uma "filosofia da ação revolucionária", uma *realpolitik,* em que a dialética revolucionaria religa o processo histórico objetivo e a consciência. Loureiro (2004, p.14). A ação humana (ação audaz) modifica as circunstâncias, as consciências históricas, rompe o continuo da história e interrompe o percurso da história capitalista em direção à barbárie. Na ação livre das massas, pela autoeducação e autogoverno, nascem as soluções para as reais necessidades e a possibilidade de inovar o que já está ordenado e a si mesmo, transformando o existente, pela vontade individual e coletiva, (práxis) em uma nova ordem socialista, com um novo ser social, político e revolucionário. Na Rússia, infelizmente, "o problema só podia ser posto. Não podia ser resolvido na Rússia, ele só pode ser resolvido em escala internacional. E, *nesse sentido*, o futuro pertence em toda parte, ao "bolchevismo". (LUXEMBURG, 1991, p. 98).

8.2 GRAMSCI E A REVOLUÇÃO RUSSA, 1917

Em fevereiro de 1917, agravados pelas privações impostas pelos anos de guerra, ergue-se espontaneamente uma reação de descontentamento do povo

contra os privilégios da monarquia. Era o processo revolucionário que derrubou a autocracia do Czar Nicolau II e colocou em seu lugar uma república democrática formada por um governo provisório. A revolução russa nasce num primeiro momento, como reação aos impactos da guerra sobre o povo, as massas subalternas, mas aos poucos foram sendo retomadas as experiências do proletariado do começo do século, em especial da revolução de 1905, que buscava reformas sociais democráticas adequadas aos sinais de modernização que chegavam ao país. Os *soviets*, já nos primeiros meses de 1917, foram retomados como forma autônoma e democrática de participação política da classe proletária frente aos poderes até então estabelecidos, o que criou dualismo de poder entre as forças de um Estado czarista, que insistia em permanecer exercendo sua hegemonia, mas já não contava com parte da burguesia, que aliada ao proletariado constituía um novo Estado democrático. Estado democrático, mas ainda burguês, que em outubro de 1917, foi substituído por um Estado democrático proletário, constituído por operários, soldados e camponeses.

Conforme Rapone (2014), Gramsci deste o começo se sentiu sensibilizado pela revolução na Rússia e como jornalista socialista buscava informações sobre os acontecimentos de fevereiro de 1917[58]. Ele percebe que o potencial revolucionário do povo russo, poderia contagiar o operariado mundial, principalmente a classe trabalhadora italiana e dar-lhes forças para enfrentar os desmandos da guerra e mudar a relações internacionais.

Em 29 de abril 1917, em *Notas sobre a Revolução Russa,* Gramsci fala da revolução de fevereiro na Rússia, em que por meio de convergências de interesses entre a burguesia liberal e os socialistas de diversas tendências, apoiados por operários e soldados derrubaram a autocracia czarista e proclamaram uma república provisória. Ele, apesar das dificuldades de informações precisas sobre o que acontecia no oriente, vai se contrapor às publicações burguesas com suas

[58]Em meados de abril, os socialistas de Turim, buscando obter informações mais precisas sobre os acontecimentos revolucionários da Rússia enviaram Oddino Morgari, para acompanhar os fatos e enviar informações aos companheiros do *Avanti!* Esta viagem, que teve seu fim já na fronteira do país onde Oddino foi impedido de ingressar em território russo, foi saudada por Gramsci em 20 de abril de 1917, no *Avanti!* Na nota, Gramsci trata o congressista com o "embaixador vermelho". (GRAMSCI, 1982, p. 131-33).

caricaturas e revelar uma interpretação a partir da perspectiva de classe, destacando o caráter proletário da revolução.

Os jornais burgueses exortaram ao mundo o fenômeno da tomada do poder pelos russos, que segundo eles deve ser substituído por outro poder e, com base em paralelo aos eventos da revolução francesa, acreditam ser um poder também burguês. Gramsci estava convencido de que a revolução russa, "mais do que um fato, é um ato proletário" que caminhava para desembocar num "regime socialista". (GRAMSCI, 2004a, p. 101).

Assim como a guerra, que mesmo sendo feita por mãos proletárias não foi um evento proletário, não basta que a revolução tenha sido feita pelos proletários para que tenha um caráter proletário. Para uma revolução ser proletária é necessário, além da participação proletária, que se crie uma identidade com o movimento de modo que "o fato revolucionário se revele, além do fenômeno de poder, também um fenômeno de costume, um fato moral". (GRAMSCI, 2004a, p. 100).

A revolução russa, diferente da revolução burguesa na França, suprimiu o czarismo sem a violência característica do jacobinismo burguês e permaneceu fiel aos interesses da classe proletária. O fato violento das revoluções burguesas está em apenas substituir um poder por outro poder. A burguesia "destrói a velha ordem, impõe a nova", pela força e pela imposição de suas ideias sobre a os dirigentes e o povo trabalhador. "Trata-se de um regime autoritário que substitui outro regime autoritário". (GRAMSCI, 2004a, p. 101).

A revolução proletária na Rússia, sinaliza para novos tempos, pois destruiu o autoritarismo, substituiu pela liberdade e implantou um sufrágio universal, também extensivo as mulheres. Na Rússia tem-se a confluência das forças emergentes das classes proletárias, que se organizam em torno de um projeto comum de sociedade e vida. Um processo revolucionário que foi iniciado com as experiências de 1905 e mesmo anteriores, o mostra a evolução da autoeducação das classes subalternas, que com mais clareza do antagonismo de classe e necessidade histórica de emancipação, trabalham para instaurar uma democracia operária, sociedade dos produtores, sem classes e desigualdades. Os

revolucionários, portanto, não são jacobinos que apenas substituem uma ditadura por outra. Eles, perseguem seu ideal e tem "a tarefa de impedir que os organismos burgueses (*duma, os zemstva*) pratiquem o jacobinismo"[59]. (GRAMSCI, 2004a, p. 102).

Para Gramsci, o fato dos revolucionários russos abrirem as portas das prisões a todos os presos, evento que passou despercebido aos jornais burgueses, indicava que na Rússia novos costumes estavam sendo construídos com a revolução. "A revolução não só substitui poder por poder, mas também costumes por costumes: criou uma nova atmosfera moral, instaurou não só a liberdade física, mas aquela do espírito." (GRAMSCI, 2004a, p. 103).

Os revolucionários recolocaram em liberdade os homens que a justiça burguesa havia estigmatizado como delinquentes e criminosos, refugos da sociedade. A liberdade não só torna os homens livres, mas amplia o horizonte moral e faz dos malfeitores do regime czarista "heróis da honestidade", pessoas solidárias, identificadas com o movimento e dispostas a lutar por dias melhores. É o advento de uma "nova consciência moral", de uma nova ordem, luz que se irradia a partir do oriente e índica o caminho a ser perseguido pelo proletariado ocidental, tal como anunciado pelos grandes mestres.

Em 28 de julho de 1917, Gramsci publicou no *Il Grido del Popolo, os maximalistas russos*, uma defesa dos maximalistas (bolcheviques) russos, que vinham sendo duramente difamados pela imprensa burguesa nos países ocidentais. Ele, reafirmou o papel político desempenhado por eles como imprescindível para que a revolução não fosse interrompida na Rússia. Eles, "os maximalistas são a continuidade da revolução", são a própria revolução, na medida que "querem todo

---

[59] Gramsci, em *A política do "se"*, publicado pelo 29-06-2018, fala do jacobinismo da revolução de 1789, que tem seguidores na Itália através da política do "se" e seus universais.

"O jacobinismo é uma visão messiânica da história; fala sempre por abstrações, o mal, o bem, a opressão, a liberdade, a luz e as trevas que existem de forma absoluta, genericamente e não em formas concretas e históricas[...] a história é uma longa série de desilusões, de censuras, de reclamações, de 'se'". (GRAMSCI, 1976, p. 253).

o socialismo" [60], tem lutado para impedir que se chegue a "um compromisso definitivo entre o passado milenar e a ideia" de se olhar para trás a fim de consolidar e desfrutar o que já se tem feito, grande perigo das revoluções burguesas, do jacobinismo. (GRAMSCI, 2004a, p. 104).

Lênin e seus companheiros são apresentados como o "último elo lógico deste devir revolucionário", que se iniciara com Kerenski, Tchernov e os socialistas moderados presentes no governo provisório. Mas diferente da revolução francesa, os revolucionários cresciam no interior do governo e pelo esforço mental e pela ação se impuseram contra o jacobinismo, diferente da "crise de preguiça mental" burguesa, que no caso francês, estagnou a revolução.

Gramsci mostra que, apesar das dificuldades, há um processo de continuidade, "a revolução não para, não fecha seu ciclo", continua a diante, "substitui um grupo por outro mais audacioso", mas nunca alcançara a perfeição, pois é a própria instabilidade que a confirma como "verdadeira revolução". (GRAMSCI, 2004a, p. 105).

Lenin e seu grupo, eram vistos por Gramsci, como força audaz "operante na história", e estão convencidos de que podem realizar o socialismo "em qualquer momento". Portanto, são revolucionários, alimentam-se do pensamento marxista, sem ser evolucionistas, negam "o tempo como fator do progresso", "encorajam e conquistam as consciências" e mantém um continuo intercâmbio e uma continua escavação no "bloco amorfo do povo", o que suscita constantemente novas e constantes energias para o movimento. (GRAMSCI, 2004a, p. 106).

Gramsci destaca o papel cultural, o processo educativo desenvolvido pelos socialistas antes e durante a revolução russa, principalmente no trabalho de "escavação" realizado junto das massas, cujo resultado são as novas energias e novas ideias emanadas das novas forças sociais. "Há agora um fermento que

---

[60] Na Itália, num primeiro momento, traduziu-se "bolchevique por maximalista", embora os termos tenham assumido configurações políticas diferentes. No PSI, os maximalistas eram os defensores do programa máximo do partido e estavam em conflito com os reformistas que defendiam um programa mínimo. Os dois termos, bolcheviques e maximalistas, convergem na medida que seus membros fazem parte da ala mais radical dos seus respectivos partidos. (GRAMSCI, 2004a, p. 468-469).

decompõe e recompõe incessantemente os agregados sociais e impede que a vida se coagule". A revolução avança para a completa realização, pois o "incêndio revolucionário se propaga, incendeia novos corações e cérebros, transformando-os em tochas ardentes de nova luz, de novas chamas, devoradoras da preguiça e de cansaços." (GRAMSCI, 2004a, p. 106). Diferente da social-democracia, os bolcheviques "são revolucionários, não evolucionistas" (Idem, p.106), negam o tempo como fator de progresso e esquemas dogmáticos de interpretação da história.

Gramsci, revelando traços da formação idealista, do engajamento político socialista e de solidariedade aos companheiros russos, destaca que "a vida é sempre revolução" (GRAMSCI, 2004a, p. 107) e que Lênin e seus companheiros são revolucionários que enfrentam o capital embasados em conformidade com a teoria marxista, mostra que tem clareza das polêmicas contra o evolucionismo kautskiano, presente na Segunda Internacional e no PSI, nas concepções socialistas de Treves e Turati. Por isso, na Rússia, a "revolução continua", pois, todos os homens são "os artífices de seus destinos". (GRAMSCI, 2004a, p. 106).

Como sujeitos de um novo processo os bolcheviques, com ação simbólica da tomada do Palácio de Inverno, em 25 de outubro de 1917, segundo o calendário russo (7 de novembro segundo o ocidental), "apossaram-se do poder, estabeleceram a sua ditadura" e estão trabalhando para estabelecer formas socialistas. (GRAMSCI, 2004a, p. 126). Gramsci, no polêmico artigo "*A revolução contra O Capital"*[61], crítica "as posições dogmáticas, os cânones fixos de interpretação da história" e mostra a necessidade de compreensão do movimento histórico em suas múltiplas manifestações e determinações. Para ele, Lenin e seus companheiros articularam "teoria e prática, reinterpretando a teoria a partir das características específicas de uma determinada situação histórica a fim de transformar a teoria em ação frutífera". (SCHLESENER, 2017, p. 48).

[61] O artigo de Gramsci, devido à censura vigente durante a guerra, só conseguiu ser publicado em 24 de dezembro no *Avanti!*. No entanto, o mesmo teria sido escrito por Gramsci "três semanas depois dos fatos de Petrogrado" e não um mês e meio depois. (LIGUORI, 2017, p. 33).

Para o socialista sardo a revolução russa é uma "revolução contra *O Capital* de Karl Marx", que na Rússia era "o livro dos burgueses, mais do que do proletariado", (GRAMSCI, 2004a, p. 126), daí a posição crítica contra as previsões daqueles que, estabelecendo o monopólio da interpretação, fizeram "do livro e do marxismo uma leitura economicista e determinista, 'etapista'" (LIGUORI, 2017, p. 24), segundo a qual era necessário que

> [...] na Rússia se formasse uma burguesia, se iniciasse uma era capitalista, se instaurasse uma civilização tipo ocidental, antes que o proletariado pudesse pensar em sua desforra, em suas reivindicações de classe, em sua revolução. (GRAMSCI, 2004a, p. 126).

A posição mecânica de abordagem do processo revolucionário reduz à realidade, os acontecimentos e o pensamento real a interpretações feitas através de rígidos esquemas, que ignoram as particularidades e singularidades do povo russo e negligenciam a capacidade de auto-organização, educação e formação dos trabalhadores no decurso de um processo revolucionário. Conforme tais esquemas, caberia a burguesia o empenho para gerar o desenvolvimento das forças produtivas, para mais tarde em um futuro incerto existirem as condições de organização de uma nova sociedade. Para Gramsci, esse caminho linear e evolutivo não levava em conta a intensificação da luta de classes, entre as duas classes antagônicas do mundo capitalista, onde se vive e constrói a história. O proletário que vive na miséria e a exploração do capital pressiona, obrigando a burguesia a melhorar as técnicas e humanizar as condições de trabalho. É da luta de classes concreta e não de esquemas abstratos e pré-definidos que se definem os caminhos da história.

Na Rússia "os fatos atropelam os dogmas", ação coletiva revolucionária mostrou que podem existir outros caminhos. Os acontecimentos desmontam os esquemas críticos, segundo as quais a história deveria se desenvolver pelos cânones do evolucionismo que permeavam as interpretações das velhas gerações socialistas. Os "cânones do materialismo histórico não são tão férreos como poderia se pensar e se pensou" (GRAMSCI, 2004a, p. 126). A revolução rompe

com os cânones interpretativos rígidos e mostra que não existe determinação histórica, mas cada realidade tem sua singularidade e características específicas.

Os bolcheviques não renegaram Marx, “não renegam seu pensamento vivificador”. Eles apenas não são marxistas dogmáticos que se ancoram em doutrina rígida e inflexível, contaminada por “incrustações positivistas e naturalistas”, apenas reinterpretam conforme os dados da realidade. Os bolcheviques, em seu pensamento, têm presente não apenas a manifestação histórica dos fatos econômicos, brutos, mas tomam como base “o homem, a sociedade dos homens”, que em suas relações desenvolve contatos entre si e aprimoram a vontade social, coletiva, através do antagonismo e acirramento da luta de classes, plasmando, a partir daí os fatos econômicos. (GRAMSCI, 2004a, p. 127).

Max previu o possível. Não poderia prever que uma guerra teria a duração e os efeitos que teve e que o sofrimento e a miséria criariam na Rússia a vontade coletiva popular em que a massa, passando cada vez mais de “caos-povo, a pensamento organizado, tornando-se mais consciente do próprio poder, da própria capacidade de assumir responsabilidade social, de converter-se em árbitro do próprio destino”. (GRAMSCI, 2004a, p. 128).

Gramsci destaca o trabalho dos socialistas russos que, ao educarem a classe proletária para as questões do marxismo, despertaram a “vontade social” na Rússia. Eles colocaram o povo russo em contato com as experiências de outros proletariados, o que ajudou na compreensão da longa história de lutas do proletariado contra o capitalismo mundial e na compreensão dos esforços que devem ser feitos para se “emancipar culturalmente dos vínculos do servilismo”, condição necessária para se construir uma nova consciência, testemunho de um mundo futuro que se constrói pela vontade coletiva. (GRAMSCI, 2004a, p. 128).

O proletariado russo, não precisa formar sua burguesia, esperar que a luta de classes se intensifique para que a consciência de classe desponte e, finalmente, triunfar com a catástrofe do mundo capitalista, como previsto nos manuais. O povo russo “passou por essas experiências pelo pensamento”, pelas experiências do proletariado mundial e aprendeu com eles. O proletariado

"educado de modo socialista, começará sua história a partir do estágio mais avançado de produção ao qual chegou a Inglaterra de hoje", a partir do que já é perfeito em outros lugares, os próprios revolucionários criarão as condições coletivas necessárias para a realização "*completa* e *plena* do seu ideal". (GRAMSCI, 2004a, p. 129).

Gramsci manifesta consciência das dificuldades que rondam os revolucionários russos. Em primeiro momento será "o coletivismo da miséria, do sofrimento", consequência das condições herdadas de um regime burguês, que não poderia fazer de imediato diferente do que o coletivismo poderá fazer. Sofrimento que poderá ser abreviado se o proletariado se sentindo sujeito, entender que depende de sua vontade coletiva trabalhar para abreviar o sofrimento.

Ficam explícitas no texto de Gramsci duas questões fundamentais. A primeira é uma crítica às posições teóricas do reformismo mundial e italiano. Crítica que tem seu início no contexto de sua militância política e que vai se estender e ampliar nos Cadernos do Cárcere. Gramsci se posiciona frente às grandes disputas teóricas do socialismo mundial, no que diz respeito, a transição do capitalismo ao socialismo. Questões que vinham sendo discutidas desde a ascensão do SPD como partido majoritário no parlamento alemão e que tinham com protagonistas, Kautsky, Bernstein, Luxemburgo, entre outros. E, ao mesmo tempo, tem presente o reformismo italiano, representado pelo deputado Treves, com quem teve várias divergências dentro do PSI. Gramsci acentua desde o início de sua militância política, o caráter dogmático das posições reformistas, temática que tem continuidade e aprofundamento nos escritos carcerários, sob a denominação de materialismo vulgar e suas várias vertentes, marxismo oficial, sendo abordado em contraposição à filosofia da práxis.

A segunda questão abordada por Gramsci, enfoca a necessidade de romper com esquemas dogmáticos, pré-determinados de interpretação dos acontecimentos e dar saltos qualitativos. Mostra a possiblidade de se reinterpretar a teoria a partir das condições concretas e específicas de cada realidade, a partir das quais se manifesta a luta de classes e o poder de autoeducação e auto-organização da vontade coletiva proletária. A vontade social coletiva aparece com

potencial para alterar o curso econômico e político, capacidade para gerar uma nova ordem social, com uma nova forma de organização social e econômica, a partir da gestão dos produtores e da democracia operária. Questões que foram reafirmadas como fundamentais na organização dos conselhos de fábrica.

No artigo *A medida da história*, de 07 de junho de 1919, Gramsci destaca a dimensão inovadora da revolução russa e questiona o que a história ainda pede ao proletário russo para "legitimar e tornar permanentes as suas conquistas?" Uma revolução que teve que enfrentar dificuldades, "imensamente superiores àquelas de qualquer outra revolução do passado", mas que é inovadora, por buscar suprimir a propriedade privada dos meios de produção e exigir a intervenção de todos no processo de transformação da sociedade. Neste sentido, revolução proletária é "máxima revolução", pois transforma a sociedade de "organismo unicelular (de indivíduos-cidadãos) em organismo pluricelulares", estabelece como base da sociedade núcleos que são órgãos da própria sociedade.". (GRAMSCI, 1976, p. 327)

Os *Soviets* ou núcleos, que ajudam identificação da sociedade com o Estado e possibilitam uma consciência espiritual e histórica do proletariado. Por isso, "os comunistas russos são uma classe dirigente de primeira ordem". E, Lênin tem se revelado como "o maior estadista da Europa contemporânea; o homem que liberta o prestígio, que inflama e disciplina os povos". Homem que usa seu cérebro para canalizar as energias sociais e políticas em benefício da revolução. A sua grandeza política e dos bolcheviques consiste em ter desenvolvido uma forma concreta e dinâmica que possibilitou erguer "o gigante caído" e "soldar a doutrina comunista com a consciência coletiva do povo russo". A revolução deixa de ser retórica demagógica e torna-se um "sistema organizado de poder", à medida que se encarna num Estado proletário e se desenvolve na experiência democrática dos conselhos. (GRAMSCI, 1976, p. 328).

Gramsci se inspira na experiência russa dos conselhos e propõem ao proletariado italiano, uma saída da passividade e do marasmo que o reformismo do PSI havia conduzido. Para ele, os conselhos traziam a experiência política democrática, de autoeducação e de autogoverno que poderia ajudar o operariado a

emancipar-se da democracia burguesa. Tem clareza da reação capitalista, frente as novas experiências do proletariado russo. A Rússia encontra-se isolada de todas as saídas para o mar e é privada de qualquer solidariedade do mundo externo. No entanto, na Rússia, a pressão que é levada a efeito pelos países capitalistas, na forma de "monopólio da informação, a possibilidade da calúnia, a corrupção, o bloqueio terrestre e marítimo, a boicotagem, a sabotagens, a deslealdade sem pudor", a violação do direito dos homens (guerra sem declaração) e pressão militar" são impotentes contra a fé e a força de vontade do povo russo, "o poder dos sovietes resiste". (GRAMSCI, 1976, p. 330-31).

Gramsci explicita ao operariado italiano os objetivos e funções da experiência de convivência social e de participação coletiva vivenciadas nos conselhos da Rússia, pois "só no regime dos conselhos encontram a sua adequada solução dos problemas de vida ou de morte que impendem sobre o mundo". (GRAMSCI, 1976, p. 331). Uma experiência de participação democrática, gestão da produção e formação política do operariado que, por integrar política e economia, traz consigo o potencial de construção de um novo Estado. "A relação entre política e economia se explicita na ação dos conselhos, como experiência de vida coletiva e de participação direta na construção de uma nova ordem política capaz de reorganizar a sociedade". (SCHLESENER, 2017, p. 51)

No artigo *Democracia Operária*, de 1919, Gramsci, destaca que a construção de um novo Estado, da democracia operária, passa pela experiência dos conselhos de fábrica de Turim. "As comissões internas de fábrica, desenvolvidas e enriquecidas, deverão ser amanhã os órgãos do poder proletário que substituirá o capitalista em todas as suas funções úteis de direção e administração". (GRAMSCI, 2004a, p. 247). Do exercício da democracia direta, da gestão compartilhada da produção e da extensão deste aprendizado a outras instituições sociais extrai-se as bases em que se deve alicerçar a ditadura do proletário. Assim como nos sovietes, "todo poder ao proletariado", Gramsci anuncia a palavra de ordem "todo o poder de fábrica aos comitês de fábrica", seguido por outra, "todo o poder de Estado aos conselhos operários e camponeses", pois quer um novo Estado, que privilegie as experiências de autogestão e autoeducação no interior das

fábricas e, ao mesmo tempo, envolva nesta construção às classes oprimidas e subalternas, os trabalhadores do campo e da cidade como sujeitos ativos da participação social e política.

Um Estado assim, não se improvisa. Os comunistas russos trabalharam oito meses para tornar viva e concreta a palavra de ordem "todo o poder aos sovietes", os sovietes já estavam presentes no meio operário desde as greves de 1905. "Os comunistas italianos devem assimilar a experiência russa e economizar tempo e trabalho", pois a obra de construção de um novo Estado demanda muito tempo e trabalho e a ela devem ser dedicados cada dia e cada ato. (GRAMSCI, 2004a, p. 249).

9 NEXOS LUXEMBURGO E GRAMSCI

A intenção deste capítulo é estabelecer alguns nexos entre Luxemburgo e Gramsci, que apesar de eles terem escritos em contextos históricos diferentes, mantiveram unidade com os objetivos revolucionários e trabalharam pela formação da classe proletária. Discorre-se sobre conexões e entre os autores na formação da classe proletária.

Em 1948, em meio a um cenário de transformações que Europa vinha passando, Marx e Engels, atendendo à solicitação da Liga Comunista, associação internacional de operários, escreveram o *Manifesto do Partido Comunista*. A publicação não só buscou contemplar as transformações conjunturais e dar um programa detalhado, teórico e prático, para o partido, mas reafirmou as contradições presentes na sociedade capitalista e indicou, como forma de antagonismo, a necessidade de clareza quanto a luta de classe, veículo capaz de impulsionar ações revolucionárias e mudanças na história. O documento buscou unir a classe proletária para a organização política e revolucionária, cujo eixo central alicerçava-se na clareza de que "a história de todas as sociedades até hoje existentes é a história da luta de classes". (MARX e ENGELS, 2001, p. 23).

Os raros momentos em que as forças do capital expõem sua fragilidade, através das crises periódicas, são pequenas brechas que permitem evidenciar as contradições do capital e configuram-se como momentos oportunos para a emergência das forças antagônicas das classes subalternas.

No processo histórico, diversas concepções ideológicas burguesas e não burguesas têm trabalhado para minimizar a necessidade de luta de classes, através da incorporação da classe operária na democracia e nos direitos burgueses. As pequenas conquistas burguesas, principalmente no campo econômico e na melhoria das condições de trabalho, têm reforçado a corrente revisionista e reformista presente no socialismo e, com isso, aumentando a tendência em negar

a caminhada emancipatória do movimento proletário mundial, reafirmando os caminhos para o socialismo por vias democráticas e parlamentares. O sindicalismo operário e parte do partido socialista têm caminhado pela via reformista, acreditando agir para levar o sistema capitalista gradualmente a se humanizar e chegar ao socialismo, com ações de cooperação e consenso, trabalham para os interesses do capital e, por consequência, contra a luta de classes.

9.1 A QUESTÃO DO REVISIONISMO

A questão do revisionismo, do reformismo do final do século XIX e das primeiras décadas do século XX, combatidos por Luxemburgo e Gramsci, estava ligada às influências da forte expansão das forças do capital e de uma ideologia de pseudodemocratização do Estado liberal e imperialista. Como sinalizado por Engels, no prefácio da edição do livro de Marx sobre *As lutas de classes na França (1848-1850)*, havia uma crise no movimento operário e a indicação dos rumos e estratégias passava pelas condições históricas vividas. No caso alemão, em curto prazo, contava com apoio de uma pequena parte da classe operária e esperava como consequência, uma derrota semelhante ao que tinha ocorrido com a *Comuna de Paris (1871).* (ENGELS, 2012). Por isso, o indicativo de que a classe operária deveria passar por um longo período de fortalecimento das suas instituições. Sindicato e partido deveriam "organizar e educar a classe proletária para os fins socialistas." (DEL ROIO, 2018, p. 18). O parlamento teria importância enquanto instrumento de aprendizagem democrática das conquistas imediatas, ainda no campo da organização burguesa. A revolução vislumbrada em perspectiva futura seria a consequência de um fenômeno histórico amplo, em que as massas preparadas e conscientes dos objetivos, assumem o antagonismo de classe e levam avante ofensiva capaz de paralisar e vencer as forças burguesas.

Bernstein, tendo presente a crise nas estratégias do movimento operário, contando com prestígio dentro do SPD, formulou uma concepção que considerava a expansão do capitalismo duradoura e assumia que a democratização do Estado fosse constante. O desenvolvimento capitalista não levaria a uma concentração da

economia, mas geraria uma democratização das riquezas, com isso, haveria um aumento da classe média. O que contraria as previsões "catastróficas" que Marx tinha formulado, com as quais se caminhava para um choque entre burguesia e proletariado. Por isso, Bernstein decidiu revisar as previsões de Marx, sobre as catástrofes do capitalismo; defendeu uma democratização capitalista como forma de socialização e caminho para chegar ao socialismo; inseriu as instituições operárias dentro do Estado, via parlamento; colocou o sindicato e o partido, à serviço da engrenagem capitalista, como meios de controle e de distribuição das riquezas; valorizou as cooperativas, como as instituições que levariam ao socialismo, pelas vias da socialização e democratização das riquezas.

Luxemburgo em *Reforma social ou Revolução?* indicou a fragilidade das proposições revisionistas e reformistas, que tinham nos seus fundamentos erros de método. Enquanto Bernstein, pela influência kantiana e positivista, formulou uma dialética que levava o movimento operário para dentro da cultura burguesa, Luxemburgo, de posse das teses marxianas, das crises cíclicas do capitalismo, compreendeu a importância das lutas parlamentares para as conquistas imediatas do operariado, ainda no mundo capitalista, mas não perdeu de vista os fins revolucionários a serem almejados via revolução. Ela defendeu a necessidade de educação das massas para compreensão das questões imediatas, que deveriam ser buscadas via parlamento, no âmbito da cultura e da produção capitalista; uma educação para o entendimento do objetivo final, os fins revolucionários, a derrubada do Estado burguês e a constituição do Estado dos produtores. Enquanto Bernstein ficou no âmbito da democracia burguesa, Luxemburgo elevou a luta de classes ao seu patamar máximo, com o entendimento de que, para além das conquistas burguesas, era necessário a conquista do poder Estatal pelo proletariado. Ela não negava uma a necessidade da das conquistas parlamentares em oposição a uma perspectiva revolucionária. Sabia da importância das reformas e defendia uma integração entre reforma e revolução, ao qual a luta pela reforma fosse um meio e a revolução, o objetivo final.

Como observado por Del Roio (2009, p. 05), Luxemburgo defrontou-se com as limitações apontadas por Engels, que sinalizavam para ações da classe

operária ainda no âmbito do Estado burguês, capitalista, enquanto uma classe dominada pelas forças hegemônicas de um Estado burguês. As estratégias da autora para se chegar ao Estado dos produtores não são muito claras, são mais indicações de armadilhas que devem ser evitadas. Entre elas, o revisionismo, reformismo, oportunismo, blanquismo, entre outras, que podem atrapalhar a revolução socialista.

Com a explosão da guerra, em 1914, a maior parte da intelectualidade burguesa mundial observou os eventos com certa simpatia e mesmo adesão a ideologia nacionalista imperialista. Para a burguesia, a guerra tinha como sentido a possibilidade de estabelecer uma nova hierarquia entre estados imperialistas e de desmobilizar a luta de classes, através da destruição do movimento proletário mundial, enquanto força contrária aos interesses do Estado burguês.

Para Del Roio (2018, p.43), a incorporação da cultura e do modo de vida burgueses, dentro das instituições operárias, pode ser um dos motivos que ajudou a emergir o nacionalismo dentro do movimento proletário e, por conseguinte, aprovação dos créditos de guerra, em 1914. A cooptação do proletariado e de suas instituições aos valores burgueses, se deve em grande parte, as truncadas relações entre as direções das instituições operárias (sindicato e partido) e as massas operárias. Conflitos que impossibilitaram a coesão das forças proletárias em momentos que deveriam marcar posição na disputa pela hegemonia.

As ilusões reformistas da conquista do poder dentro do Estado burguês, como forma de se chegar ao socialismo, levou boa parte das direções operárias a baixar a guarda e usufruir dos benefícios concedidos pela classe dominante. Na Alemanha já se vislumbrava a conquista plena da cidadania à classe operária dentro do Estado burguês. Questões que levaram parte das direções reafirmar o caminho parlamentar, negociações e consenso, enquanto outra parte da esquerda revolucionária e internacionalista, da qual fazia parte Luxemburgo, condenavam as estratégias do SPD. (HAUPT, 1979, p. 374).

No congresso do SPD, em 1913, mesmo que a esquerda tivesse sido derrotada, ela manteve-se ativa na denúncia da guerra imperialista e na necessidade de os socialistas e a classe operária demarcarem oposição aos discursos

nacionalistas, que sob pretexto da defesa da soberania nacional, alimentavam interesses de domínio sobre outros povos e nações. Luxemburgo, como expressão da esquerda, vendo a incapacidade de mobilização da classe operária contra a guerra, percebe a necessidade da educação das massas para a compreensão da luta de classes, em sua totalidade, com vistas aos fins revolucionários. Embora a escola da vida, a práxis, ajudasse na autoeducação, faltava a classe operária o conhecimento do "socialismo científico", dos fundamentos marxianos para melhor entendimento da realidade, consciência e autodisciplina revolucionárias.

Luxemburgo (2011f) tinha presente que o Estado burguês, por meio do reformismo, havia cooptado para si a classe operária, através dos sindicatos e do partido, instituições representativas e de defesa dos interesses do proletariado. Ela denunciou as manobras do capital e trabalhou para resgatar as instituições, os dirigentes do SPD, aos interesses proletários e aos fins revolucionários. Militou entre às massas operárias, com a intenção de ajudar na emancipação do proletariado, que pela força de ideologia burguesa, era constantemente chamado a assumir a defesa dos interesses nacionalistas, contrários a uma visão internacionalista do socialismo mundial.

Na Itália, Gramsci, membro do PSI, estava imerso em um contexto cultural e ideológico com influências hegelianas e ainda nutrindo certa admiração por Croce, quando a guerra começou. Para o autor sardo, a guerra representava uma barbárie para a classe operária, um conflito originado pela competição político-econômica entre nações, cujo preço final seria pago pelo proletariado. A guerra ajudou Gramsci a identificar os teóricos que estavam com a classe operária e que poderiam ser forças de apoio na luta de classes e aqueles que foram cooptados classe burguesa, como Croce e Gentile.

Gramsci distanciou-se de Croce, manifestou-se contra as posições do PSI, que orientavam neutralidade e, logo depois, apoiou a guerra. Defendeu sabotagem aos esforços de guerra e denunciou a paralisia do socialismo internacional, que deixava de lado a luta de classes. Em "*Neutralidade ativa e operante",* Gramsci contesta a "neutralidade absoluta" do PSI frente à guerra e propõem que a neutralidade seja transformada em "neutralidade ativa e operante".

Ele quer preservar a autonomia do PSI, para amadurecer o seu potencial revolucionário, à medida que ainda tem forças para contrapor o Estado burguês. Quer que a classe trabalhadora obrigue "a classe detentora do poder a assumir responsabilidades" pela guerra que ela decretou, mas que depende do proletariado para levar a diante. "Só assim será restabelecido o dualismo de classes" e o PSI se "libertará das incrustações burguesas". (GRAMSCI, 2004a, p. 49).

A educação das massas para Gramsci e para Luxemburgo, no contexto da guerra, está liga a própria classe e depende dela se fazer, constituir-se enquanto classe proletária e defender os interesses do socialismo internacional. (DEL ROIO, 2018, p. 46).

Gramsci sinaliza para a necessidade de tirar as massas das influências religiosas, clericais, ajudar no crescimento político e cultural do proletariado italiano. Ele critica o sistema escolástico e as instituições universitárias que formam homens-máquina, difundindo uma cultura de interesse do capital. Defende que a grande educadora da classe proletária seja "a crítica à civilização capitalista", que ajuda na formação de uma "consciência unitária do proletariado." Quer uma educação "desinteressada", que tenha a liberdade e a criatividade de iniciativas com prioridades. Para tanto, é necessário enfrentar as instituições industriais burguesas, pois elas, à luz dos interesses do capital, entendem ser mais útil "operários-máquinas em vez de operários homens". (GRAMSCI, 2004a, p. 75-76). Em oposição a formação unilateral, voltada apenas aos interesses do capital, que constituída por um trabalho alienado, imposto na forma de divisão do trabalho, como defendido pela concepção burguesa liberal, Gramsci, na linha da filosofia da práxis, pensou no novo homem moderno, como um novo tipo de homem, com uma formação politécnica.

> O homem moderno deveria ser uma síntese daquelas caraterísticas que são... hipostasiadas características nacionais; o engenheiro americano, o filósofo alemão, o político francês, recriando, por assim dizer, o homem italiano do Renascimento, o tipo moderno de Leonardo da Vinci transformado em homem-massa ou homem coletivo, ainda que mantendo sua forte personalidade e originalidade individual. (GRAMSCI, 2005b, p. 255).

Um homem que tem sensibilidade coletiva, mas carrega consigo uma identidade pessoal, portanto educado na perspectiva da omnilateralidade de Marx, com uma mescla das inovações renascentistas e das novas contribuições políticas de Maquiavel.

9.2 A REVOLUÇÃO RUSSA

Os eventos revolucionários russos significaram para Luxemburgo e Gramsci uma nova oportunidade de ajudar o partido socialista, que pela influência do reformismo e oportunismo estava imergido em uma concepção do socialismo pelas vias parlamentares e democráticas. Portanto, a luz do oriente irradia novos tempos, oportunidade para se retomar os caminhos revolucionários, abandonar o centralismo partidário e caminhar junto com as massas.

Em 1905, quando a revolução russa começou, o debate sobre a greve de massas como estratégia anarquista já estava presente no socialismo internacional. Luxemburgo extrai lições dos acontecimentos russos para esboçar uma estratégia diferente daquelas do anarquismo, do sindicalismo-revolucionário e das concepções reformistas presentes no interior do SPD. Mostrou que a Rússia, país considerado atrasado do ponto de vista cultural e do desenvolvimento das técnicas produtivas, tinha ricas experiências e ensinamentos para partilhar com o socialismo internacional, principalmente a social-democracia alemã. Sinalizou para um caminho no qual a emancipação da classe operária fosse obra dos próprios trabalhadores. Luxemburgo, ao defender a "auto-organização e autoatividade das massas, na autonomia e no antagonismo da sua luta anticapitalista" e ao utilizar a greve de massas como método de luta, sem dúvidas, ficou mais próxima do sindicalismo-revolucionário, no entanto, ela ao defender um partido político revolucionário, constituído a partir das massas, se aproxima do "campo do marxismo revolucionário, de uma refundação do comunismo marxiano". (DEL ROIO, 2009, p. 06).

A revolucionária polonesa realizou esforço para mostrar que a greve de massas é uma das formas para se romper com a ordem constituída, quebrar as

resistências dos senhores das indústrias. Ela teve o cuidado de se desvincular da concepção de greve de massas presente no anarquismo, foco de diversas críticas de Engels. Ela defende uma greve de massas como estratégia utilizada pela revolução socialista, método de luta de classes, para fazer frente ao poder do capital. Greve de massa como ação que nasce em decorrência no antagonismo ao capital e se desenvolvem pelo caminho da emancipação, através da solidariedade, autoeducação e autoatividade dos sujeitos envolvidos. Por isso a greve de massas é o "pulso vivo" da revolução, uma forma de "manifestação da luta proletária na revolução", que resume em um período da luta de classes, que pode durar anos ou décadas. (LUXEMBURGO, 2011d, p. 299).

A estratégia da greve de massas de Luxemburgo como forma da classe operária enfrentar o poder do capital burguês tem sua força na própria massa proletária, na capacidade de educação e de autoeducação das massas, aprendizado que acontece no percurso da luta revolucionária. A greve de massas ao se constituir em movimento precisa criar a direção política. Em decorrência da necessidade da greve nasceram, na Rússia, instituições como sindicato e partido. Instituições constituídas no calor da luta e que agiam na dinâmica de integração com as massas. Ao partido massa, que é educado e educa, é confiada a direção política de conduzir o movimento, orientar e apressar o caminho revolucionário.

Na revolução de outubro na Rússia (1917), Luxemburgo manifestou o desejo de que a revolução se espalhasse pelo mundo e contagiasse o operariado alemão. Retomou algumas pistas deixadas por Engels, por ocasião da revolução russa de 1905, que depois também foram apreciadas por Gramsci. Entre elas a questão da dualidade de poder, das forças hegemônicas, da guerra de posições, entre outras.

Para Luxemburgo, a revolução na Rússia de 1917, não era ação de libertadores externos, mas parte da experiência proletária, que pelo processo de educação e de autoeducação das massas, atingiu um estágio de maturidade, o que possibilitou ir para além de uma revolução burguesa e, contrariando diagnósticos do socialismo mundial, constituiu uma revolução genuinamente proletária.

Luxemburgo, na crítica aos bolcheviques, defendeu a democracia e a liberdade como a sendo de vital importância para a prosperidade das instituições representativas do proletariado. A supressão das liberdades individuais e coletivas esvazia os conselhos, órgãos de exercício da democracia e da liberdade dos trabalhadores; impede que as massas façam suas próprias experiências, aprendam com os erros e acertos, no processo de autoeducação. Não cabe a um partido, ou comitê central, em nome da proteção contra os erros oportunistas, impedir o proletariado de ser o sujeito histórico, que revoluciona a si e as estruturas do Estado burguês. Ela resguardou o direito de a massa errar, buscar a emancipação, fazer sua história, pela solidariedade, pela autoeducação, aprendendo com a própria práxis revolucionária.

Sobre a revolução de outubro, Gramsci sinaliza para a importância do valor da ação operária, do protagonismo da classe proletária russa. Deseja que os eventos revolucionários sejam a expressão de um ato de compreensão da práxis revolucionária, do reconhecimento da condição de classe explorada e subalterna, da expressão de uma cultura proletária, que compreendeu o seu lugar na luta como classe. Destaca que a revolução foi feita pelo proletariado, mas para que seja um ato proletário "é necessário que o fato revolucionário se revele, além de fenômeno de poder, também um fenômeno de costumes, um fato moral". (GRAMSCI, 2004a, p. 100).

Gramsci valorizou a papel cultural e educativo desenvolvido pelos socialistas russos com as massas proletárias. O trabalho junto as massas possibilitou contagiar "novos corações e cérebros", com um "incêndio revolucionário", que ao não seguir esquemas dogmáticos como os do SPD, está para além do evolucionismo, por isso, os bolcheviques são revolucionários que trabalham para implantar a ditadura do proletariado. (GRAMSCI, 2004a, p. 106).

Os socialistas russos, ao educar a classe proletária para as questões do marxismo, ao colocar as massas russas em contato com as experiências de outros proletariados, ajudaram o proletariado na compreensão da luta de classes, em processo de emancipação "culturalmente dos vínculos do servilismo" e na

formação de uma nova consciência coletiva, solidária e revolucionária. (GRAMSCI, 2004a, p. 128).

A experiência dos conselhos na Rússia teve significativa influência sobre Gramsci, que passou a ver neles uma experiência política democrática, de aprendizagem, autoeducação e autogoverno que poderia ser usada na Itália, ainda dentro de um contexto capitalista, e assim, ajudar no domínio do modo de produção fabril e na gestão das bases de um processo de emancipação, em contraposição a democracia burguesa. Assim, os conselhos, as comissões internas de fábrica de Turim (1919-1920), pela dimensão educativa e formativa são para Gramsci "as escolas na qual os operários poderão atingir o domínio da produção e, tornar-se conscientes, realizar o controle industrial." (DIAS, 2000, p. 176).

Na constituição dos conselhos operários na Alemanha (1918-1920) e os conselhos de fábrica de Turim (1919-1920), fica evidente a necessidade de um partido revolucionário que representasse as massas e ajudasse na organização proletária, um partido massa, educador e educado pela práxis revolucionária.

No congresso de Fundação da KPD, Luxemburgo apresentou uma concepção de revolução socialista que tem direta relação com um antagonismo de enfrentamento com as forças hegemônicas do poder do capital e a autoatividade das massas operárias, numa fusão entre luta econômica e política. Tinha consciência de que havia um "caminho ainda longo da educação das massas", observa que a "rua deve em toda a parte dominar e triunfar", como forma de contraposição as forças da ordem. Destaca a importância de formar os conselhos de operários e soldados como "portadores de todas às necessidades políticas e econômicas, órgãos de poder da classe trabalhadora", em contraposição à Assembleia Nacional, que naquele contexto (1918) significava um "bastião da contrarrevolução, querem chamar e educar as massas para aniquilá-la." (LUXEMBURGO, 2011b, p. 340).

9.3 OS CONSELHOS

Para a revolucionária polonesa, o conselho de operários e soldados é a forma indicada para reorganizar, gerenciar e administrar a produção e as questões ligadas à vida pública. O novo Estado socialista depende do fortalecimento dos conselhos, enquanto instituição de autoeducação e de autoatividade do operariado, em articulação com o proletariado agrícola e os pequenos camponeses. "O socialismo deve ser feito pelas massas, por cada proletário." (LUXEMBURGO, 2011b, p. 360).

Para Rotolo (2008, p.94), a revolução alemã de 1918 e1919 tem nos conselhos a compreensão de Luxemburgo sobre o socialismo. Luxemburgo não separa socialismo e democracia, vê nos conselhos o caminho para construir o socialismo. Uma construção de autogestão, de exercício democrático em antagonismo à supremacia do Estado burguês. No conselho cada operário tem garantida a participação nas decisões políticas, exercitando a individualidade e o caráter público e democrático das decisões e rumos do próprio movimento.

No contexto da Revolução alemã, 1918 e 1919, os conselhos significavam para Luxemburgo o caminho para o socialismo. Eles são a demonstração de que é possível organizar a política a partir das massas proletárias, constituem-se como espaço de liberdade humana, exercício da democracia e autoeducação sobre o processo de produção, uma nova forma de articular, individual e coletivo, caminho para as bases do novo Estado dos produtores.

Para Loureiro (2005), no contexto da revolução alemã, a democracia para Luxemburgo significa "democracia conselhista", com os conselhos o poder não está acima das massas, mas se constrói com elas.

> Os conselhos são organismos democráticos por exercerem simultaneamente funções legislativas e executivas, aqueles que fazem as leis são os mesmos que as aplicam e que administram a coisa pública. Com isso, é eliminada a separação entre dirigentes e dirigidos, base do autoritarismo, da burocracia, da dominação e da exploração no capitalismo contemporâneo. (LOUREIRO, 2005, p. 36).

Para Luxemburgo a democracia vinda das bases precisa se transformar em ação consciente, o que requer atenção com a educação das massas, com a autodisciplina, o autogoverno e a responsabilidade com as lutas do proletariado. Condições fundamentais para não cair no refluxo contrarrevolucionário.

Em *O que quer a Liga Spartakus?,*[62]a revolucionária polonesa defende os conselhos como os legítimos substitutos do Estado burguês, a base em que deveria se alicerçar a nova direção da vida social. É necessário que a massa proletária tenha presente os objetivos da revolução e, através da práxis revolucionária, dê novo impulso ao socialismo.

> Assim, da cúpula do Estado à menor comunidade, a massa proletária precisa substituir os órgãos herdados da dominação burguesa: *Bundesrat* (Conselho Federal), parlamentos, conselhos municipais, pelos seus próprios órgãos de classe, os conselhos de operários e soldados. Precisa ocupar todos os postos, controlar todas as funções, aferir todas as necessidades do Estado, pelos próprios interesses de classe e pelas tarefas socialistas. E só por uma influência recíproca constante, entre as massas populares e seus organismos, os conselhos de trabalhadores e de soldados, é que a atividade das massas pode insuflar ao Estado um espírito socialista. (LUXEMBURG, 1991b, p. 102).

O texto que foi adotado como Programa *Spartakus* foi considerado por Nettl como "o testamento de Rosa, assim como também o conciso resumo da obra de sua vida" (NETTL, 1974, p. 553-554), nele contém a sinalização de que *Spartakus* só tomará o poder com o apoio da maioria das massas. Por isso, Luxemburgo quer que a revolução alemã seja uma revolução socialista, feita pelas massas, através dos conselhos de operários e soldados. Para que as massas proletárias tenham seu espaço, ela reivindica a imediata suspensão dos parlamentos e dos conselhos municipais, substituição de órgãos legislativos e executivos oficiais burgueses, pelos conselhos como órgãos do proletariado, comprometido com a revolução. Quer eleições de delegados dos conselhos de operários e soldados em todo o Reich, para composição de um conselho central,

---

[62] Foi escrito por Luxemburgo em 14 de dezembro de 1918, quando spartakistas faziam parte do Partido Social Democrata Independente. No Congresso de Fundação do KPD, 31 de dezembro de 2018, tornou-se programa da Liga *Spartakus*.

que elegerá um comitê executivo. Do comitê executivo espera integração entre os diversos comitês e conselhos, de forma a manter uma interação dinâmica entre a massa dos conselhos e suas representações. Para evitar o risco de desvios e corrupções dos representantes, propôs um mandato revogável, o que coloca o delegado sob permanente controle por parte de sua base e possibilita maior rotatividade pela constante substituição dos representantes. (LUXEMBURG, 1991b).

Luxemburgo, na defesa dos conselhos se contrapôs a eleição da Assembleia Constituinte em 1918, contrariando posição defendida na revolução russa de 1917, quando defendeu a participação democrática via Assembleia. No contexto da Alemanha, tem-se o SPD, recém-chegado ao poder, tinha assumido compromissos de um sufrágio universal, constituição de uma Assembleia Constituinte para elaborar a Constituição da nova República. Luxemburgo é contrária a realização da Constituinte, que naquelas circunstâncias representava um retrocesso nas conquistas proletárias, uma vitória das forças conservadoras, diferente do contexto russo, onde os bolcheviques haviam fechado o parlamento durante a revolução de outubro de 1917. Na Rússia, fechar o parlamento, como defendido pelos socialistas, significava impedir a participação democrática das massas.

Na Alemanha, a disputa entre Assembleia Constituinte e conselhos era alimentada por disputas anteriores, que permaneciam no interior do SPD, trata-se das disputas entre reformistas e revolucionários ou parlamento de um lado e conselhos de outro. Os reformistas, grupo majoritário na Social-democracia, tinham interesses pragmáticos ligadas ao desenvolvimento econômico e prosperidade industrial, portanto, ligados à burguesia. Eles, durante a revolução, procuraram dispersar a onda revolucionária, “não porque eram meros lacaios da burguesia”, mas sim porque a revolução significa uma ameaça aos tradicionais valores de desenvolvimento e prosperidade. A solução encontrada pelos reformistas foi de conseguir apoio entre a massa proletária e enfraquecer o movimento conselhista. Outro caminho foi desviar o poder que tinha sido conferido aos conselhos e atribuir a um poder executivo, centralizado na pessoa do

chanceler. “O principal objetivo dos majoritários era restaurar a ordem e retomar a produção o mais rapidamente possível, sob os moldes de um regime parlamentar ou liberal capitalista.” (ROTOLO, 2008, p. 101).

Luxemburgo ao ser contra a Assembleia Constituinte, não estava sendo contra a existência do parlamento. Significava uma atitude de confronto com reformistas do SPD, uma forma de reafirmar que nos conselhos se encontra a democracia popular das classes subalternas, uma forma de demarcar posição sobre a forma que o socialismo deve ocupar o Estado burguês. Para ela, não basta ocupar o espaço deixado pela burguesia, substituir pessoas nos comandos da estrutura de um Estado corroído pelos interesses do capital, mas revolucionar, destruir as estruturas da democracia burguesa, do Estado burguês e construir, com a participação das massas, um Estado proletário, gestado a partir das experiências dos conselhos, do processo de autoeducação, da autoatividade e do autogoverno proletário. Por isso, *O que quer a Liga Spartakus?* tem entre as medidas para garantir o triunfo da revolução a “substituição de todos os órgãos políticos e de todas as autoridades do antigo regime por homens de confiança dos conselhos de operários e de soldados.” (LUXEMBURG, 1991b, p. 106).

Para Luxemburgo a verdadeira democracia, a ditatura do proletariado, naquelas circunstâncias, significava “munir a massa compacta do povo trabalhador da totalidade do poder político, para que realize as tarefas da revolução.” (LUXEMBURG, 1991b, p. 105).

Ao deixar o poder nas mãos dos conselhos, Luxemburgo entende que a massa proletária deve se dispor a participar do longo processo revolucionário, o que exige sacrifícios e até vidas. No discurso do Congresso de fundação do KPD, em meio a alegria de espíritos em júbilo, manifestou preocupação com a revolução “Eu a vejo com um olho que ri, outro chora. Estou convencida de que vocês querem construir o seu radicalismo de maneira um tanto cômoda e rápida; sobretudo os gritos de ‘votar depressa!’ mostram isso.” (LUXEMBURGO, 2011b, p. 336). Diz estar convencida da necessidade de se refletir com calma para se poder alcançar os fins. “Fomos chamados a realizar as maiores tarefas da história universal”, e decisões importantes não podem ser tomadas de forma precipitada. “Sinto falta de

reflexão, de seriedade, as quais não devem de forma alguma ser excluídas do élan revolucionário.” (Idem).

O projeto revolucionário, visto por Luxemburgo, é uma tarefa histórica, que através da *Liga Spartakus*, envolve o conjunto do proletariado. Ele não pode ser uma atividade confiada a um grupo, pois já nasceria errado, precisa ser construído de forma coletiva, no aprendizado que se conquista no decurso da ação, na experiência dos conselhos, pela solidariedade, pela autoeducação, pela autodisciplina, pela autoatividade e pelo autogoverno das massas, que se constituem sujeitos de uma práxis revolucionária proletária.

A Liga *Spartakus* “não é um partido que queira chegar ao poder passando por cima da massa operária, ou servindo-se da massa operária.” Ela é “a parte mais consciente do proletariado” que sinaliza cada passo “às grandes massas do operariado”, ajuda na compreensão das suas tarefas históricas, as etapas da revolução, representa os fins da revolução e os interesses da revolução proletária internacional. (LUXEMBURG, 1991, p. 109).

O protagonismo proletário só acontece se as massas agirem, pois da ação das massas desencadeia-se a revolução. Para Luxemburgo a espontaneidade das massas é ponto de partida para desestruturar a ordem constituída, fazer girar a história. As tarefas do socialismo não podem perder de vista os fins revolucionários e, para tanto, é importante haver união entre ação e reflexão, daí a importância da Liga *Spartakus*, da educação, para ajudar a construir novas formas de produção, de administração, para auxiliar na criação de condições para que as massas possam se autogovernar, pois a essência da sociedade socialista consiste em: “[...] a grande massa trabalhadora deixa de ser uma massa governada, para viver ela mesma a vida política e econômica na sua totalidade, e para orientá-la por uma autodeterminação consciente e livre.” (LUXEMBURG, 1991b, p. 102).

Os conselhos são os espaços prioritários para se desenvolver a essência do socialismo, eles têm valor educativo, que estimula a vivência coletiva, de forma democrática e participativa. Eles estimulam novas formas de produção e administração social e política, valores negados no mundo capitalista. “Pela sua própria atividade, pela sua própria experiência, pode a massa operária adquirir

todas as virtudes cívicas socialistas, assim como os conhecimentos e as capacidades necessárias à direção das empresas socialistas." (LUXEMBURG, 1991b, p. 103).

Pela Liga *Spartakus* ser o espírito impulsor da consciência e da revolução socialista é detestado, perseguido e caluniado por todos os inimigos declarados e secretos da revolução. "Crucifiquem-na!" pedem capitalistas temendo por seus cofres, os pequenos burgueses, a classe média, as camadas de operários iludidos. Em uma ação contrarrevolucionária, todos os inimigos se unem pelo ódio contra a Liga *Spartakus*, que "bate o coração da revolução, cujo futuro lhe pertence." (LUXEMBURG, 1991, p. 109).

A experiência dos conselhos e a derrota da revolução alemã, com o assassinato, em 1919, não significaram o fim do ideário conselhista, que se espalhou para a Hungria e para a Itália, onde exerceu "uma certa influência em Lukács e em Gramsci". (DEL ROIO, 2009, p. 12). Em Lukács, a influência foi externada em 1923, no texto *Rosa Luxemburgo como marxista*. Nele o autor destaca o fato da polonesa ter refutado a economia vulgar, lutado contra o revisionismo, reorientado o marxismo através do retorno aos fundamentos do método marxista e proposto a via dos conselhos, manifestando uma certa relatividade sobre a importância do partido como força organizadora e de direção. (LUKÁCS, 2012b).

Gramsci, com o Grupo do *L'Ordine Nuovo*, reaviva algumas ideias presentes em Luxemburgo. Ambos têm claro "a cisão do trabalho diante da ordem do capital, a recusa da exploração e da alienação" (DEL ROIO, 2009, p. 12) pelas classes subalternas. Ação de enfrentamento com as forças do capital, que utiliza a greve de massas como uma das estratégias de mudança social, em cujo processo autoeducativo desencadeado manifesta a formação de uma identidade de classe, uma solidariedade na luta pela emancipação, pela autonomia e pelo autogoverno proletário.

Em Luxemburgo, as greves de massas são a força de expressão e manifestação do processo de emancipação e do antagonismo operário. Nas greves, tem-se a integração da luta econômica e política contra o capital, num processo

revolucionário, de confronto e de derrubada do Estado burguês e, simultaneamente, a construção das bases da nova democracia operária. Características que também estão presentes na experiência dos conselhos de fábrica de Turim, explicitadas em diversas passagens da revista *L'Ordine Nuovo*. No texto *Democracia Operária*, de 1919, Gramsci retoma questões que haviam sido propostas por Luxemburgo, em 1903, com os textos *Paralisia e progresso do marxismo* e *Karl Marx,* quando a autora polonesa desvenda os segredos da política social-democrata. "Com o fio de Aridane da teoria de Marx na mão, o partido operário é, hoje, o único que, do ponto de vista histórico, *sabe o que faz* e, por isso, *faz o que quer*." (LUXEMBURGO, 2011a, p. 134). Para o processo de emancipação, a classe proletária precisa compreender as movimentações do adversário, conhecer a *realpolitik* burguesa, para construir uma "*realpolitik* revolucionária". (LUXEMBURGO, 2011a, p. 136).

Enquanto permanecer no quadro da sociedade burguesa a classe proletária é incapaz de criar livremente sua cultura. Na sociedade de classes a cultura intelectual, a ciência e a arte, são criações da classe dominante e estão a serviço das suas necessidades. A classe trabalhadora só estará em condições de criar uma ciência e uma arte próprias, após realização total da emancipação da situação de classe. Para tanto, a "classe trabalhadora precisa criar as armas intelectuais para sua libertação". (LUXEMBURGO, 2011a, p. 128).

Para Gramsci e Luxemburgo o partido socialista, por conta dos reformistas e do centrismo de suas lideranças, tem trabalhado no parlamento, dentro das regras capitalistas em consonância com os interesses do capital. O partido não pode perder de vista os fins revolucionários da luta de classe e, portanto, precisa estar conectado com os interesses das massas proletárias. O sindicato, de forma semelhante ao partido, muitas vezes esteve com seu foco centrado apenas na busca de conquistas econômicas aos trabalhares, como por exemplo, aumento de salários e diminuição das horas de trabalho, motivo de diversas greves, mas que, uma vez que se tinha alguma pequena conquista, desmobilizava-se e perdia-se os horizontes da revolução. É dos conselhos de fábrica e não do sindicato ou partido que se busca a transformação revolucionária

"[...] entrelaçada a uma ação educativa e de elaboração de uma nova concepção de mundo". (SCHLESENER, 2007a, p. 12).

Gramsci mantém o desejo de que o partido, o sindicato, os conselhos de fábrica, as comissões de fábricas, que têm organizado ações dispersas e distintas, trabalhem juntos. Que não percam de vista o objetivo político-educativo maior de liquidar os meios de reprodução capitalista, suprimir a propriedade privada. Para Oliveira (2008), essa concepção de Gramsci deve-se às influências que ele teria recebido de Luxemburgo no que diz respeito aos conselhos de fábrica.

> É certo afirmar que Gramsci, já munido de suas análises sobre os "Conselhos de fábrica" e em confluência com as teorias deixadas por Rosa Luxemburgo, reflete sobre o Estado soviético, que [...] por se amparar numa "autogestão do processo produtivo" que efetivamente, ao conciliar economia e política, tinha superado o momento puramente econômico. (OLIVEIRA, 2008, p. 134).

Gramsci, na estratégia da luta de classe, tem presente o desafio de se unir as ações presentes, com o objetivo final da revolução, ou seja, satisfazer as necessidades do presente, mas continuar o trabalho para "antecipar o futuro" Estado operário. Para ele a gênese do Estado socialista já está presente nas instituições da classe trabalhadora, principalmente, nos conselhos. O desafio é

> [...] articular entre si estas instituições, coordená-las e subordiná-las segundo a hierarquia de competência e de poderes, centralizá-las fortemente significa criar desde já uma democracia operária, em eficiente e ativa contraposição ao Estado burguês, preparada desde já para substituir o Estado burguês em todas as suas funções essenciais de gestão e de domínio do patrimônio nacional. (GRAMSCI, 2004a, p. 245-246).

Luxemburgo e Gramsci concebem o Estado socialista como sendo uma organização democrática, que tem suas bases amparadas na autogestão e autogoverno do processo de produção, quebrando dicotomia entre o econômico e político. Estado dos produtores que vai sendo constituído a partir do processo de emancipação da classe operária, mediado pelo exercício de autoeducação e de autoatividade das massas em contraposição ao Estado burguês. Processo de

aprendizagem democrática que tem na fábrica, nas comissões e conselhos, na produção fabril espaço privilegiado para o conhecimento do domínio da produção e para o exercício democrático, as bases do novo Estado dos produtores. O que faz da experiência dos conselhos um projeto de revolução em ebulição, em movimento, ao mesmo tempo, meio e fim para a construção do Estado dos produtores.

Os conselhos de operários e soldados, para Luxemburgo e, os conselhos de fábrica, para Gramsci, são os fundamentos do Estado, uma vez que os sindicatos e o partido, pelas influências reformistas, atuam ainda no campo da política liberal burguesa, podendo ir contra a ação revolucionária das massas, como aconteceu na Alemanha e, mais tarde, na Itália.

9.4 A GREVE DE MASSAS E A FRENTE ÚNICA

Gramsci, no período que esteve à frente do PCI, em meio a repressão fascista, com lições da revolução russa, com o apoio de pequeno grupo do *L'Ordine Nuovo,* despontou como um dirigente "capaz de pensar a autonomia e o antagonismo das massas como processo de autoeducação e auto-governo". (DEL ROIO, 2009, p. 15).

Como o objetivo revolucionário socialista passa pela unificação da classe operária com proletariado agrícola e o campesinato pobre cabe ao partido trabalhar pela unificação das forças frente ao poder do capital, na construção do Estado democrático proletário. O partido como instrumento da organização da classe operária é um dos aprendizados que Gramsci colheu da revolução russa, com Lênin, mas também com Luxemburgo, quando defende um partido educador das massas, que seja expressão e manifestação da classe proletária, de onde deve se originar e a partir da qual deve trabalhar.

Para Del Roio (2009), Gramsci vale-se de Lênin e Luxemburgo para a concepção revolucionária italiana. Deu importância a um partido revolucionário, com expressão das manifestações das massas, em cuja composição deveria conter os operários melhor esclarecidos e educados na práxis revolucionária. Uma

concepção em que o partido não está fora da classe, controlando e limitando ações, mas visto como auto-organização proletária. É a classe que se faz partido e, por ele, pela autoatividade organizativa das massas proletárias, trabalha a construção da nova ordem dos produtores.

Como observado por Del Roio (2009), a política da frente única, como estratégia teórica para revolução socialista são aprendizados que Luxemburgo e Gramsci colheram da revolução russa. As vastas extensões territoriais russas levaram os bolcheviques à compreensão da importância da aliança operária-camponesa para levar em frente aos interesses revolucionários. Na Alemanha, Luxemburgo, por considerar o nível industrial e o grau de organização operária (sindicato), defendeu a unificação da classe proletária em torno do partido. Gramsci usa a necessidade de unificação operária, não de forma centralizada como no SPD, mas constituída como "auto-atividade e auto-organização das massas" (DEL ROIO, 2018, p. 33), em cujo potencial deposita a confiança para o enfrentamento com as forças do capital e a construção da nova hegemonia proletária.

Enquanto Luxemburgo buscava combater o revisionismo e o reformismo pela práxis revolucionária, isto é, defendia que no percurso revolucionários as teses revisionistas e as ações reformistas iriam sendo desmascaradas pela real política revolucionária, Gramsci, valia-se da concepção de "aristocracia operaria" de Lênin, para enfrentar os intelectuais burgueses e ajudar na condução revolucionária da classe proletária.

Para os autores não bastava apenas lutar de forma autônoma e antagônica contra as forças do capital. Era importante o domínio do processo de produção pelo operariado, papel que os conselhos assumiram na nova formulação do Estado operário. Além disso, as lições da Rússia, ensinaram à necessidade de alianças com campesinato pobre e proletariado agrícola. Uma nova ordem social foi sendo concebida por Gramsci, a partir do controle da produção e do processo de formação política nas fábricas e na formação de uma frente única com base nos comitês operários e camponeses, de modo que a "a frente única cumpre o papel que a greve desempenhava em Luxemburgo". (DEL ROIO, 2009, p. 16).

Ao sinalizar para a proximidade entre as formulações de greve de massa em Luxemburgo e a elaboração da frente única em Gramsci, Del Roio (2009) toma como base a concepção revolucionária de Gramsci, formulada a partir da filosofia da práxis, que tem seu foco na fábrica, no processo produtivo e nas relações de poder em conflito nesse contexto. Da "auto-atividade das massas, geradora de consciência antagônica e de uma intelectualidade própria" (DEL ROIO, 2009, p. 17), Gramsci pensa o partido, um partido que é parte da classe, está imerso nela, na sua totalidade e, pela práxis revolucionária, na contraposição a ordem estabelecida, educa e é educado pela massa. Formulações que têm uma certa proximidade com aquelas defendidas por Luxemburgo na Liga *Spartakus*. Ela não queria um partido no sentido tradicional, mas que a Liga fosse a "parte mais consciente do proletariado", estivesse com as massas, indicando os passos revolucionários, educando, sendo educada por ela, pois "a libertação da classe operária deve ser obra da própria classe operária." (LUXEMBURG, 1991b, p. 103). Da autoatividade, da autoeducação e do autogoverno vivenciados nas experiências dos conselhos, as massas subalternas do proletariado extraem a energia vital, revolucionária, que os impulsiona para a emancipação.

A greve de massas e a frente única foram as soluções encontradas e defendidas pelos autores como estratégia da luta de classes, meio de enfrentar as forças da ordem dominante no Estado burguês. Uma frente única antifascista e anticapitalista, que pudesse indicar uma força de cisão com o Estado burguês, tendo na fábrica, nos sindicatos, no partido, na organização da educação e na cultura proletária a materialidade antagônica ao capital.

A autoatividade das massas, capacidade orgânica e poder de criação são características que Gramsci, em 1926, no escrito "*Ainda acerca das capacidades orgânicas da classe operária*", avalia como pontos positivos das experiências dos conselhos nas fábricas.

> 1.Capacidade de autogoverno da massa operária [...]; 2. Capacidade da massa operária em manter e superar o nível de produção do regime capitalista [...]; 3. Capacidade ilimitada de iniciativa e de criação das massas trabalhadoras. (GRAMSCI, 1978, p. 151-152).

Luxemburgo e Gramsci também estão conectados pela consciência de que a revolução é um processo de longa duração, embora apareça nos textos um constante chamamento para a o proletariado preparar-se para a revolução que se aproxima. Luxemburgo, à luz dos eventos da Rússia, destaca que, embora se tenha a explosão de eventos, como por exemplo, uma manifestação espontânea por melhores condições de trabalho, leva tempo até canalizar esta energia explosiva, que muitas vezes tem apenas motivos econômicos, em uma força de ação com fins políticos e vice-versa. A revolução é vista como processo de duração longa, no entanto, a democracia operária já começava durante o processo revolucionário.

Nessa direção converge o pensamento de Gramsci, para quem a democracia operária começa quando as forças proletárias reúnem as condições de constituir uma frente única contra a ordem estabelecida e tem a compreensão do domínio do modo de produção, condições que possibilitam oposição ao poder político do capital na produção e no Estado.

Embora Gramsci, em alguns trechos sinalize que os dias da revolução antifascista e anticapitalista se aproximam, sua produção teórica, no geral, expressa uma tendência de uma revolução socialista em longo prazo, pois há necessidade de um tempo de formação política, de educação da classe proletária e de constituição de uma frente única capaz fazer antagonismo e substituir o Estado burguês capitalista. A greve de massas para Luxemburgo e a frente única para Gramsci são estratégias revolucionárias para luta de classes, com elas enfrentaram as forças do capital, opuseram-se a hegemonia do Estado burguês, buscando construir as bases de um Estado socialista.

9.5 UM INTELECTUAL MILITANTE E ORGÂNICO

Em 1845 e 1846, ocasião que Marx e Engels redigiam *A ideologia Alemã*, já se evidenciavam as transformações que a Europa vinha passando. O mundo das ordens, dos reinados absolutos, das verdades dogmáticas que remontava aos feitos do rei-filósofo platônico parece não mais existir. As fábricas são novos espaços de intensa atividade, de agitação política e social em perspectiva

revolucionária. As velhas estruturas políticas, sociais e econômicas se contorceram, buscaram desesperadamente encontrar sobrevida em meio a demonstrações operárias de novas formas de organização, criadas pela iniciativa e ousadia dos diferentes protagonistas.

Em um cenário em convulsão, os intelectuais não podiam mais se limitar às especulações e abstrações do mundo das ideias. Embora alguns ainda se dedicavam ao idealismo, ao positivismo e ao materialismo vulgar, entre outros temas especulativos, Marx mostra, através do envolvimento no mundo das lutas operárias, o despontar de um "outro tipo de intelectual: um ser, ao mesmo tempo, cientista, crítico e revolucionário. [...] nascia então, a filosofia da *praxis*". (SEMERARO, 2006, p. 130).

A nova concepção de mundo inaugurada por Marx inspirou organizações operárias, intelectuais e políticas. Os intelectuais não podiam mais se esconder atrás da neutralidade científica e ficar alheios aos acontecimentos de seu tempo. Tem-se uma nova geração de intelectuais comprometidos com seu próprio grupo social. Eles buscam conhecer o funcionamento social, econômico e político, entender os mecanismos ideológicos de dominação para pensar nas contradições e propor caminhos para a conquista da hegemonia dos grupos subalternos.

Em sintonia com Marx, Rosa Luxemburgo (1871-1919) e Antonio Gramsci (1881-1937) defendem que as contradições sociais, econômicas e políticas se dão por meio de embates não apenas em campo aberto, de forma explícita e aparentemente limpa, mas no domínio da hegemonia, de um grupo social sobre o outro. O que, para a conquista do poder político (Estado), requer um certo domínio no campo da sociedade civil e de suas instituições (partido, sindicato, igreja, escola, entre outros), que trabalham unidas aos interesses do Estado e, por conseguinte, ao grupo dominante que está no poder. Daí a importância dada ao intelectual, que figura como um intelectual militante e orgânico, ligado às massas proletárias, cuja função passa a ser concebida em conexão com as lutas políticas da classe operária. Intelectual que aparece em Gramsci, ligado a concepção de Estado, de hegemonia e de sociedade civil.

Luxemburgo e Gramsci, enquanto intelectuais revolucionários, são intelectuais orgânicos que se identificaram com a causa do operariado do final do século XIX e das primeiras décadas do século XX. Sentiram com operariado a força coercitiva de um Estado que atuava para além da esfera política, fazendo da sociedade civil espaço de propagação das forças hegemônicas da classe dominante. Ajudaram as forças subalternas do proletariado a compreender o cenário político, as novas configurações de Estado e a participação dos intelectuais na manutenção do projeto hegemônico. Foram políticos envolvidos em um processo revolucionário, historicamente situados em contextos diferentes, mas que tinham em comum a dedicação à organização do movimento operário e às perspectivas da construção de um novo tipo de organização social, que almejava, a partir de uma nova ordem intelectual e moral, com base nos grupos subalternos, construir as bases do Estado proletária, na perspectiva de formação de um "Estado Ético ou de Cultura". (Q8, §179, p.1049). (GRAMSCI, 1977, p. 1049).

Luxemburgo, na medida em que sedimentou a bases de sua organização social no povo, no proletariado, nas massas, "praticou a arte da política no espaço público". (HAUG, 2013, p. 199). Conceitos como ilustração, capacitação e agitação, que na atualidade estão bastante desgastados, no contexto dos seus escritos, estavam na ordem do dia, eram parte de um discurso socialista, pensados em seus pormenores, como um processo em que, uma vez exaurida as forças da democracia burguesa, daria a classe operária o protagonismo revolucionário capaz de chegar à ao comunismo. Etapa desejada e perseguida através de uma política socialista que valoriza a auto-organização das massas, a autoeducação e, por meio de um partido massa, fornece aos trabalhadores as bases marxistas do socialismo científico. Conceitos científicos que ajudam na leitura das etapas de desenvolvimento, saturação e evidências de um colapso do capitalismo. Por conseguinte, é importante "o fortalecimento do sentimento de responsabilidade política", ajudar os operários, a massa perseguir o seu caminho para atingir suas metas. (LUXEMBURGO, 2011a, p. 171).

Para Luxemburgo, o intelectual, o partido não é uma entidade infalível, sacrossanta, da mesma forma, as massas não são meras executoras de ordens

partidárias ou sindicais. Ela "concebe a política socialista como um intento de pôr em marcha um processo que consiste em habilitar a 'massa' para que possa mobilizar-se, orientando-se em função de seus próprios fins." (HAUG, 2013, p. 199). A função do partido de habilitar e coordenar as massas, como "*liderança política* de todo o movimento" (LUXEMBURGO, 2011d, p. 323), como defendido em *Greve de Massas, Partido e Sindicatos*, embora possa parecer uma certa superioridade partidária, não significa poder para manipular as massas ou apoio a ações de centralismo partidário, questões que foram contestadas por ela nos eventos das revoluções de1905 e 1917. Ela defende que as tarefas de direção das massas cabem ao SPD, "a vanguarda mais esclarecida e consciente do proletariado", que deve ser um partido massa e, assim, exercer essa função para ajudar a organizar e procurar "acelerar" o desenrolar do eventos para conduzir as lutas com motivação econômica para os fins políticos e revolucionários da luta de classes. (LUXEMBURGO, 2011d, p. 323), sempre respeitando as massas, pois ao eu-massa cabe o protagonismo histórico de ser o sujeito do processo revolucionário.

Para Haug (2013), Luxemburgo se aproxima do que Gramsci denominou luta pela hegemonia, em que se busca conseguir aprovação do povo para o novo projeto de organização social, econômica e política, ou seja, edifica-se um socialismo com meios culturais e morais. O sucesso dependerá do envolvimento dos sujeitos no projeto, na reflexão, no planejamento e na execução de ações que possam ser implementadas para um projeto alternativo (revolucionário), assumido como seu. Vive-se um processo dialético na medida que, ao mesmo tempo que se assimila os fundamentos semeados pela vanguarda, no processo da realidade histórica vivida, parte desses ensinamentos são superados e outros são incluídos e vivificados pela *praxis* (ação-reflexão) em uma nova síntese. Síntese que carrega a compreensão, a reflexão e o compromisso dos sujeitos envolvidos, agora como sujeitos de um processo que é seu.

Para Luxemburgo (2011d) o partido, a vanguarda mais esclarecida do proletariado (intelectuais), não deve esperar de braços cruzados pela chegada dos eventos revolucionários, esperar que a revolução caia do céu, precisa participar

dos eventos, ser parte da massa, estar a serviço, ajudar nas soluções e "indicar a direção" a ser seguida. Para ela, no contexto do início da Guerra Mundial e do levante espartaquista, o partido impulsionava as energias que moviam a revolução. O partido estava para além do concebido em sentido burguês, mas caminhava em sentido de "processo", centro ativo do processo revolucionário, o que ela chamou de *realpolitik* revolucionária.

> Rosa Luxemburg concebe o partido não como uma instituição rígida, único centro ativo do processo revolucionário, mas como um processo em que são conservadas, tornadas conscientes e desenvolvidas as experiências coletivas e as múltiplas tentativas de organização da classe operária, e, com a ajuda da dialética materialista, orientadas para o objetivo final. (NEGT, 1984, p. 39).

As críticas de Luxemburgo aos bolcheviques, *A Revolução Russa*, de 1917, e à social-democracia, no *Folhetos de Junius* (*A crise da social-democracia)*, de 1916, toma como base o pressuposto de que "a revolução não consiste só na ação de acabar com o antigo, senão também na de construir o novo" e, observa que o SPD havia caído nas artimanhas burguesas, ao aceitar a guerra "como forma de defesa da nação e civilização alemãs", e, com isso, apoiou os créditos para a guerra, uma "regressão à barbárie." (LUXEMBURGO, 2011f, p. 86). O parlamento havia ocupado o espaço das lutas pela hegemonia, espaço de discursos ditos revolucionários, mas que na maioria das vezes, caminhava na contramão da praxis revolucionária, permanecendo no campo do reformismo burguês, situação mais confortável para conquistar representantes elegíveis. Os representantes, portanto, eram disputados em sentido burguês, como também era burguês o sistema parlamentar.

Luxemburgo buscava a edificação de um partido socialista que questionasse sua própria forma e ação, o que implicaria um outro conceito teórico de partido. Para Haug (2013), ela não teria conseguido elaborar tal conceito, pelo menos não aparece de forma explícita nos escritos. "Esta falta de precisão na definição de partido socialista explica a correspondente imprecisão a respeito do papel dos intelectuais". (HAUG, 2013, p. 201). O que não significa dizer que

Luxemburgo não desse a devida importância ao partido e aos intelectuais, ao contrário, ela concebe um partido dentro do movimento operário, atribuindo a eles os chamamentos do que fazer, sobre como fazer a agitação e como entender a política como revolução permanente. Tais proposições de um partido junto as massas não se encaixam nos conceitos de partido no sentido tradicional e centralizador. Apontam na perspectiva de algo diferente, um partido novo, um partido massa, formado e constituído pelo proletariado. Um partido que educa, mas ao mesmo tempo é educado pelas massas, no decurso do processo revolucionário.

Luxemburgo, quando exerceu a função de educadora, de 1907 a 1913, ensinando economia política na escola do PSD, aos quadros e militantes socialistas, escreveu alguns breves artigos sobre a pedagogia do ensino ministrado na escola do partido e na escola sindical. Ela defendeu a participação ativa dos alunos, condição que possibilita uma educação viva e a partilha de conhecimentos e de experiências. No artigo *Escola do sindicato e Escola do partido* (1911), defende que

> [...] uma escola de formação para proletários engajados na luta de classes deve considerar como sua tarefa principal à formação a um pensamento sistemático e independente, e não ingurgitar mecanicamente uma soma de saberes positivos. (LUXEMBURGO, 2012, p. 29).

Nas análises dos acontecimentos da revolução russa, a revolucionária polonesa fala da educação e dos intelectuais. Na Rússia faltava à pequena burguesia aqueles personagens, que em outras partes, agiram como educadores políticos e construíram o vínculo revolucionário entre a direção e a massa. Em compensação, na Rússia, tinha-se um operariado organizado, forte e resoluta vontade de ação revolucionária. No espaço deixado pela falta de uma liderança educadora entraram em cena os intelectuais, que compartilhavam pontos de vista com o proletariado e na aparente calmaria, preparam "a revolução proletária por meio de um invisível trabalho de toupeira" socialista, social-democrata. (LUXEMBURGO, 2011d, p. 276).

Luxemburgo destaca a força do proletariado, sua união, autoeducação e auto formação, como condição de amadurecimento, sinaliza que na revolução de outubro, embora houvesse a participação de personagens importantes, revolução não é fruto de um libertador externo. Não é produto dos "libertadores alemães", mas sim, parte da experiência proletária, do amadurecimento das greves, consequência de um "verdadeiro trabalho de toupeira" socialista, iniciados nos eventos de 1905. (LUXEMBURGO, 2011d, p. 290). A greve de massas, de 1905, exerceu papel educativo com o proletariado, através da autoeducação e da autoatividade à massa proletária desenvolveu um ganho cultural e intelectual, reconhecimento da condição de classe subalterna e a consciência da luta de classes. Por isso, "um ano de revolução deu ao proletariado russo aquela 'instrução', que trinta anos de luta sindical parlamentar não puderam dar artificialmente ao proletariado alemão." (LUXEMBURGO, 2011d, p. 322).

Luxemburgo, assim como defende um partido massa, quer um intelectual não distante das massas, mas sim militante e educado na praxis revolucionária. Ela, em *Questão de organização da socialdemocracia russa*, estabelece relação entre o oportunismo e o intelectual.

> […] o intelectual, oriundo da burguesia, portanto, estranho ao proletariado, pode chegar ao socialismo, não em termos do seu próprio sentimento de classe, mas apenas pela superação deste, por meio do desenvolvimento ideológico. Por isso mesmo, o intelectual está mais predisposto a desvios oportunistas do que o proletariado esclarecido. (LUXEMBURG, 1991, p. 51).

Para Luxemburgo, o oportunismo era uma forma de paralisar o movimento proletário e autônomo do proletariado e sujeitá-lo aos interesses da intelectualidade burguesa, ocorrendo com mais facilidade nas fases iniciais do movimento, não pela descentralização, mas pelo forte centralismo, que acaba por entregar "[...] o movimento proletariado ainda confuso a um punhado de dirigentes intelectuais". (LUXEMBURG, 1991, p. 54).

Coerente a esta linha de pensamento, em que o intelectual distanciado das massas se torna um perigo ao processo revolucionário, Luxemburgo relaciona

o centralismo partidário com a perigosa "influência da *intelligentsia* sobre o movimento proletário," coloca "a própria concepção organizatória" como maior perigo para o desenvolvimento do socialismo russo. (Idem. p.55). Por isso, quanto mais democrática a instituição e forma de organização, "quanto mais viva e forte a pulsação da vida política das massas, tanto mais imediata e precisa é a influência que exercem." (LUXEMBURG, 1991, p. 87).

No contexto da social-democracia alemã, Luxemburgo menciona as disputas teóricas, estratégicas e táticas de ação dos parlamentares, escritores jornalistas que buscam orientar o povo sobre os caminhos do processo revolucionário. Luxemburgo é um exemplo de quem estava à frente, "incansável toupeira científica da política do movimento no partido" (HAUG, 2013, p. 201). Ela condena sem piedade os intelectuais mercenários, que vendidos a burguesia, esquecem sua origem operária. Já sobre os intelectuais eruditos, observa que

> Há trinta anos o professor alemão acredita firmemente e constantemente em sua tarefa histórica de explicar a história, enquanto a esmigalha, crê influir na vida social, enquanto prega conhecimentos político-sociais a ouvidos surdos e acredita estar colocando a ciência a serviço do progresso social, enquanto ele mesmo serve à reação dominante. (Rate der Gelehrten, 1/2, p.382); (*Apud* HAUG, 2013, p. 201).

Na categoria de reacionários, Luxemburgo inclui a *Associação de Política Social* e sua "negociação da doutrina marxiana da crise", que "são na prática, ridículos ajudantes do capital". (HAUG, 2013, p. 202). Polemizou com intelectuais burgueses, membros da associação, sobre seus discursos em que usam a composição das matérias orgânicas ou inorgânicas para explicar as crises da doutrina marxiana.

> Uma mistura de mau gosto de uma teoria do ouro e uma teoria da proteína para explicar a crise, uma gagueira tímida sobre os cartéis, um silêncio absoluto sobre os sindicatos - isso é tudo o que resta do desenvolvimento social proclamado com majestoso som de trompete, *e 'apesar de tudo*,' pacífico. (*Apud* HAUG, 2013, p. 202).

Mostra que, no fundo, os métodos usados pela ciência burguesa levam a resultados inúteis, pois buscam em sua competição reconhecimento e dinheiro. Para ela, o professor alemão vê na cátedra um prolongamento natural do burocrata teórico. Ele "desnuda a matéria viva da realidade social em suas mais finas fibras e partículas, a organiza e classifica-a desde o ponto de vista dos burocratas", como matéria sem vida, transmite "o material científico apto para a atividade administrativa e legislativa de conselheiros privados". (Rate der Gelehrten, 1/2, p.388); (HAUG, 2013, p. 202-203).

Para Haug (2013, p.203), o liberalismo dos eruditos, cúmplices do capital, em tempos de emergência, trabalha para adormecer os proletários e separá-los da social-democracia enquanto emite ecos contra o capital, no intuito de se voltando contra o capital, conquistar o interesse dos trabalhadores.

Luxemburgo também adverte que parte dos intelectuais, aqueles de origem burguesa, diante das dificuldades junto da classe operária, na busca de paz, aconchego e reconhecimento, migram para as fileiras burguesas. Em carta a Frantz Mehring, em 1916, Luxemburgo observa que ele há décadas deixou as fileiras burguesas para assumir a causa operária e por ela trabalhar. "O senhor ocupa há décadas uma posição entre nós que ninguém, a não ser o senhor pode assumir: o senhor é o representante da verdadeira cultura intelectual em todo o seu brilho e esplendor". "O senhor salvou do campo da burguesia os tesouros da antiga cultura intelectual e os trouxe no campo dos deserdados sociais". Ensinou aos trabalhadores que o socialismo não é uma "questão de 'garfo e faca', e sim um movimento cultural, uma grande e orgulhosa visão de mundo". (LUXEMBURGO, 2011c, p. 203).

Para Haug (2013), mesmo que Luxemburgo não tenha formulado uma teoria de intelectual orgânico com a consistência teórica presente nos escritos de Gramsci, já têm esboçadas as bases dessa concepção, as relações de conquista e sedução exercida sobre a categoria dos intelectuais, que não sendo uma classe autônoma em si mesma, estão a serviço dos mais variados interesses. Os intelectuais oscilam na defesa dos interesses do capital, mas podem envolver-se

com a massa proletária e trabalhar no processo cultural dos subalternos e na construção de forças alternativas aos interesses do capital.

Por isso, Franz Mehring, tomado da burguesia, é um exemplo de quem dedicou seu talento e caráter a causa operária. Com seus escritos seguiu o legado de Marx e Engels, para quem o proletariado alemão é o herdeiro histórico da filosofia clássica alemã.

> Hoje, quando inteligências de origem burguesa em bando nos traem e nos deixam, para retornar à boa vida (*Fleischtöppfen*) dos dominantes, nós podemos olhar para elas com um sorriso desdenhoso: podem ir! Afinal, nós tomamos da burguesia alemã o último e melhor vestígio que ainda lhe restava de espírito, talento e caráter: Franz Mehring. (LUXEMBURGO, 2011c, p. 204)

Para Luxemburgo os intelectuais socialistas trabalham a partir de um ponto de vista da classe operária e têm como função prioritária a crítica da sociedade burguesa, a partir do ponto de vista da classe operária. De modo que "a crítica teórica é também tarefa dos intelectuais, assim como as análises da situação mundial e do Estado". (HAUG, 2013, p. 204).

Em Luxemburgo, a questão dos intelectuais já começa a ser esboçada, em uma dimensão mais complexa, aparece, mesmo que timidamente, associada as forças produtivas, ao partido, as forças políticas da classe trabalhadora e ao mesmo tempo está presente na resistência burguesa, contrarrevolucionária. O conceito de intelectuais por estar em constante devir, transforma-se de acordo com as circunstâncias e conjuntura histórica, o que se configura um problema para uma apreensão descontextualizada.

Luxemburgo tem presente a metamorfose histórica que o conceito de intelectual tem assumido no decurso do anos e retoma a "questão da função dos intelectuais no movimento operário". (HAUG, 2013, p. 204). Querer atribuir um único significado ao conceito é assumir o risco de se cair em definições contraditórias, como observa, pois

> As vezes a práxis vem antes da teoria, as vezes os próprios intelectuais são os cumplices daqueles que dominam, por vezes são tacanhos, outras

> arrogantes, às vezes se encontram a frente ao povo modesto, às vezes são parte deles, em outras ocasiões são imprescindíveis para a política socialista dos trabalhadores. (HAUG, 2013, p. 204).

Gramsci teve a percepção da importância dos intelectuais para o processo revolucionário da classe trabalhadora ainda nas experiências do *L'Ordine Nuovo*, mas só vai elaborar a uma teoria dos intelectuais na prisão, a partir de 1926, quando em suas reflexões, sobre Estado e Sociedade Civil, capta a importância do intelectual orgânico para a hegemonia das forças políticas. De modo que, Haug (2013) defende que conceitos que em Luxemburgo estavam apenas esboçados, em Gramsci são tratados como uma "teoria dos intelectuais" (HAUG, 2013, p. 204).

No período em que esteve no cárcere, de 1926 até sua morte, em 1937, Antonio Gramsci ocupou grande parte do tempo escrevendo. Em 19 de março de 1927, em correspondência a sua cunhada Tatiana, ele esboçou um programa de trabalho em que se ocuparia no cárcere. Em linhas gerais, ele desejava:

> 1-Uma pesquisa sobre a formação do espírito público na Itália no século passado; em outras palavras uma *pesquisa sobre os intelectuais italianos*, suas origens, seus agrupamentos segundo as correntes culturais, seus diversos modos de pensar, etc, [...] 2- Um estudo de linguística comparada; [...] 3- Um estudo sobre o teatro de Pirandello e sobre a transformação do gosto teatral italiano que Pirandello representou e contribuiu para produzir. [...] 4- Um ensaio sobre os romances de folhetim e o gosto popular na literatura. (GRAMSCI, 2005a, p. 128-129).

A grandeza do projeto e as dificuldades da prisão, bem como o acesso aos livros parece não assustar Gramsci em um primeiro momento, mas na medida que os anos passam, ele vai sentido dificuldades de operacionalizar o planejado, por conta das constantes mudanças de casa prisional e das dificuldades para que os livros chegassem até ele, bem como a amplitude dos temas propostos.

A questão dos intelectuais não era uma temática nova para Gramsci, ele já tinha de forma indireta, nos escritos políticos, questões como literatura popular e organização da classe operária já eram discutidos no *L'Ordine Nuovo*, 1919 e 1920, quando assume, com mais alguns companheiros, o projeto de formação da classe operária. Em 1926, na *Questão Meridional*, a temática dos intelectuais é

retomada. Na obra, mostra a importância dos intelectuais na organização social italiana. Analisa questões burocráticas desenvolvidas pelos intelectuais e sua inserção política e cultural, no caso concreto, Croce e Fortunato, que são exemplos da centralização e dominação cultural italiana.

Em 07 de setembro de 1931, nas *Cartas do Cárcere*, a questão dos intelectuais reaparece. Gramsci reconhece a amplitude do tema, pois "o projeto de estudos que fiz sobre os intelectuais é muito amplo e, na realidade não acredito que existam na Itália livros sobre este tema". (GRAMSCI, 2005b, p. 84). Ao mesmo tempo, revela que o estudo levou a certas determinações sobre o conceito de Estado.

> [...] que habitualmente é entendido como *sociedade política* (ou ditadura, ou aparelho coercitivo para conformar a massa popular ao tipo de produção e à economia de um determinado período) e não como equilíbrio *entre Sociedade política e Sociedade civil* (ou hegemonia de um grupo social sobre a inteira sociedade nacional exercida através das organizações assim chamadas privadas, como a Igreja, os sindicatos, as escolas etc). (GRAMSCI, 2005b, p. 84).

Na carta, Gramsci revela uma pequena demonstração do que estava sendo redigindo nos cadernos do Cárcere, principalmente no *Caderno 12*, que trata da história dos intelectuais. Informa sobre uma nova teoria do Estado e uma concepção de intelectual ligado às forças hegemônicas, atuando no âmbito da sociedade civil.

> É no contexto das relações hegemônicas que se deve considerar a atuação dos intelectuais, representando de modo parcial e mistificador o momento histórico, ou apontando os antagonismos sociais e exprimindo as contradições e luta, na expressão mais abrangente da realidade histórico-política. (SCHLESENER, 2007a, p. 52).

No *Caderno 12* (1932), *Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais,* Gramsci utiliza as observações que vinha fazendo ao longo dos anos sobre o contexto italiano, em que os intelectuais tradicionais se aglutinavam como uma elite superior, que estava a serviço da

hegemonia da classe dirigente. No entanto, constata que os intelectuais não se configuravam enquanto classe, um grupo autônomo e independente, mas sua existência enquanto grupo estava relacionada aos interesses corporativos ou de classe.

Para quebrar com a tradição de que apenas alguns podem se tornar dirigentes dos rumos da humanidade, Gramsci, a exemplo que já havia apresentado no caderno 11, §12, em que afirma que "todos são filósofos" (GRAMSCI, 2014, p. 93), aqui prossegue na mesma direção, "[...] todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais. " (GRAMSCI, 2014b, p. 15).

Quando Gramsci redigiu os Cadernos tinha presente a militância do povo. As greves de massas descritas por Luxemburgo, além de serem conhecidas de Gramsci, foram vivenciadas nas experiências do *L'Ordine Nuovo*, 1919 e 1920, principalmente com as greves de Turim, de onde Gramsci tinha consigo que os intelectuais são os elos de mediação entre os grupos sociais, indivíduos e o projeto social, atuando na formação ideológica e política da sociedade. Todo grupo constrói para si uma ou mais camadas de intelectuais que lhe garantirão hegemonia e consciência própria de classe, no campo econômico, social e político.

Os grupos fundamentais têm a seu favor categorias de intelectuais já pré-existentes, no caso da Itália, eram compostas por intelectuais tradicionais, clérigos, camada de administradores, cientistas, teóricos e filósofos, que se sentindo continuadores de um destino histórico, agiam em defesa dos interesses dos grupos dominantes, ou no caso dos clérigos, buscavam autonomia em relação ao grupo social dominante, mas permaneciam submissos à hierarquia da igreja e aos interesses da aristocracia fundiária.

No mundo da produção, diferente de como ocorre no caso dos grupos sociais dominantes, a relação entre os intelectuais "é 'mediatizada', em diversos graus, por todo o tecido social, pelo conjunto das superestruturas, do qual os intelectuais são precisamente os funcionários". (GRAMSCI, 2014b, p. 20).

Os intelectuais como funcionários do Estado atuam na sociedade política e, ao mesmo tempo, na sociedade civil, exercendo funções que são

fundamentais para o exercício da hegemonia, daí o esforço em formar historicamente "categorias especializadas para o exercício da função intelectual" ligadas aos grupos sociais mais importantes. Outro caminho utilizado pelo grupo dominante, até que consiga formar seus próprios intelectuais, diz respeito à luta de cooptação, assimilação e conquista ideológica dos intelectuais tradicionais já existentes para que trabalhem em consonância com seus interesses.

> Os intelectuais têm uma função na 'hegemonia' que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e no 'domínio' sobre ela (a sociedade) que se encarna no Estado; esta função é 'organizativa' ou conectiva: tem a função de organizar a hegemonia social de um grupo e o seu domínio estatal. (Q. 4, p. 476); (GRAMSCI, 1977, p. 476).

Os intelectuais, ao assumirem a hegemonia política e social de um determinado grupo, abandonam sua própria organização de classe; por conseguinte, não existe uma classe independente dos intelectuais, mas todo grupo social tem uma camada própria de intelectuais ou tende a formar uma. Gramsci constatou que os intelectuais da classe historicamente progressista, nas condições da realidade italiana, exercem um poder de atração tal que terminam por subordinar a si os intelectuais dos outros grupos sociais e, assim, criam um sistema de solidariedade, com laços corporativos ou de casta. (GRAMSCI, 1977, p. 2012).

Os intelectuais que em um primeiro momento, como especialistas, estavam restritos à área técnica de formação, com atuação apenas na esfera econômica, na medida em que foram cooptados, passaram a atuar no campo político, organizando e conduzindo as forças hegemônicas do grupo dominante. Os intelectuais, além da participação direta na Sociedade Política (Estado liberal), mantiveram participação ideológica na Sociedade Civil, através da igreja, escola, sindicatos, entre outras instituições. A medida que Gramsci amplia o conceito de Estado para além da sociedade política, com suas ramificações na sociedade civil, valendo-se das forças ideológicas das diversas instituições civis, percebe que "é na sociedade civil que operam especialmente os intelectuais". (GRAMSCI, 2005b, p. 84).

A percepção da abrangência da atuação do intelectual na integração do econômico e do político, com participação na sociedade política e na sociedade civil, levou Gramsci a questionar: "O que significa Estado? Só o aparelho estatal ou toda a sociedade civil organizada? Ou a unidade dialética entre poder governamental e sociedade civil?" (GRAMSCI, 1977, p. 1787).

Gramsci, na medida que amplia a abrangência do conceito de intelectual e, a partir dele, tece críticas à concepção de Estado liberal, propõe um novo conceito de Estado, agora um Estado Integral, que abrange sociedade política e sociedade civil.

> [...] na noção geral de Estado entram elementos que devem ser remetidos à noção de sociedade civil (no sentido, seria possível dizer, de que *Estado = sociedade política + sociedade civil,* isto é, *hegemonia couraçada de coerção*). Numa doutrina do Estado que conceba este como tendencialmente capaz de esgotamento e de dissolução na sociedade regulada, o tema é fundamental. Pode-se imaginar o elemento Estado-coerção em processo de esgotamento à medida que se afirmam elementos cada vez mais conspícuos de sociedade regulada (ou Estado ético, ou sociedade civil). (GRAMSCI, 2012, p. 248).

O Estado não é mais uma instituição separada, isolada do restante da sociedade. As relações sociais e ideológicas têm seu reflexo no funcionamento do Estado. "Estado é todo o conjunto de atividades práticas e teóricas com as quais a classe dirigente não apenas justifica e conserva o seu domínio, mas, consegue obter o consenso ativo dos governados" (GRAMSCI, 1977, p. 1765).

No mundo capitalista, o Estado (sociedade política) se soma à sociedade civil garantindo a hegemonia couraçada de coerção. A compreensão desse fenômeno e o novo conceito introduzido por Gramsci é importante para as estratégias das classes subalternas que almejam conquistar a hegemonia. No reconhecimento da nova forma de organização e dominação, as classes subalternas podem se preparar para o antagonismo com a classe dominante e almejar a direção hegemônica com projetos alternativos que tenham a clareza de que a emancipação exige a conquista do Estado.

> As classes subalternas, por definição, não são unificadas e não podem se unificar enquanto não se tornarem 'Estado': a história delas, portanto, está entrelaçada com a história da sociedade civil, é uma função 'desagregada' e descontínua da história da sociedade civil, e por meio disso, da história dos Estados ou grupos de Estados. (GRAMSCI, 1977, p. 2288).

A autoconsciência crítica dessa nova situação está ligada ao trabalho de colaboração dos intelectuais uma vez que a "massa humana não se 'distingue' e não se torna independente 'para si' sem se organizar e não existe organização sem intelectuais, isto é, sem que haja organizadores e dirigentes, sem que o nexo teoria e prática se distinga concretamente em um estrato de pessoas 'especializadas' na elaboração conceitual e filosófica. (GRAMSCI, 1977, p. 1388).

Por conseguinte, o trabalho dos intelectuais orgânicos comprometidos com as classes subalternas é importante, na medida que mobilizam e divulgam os operários, cumprem uma função de elevar os intelectuais tradicionais de meros membros do processo 'econômico' em grupo social com qualidade de "[...] 'intelectuais políticos', de organizadores de todas as funções inerentes ao desenvolvimento orgânico de uma sociedade integral, civil e política". (GRAMSCI, 1977, p. 478).

A dimensão de organicidade intelectual proposta por Gramsci implica em compromisso com a classe a que pertence por nascimento ou por convicção e em trabalho para construir e consolidar uma hegemonia; ser capaz de fazer o seu grupo passar das relações econômico corporativas para um processo de formação das bases do Estado proletário, um Estado ético-político.

Sobre o Estado ético ou cultural, Gramsci, no Caderno 8 §⟨179⟩, observa que na concepção hegeliana, quando a força da burguesia parecia ilimitada, falar de eticidade ou universalidade é afirmar que "todo o gênero humano será burguês", trabalhar para elevar a

> [...] grande massa da população a um determinado nível cultural e moral, nível (ou tipo) que corresponde às necessidades de desenvolvimento das forças produtivas e, portanto, aos interesses das classes dominantes [...] Mas, na realidade, *só o grupo social, que coloca o fim do Estado e de si mesmo como fim a ser alcançado, pode criar um Estado ético*, que tende a eliminar as divisões internas de dominados

> e a criar um organismo social unitário técnico-moral. (GRAMSCI, 1977, p. 1049-50).

Gramsci desenvolveu o problema de uma teoria dos intelectuais caracterizando-os em função da luta de classes, esforço que que o coloca e conexão com Luxemburgo. (HAUG, 2013, p. 204). Os intelectuais deixam de ser vistos como um grupo profissional independente, passam a ser vistos como uma tarefa ligada à *praxis*, de modo que, cada classe busca formar e ter seu próprio grupo de intelectuais.

A medida que a classe busca para si os intelectuais e os quer na defesa de seus interesses, o desejo de reconhecimento ajuda os intelectuais a trabalhar em favor da classe a que pertencem ou defendem, de modo que teorizam, correm riscos na defesa da classe e escrevem sobre os mais variados assuntos, procurando sempre a defesa do seu grupo. A esses intelectuais, que Gramsci chamou de orgânicos, são os defensores, organizadores e dirigentes de sua classe. Eles podem ter sua origem na própria classe ou terem sido arregimentados, cooptados em outros grupos sociais, mas precisam ter vivência, prática cotidiana com os seus, pois é "na *praxis* que o trabalho da atividade intelectual realmente pode se realizar" (HAUG, 2013, p. 205).

Para Gramsci, a função de organização dos intelectuais não é só no campo cultural, mas diz respeito à organização da sociedade em geral. Os intelectuais da classe dominante defendem os interesses particulares e lutam pela manutenção da hegemonia, na medida que buscam ganhar os subalternos. Já os intelectuais dos grupos subalternos trabalham contra a hegemonia dominante e buscam desconstruir os processos de dominação já sedimentados. Desta forma, são organizadores de uma "nova cultura, de uma nova ordem intelectual e moral". (GRAMSCI, 1977, p. 1377).

No que diz respeito a Luxemburgo, ela mesmo falava e atuava como membro do partido, como intelectual orgânica do movimento operário, buscava constantemente conquistar outros intelectuais para a causa operária. Quando o partido se tornava obstáculo às causas da revolução, não tinha dúvidas sobre o lugar que deveria ocupar. Estava sempre ao lado das massas, do povo operário.

Nos congressos do partido ou através de jornais, sua voz era ouvida. Denunciava o silêncio e omissões das tendências reformistas e centristas do partido, principalmente na pessoa de Eduard Bernstein e Karl Kautsky, que muitas vezes seduzidos pelos encantos do capital, direcionavam o partido social-democrata para as conquistas econômicas, perdendo de vista o horizonte político da revolução. Para estar ao lado do povo, das massas, teve a coragem e determinação para romper com o partido e fundar um novo, que estivesse aliado à realidade, às lutas e às aspirações dos operários. Quando podia ter fugido da luta, pela compreensão de que a vitória floresce a partir das derrotas, enfrentou de cabeça erguida. O que sucedeu? "*A ordem reina em Berlin*. Está construída sobre areia. Amanhã a revolução *se levantará de novo ruidosamente*, proclamando ao som da trompa: *Eu era, eu sou eu serei*" (LUXEMBURGO, 2011b, p. 401).

Frigga Haug, em *Rosa Luxemburg y el arte de la política,* sinaliza para uma linha de continuidade entre o pensamento Luxemburgo-Gramsci. No entanto, pondera que em Luxemburgo as concepções teóricas estão esboçadas, mas em Gramsci estão trabalhadas de forma que assumem *status* de teoria. O que não significa diminuir a produção de um em detrimento do outro. A diferença se deve à distância temporal em que os textos foram produzidos, ao contexto histórico vivido pelos autores e, principalmente, pela interrupção prematura da produção de Luxemburgo em decorrência de seu assassinato, o que impossibilitou uma reformulação mais refinada, a exemplo do que Gramsci fez nos anos de cárcere.

Na linha de continuidade Luxemburgo-Gramsci, Haug (2013) assinala que as teorias de Gramsci sobre Estado Integral, Estado Ético, hegemonia e intelectual orgânico provém de uma continuidade do pensamento do que Luxemburgo já havia esboçado em seus escritos.

> Ler Gramsci com as exigências políticas de Luxemburg e sua *praxis* nos ensina a compreendê-lo melhor; ler Luxemburg com Gramsci nos conduz a um grande número de pistas e propostas cuja a importância e possibilidade teríamos deixado de lado sem ele. O estudo de ambos os autores em interação produz uma grande sinergia que reforça a esperança política e, portanto, a capacidade de atuar. (HAUG, 2013, p. 217).

Gramsci teria dado “continuação ao pensamento luxemburguiano e de sua arte da política” (HAUG, 2013, p. 217). De modo inverso, os conceitos elaborados por Gramsci ajudam a clarear a compreensão de Luxemburgo como uma intelectual orgânica, a serviço da classe operária. Os escritos de Luxemburgo, realizados mais próximos da *praxis* revolucionária das massas, são importantes para o entendimento dos conceitos de Gramsci.

9.6 EDUCAÇÃO E CONSCIÊNCIA DE CLASSE

Para Luxemburgo e Gramsci a educação, a formação política e a escola aparecem como elementos essenciais na consolidação da hegemonia operária. A educação, a auto-educação e a auto-atividade proletária ajudam na formação de uma identidade de classe, de uma cultura proletária. “O problema da educação é o máximo problema de classe e só pode ser resolvido sob o ponto de vista da classe, que é o único que permite a valoração proletária das instituições sociais e das leis.” (GRAMSCI, 2017, p. 1036).

Em 1909, em *A questão nacional e autonomia*, Luxemburgo ao analisar a questão do direito dos povos a autoderminação, entra na questão da educação, da instrução pública. Instituições de ensino superior especializado, os projetos de pesquisa, as empresas e as expedições científicas, por se sobreporem “às forças e aos meios autônomos do país, só podem ser efetivadas através da extensa organização do Estado.” (LUXEMBURG, 1988, p. 204). Observa que instituições como escolas e universidades, por estarem ligadas aos interesses de dominação burguesa, precisam ser democráticas. A experiência tem mostrado que nos “Estados cultos a instrução pública é uma necessidade da sociedade burguesa” e não pode ser desenvolvida sem a participação mais ativa da população interessada e a ajuda das instituições de autogoverno, desde os graus mais altos até os níveis mais baixos. (LUXEMBURG, 1988, p. 222).

São poucas anotações pedagógicas, nos textos de Luxemburgo, no entanto, nas entrelinhas encontra-se uma reflexão sobre a educação-política, outra forma de educação, de fundamental importância para o processo de emancipação

da classe proletária. Trata-se da "auto-educação pela práxis, a auto-educação dos explorados e oprimidos pela experiência da ação coletiva." (LÖWY, 2014, p. 28).

Luxemburgo, nas análises da revolução russa, destaca as tarefas gigantescas dos bolcheviques, trabalho de vários anos de acumulação de experiência e educação política das massas. Para ela, a burguesia não necessita de educação, de formação política no mundo do capital, pois já exerce o poder, através do controle do Estado. Quem precisa de instrução e de educação política são as massas proletárias. A educação torna-se um elemento vital para a ditadura do proletariado. Educação, liberdades democráticas e melhorias das condições de trabalho são conquistas que a classe operária adquiriu à duras penas, portanto, não podem ser descartas em nome de construções futuras que ainda não existem.

> Esta concepção simplista, negligência o essencial: a dominação de classe da burguesia não requer a educação (*Erziehung*), nem a formação (*Schulung*) política de toda a massa do povo, pelo menos não além de certos limites estritamente traçados. Para a ditadura proletária está educação é o elemento vital, o ar sem o qual não pode viver. (LUXEMBURG, 1991, p. 90).

Luxemburgo contesta as simplificações bolcheviques, para quem o Estado burguês era apenas um instrumento de opressão da classe operária e o Estado socialista um instrumento para oprimir a burguesia. Ela defende a educação como caminho necessário para emancipação, formação de uma identidade de classe e formação da hegemonia, embora seja um termo que não aparece no escrito. Esta perspectiva de educação também é compartilhada por Gramsci, principalmente quando pensa na construção da hegemonia proletária, indo além de simples processo pedagógico escolar. A educação aparece como objeto de disputa entre as classes, quer seja para manutenção da hegemonia ou para formação de uma nova identidade cultural proletária.

A consciência de que a educação é uma das mais importantes armas na luta de classes, já está presente nos primeiros escritos de Gramsci. Em *A primeira Pedra,* ao refletir sobre *a necessidade da educação do povo*, no contexto escolar italiano, já questionava: como deve ser educado o povo? Como devem ser

preparados para a vida do trabalho, que espera os jovens da classe operária? Que orientação deve ter o trabalho pedagógico na escola italiana, seja em relação às necessidades práticas, quanto em relação àquelas intelectuais e morais dos futuros trabalhadores? A escola italiana é disputada por duas instituições que representam a aristocracia e o poder. Igreja e a Maçonaria, escola confessional ou escola laica, monopolizam os destinos de milhões de pessoas. Através da educação são incorporados os valores ideológicos de dominação burguesa.

> Que a classe dirigente e os intelectuais que estão a seu serviço queiram impor para as grandes massas de trabalhadores rurais e urbanos um plano de educação que sirva para formar um estado de consciência e uma mentalidade nos conformes de seus objetivos de dominação é coisa muito natural e toda a história das instituições pedagógicas a confirma. (GRAMSCI, 2017, p. 1036).

Mas é necessário mudar o destino, mudar o curso natural da linearidade histórica e "dar ao programa de educação do povo um conteúdo real, derivado da consciência imediata e direta das suas necessidades e das suas aspirações, dos seus direitos e deveres." A classe proletária precisa compreender que educação não é só ferramenta apenas de instrução para ser usada a serviço dos interesses do capital, precisa se tornar um instrumento de emancipação da classe trabalhadora. "A primeira emancipação da servidão política e social é aquela do espírito", uma educação autônoma, com um programa do proletário "formulado e efetivado por órgãos que o próprio proletariado constituiu em defesa dos próprios interesses". Uma escola popular deve ter o "controle dos grandes sindicatos operários". Só assim poderá ser formadora política e desenvolver um processo de autoeducação, de autoatividade e de exercício democrático, preparando para o autogoverno proletário. (GRAMSCI, 2017, p. 1036).

Gramsci tem consciência que a educação tradicional está a serviço dos interesses da classe dominante e por meio dela perpetua a cultura dominante, com seus valores e ideologias. A escola e a universidade são instrumentos para a formação dos quadros de intelectuais de classe. Através dessas instituições, a classe dirigente forma os quadros que vão assumir o Estado burguês e as funções

da administração pública. Portanto, um instrumento a serviço da classe dominante. Ele não sinaliza para o fim da escola e da universidade, ao contrário, entende a importância dessas instituições como "instrumento para elaborar os intelectuais de diversos níveis." (GRAMSCI, 2014b, p. 19). Propõe uma inversão do seu uso ideológico, isto é, defende que a classe proletária utilize essas instituições para formar seus quadros de intelectuais orgânicos, pois interpreta que "todo o desenvolvimento orgânico das massas camponesas, até um certo ponto, está ligado aos movimentos intelectuais e deles depende," (GRAMSCI, 2014b, p. 23), para o processo de identificação e formação de uma consciência de classe.

Para Luxemburgo e Gramsci a "construção da consciência de classe por parte do proletariado é essencial para a tomada do poder." (SOUZA, 2015, p. 74). A consciência de classe, processo permanente, que não se limita a um país ou nação, mas para o êxito revolucionário, precisa ser ampliada em perspectiva internacional, como revolução permanente. (TROTSKY, 1985).

A educação proletária nos preceitos do socialismo científico e dos rumos revolucionários era importante para Luxemburgo, que como professora e militante por anos, dedicou-se a formação do proletariado na Escola do partido. Em *Escola do Sindicato e Escola do Partido* (1911), ela imerge nos debates sobre a fusão das duas escolas em uma só instituição de formação do movimento operário. Ela compreende que os fundamentos para a proposta de unificação tinham sua razão de ser, uma vez que sindicato e partido representavam duas formas diferentes, dois ramos do movimento operário e sua complementação faz jus às necessidades e às tarefas da luta de classes proletária, que somente pode florescer e fortalecer tendo um fundamento teórico comum e unificado.

> Os sindicatos livres alemães e a social-democracia alemã são ambos, em sua forma atual, produtos da teoria do socialismo científico de Marx, e é apenas o emprego diferente dessa teoria que distingue a prática da luta sindical da luta política da social-democracia. (LUXEMBURGO, 2011a, p. 406).

Por mais acertada que pareça a ideia, Luxemburgo discorda da fusão das escolas, por entender que ambas estão erigidas sobre bases diferentes.

Apresenta diversos fatores para justificar sua posição. Primeiro, sinaliza para a existência de uma certa "dieta intelectual" oferecida aos alunos dos sindicatos, com professores que não se encontram no terreno da doutrina marxista. Observa que na escola do partido são formadas turmas com menos de 30 alunos, enquanto as escolas sindicais uma variação que vai de 50, 60, 70 até 75 alunos por cada curso, condição que dificulta uma interação viva entre eles durante a aula.

> O debate livre dos estudantes com o professor aparece como a primeira condição de um ensino frutífero. Apenas por meio da troca viva de ideias é que se pode obter a atenção, a concentração de espírito entre os proletários que de modo geral não estão acostumados ao trabalho intelectual e, por isso, acabam por cansar-se mais facilmente. (LUXEMBURGO, 2011a, p. 407).

Segunda questão, diz respeito a duração das aulas. Na escola do partido cada matéria tem duas horas de aulas ininterruptas, sendo duas matérias por manhã, das 8 as12 horas e na parte da tarde mais duas horas. A noite fica livre para o aluno, em sua casa, "revisar as anotações e realizar leituras rigorosas." Na escola sindical, pelo menos cinco matérias perseguem o aluno durante o dia, sendo dedicada uma hora para cada aula. Uma troca constante de matérias que confunde os alunos, sem contar que as aulas começam as 9 horas e terminam as 18 horas, não deixando tempo para que o aluno trabalhe por si e faça leituras.

Por fim, a duração do curso. Na escola do partido cada curso funciona por meio ano, tempo ainda insuficiente para tratar com profundidade as questões abordadas. A escola sindical realiza quatro cursos em seis semanas, deixando poucas horas para cada matéria, o que mostra fragilidade de aprofundamento.

Luxemburgo denuncia desgastante trabalho imposto ao professor da escola sindical, que em curto espaço de tempo, fica condenado a repetir o conteúdo mecanicamente diversas vezes seguidas. Exalta o fato da escola do partido, em que o militante que ocupa a cátedra (professor), por não ser pedagogo formado, mas "ele próprio também um aprendiz", um educador que educa e é educado, dispor de um tempo para "aprimorar a matéria, agregar novos materiais e revisar o ordenamento do conteúdo." (LUXEMBURGO, 2011a, p. 409). Nessa direção, a

escola do partido oferece ao professor, após cada curso, “um repouso pedagógico de meio ano”, tempo para que o militante se dedica por completo ao trabalho de luta, “de forma a renovar-se, recorrer ao ócio para selecionar e coligir novo material” para recuperar as energias e ter impulso e alegria para o novo curso. (LUXEMBURGO, 2011a, p. 409).

Cada uma das partes anseia a emancipação do proletariado. Enquanto o sindicato forma aproximadamente 250 funcionários por ano, a escola do partido, um décimo dessa quantidade, no entanto, a rápida produção em massa, não combina com um produto intelectual consistente.

Para Luxemburgo, o envolvimento internacional é condição essencial que se garantir uma caminhada rumo ao socialismo. Tal percepção tem dificuldades de prosperar nas direções partidárias e sindicais. Para ela, o desenvolvimento da consciência de classe, depende mais do proletariado do que das vanguardas. O que coloca a classe operária como sendo gestora da auto-atividade e da autonomia política, elementos fundamentais na sua teoria revolucionária. Mas o partido não é descartado, ele não caminha a reboque, mas dever ser parte da massa, assim poderá exercer seu papel histórico e estabelecer uma ralação criativa com a classe proletária.

Para Loureiro (1993), Luxemburgo estabelece uma relação entre consciência e processo objetivo da história. Ela retoma uma questão clássica em Marx, mas inova na questão da “reciprocidade entre espontaneidade e consciência nas ações de massa e o processo evolutivo da história e ação revolucionária.” Enfatiza que “a prática e consciência decorre precisamente da ideia de criatividade histórica, presente em quase todos os seus escritos.” (LOUREIRO, 1993, p. 88). O socialismo científico ensinou os caminhos das “leis objetivas do desenvolvimento histórico. Os homens não fazem arbitrariamente a história, mas, apesar disso, fazem-na eles mesmos.” (LUXEMBURGO, 2011f, p. 28). A força do proletariado depende da maturidade das condições de desenvolvimento social, por outro lado, o desenvolvimento social não é independente do proletariado. Sua força está na reciprocidade, causa e consequência. “Sua ação faz parte da história, contribuindo

para determiná-la". Como o proletário não pode saltar por cima do desenvolvimento histórico, trabalha para "acelerá-lo ou retardá-lo". (Idem, p.28).

Nos eventos de 1905, na Rússia, Luxemburgo concebe a consciência de classe como sendo resultado da luta cotidiana, da greve de massas. Processo de auto-educação das massas, na busca de uma identidade de classe e de radicalização do antagonismo às forças do capital. Mas, como destacado por Nettl (1972), uma consciência que não é inata no operariado, mas que foi construída através da ação, da orientação do partido. Não de um partido externo às massas, mas de um partido que é constituído por parte do proletariado que tem consciência dos conflitos de classe. Uma consciência política que vai sendo forjada na ação, mediada pelo partido que é parte da massa proletária. A autora polonesa coloca o proletariado como sendo herdeiro de uma tradição revolucionária, iniciada pela burguesia, mas abandonada, cabendo ao SPD interligar essa herança e seus herdeiros.

A consciência de classe em Gramsci também aparece como algo a ser construído. Sem a compreensão da luta de classes e a identificação com a classe o proletariado age sem consciência dos objetivos socialistas, o que limita sua ação política. "[...] uma cultura é subalterna precisamente enquanto carece de consciência de classes, enquanto é cultura de classe ainda não conscientes de si". (GRUPPI, 1978, p. 98).

Não é possível ação proletária, se ela mesma não estiver convencida dos fins que deseja atingir e dos métodos a aplicar. "Para ser capaz de governar como classe, o proletariado deve se despojar de todo resíduo corporativo, de todo preconceito ou incrustação sindicalista." (GRAMSCI, 1978, p. 180). A consciência de classe nasce e vai sendo forjada na fábrica, através do trabalho coletivo, da experiência dos conselhos, na auto-educação e no exercício democrático dos operários. Ao sair da fábrica, a consciência operaria torna-se ação política, ação revolucionária que contagia as demais classes subalternas em uma frente contra o poder do Estado burguês.

Gramsci e Luxemburgo convergem para papel ativo e transformador da consciência de classe na práxis revolucionária. (SOUZA, 2015, p. 75). Aquisição da compreensão da consciência de classe, processo contínuo e reafirmando em

cada etapa do processo emancipação é condição fundamental para levar a diante a luta de classe. A identificação da condição de trabalhador, operário ou pequeno camponês, explorado pelos interesses do capital, a consciência de ser parte de uma classe subalterna, possibilita a confluência de interesses e a reordenação de forças antagônicas às formas de exploração. Condição favorável, ao amadurecimento de uma consciência de classe, que através da mediação do sindicato ou partido, ou por meio das lideranças mais esclarecidas presentes entre os trabalhadores, pode-se confluir para a formação educativa ou autoeducação, até estágios mais elevados de autoatividade e autogoverno, etapas fundamentais para a construção do Estado dos produtores.

Outra questão que perpassa os autores diz respeito ao instrumental teórico metodológico marxista e à preocupação com a subutilização desse ferramental pela classe proletária. Luxemburgo, nas análises sobre a paralisia do marxismo no movimento operário alemão, no início do século XX, observa que grande parte do conhecimento marxista permanece estéril para a classe burguesa, ao mesmo tempo que está longe de ser uma arma para as necessidades da luta de classe operária. “Nós não ultrapassamos Marx na luta prática”, mas ele, com sua criação científica, já havia ultrapassado o partido na luta prática. “Nossas necessidades é que inda não bastam para o aproveitamento de suas ideias”. (LUXEMBURGO, 2011a, p. 129).

Gramsci ao analisar a estagnação do marxismo italiano dos anos 30, parece ter conhecimento do texto de Luxemburgo, pois na mesma direção realça o desperdício da filosofia da práxis, instrumental teórico-metodológico primordial para compreensão da realidade e formação de uma nova civilização. Como alternativa a influência do mecanicismo, do positivismo e das influências do idealismo kantiano, sinaliza para a importância de se recuperar Antonio Labriola, pensador marxista que pode ajudar a impulsionar e direcionar a práxis revolucionária. Ele, complementa seu raciocínio, sinalizando para Luxemburgo, com quem parece ter encontrado identificação para a construção de uma nova ordem intelectual e moral.

> Nesse sentido, pode-se dizer o que Rosa disse sobre a economia crítica e seus problemas mais elevados: no período romântico da luta, do popular *Sturm und Drang*, todo interesse é colocado nas armas mais imediatas, nos problemas de tática, na política e nos problemas culturais menores no campo filosófico. Mas a partir do momento em que um grupo subordinado se torna verdadeiramente autônomo e hegemônico, provocando um novo tipo de estado, surge a necessidade de construir uma nova ordem intelectual e moral, que é um novo tipo de sociedade e, portanto, a necessidade de elaborar universais, as armas ideológicas mais refinadas e decisivas. (GRAMSCI, 1977, p. 1508-1509).

Gramsci concebe a relação entre espontaneidade e consciência com certa similaridade com Luxemburgo, para quem é preciso se observar tais relações na concretude dos eventos. O movimento deve ser educado para que a ação se torne direção consciente dos fins que se deseja alcançar. Para Gramsci, a revolução acontecerá através de uma frente única, congregando as diversas classes subalternas em longo processo, com diversas batalhas em que a classe proletária à medida que conquista posições, vai firmando a nova hegemonia, com novo bloco histórico e um novo aprendizado cultural, elementos que nutrem as forças proletárias frente à exploração e a dominação do capital.

Nas questões críticas de Luxemburgo e Gramsci sobre o sindicalismo, há uma confluência de similaridades, ambos sinalizam para uma semelhante limitação das instituições sindicais, que de modo geral, tendem a agir dentro do campo da legalidade burguesa, buscando interesses econômicos e deixando de lado os fins da ação revolucionária. Apesar das críticas, eles reafirmam confiam que os sindicatos, fora de mãos oportunistas, reformistas e anarquistas, possam exercer importante papel na formação política da classe operária, ainda no interior da fábrica, pois são constituídos pelos operários mais instruídos, melhores e mais conscientes da luta de classes.

A classe proletária, no decurso dos anos, foi construindo as suas instituições, sindicato e partido, que pelas influências burguesas e reformistas, desviou-se dos compromissos com a luta de classes, com as aspirações do proletariado mundial. Luxemburgo e Gramsci defendiam que sindicato e partido estivessem próximos das massas, fizessem antagonismo à hegemonia do capital. Fossem instituições que educam a classe proletária e são pelas massas também

educadas. Consideram a autoeducação e a autoatividade da classe operária como elementos fundamentais para a formação de uma identidade de classe, primeiro caminho para fazer frente a hegemonia econômica, política e cultural burguesa e alicerçar as bases de um processo emancipatório com ênfase na autonomia e na autoeducação.

Para Luxemburgo e Gramsci marxismo, socialismo científico e filosofia da práxis são as ferramentas da clareza para a luta da classe proletária, um instrumental metodológico, teórico-prático para enfrentar o capital e as correntes do marxismo vulgar, do revisionismo e do reformismo, presentes no interior das organizações sindicais e do partido. O partido aparece como produto da classe proletária, que cria as instituições para ajudar nas necessidades do movimento. Cabe ao partido suscitar a identidade da cultura proletária, através da formação dos seus próprios intelectuais.

Cabe destacar, como sinalizado por Del Roio (2018, p.51), "a importância dada à auto-organização e autoeducação das massas no calor da vida pública é o ponto de início e de chegada da democracia socialista" tanto para Luxemburgo como para Gramsci. Assim com análises e caminhos diferentes, aproximados pelo antijacobinismo, haviam convergências entre os revolucionários comunistas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso do escrito buscou demonstrar a tese de que, mesmo em contextos diferentes, unidos pela filosofia da práxis, Luxemburgo e Gramsci concebem a educação para além da escola, em conexão com a política, em um processo compreendido como autoeducação, autoatividade e autogoverno da classe proletária.

Para situar os debates de Luxemburgo e Gramsci no contexto socialista da Segunda Internacional foram apresentadas, na primeira parte da tese, as bases teóricas que orientaram as ações do socialismo mundial e que fundamentaram o revisionismo. O estudo explorou a contribuição e a influência de Kautsky, liderança Social-democrata, responsável pela internacionalização de uma concepção de marxismo, segundo a interpretação da Segunda Internacional; expôs os dilemas de uma liderança que combate o revisionismo, mas simpatiza com um socialismo via parlamento. Apresentou o centrismo dogmático de partido (kautskysmo), que confundido com ortodoxia, foi combatido por Luxemburgo e Gramsci.

Tratou do revisionismo alemão, através Eduardo Bernstein, que em *Premissas do socialismo e as Tarefas da Social-democracia*, ao rejeitar a teoria e o método marxistas, desconsiderou o socialismo científico de Marx, a teoria do valor trabalho e a ideia de ditadura do proletariado (revolução), revelando as facetas do oportunismo presentes na Segunda Internacional, que colocava como caminho de transição do capitalismo ao socialismo as vias democráticas, o parlamento, as cooperativas e os sindicatos.

Para tratar da tendência revisionista que influenciou diversas gerações da intelectualidade italiana através do retorno à ética kantiana foi tratado de Benedito Croce e sua influência no meio cultural. O esforço de Croce para fundamentar a luta de classes em uma base ético-moral teve como consequência a formulação de conceitos de história,

arte e filosofia dissociados da política, bem como, a concepção de um intelectual puro, distante das massas proletárias.

Na segunda parte da tese foram apresentadas as antíteses, os antagonismos de Luxemburgo e de Gramsci ao revisionismo, ao reformismo e ao oportunismo, presentes nas fileiras socialistas, obstáculo para a classe operária assumir o protagonismo da história. Para Gramsci, Croce, por quem nutriu admiração durante anos, distorceu o marxismo, fez do materialismo histórico mero instrumento de aplicação especulativa. Gramsci, para fugir dos preceitos éticos de Kant, reavivados por Croce, sugeriu um retorno à filosofia da praxis, caminho para enfrentar posições especulativas, revisionistas e oportunistas nas fileiras socialistas e direcionar a praxis revolucionárias a partir da autoeducação e da autoatividade das massas proletárias.

As contraposições de Luxemburgo ao revisionismo de Eduard Bernstein foram apresentadas a partir da obra *Reforma ou Revolução?* um dos textos fundadores do socialismo revolucionário moderno, com ele, Luxemburgo esclarece a fundamentação idealista de Bernstein, os equívocos estatísticos e o oportunismo do autor. Contra o socialismo apenas democrático, progressivo via parlamento e a democratização dos benefícios burgueses, Luxemburgo defendeu as reformas, como conquistas imediatas via parlamento, ainda na democracia burguesa, no entanto, não queria que se perdesse de vista os fins revolucionários. A democracia operária deve ser o objetivo final, a ser alcançado de forma permanente, em um longo processo de educação, auto-educação, como inspirado nas greves de massa.

Na terceira parte foram apresentadas as armadilhas e os caminhos sinalizados por Luxemburgo e Gramsci ao proletariado alemão e italiano. Percurso revolucionário que teve presente na luta de classes, na práxis revolucionária numa estreita relação entre educação e política, vistos como processo de educação, autoeducação, autoatividade, construídos no decurso do processo revolucionário, em antagonismo com as forças do capital.

Quanto ao significado político-educativo das revoluções russas de 1905 e 1917 para Luxemburgo e para Gramsci e o proletariado mundial, a pesquisa evidenciou que os autores buscaram colher dos acontecimentos aprendizagens que pudessem ajudar

o proletário mundial a superar as influências reformistas, os dogmatismos e o oportunismo, usados para interpretar e controlar as massas proletárias.

Para Luxemburgo, nos eventos da greve de massas de 1905, na Rússia, a educação não aconteceu diretamente por meio de uma instituição proletária. As massas, no decurso das ações, de acordo com as necessidades, foram constituindo suas representações. O sindicato nasceu em decorrência das necessidades concretas do cotidiano das greves de massas. As massas operárias viveram um processo de reconhecimento e de identificação como classe operária, subalterna e explorada pelo capital, condição que possibilitou criar laços de solidariedade com outros operários em greve ou com colegas presos e reagir às condições de exploração.

A ação espontânea como ponto de partida, como reação à motivação, muitas vezes apenas econômica, questões salariais e redução da jornada de trabalho, uniu a classe operária em uma causa comum. No decurso das greves, a espontaneidade inicial das massas, pela interação dos sujeitos que foram aprendendo a revolucionar e se educando, torna-se uma ação consciente da classe proletária. As greves propiciaram à classe operária a experiência de um processo de educação e luta política, que ajudou à percepção das barbáries capitalistas, a solidariedade entre trabalhadores, uma consciência da luta de classe.

O movimento proletário, pela necessidade concreta da luta de classes, constitui suas representações e reaviva o socialismo, através de um partido massa, constituído como parte da classe operária. Partido que educa e é educado pela ação revolucionária em movimento. Partido que ajudou a elevar as reivindicações de uma luta econômica para uma luta política, emancipatória. O partido que fez crescer o movimento proletário, transformando de uma ação local e regional em um amplo movimento revolucionário, capaz de balançar as estruturas do Estado burguês.

A revolução de outubro, em 1917, teve significativa influência sobre Luxemburgo e Gramsci, que a partir das ações bolcheviques, buscaram colher lições de aprendizagens para o operariado alemão e italiano. Luxemburgo em *A Revolução Russa* fez uma análise crítica sobre o evento de 1917. Exaltou a coragem e a ousadia dos bolcheviques e do proletariado russo e tirou lições educativas que podiam ser usadas pelo operariado mundial e pela Social-democracia. Criticou a dissolução da Assembleia

Constituinte, o cerceamento das liberdades democráticas, entre outros aspectos, pois defendia o diálogo livre e público como elemento de educação da classe operária.

Para Luxemburgo, suprimir a liberdade de manifestação e o exercício democrático, em nome do controle das ações oportunistas e contrarrevolucionárias, significava sufocar as experiências dos conselhos, que eram as instituições proletárias em que prevalecia a liberdade, a democrática manifestação dos sujeitos, a autoeducação, a autoatividade e o autogoverno das massas. A classe operária só chegou aquele estágio revolucionário pela educação das massas e pelas experiências de eventos anteriores, uma vez que o socialismo é resultado da praxis histórica da escola da vida.

Gramsci escreveu uma série de artigos a revolução russa mostrando a importância da nova luz que veio do oriente e irradiou esperança revolucionária para a classe proletária mundial. Nos primeiros artigos, já manifesta que os eventos russos estão para além da revolução burguesa jacobina. A revolução trazia consigo, através da libertação de presos das cadeias, uma demonstração de que se tratava de uma mudança de costumes, uma nova cultura proletária sendo construída, pois os bolcheviques não eram revisionistas, mas revolucionários. Nos textos de Gramsci sobre a revolução de outubro sobressai uma crítica às posições teóricas do reformismo mundial e italiano e a necessidade de superar esquemas dogmáticos, pré-determinados usados para interpretar o desenvolvimento histórico. Gramsci propõe, a luz da filosofia da práxis, que teoria e prática sejam vistas a partir das condições concretas, lugar em que se manifesta a luta de classes, a força de autoeducação e da auto-organização, da vontade coletiva proletária. Coletividade operária que é capaz de alterar os destinos da história e, em antagonismo com a hegemonia burguesa, construir as bases de nova ordem, uma democracia operária. Pontos que Gramsci buscou reafirmar com os conselhos de fábrica.

Instituições proletárias, como partido e sindicato, que deveriam ajudar no desenvolvimento do potencial revolucionário, nem sempre agem em favor dos interesses de classe. Grande parte do cooptação se dá em decorrência das interferências reformistas e oportunistas, que levam partido e sindicato, em diversos contextos, a agir à margem dos interesses de classe, deixando o protagonismo revolucionário às massas operárias. As classes proletárias, pela necessidade, criam as estruturas de organização e de autogestão, como conselhos, comitês, que se contrapõe a lógica do capital. Os conselhos

de fábrica são para Gramsci entendidos com as células embrionárias do novo Estado dos produtores, ainda dentro da fábrica. O chão da fábrica se transforma em uma "escola" de aprendizagem e experiências. Os operários, por meio da práxis revolucionária cotidiana, buscam a emancipação, a autonomia na gestão do processo produtivo, a autossuficiência nas técnicas de produção, reunindo condições de enfrentamento e contraposição ao capital. A experiência de auto formação, de autoeducação e de organização consciente possibilitam conquistar para a causa revolucionária o conjunto do operariado das fábricas e trabalhar para instaurar o Estado dos produtores.

A pesquisa evidenciou que a luta do proletariado contra as forças do capital é longa e permanente. A medida que o processo revolucionário avança, as instituições proletárias são constituídas, fortalecidas e enriquecidas pela aprendizagem da práxis revolucionária em movimento. As instituições (partido, sindicatos, conselhos, entre outras) agindo em favor dos interesses da luta de classe, tornaram-se a representação dinâmica das massas proletárias em antagonismo às contraditórias formas de exploração do mundo do trabalho, controladas pela hegemonia do capital. As instituições proletárias, sendo parte da massa, coordenam, dirigem, organizam e ajudam nas conquistas de espaços mais democráticos ainda dentro da democracia burguesa e cuidam da educação e formação política da classe operária, mantendo vivo os objetivos revolucionários e acelerando o futuro, através da organização das forças proletárias para enfrentar as forças do capital e construir o Estado proletário. Essa tem sido a dinâmica dos eventos das revoluções russas de 1905 e 1917, as experiências dos conselhos de fábrica na Alemanha, de 1918 e 1919, e na Itália, de 1919 e 1920. São momentos históricos que o capital entra em colapso e a constância no trabalho de educação das classes subalternas produz movimento emancipatório, que resulta em significativas conquistas para a classe proletária e os objetivos revolucionários socialistas.

Sobre nexos entre educação e política em Luxemburgo e Gramsci, a pesquisa evidenciou que ambos se preocupam com a construção da hegemonia revolucionária da classe proletária. Eles têm uma clara consciência de que não basta chegar ao poder e substituir um Estado burguês por outro poder, nos moldes burgueses. Trabalharam para construir uma identidade econômica e cultural, uma hegemonia proletária a partir das classes subalternas. Uma concepção de liderança que, diferente do centralismo e da

ditadura de partido, com comando vertical e impositivo; tomam como base os pressupostos de quem dirigente é aquele que lidera, líder que vai a frente e, sendo parte das classes subalternas, identifica-se com elas e trabalha para desenvolver um processo de autonomia e emancipação das forças hegemônicas dominantes, ao mesmo tempo que semeia as bases da democracia operária.

Para a Luxemburgo e Gramsci, na construção do novo Estado proletário é fundamental a participação ativa das massas subalternas, só assim se terá uma democracia proletária. Pensando na importância de um trabalho de preparação e ensaio das novas funções proletárias, ainda dentro do Estado burguês e do Estado socialista (transição para o comunismo) defenderam a criação dos conselhos de fábrica (Gramsci) e conselhos de operários e soldados (Luxemburgo), cujo papel ativo, deveria absorver a autoridade do Estado burguês e trabalhar para alicerçar o domínio do modo de produção e as bases democráticas da nova organização proletária (ditadura do proletário).

A compreensão de Gramsci, sobre a forças hegemônicas presentes na luta de classes e na defesa dos conselhos operários, possibilitaram formulações novas sobre a compreensão que se tinha do Estado, que pelas interpretações socialistas tradicionais, não passava de espaço de defesa dos interesses burgueses, com atuação na sociedade política. Gramsci amplia a abrangência do conceito de Estado, que age em defesa dos interesses de classe, através do aparato coercitivo, mas principalmente através dos seus aparelhos ideológicos. Ao sinalizar para a ampliação do poder político do Estado para o campo da sociedade civil, destaca a importância cultural, em que prioritariamente atuam os aparelhos ideológicos do Estado burguês. A escola, um dos aparelhos ideológicos do Estado, passa a ter importância nas reflexões de Gramsci. Ele defende a educação como um importante elemento na construção da nova hegemonia proletária. A compreensão e o domínio dos códigos de leitura passam a ter importância às classes subalternas. Na percepção de que a linguagem não é neutra, que não existe uma única leitura da realidade, um pensar hegemônico imposto pela classe burguesa, o proletariado forma consciência de que a verdade é histórica e sua interpretação, feita no contexto da luta de classes, é uma interpretação realizada pelo capital em prol de seus interesses de dominação.

Em Gramsci, a ideologia passa a ser vista como prática de poder e, para deixar de ser subalterno, o proletário precisa também dominar o pensamento e sua forma de manifestação. A luta de classe torna-se, além de uma luta pela hegemonia e controle do Estado, uma disputa cultural. Daí a importância dos conselhos de fábrica como espaços de educação, que possibilitam gestar novas experiências, novas formas de produção, uma nova cultura proletária. Para Gramsci, da união das experiências das fábricas (operários) e do meio rural (campesinato), da unidade e integração das ações do operariado e do campesinato depende o sucesso revolucionário.

Para Luxemburgo e Gramsci, a função dos intelectuais é vista a partir do marxismo, da filosofia da praxis, uma atividade que não diz respeito apenas a função intelectual racional, ao contrário, uma ação "impura", ligada à atividade prática da política. Um intelectual militante (Luxemburgo), um intelectual orgânico (Gramsci) que tem clareza da luta de classes e trabalha a favor da classe a que pertence. Intelectual que ajuda o proletariado a fazer antagonismo às forças do capital e construir as bases de uma nova ordem proletária.

A vanguarda, que aparece em diversos textos de Luxemburgo e Gramsci, como foco de críticas, pelo centralismo, autoritarismo e distanciamento das bases proletárias, desempenha importante papel no processo revolucionário. Sem o partido, os operários não vão além da atuação na perspectiva sindical, ficando apenas no campo das lutas econômicas, dentro do espaço de controle capitalista. É pela intervenção do partido-massa, que educa e é educado, que as lutas econômicas avançam para lutas políticas e vice-versa, tendo como metas os fins revolucionários. Luxemburgo e Gramsci não abrem mão de se conciliar ações do partido com as ações de massa. É a ação política do operariado que dinamiza, vivifica e desburocratiza o partido, o sindicato e as demais instituições representativas da classe. Sem as massas proletárias ou distantes dos fins revolucionários, sindicato e partido não têm razão de existir. Eles pela necessidade concreta da luta de classe, com a função de educar e serem educados pelas massas, nessa relação dinâmica que se concebe um partido massa. Por isso, Luxemburgo não queria que a Liga *Spartakus* fosse um partido em sentido tradicional, mas aquela parte da massa operária, mais consciente, que ajuda o proletariado nas tarefas históricas.

A praxis revolucionária torna-se a escola também do educador (partido), pois a medida que o partido educa a classe operária, é por ela também educado. Dessa relação de reciprocidade nasce, no decurso do processo revolucionário, um intelectual ligado à classe proletária, educado pela ação revolucionária, um intelectual militante (Luxemburgo), um intelectual orgânico (Gramsci), sensível às necessidades e aos anseios da classe. O intelectual militante, orgânico, que é parte da massa e forjado na relação dialética do educador com as massas, Luxemburgo e Gramsci depositam a confiança para ajudar a gestar e administrar o processo produtivo e o Estado operário, a partir de uma nova cultura socialista.

Luxemburgo e Gramsci são críticos do autoritarismo e centralismo presente no meio socialista. Autoridade que se transformou em centralismo, burocracias partidárias e sindicais, que por décadas atrapalham as organizações proletárias. E, tem se agravado pela influência oportunista e reformista, com defesa da atuação no campo parlamentar, através de negociações e consenso com a ordem do capital. Ações que distanciam as direções das massas proletárias e dos fins revolucionários. Ambos expressam o desejo de maior aproximação entre as instituições representativas do povo e as massas operárias. A aproximação entre o partido, o sindicato e as massas evita que se constitua uma casta de dirigentes desvinculadas da base proletária.

Há uma proximidade no entendimento Luxemburgo e Gramsci sobre a importância dos conselhos no processo revolucionário. Na revolução alemã, os conselhos de operários e soldados foram defendidos por Luxemburgo como a estratégia de luta e antagonismo as forças do capital. Para ela, nas experiências democráticas dos conselhos se alicerçam as bases da futura democracia operária. Em Gramsci, o conselho de fábrica representa a 'primeira célula' do processo revolucionário. No conselho é depositado a esperança de uma nova história, de construção do futuro Estado proletário. A fábrica é o espaço não só de qualificação técnica para os interesses do capital (fordismo), mas local com potencial para o operário aprender a ler e a escrever, compreende as relações humanas, econômicas e políticas da vida social e produtiva, condições fundamentais para se instaurar a soberania dos produtores. Nas comissões de fábrica unia-se produção material e a educação política, base fundamental para gerir uma nova cultura proletária.

Os conselhos de operários e soldados e as comissões de fábrica oportunizaram ao proletariado o exercício democrático e de liberdade, de luta, de solidariedade, de engajamento nas lutas econômicas e políticas. Experiências que propiciaram ao proletariado, através de uma disciplina cultural e educativa, um processo emancipatório de autoeducação, de autoatividade e de autogoverno e, condições de reunir forças e ter a ousadia de enfrentar o Estado capitalista.

Como pano de fundo da tese, reafirma-se que a transformação pela via revolucionária é de fundamental importância na perspectiva do materialismo histórico, do marxismo, da filosofia da práxis. O percurso da tese demostrou que a via revolucionária é construída no processo de luta concreta e real da classe proletária. É uma luta que demanda uma direção, que mesmo nascendo de forma espontânea, geralmente no chão da fábrica, tendo como estopim algum evento de agressão (físico, econômico ou psicológico) sobre operariado, não dispensa o partido como dirigente. Um partido que é educador, mas que precisa ser educado no próprio processo de construção da luta. O educador é que precisa ser educado na mudança das circunstâncias reais. Realça-se a coerência de Luxemburgo e Gramsci com as fontes marxianas, com a filosofia da práxis, principalmente com as *Teses sobre Feuerbach*, em especial com a terceira, que realça a necessidade de que as circunstâncias sejam transformadas e o educador seja educado pela ação.

> A doutrina materialista segundo a qual os homens são produtos das circunstâncias e da educação esquece que são precisamente os homens que modificam as circunstâncias e que o educador necessita, por sua vez, de ser educado. É por isso que ela tende a dividir a sociedade em duas classes, uma das quais está acima da sociedade. A coincidência entre a modificação das circunstâncias e a atividade humana ou modificação dos próprios homens só pode ser concebida se for compreendida como *prática revolucionária*. (MARX e ENGELS, 1974, p. 8-9).

A reforma cultural defendida na Alemanha por algumas correntes do partido socialdemocrata e na Itália, por Benedito Croce são contrapostas por Luxemburgo e Gramsci na perspectiva de que não pode estar antes, acima e desconectada da ação transformadora. Portanto, não há uma superioridade intelectual externa (Croce), mas são os homens na sua ação que transformam a realidade e as ideias. A mudança de

mentalidade é de suma importância, mas ela não se dá de forma isolada. Ela não antecede, nem dispensa a prática. Prática que é, ao mesmo tempo, transformação da realidade e da transformação da atividade humana, daquilo que se pensa sobre a própria realidade. No decurso da tese, mostra-se o estreito vínculo entre educação e política em Luxemburgo e Gramsci. Eles realçam o caráter educativo das ações de massa (de ontem e de hoje), mostram um potencial de autotransformação, de autoeducação, de autoatividade, de auto-organização e de autoconsciência das classes subalternas, que só podem ser compreendidas na perspectiva da práxis revolucionária.

Para os dilemas brasileiros da atualidade, para aquilo que a política e a educação se transformaram em termos de projetos em disputa, com a tese, as conexões entre educação e política em Luxemburgo e Gramsci, reafirma-se que a educação é uma ação política e prática política educativa. Diante da tentativa despolitização da educação brasileira através da "escola sem partido" e de projetos que colocam o sistema educacional nas mãos de grupos privados, que agem no interesse do capital e da redução da política à interesses meramente pragmáticos e corporativistas, reitera-se, com o escrito, que a política é uma ação educativa e que a educação para a classe trabalhadora só tem razão de ser quando ela é transformadora, portanto, política.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, J. E.-J. **Revisionismo de Eduard Bernstein e a negação da dialética**. Dissertação (Dissertação em Sociologia) - USP. São Paulo, p. 262. 2006a.

ANDRADE, J. E.-J. Eduard Bernstein e a social-democracia. **Revista Plural**, São Paulo, 13, 2006b. p.5-34. Disponivel em: <www.revistas.usp.br/plural/article/viewFile/ 75159/79021>. 2006b.

ANDREUCCI, F. A difusão e a vulgarização do marxismo. In: HOBSBAWM, E. L., et al. **História do marxismo II:** marxismo na época da segunda internacional. Tradução de Leandro konder e Carlos Nelson Coutinho. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v. 2 (Primeira Parte), 1982. p. 15-73.

ANTONIOLI, M. **Il sindicalismo italiano:** dalle origini al fascismo. Pisa: BFS, 1997.

ARCARY, V. Kautsky e as origens históricas do centralismo de esquerda. **Revista Outubro**, nº 07, 2002. p. 77-102.

ARICÓ, J. **Los cuatro primeiros congresos de la internacional comunista**. Tradução de María Teresa Poyarazian. Córdoba: Siglo XXI Argentina Editores, 1973.

ARRIGONI, M. T. Gramsci e Croce: questões em confronto. **Fragmentos**, Florianópolis, 2, n. 2, 1989. 95-105.

BANDEIRA, M. Lenin, Kautsky e a questão agrária (apresentação). In: KAUTSKY, K. **A questão agrária**. Tradução de C.IPEROIG. 3. ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980. p. 3-7.

BASSO, L. **El Pensamiento político de Rosa Luxemburg**. Tradução de Josef Greifeu. Barcelona: Ediciones Península, 1976.

BERNSTEIN, E. **Socialismo evolucionário**. Tradução de Manuel Teles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar/Instituto Teotônio Vilela, 1997.

BERNSTEIN, E. **My years of exile:** reminiscences of a socialist, 1915-1921. Tradução de Ted Crawford. English translation published 1922. ed. Londres: Archive Marxists Internet, 2016. Disponivel em: <https://www.marxists.org/reference/archive/bernstein/works/1915/exile/ index.htm>. Acesso em: 2016.

BERTELLI, A. R. Prefácio. In: MATTICK, P., et al. **Karl Kautsky e o marxismo**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988.

BERTELLI, A. R. **Marxismo e transformações capitalistas:** do Bernstein-debatte à República de Weimar 1899-1933. São Paulo: IPSO/IAP, 2000.

BERTELLI, A. R. **Revisionismo e ortodoxia no marxismo**. São Paulo: IPSO/IAP, 2003.

BOGO, A. **Teoria da organização política I.** São Paulo: Expressão Popular, 2005.

BORDIGA, A. Para la constitución de los consejos obreros en Italia. In: GRAMSCI, A.; BORDIGA, A. **Debate sobre los consejos de fábrica**. Tradução de Fernande Buey. Barcelona: Editorial Anagrama, 1975. p. 98-124.

BORDIGA, A. Pela constituição do conselhos operários na Itália. In: GRAMSCI, A.; BORDIGA, A. **Conselhos de fábrica**. Tradução de Maria Borges Svevo. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 66-91.

BOURDAIS, J.-F. **Histoire et révolution:** chez Rosa Luxemburg et Antonio Gramsci. Aix-Marseille: Université Aix-Marseille, 1994. Tese (Université de Droit, d'Économie et des Sciences de Aix-Marseille).

BRIE, M. Prefácio. In: LOUREIRO, I. **Rosa Luxemburg:** os dilemas da ação revolucionária. São Paulo: UNESP, 2004. p. 11-25.

BROUÉ, P. **O partido bolchevique**. Tradução de Paula Maffei e Ricardo Alves. São Paulo: Editorial Sundermann, 2014. 536 p.

CAFIERO, C. **Compêndio de O Capital**. Tradução de Ricardo Rodrigues. São Paulo: Hunter Books, 2014.

CAVALCANTI, P. C. U.; PICCONE,. **Convite leitura de Gramsci**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1976.

CÉSAR, R. Concepção de partido em Rosa Luxemburg. **Cadernos Cemarx**, Unicamp, v. 4, 2007.

CHAGAS, E. F. O método dialético de Marx: investigação e exposição critica do objeto. **Síntese - Revista de Filosofia**, Belo Horizonte, v. 38, n. 120, p. 55-70, 2011.

COUTINHO, C. N. Gramsci e os conselhos de fábrica. In: GRAMSCI, A.; BORDIGA, A. **Conselhos de fábrica**. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 7-12.

CROCE, B. La storia come pensiero e come azione. **La Critica: Rivista di Letteratura, Storia e Filosofia diretta da B. Croce**, Roma, n. 35, p. 1-35, 1937. Disponivel em: <http://ojs.uniroma1.it/index.php/lacritica/article/view/6046/6029>.

CROCE, B. Come nacque e come mori il marxismo teórico in italia (1895-1900). **La Critica-Rivista di Letteratura, Storia e Filosofia diretta da B. Croce**, Roma, n. 36, 1938. 109-124. Disponivel em: <http://ojs.uniroma1.it/index.php/lacritica/article/download/6130/6113>. Acesso em: 2009.

CROCE, B. La Storia come pensiero e come azione. Bari: Laterza, 1939.

CROCE, B. Teoria e storia della storiografia. Bari: Laterza, 1945.

CROCE, B. **Logica**. Bari: Laterza, 1947.

CROCE, B. **Estética**. Buenos Aires: Ediciones Nueva visión, 1970.

CROCE, B. **Materialismo histórico e economia marxista**. Tradução de Luis washington. São Paulo: Centauro, 2007.

CROCE, B. Para a interpretação e a crítica de alguns conceitos de marxismo. In: CROCE, B. **Materialismo histórico e economia marxista**. São Paulo: Centauro, 2007b. p. 57-100.

CROCE, B. As teorias históricas do professor Loria (1896). In: CROCE, B. **Materialismo histórico e economia marxista**. São Paulo: Centauro, 2007c. p. 29-56.

CROCE, B. **Contributo alla critica di me stesso**. esemplare 14. ed. Napoli: Impresso como manuscrito em cem cópias numeradas, v. 14, MCMXVIII -1918. Disponivel em: <http://bibliotecafilosofia.uniroma1.it/B-Croce/Documenti/Contributo.pdf>. Acesso em: 2017.

DAL LIN, A. Concepção de homem omnilateral: uma proposta metodológica para além da abordagem crítico superadora na educação física. Tese (Tese em Educação) - UTP. Curitiba, p. 267. 2013.

DEL ROIO, M. **Os prismas de Gramsci:** a fórmula política da frente única (1919-1926). São Paulo: Xamã, 2005.

DEL ROIO, M. Gramsci e a educação do educador. **Cadernos Cedes**, Campinas, vol.26, n. 70, set./dez 2006. p.311-328.

DEL ROIO, M. **Aspectos de Gramsci**. Marília: Oficina Universitária, 2009.

DEL ROIO, M. Classe e partido em Gramsci (1913-1926). In: LIMA FILHO, P. A. D.; NOVAES, H. ; MACEDO, R. F. **Movimentos sociais e crises contemporâneas à luz dos clássicos do materialismo crítico**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2017. p. 101-128.

DEL ROIO, M. **Gramsci e a emancipação do subalterno**. São Paulo: Unesp, 2018.

DIAS, E. F. **Gramsci em Turim:** a construção do conceito de hegemonia. São Paulo: Xamã, 2000. 290 p.

DIAS, E. F. **Revolução passiva e modo de vida:** ensaio sobre as classes subalternas, o capitalismo e a hegemonia. São Paulo: Sundermann, 2012. 384 p.

ENDERLE, R. Sobre a tradução. In: MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

ENGELS, F. A situação da classe trabalhadora em Inglaterra. Porto: Afrontamento, 1975.

ENGELS, F. Prefácio à segunda edição alemã. In: MARX, K. **A miséria da filosofia:** resposta à filosofia da miséria de Prouddhon (1847). São Paulo: Centauro, 2001. p. 9-23.

ENGELS, F. Comentários sobre à crítica da economia política de Karl Marx. In: MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 273-285.

ENGELS, F. Prefácio de 1895 [Ao as lutas de classe na França de 1848 a 1850, de Karl Marx]. In: MARX, K. **As lutas de classes na França**. Tradução de Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2012. p. 9-31.

ENGELS, F. Os Bakuninistas em Ação Friedrich Engels. **Biblioteca Marxista Virtual**, São Paulo, 2014. Disponivel em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1873/11/05.htm>. Acesso em: 28 set. 2014. Publicado no jornal "Der Volksstaat" em 3 de Outubro, 2 e 5 de Novembro de 1873.

FERNANDES, F. Introdução. In: MARX, K. **Contribuição à critica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 19-44.

FETSCHER, I. Bernstein e o desafio a ortodoxia. In: HOBSBAWM, E. J., et al. **História do marxismo:** marxismo na época da segunda internacional. Tradução de Leandro Konder e Carlos Nelson Coutinho. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v. 2 (primeria parte), 1982. p. 257-298.

FRÖLICH, P. **Rosa Luxemburg:** vida y obra. Madrid: Fundamentos, 1976.

FROMM, E. **O conceito marxista de homem**. Tradução de Octavio Alves Velho. 8. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

GALASTRI, L. D. O. **Revisionismo "latino" e marxismo: de Georges Sorel a Antonio Gramsci**. Tese (Tese em Ciência Política) - UNICAMP. Campinas, p. 290. 2011.

GENTILE, G. Lo spirito informatore della mia riforma, n. 05, p. 413-438, anno III, 1923.

GIANINAZZI, W. Le syndicalisme révolutionnaire em Italie (1904-1925): les hommes et les luttes. **Mil neuf cent - Revue d'histoire intellectuelle**, Paris, vol.24, 2006. p.95-121.

GOMES, R. R. D. S. R. Rosa Luxemburgo e a Revolução Russa. Anais do Colóquio Internacional Marx e o Marxismo: De O Capital à Revolução de Outubro (1867 – 1917), Niterói: UFF, Agosto 2017. p.1-21.

GORENDER, J. O nascimento do materialismo histórico. In: MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p. VII-XL.

GRAMSCI, A. Il programa del comissari di reparto. **L'Ordine Nuovo**, Torino, Anno 1, n. 25, 08 novembre 1919. 191-198. Disponivel em: <http://www.centrogramsci.it/?page_id=228>.

GRAMSCI, A. Lá volontà di lavorare. **L'Ordine Nuovo**, Torino, Anno I, n. 05, 07 Giugno 1919b. p.32-38. Disponivel em: <http://www.centrogramsci.it/?page_id=228>.

GRAMSCI, A. **Il Risorgimento**. Torino: Einaudi, 1974.

GRAMSCI, A. **L'Ordine Nuovo (1919-1920)**. Torino: Einaudi, 1975.

GRAMSCI, A. **Escritos políticos I**. Tradução de Manuel Simões. Lisboa: Nova Seara, v. I, 1976.

GRAMSCI, A. **Quaderni del carcere**. 2. ed. Torino: Einaudi Editori, 1977. 2362 p. (Edizione critica dell'Istituto Gramsci, a cura di Valentino Gerratana); Edizione elettronica versão 1.0.

GRAMSCI, A. **Escritos políticos II**. Tradução de Manoel Simões. Lisboa: Seara Nova, v. 2, 1977b.

GRAMSCI, A. **Escritos políticos IV**. Tradução de Manuel Simões. Lisboa: Seara Nova, v. IV, 1978.

GRAMSCI, A. O conselho de fábrica. In: GRAMSCI, A.; BORDIGA, A. **Conselhos de fábrica**. Tradução de Marina Borges Svevo. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 91-97.

GRAMSCI, A. **La città futura:** 1917-1918. Torino: Giulio Einaudi, 1982.

GRAMSCI, A. **Cartas a Yulca (1922-1937)**. Tradução de Francisco Fernández Buey. Barcelona: Editorial Crítica, 1989.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere:** O risorgimento - notas sobre a história da Itália. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 5, 2002.

GRAMSCI, A. **Escritos políticos (1910-1920)**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 1, 2004a. 520 p.

GRAMSCI, A. **Escritos políticos (1921-1926)**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 2, 2004b. 522 p.

GRAMSCI, A. Oprimido e opressores. In: GRAMSCI, A. **Escritos políticos (1910-1920)**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 1, 2004c. p. 43-45.

GRAMSCI, A. **Cartas do cárcere (1926-1930)**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilizaçao Brasileira, v. 1, 2005a.

GRAMSCI, A. **Cartas do cárcere (1931-1937)**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 2, 2005b. 496 p.

GRAMSCI, A. **Cadenos do cárcere:** Maquiavel, notas sobre o Estado e a política. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 3, 2012.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere:** Introdução ao Estudo da Filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. vol.1. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 7. ed. Rio de Janeiro: Civiliação Brasileira, v. 1, 2014.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere:** Os intelectuais, o princípio educativo, Jornalismo. Vol.2. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 2, 2014b.

GRAMSCI, A. Antonio Gramsci: escritos sobre educação e política (1916-1919). **Práxis educativa**, Tradução de Anita Helena Schesner. Ponta Grossa, v. 12, n. 3, p. 1035-1040, Set/dez 2017.

GRUPPI, L. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

GUÉRIN, D. **Rosa Luxemburgo e a espontaneidade revolucionária**. Tradução de Cecília Bonamine. São Paulo: Perspectiva, 1982.

GUILLERM, A. Le Luxemburguisme aujord'hui. In: GUÉRIN, D. **Rosa Luxemburgo e a espontaneidade revolucionária**. São Paulo: Perspectiva, 1982. p. 131-133.

GUSTAFSSON, B. **Marxismo y revisionismo:** la critica bernsteiniana del marxismo y sus premissas histórico-edeológicas. Traducción castellana: Gustau Muñoz. Tradução de Gustau Muñoz. México/ Barcelona/Buenos Aires: Grijalbo, 1975.

HAUG, F. **Rosa Luxemburg y el arte de la política**. Tradução de Monteserrat Galcerán Huget y Sira Ainara Sánchez Navarro. Madrid: Tierradenadie Ediciones, 2013.

HAUPT, G. Marx e o marxismo. In: HOBSBAWN, E. J. **História do marxismo I:** marxismo no tempo de marx. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 347-375.

HOBSBAWM, E. J. **História do marxismo I:** marxismo no tempo de Marx. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HORVAT, P. **A História como arte em Benedetto Croce**. Anais do XXIV Simpósio Nacional de História. São Leopoldo: Unisinos. 2007. p. 1-8.

KAUTSKY, K. **El caminho del poder**. México: Editorial Grijalbo, S/A, 1968.

KAUTSKY, K. **O caminho do poder**. São Paulo: Editora Hucitec, 1979.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. Tradução de C.IPEROIG. 3. ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

KAUTSKY, K. **La cuestión agraria**. México: Siglo Veintiuno Editores, 1989.

KAUTSKY, K. **As três fontes do marxismo**. Tradução de Carlos Roberto Lourenço. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2002.

KORSCH, K. **Marxismo y filosofia**. Tradução de Elizabeth Beniers. México: Ediciones Era S.A., 1971.

LABRIOLA, Antonio. ***Filosofia y socialismo****. (Discorrendo di socialismo e di filosofia). Tradução de Luis Roberts. Buenos Aires: Editorial Claridad, 1889.*

LABRIOLA, Arturo. **Discorrendo di socialismo e di filosofia.** Milano: Createspace, 2012.

LAJOLO, L. **Antonio Gramsci:** uma vida. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Brasiliense, 1982. 150 p.

LÊNIN, V. I. **Obras escolhidas 1**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória Ldta, v. 1, 1955a.

LÊNIN, V. I. **Obras escolhida 2**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória Ldta, v. 2, 1955b.

LÊNIN, V. I. **Obras escolhidas 3**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória Ltda, v. 3, 1956.

LÊNIN, V. I. **O estado e a revolução**. Tradução de Aristides Lobo. São Paulo: Hucitec, 1978.

LÊNIN, W. I. **O estado e a revolução**. São Paulo: Hucitec, 1978.

LÉNINE, V. I. **Um passo à frente, dois passos atrás**. Genebra: Gráfica do Partido, 1904.

LÉNINE, V. I. **A revolução proletária e o renegado Kautsky**. Tradução de Edição Progresso - Moscovo. Lisboa: Edições Avante, 1979.

LIGUORI, G. Gramsci e a Revolução de Outubro. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, Ano: XX, n. 39, set. a dez. 2017. 41-54.

LOMBARDI, J. C. **Reflexões sobre educação e ensino na obra de Marx e Engels**. Tese (livre docente)- UNICAMP. São Paulo, p. 377. 2010.

LOSURDO, D. **Hegel, Marx e a tradição liberal**. São Paulo: UNESP, 1998.

LOSURDO, D. **Antonio Gramsci:** do liberalismo ao "comunismo crítico". Tradução de Teresa Ottoni. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2011. 288 p.

LOUREIRO, I. Resenha - Rosa Luxemburg und die Kunst der Politik - Frigga Haug (Rosa Luxemburg e a arte política da política). **Crítica Marxista**, Campinas, 27, 2008. 171-174. Disponivel em: <http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/Revista_critica%20marxista_27.pdf>.

LOUREIRO, I. Apresentação. In: LUXEMBURG, R. **Rosa Luxemburgo:** textos escolhidos (1899-1914). São Paulo: UNESP, 2011. p. V-XXIII.

LOUREIRO, I. M. Rosa Luxemburgo: marxismo e história. **Trans/formação**, São Paulo, v. 16, p. 83-100, 1993.

LOUREIRO, I. M. **Rosa Luxemburg:** os dilemas da ação revolucionária. 2. ed. São Paulo: UNESP / Fundação Perseu Abramo, 2004.

LOUREIRO, I. M. **Rosa Luxemburgo:** vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

LOUREIRO, M. I. Introdução. In: LUXEMBURG, R. **A revolução russa**. Tradução de Isabel Maria Loureiro. Petropolis: Vozes, 1991. p. 11-33.

LÖWY, M. A centelha se acende na ação: a autoeducação dos trabalhadores no pensamento de Rosa Luxemburgo. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 28, n. 55, p. 27-38, 2014.

LÖWY, M. A martelada da revolução: a crítica da democracia burguesa em Rosa Luxemburgo. **Cadernos Cemarx**, Campinas, Nº 9, 2016. 123-142.

LUKÁCS, G. Prefácio a Greve de massas, partido e sindicatos. In: LÖWY, M. **A evolução política de Lukács**. São Paulo: Cortez, 1998. p. 320-326.

LUKÁCS, G. **História e consciência de classe:** estudo sobre a dialética marxista. Tradução de Rodnei Nascimento. 2. ed. São Paulo: Wmf/Martins Fontes, 2012a.

LUKÁCS, G. Rosa Luxemburgo como marxista. In: LUKÁCS, G. **Histórica e consciência de classe:** estudo sobre a dialética marxista. São Paulo: WMF, Martins Fontes, 2012b. p. 105-132.

LUXEMBURG, R. **A acumulação de capital**. Tradução de Muniz Bandeira. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

LUXEMBURG, R. **A questão nacional e autonomia**. Belo Horizonte: Oficina do LIvro, 1988.

LUXEMBURG, R. **A revolução russa**. Tradução de Isabel Maria Loureiro. Petrópolis: Vozes, 1991.

LUXEMBURG, R. O que quer a liga Spartakus? In: LUXEMBURG, R. **A revolução russsa**. Petrópolis: Vozes, 1991b. p. 99-110.

LUXEMBURG, R. Questões de organização da socialdemocracia russa. In: LUXEMBURG, R. **A revolução Russa**. Petrópolis: Vozes, 1991c. p. 37-60.

LUXEMBURGO, R. **Reforma social ou revolução?** São Paulo: Global, 1986.

LUXEMBURGO, R. **Textos escolhidos I (1899-1914)**. Tradução de Stefan Klein. Organizado por Isabel Loureiro. São Paulo: Unesp, v. 1, 2011a. 511 p.

LUXEMBURGO, R. **Textos escolhidos I (1899-1914)**. Tradução de Stefan Klein. São Paulo: Unesp, v. 1, 2011a. 511 p.

LUXEMBURGO, R. **Textos escolhidos II (1914-1919)**. Tradução de Isabel Loureiro. São Paulo: Unesp, v. II, 2011b. 413 p.

LUXEMBURGO, R. **Cartas**. Tradução de Mario Luiz Frungillo. Organizado por Isabel Loureiro. São Paulo: Unesp, v. III, 2011c. 397 p.

LUXEMBURGO, R. Greve de massas, partido e sindicatos. In: LUXEMBURGO, R. **Textos escolhidos I (1889-1914)**. Tradução de Stefan Klein. Organizado por Isabel Loureiro. São Paulo: UNESP, v. 1, 2011d. p. 263-350.

LUXEMBURGO, R. Reforma social ou revolução? In: LUXEMBURGO, R. **Rosa Luxemburgo:** textos escolhidos I. Tradução de Stefan Klein. São Paulo: Unesp, 2011e. p. 1-112.

LUXEMBURGO, R. A crise da social-democracia. In: LUXEMBURGO, R. **Rosa Luxemburgo:** textos escolhido. São Paulo: Unesp, v. II, 2011f. p. 15-144.

LUXEMBURGO, R. Questões de organização da social-democracia russa. In: LUXEMBURGO, R. **Rosa Luxemburgo:** textos escolhidos I. São Paulo: UNESP, 2011g. p. 151-176.

MARX, K. **A guerra civil na França**. São Paulo: Sundermann, 1999.

MARX, K. **Miséria da filosofia:** resposta à filosofia da Miséria de Proudhon. Tradução de Paulo Ferreira Leite. São Paulo: Centauro, 2001.

MARX, K. **Crítica do programa de Gotha**. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2002.

MARX, K. **O dezoito brumário de Louis Bonaparte**. Tradução de Sílvio Donizete Chagas. 4. ed. São Paulo: Centauro, 2006.

MARX, K. **Contribuição à critica da economia política**. Tradução de Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, K. **Grundrisse:** manuscritos econômicos de 1857-1858. Tradução de Mario Duayer. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K. **As lutas de classes na França de 1848 a 1850**. Tradução de Nélio schneider. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, K. **O capital**. Tradução de Rubens Ederle. São Paulo: Boitempo, v. 1, 2013.

MARX, K. Pósfácio da segunda edição alemã de 1873. In: MARX, K. **O capital**. São Paulo: Boitempo, v. 1, 2013b. p. 83-92.

MARX, K.; ENGELS,. **Textos sobre educação e ensino**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2004.

MARX, K.; ENGELS, F. Teses sobre Feuerbach. In: MARX, K.; ENGELS, F. **Textos filosóficos**. Tradução de Calos Grifo. 3. ed. Lisboa: Presença Editorial, 1974. p. 124.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. Tradução de Luis Claudio de Castro e Costa. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista (1848)**. Tradução de Sueli Tomazini Barros Cassal. Porto Alegre: L&PM, 2001.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã:** crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). Tradução de Nélio Schneider, Luciano Cavini Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2007. 616 p.

MATTHIAS, E. Kautsky e o kautskismo: a função da ideologia na social-democracia alemã até a primeira guerra mundial. In: MATTICK, P., et al. **Karl Kautsky e o marxismo**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988. p. 33-76.

MÉSZÁROS, I. **Para além do Capital:** rumo a uma teoria da transição. Tradução de Paulo Cezar Castanheira Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2011.

MOREIRA, R. N. P. Toda a verdadeira história é história contemporânea: a historiografia como passado-presente na obra Benedetto Croce. Dissertação (Dissertação em História) - UNICAMP. Campinas, p. 121. 1999.

MUSSE, R. O debate sobre a revolução russa de 1905 na social-democracia alemã. **Revista de História**, São Paulo, v. 139, p. 21-34, 1998.

MUSSE, R. Kautsky e a revolução de 1905. **Critica Marxista**, São Paulo, v. 21, p. 154-156, 2005. Disponivel em: <http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/ sumario.php?id_revista=21&numero_revista=21>.

NEGT, O. Rosa Luxemburg e a renovação do marxismo. In: HOBSBAWM, E. **História do marxismo:** o marxismo na época da segunda internacional (segunda Parte). Tradução de Carlos Nélson Coutinho. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p. 11-52.

NETTL, J. P. **Rosa Luxemburgo**. Tradução de Félix Blanco. México: Ediciones Era, S. A, 1974. 621 p.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NOSELA, P. **A escola de Gramsci**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

OLIVEIRA, T. F. **A filosofia da práxis nos cadernos do cárcere.** Campinas: Unicamp, 2008. (tese de doutorado), 190 p.

PEREIRA, M. C. C. **Gramsci e a resistência dos conselhos operários na Itália no limiar do taylorismo (1918-1920)**. Dissertação (Dissertação em Sociologia)- UNICAMP. Camipinas, p. 292. 2001. 292p.

PETIT, I. Introdução às Oeuvres I de Rosa Luxemburgo (1969). In: GUÉRIN, D. **Rosa Luxemburgo e a espontaneidade revolucionária**. São Paulo: Perspectiva, 1982. p. 135-137.

PROCACCI, G. Introdução a 'A questão agrária de Kaustsky'. In: MATTICK, P.; MATTHIAS, E.; SALVATORI, M. L. **Karl Kautsky e o marxismo**. Belo Horizonte: Oficiana do Livro, 1988. p. 77-156.

PROCACCI, G. Introducción. In: KAUTSKY, K. **La cuestión agrária**. Méxíco D. F.: Siglo Veinteiuno Editores, 1989.

RAPONE, L. **O jovem Gramsci:** cinco anos que parecem séculos (1914-1919). Tradução de Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro/Brasília: Contraponto/ Fundação Astrogildo Pereira, 2014. 475 p.

RAPONE, L. Antonio Gramsci em 1917. **Revista Outubro**, abril 2017. 161-172.

ROTOLO, T. D. M. S. Rosa Luxemburgo e os conselhos operários. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 19/20, p. 94-106, 2008.

ROUSSEAU, J.-J. **O contrato social**. Tradução de Antônio de Pádua Danesi. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ROUSSEAU, J.-J. Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

SADER, E. Apresentação. In: MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã:** crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). São Paulo: Boitempo, 2007. p. 9-16.

SAITTA, A. **Guia crítica de la historia contemporánea**. México: Fundo de Cultura Económico, 1989.

SALVADORI, M. L. Kautsky entre ortodoxia e revisionismo. In: HOBSBAWAM, E. J., et al. **História do marximo:** marxismo na época da Segunda internacional. Tradução de Leandro Konder e Carlos Nelson Coutinho. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v. 2 (Primeira Parte), 1982. p. p.299-339.

SALVADORI, M. L. A social-democracia alemã e a revolução russa de 1905: debate sobre a greve de massas e sobre as diferenças entre Oriente e Ocidente. In: HOBSBAWM, E. J. **História do Marxismo:** marxismo na época da segunda internacional. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p. 243-290.

SANTARELLI, E. **La revisione del marxismo in Italia:** studi di critica storica. Milano: Feltrinelli Economica, 1977.

SCHLESENER, A. H. **Revolução e cultura em Gramsci**. Curitiba: UFPR, 2001.

SCHLESENER, A. H. **Hegemonia e cultura:** Gramsci. 3. ed. Curitiba: UFPR, 2007a.

SCHLESENER, A. H. O pensamento político de croce: o modelo liberal. **Sociedade e Estado**, Brasília, Vol.22, n. 1, jan./abr. 2007c. p.71-96.

SCHLESENER, A. H. Responsabilidade política e moral no contexto do liberalismo de Benedetto Croce. **Filosofia Unisinos**, 8, n. 3, Set/dez 2007d. 300-308.

SCHLESENER, A. H. **A escola de Leonardo:** política e educação nos escritos de Gramsci. Brasília: Líber Livro, 2009.

SCHLESENER, A. H. **Política, educação e cultura:** revisitando os escritos de Gramsci. Anais. I Jornada Internacional de Estudos e Pesquisas em Antonio Gramsci: Práxis, Formação Humana e a Luta por uma Nova Hegemonia. Fortaleza: UFC. 2016. p. 1-21.

SCHLESENER, A. H. Notas sobre a Revolução Russa e a reflexão de Gramsci. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, Ano: XX, n. 39, set./dez. 2017. 41-54.

SCHLESENER, H. A noção de devir histórico em O 18 Brumário de Luís Bonaparte. **Analecta**, Guarapuava, v. 8, n. 1, p. 45-55, 2007b.

SCHÜTRUMPF, J. A vida e obra de Rosa Luxemburgo. In: SCHÜTRUMPF, J. **Rosa Luxemburgo ou o preço da liberdade**. 2. ed. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2015. p. 16-70.

SEMERARO, G. **Gramsci e a sociedade civil:** cultura e educação para a democracia. Petrópolis: Vozes, 1999.

SEMERARO, G. **Gramsci e os novos embates da filosofia da práxis**. 3. ed. Aparecida - SP: Ideias & Letras, 2006.

SOUZA, L. E. V. D. **A recepção alemã à revolução russa de 1905**. Tese de doutrorado. São Paulo: USP, 2012.

SOUZA, R. L. D. **Antonio Gramsci e Rosa Luxemburgo:** estado, sociedade, cultura, revolução. Cuiabá: UFMT, 2015.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1987.

TRAGTENBERG, M. Amadeo Bordiga: conselho de fábrica ou partido de classe? In: GRAMSCI, A.; BORDIGA, A. **Conselhos de fábrica**. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 13-22.

TROTSKY, L. **A história da revolução Russa**. Tradução de E. Huggins. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v. 1, 2 e 3, 1977. 1077 p.

TROTSKY, L. **A revolução permanente**. Tradução de Oliveira Sá. 2. ed. São Paulo: Kairós Livraria Editora, 1985.

VÁZQUEZ, A. S. El marxismo de Korsch. In: KORSCH, K. **Marxismo y filosofía**. Tradução de Elizabeth Beniers. México: Ediciones Era, 1971. p. 4-13.

VIGEVANI, T. A questão nacional. In: VIGEVANI, T.; LOUREIRO, I. **Rosa Luxemburg:** a recusa da alienação. São Paulo: UNESP, 1991. p. 93-104.

VOLIN, V. M. E. **A revolução desconhecida:** nascimento, crescimento e o triunfo da revolução russa (1825-1917). São Paulo: Global Editora, v. 1, 1980.

WALDENBERG, M. A estratégia política da social-democracia alemã. In: HOBSBAWM, E. J., et al. **História do Marxismo:** o marxismo na época da segunda internacional. Tradução de Leandro Conder e Carlos Nelson Coutinho. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v. 2 (primeria parte), 1982. p. 223-256.